UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

LUCAS MORATO ARAUJO

CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO EM BRENNER E WALLERSTEIN:

sobre o cornucopianismo e a unidade de análise

Campinas

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

LUCAS MORATO ARAUJO

CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO EM BRENNER E WALLERSTEIN:

sobre o cornucopianismo e unidade de análise

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de História Econômica.

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO LUCAS MORATO ARAUJO, ORIENTADA PELO PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI.

Campinas

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Ar15c

Araújo, Lucas Morato, 1987-
Capitalismo e modernização em Brenner e Wallerstein : sobre o cornucopianismo e a unidade de análise / Lucas Morato Araújo. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Brenner, Robert, 1943-. 2. Wallerstein, Immanuel Maurice, 1930-. 3. Capitalismo. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Capitalism and modernization : on cornucopianism and the unit of analysis
Palavras-chave em inglês:
Brenner, Robert, 1943-
Wallerstein, Immanuel Maurice, 1930-
Capitalism
Área de concentração: História Econômica
Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Eduardo Barros Mariutti [Orientador]
Carlos Alberto Cordovano Vieira
Fábio Antonio de Campos
Fábio Pádua dos Santos
Jales Dantas da Costa
Data de defesa: 26-02-2021
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-1119-5240
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6171634083341997

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

LUCAS MORATO ARAUJO

Capitalismo e modernização em Brenner e Wallerstein:
sobre o cornucopianismo e a unidade de análise

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Defendida em 26/02/2021

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Jales Dantas da Costa
Universidade de Brasília (UnB)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Entre o início da odisseia pessoal que é uma tese e seu envio no ainda triste dia de hoje, meu papai se foi. Wallace Gonçalves de Araújo, além de pai, foi um grande matemático e lenda do futebol pompeano. Parte do atraso para o envio deste trabalho, por vezes tão desajeitado quanto seu autor, se deve ao doloroso fato de sua partida. É difícil saber que ele não está mais no quarto, pronto a pular da cama para ensinar matemática a todos os que se atrevessem a entrar de recuperação em Contagem, ou a acordar com a resposta pronta de um problema algébrico difícil cuja solução era ainda um mistério na noite anterior. Mais do que tudo, doi pensar que ele não estará mais aqui para compartilhar seu amor, sua generosidade, e seu exemplo de sacrifício absoluto não só em nome dos seus, mas também dos "outros". Dentre todos os seus ensinamentos, o que se faz mais necessário a mim agora é aquele de que, apesar "dos sofrimentos do mundo" de que falava Schopenhauer, é preciso perseverar. É necessário seguir em frente, enfim, não só para perpetuar sua memória, mas para manter viva a tocha hoje trêmula do ideal de que "um mundo melhor é possível". Sendo assim, desejo também agradecer à minha família, Tânia, Júlia, Jeruza, Maíra, cunhados e sobrinhos. Ao Marcelo. À minha outra família, Ana, Raquel e Thiago. À Natália. Aos amigos Filipe, Eduardo, Pedro Loureiro, Fernandos, Yago Porto, Vitor Campos e demais. Aos professores Eduardo Mariutti, Jales da Costa, Fábio dos Santos, Carlos Cordovano, Fábio de Campos. A Rute, minha linda, minha musa, minha eterna companheira, pelo amor e o apoio incondicionais[1].

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"...os riscos que corre essa gente morena,
o horror de um progresso vazio..."
Maria Bethânia – Brasileirinho

"I've made some empty promises in my life, but,
hands down, that was the most generous."
Michael Scott – The Office

RESUMO

Brenner e Wallerstein elaboram suas abordagens com base em visões distintas sobre o significado da modernidade capitalista. Apesar de crítico do capitalismo, Brenner pressupõe que a modernização representa uma forma de progresso em relação ao pré-capitalismo. Wallerstein parte da desconfiança em relação ao caráter progressista da modernização. Cada um dos autores é capaz de confirmar sua visão a partir da adoção de unidades de análise distintas. Brenner recorre aos modos de produção nacionais. Wallerstein aos sistemas-mundo. A partir daí, Brenner chega à conclusão de que o capitalismo representa um jogo de soma positiva, enquanto Wallerstein tende a considera-lo um jogo de soma zero. A visão de Wallerstein nos parece mais frutífera porque, ao menos em princípio, permite questionar a positividade *instrínseca* associada à modernidade capitalista por Brenner. Este, por sua vez, parece recorrer ao "nacionalismo metodológico" como uma estratégia discursiva cujo efeito é a defesa de um tipo de "cornucopianismo" capitalista. O próprio cornucopianismo, por sua vez, é uma estratégia discursiva que tem como efeito a moderação dos questionamentos em relação à modernização capitalista. A conclusão é que parece haver uma relação de afinidade entre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo, bem como uma menor compatibilidade entre este e a adoção de unidades de análise sistêmicas.

Palavras-chave: Robert Brenner (1943-), Immanuel Maurice Wallerstein (1930-1920), capitalismo.

ABSTRACT

Brenner and Wallerstein adopt their respective approaches based on diferente worldviews about the meaning of capitalist modernity. Despite being a critic of capitalism, Brenner assumes modernization as a form of progress compared to pre-capitalism. Wallerstein takes as a point of departure a suspition about the progressive character of modernization. Once selected the unit of analysis, each author is able to confirm his worldview. Brenner adopts the national modes of production. Wallerstein the world-systems. Brenner then comes to the conclusion that capitalismo constitutes a positive sum game, while Wallerstein is prone to consider it as a zero sum game. Wallerstein's approach seems more fruitfull because, at least in principle, makes it possible to question the intrinsic positivity associated to capitalist modernity by Brenner. As for the latter, he seems to adopt "methodological nationalism" as a discourse strategy whose effect is the defense of some kind of capitalist "cornucopianism". Anallogously, this very cornucopianism is a discourse strategy whose effect is the deradicalization about the questionings related to capitalis modernization. Our conclusion is that there seems to be a affinity relation between methodological nationalism and cornucopianism, as well as less compatibility between the latter and the adoption of the systemic units of analysis.

Key words: Robert Brenner (1943-), Immanuel Maurice Wallerstein (1930-1920), capitalism.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS ..... **III**

RESUMO ..... **VI**

ABSTRACT ..... **VII**

INTRODUÇÃO **10**

1 MODERNIZAÇÃO, UNIDADE DE ANÁLISE E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS **26**

2 A ABORDAGEM DE BRENNER **58**

2.1 CONFIANÇA NA MODERNIDADE: A TRAJETÓRIA DE BRENNER 64

2.2 CONTRIBUIÇÃO E CRÍTICA DOS MODELOS MALTHUSIANO E SMITHIANO 70

2.3 CRÍTICA E CONTRIBUIÇÃO DOS MODELOS MARXIANOS 84

2.4 O MODELO GERAL DOS MODOS DE PRODUÇÃO DE BRENNER 98

2.5 O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL 101

2.5.1 Relações sociais de propriedade 104

2.5.2 Regras de reprodução 111

2.5.3 Padrão de desenvolvimento 120

2.6 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA 132

2.6.1 Capitalismo como desenvolvimento econômico 132

2.7 MODO DE PRODUÇÃO E UNIDADES DE ANÁLISE NACIONAIS 138

2.7.1 Tipologia teórica dos modos de produção 138

2.7.2 Trajetórias históricas de desenvolvimento nacional 142

2.8 A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 157

2.8.1 A teoria da crise de Brenner 161

2.8.1.1 MODERNIZAÇÃO E UNIDADE DE ANÁLISE 172
2.9 A CRÍTICA DE BRENNER 177
2.9.1 CRÍTICA AO MARXISMO NEO-SMITHIANO 183
2.9.2 CRÍTICA AO ANTI-ORIENTALISMO 199
2.9.3 A CRÍTICA AO MARXISMO NEO-MALTHUSIANO DAS EXPLICAÇÕES DA CRISE 205
2.10 COMENTÁRIOS 217
3 A ABORDAGEM DE WALLERSTEIN 220
3.1 DESCONFIANÇA DA MODERNIDADE: A TRAJETÓRIA DE WALLERSTEIN 227
3.2 A QUESTÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE EM WALLERSTEIN 232
3.3 A CRÍTICA DA MODERNIDADE EM WALLERSTEIN 240
3.3.1 A GEOCULTURA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA 240
3.3.2 MODERNIDADE DA TECNOLOGIA *VERSUS* MODERNIDADE DA LIBERTAÇÃO 243
3.3.3 O EMBATE DAS TRÊS IDEOLOGIAS MODERNAS E A VITÓRIA LIBERAL 246
3.3.4 CRISE DO CAPITALISMO 252
3.3.5 O COLAPSO DO LIBERALISMO: UNIVERSALISMO *VERSUS* PARTICULARISMO 254
3.3.6 CRÍTICA AO SOCIALISMO LIBERAL 258
3.3.6.1 CRÍTICA A BRENNER 262
3.4 OS SISTEMAS SOCIAIS HISTÓRICOS E A QUALIDADE DE VIDA 270
3.5 AS INSTITUIÇÕES DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA 279
3.6 A DINÂMICA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA 318
3.6.1 CICLOS RÍTMICOS DA ECONOMIA-MUNDO 318
3.6.2 TENDÊNCIAS SECULARES DA ECONOMIA-MUNDO 325
3.6.3 O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO 339
3.7 COMENTÁRIOS 346
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 348

INTRODUÇÃO

Antes de começar nossa discussão faremos alguns pressupostos metodológicos que procuraremos corroborar ao longo do trabalho, mas que não iremos demonstrar explicitamente. Deixando de lado o debate sobre o naturalismo, levarmos em conta primordialmente as ciências sociais. Partiremos do princípio de que é impossível elaborar abordagens teóricas e históricas livre de valores (*Wertfrei*). Neste sentido, é impossível distinguir plenamente entre juízos de fato e juízos de valor, entre conceitos teóricos e acontecimentos históricos, de um lado, e dados empíricos, de outro. Enfim, partiremos do pressuposto de que sujeito e objeto se distinguem, mas ao mesmo tempo se confundem. Não obstante essas considerações, assumiremos a objetividade como um objetivo até certo ponto alcançável, isto é, rejeitaremos as posições plenamente relativistas da realidade social.

No que se refere ao estudo da modernização e da unidade de análise, nosso pressuposto implica ser necessário partir de uma visão de mundo subjetiva prévia para que seja possível efetuar o recorte do objeto de pesquisa. Assim, cada autor que se dedica ao tema parte de uma visão mais positiva ou negativa a respeito da modernização. Com base em seus valores, os diferentes sujeitos recortam o objeto representado pela modernização de maneiras distintas. O recorte do objeto, por sua vez, permite que diferentes autores chegem a conclusões radicalmente opostas sobre a modernização. É possível que as conclusões resultantes da análise do objeto conduzam a uma revisão da avaliação sobre a modernização. Mas é igualmente possível, e ao nosso ver mais provável, que o recorte e a análise simplesmente confirmem a visão de mundo inicial do sujeito a respeito do objeto. Dado o incômodo causado pelo desajuste entre visão de mundo e o recorte do objeto, existe uma tendência para que os dois sejam compatibilizados. Além disso, dada a maior dificuldade de reconfigurar a própria visão de mundo, bem como seu caráter em grande medida involuntário e impercebido, parece ser mais fácil obter a compatibilização por meio do recorte do objeto. Isto não significa que seja impossível realizar auto-críticas que transformem seja a visão de mundo do sujeito, seja seu recorte do objeto. Nem que o aprendizado e a pesquisa constituam meras auto-ilusões. O que queremos enfatizar é que, mesmo pressupondo a mais pura honestidade intelectual, bem como a mais sincera abertura à crítica e à auto-crítica, é sempre possível recortar o objeto de forma a simplesmente confirmar visões de mundo pré-estabelecidas. No caso de objetos do "mundo natural" que nos parecem auto-evidentes, como copos e canetas, talvez estas afirmações pareçam pouco plausíveis. Mas, se levarmos em conta a imensa complexidade do mundo social, bem como o fato de que os objetos sociais normalmente precisam ser destacados

"artificialmente" de seu contexto, dado o caráter extremamente intrincado das relações sociais, talvez seja mais fácil concordar com elas.

No caso das ciências sociais, e especialmente no que diz respeito ao nosso objeto, o caráter inescapavelmente valorativo das interpretações sobre a modernização faz com que todo discurso científico seja também, em parte, um discurso político. Isto faz com que a exposição do objeto sempre se confunda em parte com as estratégias políticas dos sujeitos. E dada a variabilidade de grupos sociais com interesses distintos, é fácil enxergar que os sujeitos interagem com interlocutores diferentes em contextos diferentes. Com base nestas observações, assumiremos que os sujeitos adotam estratégias discursivas distintas em situações distintas. Há vários motivos que explicam a alternação das estratégias discursivas. O primeiro é a própria mistura entre sujeito e objeto, que impede a adoção de um ponto de referência transcendental ou a-histórico para servir de apoio ao desenvolvimento de uma abordagem. O segundo é a busca por realçar aspectos diferentes da realidade complexa que a análise do objeto busca clarificar. O terceiro diz respeito à própria complexidade da realidade social, bem como às limitações intrínsecas à capacidade humana conhece-la e apresenta-la satisfatoriamente. Um último, por fim, refere-se às distintas estratégias políticas adotadas por grupos sociais com interesses distintos. É possível que haja ainda outras explicações possíveis. Nosso ponto, contudo, é chamar a atenção para o fato de que as alternações nas estratégias discursivas não representam necessariamente um defeito, ou um exemplo de oportunismo científico, mas uma realidade até certo ponto necessária da condição intelectual humana, que no entanto pode ser usada para promover certos tipos de objetivos escusos.

Com base em nossos pressupostos metodológicos e discursivos, podemos introduzir os termos que analisaremos no debate. Em relação à modernização é possível encará-la como um jogo de soma positivo ou um jogo de soma zero. É possível adotar também um discurso mais otimista ou mais pessimista em relação a ela. Neste sentido, o cornucopianismo se refere justamente a uma visão de mundo excessivamente positiva em relação às realizações e promessas da modernização. O oposto do cornucopianismo é o que podemos chamar de catastrofismo, ou escassismo, ou mesmo de "malthusianismo", nos termos de Brenner. Tanto o cornucopianismo quanto o catastrofismo podem ser usados por *um mesmo sujeito* como estratégias discursivas alternadas em situações distintas. A alternação pode refletir uma mudança subjacente da realidade social, uma mudança dos interlocutores, ou uma mudança da estratégia política.

Levando em conta o discurso liberal, por exemplo, é possível adotar uma estratégia discursiva cornucopiana da realidade, como faz Keynes em *Possibilities for our Grandchildren*,

ou uma estratégia focada na ideia de que "não existe almoço grátis", como faz Milton Friedman. O próprio Friedman, contudo, parece-nos ter alternado seu discurso entre uma visão "escassista" da realidade, e uma visão altamente cornucopianista. Dado seu objetivo principal de combater a concentração de poder (político), o autor dedicou-se primordialmente à condenação dos estatismos soviético e keynesiano, enfatizando a relação entre capitalismo e liberdade. Isto certamente não impediu que o autor se tornasse *penpal* de Pinochet, ou que depois buscasse racionalizar sua relação com a ideia de que a ditadura política salvou a liberdade econômica do povo chileno. Mas o que importa aqui é mostrar justamente o ajustamento das estratégias discursivas. No caso das sociedades latino-americanas durante a Crise da Dívida da década de 1980, Friedman podia adotar o discurso de que "promessa é dívida". No caso das sociedades do Terceiro Mundo em processo de seleção entre os caminhos capitalista e socialista para a modernidade, o autor podia cumprir o papel de um fazer promessas cornucopianas sem necessariamente pretender que elas fossem cumpridas "ao pé da letra". No mesmo sentido, um mesmo atendente de telemarketing pode adotar estratégias discursivas distintas quando atua como vendedor e quando encontra-se na função de atendimento ao cliente. Neste sentido, a propaganda pode diferir radicalmente do que diz o contrato. Mas o discurso liberal não é o único que recorre à alternância de estratégias discursivas. Também o conservadorismo e o socialismo podem adotar discursos, mais otimistas ou mais pessimistas, mais cornucopianos ou mais catastrofistas, mais amigáveis ou mais ameaçadores, a depender de seus interlocutores e das mudanças no contexto.

O mesmo que se diz em relação à modernização e ao cornucopianismo pode ser dito em relação às unidades de análise e ao nacionalismo metodológico. Levando em conta o discurso desenvolvimentista, por exemplo, é possível promover o objetivo do desenvolvimento nacional com base em uma estratégia voluntarista, isto é, que chama atenção para o caráter necessário e suficiente da conciliação de classes como condição à decolagem econômica. Daí que o desenvolvimentismo possa assumir uma tendência ao nacionalismo metodológico. Por outro lado, é igualmente possível chamar atenção para a necessidade de unificação com base em ameaças externas, seja à segurança nacional, seja ao desenvolvimento econômico nacional, ameaçado pelo liberalismo e sua mania de chutar escadas. É possível também explicar o sucesso e o fracasso com base no recorte nacional ou sistêmico da unidade de análise, a depender do contexto. Por fim, é possível defender visões catastrofistas da realidade seja com base no nacionalismo metodológico, seja com base no holismo metodológico.

No caso do cornucopianismo, parece a princípio ser possível adotar quer a unidade de análise sistêmica, quer nacional. Assim, é possível defender as vantagens da modernização

com base no crescimento populacional mundial pós-revolução industrial, que sinaliza o fim das restrições malthusianas, bem como a partir do crescimento da renda real *per capita* desde então. Da mesma forma, é possível associar a modernização à transformação das relações de produção internas a determinados estados, chamando atenção para o pioneirismo inglês no estabelecimento do capitalismo, por exemplo. Ainda assim, parece-nos haver uma menor compatibilidade entre o cornucopianismo, de um lado, e a adoção das unidades de análise sistêmicas, por outro. Ao mesmo tempo, parece haver uma grande afinidade entre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo. As razões que explicam esta relação nos parecem estar ligadas à própria definição dos conceitos.

Vimos que o cornucopianismo pode ser definido como um otimismo exagerado em relação aos benefícios da modernização. Em termos de custo-benefício, o otimismo pode ser definido como uma tendência a inflar ou mesmo "inventar" benefícios, bem como deflacionar ou ignorar certos custos. A inflação de benefícios corresponde aos dados já verificados, a invenção às promessas futuras. Isto não significa necessariamente que as visões de mundo cornucopianas ignorem os custos da modernização, apenas que considerem seus benefícios superiores a eles. Não significa também que o exagero seja necessariamente motivado por razões políticas, dado o caráter intrincado pressuposto por nós entre sujeito e objeto, bem como sua complexidade intrínseca. Por fim, a adoção de um discurso "mágico" em relação às promessas de crescimento ilimitado e desenvolvimento tecno-científico que acompanham o cornucopianismo não implicam necessariamente que seus proponentes acreditem nas ilusões que pregam. Assim, caso a mágica cumpra seu objetivo, pode ser irrelevante saber também se o mágico ou a plateia acreditam realmente na ilusão.

O nacionalismo metodológico pode ser definido como uma espécie de reducionismo, onde certas relações sociais importantes à compreensão da trajetória de estados específicos têm sua importância ignorada ou minimizada. No que se refere ao processo de modernização, contudo, a trajetória da sociedade se confunde com a avaliação de seu bem-estar. Levando em conta o modelo marxista dos modos de produção, por exemplo, é possível considerar a trajetória histórica de determinada sociedade com base em dois fatores: as relações de produção, de um lado, e o desenvolvimento das forças produtivas, por outro. Partindo da ideia de que os dois possam ser distinguidos abstratamente, é possível atribuir um sinal positivo às forças produtivas. Neste sentido, o conhecimento e a tecnologia podem servir seja à emancipação da humanidade, seja a sua exploração e alienação. No que diz respeito às relações de produção, por sua vez, e considerando o ideal igualitário da visão socialista, é possível atribuir a elas um sinal negativo, em razão da estrutura hierarquizada das sociedades históricas

até hoje conhecidas. Com base nestes resultados, e adotando as unidades de análise nacionais, é possível chegar a uma conclusão sobre o caráter positivo ou negativo da modernização.

Tal como o cornucopianismo, portanto, o nacionalismo metodológico pode também ser definido com base numa relação de custo-benefício. Neste caso, contudo, o problema é que o nacionalismo metodológico ignora ou subestima os custos, e eventualmente os benefícios externos relacionados aos modos de produção nacionais. Normalmente, parece-nos que a posição dos países bem-sucedidos tende a ignorar os custos externos e a enfatizar o caráter meritocrático do desenvolvimento interno. Mas isto não é necessário. O essencial é que, ao tornar independente o processo de desenvolvimento, torna-se possível simultaneamente exogeneizar o subdesenvolvimento. Assim, torna-se possível dissociar a eventual "responsabilidade" dos estados nacionais desenvolvidos em relação à perpetuação do subdesenvolvimento alheio. Neste sentido, a modernização aparece como resultado do mérito, da benção ou mesmo da sorte em transformar as relações sociais internas independentemente, e o subdesenvolvimento como incapacidade, castigo ou azar.

No caso dos países subdesenvolvidos, por sua vez, a tendência é a de aumentar a importância dos custos "externos" que dificultam o desenvolvimento nacional, o que por si só produz uma tendência ao abandono do nacionalismo metodológico, ao menos provisoriamente. Depois de estabelecida a independência original do processo de modernização, é possível utilizar o nacionalismo metodológico para mostrar como o comércio *voluntário* entre unidades nacionais favorece o desenvolvimento mútuo. Daí que o nacionalismo metodológico esteja associado muitas vezes ao pressuposto implícito da possibilidade de desenvolvimento universal. Ou ainda, é possível mostrar como o subdesenvolvimento das sociedades tradicionais tende a se perpetuar, apesar do auxílio dos países desenvolvidos, seja por meio do comércio, seja por meio da "tutela" política. Assim, o nacionalismo metodológico não implica a negligência em relação aos fatores externos, mas sim sua independência ou ausência de responsabilidade em relação a eles. E por isso o sentido assumido pela "exogeneidade" também pode variar conforme o contexto em que é utilizado.

Como tanto o cornucopianismo quanto o nacionalismo metodológico envolvem a superestimação dos benefícios e a subestimação dos custos da modernização, parece haver uma afinidade entre eles. Pelo mesmo motivo, como o "holismo metodológico" impede a externalização dos custos da modernização, parece haver menos compatibilidade entre ele e o cornucopianismo. Não por acaso, portanto, o discurso ambientalista adota preferencialmente as unidades de análise sistêmicas, como por exemplo em *Limits to Growth* (1972), ou *Global Magic* (2016), de Alf Hornborg. Do mesmo modo, a visão de mundo negativa de Wallerstein é

confirmada com base na adoção dos sistemas-mundo enquanto unidade de análise da modernização. É provável que não seja impossível adotar visões cornucopianas com base em unidades de análise sistêmicas. Mas, na medida em que os profetas da modernização não incorporem de fato a mágica de seus discursos, parece ser mais difícil defende-la sem recorrer ao nacionalismo metodológico. Nossa conclusão, portanto, é a de que o nacionalismo metodológico, entre outras coisas, serve como um escudo de proteção contra os questionamentos ao cornucopianismo. Por outro lado, quando o caráter intrinsecamente positivo da modernização não parece ameaçado, é possível afrouxar as restrições a respeito da unidade de análise, adotando um discurso sistêmico.

Antes de concluirmos a discussão, resta tratar de um último ponto em relação ao cornucopianismo. Dissemos que que as estratégias discursivas dos mais diversos agentes muitas vezes se alteram conforme o contexto. Vejamos, por exemplo, o que diz Larry Summers, ex-presidente do Banco Mundial e arquiteto da grande recessão de 2008, em um *discurso público* proferido em 1991,

> There are no limits to the carrying capacity of the earth that are likely to bind any time in the foreseeable future. There isn't a risk of apocalypse due to global warming or any thing else. The idea that we should put limits on growth because of some natural limit, is a profound error and one that, were it ever to prove influential, would have staggering social costs (*apud* JONSSON, 2014, p. 152).

O discurso de Summers é abertamente voltado ao combate das teses ambientalistas, e representa um bom exemplo de visão cornucopianista da realidade. Curiosamente, no mesmo ano Summers profere um *discurso privado* onde faz a seguinte afirmação,

> 'Dirty' Industries: Just between you and me, shouldn't the World Bank be encouraging MORE migration of the dirty industries to the LDCs [Least Developed Countries]? I can think of three reasons:
> 1) The measurements of the costs of health impairing pollution depends on the foregone earnings from increased morbidity and mortality. From this point of view a given amount of health impairing pollution should be done in the country with the lowest cost, which will be the country with the lowest wages. I think the economic logic behind dumping a load of toxic waste in the lowest wage country is impeccable and we should face up to that.
> 2) The costs of pollution are likely to be non-linear as the initial increments of pollution probably have very low cost. I've always thought that under-populated countries in Africa are vastly UNDER-polluted, their air quality is probably vastly inefficiently low compared to Los Angeles or Mexico City. Only the lamentable facts that so much pollution is generated by non-tradable industries (transport, electrical generation) and that the unit transport costs of solid waste are so high prevent world welfare enhancing trade in air pollution and waste.
> 3) The demand for a clean environment for aesthetic and health reasons is likely to have very high income elasticity. The concern over an agent that causes a one in a million change in the odds of prostrate[sic] cancer is obviously going to be much

> higher in a country where people survive to get prostrate[sic] cancer than in a country where under 5 mortality is 200 per thousand. Also, much of the concern over industrial atmosphere discharge is about visibility impairing particulates. These discharges may have very little direct health impact. Clearly trade in goods that embody aesthetic pollution concerns could be welfare enhancing. While production is mobile the consumption of pretty air is a non-tradable.
> The problem with the arguments against all of these proposals for more pollution in LDCs (intrinsic rights to certain goods, moral reasons, social concerns, lack of adequate markets, etc.) could be turned around and used more or less effectively against every Bank proposal for liberalization (1991).

Talvez Summer acreditasse que a exportação da poluição fosse apenas uma medida provisória enquanto as promessas cornucopianas não se realizassem. Talvez seja um testemunho da ausência de fé do próprio autor em suas profecias. O mais importante, no entanto, é chamar atenção para outro ponto. O caráter privado do segundo discurso de Summers nos parece estar relacionado à consciência do autor sobre as repercussões negativas de suas palavras, ainda que elas sejam verdadeiras. Seu discurso cornucopiano, por outro lado, é amplamente aceito no debate público como uma visão respeitável, não obstante o caráter delirante de suas afirmações. A questão é que, apesar da possibilidade de adotar estratégias discursivas distintas, o cornucopianismo parece ser especialmente adaptado à preservação do status quo, dada sua visão harmônica a respeito das possibilidades da modernização. O discurso escassista, por sua vez, só pode ser adotado com segurança caso exista uma percepção de que "não há alternativa", isto é, de que as ameaças de transformação radical da sociedade são meras ameaças. Isto ajuda explicar porque, ao longo do processo de modernização, o cornucopianismo acabou por se tornar tão generalizado entre os indivíduos das mais diversas filiações ideológicas, passando a integrar sua visão de mundo. Jonsson nos parece sintetizar bastante bem esta concepção em seu artigo *The origins of cornucopianism* (2014), que o autor inicia com as seguintes palavras,

> Modern politics thrives on a pledge of endless growth. Once the prerogative of alchemists and colonial projectors, this faith in cornucopian abundance has become the common sense of our age (2014, p. 161).

Assim, apesar da possibilidade de alternância entre estratégias discursivas, o cornucopianismo parece ser o fio da meada que podemos seguir para realizar nossa discussão sobre a modernização e a unidade de análise. O cornucopianismo parece central às teorias da modernização. E como o cornucopianismo está intimamente relacionado ao nacionalismo metodológico, a crítica a ele parece estar ligada às abordagens que adotam as unidades de análise sistêmicas.

O período entre 1945 e 1968 é conhecido como a Era de Ouro do capitalismo. É também o período da Guerra Fria e da segunda onda de descolonização, liderada pelos movimentos de libertação nacional. Neste período, as teorias da modernização parecem alcançar seu auge, incluindo suas variantes desenvolvimentistas e parte das abordagens marxistas. Até aqui, o cornucopianismo parece assumir um caráter consensual, constituindo uma premissa praticamente invisível das teorias da modernização. O período entre 1968 e 1973 é muitas vezes visto como uma fase de transição entre a Era de Ouro e o período de crise estrutural do capitalismo. Do ponto de vista econômico, Brenner identifica o período com o início do *longo declínio* do século XX. Wallerstein, por sua vez, associa-o à conjunção entre uma fase cíclica de estagnação (*Kondratieff*-B), com a aproximação de suas tendências seculares em relação a uma assíntota, isto é, com a exacerbação de suas contradições. Wallerstein considera o período em que vivemos como uma *crise terminal* da economia-mundo capitalista. A partir da década de 1960, florescem as chamadas teorias da dependência, que questionam algumas premissas das teorias da modernização, como a unidade de análise. Na década de 1970, principalmente a partir de *Limits to growth* (1972), as abordagens ambientalistas também ganham fôlego, e com elas o questionamento do cornucopianismo. Do ponto de vista cultural, o período é marcado pela Revolução de 1968, bem como pela ascensão das chamadas "teorias pós-modernas". Este é o contexto em que Brenner e Wallerstein iniciam suas carreiras acadêmicas e consolidam suas visões de mundo.

Na década de 1970, Brenner publica os artigos que viriam a estimular a segunda rodada do debate da transição. Aqui, apesar de aparentemente criticar tanto o smithianismo quanto o malthusianismo, e de defender a opção pelo materialismo histórico, o que o autor acaba fazendo é atribuir a cada um dos modelos criticados por ele a capacidade de explicar um estágio histórico distinto. Assim, enquanto o malthusianismo explica de forma mais ou menos satisfatória o modo de produção pré-capitalista, o smithianismo explica o funcionamento do capitalismo. O materialismo histórico, por sua vez, permite sintetizar as contribuições dos modelos comercial e demográfico, bem como explicar satisfatoriamente a transição, através do conceito dos modos de produção, que Brenner utiliza com base em unidades de análise nacionais. Assim, longe de rejeitar o smithianismo, com sua visão otimista sobre o capitalismo, Brenner o defende ardorosamente, embora não tenha deixado isso perfeitamente claro durante o debate da transição. É com base na identificação dos modos de produção com as unidades de análise nacionais, bem como de sua defesa do modelo malthusiano sob o pré-capitalismo e do modelo smithiano sob o capitalismo que Brenner acaba por tender a adotar a estratégia do nacionalismo metodológico para proteger o cornucopianismo capitalista. Quando o

cornucopianismo capitalista nacional tem sua independência assegurada, o autor pode defender sua isenção de responsabilidade em relação à perpetuação do subdesenvolvimento pré-capitalista, já que ele sempre existiu. Ao mesmo tempo, o autor se torna capaz de mostrar como os ganhos do comércio smithianos podem ser obtidos no cenário internacional a partir da troca voluntária entre modos de produção capitalistas distintos.

Em 1974, Wallerstein publica o primeiro volume de *The modern world-system*, onde defende explicitamente a adoção da unidade de análise sistêmica, bem como sua desconfiança em relação ao caráter intrinsecamente positivo da modernização. A princípio, o procedimento de Wallerstein não é diferente daquele adotado por Brenner. Assim, enquanto Brenner parte de uma visão de mundo positiva sobre a modernização, Wallerstein parte de uma visão negativa. Com base em seus pontos de partida cada um dos autores recorta o objeto representado pelo mundo moderno, isto é, o capitalismo. Brenner recorre às unidades de análise nacionais. Wallerstein recorre às unidades de análise sistêmicas. A partir daí, ambos tornam-se capazes de confirmar suas visões de mundo iniciais. Brenner, portanto, confirma o caráter positivo da modernização. Wallerstein, por sua vez, confirma seu caráter negativo. Neste sentido, enquanto Brenner considera o sistema capitalista como um jogo de soma positiva, Wallerstein considera-o como um jogo de soma zero.

A princípio, portanto, é possível defender que tanto um como o outro simplesmente confirmam seus pré-conceitos em relação à modernização. No entanto, se levarmos em conta o caráter generalizado que atribuímos ao cornucopianismo até então, bem como sua invisibilidade para grande parte dos agentes que tinham seus discursos divulgados até então, logo a *possibilidade* de questionamento da positividade instrínseca da modernização pode ser vista como uma vantagem da abordagem de Wallerstein em relação à de Brenner. Vejamos a seguir como podemos apresentar a questão de forma esquemática a partir de nossa discussão em termos de custo e benefício.

Retomando a ideia dos modos de produção, bem como seus fatores representados pelas relações de produção, de um lado, e pelas forças produtivas, de outro, podemos ver como a adoção de unidades de análise distintas afeta a avaliação final sobre a modernização. Assim, para simplificar a discussão, podemos dizer Brenner quanto Wallerstein concordam sobre o caráter positivo das forças produtivas. Digamos também que os autores identifiquem a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas basicamente à Europa. A diferença entre eles, portanto, seria resultado de suas considerações sobre as relações de produção. Ambos consideram as relações de produção capitalistas como um fator negativo, dada sua desigualdade de classes. Por fim, podemos assumir também que os dois concordam sobre a avaliação dos

custos associados à relações de produção europeias. Com base nestas simplificações, pode-se dizer que a diferença entre o resultado líquido da modernização encontrado por Brenner e, de um lado, e por Wallerstein, de outro, resultam da extensão atribuída às relações de produção. Neste sentido, mesmo levando em conta uma avaliação semelhante dos benefícios, bem como dos custos da modernização da região europeia, o resultado dos dois varia porque Brenner considera apenas os custos "diretos" envolvidos na produção do desenvolvimento econômico, Wallerstein inclui na conta também seus custos "indiretos".

Vejamos ainda uma última perspectiva a partir da qual é possível encarar o problema. Alguém que se encontre plenamente satisfeito com a modernização capitalista pode justificar sua posição simplesmente apontando seus benefícios, sem sequer mencionar seus custos. Assim, é possível centrar a discussão simplesmente no desenvolvimento das forças produtivas. Assim, por exemplo, é possível centrar a discussão no desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e na propensão do capitalismo à inovação. A crítica de Hornborg ao cornucopianismo feita em *Global magic* (2016), por exemplo, parece ser voltada justamente à reificação das forças produtivas, cujo resultado é a adoção de uma visão mágica ou fetichista a respeito da tecnologia e do dinheiro. Alguém menos otimista, por outro lado, pode chamar atenção para alguns problemas sociais associados à modernização, como a exploração dos trabalhadores sem, contudo, negar a contribuição do capitalismo ao desenvolvimento civilizacional da humanidade. Com base nesta interpretação, é possível chamar a atenção para a importância das forças produtivas, de um lado, mas também para as relações de produção locais de exploração, impedindo que o processo de modernização seja considerado ideal. Por fim, alguém verdadeiramente insatisfeito pode continuar a incluir relações consideradas pelos demais como muito remotas até que consiga confirmar sua visão negativa do objeto. Assim, é possível continuar seguindo as ramificações das cadeias de relações sociais que levam do centro, onde se concentra o desenvolvimento das forças produtivas, até seu ponto mais distante.

Caso não haja uma autoridade, seja ela moral, religiosa, ou científica, que possa decidir onde estabelecer a linha divisória entre o interno e o externo, entre o essencial e o remoto, isto é, entre os custos e benefícios que devem ser incorporados na análise-avaliação da modernização e aqueles que podem ser ignorados, não é possível discernir um critério "objetivo" que ponha fim à discussão, seja ele lógico-teórico ou empírico. Por isso, no fim das contas a questão só pode ser resolvida através do contraste entre abordagens distintas, bem como a partir do questionamento dos pressupostos muitas vezes implícitos que a fundamentam. Daí a dificuldade de chegar a uma conclusão sólida sobre os processos de modernização, bem

como sobre as questões associadas à unidade de análise. Daí também o caráter muitas vezes insatisfatório dos debates sobre as questões do nacionalismo metodológico e do cornucopianismo, complicado, como já vimos, pela alternação entre as estratégias discursivas dos sujeitos em contextos distintos.

Antes de apresentar as discussões que serão feitas em cada capítulo, retomemos brevemente nossas conclusões, agora em ordem distinta. Em primeiro lugar, se há um fator subjacente às teorias da modernização de um modo geral, este parece ser dado não pelo problema do nacionalismo metodológico, mas sim pelo cornucopianismo. Tanto um problema quanto o outro, contudo, não devem ser vistos como defeitos congênitos de abordagens específicas, mas sim como estratégias discursivas que variam conforme o contexto e os interesses do sujeito envolvido. É possível portanto, que um mesmo autor adote uma visão cornucopiana em alguns casos, e catastrofista em outros. Também é possível que este mesmo autor recorra ao nacionalismo metodológico em algumas ocasiões, e às discussões sistêmicas, em outras. Ainda assim, parece haver uma afinidade entre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo. Ao mesmo tempo, parece haver uma menor compatibilidade entre o holismo metodológico e o cornucopianismo, embora não entre ele e o catastrofismo, escassismo ou malthusianismo, por exemplo. Tais relações podem ser exemplificadas na seguinte tabela:

TABELA 1 – Possibilidades discursivas em relação à modernização e à unidade de análise

		Unidade de análise	
		Nacionalismo metodológico	Holismo metodológico
Modernização	Soma positiva (cornucopianismo)	✓	✗
	Soma zero	✓	✓

Fonte: Elaboração própria

Enquanto o caráter intrinsecamente positivo geralmente atribuído ao processo de modernização não é questionado, é possível adotar tanto o cornucopianismo, quanto um escassismo provisório, tanto as unidades de análise nacionais, quanto as unidades de análise sistêmicas. Quando o caráter ou mesmo o potencial cornucopianista do desenvolvimento capitalista é questionado, contudo, a resposta parece ser quase sempre algum tipo de reducionismo metodológico, como é o caso do nacionalismo. Dados os potenciais disruptivos das abordagens não-cornucopianistas, elas tendem a ser no limite rejeitadas, com base em na

tendência que produz à barbarização, como o nazismo no caso dos socialistas, ou o comunismo no caso dos liberais. Por meio do cornucopianismo é possível levar em conta os benefícios da modernização, e mesmo alguns de seus custos sem, no entanto, prejudicar a soma líquida positiva atribuída ao resultado final. É possível também atribuir os problemas identificados em regiões subdesenvolvidas a sua própria incapacidade de modernizar-se completamente. É possível prometer a elas o desenvolvimento futuro, usando como exemplo as regiões já modernizadas. É possível atribuir as intromissões nos assuntos das regiões subdesenvolvidas ao estágio infantil representado pelo subdesenvolvimento, bem como às boas intenções paternalistas das regiões desenvolvidas. Por fim, uma vez garantido o cornucopianismo, é possível voltar a somar os vários exemplos de modernização, e assim atribuir ao sistema como um todo o caráter de um jogo de soma positiva, dadas as sinergias que a interação *voluntária* entre as sociedades desenvolvidas pode produzir. A adoção das unidades de análise sistêmicas, por sua vez, parece dificultar os esforços de "varrer a sujeira para baixo do tapete", ignorando os custos e *trade-offs* mais remotos da modernização, bem como os custos e *trade-offs* envolvidos nos processos de acumulação de capital. Isto faz com que a atribuição de poderes mágicos à inovação tecnológica torne-se mais evidente, ameaçando a credibilidade das profecias cornucopianas, bem como a cumplicidade compreensível, mas ilusória, de sua plateia. A seguir, apresentaremos brevemente os assuntos a serem discutidos nas diversas seções deste trabalho.

O primeiro capítulo aborda de forma um pouco mais aprofundada as questões discutidas nesta introdução: a modernização, a unidade de análise, e as estratégias discursivas. São apresentados os problemas ligados ao cornucopianismo e ao nacionalismo metodológico, bem como suas relações com as obras de Brenner e Wallerstein.

O segundo capítulo apresenta a abordagem de Brenner. Na primeira seção, é discutida a trajetória intelectual do autor, bem como os elementos que nos levam a acreditar que o autor adote como ponto de partida uma visão de mundo positiva em relação à modernização. As seções seguintes apresentam as críticas e contribuições identificadas por Brenner ao smithianismo, o malthusianismo e o materialismo histórico. Com base nelas, o autor constrói seu modelo geral dos modos de produção, distinguindo entre os modos pré-capitalistas, de um lado, e os capitalistas, de outro. Brenner considera o malthusianismo apropriado à explicação dos modos de produção pré-capitalistas, o smithianismo apropriado à explicação do capitalismo, e o materialismo histórico do velho Marx como apropriado para sintetizar as contribuições de ambos, bem como superá-los em sua incapacidade de explicar a transição. O conceito central que Brenner absorve do marxismo é justamente o dos modos de produção, que

o autor identifica então às unidades de análise nacionais. A partir daí, Brenner busca explicar a trajetória histórica de desenvolvimento de estados nacionais particulares, como a Inglaterra, a França, a Alemanha Oriental, a Polônia, a Holanda e a China. Aqui, Brenner elabora uma espécie de tipologia dos modos de produção, sem contanto discutir as razões que o levam à adoção das unidades de análise nacionais. Depois de apresentadas as características dos modos de produção pré-capitalista e capitalisa de Brenner, é apresentada a abordagem do autor sobre o capitalismo contemporâneo e sua crise. Em seguida, são discutidas as críticas de Brenner ao marxismo neo-smithiano, ao anti-orientalismo, e ao neo-malthusianismo das explicações da crise. O Capítulo se encerra com comentários sobre a obra de Brenner, chamando atenção para as questões relacionadas à modernização e à unidade de análise.

O terceiro capítulo discute a obra de Wallerstein. A primeira seção é dedicada à trajetória do autor, explicitando os elementos por trás de sua visão de mundo negativa sobre a modernização. Em seguida, apresentamos a abordagem do autor sobre o problema da unidade de análise. A terceira seção é dedicada à crítica de Wallerstein à modernidade, incluindo sua crítica ao "socialismo liberal", onde o autor inclui o "marxismo ortodoxo" de Brenner. As seções seguintes são dedicadas à apresentação da abordagem dos sistemas sociais históricos identificados pelo autor: os mini-sistemas, os impérios-mundo e as economias-mundo. Os sistemas históricos de Wallerstein são análogos aos modos de produção de Brenner. São discutidos os elementos que conformam a estrutura e a dinâmica da economia-mundo capitalista, as quais permitem entender o significado prático da escolha do autor pelas unidades de análise sistêmicas, bem como sua relação com "subsistemas" como Estados, firmas e estruturas domiciliares. Por fim, são feitos comentários sobre a questão da modernização e da unidade de análise.

O último capítulo reforça os temas apresentados nesta conclusão, chamando atenção para a afinidade entre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo, bem como a menor compatibilidade entre este e o "holismo metodológico" de Wallerstein. É feita uma defesa do maior potencial por nós identificado na obra de Wallerstein, em razão de sua possibilidade de questionamento da positividade intrínseca normalmente atribuída à modernização.

Antes de iniciar a introdução propriamente dita, é preciso fazer algumas advertências. Esta tese é um trabalho sobre a obra de dois autores importantes: Brenner e Wallerstein. E é também um trabalho sobre um tema importante: a modernização ou mundo moderno, isto é, sobre o capitalismo. Por fim, é um trabalho sobre o problema metodológico da unidade de análise. A princípio, nosso objetivo foi construir uma apresentação balanceada do

debate entre Brenner e Wallerstein sobre o capitalismo, chamando para o papel da unidade de análise enquanto raiz da diferença entre as duas abordagens. Contudo, ele não é, nem poderia ser, um trabalho "neutro". Nosso ponto de partida, neste sentido, é o de que não é possível elaborar uma interpretação objetiva da realidade sem partir de uma visão de mundo subjetiva prévia.

Tal como Brenner e Wallerstein, considero o sistema capitalista inerentemente desigual e injusto, baseado numa divisão ultrapassada da sociedade em classes hierarquizadas, bem como na exploração irracional dos trabalhadores e da natureza. Apesar disso, busquei fazer uma apresentação o menos maniqueísta possível do tema. Além disso, dada nossa pressuposição sobre a impossibilidade de evitar a avaliação subjetiva dos objetos ao defini-los e analisa-los, talvez não cause surpresa nossa observação de que este trabalho não deve ser considerado "neutro" em relação a seu próprio objeto: as obras de Brenner e Wallerstein.

Ao longo do tempo, me convenci cada vez mais da relevância do trabalho de Wallerstein, que comecei a estudar com profundidade no doutorado. Minha dívida intelectual ao autor poderá ser facilmente notada ao longo do deste trabalho. Por outro lado, meu interesse pela obra de Brenner, que pesquiso desde o mestrado, vem se reduzindo já há alguns anos. Talvez minha avaliação sobre os dois seja prejudicada pelo brilho que o fascínio com a novidade provoca, bem como pelo desbotamento que a experiência produz. Apesar de tudo, procurei apresentar minha melhor versão do trabalho de cada um deles. A propósito, uma das características que mais vieram a me incomodar no trabalho de Brenner é justamente seu tratamento muitas vezes reducionista e distorcido das obras de seus "adversários". Por outro lado, mesmo quando se pode discutir se Wallerstein pratica um reducionismo semelhante, quando, por exemplo, discute as ideologias socialistas e conservadores como meros avatares do liberalismo, sua argumentação nos parece não só mais interessante, como mais convincente. No caso de Brenner, seu reducionismo é reconhecido mesmo por admiradores insuspeitos do autor. Paul Blackledge, por exemplo, faz o seguinte elogio à abordagem de Brenner em seu artigo sobre o marxismo político,

> Above all, Brenner's analysis of the transition from feudalism to capitalism has infuenced all subsequent intelligent interpretations of that process" (2008, p. 267).

Algumas páginas depois, já no contexto do trabalho de Brenner sobre as comunidades de mercadores durante o período da Revolução Inglesa, o mesmo autor comenta:

> Brenner plays something of a slight of hand here by creating a straw man from what he labels as an ‘amalgamation’ of ideas taken from the work of Hill, Tawney and Stone. Unfortunately, while he acknowledges that neither Hill nor Stone would adhere to this model today, he does not attempt to address their mature theses” (2008, p. 277).

Me parece que Brenner faz o mesmo em relação ao smithianismo, malthusianismo, e mesmo ao marxismo, bem como em sua crítica ao marxismo neo-smithiano de Wallerstein. Pior ainda, o smithianismo superficial que Brenner critica em relação à transição é fundamentalmente o mesmo que o autor utiliza praticamente sem reservas em sua explicação do capitalismo. Em suma, para evitar a incoerência e não replicar o mesmo erro, busquei evitar também a elaboração de um “espantalho teórico” durante a apresentação da obra do autor. Fica a cargo do leitor avaliar até que ponto este objetivo foi cumprido.

Em relação à unidade de análise, considero a abordagem dos sistemas-mundo de Wallerstein mais frutífera, embora tenha descorberto o quanto é difícil convencer os mais incautos sobre a “superioridade” de uma escolha qualquer. Na verdade, talvez a descoberta mais valiosa à qual cheguei ao longo deste trabalho seja a de que é praticamente impossível apresentar razões “objetivas” infalivelmente satisfatórias a pessoas com visões “subjetivas” radicalmente distintas da realidade social. E isto ocorre porque não há consenso sobre o próprio recorte dos objetos associados a visões de mundo particulares, bem como sobre os “valores” subjetivos adotados implicitamente durante o processo. Assim, com base numa visão de mundo, recorta-se e interpreta-se a realidade, que por sua vez tende quase sempre a confirmar a visão de mundo inicial adotada. O aprendizado certamente é possível, mas seu resultado normalmente é a incorporação de uma nova visão de mundo e, simultaneamente, o “esquecimento” ou a “inconscientização” de várias das etapas do processo que levaram à conversão. O que durante muito tempo exigiu esforço torna-se então um hábito, e o que era misterioso se transforma em uma obviedade. Em resumo, tanto as visões de mundo, quanto a memória e o esquecimento seletivo que as fundamentam, parecem-nos ser elementos em grande medida involuntários. Estas conclusões permitem que inadequações identificadas à abordagem de outros autores sejam encaradas de forma mais compreensiva e menos taxativa ou moralista. Permitem também fazer afirmações menos ousadas, mas talvez também mais sólidas sobre os problemas identificados ao longo da obra de Brenner, bem como sobre a qualidade superior que associamos ao trabalho de Wallerstein.

Por fim, outra característica de Brenner que vieram a me incomodar bastante com o tempo é sua interminável prolixidade. Neste ponto, contudo, infelizmente é preciso reconhecer que nosso trabalho sofre com o mesmo problema. Tenho me convencido de que a

prolixidade é, muitas vezes, um sintoma da própria insegurança a respeito dos problemas abordados. Ou ainda, pode representar uma estratégia para "vencer pelo cansaço" ou, neste caso, convencer. É possível explicar a prolixidade com base na complexidade do tema, por um lado, e na inexperiência do autor, por outro. Certamente, ambos os fatores contribuíram para o caráter excessivamente longo e por vezes desengonçado de meu trabalho. A estreiteza até o prazo de conlusão não deixa também de contribuir para agravar a situação. Mas explicar uma coisa não é o mesmo que justifica-la. Sendo assim, reconheço minha própria prolixidade como um problema e peço paciência ao leitor, pois acredito que, apesar de seus defeitos, cheguei a conclusões importantes ao longo deste trabalho, ainda que em caráter incipiente[2].

[2] Quem tiver a paciência de atravessar esse árido trabalho sem cair no sono, notará que uma mesma passagem de Wallerstein é repetida por três vezes ao longo do texto. Tal problema não foi corrigido, em parte pela procrastinação do autor, em parte pela ocupação ensejada pelas demais demandas da vida. Peço, portanto, o caro leitor faça, além de um bom café, o favor de desconsiderar esta repetição desajeitada.

1 MODERNIZAÇÃO, UNIDADE DE ANÁLISE E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Em geral, considera-se o advento da sociedade moderna ora como um sinônomo, ora como um resultado da transição ao capitalismo, sejam quais forem as definições específicas dadas a cada um destes termos. Assim, por exemplo, o verbete de Kumar sobre a modernização na Enciclopédia Britânica inicia-se com a seguinte observação:

> Modern society is industrial society. To modernize a society is, first of all, to industrialize it. Historically, the rise of modern society has been inextricably linked with the emergence of industrial society. All the features that are associated with modernity can be shown to be related to the set of changes that, no more than two centuries ago, brought into being the industrial type of society. This suggests that the terms industrialism and industrial society imply far more than the economic and technological components that make up their core. Industrialism is a way of life that encompasses profound economic, social, political, and cultural changes. It is by undergoing the comprehensive transformation of industrialization that societies become modern. (2015, p.1)

Neste exemplo, o autor inicialmente identifica a modernização enquanto sinônimo de capitalismo "industrial". Em seguida, o autor chama atenção para as relações entre o processo de industrialização e a "modernização" concomitante das mais diversas esferas da vida social, chegando à conclusão de que o "industrialismo é um modo de vida". De forma semelhante, tanto Brenner quanto Wallerstein tendem a identificar os conceitos de modernidade e capitalismo. Neste sentido, Wallerstein refere-se à economia-mundo capitalista como o "sistema-mundo moderno". Brenner, por sua vez, identifica a *differentia specifica* do modo de produção capitalista a partir de sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico moderno. Mas, enquanto Kumar associa a modernização ao capitalismo "industrial", contudo, Brenner e Wallerstein a com a consolidação do capitalismo "agrário", embora discordem sobre o significado e o alcance do termo. Por fim, em relação ao aspecto temporal da transição, tanto Brenner quanto Wallerstein identificam a origem histórica do capitalismo ao período transcorrido entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, não obstante suas visões distintas a respeito das formas de existência ou manifestação da temporalidade social.

A princípio, é possível dizer que as observações sobre o caráter industrial ou agrário do capitalismo moderno, bem como sobre o período histórico de seu surgimento, referem-se à descrição do objeto de estudo analisado por autores como Kumar, Brenner e Wallerstein. Mas, para além da identificação dos elementos "objetivos" associadas ao processo de modernização,

também é possível fazer afirmações "subjetivas" sobre seu caráter desejável ou indesejável. Assim, por exemplo, em seu artigo sobre a modernização Kumar lista um conjunto de variáveis, atribuindo a cada uma delas elas um sinal positivo ou negativo, sugerindo a possibilidade de que se possa chegar a uma conclusão subjetiva sobre o resultado líquido do processo de modernização com base na ponderação distinta de cada um dos termos da soma. No artigo da Enciclopédia Britânica, portanto, lê-se que,

> A nation that modernizes is set upon a path of development that carries its own logic and an inseparable mixture of good and bad. Without question, modern society brings progress in the form of material abundance. Less certainly, it brings increasing control of the natural and social environment. But its scientific and technological achievements are bought at some cost to spiritual and emotional life (2015, p. 25).

Deixemos de lado a questão sobre o caráter "objetivo" dos sinais que o autor parece atribuir a cada uma das variáveis. Assim, com base na atribuição de valores ou pesos específicos aos custos espirituais e emocionais resultantes do processo de modernização, bem como aos benefícios representados pela maior abundância material e pelo presumível aumento do controle dos seres humanos em relação à natureza e à sociedade, é possível chegar a uma avaliação sobre os resultados líquidos do processo de modernização. A soma final pode ser feita basicamente de duas formas. Por um lado, é possível avaliar os custos e benefícios referentes aos integrantes do processo de modernização, isto é, em termos absolutos. Por outro, é possível comparar o resultado obtido com os de outros tipos de sociedade, o que implica uma avaliação relativa. Em termos absolutos, normalmente considera-se o capitalismo ou como um "jogo de soma positiva", ou como um "jogo de soma zero". Já em termos relativos, é possível considerar a sociedade capitalista como um progresso ou como um regresso, seja em relação ao passado, isto é, às sociedades "tradicionais", seja em relação ao futuro, levando em conta algum tipo de sociedade ideal como o socialismo. Avaliaremos a seguir estas possibilidades partindo das observações feitas por Kumar, Brenner e Wallerstein.

A princípio, mesmo depois de listar as variáveis de comparação entre a modernidade e os demais tipos de sociedade, bem como de atribuir sinais positivos ou negativos a cada uma delas, Kumar parece se abster de apresentar o próprio balanço a respeito da sociedade industrial. Assim, ao comentar sobre "as duas faces da modernidade" o autor se contenta em observar que,

> One is dynamic, forward-looking, progressive, promising unprecedented abundance, freedom, and fulfillment. The other shows the dark side of modernity, the new

> problems that modernity brings in its wake by virtue of the very scale and novelty of its achievements. Social progress is matched by social pathology. (2015, p. 18).

Mesmo a referência ao padrão mais "elevado" de uniformização associada à modernização não é perfeitamente clara, já que é possível considerar um maior nível de padronização tanto como algo positivo, quanto negativo. Em outras passagens, contudo, o autor é menos ambíguo. Assim, por exemplo, ao comentar a passagem da fase industrial para a fase de serviços, ela própria um resultado do processo de modernização, Kumar afirma,

> The move to a service society is marked by a great expansion in education, health, and other private and public welfare services. The population typically becomes not just healthier, better housed, and better fed but also better educated. Most young people complete secondary- or high-school education; between a quarter and a half of them go on to full-time higher education. Professional and scientific knowledge becomes the most marketable commodity. The "knowledge class" of professional, scientific, and technical workers becomes the fastest-growing occupational group. The link between pure science and technology, loose and uncertain in the early stages of industrialization, becomes pivotal. New industries, starting with chemicals and pharmaceuticals and later including the aeronautical, space, and computer-related industries, are created by developments in pure science and depend largely on theoretical research. Theoretical knowledge in the social sciences also comes to be widely applied, as in Keynesian management of the national economy and in complex models of technological and economic forecasting (2015, p. 23).

Aqui, o único aspecto que deixa espaço à dúvida talvez seja o controle sobre a sociedade e a natureza, isto é, sobre as consequências não-intencionais adversas da urbanização, das reações culturais contrárias à modernização, bem dos efeitos negativos da industrialização sobre a natureza. Ao mesmo tempo, a ênfase do autor na generalização do desenvolvimento científico e tecnológico permite sugerir que talvez o próprio aprofundamento do processo de modernização permita minimizar, ou mesmo reverter seus aspectos negativos. Em todo caso, talvez o ponto onde a abordagem de Kumar se torne mais clara seja em sua apresentação às abordagens pós-modernas, onde o autor afirma,

> The assertion of cultural values opposed to modernity is a general characteristic of late industrialism. This may take the form of a revival of ethnicity, a claim for a culture and way of life that often harks back to older communal traditions and which denies the legitimacy of any uniform culture propagated by the large nation-state. Thus in the United States blacks, Hispanics, American Indians, and many other groups have made strong claims on behalf of a distinctive ethnic way of life that they variously seek to defend against the encroachments of the national culture. Protests against rationality and uniformity are seen, as well, in the successive waves of youth cultures and religious revivals that have marked late industrial society. Objectively, it is clear that the large-scale bureaucratic institutions of society continue to give the main direction to national life. All revolts break against their indispensability to modern society. But subjectively these institutions are incapable of satisfying the emotional and social needs of individuals. The consequence is the repeated rise of subcultures,

> often of bizarre mystical or hedonistic kinds, which aim in their practice to reverse the main features of modernity and which give their members a sense of participation and belonging of an almost tribal nature. Central to most of these antinomian movements and ideologies is a wholesale rejection of the scientific worldview, which is depicted as alienating and dehumanizing (2015, p. 25).

Deixemos de lado as observações do autor sobre as "subculturas" negra, hispânica e indígena, bem como questões históricas associadas ao processo de modernização americana, como o sistema *Jim Crow* de segregação racial pós-Restauração, a disputa pelas colônias então controladas pela Espanha e o genocídio das populações originárias dos Estados Unidos durante a formação da sociedade americana. Dado o sinal inequivocamente positivo atribuído por Kumar às inovações científicas e tecnológicas, é possível deduzir que o autor vê os "protestos contra a racionalidade", a "rejeição integral da visão de mundo científica" e o caráter "bizarramente místico e hedonístico" de muitas das abordagens "pós-modernas", no mínimo, com desconfiança. Aqui, portanto, as próprias reações críticas à modernização são vistas como parte de sua "face sombria". Assim, é possível argumentar que, apesar de seu caráter muitas vezes ambíguo, a avaliação de Kumar sobre o resultado líquido da modernização tem um saldo positivo, ao menos em termos absolutos.

Em relação à avaliação relativa do processo de modernização, o autor chama atenção para as seguintes diferenças em comparação com as sociedades tradicionais,

> The vast increase in agricultural productivity on which this sectoral change in employment depends is characteristic of industrialism. Industrial society breaks through the historic limits of scarcity. In the past, the potential for economic growth was always cut short by Malthusian checks on population, by limitations of food supply, or by the shortage of easily available raw materials such as wood. Industrialization permits the creation of large food surpluses that can feed a largely urban population. The entire world, both on land and in the sea, is scoured for raw materials and further energy sources to supply industry. Science has so far proved remarkably effective at finding substitutes for those sources that have dried up and those materials that have become dangerously scarce. The British economist John Maynard Keynes suggested that, for the first time in human history, "the economic problem may be solved," and that "the economic problem is not the permanent problem of the human race." In the mid-1980s it still seemed reasonable to believe that industrialism promised growth for the foreseeable future, even that it might bring abundance to all (2015, p. 9)[3].

Assim, o autor parece enxergar as sociedades modernas como um progresso em relação às sociedades tradicionais, ainda que estas não tenham sido capazes de eliminar a

[3] A contraposição feita por Kumar entre o malthusianismo, de um lado, e o keynesianismo, de outro, é especialmente curiosa, se considerarmos que Brenner atribui justamente aos autores keynesianos a alcunha do malthusianismo em suas explicações da crise contemporânea do capitalismo.

existência problemas sociais. No que se refere à comparação com o "futuro", por sua vez, Kumar aborda as experiências de modernização socialistas da seguinte forma,

> There are several routes to modernity. In the 19th century Britain, Belgium, France, and the United States industrialized largely on the basis of the individual entrepreneur and the free market economy. In Germany, and even more in Japan, the state and political elites played a major role, organizing credit, coordinating and planning development, and restricting foreign access to home markets in the interests of native industry. Later still came the even more centralized authoritarian model of modernization under the aegis of the one-party state. Taking their lead from the Soviet Union following the Russian Revolution of 1917, many developing countries in Asia, Africa, and Latin America sought to industrialize according to economic plans drawn up by political elites and stringently imposed on their populations. Even where, as in India, formal liberal democracy was instituted, industrialization was largely guided by a single national party—usually the one identified with the struggle for independence from colonial rule, as was the Indian National Congress party. In any case, there were plenty of socialisms to choose from. There were the African socialisms of Kwame Nkrumah's Ghana and Julius Nyerere's Tanzania, the Chinese socialism of Mao Zedong, the Cuban socialism of Fidel Castro, or the Yugoslav socialism of Josip Broz Tito. All could aspire to be models of development to Third World societies. None, however, were able to achieve successful records of economic development under central planning (2015, p. 20).

Dado o caráter "autoritário" dos vários caminhos de "modernização socialista", bem como sua "falta de sucesso" em promover satisfatoriamente o desenvolvimento econômico sob o "planejamento central", é possível presumir que Kumar considere a modernização capitalista preferível não só às sociedades tradicionais, mas também às alternativas socialistas, ao menos com base na experiência do socialismo real. Em termos gerais, portanto, parece-nos que Kumar apresenta um balanço positivo da modernização capitalista, que se destaca tanto em relação aos resultados das sociedades tradicionais quanto das socialistas. Curiosamente, no entanto, o otimismo um tanto oblíquo do autor é combinado a uma visão fatalista em relação à modernização. Assim,

> To measure the balance of gains and losses in modernity and to increase the former against the latter require forms of social accounting and social engineering that have so far largely defied the efforts of social science and government. But in practice this does not matter. No one can wait for that problem to be solved, if it ever can be. To modernize is to take everything, the bad with the good, and not to modernize is to play no part in the life of contemporary humanity. One of the unusual, and historically unprecedented, aspects of modernization is that it leaves no choice in the matter (2015, p. 25).

Voltaremos à discussão do fatalismo otimista de Kumar ao discutirmos a questão das estratégias discursivas. Por ora, comparemos a avaliação do autor sobre a modernidade com aquelas apresentadas por Brenner e Wallerstein.

Tal como Kumar, Brenner avalia o capitalismo como um jogo de soma positiva, em termos absolutos, e como um progresso relativo em comparação às sociedades tradicionais. Diferentemente dele, contudo, o autor considera o socialismo como um tipo de sociedade com cujos resultados líquidos potenciais seriam superiores àqueles da sociedade capitalista, embora também se mostre crítico em relação ao socialismo soviético[4], por exemplo. A seguir, apresentaremos brevemente a avaliação de Brenner em relação à modernização.

Ao longo de sua obra, Brenner distingue basicamente dois tipos gerais de modo de produção: os pré-capitalistas, de um lado, e os capitalistas, de outro. A diferença entre eles espelha de maneira bastante aproximada a distinção geral das teorias da modernização entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. Tanto os modos de produção pré-capitalistas quanto os capitalistas baseiam-se na existência de relações de produção desiguais, isto é, de uma estrutura de classes hierarquizada. No caso do pré-capitalismo europeu, por exemplo, a sociedade encontra-se dividida entre senhores feudais e servos camponeses. Já no caso do modo de produção capitalista, a divisão básica se estabelece entre a classe capitalista, de um lado, e a classe trabalhadora, por outro. Os padrões de desenvolvimento característicos de cada um destes modos de produção, contudo, são radicalmente distintos. Assim, enquanto nos modos de produção pré-capitalistas predomina a tendência à estagnação das forças produtivas, sob o capitalismo predomina a tendência ao desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico smithiano se expressa basicamente através de dois indicadores: o crescimento econômico *per capita*, de um lado, e o crescimento populacional, por outro. Nos termos de Brenner, portanto, enquanto o pré-capitalismo é caracterizado por um padrão de desenvolvimento malthusiano, o capitalismo é caracterizado por um padrão de desenvolvimento smithiano. Assim, apesar da permanência de relações de produção desiguais, Brenner considera o advento do capitalismo, isto é, o surgimento das sociedades modernas, como um progresso em relação às sociedades tradicionais, basicamente por três motivos. O primeiro é o desenvolvimento absoluto e cada vez mais reforçado das forças produtivas. O segundo, o enriquecimento relativo dos trabalhadores assalariados em relação a seus pares das

[4] Brenner expõe suas visões sobre o assunto em *The Soviet Union and Eastern Europe: the roots of the crisis* (1991). A apresentação de Brenner sobre a estrutura das relações sociais de propriedade do modo de produção soviético é praticamente idêntica àquela descrita pelo autor sob condições feudais: de um lado, a unidade entre produtores diretos e seus meios de subsistência, de outro, a presença de uma aristocracia sustentada com base na extração política do excedente (p. 1-3). Tais relações impedem a generalização da competição entre os agentes econômicos, desincentivando o desenvolvimento das forças produtivas via acumulação de capital e inovação: Já em relação à ausência de liberdade, Brenner comenta: "Because the bureaucratic ruling class must get its surplus directly by force, the necessary condition for its rule is substantial exclusion of the working class from citizenship, a place in the state. Bureaucratic parliamentary democracy is thus a contradiction in terms" (p. 3). Aqui já se encontra uma pista sobre a relação estabelecida por Brenner entre capitalismo e liberdade, bem como entre trabalho assalariado livre e desenvolvimento econômico.

sociedades tradicionais, não obstante sua "pauperização relativa" em relação à classe capitalista. O terceiro diz respeito ao *status* jurídico superior dos trabalhadores assalariados *livres* em relação ao dos *servos* camponeses. Em termos gerais, portanto, é possível presumir que a função do socialismo de Brenner seria a de implantar relações sociais de propriedade igualitárias e democráticas sem, contudo, abrir mão do legado civilizacional do capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas.

Em relação à avaliação "absoluta" de Brenner sobre o capitalismo, dissemos que o autor o considera como um jogo de soma positivo. Tal afirmação decorre do caráter smithiano do funcionamento atribuído por Brenner ao modo de produção capitalista. As premissas básicas do modelo smithiano de Brenner são, de um lado, a generalização do princípio da competição econômica entre os agentes individuais e, de outro, o princípio inidividual da maximização de lucros, possibilitando a geração de benefícios mútuos com base nos ganhos do comércio, bem como o aumento geral da produtividade a partir da especialização econômica e da expansão da divisão do trabalho na sociedade. Esta é a raiz do desenvolvimento econômico no interior de um modo de produção particular. Brenner é bastante enfático ao afirmar que o comércio, por si só, é incapaz de levar ao desenvolvimento econômico. Assim, no caso do comércio de bens de luxo entre modos de produção pré-capitalistas, o máximo que se pode obter é o prolongamento da tendência às crises malthusianas. Já no caso do comércio entre modos de produção capitalistas, contudo, o modelo smithiano se aplicar igualmente bem, embora Brenner seja menos claro a respeito. Os ganhos mútuos do comércio capitalista derivam da tendência deste modo de produção a promover o aumento da produtividade econômica através da acumulação de capital, que por sua vez resulta da generalização dos princípios da competição e da maximização de lucros entre os agentes econômicos, que podem representar tanto indivíduos quanto estados ou blocos de capital distintos. Mesmo quando analisa a crise contemporânea do capitalismo, Brenner atribui os problemas associados ao longo declínio não à competição capitalista "em si", nem ao esgotamento do potencial produtivo do capitalismo, mas sim ao enrijecimento econômico proporcionado pela maior proporção de capital fixo dos investimentos. Com base nestas considerações, o autor acusa tanto o marxismo ortodoxo quanto certas variantes do keynesianismo não por sua visão excessivamente otimista sobre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas justamente por seu "malthusianismo". A seguir, abordaremos os elementos básicos da avaliação de Wallerstein sobre a modernização.

Ao contrário de Kumar e Brenner, Wallerstein considera o capitalismo como um regresso em relação às sociedades que o precederam. Assim, ao criticar a virada do pensamento de André Gunder Frank exposta em seu livro *Reorient*, Wallerstein afirma,

> Frank says the story does not start in AD 1500, but rather in 3000 Be (or so). Perhaps, but by what logic do we stop at 3000 Be? Why not 10,000 Be? Why not go back to Australopithecus, or to prehominids? Once again, it depends on what question we want to answer. And that depends on your chronosophy. If you think the history of the world has been a linear upward curve, then it is very important to pursue Frank's line of argument. It is explicitly aimed at uhdermining a Eurocentric reading of world progress. Basically, it says that the Europeans, whether circa 1800 or circa 1500, did nothing special. They were a part, a "rather late" part of the story of humanity'S achievements. This is the salutary message Frank bears. And I sympathize with it, except that I do not think that the history of the world has been a linear upward curve. I think, to put it crudely, that the curve essentially went up with the so-called agricultural revolution (despite its social negatives), then essentially went down with the arrival of a capitalist world-system (despite some pluses which have been much exaggerated), and may go up again (but then again may not) with the future demise of the world capitalist system. If this chronosophy is adopted, then it positively impedes clarity of vision to efface the 1500 line. Rather we must exert much more (1994, p. 77)[5].

A menção à abordagem de Frank é duplamente curiosa. Em primeiro lugar porque, tal como Wallerstein, Frank também recorre em sua obra às unidades de análise sistêmicas, embora estas sejam definidas de maneira distinta, ao menos em seus últimos trabalhos. Em segundo lugar, Frank é um dos fundadores das teorias da dependência, cujas conclusões embasam à avaliação de Wallerstein sobre a modernização capitalista em termos absolutos.

O argumento básico da teoria da dependência é o de que a acumulação de capital sob o modo de produção capitalista funciona primordialmente não com base numa dinâmica interna de desenvolvimento econômico, impulsionada pelos princípios da concorrência econômica, da maximização de lucros, e dos ganhos mútuos do comércio. Pelo contrário, o dinamismo do sistema seria fundamentado primordialmente em seu mecanismo de troca desigual não só entre trabalhadores e capitalistas, mas entre as regiões. E é justamente em razão de seu funcionamento baseado nas trocas desiguais que Wallerstein atribui ao capitalismo as características de um "jogo de soma zero", onde os benefícios líquidos realmente aferidos nas regiões centrais são compensados pelos custos líquidos arcados pelas regiões periférícas. O autor resume sua posição na seguinte passagem,

> Parece-me que a única questão pertinente seja: *cui bono?* É claro que, no capitalismo histórico, o tamanho do estrato privilegiado aumentou significativamente. O mundo que essas pessoas conhecem é melhor do que qualquer contrapartida anterior. Elas estão mais prósperas em termos materiais, de saúde, oportunidades de vida e liberdade

[5] Isto não significa que o autor tenha uma visão romantizada em relação às sociedades pré-capitalistas. Nas palavras do autor: Podemos fechar nosso balanço. Sim, é possivel conduir, ao menos de urn ponto de vista qualitativo. Em nossa revisão dos argumentos, ficou claro que o quadro não tern urn lado só. Mas haveria algum fio da meada subjacente, capaz de resumir prós e contras? Penso que sim. Comeõo pela hipótese de que todos os sistemas históricos anteriores conhecidos funcionaram com base em hierarquias de privilégios. Nunca houve uma época de ouro. Portanto, a questão não é escolher entre sistemas históricos bons e maus, mas entre sistemas históricos melhores e piores (1995, p. 118).

> em relação às restrições arbitrárias impostas por pequenos grupos dominantes. Perguntar se estão psiquicamente melhor é levar a questão longe demais (talvez estejam pior).
> Mas, para a outra ponta do espectro – os 50% a 85% da população mundial que não têm privilégios -, o mundo é quase com certeza pior do que qualquer exemplo anterior. É provável que estejam pior materialmente, apesar das mudanças tecnológicas. Em termos substantivos (ou seja, não formais), as pessoas estão mais, e não menos, sujeitas a constrangirnentos arbitrários, pois os mecanismos sob controle do centro são mais difusos e eficientes. E elas suportam o fardo de vários tipos de mal-estar psíquico, bem corno da destrutividade das "guerras civis" (1995, p. 119).

Aqui é, possível perceber que a discussão em termos de "classes" sociais ou, mais precisamente, posição sócio-econômica, se mistura com a discussão em termos de regiões centrais e periféricas[6]. Além disso, a avaliação absoluta e relativa se misturam. Ainda assim, é possível perceber o sentido geral do balanço feito pelo autor sobre o processo de modernização, bem como sobre a relação entre o desenvolvimento das regiões centrais e o subdesenvolvimento das regiões periféricas. Em outro trecho do mesmo livro, Wallerstein radicaliza ainda mais seu argumento sobre a modernização, associando o desenvolvimento capitalista não só à desigualdade ou polarização em si, mas sim à pauperização absoluta da classe trabalhadora, conforme veremos ao longo deste trabalho. A questão da avaliação sobre a modernização nos leva a um dos pressupostos de nossa análise: o de que não é possível realizar uma interpretação neutra do processo de modernização, isto é, de separar seus aspectos objetivos de seus elementos subjetivos. Em outras palavras, nos parece ser impossível evitar analisar a modernização sem avalia-la. Ao longo deste trabalho, procuraremos apresentar argumentos que corroborem nossa visão. Mas, por ora, simplesmente adotaremos tal proposição como um ponto de partida.

A questão da avaliação sobre o processo de modernização também é importante porque permite introduzir o problema do cornucopianismo. O cornucopianismo refere-se à disponibilidade de riquezas. Inicialmente, ele pode ser visto como um tipo de avaliação *excessivamente* positivo ou otimista sobre a modernização. Assim, levando em conta nosso pressuposto sobre a impossibilidade de evitar juízos de valor a respeito da modernização, a atribuição de um caráter positivo a ela não representa, em si, um problema. Mas, mais do que isto, mesmo o exagero em relação à avaliação da modernização não nos parece representar um problema *grave*, ao menos ao nível de exigir um termo próprio para descrevê-lo. Por isso, outra questão importante relacionada ao cornucopianismo refere-se ao caráter quase sempre implícito

[6] Esta é uma das críticas feitas por Arrighi em *Capitalism and the world-system: the non-debates of the 70s* (1998), onde o autor faz um balanço das críticas de Brenner e outros autores a Wallerstein. De fato, para haver uma certa conflação das questões regionais e de classe ao longo da obra do autor.

de seu “elogio à modernidade”, isto é, à tentativa de mascarar o caráter avaliativo da questão sob o disfarce da neutralidade científica ou da objetividade.

Quais são as origens do cornucopianismo? Em The origins of cornucopianism, Jonsson associa o surgimento do cornucopianismo justamente ao processo de expansão colonial europeia iniciado com as Grandes Navegações do século XVI. Já Hornborg enfatiza a importância da utilização de combustíveis fósseis a partir da Revolução Industrial, cuja generalização eliminou *aparentemente* a existência de *trade-offs* percebidos pelas sociedades tradicionais entre os usos alternativos de recursos escasso, como a disputa por terras para a produção de pasto, de um lado, e de alimentos, por outro. Conforme o autor,

> The work of animals and humans always required land, either for animal fodder or for human food. This meant that there was a fundamental competition over land for production of food versus fodder, which farmers had been familiar with for millennia. Feeding draft animals such as horses and oxen claimed significant proportions of the agricultural landscape in preindustrial Europe. There was thus a limit on the amount of transport energy that was available, and on the distances that bulk goods such as food or fodder could be transported, before the quantity of energy used to transport the goods exceeded the energy content of the goods themselves. This constraint was a consequence of the fact that both kinds of energy represented the product of a quantity of land. Fossil fuels provided a form of energy that did not compete with food production or other uses of the land. This meant that access to land no longer represented the ultimate constraint, as it had to the Physiocrats and to Malthus. Provided that the price of fossil fuels was low enough, it did not matter if the energy expended in transports exceeded the energy content of the cargo. From now on, the same logic applied to production, including agriculture. Relative market prices of various forms of energy, including labor, determined input– output ratios and the feasibility of different kinds of technology. Industrialized production and mechanized transports—of imports as well as exports—went hand in hand. The economic expansion of Britain was determined by the market prices of cotton textiles, slaves, and coal, not by the ability of British crops to harness solar energy. (2016, p. 22-23).

Em relação aos impactos causados por esta transformação na sociedade moderna, Hornborg comenta,

> It is not difficult to imagine how this fundamental transformation of economic rationality must have impacted on human perceptions of society. Natural constraints were no longer absolute but could be transcended with the help of new technology. If British soils had been exhausted of nutrients, they could be replenished through the import of guano and phosphates from islands in the Pacific. The extent to which this relied on slave-like working conditions on those islands as well as in the British coal mines was made more or less invisible by the impersonal logic of the market, as were the ecological consequences. The concept of technology from now on signified the seemingly magic capacity of some humans to improve their conditions through sheer ingenuity. Technology thus continued to be perceived as more or less completely a product of inventiveness, without regard to the particular kinds of global exchange relations on which it depended. Moreover, technology was perceived as inevitably progressing toward higher and higher efficiency. But, like rationality, efficiency is ubiquitously defined by the cultural and societal context. If conceived in terms of an

> input–output analysis, the parameters for assessing efficiency were not related to expenditures of energy, but rather to the input and output of money, and of upper-class human time (2016, p. 23).

Assim, a possibilidade do cornucopianismo teria dependido historicamente da expansão territorial do sistema-mundo europeu, por um lado, e à percepção ilusória proporcionada pela generalização dos combustíveis fósseis da ausência de *trade-offs* e custos substanciais ligados a sua utilização, como a poluição.

Levando em conta nossa discussão em termos dos custos e benefícios da modernização, é possível dizer que o primeiro problema do cornucopianismo resulta de uma "inflação" de seus benefícios e da "deflação" dos custos da modernização. O outro problema, por sua vez, resulta da atribuição de um caráter objetivo à avaliação subjetiva das variáveis da equação. Em relação às realizações avaliadas pelo cornucopianismo, é possível referir-se tanto aos fenômenos já confirmados pela experiência, quanto às promessas futuras de continuidade do processo de modernização. Talvez se possa exemplificar o que queremos dizer com o cornucopianismo "passado" com uma passagem de *Economic possibilities for our grandchildren* (1963, [1931]), publicado em meio à depressão econômica iniciada em 1929. Aqui, Keynes inicia seu texto com a seguinte observação,

> We are suffering just now from a bad attack of economic pessimism. It is common to hear people say that the epoch of enormous economic progress which characterised the nineteenth century is over; that the rapid improvement in the standard of life is now going to slow down --at any rate in Great Britain; that a decline in prosperity is more likely than an improvement in the decade which lies ahead of us.
> I believe that this is a wildly mistaken interpretation of what is happening to us. We are suffering, not from the rheumatics of old age, but from the growing-pains of over-rapid changes, from the painfulness of readjustment between one economic period and another. The increase of technical efficiency has been taking place faster than we can deal with the problem of labour absorption; the improvement in the standard of life has been a little too quick; (…) We forget that in 1929 the physical output of the industry of Great Britain was greater than ever before, (…) (1931, p. 1).

É importante notar que, aqui, Keynes adota uma visão explicitamente positiva em relação ao passado, e daí sua crítica ao pessimismo "injustificado" prevalecente na população. Dada nossa pressuposição de que as avaliações sobre a modernização são indistinguíveis de sua análise, o caráter declarado do otimismo de Keynes não nos parece um defeito. Pelo contrário. A única objeção que pode talvez possa ser feita aqui, ao menos no que diz respeito ao cornucopianismo, refere-se, a princípio ao caráter "exagerado" de suas proposições. Sigamos o argumento de Keynes,

> At some epoch before the dawn of history perhaps even in one of the comfortable intervals before the last ice age-there must have been an era of progress and invention comparable to that in which we live to-day. But through the greater part of recorded history there was nothing of the kind.
> The modern age opened; I think, with the accumulation of capital which began in the sixteenth century. I believe-(…) that this was initially due to the rise of prices, and the profits to which that led, which resulted from the treasure of gold and silver which Spain brought from the New World into the Old. From that time until to-day the power of accumulation by compound interest, which seems to have been sleeping for many generations, was re-born and renewed its strength. And the power of compound interest over two hundred years is such as to stagger the imagination (1931, p. 2).

A respeito da origem do recurso que viria a se multiplicar a partir acumulação de juros compostos, Keynes é mais uma vez surpreendentemente honesto,

> (...) I trace the beginnings of British foreign investment to the treasure which Drake stole from Spain in 1580 (p. 2).

Os investimentos obtidos por Drake são investidos pela rainha Elizabeth na Companhia do Levante, cujos lucros constituem a "fundação dos investimentos externos subsequentes da Inglaterra" (1931, p. 3). Depois de fazer algumas suposições sobre a taxa média de juros reais auferidas com base nestes investimentos, Keynes chega à conclusão de que, "então, cada £1 que Drake trouxe de volta para casa em 1580 tornou-se agora £100,000. Tal é o poder dos juros compostos!" (1931, p. 3). Assim, a partir da modesta quantia de £40.000, teria sido possível obter a soma de £4.000.000.000 com o passar do tempo. Não é preciso avaliar aqui o maior ou menor grau de credulidade ou ironia pretendido por Keynes, apenas apontar o caráter inquestionavelmente otimista de sua posição. A partir daí, o processo de modernização acelera-se ainda mais. Conforme o autor,

> From the sixteenth century, with a cumulative crescendo after the eighteenth, the great age of science and technical inventions began, which since the beginning of the nineteenth century has been in full flood--coal, steam, electricity, petrol, steel, rubber, cotton, the chemical industries, automatic machinery and the methods of mass production, wireless, printing, Newton, Darwin, and Einstein, and thousands of other things and men too famous and familiar to catalogue (1931, p. 3).

Com base nestes argumentos, Keynes chega ao seguinte balanço em relação à modernização passada,

> What is the result? In spite of an enormous growth in the population of the world, which it has been necessary to equip with houses and machines, the average standard of life in Europe and the United States has been raised, I think, about fourfold. The growth of capital has been on a scale which is far beyond a hundredfold of what any

> previous age had known. And from now on we need not expect so great an increase of population (1931, p. 3).

Assim, tal como Kumar e Brenner, Keynes associa o processo de modernização à possibilidade de superação do teto demográfico malthusiano, de um lado, e ao grande crescimento econômico *per capita*, por outro. O otimismo de Keynes não implica que o autor desconheça a existência de problemas relacionados ao processo de modernização. Assim, por exemplo, o autor identifica o problema econômico da humanidade à existência do "desemprego tecnológico".

> We are being afflicted with a new disease of which some readers may not yet have heard the name, but of which they will hear a great deal in the years to come--namely, *technological unemployment.* This means unemployment due to our discovery of means of economising the use of labour outrunning the pace at which we can find new uses for labour (1931, p. 3).

Keynes deixa claro, portanto, que não ignora a existência de custos da modernização. Logo em seguida, contudo, o autor complementa,

> But this is only a temporary phase of maladjustment. All this means in the long run *that mankind is solving its economic problem. I* would predict that the standard of life in progressive countries one hundred years hence will be between four and eight times as high as it is to-day. There would be nothing surprising in this even in the light of our present knowledge. It would not be foolish to contemplate the possibility of afar greater progress still (1931, p. 3).

A partir daí, a análise otimista de Keynes sobre o passado serve de base para suas previsões, isto é, para as promessas cornucopianas em relação ao futuro. As previsões de Keynes sobre o futuro do processo de modernização são sintetizadas na seguinte passagem,

> I draw the conclusion that, assuming no important wars and no important increase in population, the *economic problem* may be solved, or be at least within sight of solution, within a hundred years. This means that the economic problem is not-if we look into the *future-the permanent problem of the human race.* (1931, p. 4)

Keynes acreditava de forma tão firme na tendência à superação da escassez e da necessidade de obter a subsistência a partir do trabalho, que supunha que o problema futuro humanidade decorrente da modernização seria de natureza psicológica, e não econômica.

Assim, como evitar que a riqueza, combinada ao "excesso" de tempo livre, resultasse num colapso nervoso generalizado?[7]

> Thus for the first time since his creation man will be faced with his real, his permanent problem-how to use his freedom from pressing economic cares, how to occupy the leisure, which science and compound interest will have won for him, to live wisely and agreeably and well.
> The strenuous purposeful money-makers may carry all of us along with them into the lap of economic abundance. But it will be those peoples, who can keep alive, and cultivate into a fuller perfection, the art of life itself and do not sell themselves for the means of life, who will be able to enjoy the abundance when it comes.
> Yet there is no country and no people, I think, who can look forward to the age of leisure and of abundance without a dread. For we have been trained too long to strive and not to enjoy (1931, p. 5).

Parece difícil ignorar o caráter profundamente cornucopianista da visão de Keynes sobre o futuro. Assim, ao contrário de sua versão histórica, o cornucopianismo "profético" não reconhece quaisquer limites, justamente por constituir uma simples previsão ou promessa, sujeita a diversas cláusulas *coeteris paribus* ou *ad hoc* que na prática imunizam os "modelos" da necessidade de auto-crítica. Neste caso, a modernização aparece simultaneamente como um processo de multiplicação dos benefícios, por um lado, e de redução dos custos, por outro. Sequer são considerados, por exemplo, os *trade-offs* envolvidos na "alocação alternativa de recursos escassos", para não mencionar os custos ambientais e humanos envolvidos no processo de modernização. O resultado é uma visão que se assemelha a um de milagre da "multiplicação dos peixes". O maior problema, contudo, talvez não seja o fato de que Keynes tenha revelado ao mundo seus sonhos "indiscretos" sobre o potencial da modernização justamente em meio à Grande Depressão de 1929, mas sim o de que seu artigo continue sendo considerado um ponto de referência "científico" sobre o assunto, isto é, uma interpretação respeitável da realidade da modernização. Em qualquer outra área de atividade, tal tipo de especulação seria encarada, no mínimo, com preocupação, mas mais provavelmente com desprezo. Imagino que alguém que buscasse obter um empréstimo, por exemplo, para iniciar seu próprio processo de multiplicação de juros compostos usando uma linha de argumentação parecida talvez recebesse uma resposta muito pouco agradável. A partir de certo ponto, a discussão centrada em torno de "promessas"

[7] Para expressar seus temores, Keynes usa o exemplo das esposas ricas (wives of the well-to-do classes): (…) unfortunate women, many of them, who have been deprived by their wealth of their traditional tasks and occupations – who cannot find it sufficiently amusing, when deprived of the spur of economic necessity, to cook and clean and mend, yet are quite unable to find anything more amusing (1931, p. 4). É difícil apreciar se o objetivo de Keynes aqui é apenas o de ser irônico ou disfarçar o preconceito com ironia.

torna difícil diferenciar até mesmo o otimismo do desespero eufórico, o exagero do delírio, a seriedade de seu oposto.

Podemos encerrar nossa discussão sobre o cornucopianismo retomando algumas observações. Em termos gerais, ele pode ser definido como uma visão exageradamente positiva sobre os resultados líquidos da modernização, de um lado, e exageradamente otimista em relação a suas perspectivas por outro. O exagero decorre, por um lado, da inflação dos benefícios da modernização. De outro, decorre da deflação ou, até mesmo, da desconsideração de seus custos. Por fim, o cornucopianismo encontra-se associado à atribuição de um caráter *objetivo* não só à avaliação da modernização passada, mas até mesmo às suas promessas mais selvagens. O problema é que, mesmo quando se chega a um acordo sobre as variáveis a serem consideradas e aos pesos que se deve atribuir a elas, é preciso saber ainda qual a população ou "universo de referência" a ser avaliado, o que nos leva diretamente à questão da unidade de análise.

O problema da unidade de análise se refere ao recorte adequado de um determinado objeto de estudo por parte do sujeito que se debruça sobre ele, considerando-se basicamente três dimensões: a temática, a espacial e a temporal. No caso do estudo de diferentes tipos de sociedades, a questão da unidade de análise também diz respeito ao "ciclo de vida" do objeto. Assim, é preciso levar em conta tanto sua origem, normalmente com a transição ou amalgamação a partir de sociedades prévias; seu funcionamento ou desenvolvimento; e sua desintegração, que pode ocorrer seja por motivos internos, seja por meio da incorporação ou destruição por parte de fatores exógenos naturais ou sociais. O recorte do objeto pressupõe sua independência. Ao mesmo tempo, recortar algo significa destacá-lo de seu contexto original. Por isso, especialmente no caso das ciências sociais, normalmente a independência do objeto costuma ser, no máximo, relativa. O recorte da unidade de análise implica, portanto, a distinção entre características internas e externas.

As características internas referem-se às propriedades do objeto, isto é, àqueles fatores que fazem do objeto uma entidade relativamente autônoma, ao passo que as características externas dizem respeito ao contexto ou universo em que o objeto se encontra inserido. A determinação de características internas não implica necessariamente a negligência ou mesmo a subestimação das influências externas. O sentido das ideias de internalidade e externalidade pode assumir significados distintos. É possível considerar a externalidade, por exemplo, simplesmente como uma necessidade de simplificar teoricamente a complexidade real do objeto. Ou ainda, é possível entende-la no sentido de que o objeto tem uma dimensão tão pequena em relação ao universo que o circunda que sua influência sobre ele pode ser

considerada desprezível. É possível também separar a internalidade da externalidade com base em critérios como o "mérito" ou a "responsabilidade" atribuída ao objeto em relação a suas consequências sobre o contexto. Neste sentido, a independência assume o sinônimo de "inimputabilidade" ou inocência em relação às questões externas, e a interdependência o sentido de responsabilidade compartilhada em relação aos resultados totais. Por fim, caso o objeto seja considerado completamente independente em relação a seu contexto, a externalidade assume o sentido de fenômeno negligenciável, dada sua desconexão absoluta em relação ao objeto. É possível que haja ainda outras formas de definição, mas tais exemplos são suficientes para apresentar a complexidade da questão.

A definição da unidade de análise envolve questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas. As questões ontológicas referem-se às propriedades do objeto, as metodológicas às condições para a aquisição de conhecimento por parte do sujeito, e as metodológicas aos procedimentos que permitem produzir e tornar acessível determinado tipo de conhecimento.

No que se refere às ciências sociais, a definição da unidade de análise é feita com base em três níveis distintos: os indivíduos, os grupos sociais, e a sociedade como um todo. No caso dos indivíduos e dos grupos sociais, a escolha da unidade de análise não necessariamente ignora as determinações de ordem superior sobre o objeto, apenas considera-as como sendo exógenas. Dados os sentidos distintos que podem ser assumidos por ela, contudo, é preciso que o significado da exogeneidade seja explicitado para evitar problemas analíticos e expositivos. No caso dos estudos sobre a modernização, cuja origem costuma ser associada ao surgimento do capitalismo, a unidade de análise dada pelos grupos sociais costuma ser dada pelos estados territoriais ou estados nacionais. Em alguns casos, é possível ainda identifica-la a regiões ou "civilizações" como a Europa, embora neste caso, seja possível discutir sobre o caráter subsistêmico ou sistêmico da unidade de análise.

A princípio, pode parecer que a seleção da unidade de análise seja questão inócua ou, no máximo, secundária. Sua escolha parece ser meramente contigente às propriedades do objeto ou aos objetivos imediatos dos sujeitos, como a busca por destacar o papel específico de determinadas características do objeto. Ocorre, contudo, que a seleção de unidades de análise distintas pode resultar não apenas em distorções ou na enfatização desproporcional de determinadas características, mas sim a resultados completamente opostos em relação ao objeto de estudo. Por isso, problemas como o reducionismo metodológico ou o determinismo sistêmico podem trazer consequências imensamente importantes do ponto de vista da análise e avaliação de determinado objeto. O reducionismo metodológico refere-se à subestimação ou mesmo negligência em relação à importância do papel fatores externos em relação ao objeto de

estudo, tanto sobre suas propriedades como sobre sua trajetória. No âmbito das ciências sociais, e mais especificamente em relação ao processo de modernização, é possível identificar dois tipos básicos de reducionismo: o individualismo metodológico, de um lado, e o nacionalismo metodológico, de outro. O individualismo metodológico pode surgir, por exemplo, quando ocorre a desconsideração da importância do contexto social na formação da personalidade, bem como na seleção das escolhas feitas por eles. Já no caso do nacionalismo metodológico, o problema se refere à desconsideração ou subestimação dos fatores sistêmicos que influem sobre a formação da "personalidade" e das "escolhas" dos Estados nacionais individuais. Por fim, o determinismo sistêmico diz respeito à superestimação dos aspectos estruturais em detrimento da agência de seus elementos individuais, sejam eles formados por indivíduos ou grupos sociais como Estados nacionais. No nosso caso, não é meramente fortuito que, apesar de sua filiação ao socialismo e da adoção comum de uma abordagem simultaneamente teórica e histórica, Brenner e Wallerstein cheguem a resultados praticamente opostos em relação aos resultados líquidos da modernização e, portanto, sobre os "méritos" e "deméritos" do capitalismo. Como veremos, tais distinções resultam de seus distintos recortes do objeto, isto é, sua adoção de unidades de análise diferentes. Antes de prosseguir, talvez seja útil apresentar um quadro comparativo simplificado das diferenças entre as abordagens de Brenner e Wallerstein ligadas à adoção de unidades de análises distintas,

TABELA 2 – Reflexos da adoção de unidades de análise distintas em Brenner e Wallerstein

CATEGORIA COMPARATIVA	BRENNER		WALLERSTEIN	
Unidade de análise	**Nacional**		**Sistêmica**	
Sociedade analisada	Tradicional	Moderna	Moderna	
Independência/Dependência	Feudalismo	Capitalismo	Periferia capitalista	Centro capitalista
Princípio de sociabilidade	Monopólio	Competição	Competição	Monopólio
Estado	Forte	Fraco	Fraco	Forte
Fonte de poder	Rentismo	Produtividade	Trabalho e Natureza	Periferia
Controle do trabalho	Coerção	Assalariamento	Coerção	Assalariamento
Crescimento	Extensivo	Intensivo	Extensivo e intensivo	
Extração de excedente	Política	Econômica	Política e Econômica	
Comércio	Troca desigual	Troca de equivalentes	Troca desigual	
Mentalidade dominante	Aristocrática	Burguesa	Aristocrática	
Crise	Escassez	Superprodução	Esgotamento de arenas externas a incorporar	
Interação sistêmica	Soma zero	Soma positiva	Soma zero	
Motor do crescimento	Superexploração	Inovação	Inovação central viabilizada por superexploração periférica	
Modernização	Ausente	Positiva	Negativa	
Visão de mundo geral	Particularista	Universalista	Particularismo disfarçado de universalismo	
Ideal de mercado	Mercantilismo	Liberalismo	Liberalismo p/ mercadorias competitivas do centro, mercantilismo p/ mercadorias não competitivas	

Fonte: Elaboração própria

Tal quadro não representa um resumo perfeitamente fidedigno das posições de Brenner e Wallerstein sobre as categorias envolvidas, mas uma aproximação razoável. Seu objetivo é destacar como a questão da unidade de análise acarreta consequências importantes

em relação à análise e avaliação de um objeto de estudo. É possível notar que o feudalismo de Brenner se aproxima, em diversos aspectos, da periferia capitalista de Wallerstein. Já em relação ao centro, há alguns aspectos semelhantes, como a maior presença do assalariamento, e aspectos radicalmente distintos. Talvez o que mais chame atenção entre eles seja a associação que Brenner faz do capitalismo com a concorrência, e que Wallerstein associa, ao menos no caso dos "modos de produção" centrais aos quais Brenner se dedica, aos monopólios. Assim, enquanto Brenner identifica a tendência à inovação justamente a partir da concorrência generalizada entre os agentes econômicos sob o capitalismo, Wallerstein tende a associar a concorrência justamente às práticas mais predatórias e mais conservadores que prevalecem na periferia, e a inovação justamente com o grau menos selvagem de concorrência das regiões centrais, bem como à sua maior disponibilidade de recursos. Para Brenner, portanto, a inovação é fruto da necessidade que a iminência de eliminação do mercado representa, cujo efeito é o estímulo à tomada de riscos. Para Wallerstein, por outro lado, é justamente o caráter controlado do ambiente competitivo, bem como sua maior disponibilidade de recursos, o que explica no longo prazo a possibilidade de inovação no centro. Neste sentido, talvez se possa dizer que, para Wallerstein, a competição só trás resultados potencialmente frutíferos caso os riscos associados à inovação não impliquem uma questão de "vida ou morte", como parece ser o caso no modelo de Brenner do capitalismo.

Há também outras diferenças importantes entre o capitalismo de Brenner e Wallerstein, como a mentalidade "burguesa" da classe dominante no caso do primeiro, e "aristocrática" no segundo. Mais uma vez, enquanto Brenner parece por vezes considerar que os capitalistas tenham uma mentalidade competitiva quase inata, independentemente da posição em que se encontram no interior do modo de produção capitalista, Wallerstein considera que o ideal de todo burguês é se tornar um rentista, isto é, não depender da obtenção de ganhos correntes obtidos via gerenciamento para garantir a própria reprodução social. Pode-se mencionar ainda o caráter "produtivista" dos capitalistas em Brenner, e "parasitária" no caso de Wallerstein, focada na exploração do trabalho e da natureza, no caso da periferia, e em sua apropriação pelo centro através da exploração periférica. Estas discussões serão elaboradas ao longo deste trabalho. O importante aqui é chamar atenção para as consequências importantes que a adoção de unidades de análise distintas pode acarretar. A seguir, apresentaremos alguns dos elementos dos debates sobre a unidade de análise e o nacionalismo metodológico, chamando atenção para sua relação a modernização.

O debate clássico sobre a unidade de análise[8], ao menos no campo das Relações Internacionais, remonta ao artigo *The level-of-analysis problem in International Relations*, publicado por Singer em 1961. O termo nível de análise é usado aqui como sinônimo de unidade de análise. No trabalho, o autor define a possibilidade da adoção de três níveis ou unidades de análise distintos: o individiual, o nacional e o sistêmico. Além disso, Singer distingue dois tipos de objetivos distintos definidos por parte do sujeito que se dedica à análise, a explicação e a predição. Apesar de mencionar o nível de análise individual, o autor se concentra na comparação dos argumentos a favor das unidades nacionais ou "subsistêmicas", de um lado, e sistêmicas, por outro. Em termos preditivos, Singer considera ambos os modelos igualmente promissores. Já em termos explicativos, o autor defende que a superioridade das unidades nacionais ou subsistêmicas, em razão de seu maior potencial para construção de relações causais significativas, e não meramente a identificação de correlações[9]. Logo em seguida, contudo, o autor faz o seguinte comentário,

> Does this summary add up to an overriding case for one or another of the two models? It would seem not. For a staggering variety of reasons the scholar may be more interested in one level than another at any given time and will undoubtedly shift his orientation according to his research needs. So the problem is really not one of deciding which level is most valuable to the discipline as a whole and then demanding that it be adhered to from now unto eternity.22 Rather, it is one of realizing that there is this preliminary conceptual issue and that it must be temporarily resolved prior to any given research undertaking. And it must also be stressed that we have dealt here only with two of the more common orientations, and that many others are available and perhaps even more fruitful potentially than either of those selected here (1961, p. 90).

Assim, mesmo que sugira a maior utilidade do nível subsistêmico, o autor acaba por defender a validade da adoção tanto das unidades de análise nacionais quanto sistêmicas. A única ressalva feita por ele, contudo, é a de que o nível ou unidade de análise deve permanecer constante ao longo da pesquisa. Na frase seguinte, contudo, o autor afrouxa o caráter imperativo de sua recomendação, sugerindo apenas que quaisquer mudanças sejam feitas de forma consciente,

---

[8] Sobre a unidade de análise, conferir, além de Singer (1961), Hollis e Smith (1991a, 1991b), Wendt (1991, 1992), Moul (1973), Yurdusev (1993). Sobre o nacionalismo metodológico, Vieira (2015), Pradella (2014), Chernillo (2008), Medeiros (2010).

[9] (…) there seems little doubt that the subsystemic or actor orientation is considerably more fruitful, permitting as it does a more thorough investigation of the processes by which foreign policies are made. Here we are enabled to go beyond the limita- tions imposed by the systemic level and to replace mere correlation with the more significant causation (1961, p. 90).

> However, even if the case for one or another of the possible levels of analysis cannot be made with any certainty, one must nevertheless maintain a continuing awareness as to their use. We may utilize one level here and another there, but we cannot afford to shift our orienta- tion in the midst of a study. study. And when we do in fact make an original selection or replace one with another at appropriate times, we must do so with a full awareness of the descriptive, explanatory, and predictive implications of such choice (1961, p. 90-91).

As conclusões do autor nos parecem bastante prudentes, evitando a defesa de qualquer tipo de "fundamentalismo" metodológico. Apesar disso, contudo, a leitura do texto de Singer parece acarretar uma certa sensação de incompletude ou insatisfação. O próprio autor parece consciente do problema quando afirma que,

> A final point remains to be discussed. Despite this lengthy exegesis, one might still be prone to inquire whether this is not merely a sterile exercise in verbal gymnastics. What, it might be asked, is the difference between the two levels of analysis if the empirical referents remain essentially the same? Or, to put it another way, is there any difference between international relations and comparative foreign policy? (1961, p. 91).

Em seguida, Singer discute como a adoção de unidades de análise distintas pode levar a conclusões praticamente opostas em relação a um mesmo assunto. De fato, este é um ponto importante. Mas, se os resultados obtidos dependem da unidade de análise, e se o objetivo da adoção de uma determinada unidade em detrimento de outras é justamente chegar a resultados mais próximos da realidade, então como é possível decidir "objetivamente" entre visões alternativas de um mesmo fenômeno? Ou ainda, como evitar que o recorte do objeto obedeça meramente às preferências individuais dos pesquisadores, ou aos objetivos políticos de seus patrocinadores? Infelizmente, não parece haver aqui uma resposta à questão.

Em *Reconsidering contexts and units of analysis* (2012), Faist e Nergiz parecem sugerir uma qualificação importante. Aqui, os autores consideram enfaticamente a unidade de análise enquanto um processo de recorte de um determinado objeto de um determinado contexto. Neste sentido, os autores diferenciam a unidade de análise, de um lado, do universo de relações sociais onde o objeto encontra-se inicialmente inserido. Com base nesta distinção, os autores revisam uma série de artigos sobre o problema do nacionalismo metodológico que abordam questões transfronteiriças, identificando três tipos de relações entre unidade de análise e contexto,

> Consequently, one way to classify cross-border studies is to see them as a continuum of various positions with regard to different ways of relating units of analysis and contexts to each other. At one end of this continuum we have a position that relates

> units of analysis and contexts to each other in a clear-cut way. The second position— in the middle of our imagined continuum— advocates a historically contingent relationship between the units of analysis and contexts in question. Finally, the third optic—at the oppositional end of this continuum— views the correspondence between the units of analysis and contexts as contingent. This means that this optic avoids a concrete predefinition of the relationship between the "cases" and contexts in question at the early stage of the research process (2012, p. 351-352).

Ao estabelecer a relação entre a unidade de análise e seu contexto, Faist e Nergiz parecem realmente contribuir para a eliminação de um tipo específico de reducionismo metodológico: aquele que identifica o objeto de estudo ao seu contexto, isto é, que adota a unidade de análise enquanto "universo de análise". O objetivo explícito dos autores desta coletânea é ir "Além do nacionalismo metodológico", como sugere o títutlo do livro. Daí que a crítica a este problema metodológico receba uma importância tão descada em seu trabalho. Assim, é possível imaginar que os autores se refiram a abordagens que partem de unidades de análise nacionais, atribuindo seu funcionamento completamente a fatores internos, e ignorando completamente a influência de fatores externos. O problema, contudo, é que tal tipo de "fundamentalismo" metodológico parece ser extremamente raro, e sua identificação bastante controversa. Talvez um exemplo nos ajude a clarificar melhor o problema.

Em *Bridging the theory/meta-theory gap in international relations* (1991), Wendt inicia um debate a respeito do problema da unidade de análise, bem como sobre os papeis relativos da estrutura e agência na determinação das propriedades e trajetória de determinado objeto. A certa altura, o autor refere-se à obra de Waltz sobre as Relações Internacionais, cujo objetivo seria a criação de uma teoria sistêmica das relações internacionais construída com base em referências à teoria micro-econômica. Apesar do objetivo explícito de Waltz pela adoção da unidade de análise sistêmica, contudo, o autor teria produzido uma abordagem afetada pelo individualismo metodológico ao nível dos estados nacionais. Assim,

> Waltz's theory is quite compelling as an account of how the structure of the states system shapes the behaviour of states, but in his theory the characteristics of that structure are built up out of the ontologically primitive attributes of states. The distribution of capabilities is a function of state attributes, the lack of functional differentiation is a function of the fact that modern states all have the attribute of sovereignty, and even the fact that the states system is a competitive system in which power politics rules is a function of the fact that states are egoistic about their security. The sovereign, egoistic state endowed with certain capabilities, in other words, is the ontologically given unit by the aggregation of which the structure of Waltz's states system, is constituted. This is a thoroughly individualistic ontology. This does not invalidate Waltz's powerful argument about how the structure of a system so constituted shapes the behaviour of its elements. But the kind of systemic determination involved here is of behaviour, not one of constituting those elements themselves. This is no different in logical form than the 'situational determinism that characterizes micro-economic explanations (which take as their starting point agents

> with given powers and interests), and as such it is no surprise that micro-economic analogies animate Waltz's whole argument. Is neoclassical micro-economic theory holistic? Not in my view, since as Hollis and Smith themselves make clear, a truly holistic theory would explain the powers and interests of agents in terms of irreducible properties of social structure. (1991, p. 388-389).

O objetivo da crítica de Wendt a Waltz não é simplesmente o de mostrar que o objetivo sistêmico de seus esforços tenham sido traídos por seu individualismo/nacionalismo implícito. Na verdade, suas observações são destinadas a criticar a abordagem outros autores, Hollis e Smith, sobre o problema do individualismo ou nacionalismo ontológico que muitas vezes se esconderia por trás da adoção de unidades de análise sistêmicas. O texto Hollis e Smith em que Wendt se baseia, *Explaining and Understanding International Relations* (1991), é ele próprio, dedicado à discussão dos problemas relacionados à unidade de análise. Em sua réplica a Wendt, Hollis e Smith fazem uma crítica importante à visão de Wendt sobre o individualismo ontológico ou metodológico das teorias micro-econômicas. Assim,

> What is not in dispute is that Waltz uses the analogy of microeconomics to develop his notion of an international system. But what does the microeconomic analogy imply about system structure? Wendt, Dessler and Ashley take it as meaning that Waltz is committed to an individualistic ontology, and we agree that some of the preceding quotes imply precisely that. But some of the quotes also imply that, once created, the market is a *cause* of unit behaviour. It is no obstacle to treating a system as an entity with causal powers that it emerged from an original set of units and their relations. If Waltz sees them as a cause in the way that they 'select' behaviour and socialize actors, then they are something more than merely the unintended consequences of unit behaviour. Frankenstein's monster soon acquired a life of its own (1991, p. 401).

Este ponto nos parece essencial. No campo da economia, por exemplo, as teorias micro-econômicas parecem ser frequentemente vilipendiadas em razão de sua falha em perceber que "o todo é maior que a soma das partes", especialmente por adeptos das teorias de modernização de viés desenvolvimentista. O que Hollis e Smith parecem sugerir, contudo, é que a crítica microeconômica na verdade atinge apenas suas abordagens mais superficiais, ou ainda, certos tipos de "espantalhos teóricos" especialmente desenhados por seus detratores. Os autores aprofundam sua problematização da crítica à microeconomia na seguinte passagem,

> To pursue the economic analogy for a moment, are market forces really only the unintended consequences of the behaviour of firms? Are they not causal forces for the firms concerned, dictating decisions over price, output and product? In microeconomics the notion of market forces is used in very different ways, sometimes with firms as truly individual units, sometimes with firms 'as if they were individual units, and sometimes with market forces as an emergent external structure which drives inefficient firms out of business. Then there are 'market forces', which often

> sound uncommonly like causes of unit behaviour, which microeconomists treat with awe. When firms which behave irrationally are driven out of business by 'market forces' is this just a short-hand way of saying that other firms and economic agents destroy their business or is something more literal intended? It seems to us that microeconomists often rely on a functionalist explanation which accounts for the success of winners by showing how they satisfy the requirements of the market system. We do not mean that this is the only way to construe the analogy, still less the right way. But it is certainly possible to think of the market system as an independent source of enablements and constraints for firms; and, in general, the agent-structure debate is flourishing in economics too. To suppose that it has been resolved in favour of individualism is to beg the question (1991, p. 401-402).

As observações de Hollis e Smith são voltadas ao caráter muitas vezes superficial das críticas ao individualismo metodológico "alheio". Nos parece, no entato, que o mesmo pode ser dito às críticas sobre o nacionalismo metodológico. Antes de nos dedicar a esta discussão, cabe mencionar, ainda que de passagem, a crítica feita por Hollis e Smith ao "holismo metodológico", cujos problemas derivam da radicalização do estruturalismo, isto é, de seu caráter determinista, eliminando o papel de agência dos integrantes que conformam o sistema. O holismo metodológico é uma das críticas que podem ser feitas à abordagem Wallerstein. Dado nosso foco na relação entre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo, contudo, não poderemos nos dedicar a ele. É preciso reconhecer, contudo, que uma análise mais completa das abordagens de ambos os autores deveria incluir uma discussão mais aprofundada sobre esta questão metodológica.

Voltando à questão do nacionalismo metodológico, em seu artigo *Methodological nationalism: theory and history* (2008), Chernillo faz a seguinte observação,

> But the paradoxical constitution of the debate comprises another dimension still. This is the feature that the label 'methodological nationalism' is being thrown back and forth among the discussants, rather wildly, as a mark of shame. We are in the presence of a certain intellectual outlook that is universally rejected but which is, allegedly at least, equally fairly well extended across the contemporary social sciences. Methodological nationalism is generally recognised as a sin but we are left with no way out of it because we all become unintended sinners the very second we try to grasp the nation-state's fundamental features and the problematic nature of its position in modernity: *the very attempt at studying the nation-state with conventional social scientific means became coeval with its effective reification and naturalisation*. We all believe ourselves to be smart enough to recognise the difficulties it poses, analytical enough to distinguish when we see it and sceptical enough to be able to transcend it. We all claim being aware of the problem but our arguments are all found equally problematic the very moment we try to put our hands on the nation-state.[2] The paradox of methodological nationalism consists thus in that *no one admits to be committed to it and yet its presence is allegedly found almost in every corner of the twentieth-century social scientific landscape* (2008, p. 3).

Tal como Hollis e Smith, Chernillo chega através de sua pesquisa à conclusão de que as críticas ao reducionismo metodológico muitas vezes atribuídas às abordagens alheias resultam

de uma leitura seletiva e simplista de suas obras, especialmente no caso de autores clássicos. Retomando o artigo de Faist e Nergiz, sabe-se que a intenção dos autores da coletânea é superar o "nacionalismo metodológico". Sua apresentação em termos da relação entre a unidade de análise e seu contexto nos parece de fato contribuir para a solução do problema, ao permitir a diferenciação de fatores internos e externos, permitindo que ambos assumam um papel de importância. Ao mesmo tempo, parece que o único tipo de nacionalismo metodológico que realmente pode ser eliminado com base nestas observações é aquele que identifica a unidade de análise ao universo de análise, deixando intocados todos os demais tipos de nacionalismo metodológico possíveis. Além disso, até certo ponto a discussão sobre a unidade de análise e seu contexto simplesmente parece recolocar os mesmos problemas em outro patamar, forçando a definição daquilo que se entende por fatores internos e externos. Novamente, portanto, a questão da unidade de análise parece voltar quase ao ponto de partida, sem que se possa apontar uma saída minimamente "objetiva" ao problema.

No caso da seleção de uma unidade de análise voltada ao estudo da modernização, o problema parece se complicar ainda mais. Afinal, é um ponto praticamente consensual o fato de que os Estados nacionais assumem um papel importante ligado ao processo de modernização. Neste caso, contudo, deve-se considerar a modernização como um atributo inicialmente restrito a uma determinada região (como a Europa ou a Inglaterra, ou, pelo contrário, considerar a transformação dos estados em direção à modernização como fruto das determinações sistêmicas do mundo moderno? Por mais que iluminem determinadas questões, o debate sobre a unidade de análise, bem como sobre os problemas do nacionalismo metodológico, parecem não responder satisfatoriamente à questão. Para abordar mais de perto o problema, é possível aplicar os *insights* de Hollis e Smith às críticas ao nacionalismo metodológico feitas contra o pensamento desenvolvimentista, a vertente econômica das teorias de modernização.

O pensamento desenvolvimentista florece primordialmente a partir do contexto pós-Segunda Guerra Mundial, e seu objetivo explícito é a conquista do desenvolvimento econômico nacional. A nosso ver, contudo, a defesa do desenvolvimento econômico nacional não implica necessariamente numa postura nacionalista metodológica. É mais provável que esteja associado a uma espécie nacionalismo político, que por sua vez pode assumir tanto uma feição nacionalista explícita, quanto um disfarce cosmopolitanista. Assim, por exemplo, o pensamento cepalino de Prebish, com sua noção de desigualdade dos termos de troca, poderia ser considerado um exemplo de teoria viciada pelo nacionalismo metodológico? Talvez. Em *World-system analysis: theory and methodology* (1982), contudo, o próprio Wallerstein reconhece a importância das teorias cepalinas para a formação de sua perspectiva. No mesmo

sentido, o pensamento de Furtado em *Formação Econômica do Brasil* pode ser considerado um exemplo de nacionalismo metodológico? É possível. Por outro lado, considere-se a análise "sistêmica" adotada pelo autor em sua explicação sobre as mudanças das relações de produção nas Antilhas, ocorridas a partir da expansão holandesa da produção de açúcar, bem como da expansão do trafico de escravos africanos. Por fim, analisemos o argumento defendido por Pradella em *New developmentalism and the origins of methodological nationalism* (2014). Nele, o autor associa a origem do nacionalismo econômico de algumas das novas abordagens desenvolvimentistas ao trabalho de Friedrich List, autor de *Sistema Nacional de Economia Política* [1841]. Uma das metáforas adotadas por List inspira, por exemplo, o título de uma das obras do novo autor desenvolvimentista Ha-joon Chang, *Chutando a escada* (2003 [2002]). Segundo Pradella, o livro de List,

> is treated in Development Studies and International Political Economy as a seminal text in development theory. No such elevated status, however, tends to be ascribed to List by historians of economic thought, who deem his originality to be almost completely self-appointed, and his critique of classical political economy unilateral, unfair and caricatural (2014, p. 181).

Com base em sua análise da obra de List, Pradella chega à conclusão de que "a abordagem de List está na origem de um nacionalismo metodológico propriamente dito [*proper methodological nationalism*] na análise do desenvolvimento" (2014, p. 181). A certa altura, contudo, Pradella refere-se às críticas de List em relação à economia política clássica nos seguintes termos,

> (…) [List] summarily defined classical political economy as 'the School', and presented it as an apolitical theory of value that ignored politics and occupied itself with all humanity without recognizing the existence of international antagonisms. He thus distorted both its position on value and on the state. List, in fact, ascribed to the labour theory of value the contradictions deriving from the failure to develop it, thus reinforcing the harmonious vision of development that had contradictorily asserted itself with the classics. Abandoning the value-based approach of Smith and Ricardo, List took the nation as the starting-point of his system and posited a fundamental separation between national and international division of labour (2014, p. 185).

Apesar de acusar o autor de incorrer no nacionalismo metodológico, portanto, Pradella observa que uma das críticas de List a Smith e Ricado devia-se justamente a sua suposta negligência em relação aos "antagonismos internacionais". No mesmo espírito dos questionamentos de Hollis e Smith, bem como das observações de Chernillo, não seria possível afirmar que List estaria, pelo contrário, recorrendo à adoção de uma unidade de análise

sistêmica, com base em seu nacionalismo político, voltada ao objetivo do desenvolvimento econômico nacional? Ou ainda, mesmo que List possa ser acusado de adotar um nacionalismo *político* explícito, como parece ser o caso, não seria infrutífero que o autor buscasse implementá-lo ignorando as restrições internacionais ao desenvolvimento econômico alemão? Por fim, tomando a analogia de List aproveitada por Ha-Joon Chang em *Chutando a escada*, não seria ela voltada à ideia de que as potências centrais dificultam a ascensão econômica dos países atrasados do sistema interestatal, chutando a escada para o desenvolvimento através da defesa política do liberalismo? Parece-nos que uma abordagem desenvolvimentista realmente afetada pelo nacionalismo metodológico tem muito menos chances de sucesso que a defesa de um nacionalismo político consciente das restrições sistêmicas ao desenvolvimento econômico nacional. Isto não significa, contudo, que Pradella não esteja *parcialmente* certo em relação à abordagem de List. Como, no entanto, conciliar estas duas posições em relação ao artigo do autor em particular, e às críticas ao nacionalismo metodológico em geral?

Parece-nos que o nacionalismo metodológico constitui um problema real. A questão, contudo, é que ele não se manifesta na forma do que chamamos "fundamentalismo metodológico", isto é, na identificação entre a unidade de análise e universo de análise. Levando em conta, portanto, as contribuições de Faist e Nergiz, bem como as observações de Chernillo, é possível imaginar que tanto List, quanto Furtado, Prebish e, no nosso caso, Brenner, reconheçam a existência e a importância tanto de fatores "internos" quanto "externos" em suas análises do processo de modernização. Em diversos casos, contudo, tais autores parecem, de fato, conferir uma importância exegarada ou indevida aos fatores internos, bem como sugerir sua *independência* em relação aos fatores externos, que são, portanto, "exogeneizados". Nossa conclusão sobre o nacionalismo metodológico é que ele parece constituir não tanto um "defeito congênito" das obras de autores ligados às teorias da modernização, mas sim uma *estratégia discursiva* utilizada seletivamente, ainda que em muitos casos de maneira implícita. O próprio artigo de Pradella, neste sentido, pode nos ajudar a entender melhor a questão.

Ao analisar as críticas feitas por Marx a List em um artigo não publicado, o autor menciona,

> The characteristic element and true base of List's national political economy was the theory of productive powers, considered by Marx as a theoretical regression. Only on the basis of this theory, after the industrial system's harmful effects on workers had manifested themselves, and the first critiques of it had emerged, could late industrialization be presented as beneficial for the nation as a whole. Since the enrichment of the German industrial bourgeoisie was possible only by exploiting the working class and erecting protective tariffs — to the detriment of consumers and, in particular, of the working population — List had to disguise its interests by criticizing

> the labour theory of value and having recourse to extra-economic factors such as a nation's spiritual productive powers (2014, p. 187-188).

O foco no desenvolvimento econômico nacional, portanto, pode contribuir aqui para que haja um desvio do foco interno em relação aos antagonismos de classe. Neste sentido, é possível buscar unir a nação com base na afirmação de que o único obstáculo ao desenvolvimento econômico nacional é a cooperação ou coordenação entre todos os cidadãos, criando uma tendência ao nacionalismo metodológico. Mas também é possível defender a unidade interna com base em ameaças externas, o que permite a adoção de unidades de análise sistêmicas. Em relação ao plano internacional, por sua vez, é possível defender a independência do desenvolvimento econômico nacional, levando ao nacionalismo metodológico, ou descrevê-lo como uma luta de todos contra todos. Em outras palavras, é possível defender que a combinação das modernizações "internas" permita o estabelecimento de um jogo de soma positiva, como também a ideia de que ela consista num jogo de soma zero. Mas as definições sobre a modernização capitalista como um jogo de soma positiva ou soma zero correspondem exatamente à discussão feita no início do capítulo sobre a avaliação positiva ou negativa em relação à modernidade. No caso de List, o nacionalismo político explícito, que chama a atenção para os antagonismos internacionais, é combinado com um pendor harmonizante dos antagonismos de classe. List chama atenção para o potencial de desenvolvimento nacional com base no aprimoramento de suas forças produtivas internas, de um lado, e no combate ao liberalismo internacional, por outro. Uma vez alcançado o desenvolvimento, o estado nacional poderia, se dar ao luxo de defender o liberalismo.

Aqui, contudo, parece surgir um problema grave. O liberalismo é encarado por List inicialmente como uma estratégia discursiva, que promete a possibilidade do desenvolvimento universal, mas pratica a exploração particularista dos estados subdesenvolvidos. O que é necessário saber é se, uma vez que se desenvolvam "independentemente" com base em práticas protecionistas, a interação entre os estados pode, de fato, levar ao desenvolvimento universal, ou se List apenas antecipa que, caso o Estado alemão se desenvolvesse, defenderia cinicamente o liberalismo com base nas vantagens particularistas proporcionadas por ele. Esta ambiguidade parece constitutiva do discurso desenvolvimentista, e sua razão parece encontrar-se justamente na fé atribuída ao desenvolvimento das forças produtivas, isto é, no cornucopianismo subjacente mesmo às abordagens mais aristocráticas da realidade, como parece ser o caso de List.

Estas considerações são o que nos fazem considerar o cornucopianismo, e não o nacionalismo metodológico, enquanto não apenas uma estratégia discursiva, mas também uma

característica mais generalizada das visões de mundo modernas. O nacionalismo metodológico, por sua vez, parece ser uma estratégia discursiva contingente à necessidade ocasional de defender o cornucopianismo, que só entra em cena quando a positividade da modernização é questionada. Neste sentido, se considerarmos que o caráter intrinsecamente positivo atribuído ao processo de modernização, o cornucopianismo é a saída de emergência, isto é, o discurso de última instância ao qual se pode recorrer quando as ferramentas mais ameaçadoras deixam de produzir o efeito desejado, isto é, quando a insegurança em relação à preservação do *status quo* aumenta e as visões antagonísticas tornam-se mais perigosas. Assim, é possível entender o reducionismo metodológico em geral, e o nacionalismo metodológico em particular, como um tipo especialmente bem adaptado de estratégia discursiva destinado a salvaguardar o caráter inquestionavelmente virtuoso da modernização, isto é, a tendência ao cornucopianismo. Vejamos como estas questões se relacionam às obras de Brenner e Wallerstein.

Sabemos que Brenner apresenta uma visão em termos gerais positiva do processo de modernização, identificando o capitalismo ao desenvolvimento econômico. No que diz respeito à adoção de unidades de análise, por sua vez, o autor considera-as constituídas por modos de produção nacionais. Por outro lado, Wallerstein adota uma visão negativa sobre o processo de modernização. Além disso, o autor defende explicitamente a adoção da unidade de análise sistêmica para analisar e avaliar a economia-mundo capitalista, isto é, o sistema-mundo moderno. É possível defender que Brenner não recaia constantemente no problema do nacionalismo metodológico. Do mesmo modo, apesar do caráter bastante cornucopianista de sua abordagem, o autor por vezes adota um tom bastante "catastrofista" a respeito do futuro do capitalismo. Sempre, contudo, que o cornucopianismo do modo de produção capitalista encontra-se ameaçado, Brenner parece recorrer ao nacionalismo metodológico para corroborar sua tese sobre o caráter smithiano do padrão de desenvolvimento capitalista. Isto nos sugere que tanto o nacionalismo metodológico quanto o cornucopianismo sejam estratégias discursivas que, no entanto, parecem apresentar uma afinidade entre si. Além disso, o cornucopianismo parece possuir uma inscrição mais profunda na realidade capitalista, dado seu papel na despressurização dos antagonismos sociais e, portanto, na preservação do caráter hierarquizado da sociedade. Wallerstein, por sua vez, parece ser capaz de questionar o caráter implicitamente positivo atribuído ao capitalismo pelas teorias da modernização justamente em razão de sua adoção da unidade de análise sistêmica. Isto é o que nos faz sugerir que haja uma menor compatibilidade entre o cornucopianismo e o "holismo metodológico" tomado como ponto de partida. Podemos nos encaminhar agora à conclusão dos argumentos deste capítulo.

Um dos pressupostos explícitos de nossa abordagem é o de que não é possível separar completamente as questões objetivas das subjetivas no processo de análise da realidade social, nem produzir interpretações "neutras" sobre o processo de modernização. Agora estamos prontos para elaborar um pouco mais sobre o assunto. Nosso pressuposto é de que os sujeitos que buscam analisar a realidade social tomam necessariamente por base sua visão de mundo previamente determinada. A visão de mundo contém necessariamente pressupostos valorativos em relação ao processo de modernização, podendo assumir um aspecto positivo ou negativo. Com base em sua visão de mundo subjetiva, os autores recortam seu objeto de estudo, isto é, estabelecem a unidade de análise considerada apropriada ao estudo do capitalismo. A partir da adoção de determinada unidade de análise, por sua vez, os autores tornam-se capazes de reavaliar sua visão de mundo inicial sobre o processo de modernização. O mais comum, no entanto, é que o recorte da unidade de análise leve simplesmente à confirmação da avaliação positiva ou negativa sobre a modernização. Assim, pode-se dizer que Brenner adota a unidade de análise nacional porque elas permitem confirmar sua visão tendencialmente cornucopiana do capitalismo. Do mesmo modo, Wallerstein adota a unidade de análise sistêmica justamente porque elas permitem questionar o caráter intrinsecamente positivo da modernização. E aqui, portanto, chegamos a um novo impasse. Novamente, podemos perguntar como se pode evitar que nossa escolha em relação à unidade de análise seja feita exclusivamente com base nas preferências individuais dos sujeitos? Pior ainda, considerando que grande parte dos pressupostos valorativos das visões de mundo dos sujeitos permanece fora do alcance da própria consciência, e que qualquer crítica sempre pode ser encarada como uma tentativa de provocação injustificada, como se posicionar em relação ao problema da unidade de análise? Para resolver a questão, adotaremos um novo pressuposto sobre a questão da modernização.

Parece-nos que uma das características do processo de modernização é justamente o caráter implicitamente positivo atribuído a ela pelas diversas ideologias políticas do mundo moderno, pelo menos até o fim da Era de Ouro do capitalismo. Assim, no artigo *The origins of cornucopianism*, por exemplo, Jonsson abre seu texto com a seguinte passagem,

> Modern politics thrives on a pledge of endless growth. Once the prerogative of alchemists and colonial projectors, this faith in cornucopian abundance has become the common sense of our age (2014, p. 161).

De fato, parece-nos que a visão positiva em relação ao processo de modernização tenha adquirido um caráter quase consensual. Tal consenso, no entanto, começa a se desfazer justamente a partir do período associado por Brenner e Wallerstein ao início da crise do

capitalismo. O mesmo período é caracterizado também pelas críticas pós-modernas à modernidade e às teorias da modernização, que Kumar encara, em grande medida, como reações irracionais e particularistas ao aprofundamento processo de modernização. Tanto Brenner quanto Wallerstein se formam no contexto que vai do auge das visões positivas sobre o processo de modernização, às críticas "pós-modernas". Da mesma maneira, ambos os autores vivenciam, em parte, tanto a chamada Era de Ouro do capitalismo, quanto a Era de Desmoronamento subsequente. Com base em suas experiências subjetivas, contudo, cada um deles constitui uma visão de mundo distinta em relação ao processo de modernização.

Brenner, portanto, acaba por se associar à resistência das forças modernistas, apesar de suas críticas ao capitalismo. Wallerstein, por sua vez, concorda com diversas das críticas pós-modernas à modernidade sem, no entanto, sucumbir ao relativismo ou ao particularismo que atribui a diversas delas. É possível defender que o caráter positivo da modernidade constitui um pressuposto praticamente invisível das chamadas teorias da modernização, incluindo o marxismo de Brenner. A crise do capitalismo e o colapso do cornucopianismo sobre a modernização, por sua vez, parecem ter tornado mais visível o caráter excessivamente otimista das abordagens de então, permitindo o surgimento de críticas como a de Wallerstein. Ainda assim, a continuidade da defesa do cornucopianismo por Brenner, bem como sua adoção do nacionalismo metodológico, não podem ser vistas simplesmente como resultado de seu conservadorismo, ou dogmatismo, ou irracionalismo. Pelo contrário. Dado o caráter involuntário e em grande medida inacessível dos pressupostos associados a nossas visões de mundo particulares, bem como a impossibilidade de decidir sobre questões como a unidade de análise simplesmente com base nos debates teóricos ou nos dados empíricos sobre a modernização, logo a posição de Brenner é perfeitamente compatível com sua honestidade intelectual, o que não implica que ela esteja correta. Certamente, a tomada de impulso das críticas à modernização podem sugerir a necessidade de uma auto-crítica. Mas, tal como diversas anaálises pós-modernas rapidamente perderam fôlego, e tal como o próprio marxismo experimentou, em diferentes momentos históricos, suas idas e vindas cíclicas, logo é sempre possível imaginar que a "crise cultural" que impulsiona as críticas à modernização seja o produto de alguma tendência passageira.

Apesar da defensabilidade plausível da posição de Brenner, contudo, acreditamos que a abordagem de Wallerstein apresenta algumas vantagens em relação a ela. Em primeiro lugar, a desconfiança de Wallerstein em relação à modernização leva ao questionamento do caráter intrinsecamente positivo atribuído pelas teorias da modernização ao desenvolvimento do mundo moderno. Ainda que se possa defender que tal questionamento leva simplesmente à

confirmação de uma visão de mundo negativa da modernidade, como o cornucopianismo constituiu, durante muito tempo, um pressuposto invisível amplamente compartilhado no âmbito das ciências sociais, a própria explicitação do problema representa, por si só, uma contribuição. Outra vantagem importante do trabalho de Wallerstein, agora no que se refere à unidade de análise, é chamar atenção para o problema do significado atribuído aos fatores internos e externos. Assim, em muitos casos as acusações contra o nacionalismo metodológico podem ser ignoradas ou atribuídas a disputas subjetivas sobre determinados assuntos, simplesmente a partir do argumento de que o recorte nacional da unidade de análise não elimina o reconhecimento da existência de fatores externos. O sentido atribuído à externalidade, contudo, pode variar. Em alguns casos, ele refere-se simplesmente à clareza expositiva de determinadas questões. Em outros, à ligação entre o recorte do objeto e o objetivo explícito do desenvolvimento nacional. Em muitos casos, contudo, a distinção entre o interno e o externo assume um sentido que atribui a independência à internalidade, identificando implicitamente a modernização ou o desenvolvimento com o "mérito" ou, no caso de Brenner, a "sorte", próprios de determinados estados. Da mesma forma, a externalidade é definida como ausência de responsabilidade em relação aos efeitos do desenvolvimento interno sobre o subdesenvolvimento alheio. Assim, o nacionalismo metodológico estabelece, em primeiro lugar, o caráter cornucopiano interno do desenvolvimento. Uma vez estabelecido, o cornucopianismo pode transformar-se numa promessa de desenvolvimento universal, abandonando o nacionalismo metodológico imediato em nome de abordagens sistêmicas, isto é, que consideram a modernização capitalista como um jogo de soma positiva. A seguir, nos dedicaremos à apresentação da abordagem de Brenner.

2 A ABORDAGEM DE BRENNER

O ponto de partida de nossa apresentação do trabalho de Brenner é a ideia de que o autor, em termos gerais, enxerga a modernidade associada ao surgimento do capitalismo de maneira positiva. Assim, como veremos ao longo deste capítulo, Brenner identifica a *differentia specifica* do modo de produção capitalista com sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico moderno, ou, em termos marxistas, ao desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento capitalista se expressa, de um lado, pelo crescimento econômico *per capita* sustentado e, de outro, pela superação do teto populacional malthusiano que restringe a expansão das sociedades tradicionais. Tal como modos de produção pré-capitalistas, contudo, o capitalismo é também caracterizado pelo predomínio de relações de produção desiguais. Daí a defesa do socialismo e a identificação teórica com o marxismo de Brenner. Ainda assim, mesmo levando em conta a persistência da polarização econômica, a situação dos trabalhadores assalariados sob o capitalismo seria superior àquela experimentada pelos camponeses dos modos de produção pré-capitalistas, tanto em razão de *status* jurídico livre, quanto por sua maior riqueza relativa. Por estas razões, Brenner considera a modernização como algo positivo, embora não ideal. A avaliação positiva de Brenner em relação à modernização é confirmada a partir de sua adoção das unidades de análise nacionais em sua abordagem dos modos de produção. O objetivo deste capítulo é chamar atenção para a afinidade entre a adoção das unidades de análise nacionais e a defesa de uma visão intrinsecamente positiva da modernização capitalista. Defenderemos que o foco de Brenner nas unidades de análise nacionais não elimina o reconhecimento da importância de fatores externos, mas parece se tornar crescentemente mais acentuado conforme a positividade da modernização capitalista parece ser questionada. Assim, acreditamos que Brenner incorre no "nacionalismo metodológico" como uma estratégia discursiva cuja necessidade se apresenta justamente em razão da tentativa do autor de defender uma espécie de "cornucopianismo" capitalista. A seguir, introduziremos algumas das características da abordagem de Brenner como um todo.

Ao longo de sua obra, Brenner desenvolve algumas afinidades teóricas associadas à explicação de estágios sucessivos da história da humanidade, quais sejam: o pré-capitalismo, a transição, o capitalismo e, por fim, a crise do capitalismo. Nem sempre, contudo, as posições adotadas pelo autor podem parecer claras àqueles que se dedicam a estuda-lo. Assim, por exemplo, dada a afinidade de Brenner ao marxismo, bem como o caráter pejorativo do termo "marxismo neo-smithiano" atribuído por ele a Wallerstein e outros autores, pode-se imaginar

que Brenner rejeite o smithianismo de forma integral ao longo de toda a sua abordagem. De fato, Brenner critica a suposta incapacidade da abordagem smithiana, incluindo a obra de Smith e seus "seguidores", em explicar a *origem* do capitalismo. Na verdade, contudo, o autor considera o smithianismo como a abordagem mais adequada para a explicação do *funcionamento* do capitalismo. O sentido pejorativo do termo, portanto, decorreria simplesmente do caráter circular da explicação das abordagens smithianas e neo-smithianas sobre o nascimento do modo de produção capitalista. Assim, Brenner basicamente adere ao smithianismo para explicar os estágios históricos do capitalismo em diante, mas aqueles que vão até o período de transição. Da mesma forma, Brenner considera as abordagens malthusianas essenciais para explicar o *funcionamento* dos modos de produção pré-capitalistas, mas igualmente incapazes de explicar seja a *origem*, seja o funcionamento do capitalismo. Dando sequência ao argumento, Brenner considera o marxismo essencial em razão de sua possibilidade de *síntese das abordagens malthusianas e smithianas*, bem como sua superação, evidenciada por meio da capacidade única do materialismo histórico para *explicar a transição ao capitalismo*.

Por fim, em sua abordagem sobre a crise contemporânea do capitalismo, Brenner não abandona sua adesão ao smithianismo, mas considera necessário complementar sua teoria benigna da mão invisível com uma "teoria maligna". O autor diz o mesmo em relação à abordagem de Schumepeter, chamando atenção para a subestimação do autor em relação ao potencial destrutivo do processo de destruição criativa. Por isso, é possível afirmar que Brenner defende uma espécie de smithianismo balanceado, ou ainda, smithianismo schumpeteriano, em sua abordagem sobre estágio contemporâneo de crise do capitalismo. Neste contexto, além disso, Brenner utiliza sua própria versão do smithianismo para combater o que considera exemplos de teorias da crise malthusianistas, incluindo o keynesianismo e o marxismo ortodoxo. Ironicamente, talvez seja em sua própria versão da crise estrutural do capitalismo que o caráter cornucopiano da análise de Brenner, bem como sua tendência à associação com o nacionalismo metodológico, fiquem mais evidentes. A seguir, apresentamos um quadro esquemático resumido do alinhamento teórico de Brenner através dos diversos estágios históricos da humanidade:

TABELA 3 – Resumo da afinidade teórica de Brenner relativa a estágios históricos

Estágio histórico	Teoria apropriada	Teoria inapropriada	Exemplos de inadequação
Pré-capitalismo	Malthusianismo	Smithianismo	Modelo comercial;
Transição	Marxismo	Neo-smithianismo	Modelo de Wallerstein;
Capitalismo	Smithianismo	Malthusianismo	Modelo demográfico;
Crise capitalista	Smithianismo schumpeteriano	Neo-malthusianismo	Keynesianismo; Marxismo ortodoxo

Fonte: Elaboração própria

O quadro acima pode servir de guia de referência para evitar que o leitor se perca ao longo da apresentação. Apesar disso, é preciso advertir que ele não é perfeitamente preciso, e daí seu caráter esquemático. Assim, por exemplo Brenner não deixa de fazer críticas a alguns aspectos da abordagem malthusiana do pré-capitalismo, embora elas não pareçam afetar sua adesão geral à explicação demográfica das sociedades tradicionais. Em seus primeiros textos sobre a transição, a abordagem de Brenner parece assumir um posicionamento mais crítico em relação ao malthusianismo e ao smithianismo. Em seus trabalhos mais recentes, contudo, o próprio autor tem chamado maior atenção para as contribuições de cada um deles à explicação de estágios históricos específicos. Neste sentido, a própria defesa do smithianismo por parte de Brenner parece ter se tornado mais acentuada com o tempo, conforme buscaremos mostrar ao longo do capítulo. Por fim, é importante chamar atenção para o fato de que a crítica a Wallerstein se insere, a princípio, entre as investidas de Brenner contra as abordagens smithianas da *transição*, embora, em termos mais gerais, o autor busque defender o caráter smithiano e *autônomo* da origem e do funcionamento do capitalismo justamente contra as teses *dependentistas* que ligam o desenvolvimento do centro ao subdesenvolvimento da periferia. Este talvez seja um dos pontos em que a ligação entre o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico fique mais claro. A seguir, descreveremos brevemente a sequência das seções que compõem este capítulo, bem como seu interesse do ponto de vista da relação entre a unidade de análise e o posicionamento do autor sobre a modernidade.

A primeira seção dedica-se a apresentar a trajetória intelectual de Brenner. O objetivo é tentar corroborar a tese de que o autor adota como ponto de partida uma visão de mundo intrinsecamente positiva do processo de modernização.

A segunda seção dedica-se a apresentar a visão de Brenner sobre os modelos malthusiano e smithiano em relação aos estágios históricos do pré-capitalismo, da transição e do capitalismo, em conformidade com as informações apresentadas em nossa tabela. Neste primeiro momento, há pouca ênfase na questão da unidade de análise. Ainda assim, já é possível perceber a associação feita por Brenner entre o smithianismo e o caráter progressista do capitalismo, isto é, sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico. A defesa do smithianismo, portanto, está na raiz do cornucopianismo que acreditamos fazer parte da abordagem de Brenner.

A terceira é dedicada à análise dos dois modelos do materialismo histórico identificados por Brenner em sua leitura de Marx. Partindo de uma divisão entre seus primeiros trabalhos e suas obras mais tardias, Brenner critica o "jovem Marx" em razão do caráter smithiano de seu modelo da transição, subscrevendo, ao mesmo tempo, o materialismo histórico do "velho Marx", que representaria a base da própria abordagem de Brenner dos modos de produção. O caráter smithiano do materialismo histórico do "jovem Marx" estaria associado a sua priorização das forças produtivas na determinação dos modos de produção, bem como a sua ênfase na expansão do comércio enquanto ingrediente principal da transição do feudalismo ao capitalismo. Já o materialismo histórico do "velho Marx", com sua análise centrada nas relações de produção, ou, nos termos de Brenner, relações sociais de propriedade, seria o ponto de partida para a superação das abordagens smithianas e malthusianas da transição.

A quarta seção apresenta o modelo geral dos modos de produção de Brenner, baseada em sua rejeição da prioridade das forças produtivas na determinação dos modos de produção, bem como na importância atribuída às relações sociais de propriedade. Com base nestas ideias, Brenner desenvolve um modelo de explicação causal das trajetórias históricas de desenvolvimento dos modos de produção. Resumidamente, Brenner parte da ideia de que a auto-organização de comunidades políticas ou classes leva à formação de relações sociais de propriedade específicas à região onde elas ocorrem. As relações sociais de propriedade representam a estrutura do modo de produção. Com base nelas, os agentes econômicos individuais das diferentes classes adotam regras de reprodução específicas. A agregação das regras de reprodução dos agentes individuais dá origem, por sua vez, a um padrão de desenvolvimento específico. Com base nesta sequência, Brenner descreve dois tipos de modos de produção gerais: um pré-capitalista, incluindo o feudalismo europeu, e um capitalista. O modelo geral dos modos de produção de Brenner permite compreender como o autor associa o funcionamento do feudalismo à consolidação de estados feudais específicos, cuja formação está ligada à acumulação política característica dos modos de produção pré-capitalistas. Tal

procedimento encontra-se, por sua vez, na origem da identificação operada por Brenner entre os modos de produção e as unidades de análise nacionais. Além disso, a apresentação de Brenner sobre as características dos modos de produção permite apreciar a visão substancialmente negativa do autor sobre os modos de produção pré-capitalistas, isto é, as sociedades tradicionais, bem como sua abordagem relativamente favorável em relação aos capitalismos, ou seja, sobre as sociedades modernas.

A quinta seção explicita os elementos do modo de produção pré-capitalista tal como identificados por Brenner, permitindo que se aprecie melhor seu caráter retrógrado em relação ao capitalismo. Assim, Brenner identifica as relações sociais de propriedade pré-capitalistas às instituições da possessão camponesa, por um lado, e da extração política de renda senhorial, por outro. Ao "proteger" tanto camponeses quanto senhores feudais da necessidade de competir no mercado para garantir a própria sobrevivência, as relações sociais de propriedade pré-capitalistas tenderiam a gerar regras de reprodução contrárias à acumulação de capital, cuja agregação levava necessariamente a um padrão de desenvolvimento marcado pela estagnação ou mesmo regressão das forças produtivas, expressas periodicamente sob a forma de crises malthusianas de escassez generalizada.

Depois de apresentadas as características do "pré-capitalismo" e do capitalismo, veremos na sexta seção dedica-se à apresentação das características dos modos de produção capitalistas. Aqui fica bastante claro o pendor favorável de Brenner em relação à sociedade moderna, amplificado por sua visão amplamente desfavorável das sociedades tradicionais. Assim, em contraposição aos modos de produção pré-capitalistas, com sua tendência à estagnação e às crises malthusianas, o capitalismo é definido justamente por sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico sustentado. Mesmo as crises capitalistas, neste sentido, são apontadas por Brenner como crises de escassez em meio à abundância. A propensão de Brenner à adoção do cornucopianismo torna-se bastante clara a partir daí.

A sétima seção como Brenner utiliza seu modelo geral dos modos de produção para investigar os padrões de desenvolvimento nacionais de estados feudais específicos. Assim, em sua abordagem clássica da transição, Brenner busca explicar a origem do capitalismo com base na modificação das relações sociais de propriedade feudais inglesas em direção a relações capitalistas. Veremos duas maneiras distintas utilizadas pelo autor para exemplificar a tendência à transformação ou à mera adaptação das relações feudais. Uma delas baseia-se numa espécie de tipologia dos modos de produção pré-capitalistas, elaborada com base no caráter coletivo ou individual das relações sociais de propriedade pré-capitalistas. A outra diz respeito à narrativa histórica da trajetória dos modos de produção "nacionais" associados a regiões como a

Inglaterra, a França, a Alemanha oriental, a Polônia, a Holanda e mesmo a China. Esta seção, portanto, evidencia a ligação entre a abordagem dos modos de produção de Brenner e sua adoção nem sempre explícita de unidades de análise nacionais. Veremos como Brenner faz menção aos fatores internos e externos sempre obedecendo a lógica de proteção da positividade da modernização capitalista. Aqui ficará mais clara a relação entre a tendência à adoção do nacionalismo metodológico como um mecanismo de defesa destinado a proteger o cornucopianismo, os quais acreditamos fazerem parte da abordagem de Brenner.

A oitava seção apresenta a abordagem de Brenner sobre a crise estrutural do capitalismo contemporâneo, que segundo o autor assume a forma de uma queda da taxa de lucro das economias avançadas iniciada entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970. Curiosamente, talvez seja neste ponto que a abordagem de Brenner deixa mais evidente a defesa do cornucopianismo, de um lado, e a tendência à adoção do nacionalismo metodológico, por outro. Assim, Brenner elabora sua teoria da crise com base em sua adesão ao modelo smithiano do capitalismo, embore chame atenção para a necessidade de complementá-lo para dar conta de suas crises. Ao mesmo tempo, o principal alvo de Brenner em sua crítica às explicações alternativas da crise são as abordagens malthusianas, bem como as teses que atribuem o longo declínio ao *profit squeeze* de salários, que por sua vez seria resultado do aumento do poder do trabalho. Ao procurar eximir os trabalhadores da "culpa" pelos problemas do capitalismo global contemporâneo, Brenner chama atenção para a capacidade automática do capitalismo de promoção do desenvolvimento econômico, desde que haja acumulação de capital. Ao mesmo tempo, apesar de ele próprio criticar o suposto nacionalismo metodológico das explicações da crise, Brenner nos parece construir sua tese sobre a intensificação competitiva inter-capitalista e o desenvolvimento desigual justamente com base em seu modelo dos modos de produção, de acordo com o qual o mercado mundial é construído a partir da inclusão progressiva de elementos anteriormente "exógenos" ao sistema capitalista mais amplo. Assim, parece ser a entrada de modos de produção capitalistas anteriormente inexistentes ou inexpressivos no mercado mundial o que causa a intensificação da competição e, a partir daí, a queda da taxa de lucro.

A nona seção é dedicada à apresentação das críticas de Brenner à abordagem de Wallerstein, bem como ao anti-orientalismo e às explicações malthusianas da crise. Aqui ficará mais clara como a oposição do autor ao marxismo neo-smithiano está, no fundo, ligado a sua tentativa de defender o caráter independente do desenvolvimento econômico moderno e, com ele, o caráter líquido positivo da modernização capitalista. Assim, ao criticar a ligação entre o desenvolvimento das economias centrais e o subdesenvolvimento das economias periféricas,

Brenner parece buscar defender sua visão cornucopiana do capitalismo, o que pode fazer justamente ao recorrer ao nacionalismo metodológico.

Por fim, a décima e última seção apresenta nossos comentários gerais à abordagem de Brenner, focados na relação entre unidade de análise, capitalismo, nacionalismo metodológico e cornucopianismo.

2.1 CONFIANÇA NA MODERNIDADE: A TRAJETÓRIA DE BRENNER

Nascido em Nova York em 1943, o historiador americano Robert Paul Brenner iniciou seus estudos acadêmicos em Princeton na década de 1960. Obteve o título de doutor no ano de 1970 com uma tese sobre os grupos de mercadores durante o período da guerra civil inglesa do século XVII. Desde esta época, Brenner atua como professor e pesquisador do departamento de história da Universidade da Califórnia em Los Angeles (*UCLA*). Ao longo de sua carreira, Brenner recebeu reconhecimentos importantes por suas contribuições, destancando-se o prêmio Isaac Deutscher pelo livro *The Brenner Debate* (1985), e um prêmio conferido pela Associação Americana de História por *Merchants and Revolution* (1993) à história inglesa e americana.

A partir do início da década de 1970, Brenner inicia a publicação de uma série de trabalhos que contribuiriam para seu considerável prestígio no âmbito da história econômica. A importância do trabalho de Brenner em sua fase inicial deve-se primordialmente a sua contribuição para o chamado debate da transição do feudalismo ao capitalismo. Apesar de fazer poucas referências diretas à primeira rodada do debate da transição, protagonizado por Dobb e Sweezy na década de 1950, Brenner tendeu a se posicionar mais favoravelmente ao lado de Dobb na discussão, embora tenha feito também críticas a ele. A respeito do debate sobre a transição no Terceiro Mundo, ligado ao surgimento da Teoria da Dependência entre as décadas de 1960 e 1970, por sua vez, Brenner subscreve a posição de Laclau contra a tese de Frank do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Até a década de 1990, a grande maioria dos trabalhos de Brenner está diretamente ligada ao debate da transição. Embora tenha escrito menos sobre o assunto, outro tema de interessse do autor são os acontecimentos ligados ao período da Revolução Inglesa no século XVII, e que no campo marxista está associado ao tema da revolução burguesa. A tese de doutorado de Brenner, ao que parece orientada por uma das maiores autoridades no assunto,

Lawrence Stone, diz respeito justamente ao papel das comunidades de mercadores londrinos durante o período.

A partir do fim da década de 1990, Brenner volta sua atenção principalmente ao estudo da história econômica contemporânea, em particular ao contexto de turbulência econômica global iniciado entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970. Em *O boom e a bolha* (2000) e *A economia da turbulência global* (1998), Brenner procura identificar as raízes do "longo declínio" da economia mundial a partir de uma análise centrada no setor industrial das três principais potências econômicas de então: Estados Unidos, Alemanha e Japão. A tese de Brenner é a de que o período de turbulência global está associado à queda da taxa de lucro provocada pela intensificação da competição entre um número cada vez maior de blocos de capital nacionais que adentram a arena do mercado global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Apesar de associar o longo declínio ao problema da queda da taxa de lucro, no entanto, Brenner busca afastar-se da versão de Marx, que considera contaminada por uma espécie de "malthusianismo". Durante as décadas de 1990 e 2000, a crise do capitalismo contemporâneo torna-se o principal tema dos estudos de Brenner. Em relação à sua participação política, Brenner é brevemente descrito como "um ativista do movimento trabalhista em Los Angeles e um editor de *Against the current*" (1986, p. 1). Sabe-se ainda que Brenner participou do corpo editorial da recém-lançada *Catalyst*[10].

A abordagem de Brenner do problema da transição parece ser tributária da perspectiva histórica de Perry Anderson apresentada em *Linhagens do Estado absolutista* (1974). As linhagens a que o autor se refere em seu livro dizem respeito às variantes nacionais dos estados feudais europeus à época do Antigo Regime. Assim, Anderson analisa as experiências vividas pela Espanha, França, Inglaterra, Itália e Suécia em suas trajetórias específicas de desenvolvimento no contexto da Europa Ocidental. Já no caso da Europa Oriental, o autor dedica-se à apresentação dos desdobramentos na Prússia, Polônia, Áustria e Rússia, além de incluir um capítulo sobre "a Casa do Islã". A perspectiva das linhagens de Anderson serve de inspiração para o modelo dos modos de produção de Brenner.

A estrutura dos modos de produção, segundo Brenner, é definida por suas relações sociais de propriedade. Estas, por sua vez, são formadas a partir da auto-organização de comunidades políticas divididas entre produtores diretos e classe dominante. A classe dominante deriva seu poder da extração de excedente dos produtores diretos. Como, contudo,

[10] Em razão de uma disputa interna, Brenner foi removido do corpo editorial da revista e iniciou um movimento para buscar defender-se. Ao que parece, a estratégia de Brenner e dos que se alinharam a ele será o lançamento de ainda outra publicação.

a existência de recursos sempre provoca o interesse de candidatos ávidos por sua apropriação, os membros da classe dominante devem sempre disputar entre si pela exploração da produção disponibilizada pelos produtores diretos. Assim, o princípio da competição motiva a formação da comunidade política da classe dominante, isto é, o estabelecimento de alianças e a acumulação de recursos com vistas a alavancar sua posição de poder e riqueza. A competição, contudo, assume formas distintas em diferentes modos de produção. No caso do capitalismo, a competição tem como campo privilegiado a esfera econômica. Já no caso do feudalismo, em contraste, a competição é primordialmente "extra-econômica" e dá origem ao princípio da acumulação política. Segundo Brenner, a acumulação política no seio da classe dominante está na base da constituição dos estados feudais, que se formam e se consolidam a partir da competição mútua por poder e riqueza no seio da classe dominante. É com base neste raciocínio, portanto, que Brenner desenvolve sua própria versão das linhagens de desenvolvimento nacionais características do argumento de Anderson. A abordagem de Brenner dos modos de produção está na base da constituição do que alguns denominam como "marxismo político".

O termo marxismo político foi cunhado por Guy Bois em sua crítica de Brenner sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Segundo ele, a abordagem de Brenner estaria contaminada por uma visão voluntarista da história, que separa a luta de classes da estrutura dos modos de produção. Apesar de seu tom depreciativo, ou por conta dele, Ellen Wood incorpora o termo e busca definir os fundamentos sobre os quais ergue-se a nova corrente, embora negando a acusação de voluntarismo. A noção central em torno da qual articulam-se os demais elementos parece ser justamente a centralidade conferida por Brenner às relações sociais de propriedade na conformação dos modos de produção. Com base nela, Wood e outros autores

> carried out [important work] into areas as diverse as classical political theory, the emergence of the modern United States, the histories of India, China, and South Africa, the birth of political economy, the politics of the New Left, the nature of the English Revolution, the rise of bourgeois Europe, the trajectory of the postwar world economy, the nature of the 'new imperialism'; and the nature of the Westphalian state system (2008, p. 267-268).

A importância e a influência dos trabalhos ligados ao marxismo político chamam atenção para a necessidade de contextualizar a obra de Brenner, deixando claros os pressupostos nos quais ela se baseia. Além do marxismo político, Brenner também encontra-se associado ao marxismo analítico.

O marxismo analítico origina-se após a publicação de *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa* por Cohen em 1978. Em seu livro, Cohen busca defender uma interpretação

do materialismo histórico assumidamente funcionalista e centrada na prioridade das forças produtivas em detrimento das relações de produção para a determinação da estrutura dos modos de produção. A obra é um esforço de conciliar os alguns dos *insights* proporcionados por Marx com os métodos mais "sofisticados" da filosofia analítica. Vários outros autores uniram-se em torno da iniciativa de Cohen, dando origem à corrente que inclui autores como o economista John Roemer, o sociólogo Erik Olin Wright, e o próprio Robert Brenner. O grupo é bastante heterogêneo e seus autores possuem visões distintas sobre o marxismo. Mas o que une seus integrantes é justamente a tentativa de desenvolver uma análise séria e "respeitável" no campo das ciências sociais que leve em conta o tema central da exploração destacado por Marx, mas que ao mesmo tempo se afaste do dogmatismo e do "palavrórvrio" que caracterizariam grande parte das abordagens marxistas. Assim,

> These thinkers formed a very odd school: they agreed about very little of substance and often disagreed profoundly with one another. But they at least prided themselves on the need to state arguments and positions clearly and in ways that were open to critique and debate. They self-consciously avoided indulgence in anti-falsication strategies of the sort often practised by other Marxists. For this reason, they called the group they formed (which had, by reason of the date of its annual meetings, the formal title of the 'September' group) the 'No-Bullshit Marxism' group (2008, p. 124).

Uma das divergências mais marcantes entre as abordagens que integram o marxismo analítico é aquela que separa Cohen de Brenner. Assim, enquanto Cohen apresenta uma versão do materialismo histórico baseada na centralidade das forças produtivas, Brenner defende a prioridade das relações de produção, ou, nos termos do autor, das relações sociais de propriedade, na determinação da estrutura dos modos de produção. Neste sentido, grande parte das críticas dirigidas por Brenner aos diversos autores, como Marx, passando por Smith, até Michael Mann, Sweezy, Frank e Wallerstein, são praticamente as mesmas feitas contra a abordagem de Cohen, ao menos no que se refere ao estágio histórico da transição.

Por mais estranho que possa parecer, dada a importância atribuída por Brenner às relações de produção ou relações sociais de propriedade, é possível dizer que o tema que unifica a abordagem de Brenner é seu estudo do desenvolvimento econômico, ou, em termos marxistas, o desenvolvimento das forças produtivas. Nos termos do próprio autor, seu trabalho representa um esforço de elaboração de uma "teoria histórica do desenvolvimento econômico" capitalista. Ao longo do debate da transição, Brenner se esforça por mostrar as raízes do progresso representado pelo surgimento do capitalismo em relação aos modos de produção que o precederam. Por progresso, o autor refere-se basicamente às tendências inéditas e interligadas

do modo de produção capitalista ao aumento constante da produtividade do trabalho, à acumulação e à inovação. Juntas, estas tendências dão origem a um padrão de desenvolvimento marcado pelo crescimento econômico auto-sustentado, expresso basicamente pelo aumento da renda real per capita e pelo crescimento populacional não restringido por limites malthusianos.

O crescimento auto-sustentado não significa que o capitalismo esteja livre da ocorrência de crises, como Brenner procura mostrar em seus trabalhos recentes sobre o capitalismo contemporâneo. Neste sentido, Brenner parece defender a posição de que, apesar de representar um avanço em relação aos modos de produção anteriores, o capitalismo não resolve o problema da criação de uma sociedade onde o aumento da produtividade seja compatibilizado com uma distribuição "justa" dos frutos do trabalho. Sendo assim, a contribuição do modo de produção capitalista à emancipação humana estaria na descoberta não-intencional da "fórmula" do desenvolvimento das forças produtivas, sem, no entanto, abrir mão da exploração que caracteriza este modo de produção. O objetivo do movimento socialista, neste sentido, parece estar em encontrar uma "fórmula" alternativa para as relações sociais de propriedade que permita que a abundância proporcionada pelo capitalismo beneficie a todos os que contribuem para o desenvolvimento do modo de produção.

Apesar de sua subscrição ao marxismo e ao ideal socialista, contudo, Brenner praticamente não menciona em seus trabalhos acadêmicos se o período de crise global do capitalismo pode ser visto como uma "segunda transição" para um modo de produção distinto[11]. Mais do que isto, o autor praticamente não toca no assunto de qual deveria ser a estratégia adotada pela classe trabalhadora em sua luta pela instauração do modo de produção socialista. Contudo, Brenner parece adotar a posição de que a transformação das relações de produção, ou relações sociais de propriedade, na direção do socialismo só apresenta possibilidades frutíferas no caso dos modos de produção que já dispõem de forças produtivas avançadas. Elaborada e exposta na década de 1970, tal posição representou uma resposta às abordagens centradas no Terceiro Mundo, que questionavam o caráter supostamente radical e universalista do marxismo europeu, com sua tese sobre a prioridade revolucionária das classes trabalhadoras centrais à la *Trickle down socialism*.

Quais são os elementos ligados à visão de Brenner que permitem sugerir a adoção de uma visão de mundo positiva em relação à modernização? Brenner foi formado em

[11] Tive a oportunidade de fazer esta pergunta ao prof. Brenner em uma visita sua ao Instituto de Economia da Unicamp no início da década de 2010. O autor afirmou que não vê a crise contemporânea como um indício de uma segunda transição porque, apesar da turbulência econômica, não existiriam indícios de transformação das relações sociais de propriedade capitalistas, as quais formam a estrutura dos modos de produção.

universidades prestigiosas das duas mais recentes potências hegemônicas do capitalismo. Tanto os Estados Unidos quanto a Inglaterra são dois exemplos de países que inquestionavelmente se beneficiaram da modernização. Daí a tendência de suas instituições de ensino formais apresentem uma tendência à promoção de abordagens favoráveis à modernidade. Dado o caráter marxista de sua perspectiva, seria possível imaginar que Brenner pudesse ter sido marginalizado das discussões "respeitáveis" do ponto de vista da historiografia anglo-saxã. De fato, o macarthismo americano deixou clara a tendência à rejeição de abordagens carregadas de mensagems radicalmente transformadoras. Mas, do ponto de vista histórico, sabe-se também que o marxismo passou a ser, no mínimo, tolerado em diversos sistemas universitários, não só nos países periféricos, mas também nos países centrais. Em grande medida, a maior respeitabilidade do marxismo do ponto de vista das ciências sociais *mainstream* parece estar ligada justamente a sua "domesticação" parcial, isto é, ao arrefecimento de seu radicalismo. E tal processo parece ter sido possível, entre outros motivos, em razão do caráter ambivalente das proposições do próprio Marx a respeito do capitalismo. Resumidamente, um de seus aspectos chamava atenção para as injustiças do capitalismo e a necessidade de transformá-lo, o outro para suas realizações civilizatórias. Desde que a rebeldia não assumisse um caráter insustentável, portanto, seria possível que o discurso marxista encontrasse alguns espaços de reprodução nos sistemas universitários mais "respeitáveis". Ou ainda, quanto maior a aproximação entre as teses marxistas e as teorias da modernização que compõem o cânone das ciências sociais, maior sua possibilidade de aceitação. Neste sentido, o mais difícil não é explicar o espaço conquistado por Brenner, mas justamente a incorporação de Wallerstein ao ambiente acadêmico, dada, entre outras coisasa, a radicalidade de suas críticas às teorias da modernização.

Outro ponto que sugere a visão de mundo positiva de Brenner em relação à modernização decorre de sua ligação com o marxismo analítico. O marxismo analítico constitui antes de mais nada um tributo à superioridade dos métodos científicos e da filosofia oficial em detrimento do pendor muitas vezes "irracional" e "politizado" da abordagem marxista, bem como das críticas pós-modernas à razão e à ciência, encaradas muitas vezes não como um ataque ao eurocentrismo, mas como um tipo de regresso provinciano ao particularismo das sociedades tradicionais. O reconhecimento dos problemas sociais gerados pelo capitalismo por parte do marxismo analítico, por sua vez, muitas vezes não difere da preocupação paternalista e auto-congratulatória do liberalismo humanista em relação à miséria dos trabalhadores. Na medida em que aceita as regras do jogo científicas estabelecidas por seus supostos adversários

burgueses, o marxismo analítico é, na prática, empurrado ao reformismo, em detrimento do veio revolucionário do marxismo.

Por fim, talvez o marxismo político componha a filiação de Brenner menos sujeita à domesticação. De fato, por vezes as mensagens de Wood parecem ir muito além do marxismo comedido de Brenner[12]. Em qualquer caso, parece-nos que a visão positiva de Brenner em relação à modernização torna-se cristalina em sua defesa do caráter smithiano do *funcionamento* do capitalismo, apesar de sua crítica à explicação smithiana da transição. A seguir, nos voltaremos à apresentação da abordagem do autor sobre o assunto.

2.2 CONTRIBUIÇÃO E CRÍTICA DOS MODELOS MALTHUSIANO E SMITHIANO

A abordagem de Brenner sobre o problema da transição do feudalismo ao capitalismo tem como ponto de partida sua crítica das interpretações teóricas classificadas por ele em dois grupos distintos: o modelo smithiano e o modelo malthusiano-ricardiano. O primeiro deles tem como característica básica a importância atribuída ao papel da expansão do comércio na transição. Já o segundo destaca a importância dos fatores demográficos. Com base na identificação destas duas correntes teóricas, Brenner procura destacar suas vantagens e desvantagens. A partir daí ele então elabora uma espécie de síntese do assunto com base no marxismo. O objetivo de tal esforço é superar as insuficiências dos modelos comercial e demográfico, sem deixar de incorporar a contribuição de cada um deles para o esclarecimento do processo de transição.

Na construção de seu próprio modelo, Brenner toma como ponto de partida os princípios metodológicos do materialismo histórico. Mais especificamente, Brenner analisa a evolução das diferentes estruturas sociais com base na ideia marxiana dos modos de produção. A estrutura de um modo de produção está ligada à interação de dois fatores básicos, as relações de produção e as forças produtivas. Nos trabalhos de Brenner, o termo "relações de produção" assume a denominação de relações sociais de propriedade (*social-property relations*), que o autor considera mais apropriado. Em alguns contextos, o autor também se refere às relações de

[12] Anderson, por sua vez, que inspira tanto a abordagem de Brenner quanto, por meio dele, o marxismo político, tem como uma de suas características principais uma crítica virulenta e universalizante das abordagens "pós-modernas", que em parte parecem ser resultantes de um certo pendor eurocentrista, por um lado, e de sua defesa da positividade da modernização, por outro.

produção como relações de classe (*class relations*). Já as "forças produtivas" específicas de um modo de produção são representadas por padrões de desenvolvimento (*development patterns*). Por fim, a noção de desenvolvimento das forças produtivas sobrepõe-se em grande medida ao conceito de desenvolvimento econômico (*economic development*).

Conforme Brenner, a priorização de um ou outro dos dois fatores básicos por trás de um modo de produção dá origem a dois tipos distintos e incompatíveis de materialismo histórico. Neste sentido, a ênfase no desenvolvimento das forças produtivas resulta na elaboração de uma abordagem que padece de alguns dos mesmos defeitos dos modelos inicialmente criticados por Brenner, em particular do modelo comercial de caráter smithiano. Por outro lado, a ênfase na prioridade das relações de produção é vista como a única que permite a construção de uma interpretação verdadeiramente adequada do processo de transição do feudalismo ao capitalismo. A seguir, apresentaremos as características dos modelos smithiano e malthusiano-ricardiano tal como apresentadas por Brenner. Em seguida, sua interpretação sobre os dois tipos básicos de materialismo histórico de forma mais detalhada. Com base nestas informações, será possível desenvolver os pontos principais da abordagem elaborada pelo próprio Brenner.

O modelo smithiano da transição constitui, segundo Brenner, uma das interpretações mais correntes sobre as origens do capitalismo entre os historiadores econômicos. Assim, a primeira metade do século XX teria sido caracterizada por uma ampla dominância das interpretações smithianas, isto é, "por um consenso abrangente, senão unânime, de que a maneira de compreender a emergência histórica do desenvolvimento econômico no Ocidente seria através das lentes teóricas fornecidas por Adam Smith na *Riqueza das Nações*" (2007, p. 49). A característica definidora deste modelo encontra-se em sua ênfase na expansão do comércio e, de forma intimamente associada, no aprofundamento da divisão do trabalho enquanto fatores essenciais por trás da origem do capitalismo. Daí sua denominação alternativa de modelo comercial.

Apesar de sua importância, entretanto, o modelo smithiano não permaneceu imune à crítica. A partir do fim da década de 1930 e, principalmente, da década de 1940, a revelação da importância do fator demográfico "completely transformed the economic historiography of the medieval and early modern periods" (2007, p. 50). Os dois maiores expoentes deste modelo são Postan e Ladurie. Em seus trabalhos, ambos apontaram a inconsistência da tese de que a expansão do comércio levasse ao desenvolvimento econômico de maneira linear e automática, algo que Brenner também rejeita.

Além do modelo demográfico, o modelo comercial também foi criticado no contexto do debate da transição, cuja primeira rodada desdobrou-se ao longo da década de 1950, tendo como protagonistas principais Maurice Dobb e Paul Sweeezy. Neste sentido, o próprio "debate Brenner", iniciado durante a década de 1970, é considerado como parte deste processo, integrando a segunda rodada do debate da transição[13]. Apesar de ter tido seus fundamentos abalados, no entanto, os modelos centrados na importância da expansão do comércio teriam novamente assumido uma posição de destaque no final do século XX:

> By the middle of the 1990s, as the turn to neo-liberal market opening became ever more pervasive on a world scale and as the US economy experienced the supposed miracle of the New Economy, the rise of the market was once again being nearly universally regarded in the economic historiography of Europe and beyond as the automatic driver of economic growth, so long as there were no political barriers preventing this. Economic historians were once again finding so-called "Smithtian growth" everywhere they looked. Now, in my opinion, this revival of Smithianism has been achieved only by way of massive historiographical amnesia and with major intellectual costs (2007, p. 54).

A retomada dos modelos smithianos tem sua origem no recente resgate do debate da transição sob uma nova ótica. O pano de fundo destas discussões é basicamente o processo de "desenvolvimento econômico" do Oriente, em geral. Até o fim da década de 1990, o debate concentra-se em grande medida na ascensão Japonesa. Em seguida, destacam-se as trajetórias de países do leste asiático e, mais recentemente, da China.

Por trás dos debates mais recentes estão tentativas de compreender a origem do "sucesso" ocidental, intimamente associado à origem do capitalismo. Paralelamente, há também esforços para apreender as causas do suposto "declínio" do Ocidente em relação às civilizações não-ocidentais em geral, e ao Oriente em particular. Em grande parte dos casos, a medida que expressa o sucesso e o declínio é baseada no critério do desenvolvimento econômico. Em outros, também são levados em conta critérios "civilizacionais" ou de progresso

[13] A respeito da relação entre o debate Dobb-Sweezy e o debate Brenner, Hilton comenta: Robert Brenner's challenging article, "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe", published in issue no. 70 of *Past and Present* (February 1976), initiated a debate of intense interest, not only to historians, but to all concerned with the causes behind transitions between successive social formations. In some respects it might be regarded as a continuation of that other well-known debate concerning the transition from feudalism to capitalism, which had been sparked off by the criticismo by the American economist Paul Sweezy of the analysis given by Maurice Dobb in his Studies in the Development of Capitalism. That debate, however, which began in the American journal Science and Society in 1950, was largely conducted between Marxists and although it undoubtedly had a resonance beyond them, it was inevitable that it should be seen as a debate within Marxism rather than one addressed to a wider public. This so-called "Transition debate" is hardly referred to in the "Brenner debate", even though there is considerable overlap in subject-matter, and even though Brenner himself, in a critique of Paul Sweezy, Andre Gunder Frank and Immanuel Wallerstein, referred extensively to the Transition debate in the pages of the *New Left Review* in 1977 [The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism]" (HILTON, 1985, p. 1).

cultural, com destaque para o crescimento da participação da sociedade civil nas decisões políticas[14]. Brenner comenta um dos esforços "smithianos" de comparação entre as trajetórias Ocidental e Oriental da seguinte maneira:

> Finally, in what seems to me a fit of exuberance that I will let others call irrational, historians of China, and other places in Asia, have not only found enormous evidence of the growth of trade in their regions, which is quite irrefutable, but they have also gone on to draw what seems to me the quite unfounded conclusion that this increase in exchange brought about economic development, in the sense of rising per capita output and rising labour productivity. Indeed, led by Ken Pomeranz and the so-called California school, a new group of historians of China has refurbished and revised the· old theory of capitalist sprouts and is arguing that, up to 1800, economic growth had proceeded as dynamically and as far in the Yangzi Delta.as in England (2007, p. 54-55).

Além de se posicionar de forma crítica ao smithianismo oriental, também se volta contra o que batiza de abordagem "anti-orientalista". O autor define esta corrente da seguinte maneira:

> (...) the general trend among contemporary radical scholars of Third World experience – anti-orientalists prominently among them – has been to elaborare the *divergent* trajectories of different regions, nations, races, and genders; to emphasize and validate, if not celebrare, the *differences*, not the similarities, between east and west and north and south. In keeping with this goal, their method has tended to be strongly historicist, focused on constructing micro-histories and unique narratives to replace the "grand narratives" born of what they see as Eurocentric conceptions of a universal historical evolution. The latter, according to radical scholars, represent a mis-inheritance of the rationalistic, universalistic, scientistic Enlightenment (2011, p. 204).

Apesar de aparentemente distintos, o smithianismo oriental e o anti-orientalismo compartilhariam, segundo Brenner, alguns pontos essenciais. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, o foco dos autores ligados a estas correntes visa destacar o caráter dinâmico do Oriente em relação ao Ocidente, o papel do comércio ao longo de sua história e a tendência à convergência de suas trajetórias de desenvolvimento. Ao fazê-lo, contudo, os anti-orientalistas recaem também numa espécie de neo-smithianismo, cujo maior defeito é o de atribuir princípios trans-históricos a modos de produção completamente distintos. Um dos pontos em jogo na crítica de Brenner ao anti-orientalismo, como não é difícil perceber, é a defesa do caráter inédito das relações de produção capitalistas, bem como o impulso sem precedentes ao

[14] Sugestivamente, este é o nome de um dos livros do historiador *pop* britânico Niall Ferguson sobre o tema: *Civilization: The West and the Rest* (2012). Por alguma razão, preferiu-se traduzir o livro para o português com o título ligeiramente modificado: *Civilização*: Ocidente x Oriente (2012).

desenvolvimento constante das forças produtivas colocado em marcha a partir de sua instauração.

Apesar de crítico ao modelo smithiano, contudo, Brenner incorpora em termos gerais a noção de desenvolvimento econômico nele contida. O desenvolvimento econômico, ou desenvolvimento das forças produtivas, constitui o processo sustentado de aumento da produtividade do trabalho no interior de um modo de produção a partir dos processos de especialização, acumulação de capital e inovação. A medida básica que expressa o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico sustentado, bem como o crescimento demográfico não limitado por tetos populacionais.

Brenner considera que o modelo comercial de caráter smithiano contém uma contribuição essencial para a compreensão adequada do problema da transição. A vantagem do modelo comercial tal como elaborado pelo próprio Smith nos livros I e III da *Riqueza das Nações*[15] é que ele teria fornecido todos os elementos para a compreensão do processo básico de desenvolvimento econômico característico dos modelos comerciais. Nos termos de Brenner, isto significa estabelecer os critérios por trás do desenvolvimento das forças produtivas colocado em marcha a partir do advento do capitalismo:

> In any attempt to understand economic development, Adam Smith must remain the indispensable point of departure – the place to start, if not to conclude. This is because Smith both captured the essence of modern economic growth and discovered what might be called the key mechanisms responsible for its taking place (BRENNER, 2007, p. 55).

Segundo Brenner, o processo de desenvolvimento econômico básico de um modo de produção tal como identificado por Smith resulta da existência de dois elementos básicos. O primeiro é a tendência à especialização produtiva baseada no aproveitamento dos ganhos do comércio. A raiz desta tendência encontra-se, por sua vez, no princípio de maximização do bem-

[15] Brenner possui uma relação estranha com os textos de Smith. Em alguns casos, o autor atribui ao próprio Smith as características do modelo smithiano ou comercial. Em outros, o autor considera o smithianismo como um tipo particular de interpretação da obra de Smith, que não faz justiça à obra do autor. Em nenhum deles, contudo, Brenner se dedica de fato à apresentação do arcabouço teórico de Smith de forma abrangente. Mais do que isto, Brenner por vezes separa e por vezes confunde a obra de Smith, o modelo smithiano e o modelo comercial. No fim das contas, a distinção entre eles parece não ser importante para o autor, já que o smithianismo e a expansão do comércio parecem constituir apenas pretextos para a apresentação de sua própria abordagem. Conforme veremos ao longo do trabalho, virtualmente nenhum dos autores criticados por Brenner, desde Smith, passando por Marx, Sweezy, Frank e Wallerstein, encaixam-se no perfil desenhado por ele. Talvez o autor a quem a crítica seja mais "apropriada" seja Cohen, que defende explicitamente a prioridade das forças produtivas em relação às relações de produção como motor do desenvolvimento histórico.

estar individual adotado pelos agentes econômicos. O resultado do processo de especialização é o aumento geral da produtividade no interior do modo de produção (2007, p. 56).

O segundo elemento é o princípio da competição econômica. Ela impele os agentes econômicos não apenas a aprofundar o grau de especialização produtiva, mas a se engajarem na acumulação de capital e na inovação de forma a garantir a sobrevivência no ambiente de mercado. Enquanto a especialização resulta do princípio da maximização do interesse individual, a competição emerge a partir do momento em que os agentes econômicos tornam-se dependentes do mercado para obter os insumos e os produtos de que necessitam para sua reprodução social.

No capitalismo, portanto, o desenvolvimento econômico emerge como resultado de um processo de "seleção natural" que leva à eliminação dos produtores de alto custo e à prevalência dos produtores de baixo custo (2007, p. 56-57). Brenner resume a importância de ambos os fatores na seguinte passagem:

> (...) economic development, in the sense of the sustained growth of output per capita or labour productivity, will take place, as Smith showed us, *only* (1) where the individuals constituting the economy find it systematically in their self-interest to maximize the gains from trade, *and* (2) where competition weeds out high-cost low-profit units (2007, p. 57).

Juntos, os elementos da maximização do auto-interesse individual e da competição econômica compõem as condições básicas que explicam a diferença essencial entre o capitalismo e os demais modos de produção: a tendência inexorável ao desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Brenner:

> For Smith, then, the *differentia specifica* of modern economic growth or economic development .is not constituted by any once-and-for-all technological breakthrough (...). What distinguishes modern economic growth, as Adam Smith observes, is something much more general and abstract: it is the presence in the economy of a systematic, continuous, and quasi-universal drive on the part of individual direct producers to cut costs via specialization, capital accumulation, and the transformation of production in the direction of greater efficiency (2007, p. 56).

Em resumo, a contribuição da abordagem de Smith seria sua capacidade de explicar em linhas gerais a lógica de comportamento básico dos agentes econômicos sob o capitalismo, isto é, as regras gerais que os grupos sociais e os indivíduos adotam para garantir sua reprodução social. Ao fazê-lo, o autor evidencia os elementos básicos por trás do *funcionamento* do modo de produção capitalista, caracterizado por sua tendência ao desenvolvimento econômico. Em

vista desta contribuição, cabe então perguntar qual seria o problema da análise de Smith em particular, e do modelo comercial, em geral? Ou, parafraseando Brenner (2007, p. 49): “onde Adam Smith teria errado”?

Para responder a esta pergunta é preciso antes esclarecer alguns pontos da abordagem de Smith da transição tal como destacados por Brenner. O modelo de Smith baseia-se, segundo Brenner, no papel primordial da expansão do comércio no aprofundamento da divisão do trabalho, promovendo o aumento da produtividade da economia. Este processo levaria à consolidação de um padrão de desenvolvimento econômico, cuja expressão é o florescimento da “riqueza da nação”. Conforme Brenner:

> The elements of Smith’s model are very familiar. The development of a society’s wealth—quite sensibly equated with the development of the productivity of labour—is a function of the degree of the division of labour. By this, Smith simply means the specialization of productive tasks—classically achieved through the separation of agriculture and manufacturing, and their assignment to country and town respectively. In turn, for Smith the degree of specialization is bound up with the degree of development of trade: the degree to which a potentially interdependent, specialized labour force can be—and is—linked up via commercial nexuses. Thus, we get Smith’s famous principle that the division of labour is limited by the extent of the market—literally, the size of the area and population linked up via trade relations. (1977, p. 33-34).

Há dois elementos de destaque inter-relacionados de acordo com esta formulação realizada por Brenner: a expansão do comércio e a divisão do trabalho.

Em relação ao primeiro, Brenner critica a ideia de que a expansão do comércio por si só represente a condição essencial para que um padrão de desenvolvimento econômico sustentado seja estabelecido. Neste contexto, o autor chama atenção para dois ângulos de aproximação ao problema da transição que estariam presentes na abordagem de Smith: o que parte da propensão natural do homem à troca e à barganha, e outro que se refere ao estabelecimento histórico de rotas comerciais como pré-condição ao advento do capitalismo.

De um lado, o postulado smithiano da propensão à troca e à barganha intrínsecas à natureza humana faz com que a expansão comercial seja interpretada basicamente como um corolário da interação humana ao longo do tempo. Simultaneamente, conduz à noção de que a interrupção do processo de expansão do comércio só possa ser resultado da intervenção de algum fator externo qualquer:

> These conceptions are, of course, expressive of Smith’s basic prejudice that all social relations will reveal themselves as essentially capitalist under the impact of trade. Put another way, these conceptions express Smith’s belief in man’s natural tendency to truck and barter and, in turn, the natural tendency for the economy to progress with

> the growth of exchange and the division of labor, so long as there is no external force preventing it from doing so (1985, p. 220).

A partir deste ângulo, o problema da transição deixa de se concentrar nas razões por trás da origem do capitalismo, e ao invés disso chama a atenção para o caráter anti-natural das barreiras impostas ao comércio pela sociedade feudal:

> Given Smith's view that men tend naturally to truck and barter, given his related theory that the division of labor develops with the growth of exchange and the market, and given his understanding that the ancient economy had reached the (...) commercial stage, Smith was obliged to see feudalism as an anomaly, an externally-imposed retrogression. For Smith, the essence of feudalism was to be found in the destruction of commerce (the commercial stage); feudalism's demise would be assured once commerce was re-established. (1985, p. 212).

Neste contexto, o desenvolvimento econômico aparece como o resultado natural da eliminação das barreiras externas à expansão do comércio. Ou, alternativamente "[a]ssured of the fruits of their labor, people would, in their own interests, naturally turn to truck and barter, the market would grow, the division of labor would expand, and the famous invisible hand would work its benefits on the economy as a whole" (1985, p. 214).

Além da aproximação que parte da propensão natural à troca, levando à naturalização das relações sociais capitalistas, Smith também aborda o problema da transição quando considera a expansão do comércio do enquanto acontecimento histórico. O pano de fundo das considerações do autor é a "decolagem" para o desenvolvimento econômico colocada em marcha com o advento da sociedade comercial que Smith tinha diante de seus olhos no século XVIII. Assim, conforme Brenner, "Smith himself, as noted, was very careful to root the application of his 'model of economic development' in specific historical commercial/transport breakthroughs - 'a primary establishment of trading routes'" (1977, p. 40). Assim, como em Smith o desenvolvimento econômico capitalista é fruto, em última instância, do processo de expansão do comércio, é compreensível que ele tivesse interpretado a origem histórica do capitalismo como resultado do estabelecimento de tais rotas comerciais. Neste caso, tal acontecimento assume uma importância comparável à do "contrato social" que simboliza o fundamento da sociedade. Apesar disto, Smith teria incorrido em dificuldades para apresentar exemplos concretos da formação de rotas comerciais, conforme Brenner afirma na seguinte passagem: "Smith was, in fact, at pains to provide specific historical examples of 'the original establishment of trade routes and trading connections' (1977, p. 38). De acordo com esta interpretação, tal como no caso da propensão à troca, uma vez que o estabelecimento de tais

rotas comerciais tivesse sido consolidado, seria de se esperar que a instauração do processo de desenvolvimento econômico decorresse como um resultado mais ou menos automático.

Brenner faz duas observações críticas importantes sobre o papel geral da expansão do comércio nos modos de produção capitalistas. Ambas partem da ideia de que o comércio em si é uma prática bastante comum encontrada nos mais diversos tipos de sociedades ao longo da história humana, não constituindo um fator exclusivo do modo de produção capitalista. Isto significa que Brenner não vê as relações comerciais como algo incompatível ou extrínseco ao funcionamento dos modos de produção pré-capitalistas. No caso do feudalismo, por exemplo, o autor nota que sempre houve um nível considerável de produção para a troca no mercado. Tal como a prática do comércio em si, também os períodos de expansão comercial, também chamados de "revoluções comerciais", constituem um tipo de evento comum ao longo da história. O mesmo pode ser dito em relação à existência e ao crescimento das cidades, como veremos ao tratar do papel da divisão do trabalho.

A primeira crítica de Brenner contra a abordagem smithiana da expansão comercial decorre do fato de que, embora o comércio, as revoluções comerciais e o crescimento das cidades sejam elementos praticamente ubíquos do ponto de vista histórico, o surgimento do modo de produção capitalista constitui um fenômeno extremamente raro, recente, e inicialmente restrito geograficamente, cujas raízes remontam justamente ao período de transição do feudalismo ao capitalismo ocorrido em partes da Europa entre o fim da Idade Média e o início da Era Moderna. Sendo assim, não é possível explicar a origem única do modo de produção capitalista a partir do fenômeno generalizado da expansão comercial.

A segunda crítica de Brenner em relação ao papel atribuído à expansão do comércio diz respeito à extensão das relações comerciais no interior dos modos de produção pré-capitalistas. Neste sentido, apesar de importantes, o comércio, as revoluções comerciais e o crescimento das cidades teriam um papel restrito nos modos de produção pré-capitalistas em geral, e no feudalismo em particular. Isto decorre do fato de que, neste tipo de sociedade, a parte dos recursos destinada à troca é limitada ao excedente da produção. Em outras palavras, nos modos de produção pré-capitalistas, onde prevalece a produção de subsistência, o potencial da produção social voltada à troca troca é constrangido apenas aos recursos que ultrapassam a parcela necessária à reposição base produtiva da sociedade.

Nos modos de produção pré-capitalistas, o papel do comércio é limitado à produção excedente porque tanto os produtores diretos quanto os membros da classe dominante encontram-se protegidos da necessidade de competir no mercado para garantir a própria sobrevivência e, portanto, da necessidade de investir na especialização produtiva para

maximizar os ganhos do comércio. Do ponto de vista da classe camponesa, o escudo contra o imperativo da competição decorre do fato de seus integrantes encontram-se em posse dos meios de subsistência necessários à sua reprodução social. Ao contrário do que ocorre no modo de produção capitalista, onde os produtores diretos encontram-se despossuídos dos meios de subsistência, estes camponeses não são obrigados a recorrer ao mercado para vender a própria força de trabalho, e só a partir daí garantir os recursos para a obtenção das mercadorias de que necessitam. Já do ponto de vista da classe senhorial, por sua vez, a proteção contra a competição resulta do fato de que a forma de extração do excedente característica do modo de produção feudal não depende de sua capacidade de vender mercadorias produzidas a baixo custo, mas sim da capacidade política de extorção dos servos camponeses. Em termos marxistas, enquanto no modo de produção capitalista prevalece a extração econômica do excedente, no modo de produção feudal predomina a extração extra-econômica ou política do excedente.

Brenner identifica dois problemas básicos e intimamente relacionados na abordagem de Smith, extensivas ao modelo comercial. Um deles, mais diretamente ligado ao debate da transição, diz respeito a seu caráter a-histórico. O outro, ligado à solução proposta por Brenner a partir do materialismo histórico, refere-se ao seu individualismo metodológico.

Explicar as origens do modo de produção capitalista, isto é, dar conta da transição do feudalismo ao capitalismo, significa compreender processo eminentemente histórico de surgimento de uma estrutura social a partir de uma ou mais estruturas prévias. Neste sentido, uma das limitações do modelo de Smith deve-se ao fato de que ele não teria sido capaz de dar conta do processo de transição propriamente dito. Para tanto, seria preciso mostrar não apenas como se dá o funcionamento do modo de produção capitalista, mas também como as condições sob as quais se baseia o funcionamento do capitalismo puderam ser estabelecidas historicamente. Em outras palavras, como teriam sido consolidados os ímpetos à especialização e à competição, baseados no princípio de maximização do interesse individual através do comércio e na generalização da dependência dos agentes econômicos individuais em relação ao mercado.

Em resumo, Smith e os smithianos não só deixam de explicar o surgimento da lógica capitalista de comportamento dos agentes econômicos, mas também a projetam para o passado, ignorando o contexto social distinto no interior do qual os indivíduos e grupos sociais do modo de produção feudal tomavam suas decisões. A ausência de uma explicação do processo de transformação associado à origem do capitalismo faz com que a abordagem smithiana em geral, que Brenner considera tão valiosa para explicar o desenvolvimento econômico, resulte em um modelo fundamentalmente a-histórico do processo de transição, por naturalizar a lógica

de funcionamento do capitalismo e projetá-la anacronicamente ao(s) modo(s) de produção pré-capitalista(s).

O debate da transição envolve três elementos básicos. O objetivo principal, naturalmente, é entender a origem do modo de produção capitalista. Para tanto, é preciso definir o que se entende por capitalismo, o que envolve não só a o delineamento de sua estrutura, mas também de sua dinâmica básica, isto é, seu modo de funcionamento. Mas isto não é o bastante, pois, para explicar satisfatoriamente o processo de transição, também é preciso dar conta da estrutura e da dinâmica das estruturas sociais precedentes a partir das quais o modo de produção capitalista emergiu. Neste sentido, enquanto o modelo comercial de caráter smithiano proporciona a explicação básica do funcionamento do capitalismo, o chamado modelo demográfico de caráter malthusiano-ricardiano teria contribuído para a compreensão do funcionamento básico dos modos de produção pré-capitalistas em geral, e do feudalismo em particular[16].

Historicamente, o modelo demográfico surge como um desafio direto às ideias associadas ao modelo comercial. Assim, os dois maiores expoentes da abordagem centrada no papel dos mecanismos demográficos, "Postan and Le Roy Ladurie, originally constructed their models in opposition to a prevailing historiographical orthodoxy which assigned to the growth of trade and the market a role somewhat analogous to that which they were ultimately to assign to population. Thus Postan and Le Roy Ladurie made powerful attacks on the simple unilineal conceptions which had held that the force of the market determines" (1985, p. 25).

Em particular, Postan apontou como em várias partes da Europa o crescimento do comércio durante o fim do período medieval, ao invés de promover a dissolução das relações

[16] No caso do modo de produção pré-capitalista, Brenner argumenta que os ajustes malthusianos não se impõem de forma automática à maneira de num mecanismo homeostático, mas sim como resultado de uma exacerbação do ciclo vicioso de aumento da discrepância entre população e recursos. Comforme o auor: "Given declining labour productivity in agriculture, population growth faced unavoidable limits and, all over Europe, from various points in the late thirteenth and early fourteenth centuries, there is increasing evidence of overpopulation and the ceasing of population growth. In this situation, all else equal, there should have been a straightforward Malthusian adjustment, in which demographic decline – via famine, disease and later marriage – brought population back into line with available resources, opening the way for a new phase of demo-economic expansion. But this straightforward homeostatic mechanism could not take effect because the operation of the feudal economy encompassed a balancing not merely of peasants' requirements for subsistence with the potential output of medieval agriculture, but lords' requirements for 'political accumulation' with peasants' potential surplus" (2001, p. 184).
À primeira vista, o argumento de Brenner parece ser voltado à tentativa de diferenciação de sua própria versão do malthusianismo feudal em relação àquela dos interpretes demográficos. O resultado da crítica de Brenner, contudo, não é o questionamento do malthusianismo, mas simplesmente a ideia de que os ajustes malthusianos são ativados após a ultrapassagem de certo limite que se encontra além daquele identificado no modelo demográfico. Até que se chegue a tal ponto, a prevalência de relações sociais de propriedade malthusiana leva ao reforço das contradições básicas do modo de produção. Em suma, apesar da argumentação de Brenner aceita a lógica básica por trás do argumento malthusiano no que se refere aos modos de produção pré-capitalistas.

de produção feudais no campo e, a partir daí, o desenvolvimento das forças produtivas, muitas vezes acarretou no aprofundamento dos laços de servidão. Este foi o caso, por exemplo, das regiões representadas pela Alemanha oriental e a Polônia, que constituem os casos clássicos do fenômeno da segunda servidão. Assim, o "[C]omércio portanto abriu o caminho para o neo-feudalismo que resultou em subdesenvolvimento" (2007, p. 51). Le Roy Ladurie, por sua vez, mostrou como, em diversos casos, o crescimento do mercado urbano para produtos do campo esteve associado não ao desenvolvimento econômico generalizado, mas justamente à involução econômica do setor agrícola (2007, p. 51). Ambos os autores mostram em suas obras que a expansão do comércio e o desenvolvimento econômico não podem ser utilizadas para explicar a trajetória de evolução de grande parte das regiões europeias, não apenas no fim da Idade Média, mas mesmo ao longo da Idade Moderna. Neste caso, a explicação da trajetória de desenvolvimento é feita não com base em fatores "comerciais", mas sim "demográficos".

O modelo demográfico tem como essência a relação entre população e recursos elaborada por Malthus. Tomando como ponto de partida uma sociedade ou modo de produção onde prevalece uma situação inicial de abundância relativa de recursos, haveria uma tendência à aceleração do crescimento populacional não igualada pela expansão do ritmo da produção, levando a um problema de superpopulação (*overpopulation*). No período medieval, a discrepância entre o crescimento populacional e a expansão dos recursos seria resultado da redução progressiva dos lotes de terra médios das famílias camponesas em razão da subdivisão via herança. A redução do tamanho médio dos lotes de terra impacta negativamente a produtividade ao reduzir o potencial dos ganhos de escala. Outro fator por trás do aumento do fosso entre população e recursos seria dado pela pressão para a ocupação de terras marginais com menor potencial produtivo. Em conjunto, a subdivisão dos lotes e a ocupação de terras marginais se expressam por meio da redução da relação terra-homem e capital-trabalho. Neste contexto, "O resultado inevitável foi o declínio do produto por pessoa, significando a redução da produtividade do trabalho" (2007, p. 51).

O problema malthusiano da redução da relação terra-homem está intimamente ligado ao problema ricardiano da variação dos preços setoriais em razão da alteração dos termos de troca entre cidade e campo. Neste sentido, conforme agrava-se a escassez de terra e de seus produtos, sobe o preço relativo das propriedades agrícolas e dos alimentos quando comparados aos salários dos trabalhadores das cidades e aos produtos manufaturados. Em razão disto, "senhores de terra e cultivadores [*farmers*] saíam-se bem em detrimento de trabalhadores e artesãos da cidade" (2007, p. 51). Com o passar do tempo, a tendência ao aumento da discrepância entre população só é revertida quando é atingido o "teto populacional", com o

aumento da pobreza, da fome, e das doenças, bem como a redução dos casamentos precoces. A partir daí, entra em vigor um padrão oposto ao que prevalecia até então, com a queda da população e a redução do preço relativo dos alimentos e da terra, expressos através do aumento da relação terra homem. Estes são, segundo Brenner, os elementos básicos por trás do modelo demográfico de caráter malthusiano-ricardiano.

A grande contribuição do modelo demográfico, segundo Brenner, deve-se ao fato de que a partir dele é possível compreender a história econômica da maior parte das economias europeias ao longo de grande parte dos períodos medieval e moderno. De acordo com o autor:

> As Postan and Ladurie, as well as other great demographic interpreters like Wilhelm Abel of Germany, showed, European history from 1000 through 1700 and beyond was understandable in terms of two great demographic cycles, ultimately driven by population increase and declining agricultural labour productivity (2007, p. 51-52).

Em termos marxistas, enquanto o modelo comercial contribui para a compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista, o modelo comercial apresenta os elementos essenciais para o entendimento da forma de funcionamento básico dos modos de produção pré-capitalistas, particularmente do feudalismo europeu. Em outras palavras, enquanto o modelo comercial dá conta da explicação do desenvolvimento econômico, o modelo demográfico especifica as condições por trás da persistência do atraso econômico (*economic backwardness*), isto é, do fenômeno do subdesenvolvimento econômico.

Em contrapartida, o modelo demográfico mostra-se incapaz de explicar a emergência do desenvolvimento econômico em algumas regiões no início da Era Moderna, em particular na Inglaterra, mas também no norte dos países baixos. Esta insuficiência é análoga ao problema do modelo comercial, que não permite esclarecer as características básicas de funcionamento dos modos de produção pré-capitalistas:

> Simply put, the Smithians could not explain persistent stagnation in most of Europe through the middle of the eighteenth century; but the Malthusians could not explain the take-off into sustained growth in England and the northern Netherlands during the late medieval and early modern periods (2007, p. 53).

Em termos mais gerais, tanto o modelo comercial quanto o modelo demográfico são insuficientes para explicar a emergência de padrões de desenvolvimento distintos de sociedades com pontos de partida basicamente semelhantes, baseadas no modo de produção feudal. Brenner resume este ponto de vista na seguinte passagem:

> By 1500 the same Europe-wide trends had gone a long way towards establishing one of the great divides in European history, the emergence of an almost totally free peasant population in western Europe, the debasement of the peasantry to unfreedom in eastern Europe. (1985, p. 23).

No que se refere ao problema específico do debate da transição, a insuficiência dos modelos comercial e demográfico estaria ligada à incapacidade de ambos em explicar satisfatoriamente a origem de um novo modo de produção a partir de um modo de produção precedente, isto é, a origem capitalismo a partir do modo de produção feudal. Sendo assim, como elaborar uma abordagem que seja capaz de dar conta não apenas da definição da estrutura e do funcionamento dos modos de produção em si, mas de sua transformação? Brenner defende a solução proporcionada pelo materialismo histórico: "[f]or historical materialist approaches offer a way to resolve and thereby transcend the problems in the ahistorical perspectives of Smith and Malthus-Ricardo" (2007, p. 57).

A vantagem da abordagem baseada no materialismo histórico estaria em sua capacidade de transcender o caráter unilateral e antitético dos modelos comercial e demográfico, possibilitando a elaboração de uma síntese que supera suas limitações e incorpora suas contribuições.

> Most fundamentally, historical materialist approaches begin from a denial of any notion of trans-historical individual economic rationality. The contention is that, contra not only Smithians but also Malthusians, the specific forms of socio-economic behaviour that individuals and families will find to make sense and will choose will depend on the society-wide network of social relationships-society-wide constraints and opportunities-in which they find themselves. These constraints present themselves to individual economic agents as unchangeable givens, because they are sustained by collective socio-political action. The upshot is that every historically evolved type of society – what Marx called mode of production – has its own microeconomics. (2007, p. 57-58).

Em termos gerais, Brenner defende que seu próprio modelo, baseado no materialismo histórico, apresenta uma vantagem fundamental:

> It seems to me that a decisive advantage of this approach is that it allows one-indeed, obliges one-to clearly distinguish between, and sharply pose, two very different-issues that tend to be run together by ahistorical approaches: that is to say, change within .the system versus change of the system, or, alternatively stated, the evolution of a society of a given type versus the transition from a society of one type to a society of a qualitatively different type (2007, p. 58).

Ocorre, contudo, que segundo Brenner o próprio materialismo histórico possibilita duas abordagens distintas, muitas vezes confundidas entre si, mas que são "completamente incompatíveis" (1985, p. 203). Apresentaremos a seguir a discussão de Brenner a respeito de dois modelos da transição de Marx, baseados em duas teorias do materialismo histórico.

2.3 CRÍTICA E CONTRIBUIÇÃO DOS MODELOS MARXIANOS

O materialismo histórico do jovem Marx

Segundo Brenner, ao longo de sua obra o próprio Marx teria desenvolvido duas versões diferentes da transição do feudalismo ao capitalismo com base em "dois materialismos históricos fundamentalmente distintos" (1985, p. 203). A distinção entre os dois tipos de materialismo histórico resulta basicamente da prioridade conferida a um dos dois fatores básicos dos modos de produção. No primeiro caso, privilegia-se o papel do desenvolvimento das forças produtivas. No segundo, a primazia fica por conta das relações de produção, ou, nos termos de Brenner, das relações sociais de propriedade. Brenner defende que a abordagem da transição baseada no primeiro tipo de materialismo histórico leva a problemas semelhantes àqueles do modelo smithiano. Já o segundo tipo de materialismo histórico, por sua vez, parece ser o único que permite que o problema da transição seja equacionado de maneira adequada.

O primeiro modelo da transição de Marx, associado ao primeiro tipo de materialismo histórico, teria sido apresentado em seus trabalhos de juventude, particularmente em *A ideologia alemã* (1845-1846), mas também em *A miséria da filosofia* (1847) e em *O Manifesto Comunista* (1848) (1985, p. 203). Segundo Brenner, esta versão "espelha de forma bastante próxima a abordagem clássica de de Adam Smith da transição do feudalismo ao capitalismo presente na Riqueza das Nações" (1985, p. 203). Outra fonte de inspiração seriam os trabalhos da historiografia conservadora francesa da primeira metade do século XIX. Já o segundo modelo de transição e seu correspondente tipo de materialismo histórico teriam sido esboçados em trabalhos como os *Grundrisse* (1857-8) e *O capital* (1867-1883), bem como em escritos posteriores, mas nunca de forma completa[17]. A seguir, dedicaremo-nos à apresentação

[17] As datas colocadas entre parênteses são apresentadas conforme o próprio artigo de Brenner. Dentre os trabalhos de juventude de Marx, é curioso que Brenner não mencione os manuscritos econômico-filosóficos.

da interpretação de Brenner sobre o primeiro da transição do feudalismo ao capitalismo presente nos trabalhos de juventude de Marx, bem como suas semelhanças com o modelo smithiano.

Marx não teria abordado diretamente o problema da transição do feudalismo ao capitalismo em seus trabalhos de juventude. Ainda assim, Brenner acredita ser possível identificar um primeiro modelo da transição nos trabalhos de Marx a partir de sua discussão sobre o desenvolvimento da "individuação" na história. Este processo, por sua vez, encontra-se intimamente associado ao aprofundamento da divisão do trabalho e ao surgimento da propriedade privada ao longo das diversas etapas das sociedades humanas.

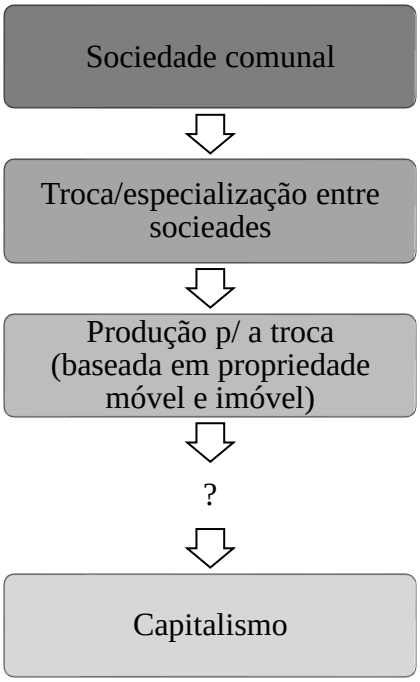
A família e a tribo representam a primeira fase do processo de individuação, e constituem a forma primária de divisão do trabalho. Este tipo de divisão do trabalho baseia-se, por um lado, na propriedade comunal e, por outro, na dominação patriarcal. Segundo este modelo, a propriedade comunal e a dominação patricarcal encontram-se presentes desde as sociedades de caçadores-coletores, passando pelas sociedades pastoris até a sedentarização da agricultura. Neste tipo de sociedade, tanto a forma de propriedade quanto a forma de dominação não se encontram ainda plenamente desenvolvidas. Com o desenvolvimento da escravidão, baseada na conjugação entre a dominação patricarcal e guerra entre tribos distintas, desenvolve-se pela primeira vez uma estrutura de classes consolidada. A ela conjuga-se, no entanto, uma forma de propriedade ainda rudimentar, baseada na junção entre propriedade comunal e propriedade privada móvel, isto é, de escravos.

A transformação da estrutura baseada na divisão do trabalho familiar/tribal, no patricarcalismo e na propriedade comunal conjugada à escravidão está ligada à ascensão das cidades-estado na Antiguidade. A importância fundamental das cidades-estado é devida ao seu papel no desenvolvimento da propriedade em direção à forma privada. Segundo Brenner, contudo, Marx é bastante impreciso a respeito do mecanismo específico através do qual é oparada tal transformação. Ainda assim,

> (...) it is fairly clear that what, in Marx's view, drove forward the process of individuation was the growth of exchange and the specialization with which it was associated . It was not so much the warfare, as the barter between tribes which began the process of dissolving communal or tribal property. This original exchange had, as its counterpart, an initial specialization within each of the exchanging tribes. ln turn, specialization for external exchange brought with it an epochal development: the appearance (not the prevalence) of private property, initially in moveables (the means of exchange). Bound up with the initial inter-tribal specialization, moreover, there emerged the first private property not only in moveables, but in immoveables (presumably property in the means of production for making the commodities exchanged between tribes) (1985, p. 209).

A consolidação da propriedade privada é importante porque ela fornece a base para o desenvolvimento da "produção para a troca", que se contrapõe ao modelo de "produção de subsistência" ligado à propriedade comunal. A produção para a troca, por sua vez, está ligada à expansão do comércio e à especialização das unidades produtivas, levando ao aprofundamento da divisão do trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas. É no bojo deste contexto que ocorre o surgimento da divisão do trabalho entre campo e cidade, a separação entre produção e comércio e, no limite, a concentração da propriedade e a proletarização da força de trabalho "um movimento em direção, embora não a plena realização, de formas de propriedade e produção capitalistas" (1985, p. 209). Com base nestas considerações, Brenner esquematiza a cadeia de causalidade associada ao primeiro modelo da transição de Marx:

FIGURA 1 – Cadeia de causalidade do primeiro modelo da transição de Marx segundo Brenner



Fonte: *Marx's first model of the transition to capitalism* (1985, p. 209 [elaboração própria]).

Segundo Brenner, o primeiro modelo da transição de Marx assemelha-se em diversos aspectos à abordagem do tema feia por Smith em *A riqueza das nações* (1776). Sendo assim, "[b]y juxtaposing Marx's and Smith's accounts, we can reveal their essential similarity, as well as their differences, while bringing out the problems which they have in common (1985, p. 211). Com base nesta ideia, Brenner elabora cinco pontos de comparação entre Marx e Smith

para tentar mostrar como o primeiro modelo da transição de Marx aproxima-se, em seus principais aspectos, do modelo smithiano ou modelo comercial.

Em primeiro lugar, tanto o jovem Marx quanto Smith interpretam o feudalismo como como expressão da interrupção do desenvolvimento do comércio, das cidades e da indústria que caracterizavam as sociedades da Antiguidade. Neste sentido, ambos vêem o "feudalismo como uma anomalia" (1985, p. 211).

No caso de Smith, esta posição resultaria tanto de sua defesa da propensão à troca e à barganha características da natureza humana, quanto de sua subscrição da teoria da história dos "quatro estágios", que constitui uma tese sobre a evolução das sociedades humanas comum à época do Iluminismo. Segundo a teoria dos quatro estágios, as sociedades humanas teriam progredido de acordo com seus modos de subsistência característicos, avançando das sociedades de caçadores e coletores, para o estágio pastoril, seguido da agricultura sedentária e, finalmente, chegando à fase da sociedade comercial (1985, p. 212). Como, segundo a visão de mundo de Smith, durante a Antiguidade já havia sido atingido o estágio comercial, e como este quadro era visto como o resultado histórico natural da tendência à troca e à barganha inerente aos indivíduos, isto é, como o acúmulo de diversas fases de expansão do comércio e da divisão do trabalho, logo a instauração do feudalismo só podia ser vista como resultado de uma retrogressão imposta exógenamente (1985, p. 212).

A primeira versão de Marx teria sido bastante análoga à de Smith. Conforme Brenner:

> Like Smith, and perhaps because of him, Marx also starts with the mode of subsistence and he appears to have taken Smith's four-stage theory of evolution for granted, although he compressed hunting and gathering, pastoralism, and settled agriculture , into a single, initial communal or tribal stage. ln turn, as just noted, the major break for Marx occurs with the simultaneous appearance of trade, specialization, and private property in moveables in the world of antiquity (1985, p. 212).

Além disso, Marx teria adotado uma visão parecida com aquela associada à noção da propensão natural à troca e à barganha, já que, em sua discussão sobre o processo de individuação, a instauração do feudalismo é vista como resultado da interrupção do processo de expansão do comércio e aprofundamento da divisão do trabalho, e sua dissolução como fruto da restauração destas tendências. Assim, conforme Brenner "[f]or both Marx and Smith feudalism tends to appear as an interruption, which can be sustained only in the absence of the growth of exchange (1985, p. 213).

De acordo com Brenner, contudo, a junção da teoria da história dos quatro estágios com a tese da propensão à troca e à barganha parece levar a um problema de auto-contradição. Assim, se a propensão à troca representa um traço inerente à natureza humana, logo isto faz com que seja bastante difícil distinguir entre os quatro tipos de estágios, já que a expansão do comércio estaria por trás tanto da dinâmica das sociedades comerciais, como também das pré-comerciais. Isto é, "(...) in Smith's view the existence of commerce alongside and in connection with precommercial modes tended to induce these modes to function in a 'commercial way' and to lead them to transform themselves in the direction of the commercial stage per se" (1985, p. 213). Esta posição seria compatível com a visão geral de Smith sobre o desenvolvimento histórico. De acordo com Brenner, teria argumentado de forma essencialmente semelhante, mas "in view of his rejection of any sort of notion of *homo economicus*, he seems to have had less basis for doing so" (1985, p. 213 [grifo meu]).

Segundo Brenner, tanto o jovem Marx quanto Smith identificam o ponto fundamental de ruptura do feudalismo com a ascensão das cidades. No caso de Marx, o processo estaria ligado fundalmente à fuga dos servos para escapar do jugo dos senhores feudais, levando à criação de cidades e ao estabelecimento da divisão do trabalho entre cidade e campo. Com o tempo, a especialização e cooperação das atividades artesanais e manufatureiras se aprofundam, e com elas a divisão entre trabalho manual e intelectual, alavancando a posição dos mestres das em relação a seus jornaleiros e aprendizes, fortalecendo as corporações de ofício e, com elas, seu poder de monopólio sobre os produtos manufaturados e o mercado de trabalho das cidades. Para combater as tentativas de pilhagem e dominação por parte dos senhores feudais, os habitantes da cidade (*townsmen*) se unem de forma a constituir um governo comunal e proteger as condições de desenvolvimento econômico das cidades. Por fim, a divisão entre campo e cidade também estaria na base da libertação da burguesia do controle feudal. Em resumo, para Marx "it was the creation and reproduction of the urban commune which made possible the ongoing evolution of bourgeois society" (1985, p. 214).

Conforme vimos ao discutir o modelo smithiano, a ascensão das cidades livres também teria assumido um papel central no modelo da transição de Smith. O que estaria em jogo aqui seria a libertação dos indivíduos em geral, seja dos camponeses em sua fuga para as cidades, seja da burguesia urbana, em relação ao parasitismo feudal, cuja influência frustraria a realização da propensão natural à troca e à barganha, limitando a expansão do comércio e o desenvolvimento econômico. Assim, de acordo com Brenner, "[f]or Marx, in the style of Adam Smith, the peasants' struggle against feudalism is a struggle for capitalism by embryonic or incipiente capitalists!" (1985, p. 215). Ou ainda, "[w]hether intentionally or not, then, Marx

constitutes a capitalism in embryo within the medieval town as a product of the growth of the division of labor" (1985, p. 215).

Além de estar ligada à asensão das cidades, a divisão do trabalho entre cidade e campo também produz transformações importantes sobre o próprio funcionamento da agricultura. Neste caso tanto Smith quanto o jovem Marx teriam "argued that the towns, through their own commercial development, simply dissolved feudal relationships in the countryside and determined the rise of agrarian capitalism" (1985, p. 219). No caso de Smith, a disponibilidade de novos bens proporcionada pela ascensão das cidades e a expansão do comércio teriam estimulado os senhores feudais a buscar formas de expandir seus rendimentos para que pudessem ter acesso às novidades. Para liberar recursos para o aumento do consumo, a resposta inicial dos senhores teria sido a de desmantelar sua rede de dependentes. Isto implicava dispensar tanto seu séquito de vassalos e demais aliados militares, quanto libertar os servos camponeses ao redor de seus domínios. Paralelamente, a busca pelo aumento dos rendimentos senhoriais teria estimulado a racionalização dos métodos produtivos agrícolas, agora não mais baseados no trabalho coagido de servos camponeses, mas em grande medida numa relação simbiótica entre senhores de terras e arrendatários livres, os quais passam a recorrer ao trabalho assalariado livre para levar à cabo a produção. Livres da ameaça constante de expropriação do excedente por parte dos senhores feudais, os arrendatários agora são estimulados a investir e inovar de forma a potencializar seus ganhos. Os antigos senhores feudais, por sua vez, têm os rendimentos acrescidos em razão da prevalência da competição por terras entre os arrendatários:

> Characteristically, the unintended consequence of trade was not only to accelerate the growth of the already bourgeois economy in the towns, but also to lead feudal society in the countryside to function in a bourgeois manner and transform itself into capitalism. In the second place this account shows yet again that for Smith there was only one truly serious barrier to economic development: i.e., the extra- economic parasitism of politically-based social groups, in this case feudal lords. Once the "political" and/or the "state" was fully separated from and kept from preying on the economy, development could be expected to occur more or less automatically (1985, p. 220).

Em grande medida, a abordagem do primeiro Marx seria essencialmente análoga à de Smith. Assim, conforme a ascensão da cidade permite que novas mercadorias cheguem aos senhores feudais do campo, estes sentem cada vez mais necessidade de expandir seus rendimentos. Da mesma forma, sentem-se cada vez menos dispostos a dedicar recursos para reter os camponeses presos à terra, especialmente num contexto onde as tentativas de fuga dos

servos aumentam os custos de supervisão. A liberação de recursos e o aumento da demanda por mercadorias das cidades leva à expansão dos mercados urbanos e aumenta a demanda por alimentos e matérias primas, fazendo com que os senhores feudais sejam induzidos a racionalizar seus domínios, de forma a atender a expansão da demanda por produtos do campo (1985, p. 221).

Em resumo, apesar da existência de algumas diferenças de abordagem, as versões tanto do jovem Marx quanto de Smith a respeito da transformação do campo e do surgimento do "capitalismo agrário" são bastante compatíveis. Brenner resume sua crítica aos autores sobre este assunto na seguinte passagem:

> Marx, of course, explicitly rejected Smith's *homo economicus* and would not have taken seriously any account of historical evolution which depended explicitly on man's "natural" tendency to truck or barter or an associated imanente tendency for trade and the division of labor to develop. The fact remains that in his earlier works Marx was unable, in practice, sharply to differentiate his own notion of historical evolution by way of individuation from Smith's account of historical evolution by way of exchange and the division of labor. ln both his explanation of the dissolution of primitive tribal society and his explanation of the dissolution of feudalism, Marx ends up assuming that that exposure to trade makes pre-capitalist producers act like (embryonic) capitalists; that in the presence of trade, pre-capitalist property forms reveal their essentially (if embryonically) capitalist essence; and that, in the end, the growth of commerce and the division of labor bring about the transformation of pre-capitalist to capitalist forms (1985, p. 221).

Após a separação entre cidade e campo, o passo seguinte no primeiro modelo de Marx é a divisão do trabalho entre as atividades comerciais e industriais, que corresponde às etapas de consolidação da sociedade burguesa. Neste contexto, discute-se o desenvolvimento da organização produtiva desde o artesanato, passando pela manufatura, até o desenvolvimento da indústria. Cada fase deste processo está ligada a tentativas da classe dominante de então de reforçar sua posição através da constituição e da defesa de monopólios. No caso do artesanato, por exemplo, os mestres de ofício fazem uso da guilda. No período manufatureiro, recorre-se à proteção dos estados nacionais. Na fase seguinte, o trunfo da classe capitalista industrial, principalmente britânica, é o livre comércio, isto é, "a monopoly based on pure productiveness" (1985, p. 216).

A reestruruação produtiva avança à medida em que se aprofunda o processo especialização e de aumento da cooperação do trabalho, ambos estimulados pela atuação dos mercadores citadinos, que ajudam a promover a expansão do comércio. Conforme aumenta a sofisticação e a complexidade das ferramentas do trabalho, diminui progressivamente o grau de destreza e preparo da força de trabalho, levando no limite à formação de um proletariado

essencialmente desqualificado (*de-skilled*), reforçando a divisão entre o trabalho manual realizado por eles, e o trabalho intelectual, que fica a cargo da burguesia. O resultado deste processo é a consolidação e a polarização de classes, com a burguesia, de um lado, e o proletariado, de outro. O importante aqui é que as três fases de reestruturação produtiva da sociedade burguesa, artesanato, manufatura e indústria, representam três etapas de desenvolvimento das forças produtivas. E é a partir do avanço das forças produtivas, e de seus desdobramentos, que se consolida a estrutura de classes específica da sociedade capitalista. A progressão estabelecida por Marx no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade capitalista afasta-se do modelo de Smith neste ponto, cuja abordagem discute duas formas alternativas de desenvolvimento, uma baseada no foco prioritário dado ao desenvolvimento do comércio internacional, da manufatura e das cidades, e outra ancorada no desenvolvimento prioritário do mercado doméstico, e ainda que Brenner deixe de mencionar, da agricultura. Outro ponto ao qual Brenner deixa de aludir é que estas duas vias de desenvolvimento representariam, segundo Smith, os caminhos adotados pelas nações da Europa e pelo império da China ao longo de sua história. Apesar destas diferenças, contudo, Brenner defende que "[i]t appears, however, that Marx's integration of these concepts into his earlier work constitutes only an extension of Smith's grand theory, rather than a break from it" (1985, p. 217). Aqui, a crítica de Brenner volta-se contra o caráter "explicitamente tecno-funcionalista" das abordagens de Smith e do jovem Marx, as quais teriam apresentado as relações de classe como um simples desdobramento do avanço das forças produtivas. Já discutimos a crítica de Brenner ao tecno-funcionalista de Smith ao apresentar o modelo smithiano. Marx, por sua vez,

> (...) emphasizes that class relations directly reflect the division between mental and manual labor within production itself. The division between mental and manual labor is simply an aspect of the mode of cooperation, which is itself an aspect of the division of labor, determined ultimately by the level of the productive forces. (...) As a result of the competitive battle on the market, the workshop with its master/journeyman class relationship is surpassed by the manufactory with its manufacturer/semi-skilled worker class relationship which is, in turn, surpassed by the factory with its industrialist/proletarian class relationship. By this model, then, the evolving class structure seems little more than an expression of the developing productive forces (1985, p. 217).

O mesmo ocorre em relação à discussão das relações de propriedade, que em ambas as abordagens teriam assumido um caráter passivo e dependente, como uma espécie de apêndice das relações de classe. Assim, como já vimos acima, em cada uma das três etapas de desenvolvimento da sociedade burguesa, surgem formas distintas de monopólio, isto é, de relações de propriedade característica. A consolidação destas formas deve-se sobretudo à sua

funcionalidade, isto é, à sua contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas. A partir de certo ponto, contudo, as relações de classe e de propriedade passam a representar não um estímulo, mas um estorvo ao desenvolvimento econômico, impedindo a prevalência do princípio da competição, o que faz com elas tendam a ser substituídas. A contradição entre o desenvolvimento das relações de produção, de um lado, e das forças produtivas, por outro, adiciona um elemento político à discussão, o que parece abrir espaço para a contigência e para o reconhecimento da importância das relações de classe, ou ainda, da luta de classes. Ocorre, contudo, que no fim das contas o que acontece é um mero ajustamento das relações de produção, isto é, de classe e propriedade, ao o avanço inexorável das forças produtivas. Assim,

> It is true that in his earlier works Marx did tend to see the political struggles against these monopolies as critical to the development of the productive forces. Nevertheless, he also argued that the extension of the market would itself dissolve these monopolies. (...) In Marx's earlier works, property forms may lag behind productive forces; but they cannot, in the long run, fetter these forces, but must ultimately adjust to them (1985, p. 127-128).

O problema geral das abordagens de Smith e do jovem Marx, segundo Brenner, é que o foco no desenvolvimento das forças produtivas faz com que ambos assumam o funcionamento implícito de mecanismos capitalistas a agir sobre modos de produção não-capitalistas, levando à sua dissolução. Mas, ao pressupor estes mecanismos, ambos os autores teriam escamoteado o problema da transição, pois buscam explicar a origem do capitalismo a partir de princípios capitalistas. Nos modos de produção pré-capitalistas, contudo, a atuação dos agentes econômicos de cada classe obedece a princípios próprios, estabelecidos justamente com base em suas relações de produção, ou relações sociais de propriedade. No caso do feudalismo, por exemplo,

> Both lords and peasants, and the feudal structure more generally, distinguished themselves precisely by their lack of dependence on production for exchange. lt is therefore hard to see how the mere emergence of exchange and increasing division of labor. could bring about feudalism's transformation. Nevertheless, it turns out that both Smith and Marx argue tha the rise of exchange did just that (1985, p. 219).

Um último ponto de comparação entre o modelo do jovem Marx e de Smith refere-se à revolução burguesa. Segundo Brenner, ao longo de seus sucessivos textos de juventude, Marx busca dar cada vez mais importância aos conflitos políticos associados às transformações históricas das sociedades humanas, isto é, à luta de classes. Especificamente, o tema assume uma posição cada vez mais central em *Filosofia da miséria* e no *Manifesto comunista*, bem

como em agum outros ensaios do fim da década de 1840 que abordam o tema do materialismo histórico. Assim, por exemplo, no caso das três etapas de desenvolvimento da sociedade burguesa, cada tipo de organização produtiva é caracterizado por uma forma política específica e por conflitos políticos específicos. Na fase onde predomina o artesanato, o conflito se dá entre comunas medievais e antiga nobreza. O período manufatureiro assiste à ascensão do absolutismo, que expressa inicialmente uma aliança entre os estados monárquicos e a burguesia contra a antiga nobreza. Já no período industrial, o crescimento da importância da burguesia gera um realinhamento do equilíbrio de poder, fazendo com que os vários grupos da nobreza se unam novamente para deter o avanço da classe em ascensão[18]. A culminação deste processo é a revolução burguesa, mediante a qual a burguesia industrial toma o poder de estado e destrói o que resta do Antigo Regime. Segundo Brenner, contudo, a maior atenção dada à luta de classes e, neste contexto, à revolução burguesa, não são suficientes para que Marx consiga se libertar de sua concepção smithiana, já que seu primeiro modelo da transição "finds its rationale (and probably its intelectual roots) within a Smithian rather than any distinctively Marxian framework" (1985, p. 223).

No que diz respeito à revolução burguesa, portanto, tanto Marx quanto Smith a teriam encarado como uma "revolução anti-feudal", isto é, como a luta de uma sociedade já burguesa contra os limites impostos a ela externamente pela sociedade feudal. De acordo com Brenner:

> From this vantage point, bourgeois society should be seen as growing up "in the interstices" of feudal society, and not as developing "within its womb". The two economies are at no point really symbiotic; at best, bourgeois society feeds off the feudal entrails. What this means is that the anti-feudal revolt is, in no sense, internal to feudalism. It is the revolt of a bourgeois society which has constituted itself external to feudal society, against feudal lotds who would prevent its further development. ln this framework, Marx's bourgeois revolution is necessary for precisely the same reason that Smith's urban revolution is necessary (1985, p. 224-225).

Em suma, apesar de transmitir a impressão de que incorpora realmente as relações de classe e propriedade, a discussão sobre a revolução burguesa em Marx, tal como em Smith, na verdade a encara como um fenômeno derivado do desenvolvimento das forças produtivas com base na expansão do comércio.

[18] O realinhamento das alianças em face à ascensão da burguesia é o ponto em que Brenner acredita que Marx teria se inspirado na historiografia conservadora francesa do começo do século XIX (1985, p. 224).

Ao concluir sua discussão sobre o primeiro modelo da transição de Marx, e correspondentemente sobre sua primeira teoria do materialismo histórico, Brenner chega à seguinte conclusão,

> On the one hand, Marx emphasizes again and again in his earlier works that all production is socially and historically conditioned. (...) On the other hand, as we have noted, Marx also (and contradictorily) contends that property and class relations are a direct expression of the productive forces, mediated by the division of labor (...). The ultimate basis for the foregoing line of reasoning would be an extreme, mechanical individualism. In failing to provide a clear alternative to it, Marx at times leaves his texts open to just such an interpretation. (1985, p. 224-225).

Aqui, percebe-se como, tal como no caso de Smith, Brenner acredita que os trabalhos do jovem Marx parecem ser prejudicados em razão da adoção de uma espécie de individualismo metodológico por parte do autor. Para corroborar sua crítica, Brenner nota que, em seus trabalhos de juventude, Marx teria atribuído à família, enquanto unidade de procriação, o papel de "átomo social" por excelência, constituindo um dos principais aspectos das relações históricas fundamentais. Estas famílias interagiriam entre si através da competição inter-familiar e da cooperação intra-familiar de forma a organizar a produção social, garantir sua subsistência e satisfazer uma gama cada vez mais ampla de necessidades. Com base nestes elementos, Brenner elabora a seguinte cadeia de raciocínio:

> The form of cooperation (...), of course, manifests itself immediately in property and class relations. It appears, then, that, originally, the family as a unit of procreation adopted existing (primitive) productive forces so as to organize itself as a unit of cooperation and, in turn, as an embryonic system of property relations. Subsequently, as more advanced productive forces became available under new historical conditions, families re-organized production so as to continue to insure their subsistence and fulfill new needs, in conflict and competition with other families, thereby bringing into being new forros of cooperation and, correlatively, new relations of property and class. By this reasoning, evolving property relations appear as the outcome of evolving individual (family) choices aimed at maximizing competitiveness. As the productive forces develop, individuals, in conflict with others, are obliged to shed the old forms of cooperation and property and to enter into new, more effective ones (1985, p. 225-226).

Agora que vimos em detalhes a interpretação de Brenner sobre o caráter smithiano dos trabalhos de juventude de Marx no que dizem respeito a seu primeiro modelo da transição, podemos passar à crítica de Brenner à primeira teoria do materialismo histórico de Marx.

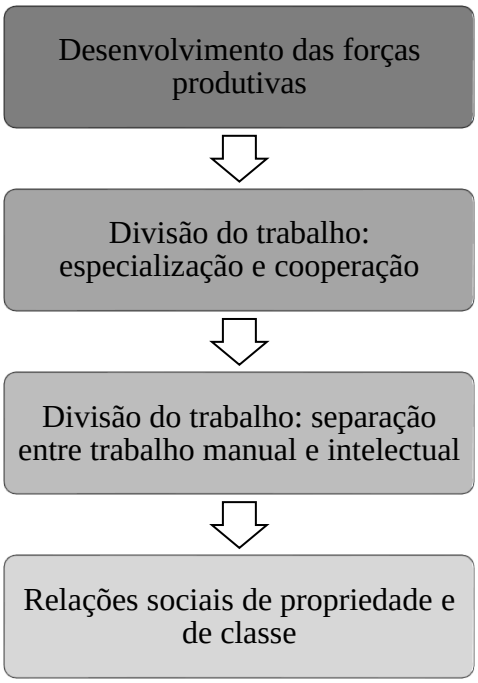
Crítica de Brenner ao jovem Marx

O conceito central que articula as ideias do primeiro modelo de Marx, conforme Brenner, é a divisão do trabalho, que "expressa diretamente o nível de desenvolvimento das forças produtivas" (1985, p. 203). Este, por sua vez, seria determinado pela expansão do comércio. Com base nestes desenvolvimentos, determinam-se as relações de produção, isto é, as relações sociais de propriedade e de classe características do modo de produção. Brenner também refere-se alternativamente à estrutura social do primeiro modelo de Marx como "modo de subsistência". A relação básica entre a divisão do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e o modo de produção ou subsistência é estabelecida por Brenner na seguinte passagem:

> The way a people produces their means of subsistence, what they produce and how they produce it - their "mode of subsistence" as it were – determines what they are. As a consequence, the key to the evolution of society is to be found in development of the productive forces, for this is what lays behind the continuing transformation of the production of the means of subsistence (the mode of susbsistence). The development of the productive forces manifests itself in the development of the division of labour.(1985, p. 204-205).

Segundo este modelo, há dois componenetes inclusos no conceito de divisão do trabalho: a especialização e a forma de organização do trabalho. A especialização refere-se à divisão do trabalho entre unidades produtivas diferentes, ou, em termos marxistas, à divisão social do trabalho. Já a forma de organização do trabalho, ou forma de cooperação, refere-se à divisão do trabalho interna à unidade produtiva, ou seja, a divisão técnica do trabalho. Juntos, os processos de especialização e cooperação do trabalho determinam a divisão de classes do modo de subsistência. A constituição das classes, e com elas a consolidação de formas de propriedade correspondentes, estão ligadas, por sua vez, à divisão do trabalho que separa o trabalho manual do trabalho intelectual. A cadeia causal do argumento contindo no primeiro modelo de Marx é apresentada por Brenner da seguinte maneira:

FIGURA 2 – Cadeia causal do primeiro modelo de materialismo histórico de Marx segundo Brenner



Fonte: *Marx's first model of the transition to capitalism* (1985, p. 206 [elaboração própria]).

O problema básico da primeira versão do materialismo histórico de Marx, segundo Brenner, deriva de sua priorização ao fator dado pelo desenvolvimento das forças produtivas em detrimento das relações de produção, relações sociais de propriedade ou relações de classe, na determinação da estrutura de um modo de produção. A prioridade conferida ao papel das forças produtivas, por sua vez, resulta de sua visão essencialmente smithiana sobre o papel exercido pelo comércio e pela divisão do trabalho por ele estimulada não só no modo de produção capitalista, mas ao longo de toda a história humana. Brenner reconhece que o próprio Marx rejeitaria esta interpretação de seus trabalhos de juventude. Diante disto, no entanto, Brenner não só busca defender-se como estende a crítica feita a Smith e ao jovem Marx a diversos outros autores,

> Certainly, Marx would have renounced the foregoing interpretation of his texts. Nevertheless, he did little, in his earlier work, to defend himself against it. Indeed, any number of Marxists, from Engels to Sweezy to Wallerstein, would "follow" the master in adopting essentially Smithian strategies to explain large-scale historical transformations, notably the transition from feudalism to capitalism. They would employ the rise of trade ("a system of production for exchange"), the extension of specialization ("the world division of labor"), and competition on the market to explain the breakup of the old mode and the emergence of the new (1985, p. 226).

Em contraposição ao modelo da transição implícito nos primeiros trabalhos de Marx, e à teoria do materialismo histórico a ela correspondente, contudo, Brenner contende que "by the end of the 1850s, Marx had provided the basis for quite a different historical materialism, precisely by refining his understanding of property relations and their operation" (1985, p. 227). Assim, tanto nos *Grundrisse* quanto em *O capital*, Marx abandona sua explicação dos modos de subsistência a partir do desenvolvimento das forças produtivas motivado pela expansão do comércio e a divisão do trabalho, e elabora um materialismo histórico que dá prioridade às relações de produção na determinação da estrutura dos modos de produção. As relações de produção dizem respeito basicamente à relação entre os produtores diretos e seus meios de subsistência, de um lado, e à forma de extração de excedentes de outro. A prevalência da unidade ou separação no que se refere aos meios de subsistência determina a relação de propriedade básica dos produtores diretos. A extração de excedentes, por sua vez, representa a condição para a formação da propriedade sob controle da classe dominante. A interação vertical entre produtores diretos e classe dominante, bem como as relações horizontais no seio de cada um destes grupos diz respeito às relações de classe. O importante aqui é que foco nas relações de produção permite que a dinâmica dos modos de produção seja apreendida a partir de suas relações internas, e não como resultado da dissolução provocada por fatores externos, sejam eles o comércio ou a ascensão das cidades.

Brenner não apresenta o segundo modelo da transição de Marx tal como faz em relação a seus trabalhos de juventude, tampouco detalha os elementos contidos na segunda teoria do materialismo histórico de Marx. Na verdade, o autor sugere que, apesar de ter fornecido os elementos para uma abordagem verdadeiramente adequada do problema da transição, o segundo materialismo histórico de Marx contribuiu primordialmente por colocar em evidência diversos outros problemas que necessitavam de solução:

> Nevertheless, in thus undermining the basis for Smithian approaches, Marx has raised new problems for himself. Precapitalist property forms, in his view, impose upon precapitalist producer's strategies for maintaining themselves which require both producing as they've always done and preserving the property relationships which make that possible. Yet, Marx also says that the condition for the rise of, capitalism is precisely the dissolution of these pre-capitalist property forms: the break up of all forms of reproduction through the domination (extra-economic coercion) of the direct producers; the separation of the direct producers from their means of reproduction (subsistence). As a result of these processes of break up and separation, the direct producers are not only entirely free to produce for exchange, but must in fact exchange in order to survive. But if the rise of trade cannot bring about this transition from one set of social-property relations to another, how does it happen? ln providing reasons to foresake the invisible hand, Marx obliges himself to confront a whole series of prisoners dilemas (1985, p. 228).

Neste senido, a própria obra de Brenner pode ser vista como uma tentativa de desenvolver uma versão do materialismo histórico inspirada nos trabalhos maduros de Marx e uma abordagem da transição do feudalismo ao capitalismo que permita superar tais "dilemas do prisioneiro". A seguir, apresentaremos o modelo geral dos modos de produção de Brenner inspirado no segundo materialismo histórico do Marx "maduro". Em seguida discutiremos sua abordagem do problema da transição, levando em conta sua discussão sobre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista. Antes de seguir adiante, podemos resumir os pontos apresentados nesta seção no seguinte quadro:

TABELA 4 – Interpretação de Brenner sobre as versões da transição de Marx

Materialismo histórico	**Fator prioritário do modo de produção**	**Crítica**	**Especificação**	**Caráter do modelo**
Jovem Marx	Forças produtivas	Circularidade	Pressupõe capitalismo ao explicar sua origem.	Smithiano
Marx maduro	Relações de produção	Incompletude	Equaciona o problema, mas não conclui solução.	Marxista

Fonte: Elaboração própria

2.4 O MODELO GERAL DOS MODOS DE PRODUÇÃO DE BRENNER

No que diz respeito aos distintos de modos de produção ao longo da história, Brenner distingue inicialmente dois tipos básicos: o modo de produção pré-capitalista e o modo de produção capitalista. Como o próprio nome deixa claro, a distinção entre estes dois tipos de modo de produção é feita com base na definição de capitalismo, ou ainda, daquilo que constitui a *differentia especifica* do modo de produção capitalista: o desenvolvimento econômico, no sentido de avanço sustentado das forças produtivas. Neste sentido, a abordagem de Brenner sobre a transição ao longo de sua obra pode vista como uma tentativa de criar uma "teoria histórica do desenvolvimento econômico" (2007, p. 59). Contudo, desenvolvimento econômico descreve o funcionamento do capitalismo, mas não explica sua origem. Portanto, para compreender "arrancada" rumo ao desenvolvimento econômico representada pelo capitalismo, é preciso compreender a instauração das pré-condições necessárias à sua existência. Estas pré-condições conformam a estrutura de um modo de produção, e são representadas não pelo caráter das forças produtivas, mas pelas relações de produção, ou, nos termos de Brenner, pelas relações

sociais de propriedade. Uma vez conhecidas as relações sociais de propriedade que caracterizam os modos de produção pré-capitalista e capitalista, é possível compreender as causas por trás do desenvolvimento econômico singular do último, bem como o perfil geral de atraso ou subdesenvolvimento econômico predominante no primeiro. Nas palavras de Brenner:

> To put the matter crudely, it is my contention that the agrarian economies that came on the scene from the time of the origins of settled agriculture until the early modern period were, almost universally, structured by variants of a single broad type of pre-capitalist social-property relations, of which the form that prevailed in medieval and early modern Europe represented one particular example. This broad type of social-property relations can be understood as 'just the opposite' of capitalista social-property relations (...). The transformation of pre-capitalist social-property relations in a capitalist direction – the transition from precapitalist to capitalist social-property relations – was thus the key, historically, to the onset of modem economic growth (2007, p. 62-63).

São dois os elementos principais que definem o caráter das relações sociais de propriedade. Um deles refere-se à relação de posse entre os produtores diretos e seus meios de subsistência. No caso dos modos de produção pré-capitalistas ao longo da história, prevalece a unidade entre produtor direto e meios de subsistência na forma da possessão camponesa. Já o modo de produção capitalista é caracterizado pela separação entre uns e outros.

O segundo elemento básico que faz parte das relações sociais de propriedade diz respeito à forma de extração do excedente. Nos modos de produção pré-capitalistas, prevalece a extração extra-econômica do excedente pela força, isto é, a extração política. Já no caso do capitalismo, vigora a extração econômica do excedente.

O modelo geral de Brenner dos modos de produção parte da ideia de que o fator fundamental que determina as características é dado pelas relações de produção, ou, nas palavras do autor, das relações sociais de propriedade. Elas correspondem basicamente à macro-estrutura que define o modo de produção. As relações sociais de propriedade dizem respeito aos padrões societais de interação entre as classes ou "comunidades políticas" que compõem o sistema. Por esta razão, Brenner refere-se ocasionalmente às relações sociais de propriedade como relações de classe, ou como o mecanismo que expressa o funcionamento da estrutura de classes que compõe os traços característicos de um modo de produção. As relações sociais de propriedade ou relações de classe podem ser divididas em dois tipos básicos: as relações horizontais e as relações verticais.

As relações horizontais referem-se às interações entre os integrantes de uma mesma classe. No caso do feudalismo, são exemplos de relações horizontais aquelas estabelecidas entre os membros da classes camponesa, como as comunidades aldeãs, bem como aquelas expressas

pela interação dos integrantes da classe dominante, especialmente os senhores feudais, unidos por laços de suserania e vassalagem contra linhagens rivais. Já as relações verticais dizem respeito à interação entre a classe dominante e a classe dos produtores diretos. No modo de produção feudal, as relações verticais são dadas pela interação entre senhores e camponeses, baseada na relação de servidão e na extração de renda feudal de forma coercitiva.

As relações sociais de propriedade determinam em linhas gerais o conjunto de restrições e possibilidades abertos aos integrantes das classes que conformam os modos de produção. Nos termos de Brenner, as relações sociais de propriedade determinam as regras de reprodução dos agentes econômicos individuais, isto é, as estratégias de atuação colocadas em prática para garantir sua sobrevivência e permitir a conquista de seus objetivos sociais ao longo do tempo. Dada a configuração estrutural básica representada pelas relações sociais de propriedade, os integrantes de cada classe tendem a adotar um conjunto específico de regras de reprodução a elas adequadas, consolidadas com base na experiência. Assim, por exemplo, é possível identificar no modo de produção feudal um conjunto de regras de reprodução característico das famílias camponesas. Todas elas, neste caso, encontram-se voltadas a garantir a segurança diante de condições sociais e naturais hostis, como o aumento do grau de coercitividade senhorial e a ocorrência de reveses das colheitas. O mesmo pode ser dito em relação aos senhores feudais individuais, cujas regras incluem a busca de consolidação de recursos militares e influência política, bem como a tendência ao crescimento extensivo de seus domínios.

A combinação das regras de reprodução dos agentes econômicos de cada classe dá origem a um padrão de desenvolvimento, que inclui tanto as formas de crescimento quanto as formas de crise características do modo de produção. Em termos marxistas, ele corresponde ao padrão de desenvolvimento básico das forças produtivas de um modo de produção. No feudalismo, o padrão de desenvolvimento básico é expresso por meio de ciclos demográficos de caráter malthusiano e ciclos de preços de caráter ricardiano. O padrão malthusiano-ricardiano dá origem a uma trajetória de desenvolvimento marcada pela estagnação das forças produtivas. Já no caso do modo de produção capitalista, não só são eliminadas as restrições malthusianas ao crescimento populacional, prevalece um padrão de desenvolvimento marcado pelo crescimento econômico auto-sustentado da renda real *per capita*. Esquematicamente, é

possível representar a relação de causalidade do modelo dos modos de produção de Brenner da seguinte maneira[19]:

FIGURA 3 – Cadeia de causalidade do modelo geral dos modos de produção de Brenner



Fonte: *Property and Progress* (BRENNER, 2007, p. 58-59, [elaboração própria]).

A partir desta apresentação, é possível ver com mais clareza os motivos por trás da rejeição de Brenner das abordagens que defendem a primazia das forças produtivas em detrimento das relações de produção na determinação da estrutura dos modos de produção. De acordo com ele, o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o padrão de desenvolvimento deve ser visto não como o ponto de partida, mas como o resultado do desdobramento das relações sociais de propriedade, isto é, da luta de classes, mediadas pela estratégias adotadas pelos agentes econômicos individuais, isto é, suas regras de reprodução.

A seguir, apresentaremos as características gerais do modo de produção feudal tal como descritas por Brenner. Isto será feito levando em conta as duas classes fundamentais do sistema, isto é, a comunidade política dos camponeses, de um lado, e dos senhores do outro. Detalharemos aí os elementos que compõem as relações sociais de propriedade, regras de reprodução e padrão de desenvolvimento geral do modo de produção feudal.

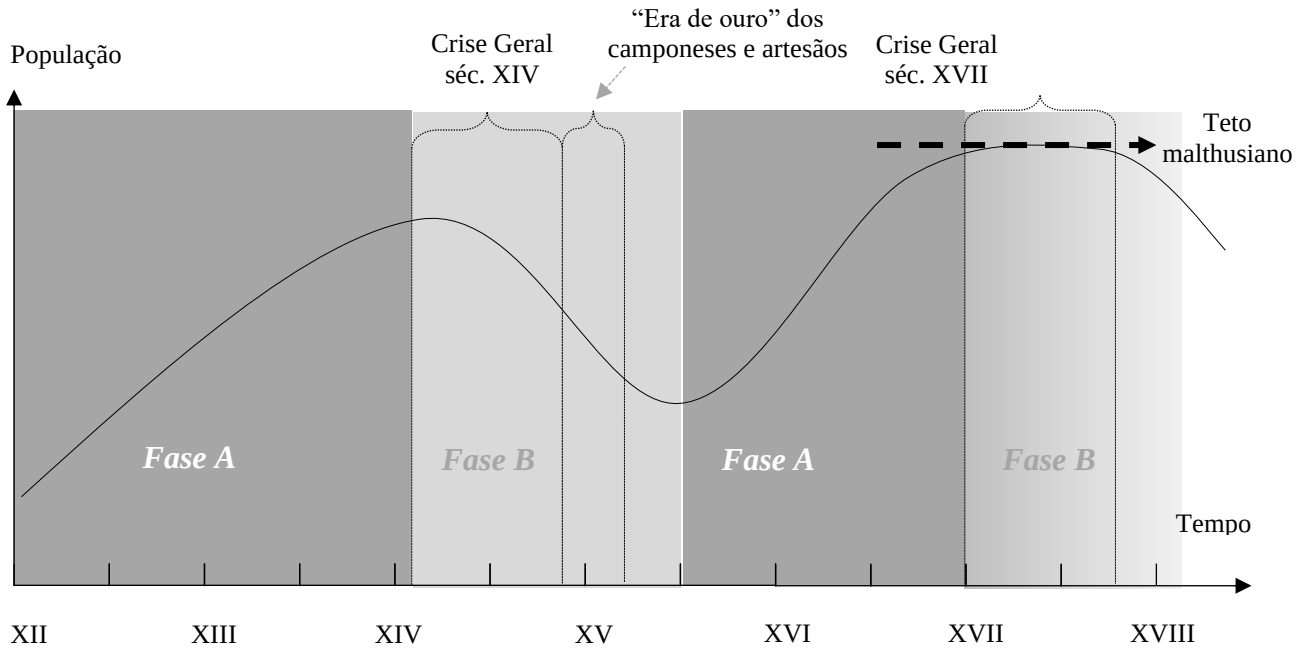
2.5 O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Em concordância com os autores do modelo demográfico, Brenner associa o período feudal europeu a dois grandes ciclos malthusianos com base na relação entre população e recursos econômicos, os chamados *grand agrarian cycles*. Aqui, a ocorrência dos ciclos não

[19] A relação de causalidade é destacada pelo próprio Brenner na seguinte passagem: “So, the causal chain runs from historically specific, politically reproduced social property relations to individual rules for reproduction to aggregate developmental patterns to society-wide forms of crisis” (2007, p. 59).

se resume a modos de produção ou estados específicos, mas a toda a região europeia dominada por relações sociais de propriedade pré-capitalistas[20]. Como veremos, contudo, a discussão em termos de ciclos demográficos visa destacar o caráter específico do modo de produção capitalista nascido na Inglaterra. Além disso, os próprios Estados feudais europeus são tidos por Brenner como modos de produção individuais, formados a partir das relações sociais de propriedade estabelecidas entre comunidades políticas "nacionais" de senhores e camponeses. A versão de Brenner dos ciclos demográficos malthusianos pode ser representada da seguinte forma:

GRÁFICO 1 – Grandes ciclos populacionais europeus, sécs. XII-XVII



Fonte: Brenner (2007, p. 52 [Elaboração própria]).

Os ciclos agrários descritos por Brenner referem-se à dinâmica do conjunto dos modos de produção feudais europeus. Já em relação à estrutura e dinâmica dos modos de produção individuais, o autor elabora o seguinte quadro-resumo,

[20] Os ciclos seculares apresentados por Brenner são resumidos na seguinte passagem: *Phase A.* Population rise from 1100 to 1300 leads to the- Great Famine of 1316-17, the Black Plague of 1348-9, the Hundred Years War- 'The General Crisis of the Fourteenth Century'; *Phase B.* Population decline in later fourteenth and early fifteenth centuries-'The Golden Age of Peasants and Workers'; *Phase A.* Population rise from 1450 to 1600 leads to a population ceiling, c.1600, trans-European warfare - 'The General Crisis of the Seventeenth Century'; *Phase B.* Population stagnation and decline in the later seventeenth/early eighteenth centuries. (2007, p. 52).

TABELA 5 – Estrutura e dinâmica do modo de produção feudal segundo Brenner

FEUDALISMO				
Comunidade política (classe)	**1. Relações sociais de propriedade**	**2. Regras de produção**	**3. Padrão de desenvolvimento**	
			3.1. Formas de crescimento	3.2. Formas de crise
.1. Camponeses	1.1.1 Possessão camponesa: Unidade entre produtores diretos e meios de subsistência	2.1.1. Produção de subsistência: segurança em 1º lugar 2.1.2. Famílias grandes: seguridade e perpetuação da linhagem 2.1.3. Subdivisão dos lotes via herança 2.1.4. Casamentos precoces	3.1.1.1. Crescimento populacional 3.1.1.2. Diminuição progressiva dos lotes médios de terra 3.1.1.3. Incorporação de terras marginais menos produtivas 3.1.1.4. Baixo nível de especialização e investimento 3.1.1.5. Padrão malthusiano: Produtividade do trabalho decrescente 3.1.1.6. Padrão ricardiano: ciclo de salários e dos termos de troca cidade/campo 3.1.1.7. Mercado interno limitado 3.1.1.8. Padrão de consumo dominado por demanda senhorial 3.1.1.9. Limitação da proporção populacional das cidades	3.2.1.1. Ciclo demográfico malthusiano: Superpopulação seguida de declínio populacional
.2. Senhores feudais	1.2.1 Extração de renda feudal: apropriação extra-econômica do excedente	2.2.1. Acumulação política: consolidação de estados feudais 2.2.2. Crescimento extensivo: incorporação por aragem (*assarting*) e colonização	3.1.2.1. Expansão p/ novas terras 3.1.2.2. Estados feudais crescentes 3.1.2.3. Demanda por bens militares e de luxo 3.1.2.4. Expansão do comércio e das cidades 3.1.2.5. Crescimento das despesas improdutivas	3.2.2.1. Queda populacional 3.2.2.2. Crise dos rendimentos senhoriais 3.2.2.3. Redistribuição de riqueza via exploração/conquista 3.2.2.4. Desvios reiterados de recursos da base produtiva 3.2.2.5. Espiral descendente

Fonte: *Property and progress: where Adam Smith went wrong* (2007, p. 83-84, [tabela ligeiramente adaptada a partir da versão original]).

A seguir, apresentaremos cada uma das características do modo de produção feudal, bem como suas relações básicas, seguindo o encadeamento causal proposto por Brenner em seu modelo geral dos modos de produção, baseado nas relações sociais de propriedade, nas regras de reprodução e, por fim, no padrão de desenvolvimento. Como veremos a seguir, apesar de partir da evidência dos grandes ciclos agrários com base no conjunto das economias europeias, na discussão sobre o feudalismo ou pré-capitalismo, Brenner acaba por associar os modos de produção a unidades de análise nacionais.

2.5.1 Relações sociais de propriedade

Brenner define o modo de produção feudal com base em duas relações sociais de propriedade básicas e inter-relacionadas. A primeira refere-se à classe ou comunidade política dos camponeses e caracteriza-se pelo que Brenner chama de "possessão camponesa". A segunda diz respeito à classe ou comunidade política dos senhores feudais e designa a forma específica de extração do excedente baseada na apropriação de renda senhorial.

Possessão camponesa

Em termos marxistas, a possessão camponesa normalmente descreve a unidade entre os produtores diretos, neste caso os camponeses, e seus meios de produção. Brenner, por sua vez, modifica ligeiramente o conceito ao definir a possessão camponesa como a unidade entre os produtores diretos e seus meios de subsistência. Conforme o autor, os meios de produção à disposição dos camponeses são compostos basicamente por ferramentas e força de trabalho, incluindo seu nível de "habilidade", isto é, sua qualificação técnica. Já os meios de subsistência compreendem não só os meios de produção, mas sobretudo a posse da terra.

A distinção é importante porque, segundo o autor, o que marca a diferença entre os modos de produção pré-capitalistas, dentre eles o feudalismo, e o modo de produção capitalista não é a separação entre os produtores e seus meios de produção, mas fundamentalmente entre os trabalhadores e a terra. Isto significa que, sob o modo de produção capitalista, é possível que os trabalhadores permaneçam sob a posse de seus meios de produção, mas não mais de seu meio de subsistência fundamental. Por fim, cabe destacar que a possessão camponesa caracteriza não apenas as relações sociais de propriedade feudais, mas também os demais

modos de produção pré-capitalistas em geral: "[l]ike most agricultural societies since the origins of sedentary agriculture, European feudalism was constituted, at its foundations, by what I would call peasant possession" (2007, p. 63). Apesar de permitir em alguns de seus trabalhos a distinção entre o modo de produção feudal e os modos pré-capitalistas em geral, contudo, Brenner considera-os na maior parte das vezes como sinônimos.

O contraste estabelecido entre os meios de produção e os meios de subsistência evoca outra distinção importante: a diferença entre o conceito marxista relações de produção e o de relações sociais de propriedade adotado por Brenner. De acordo com o autor, o termo relações de produção é mais restrito porque normalmente limita-se à designação do processo de trabalho no interior das unidades produtivas, isto é, às formas de organização e cooperação do trabalho no feudo ou na empresa. No contexto do capitalismo industrial, por exemplo, a análise das relações de produção estaria ligada fundamentalmente às relações verticais entre capitalistas e trabalhadores assalariados livres no interior de cada fábrica. Mais do que isto, contudo, segundo Brenner o conceito de relações de produção é problemático porque muitas vezes leva à ideia de que a estrutura do modo de produção é formada a partir das relações estabelecidas de forma relativamente independente no interior das unidades produtivas. Por fim, com o conceito de relações sociais de propriedade Brenner busca analisar não somente as relações verticais implicadas no conceito de relações de produção, mas também as relações horizontais no interior de cada classe ou comunidade política. No caso do feudalismo, por exemplo, Brenner chama a atenção para a necessidade de analisar não somente a relação de exploração da classe camponesa pela classe senhorial, mas para a constituição política das formas de propriedade feudal a partir da auto-organização tanto de uma quanto da outra em comunidades políticas. Conforme o autor:

> I prefer social-property relations to the more standard relations of production for two reasons. First, the term social relations of production is sometimes taken to convey the idea that the social structural framework in which production takes place is somehow determined by production itself, i.e. the form of cooperation or organization of the labour process. This I think is disastrously misleading. Second, I think it is necessary not only to lay bare the structuring or constraining effects of *vertical* class, or surplus extraction, relations between exploiters and direct producers, which is generally what is meant by social relations of production. It is, if anything, even more critical to bring out the structuring or constraining effects of the *horizontal* relationships among the exploiters themselves and the direct producers themselves (2007, p. 58).

Assim, por exemplo, as relações horizontais entre senhores feudais são de fundamental importância para a constituição dos estados feudais, como veremos ao abordar a

extração de renda senhorial. Tanto no caso da diferenciação entre relações de produção e relações sociais de propriedade, quanto da distinção entre meios de produção e meios de subsistência, Brenner parece estar reivindicando a adoção de conceitos compatíveis com a definição estrutural dos modos de produção, buscando distanciar-se das abordagens que recorrem ao individualismo metodológico. Esclarecidas estas distinções entre alguns termos marxistas tradicionais e sua apropriação modificada por Brenner, voltemos à discussão da relação social de propriedade associada aos camponeses.

Há duas condições que possibilitam a existência da possessão camponesa. A primeira delas é a auto-organização dos camponeses em comunidades políticas. As comunidades políticas camponesas exercem as funções de defesa, polícia e justiça precisamente com o objetivo de salvaguardar a relação social de propriedade representada pela possessão camponesa. Dado o caráter político das comunidades camponesas, bem como as funções políticas exercidas por ela, pode-se dizer que constituição da forma de propriedade camponesa sob o feudalismo deve ser "identificada como quintessencialmente política" (2007, p. 63). Concretamente, os mecanismos associados à reprodução da possessão camponesa praticamente impedem a adoção de relações sociais de propriedade alternativas por parte dos agentes individuais desta comunidade política. Em termos mais específicos, a possessão camponesa, em conjunção à relação social de propriedade senhorial, define as formas de posse (*landholding*), os direitos de herança, os mecanismos de defesa contra ameaças externas, os modos de resolução de disputas internas, bem como as regras gerais da "lei e da ordem" que governam o comportamento dos agentes individuais, asseguradas por seu aparato jurídico e policial.

O segundo elemento que condiciona a possessão camponesa é sua subscrição por parte da outra comunidade política que integra o modo de produção feudal: a classe senhorial. Assim, "[peasant possession] was sustained by the paradoxical fact that lords could not, as a rule, find it in their own interests to separate their peasants from the means of subsistence" (2007, p. 64). A contribuição paradoxal da comunidade política senhorial para a continuidade da possessão camponesa mostra como as duas relações sociais de propriedade encontram-se relacionadas. Para esclarecer este paradoxo, contudo, é preciso apresentar a segunda relação social de propriedade característica do modo de produção feudal: a extração de renda senhorial que fundamenta a reprodução da classe dominante feudal.

Extração de renda senhorial

Tal como no caso das classes dominantes dos outros modos de produção, tanto pré-capitalistas quanto capitalistas, não só a reprodução da classe senhorial, mas sua própria existência depende de sua capacidade de extração de excedente. Em outras palavras, nos modos de produção divididos em classes, a reprodução social da classe dominante é sempre condicionada por seu poder de apropriação de parte da produção social disponibilizada pelos produtores diretos. No caso do feudalismo, a extração de excedente só pode ser obtida por meio da coerção dos senhores feudais exercida sobre os camponeses. A alternativa a este procedimento seria a incorporação de terras por parte da classe dominante na forma de possessão senhorial. Neste caso, contudo, dada a realidade contínua da possessão camponesa, a propriedade da terra por si só não seria capaz de dar acesso aos recursos necessários à reprodução da classe dominante. Isto ocorre porque a unidade entre produtores diretos e meios de subsistência protege os camponeses da necessidade de alugar a própria força de trabalho ou seus lotes de terra para garantir sua sobrevivência. Ademais, a realidade da competição generalizada entre senhores feudais por trabalho camponês, que abordaremos adiante, também contribui para este processo. Em termos econômicos, a ausência de um mercado de trabalho e de terras inviabiliza a expropriação da possessão camponesa como estratégia de enriquecimento por parte dos senhores feudais individuais, fazendo com que eles tenham que depender da extração extra-econômica do excedente produzido pelos próprios camponeses em suas possessões. Conforme Brenner:

> Lords were not lords by virtue of being landowners, holders of demesnes (indeed, they did not always have demesnes). This was because peasants possessed their means of subsistence and so were under no compulsion to take up a commercial lease or hire themselves out as waged workers in order to survive. Lords could not, then, count on the availability of either comercial tenants or waged workers to valorize what demesne land they held, i.e. on an adequate market in labour power or leasers. As a result, they could not, as individuals, find it in their interest to expropriate the land possessed by their peasants because, having done so, they would find themselves with no one to turn to work on or lease their plots (2007, p. 64).

Esta é a razão pela qual Brenner afirma que a continuidade da possessão camponesa é garantida não só com base em sua auto-organização, mas também devido à aceitação, ou melhor, à tolerância deste tipo de instituição por parte da comunidade política senhorial.

O excedente extraído dos camponeses é incorporado pela classe dos senhores feudais sob a forma de renda senhorial, que constitui o elemento básico da propriedade senhorial. Percebe-se aqui, portanto, como a renda senhorial, e não a "possessão senhorial",

representa a relação social de propriedade que espelha a possessão camponesa do ponto de vista da classe dominante.

Caso suficientemente equipado, cada senhor feudal poderia a princípio engajar-se individualmente na tarefa de extração de excedente. Segundo Brenner, aliás, “under feudalism, at least in its classical form, lords took a surplus in some sense individually” (2007, p. 64). O problema é que a atuação individual deixa os senhores feudais vulneráveis às iniciativas da comunidade política camponesa, que pode aproveitar-se da importância de seu trabalho e de seu maior grau de coordenação para alavancar seu poder de barganha. No limite, as desavenças poderiam levar os camponeses a abandonar seu local tradicional sob influência de seu senhor e migrar para novas terras, colocando-o à mercê de suas demandas. Além dos conflitos potenciais com seus camponeses, os senhores individuais tinham que levar em conta o clima de competição generalizado entre os próprios senhores pelo trabalho dos camponeses. Para contrapor as iniciativas dos camponeses, os senhores buscam exercer um domínio sobre diversos aspectos sua vida, especialmente a mobilidade camponesa. A regra que tornava os camponeses praticamente adscritos à gleba refere-se justamente a este tipo de iniciativa. A restrição à mobilidade, por sua vez, é talvez o traço mais marcante da instituição da servidão, que constitui uma das principais características estruturais do modo de produção feudal (2007, p. 64) . Já a competição horizontal no seio da comunidade política senhorial é um dos princípios mais importantes por trás da dinâmica do modo de produção feudal. Como veremos ao abordar as regras de reprodução dos integrantes da classe senhorial, a competição horizontal inter-senhorial é o elemento fundamental por trás da tendência à acumulação política no feudalismo, que constitui uma das principais ideias defendidas por Brenner. Em todo caso, o importante a ficar claro aqui é que a garantia da continuidade da extração de excedentes tende a depender da organização dos senhores individuais em comunidades políticas.

A comunidade política dos senhores surge por razões análogas às que motivam a formação das comunidades políticas dos camponeses. Em ambos os casos, o objetivo de sua auto-organização é garantir politicamente a reprodução de suas formas de propriedade. As funções exercidas por ambas também são bastante parecidas em vários aspectos, envolvendo a realização de atividades relacionadas à garantia da segurança de seus integrantes, à administração da justiça e à aplicação da força. Mas a comunidade política senhorial difere da camponesa em um sentido importante, pois, ao contrário desta última, ela representa a base para a constituição do estado:

> State building, with the implied capacity to wield force, was thus necessary for the lords' surplus extraction and class domination, with the consequence that the lordly class, controlling the means of coercion, inevitably constituted the state (2007, p. 64-65).

A princípio, Brenner defende não haverem restrições mínimas quanto à dimensão territorial dos estados feudais resultantes da organização das comunidades políticas senhoriais:

> What enabled lords actually to succeed in taking a surplus by extraeconomic coercion was their constitution of self-governing political communities or states, however large or small. (2007, p.64).

O autor também toca no assunto na seguinte passagem:

> The extensive coincidence of the processes of the constitution of political communities and the constitution of private property-of state formation and class formation -throughout the pre-capitalist epoch cannot be overstressed. Under feudalism, overlords could amass power-to insure their economic reproduction, as well as to carry out public governamental functions-only by constituting a political community (2007, p. 65).

Por fim, numa nota de rodapé logo em seguida, Brenner torna a insistir neste ponto:

> Because lordly political communities carried out the governmental functions we normally associate with states, while disposing of the means of force to make this possible, they should be understood as states, despite their multiplicity, their small size, their localized scope, and their property-constituting (surplus-extracting) function. This is not, of course, to deny that, even early on, some lordly states were unified and had jurisdiction over broad territories (2007, p. 65).

A ênfase na importância da relação social de propriedade constituída pela extração de renda senhorial, assegurada pela formação de comunidades políticas senhoriais, cuja consolidação é equacionada à criação de estados feudais, tem implicações bastante importantes para o modelo dos modos de produção de Brenner. Isto ocorre porque, de acordo com o próprio autor, a definição da estrutura e dos contornos de um modo de produção é dada a partir de suas relações sociais de propriedade. No caso do feudalismo, as relações sociais de propriedade são a possessão camponesa e a extração de renda senhorial. Para garantir a reprodução das relações sociais de propriedade, formam-se comunidades políticas de camponeses e senhores. A comunidade política dos senhores, por sua vez, dada sua prerrogativa enquanto classe dominante, exerce o papel central por trás da formação do estado. Como é possível perceber,

esta linha de raciocínio estabelece um elo entre a definição dos modos de produção e a definição dos estados. No limite, torna-se possível defender que o limite de um modo de produção é dado pela fronteira de influência de cada estado. Ou, em outras palavras, a unidade de análise fundamental para a abordagem dos modos de produção tal como formuladas no modelo de Brenner é dada pelo domínio do estado.

Como a apropriação de renda senhorial baseia-se na coerção dos senhores sobre os camponeses, diz-se que no modo de produção feudal prevalece uma forma política ou extra-econômica de extração do excedente. Além disso, este tipo de relação social de propriedade, a extração extra-econômica do excedente, caracteriza não só o feudalismo, mas também os demais modos de produção pré-capitalista, exatamente como no caso da possessão camponesa. Neste caso, a diferença essencial entre os modos de produção pré-capitalistas, incluindo o feudalismo, e o modo de produção capitalista, está em que neste último prevalece a extração econômica do excedente. A extração econômica do excedente resulta da relação social de propriedade característica do capitalismo, isto é, aquela entre capitalistas e trabalhadores assalariados livres. Em contraposição, no feudalismo prevalece uma relação política entre senhores feudais e camponeses baseada não na liberdade do trabalho, que inclui tanto a liberdade em relação aos meios de subsistência quanto a liberdade no sentido jurídico, mas na instituição da servidão[21].

Tal como no caso dos camponeses, que se auto-organizam de forma a garantir a reprodução da possessão camponesa, também os senhores feudais formam comunidades políticas com o objetivo de assegurar sua capacidade de extração de renda senhorial. A formação e a consolidação das comunidades políticas senhoriais dá origem aos estados feudais.

Do ponto de vista das relações sociais de propriedade feudais tomadas em seu sentido geral, é bastante difícil distinguir entre o feudalismo e os demais modos de produção pré-capitalistas, já que a tanto a possessão camponesa quanto a extração extra-econômica de excedentes caracterizam virtualmente todos os modos de produção pré-capitalistas, ou modos de produção "agrários". Veremos que esta definição não está teoricamente livre de problemas, pois muitas vezes tende a levar à universalização do feudalismo já destacada por Anderson (1974), e ao apagamento de todas as distinções relevantes entre modos de produção-pré-capitalistas teoricamente distintos[22]. A saída de Brenner para o problema, como será visto

[21] A extração extra-econômica pode conviver com a comutação dos serviços, isto é, com a exigência por parte dos senhores do pagamento das obrigações pagas pelos servos em dinheiro, ao invés de em espécie.

[22] Perry Anderson menciona a tendência à universalização do feudalismo em sua discussão sobre o conceito do modo de produção asiático. O objetivo do autor, cujo artigo compõe o posfácio de *Linhagens do Estado Absolutista*, é evitar a tendência análoga de universalização do "asiatismo", segundo ele igualmente perigosa.

adiante, consiste em redefinir os modos de produção a partir da auto-organização de comunidades políticas ou classes a nível estatal ou "nacional". Daí que sua definição dos modos de produção oscile do feudalismo universal a uma espécie de "casuísmo" dos modos de produção[23]. O ponto central aqui é notar como a questão da unidade de análise parece se encontrar até certo ponto indefinida na análise de Brenner. Conforme argumentaremos ao longo deste trabalho, contudo, sempre que o smithianismo associado ao desenvolvimento econômico parece ameaçado, isto é, seu caráter cornucopiano ou, nos termos de Brenner, smithiano, o autor passa a discutir os modos de produção em termos estritamente nacionais. E esta é, segundo acreditamos, a raiz de sua tendência ao nacionalismo metodológico, que não representa um traço constante ao longo de sua obra, mas sim uma estratégia discursiva destinada a proteger o caráter implicitamente positivo atribuído pelo autor à modernização, isto é, ao desenvolvimento econômico capitalista.

2.5.2 Regras de reprodução

É com base na estrutura do modo de produção, representada pelas relações sociais de propriedade, que os agentes individuais de cada uma das comunidades políticas devem adotar as estratégias de reprodução social que considerem mais adequadas. Assim, as relações sociais de propriedade determinam o contexto das possibilidades e restrições disponíveis tanto às unidades de camponeses, quanto de senhores feudais.

> The structure of social-property relations, reproduced by collectivities of lords and by collectivities of peasants, constituted the basic framework in terms of which individuals and/or families decided upon the best strategy for their economic reproduction (2007, p. 66).

Com o tempo, algumas destas "estratégias microeconômicas" desenvolvidas no seio das comunidades políticas destacam-se em relação às outras em razão de seu caráter mais bem-sucedido, estimulando sua difusão e consolidando-as como regras de reprodução social de fato. Dados os pontos de partida distintos de cada comunidade política, isto é, sua posição social específica, bem como seus objetivos sociais diversos, cada classe ou comunidade política

[23] Cabe notar também, que tal perspectiva parece inspirada na abordagem das linhagens de desenvolvimento de Anderson (1974).

específica adota regras de reprodução social características. No caso dos camponeses, Brenner identifica três regras de reprodução social básicas associadas ao modo de produção feudal: a busca pela "segurança em primeiro lugar", a formação de famílias grandes e a subdivisão dos lotes de terras. Já no caso dos senhores feudais, são descritas duas regras de reprodução: o crescimento extensivo via incorporação de terras até então inadequadas ao cultivo (*assarting*) e a colonização, de um lado; e a tendência à acumulação política, de outro. Começemos pelo caso dos camponeses.

Camponeses

Ao iniciar a discussão sobre as regras de reprodução camponesas, Brenner começa por notar que, ao contrário do modo de produção capitalista, caracterizado pela regra de reprodução de produzir para a troca (*produce for exchange*), no modo de produção feudal prevalece a regra de produzir para a subsistência (*produce for subsistence*). A produção de subsistência baseia-se na diversificação produtiva. Por meio dela, as famílias camponesas buscam realizar a produção de praticamente tudo o que é necessário para garantir a própria sobrevivência. É preciso frisar, no entanto, que, em consonância com a tese de Brenner a respeito dos modos de produção pré-capitalistas, a produção de subsistência não implica a exclusão das operações de mercado. Pelo contrário, os camponeses geralmente envolvem-se até certo ponto no comércio, mas ao mesmo tempo evitam tornar-se dependentes dele. Veremos as razões para isto adiante.

A produção de subsistência é possível primordialmente em razão da possessão camponesa, a qual permite que seus integrantes se utilizem do controle dos meios de subsistência para garantir o acesso à sua cesta de consumo básica. Ocorre que a produção de subsistência normalmente implica num baixo nível de produtividade, justamente em razão de sua maior diversificação, isto é, de seu baixo grau de aprofundamento da divisão do trabalho. Em contraste com a produção de subsistência, a produção para a troca, baseada na especialização produtiva e na competição, tende a resultar em níveis de produtividade do trabalho mais elevados. A troca entre produtores especializados, por sua vez, permite que os agentes econômicos individuais se beneficiem mutuamente através da incorporação dos ganhos do comércio. Dados os benefícios da produção para a troca, qual seria para que a diversificação produtiva tenha sido dotada de tamanho grau de generalidade e resiliência ao longo da história? Ou, alternativamente, quais os motivos por trás da origem tardia da produção para a troca generalizada, que caracteriza o modo de produção capitalista?

Em primeiro lugar, as famílias camponesas poderiam continuar insistindo no caminho da produção de subsistência conquanto se encontrassem sob a esfera da possessão camponesa. Neste sentido o controle dos meios de subsistência protegia os camponeses da necessidade de competir no mercado para garantir a própria sobrevivência. Na pior das hipóteses, caso não adotassem a produção para a troca, os camponeses podiam experimentar um empobrecimento relativo em relação a seus pares, mas não podiam ser expulsos de suas terras, isto é, privados de seus meios de subsistência e forçados a alugar sua própria força de trabalho para sobreviver.

> Failing to adopt a cost-cutting innovation that could bring down the price of their output would presumably reduce the returns peasants could net from selling their surpluses by reducing their market share or the return per unit of sales. But, since they did not depend on sales on the market for survival, this would not put them out of business (2007, p. 67).

Em resumo, no contexto do modo de produção feudal, os camponeses não podiam ser obrigados a adotar a produção para a troca. Ainda assim, levando em consideração os ganhos do comércio, não seria de se esperar que eles escolhessem fazê-lo por livre e espontânea vontade? Ao buscar responder a esta pergunta, Brenner se volta à discussão da primeira regra de reprodução básica da comunidade política camponesa, baseada no objetivo social da segurança em primeiro lugar.

Segurança em primeiro lugar

Ao discutir as regras de reprodução camponesas, Brenner não descarta a lógica da maximização do interesse individual, ou a ideia geral dos ganhos que o comércio pode proporcionar, mas nota que, embora seus benefícios potenciais possam ser atrativos, os custos envolvidos costumam ultrapassá-los.

> While Smith brilliantly specified the *gains* that come from specialization for the market, compared to diversification for subsistence, he failed to demonstrate a trans-historical, or generalized, self-interest in specialization because he failed to consider and investigate-the other side of the coin, i.e. the potential costs that could accrue or damages that might result from such specialization. Where Smith went wrong therefore was to neglect the potential *losses* from trade and to entertain the possibility that these might outweigh the gains from trade. Peasants in possession of their means of subsistence thus refrained from seeking the full gains from trade because the *trade-offs* entailed by specialization were too great (2007, p. 67).

Ora, o cálculo dos custos e benefícios de uma escolha, isto é, dos riscos e recompensas envolvidos, sempre são feitos com base no perfil dos agentes econômicos, isto é, em seus objetivos gerais ou "preferências". No caso dos agentes econômicos dos modos de produção pré-capitalistas, em especial daqueles pertencentes à classe dos camponeses, o objetivo geral que norteia suas decisões é o da "segurança em primeiro lugar" (*safety first*). Especificamente no caso do modo de produção feudal, este objetivo está ligado, antes de tudo, à necessidade de garantir uma oferta de alimentos adequada à subsistência das famílias camponesas. Mas como, dado o nível de desenvolvimento geral das forças produtivas, as crises de escassez de alimentos eram bastante comuns no período, a especialização em atividades diversas daquelas ligadas à produção de alimentos básicos poderia implicar não só no risco de subnutrição, mas também numa ameaça à própria sobrevivência dos agentes envolvidos. Numa passagem longa, mas bastante esclarecedora, Brenner pontua:

> Peasants had, above all, to make sure of their supply of food. But, peasants could not count on a regular, adequate supply of food through exchange, Bad harvests were common but unpredictable, tending to occur in bunches .and to lead to 'crises of subsistence'. Such crises not only brought extremely high food prices over several years; simultaneously, because of those high food prices, they also brought reduced discretionary spending for most of the population, thus reduced demand and unusually low prices for non-essential, non-food items. Under these conditions, peasants who specialized in non-food crops would face the possibility-the precise probability of which they could not calculate-of finding themselves squeezed between the high costs of the inputs (especially food) that they had to purchase and the low returns from their output, and in serious danger of death from famine. Given the uncertainty of the harvest and the unacceptable cost of 'business failure' -namely the possibility of starvation – peasants could not afford to adopt maximizing exchange value via specialization as their rule for reproduction and adopted instead the rule of 'safety first' or 'produce for subsistence'. Again, this did not imply staying out of the market. It meant eschewing full-scale specialization leading to dependence on the production and sale of non-food crops (such as wine, flax, and the like) and instead diversifying so as to directly produce everything needed for survival and marketing only what was left over. It cannot be overstressed that agriculturalists' adoption of this non-Smithian strategy was conditional upon their possession of the means of reproduction; without the latter, peasants would have lacked their shield from competition; they would have been compelled to buy their inputs on the market; and thus had little choice but, in Smithian manner, to specialize so as to secure the gains from trade so as to meet the competition (2007, p. 67-68).

Assim, longe de transparecer como uma escolha irracional, a decisão pela segurança em detrimento da maximização dos ganhos do comércio mostra-se como uma estratégia de reprodução bastante sensata[24] no contexto do modo de produção feudal.

[24] Apesar de importante, o princípio da "segurança em primeiro lugar" não é o único objetivo que norteia as decisões das famílias camponesas. Além disso, foram especificados os objetivos adotados pela outra classe que compõe o modo de produção feudal, a dos senhores. Estes pontos serão discutidos adiante no contexto da apresentação das características gerais do modo de produção feudal.

Famílias grandes

Uma vez adereçada a segurança na provisão de suprimentos básicos, principalmente alimentos, torna-se necessário aos camponeses encontrar mecanismos de proteção contra eventuais doenças e contra os males da velhice, isto é certificar-se da existência de alguma forma de seguridade social para seus integrantes. A forma encontrada para atingir este objetivo no caso dos camponeses foi o investimento na formação de famílias grandes. Sendo assim, "[i]t therefore made sense to have as many children as possible, in order to ensure that there would be some who survived long enough to be able to take care of them in case they were sick and when they got old" (2007, p. 68). A criação de famílias grandes, contudo, implica em custos de oportunidade bastante elevados, dado que as elevadas despesas envolvidas na criação de várias crianças por um período prolongado de tempo diminuem a quantidade de recursos passíveis de alocação alternativa. Mais especificamente, a adoção da regra de reprodução voltada à formação de famílias grandes dificulta a adoção da produção para a troca. Em outras palavras, reduz a quantidade de recursos disponíveis às famílias camponesas para investir na especialização produtiva de forma a sobreviver num ambiente de competição econômica generalizada. Nas palavras de Brenner:

> Peasants with large families who turned to specialization would thus find themselves at an intolerable competitive disadvantage. By contrast, producing for subsistence gave peasants sufficient insulation from the exigencies of Market competition, so they could secure social insurance in the only way available to them (2007, p. 68-69).

Ao lado da "segurança em primeiro lugar", associada em grande medida à segurança alimentar, e da formação de "famílias grandes", intimamente associada à busca de garantir alguma forma de seguridade social, Brenner inclui outra regra de reprodução característica das famílias camponesas: a subdivisão dos lotes de terra (*subdivision of holdings*). Tal como nos outros dois casos, este mecanismo também se encontra associado à busca por segurança. Mas também diz respeito ao objetivo social de perpetuação da linhagem familiar e ao padrão demográfico de casamentos precoces em vigor nos modos de produção pré-capitalistas em geral, e no feudalismo em particular.

Subdivisão dos lotes camponeses

Ao lado segurança, os camponeses também tendiam a perseguir o objetivo social da perpetuação da linhagem familiar. Para tanto, seus integrantes valiam-se da possessão camponesa para dotar seus descendentes (homens) dos meios necessários para a constituição de novas famílias, principalmente através da transmissão de seus lotes de terra. Ao dotar seus filhos do principal meio de subsistência necessário à própria reprodução, este mecanismo a um só tempo permitia a perpetuação da linhagem e estimulava a realização de casamentos precoces, dado que se "lacking direct access to plots by inheritance (younger), sons would have had to spend a much longer time amassing the economic basis for forming a Family" (2007, p. 69). Num contexto de crescimento demográfico, este costume adotado "quase universalmente" (2007, p. 69) pelos camponeses, tendia a levar à subdivisão progressiva dos lotes de terra médios entre os camponeses.

Ao promover o aumento da relação homem-terra, a regra de reprodução representada pela subdivisão dos lotes acabava por reduzir o potencial produtivo das unidades produtivas camponesas. A diminuição da produtividade do trabalho era especialmente pronunciada em atividades que desfrutam de substanciais ganhos de escala, bem como nos ramos de produção onde prevalecem técnicas mais capital-intensivas, isto é, onde os retornos por unidade incremental de trabalho são particularmente reduzidos. A subdivisão dos lotes de terra trará implicações importantes para o padrão de desenvolvimento característico do modo de produção feudal. Como veremos adiante, ela é um dos principais fatores que dá origem aos ciclos demográfico de caráter malthusiano, e de preços ricardiano, que juntos contribuem para determinar a ausência de desenvolvimento econômico, isto é, a estagnação das forças produtivas sob o feudalismo. Vistas as três regras de reprodução que caracterizam a atuação dos agentes econômicos individuais da comunidade política camponesa, passemos à descrição das regras de reprodução senhorais.

SENHORES FEUDAIS

Como vimos ao abordar a relação social de propriedade associada à apropriação de renda senhorial, uma das características mais marcantes do modo de produção feudal era a atuação a princípio individualizada dos senhores feudais no processo extração de excedente, isto é, a parcelização da soberania feudal. Este fato, bem como a própria existência de recursos passíveis de exploração através da coerção dos camponeses, atraía a cobiça de candidatos à posição privilegiada ocupada pelos senhores em exercício. Por isto, Brenner pode afirmar que

a competição horizontal entre senhores feudais constituía um princípio fundamental do modo de produção feudal:

> (...) in view of the fact that feudal society was constituted by a multiplicity of separate, initially localized, lordly groups organized for the purpose of exerting force, politico-military competition was a fact of life (2007, p. 70).

Para superar a competição inter-senhorial que ameaçava a posição dos senhores individuais a cada instante, bem como para aprimorar os mecanismos de extração de excedentes, os agentes individuais da nobreza engajavam-se não só em iniciativas voltadas ao auto-fortalecimento, mas também à formação de alianças. Em outras palavras, os senhores investiam em mecanismos de cooperação capazes de contrarrestar os efeitos potencialmente negativos da competição. Conforme Brenner:

> (...) lords had little choice but to concern themselves with acquiring the wherewithal to engage effectively in warfare, as well as the conspicuous consumption that betokened their status. They therefore had every inducement to attempt to increase the income from their estates in order to purchase the military and luxury goods that they needed to sufficiently reward, equip, and expand their followings (2007, p. 70).

Como já vimos, esta tendência à auto-organização dos senhores representa a formação das comunidades políticas senhoriais, que, por sua vez, forma a base dos estados feudais. Mas o que importa aqui são as alternativas abertas aos senhores para a aquisição dos recursos necessários ao auto-fortalecimento e à formação de alianças.

Uma das formas para expandir os recursos dos integrantes da nobreza seria a implementação de melhorias técnicas na agricultura, de onde normalmente provinha a maior parte de seus rendimentos. O aumento da produtividade levaria ao aumento da produção total, dotando seu proprietário das condições para a aquisição dos bens militares e luxo necessários ao enfrentamento da concorrência inter-senhorial. Ocorre que, dadas as relações sociais de propriedade feudais, a adoção da regra de reprodução capitalista da produção para a troca de forma especializada normalmente não constituía uma alternativa factível.

Levando em conta extração de renda senhorial, como os camponeses só trabalhavam em benefício dos senhores feudais sob a ameaça de uso da força, seria improvável que a introdução de novos equipamentos ou de novas formas de organização do trabalho obtivesse sucesso. Neste sentido, dada a realidade da possessão camponesa, a única forma de garantir a utilização adequada das inovações introduzidas no campo seria através do aumento da supervisão do trabalho dos camponeses. Normalmente, contudo, o caráter expressivo do

aumento dos custos de supervisão tendia a dissuadir esta via de expansão dos recursos senhoriais. Por fim, a ausência de mercados de trabalho e de terra desenvolvidos inviabilizava a contratação de trabalhadores alternativos, dificultando as iniciativas de produção para o mercado. A respeito disto, Brenner afirma:

> Because peasants possessed their own plots and laboured on lords' demesnes only under the threat of force, they had little incentive to make effective use of the improved means of production with which lords might equip them, and lords were of course in no position to fire them for their failure to do so. Deprived of the threat of dismissal, perhaps the best disciplinary device yet discovered to motivate careful and intensive work in class-divided societies, lords found the supervisory costs of securing satisfactory work too high to justify much agricultural investment or innovation. They therefore had to find alternatives to improvement if they wished to increase their income (2007, p. 70).

E são justamente estas alternativas que conformam as regras de reprodução adotadas pelos senhores feudais individuais: O crescimento extensivo e a acumulação política.

Crescimento extensivo

Enquanto, pelas razões apontadas acima, o caminho do crescimento intensivo representado pela produção para o mercado, pela especialização e pela introdução de melhorias encontrava-se praticamente fechado, os senhores individuais ainda podiam contar com o crescimento extensivo da produção. Brenner descreve duas formas básicas de crescimento extensivo. A primeira referesse ao que o autor chama de *assarting*, isto é, à transformação de florestas, pântanos e outros tipos de terreno a princípio inadequados ao cultivo em terra arável. A segunda diz respeito à colonização, ou seja, à expansão da economia feudal para novas regiões.

> Either way, extending the area of cultivation was the lords' main form of productive investment and perhaps the best way of increasing their output, incomes, and capacity to buy on the market (2007, p. 71).

Ao lado do crescimento extensivo, a segunda regra de reprodução básica que caracteriza o comportamento dos senhores feudais individuais é dada pela acumulação política.

Acumulação política

Se de um lado o crescimento extensivo a princípio permite a expansão dos recursos dos integrantes da comunidade política senhorial sem necessariamente implicar em conflitos, a acumulação política constitui justamente o mecanismo através do qual realiza-se a redistribuição coercitiva da riqueza controlada por outros senhores ou camponeses.

> As a result, lords often found their most viable rule for reproduction to be what I call political accumulation. This entailed applying their surpluses to building up their military and political potential by constructing stronger-better armed, larger, and more cohesive-political communities to better dominate and control the peasantry and to more effectively wage war. Rather than systematically investing, they pursued an anti-growth strategy of compulsively consuming-namely systematically dispersing their money on military equipment to arm their feudal bands and on luxury goods to bring vassals around them and keep them there. Statebuilding- by attracting more followers to the lordly political community, better equipping them with weapons, and enabling them to pursue a form of life that distinguished them as members of the elite-was, in the end, the sine qua non for lordly survival and prosperity (2007, p. 71).

Mas, no caso do modo de produção feudal, o recurso à acumulação política não se restringe a uma mera escolha voltada para a expansão da renda senhorial para atender aos caprichos da nobreza. Pelo contrário, dada a realidade da competição inter-senhorial, a acumulação política apresentava-se como um imperativo de primeira ordem. Brenner chega a comparar a importância da acumulação política sob o feudalismo ao papel da competição econômica sob o modo de produção capitalista.

> Inter-lordly competition was thus the feudal analogue of inter-capitalist competition and it functioned like capitalist competition as a field of natural selection, weeding out those lords or groups of lords-i.e. lordly states-that could not stand up to military pressure, from the time in which feudal political communities tended to be small and rudimentary, right through to the era of huge, absolutist warfare states. (2007, p. 71).

Percebe-se aqui a ligação entre o princípio da competição inter-senhorial, a formação das comunidades políticas senhoriais, o processo de acumulação política e, finalmente, a construção dos estados feudais, que juntos desempenham um papel tão importante na definição de Brenner dos modos de produção. É justamente com base nesta cadeia de argumentos que Brenner passa a equacionar o recorte da unidade de análise aos estados feudais nacionais, como Inglaterra, França, etc. Neste sentido, as fronteiras dos estados feudais passam a representar os limites dos modos de produção, tal como definidos por Brenner.

2.5.3 PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Brenner emprega o conceito de padrão de desenvolvimento com dois significados diferentes, mas inter-relacionados, um mais abstrato e outro mais concreto. No primeiro caso, o de padrão de desenvolvimento corresponde ao conceito marxista de desenvolvimento das forças produtivas. Com esta acepção, o autor visa destacar o que considera ser a diferença essencial entre os modos de produção pré-capitalitas, incluindo o feudalismo, e os modos de produção capitalistas. Neste sentido, o autor identifica dois padrões de desenvolvimento básicos: um de caráter malthusiano-ricardiano, e outro de caráter smithiano. Em linhas gerais, o padrão smithiano, associado ao funcionamento do modo de produção capitalista, é caracterizado pela tendência constante ao desenvolvimento econômico sustentado. Já o padrão malthusiano-ricardiano, em contraste, caracteriza-se justamente pela ausência de tal impulso ao desenvolvimento, acarretando uma tendência para o atraso no avanço das forças produtivas. Em resumo, enquanto no modo de produção capitalista prevalece o desenvolvimento econômico, nos modos de produção pré-capitalistas vigora a tendência contrária, isto é, ao subdesenvolvimento econômico.

A segunda acepção do conceito de padrão de desenvolvimento é mais concreta e mais detalhada. Com ela, Brenner destrincha os elementos que integram os dois padrões de desenvolvimento gerais, levando em conta suas *formas de crescimento* e *formas de crise*, tanto do ponto de vista da comunidade política dos camponeses, quanto da comunidade política senhorial. Já descrevemos em linhas gerais as características abstratas dos padrões de desenvolvimento malthusiano-ricardano e smithiano ao discutir os modelos demográfico e comercial. A seguir, buscaremos apresentar a versão mais detalhada de Brenner dos padrões de desenvolvimento que caracterizam o modo de produção feudal. Para isso, utilizaremos por base as indicações numéricas da tabela de Brenner sobre o feudalismo:

Levando em conta a comunidade política dos camponeses, suas regras de reprodução ligadas ao casamento precoce e à formação de famílias grandes, bem como a possibilidade de garantir a própria reprodução dada a relação social de propriedade da possessão camponesa, tendem a resultar numa tendência ao crescimento populacional (3.1.1.1.). O impulso ao crescimento populacional tende a ser tanto mais forte quanto maior a abundância relativa de recursos e a possibilidade de expansão da produção. A dimensão do crescimento populacional é exemplificada por Brenner na seguinte passagem:

> All across the European feudal economy demographic increase accelerated from some time in the eleventh century and, virtually everywhere, brought about a doubling of population before the end of the thirteenth century (2007, p. 72).

Paralelamente ao crescimento populacional liderado pela classe camponesa, a comunidade política dos senhores feudais, em sua busca pela acumulação política num contexto de competição inter-senhorial constante leva ao crescimento extensivo do sistema, isto é, à expansão para novas terras (3.1.2.1.). Isto ocorre tanto na forma de incorporação ou recuperação de terras adjacentes (*assarting*), ou seja, da transformação de florestas e pântanos em terras aráveis, quanto através dos grandes movimentos de colonização. Conforme Brenner:

> Economic development in feudal Europe may thus be understood, at one level, in terms of the familiar race between the growth of the area of settlement and the growth of population (2007, p. 72).

Como exemplos deste padrão de desenvolvimento feudal, Brenner menciona a expansão para o leste em direção à porção oriental do continente europeu, a reconquista da Península Ibérica e o processo de expansão ultramarina iniciado por Portugal e Espanha com as Grandes Navegações. Vale mencionar que a inclusão da colonização americana é curiosa, uma vez que levanta a questão de se a conquista do Novo Mundo poderia ser considerada como uma extensão do modo de produção feudal para além-mar[25].

Conforme a população cresce, avança o processo de subdivisão da terra, e com ela a diminuição dos lotes médios em posse das famílias camponesas individuais (3.1.1.2.). Para remediar este efeito, uma das saídas é a expansão da produção para terras marginais, menos férteis e com maiores custos de preparo para a cultivação (3.1.1.3). Estes processos levam ao aumento da proporção de trabalhadores em relação à área de cultivo. O aumento do número de trabalhadores permite a expansão da produção por unidade de terra. Mas, quando combinada com a regra camponesa da produção de subsistência, que praticamente inviabiliza a solução dada pelo aumento da especialização dos investimentos (3.1.1.4.), o aumento da relação homem-terra tende a gerar uma diminuição da produção por unidade de trabalho, isto é, da produtividade do trabalho[26] (3.1.1.5.).

---

[25] Infelizmente, Brenner não aprofunda a discussão do assunto, mencionando-a apenas de passagem. Em *The origins of capitalista development*, contudo, Brenner dá uma pista sobre sua opinião a respeito do tema ao alinhar-se com a posição de Laclau exposta em *Feudalism and capitalism in Latin America*. De qualquer forma, abordaremos esta questão na seção dedicada ao comentário da obra do autor.

[26] Outro fator que contribui para dificultar a especialização e o investimento por parte dos camponeses são as restrições às unidades produtivas impostas pelas comunidades aldeãs mais amplas das quais elas fazem parte:

A produção de subsistência não implica uma aversão *a priori* dos camponeses à adoção de novas tecnologias. Mas, na ausência da necessidade de competir no mercado dada pela possessão camponesa, a pressão constante ao desenvolvimento é removida. Assim, "the introduction of new techniques tended to take place as a once-and-for-all occurrence, not na ongoing self-sustaining process" (2007, p. 73), como segundo Brenner ocorreria sob o capitalismo. Neste sentido, somente a partir do surgimento de relações sociais de propriedade capitalistas no campo, por exemplo, é que a revolução agrícola representada pelo sistema de "*new husbandry*" pode ocorrer. Sua implantação leva a uma relação simbiótica entre a produção agrícola e pecuária, bem como um novo sistema de rotação dos campos de plantio, com a inclusão de plantas forrageiras que contribuem para a fertilidade do solo. A maior parte destas melhorias já havia sido descoberta durante o período feudal, mas não foram sistematicamente implantadas pelos camponeses, visto que as relações sociais de propriedade feudais praticamente inviabilizavam sua generalização.

Por fim, o problema da produtividade sob o feudalismo muitas vezes é agravado pela necessidade de transformar áreas voltadas ao cultivo animal para a expansão da produção arável, diminuindo não só uma fonte de proteínas importantes para a reprodução dos camponeses, mas também a fonte de fertilização da terra representada pelo esterco. Este fator contribuía para a redução progressiva da fertilidade do solo, "acelerando o declínio da produtividade do trabalho agrícola que encompassava todos os aspectos da evolução econômica feudal" (2007, p. 73).

Um dos resultados do aumento da relação homem-terra e do declínio da produtividade do trabalho é um padrão malthusiano-ricardiano de variação dos preços relativos, bem como o crescimento da pobreza. Conforme avança a expansão demográfica, cresce a demanda por alimentos e por terra para produzi-los. Contudo, dada a subdivisão dos lotes e a redução da produtividade do trabalho, deterioram-se as condições da produção agrícola, fazendo com que a demanda ultrapasse a capacidade de oferta do setor. Em razão do caráter essencial deste tipo de bem, isto é, da inelasticidade da demanda por alimentos, gera-se uma tendência ao aumento dos preços agrícolas, cujo consumo passa a representar uma parcela cada vez maior da renda. Paralelamente, o aumento da força de trabalho associado ao crescimento populacional torna o trabalho relativamente mais abundante, gerando uma tendência à

Finally, individual peasant plots were, most often, integrated within a village agriculture that was, in critical ways, controlled by the community of cultivators. The peasant village regulated the use of the pasture and waste on which animals were raised, and the rotation of crops in the common fields. Individual peasants thus tended to face significant limitations on their ability to decide how to farm their plots and thus on their capacity to specialize, build up larger consolidated holdings, and so forth. (2007, p. 74).

diminuição dos salários reais. Somados, estes dois fatores fazem com que a renda disponível para os gastos discricionários, dentre eles o consumo de bens provindos da cidade, reduza-se substancialmente. A redução da demanda em relação à oferta de bens manufaturados faz com que os preços deste tipo de artigo sejam reduzidos. O resultado final, portanto, é uma alteração do padrão de preços relativos a favor da agricultura e em detrimento das manufaturas e uma redução dos salários reais (3.1.1.6.). Neste contexto, "a taxa de pobreza aumentou inexoravelmente" (2007, p. 78).

Restam ainda alguns padrões de desenvolvimento "camponeses" a serem discutidos, tanto no que diz respeito à suas formas de crescimento (3.1.1.7 a 3.1.1.9), quanto à sua forma de crise, dada pelo ciclo demográfico malthusiano (3.2.1.1). Para chegar a elas, contudo, é preciso integrar a discussão com alguns dos outros padrões de desenvolvimento da comunidade política senhorial, além do crescimento extensivo visto acima.

Diante do quadro de deterioração das condições econômicas, os senhores feudais se deparam com a impossibilidade prática de contornar a redução da produtividade do trabalho por meio da especialização e da expansão dos investimentos produtivos, isto é, da adoção da regra de reprodução capitalista da produção para a troca. De outro, são pressionados a manter um padrão elevado de rendimentos em razão da competição política inter-senhorial. Mais ainda, a própria deterioração da produção contribui para intensificar a competição e a fornecer um trunfo aos camponeses, que podem aproveitar-se da situação para jogar os senhores uns contra os outros e aumentar seu poder de barganha. A partir deste quadro, para contornar o problema que ameaça reduzir o potencial de extração renda feudal, os senhores buscam investir seus recursos não na expansão da capacidade produtiva ou na implementação de melhorias técnicas capazes de incrementar a produtividade agrícola, mas sim na expansão do "size and sophistication of their political communities, or states, (...) [as] an indispensable means to ensure their survival and increase their wealth and power" (2007, p. 74). Surge daí, portanto, o padrão de desenvolvimento expresso na tendência à formação de estados feudais cada vez mais extensos e poderosos (3.1.2.2). É preciso destacar, no entanto, que a resposta representada pelo fortalecimento do estado só se torna imperativa na ausência da saída representada pelo crescimento extensivo, isto é, mormente pela colonização. E mesmo quando representa o único meio disponível, nada garante que a tentativa de consolidar o poder de estado seja bem-sucedida. Ao fim e ao cabo, contudo,

> (…) the fact remains that, to the degree that they remained internally disorganized, lordly groups would tend to be that much more vulnerable not only to peasant resistance and flight that could undermine their capacity to take a surplus, but to

> depredations from the outside that threatened their very existence. The evolution of the feudal mode of production, over the course of the medieval and early modern periods, was therefore characterized by the prevalence, in every region and across Europe as a whole, of ever larger and more powerful political communities or states (2007, p. 74).

Note-se aqui novamente a importância atribuída por Brenner ao papel da atuação da comunidade política senhorial, movida pela busca pela expansão da extração de excedentes, na constituição dos estados feudais. Como já foi dito, a unidade de análise dos modos de produção feudais de Brenner é identificada com as fronteiras de tais estados feudais.

Do ponto de vista econômico, o processo acumulação política ligado à consolidação dos estados expressa-se por meio da aquisição cada vez maior de bens militares e bens de luxo (3.1.2.3.) que possam contribuir para o fortalecimento dos senhores. Também ocorre meio da formação de alianças entre eles e alguns de seus pares. Isto, por sua vez, leva à expansão do comércio e das cidades feudais, cuja produção era responsável pelo fornecimento dos bens demandados pelos senhores (3.1.2.4). Como a fonte de recursos dos senhores feudais provém basicamente da apropriação da produção agrícola disponibilizada pelos camponeses, o resultado desta interação é o estabelecimento de uma divisão do trabalho entre cidade e campo. Assim,

> The growth of exchange made possible the rise of a circuit of interdependent productions in which the manufactures of the towns, produced in response to the demand of the lords, were exchanged for peasant-produced necessities (food) and raw materials, appropriated by the lords and demanded by the town population (2007, p. 75).

A expansão do comércio e das cidades estimulada pelo processo de acumulação política, contudo, apresenta um caráter limitado. Isto ocorre porque o declínio da produtividade do trabalho na agricultura, cujos frutos são necessários não só à reprodução, mas à sobrevivência de camponeses, senhores, artesãos e mercadores, seja na forma de alimentos, seja de matérias-primas, restringe o potencial de crescimento das atividades não-agrícolas e, correspondentemente, das cidades, locais onde normalmente este tipo de produção se organiza (3.1.1.9.). Adicionalmente, a relação social de propriedade dada pela extração de renda senhorial acaba por concentrar o poder aquisitivo nas mãos da comunidade política senhorial, fazendo com que o padrão de consumo do modo de produção restrinja-se basicamente à demanda senhorial (3.1.1.8.). Isto implica a formação de um mercado interno de caráter bastante rudimentar e restrito, dado o papel bastante limitado dos camponeses na composição da

demanda agregada (3.1.1.7.). Juntos, todos estes fatores contribuem para restringir ainda mais o potencial de expansão do comércio e das cidades sob o modo de produção feudal.

Com o tempo, o agravamento do problema da produtividade do trabalho, somado à intensificação da competição inter-senhorial, fazem com que os recursos produtivos sejam progressivamente desviados da acumulação econômica, ou ao menos da reposição da base produtiva do modo de produção, e direcionados para alimentação do processo de acumulação política. Isto se traduz economicamente no aumento das despesas improdutivas da sociedade (3.1.2.5.), ou seja, num

> (...) growth in the size of the economy's unproductive sector at the expense of its productive one. On the one hand, feudal levies were used to pay for the output of the growing urban centres, thus on military goods and luxury consumables, but neither of the latter flowed back into the productive process as means of production or means of consumption for the direct producers. On the other hand, as lords succeeded in increasing their unproductive consumption by improving their ability to redistribute income away from the peasantry coercively, they further limited the agricultural economy's capacity to improve, for increased levies reduced peasants' disposable income, and thus their ability to support themselves as the agricultural labour force or to make greater investments in tools (2007, p. 77).

Assim, de um lado, enquanto a expansão do comércio e das cidades, ao expandir a especialização, contribuíam até certo ponto para aumentar a produção total no interior do modo de produção, por outro lado acabava por desviar os recursos necessários à produção agrícola, que constitui a base para os demais tipos de atividades. De acordo com Brenner, "if the growth of towns depended on agrarian surpluses and tended to increase the demand for agricultural output, it also further constricted the capacity of agriculture to support it" (2007, p. 77).

A expansão do comércio e das cidades também estão associadas a outro fenômeno, este mais diretamente ligado à comunidade política camponesa. Conforme avança a subdivisão dos lotes, uma parcela cada vez maior dos camponeses passa a controlar porções de terra insuficientes para garantir o sustento de suas respectivas famílias. O crescimento populacional, além disso, torna cada vez menores os retornos produtivos do trabalho adicional voltado à produção agrícola. Brenner comenta a situação dos camponeses na seguinte passagem:

> the majority of peasants often appear to have lacked plots even half that size, i.e. around the minimum needed to provide for a family's subsistence. The outcome was that peasant agriculture was unable to allocate its supply of labour efficiently, specifically meaning that there was a great deal of disguised unemployment in the dominant, grain-producing agriculture (2007, p. 74).

De um lado, portanto, “excesso” de trabalho. De outro, escassez de “capital”, visto que os camponeses tinham que enfrentar não apenas a insuficiência de terras, mas a ausência de condições para investir na aquisição de animais e na melhoria da infra-estrutura de seus lotes. A situação era agravada por conta do caráter limitado do mercado de crédito e também porque “as population grew, wealth was divided, and collateral disappeared” (2007, p. 74). Diante deste quadro, uma das saídas dos camponeses foi justamente o desvio de parte do trabalho “redundante” da produção de grãos para outras atividades.

Dada a estrutura restrita das corporações de ofícios e das companhias mercantis, a busca de trabalho nas cidades apresentava poucas chances de sucesso. Presos à terra por falta de alternativa, os camponeses encontravam-se numa situação difícil:

> Peasants had little choice but, in one way or another, to accept decreasing living standards and increasing exploitation or ‘self-exploitation’, in order to survive (2007, p. 79).

Uma das estratégias para compensar a tendência de declínio dos rendimentos camponeses era a “utilização mais intensiva do trabalho da família – não apenas o seu próprio, mas também, especialmente, do de suas mulheres e crianças” (2007, p. 79). Neste caso, como os retornos incrementais da produção de grãos reduzem-se rapidamente com o acrécimo de trabalho, os camponeses viam-se “therefore obliged to fall back on the cultivation of such ‘labour-intensive’ commercial crops as flax, dyes, and garden vegetables, as well as legumes and sometimes fodder crops” (2007, p. 79).

Além da comercialização parcial da agricultura, os camponeses podiam recorrer ao trabalho na indústria doméstica controlado pelos mercadores da cidade ou do campo. Tanto a alternativa da comercialização da agricultura quanto a da proto-indústria, contudo, apesar de permitirem um aumento do rendimento doméstico total ou da produtividade por unidade de terra, acabavam por reduzir ainda mais a produtividade do trabalho. Além disso, como os termos de troca favoreciam justamente a produção de grãos em detrimento das demais atividades, os processos de comercialização e de proto-industrialização implicavam uma utilização indesejável do trabalho camponês, determinada apenas em razão das circunstâncias desfavoráveis. Conforme Brenner:

> The peasants’ turn to commercial agriculture and protoindustrialization should not therefore be understood, in Smithian fashion, as a voluntary attempt to secure the gains from trade in response to growing market opportunities, but rather as a second

> choice, made under duress, as the only way to survive in the face of insufficient land to cultivate food grains (2007, p. 79).

Em alguns casos, além de vender a própria força de trabalho, os camponeses eram obrigados também a arrendar comercialmente terras alheias para que fossem capazes de garantir seu sustento de forma adequada. Ocorre que, na medida em que os senhores feudais no campo, os mercadores da cidade, e mesmo os camponeses mais ricos puderam se aproveitar das condições de deterioração do trabalho e da demanda por arrendamentos de terra, o resultado era não a instauração de um padrão baseado na acumulação de capital e na inovação, mas, ao invés disto, um reforço da produção trabalho-intensiva de caráter tradicional. Neste sentido, a comercialização e a proto-industrialização são não um sinal de desenvolvimento econômico, mas o prenúncio de crises econômicas. Ou ainda, "increasing commercialization and proto-industrialization represented no step toward development, but an aggravation of ongoing economic involution" (2007, p. 80).

A característica básica que melhor descreve as formas de crescimento ligadas ao padrão de desenvolvimento feudal são o crescimento restrito. Neste sentido, o modo de produção feudal conforme descrito por Brenner não necessariamente apresenta um caráter simplesmente imutável ou estanque. A produção social se expande, e com ela a população. O comércio e as cidades crescem. Como, no entanto, o modo de produção feudal baseia-se na produção de subsistência e no crescimento extensivo, e como a forma de extração do excedente baseada na renda senhorial tende a estimular não a acumulação de capital, mas a acumulação política, o potencial desenvolvimento das forças produtivas sob o feudalismo apresenta limites bastante estreitos. Quando estes limites são atingidos, o padrão de desenvolvimento mostra seu lado regressivo, e as formas de crescimento são substituídas por formas de crise.

Mais cedo ou mais tarde, o descompasso entre o crescimento populacional e a produção, sintetizados no declínio da produtividade do trabalho, tenderia a levar a um ajuste malthusiano caracterizado pelo declínio demográfico, seja através da fome, de doenças ou da instituição de casamentos tardios. Isto faria com que houvesse uma recomposição da proporção entre população e recursos, permitindo o estabelecimento de uma nova fase de expansão. No caso do modo de produção feudal, contudo, este "mecanismo homeostático direto" (2007, p. 80) não entra em vigor em razão dos imperativos ligados à competição inter-senhorial.

Como já vimos, a necessidade de fazer face à competição política impulsiona a acumulação política. Quando esta atinge um nível avançado, associado à presença de estados feudais já bastante consolidados, e a um grau de competição correspondentemente acentuado,

expresso no custo crescente da guerra, os senhores feudais não podem facilmente ajustar seu padrão de consumo para adequá-lo à redução dos recursos disponíveis, isto é, à pressão pela redução dos rendimentos senhoriais. Pelo contrário, a intensificação da competição intersenhorial tende a fazer com que os senhores busquem compensar esta tendência por meio do aumento da extração de excedentes, ou seja, através do aumento da exploração dos camponeses, bem como com a tentativa de apropriação dos recursos de outros senhores através de conflitos militares. Mas o aumento da exploração dos camponeses, num momento em que a base produtiva já se encontra debilitada, associado à destruição dos meios de produção ligada à guerra, contribui para agravar o contexto de crise do modo de produção feudal. Brenner comenta este processo na seguinte passagem:

> Peasants were thus subjected to increasing rents and the ravages of warfare at the very time that their capacity to respond had been severely weakened, and this led to population stagnation and decline. The particularly sharp reduction in population that followed upon the famines and plagues of the fourteenth century brought major reductions in lordly revenue leading to sharply increased lordly demands-resulting in a downward spiral of rising exploitation, increased inter-lordly military conflict, and declining population that was not reversed in many places for more than a century. The lordly revenue crisis and the ensuing seigneurial reaction thus prevented the normal Malthusian return to equilibrium. A general socio-economic crisis, the product of the overall feudal class-political system, rather than a mere Malthusian downturn, gripped the European agrarian economy until the middle of the fifteenth century (2007, p. 82).

Resta falar das formas de crise características do modo de produção feudal. No caso dos camponeses, ele implica basicamente numa fase de declínio populacional que compensa a fase de excesso populacional do período precedente (3.2.1.1.). No caso dos senhores feudais, as formas de crise característica incluem não apenas a diminuição da população (3.2.2.1), mas a acentuação da crise de rendimentos senhoriais (3.2.2.2.), o aumento das iniciativas de redistribuição de renda e riqueza motivada pela intensificação da competição inter-senhorial (3.2.2.3) e a reiteração dos desvios de recursos da base produtiva (3.2.2.4), contribuindo para a crise em formato de espiral descendente (3.2.2.5.) mencionada pelo autor.

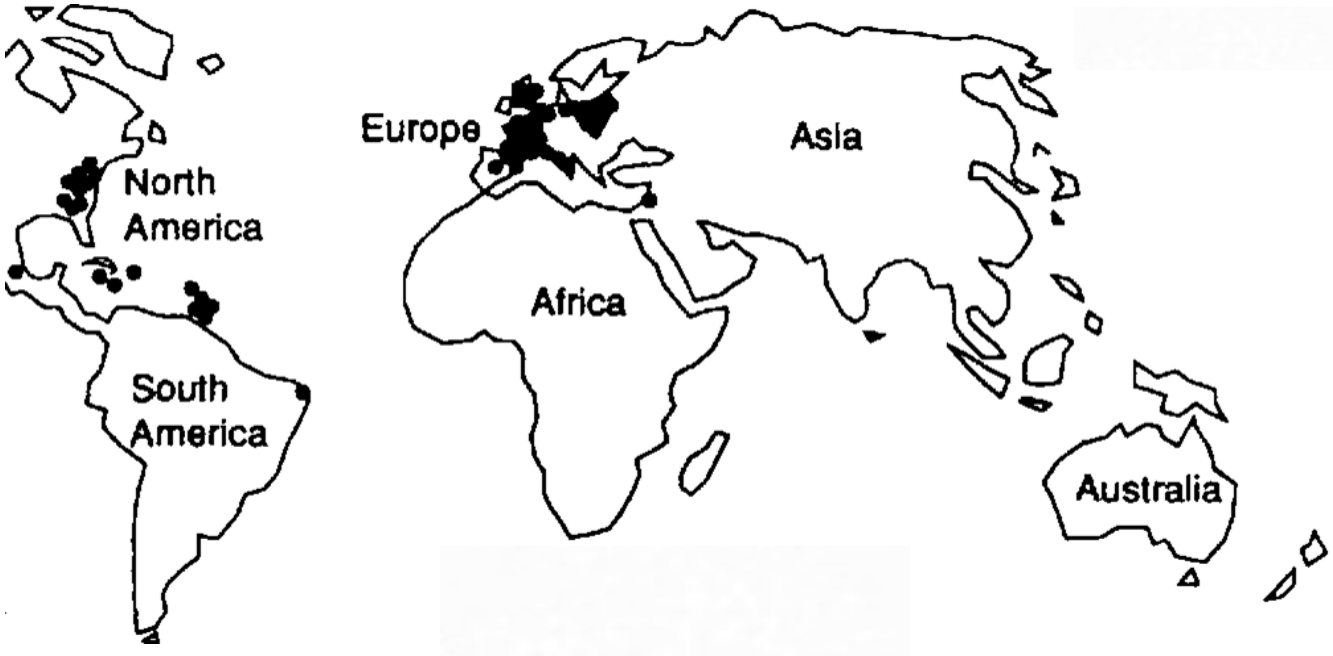
Vimos as características gerais que conformam a estrutura e a dinâmica do modo de produção feudal conforme o modelo de Brenner. A característica mais marcante do modo de produção feudal é sua resiliência. Mesmo quando sujeito à comercialização e à proto-industrialização, mesmo quando submetido a crises gerais de longa duração, o feudalismo se mostra capaz de se recompor. A persistência das relações sociais de propriedade do modo de produção feudal implica em sérias restrições ao desenvolvimento das forças produtivas. Ao atribuir ao feudalismo em particular, e aos modos de produção pré-capitalistas em geral,

tamanha generalidade e força de resistência, e ao conferir ao capitalismo características diametralmente opostas àquelas anteriormente em prática, Brenner é confrontado com a necessidade de explicar um processo de transição que parece extremamente improvável. A saída adotada pelo autor, como veremos, encontra-se na análise das trajetórias particulares dos estados feudais europeus, que passam a ser vistos como modos de produção "nacionais", isto é, associados à "economia nacional" e aos estados territoriais de regiões que vieram a se transformar em países específicos. O pano de fundo da elaboração teórica do autor é a convicção de que o capitalismo é sinônimo de desenvolvimento econômico, e que seu surgimento é um produto dos desdobramentos históricos ocorridos na Inglaterra entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. Iremos analisar a discussão sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento dos modos de produção à frente. Antes, contudo, é preciso fazer algumas observações que envolvem: i) uma das críticas ao nacionalismo metodológico de Brenner e; ii) algumas das objeções possíveis a ela, baseada no trabalho de Brenner sobre as comunidades de mercadores durante a Revolução Inglesa do século XVII.

Em *Eight eurocentric historians* (2000), Blaut faz uma crítica importante à tendência ao reducionismo metodológico de Brenner, aplicável tanto ao plano nacional, quanto, na melhor das hipóteses, ao contexto europeu. Para provar seu ponto, Blaut faz um estudo bastante detalhado sobre a escassez de menções a "fatores externos" no debate clássico da transição de Brenner. O autor utiliza o método de localizar as referências feitas pelo autor a regiões externas ao modo de produção por ele analisado durante um período específico, plotando num mapa os resultados encontrados. A partir desta técnica, conhecida como DPMs (*dated place-name mentions*), Blaut elabora dois mapas distintos: um prévio a 1500[27], e outro que cobre o período entre 1500-1800. Os resultado encontrados por ele são bastante esclarecedores. No caso do período prévio a 1500, *não há qualquer menção a fatores externos extra-europeus*. No mesmo espírito, o segundo mapa aponta para pouquíssimas referências a questões externas, em grande parte feitas a partir de sua tentativa de combater os argumentos "terceiro mundistas" de Frank e Wallerstein. As conclusões encontradas por Blaut são apontadas a seguir,

[27] . O autor justifica a necessidade do primeiro mapa a partir do seguinte argumento: "It happens, however, that this date is also, very roughly, a break-point in Brenner's theory. As we will see later in this chapter, he argues emphatically that the birth and initial rise of capitalism was strictly an intra-European process, in no significant way affected by the "discoveries," early colonialism, and other extra-European events and influences. Thus, a large part of his argument is designed to show that the crucial processes in the origin and rise of capitalism--and modernity--had taken place before 1500, and so could not possibly have resulted from the events occurring after, and in consequence of, the 'discovery' of America in 1492" (2000, p. 117).

FIGURA 4 – Locais datados mencionados por Brenner no debate da transição, 1500-1800



Fonte: Eight eurocentric historians (2000, p. 117)

Vale a pena citar o argumento completo do autor para que possamos entender melhor o que queremos dizer com nacionalismo de Brenner e com as críticas que podem ser rebatidas a partir deste tipo de discussão metodológica,

> First: geography. For Brenner, the world outside of Europe was not at all involved in the transformation. Indeed, he derides the idea that we have to look at the non-European world, and attacks writers like Wallerstein and Frank who suggest that we should do so. Brenner says nothing whatever about the nature of medieval societies in Africa and Asia. Clearly, he does not consider it necessary even to raise the matter of comparing European and extra-European societies in order to find out why the former developed capitalism and the latter did not. He does not mention influences on Europe from Africa and Asia. He ignores the late-medieval trade between Europe and these two continents. Thus the rise of capitalism is a strictly European fact. It is a northwest European fact. The transformation did not involve southern or eastern Europe: only the West. Southern Europe is basically not discussed, eastern Europe serves only (as we saw) for "comparison" with the West. But within northwestern Europe, only England is really central to the transformation. France is discussed in some detail, but Brenner does so (as we will notice) in order to show – another "comparison" – why the transformation did take place in England and did not take place in France. So the decline of feudalism and rise of capitalism is an English fact. There is one further geographical restriction. Towns were not involved in an important way. Brenner believes (contra Sweezy and most historians) that the internal development of European urban life was not important in the rise of capitalism, nor were towns important as havens for escaped serfs, nor was ruralurban trade of significance. The rise of capitalism therefore is a rural English fact. So Brenner's theory has this simple geography: there is distance-decay of interest and relevance as we enlarge the scale, from rural England to England as a whole, to western Europe as a whole, to Europe as a whole, to the world as a whole. The place where feudalism died and capitalism was born was a very small region indeed: rural England (2000, p. 115-116).

As conclusões de Blaut nos parecem bastante convincentes. Faremos aqui o papel de advogado do diabo apenas para mostrar a complexidade do problema do nacionalismo metodológico.

De fato, Brenner praticamente não menciona praticamente quaisquer fatores externos em sua discussão da transição, principalmente em seus textos que deram origem ao Brenner Debate. Em *Merchants and Revolution* (1993), contudo, este não é o caso. Aqui, a preocupação principal de Brenner é apontar a distinção entre grupos distintos de mercadores, cada um dos quais com posições radicalmente distintas em relação aos acontecimentos da Revolução Inglesa de meados do século XVII. De um lado, o grupo dos "velhos" mercadores representava a mentalidade comercial pré-capitalista, e tinha como foco o comércio com as regiões a leste da Inglaterra. Sua mentalidade e suas atividades miravam a restrição dos mercados, os monopólios comerciais e tendiam servir de base de apoio ao Estado monárquico inglês, ao qual Brenner parece atribuir um caráter pré-capitalista. De outro, Brenner chama atenção para o grupo dos novos mercadores, ligados, em grande medida, ao comércio com o novo mundo. Ao contrário de seus pares privilegiados, os novos mercadores tinham uma mentalidade capitalista, defendiam o fim dos monopólios, a ampliação da concorrência, e uma posição moderadamente progressista em relação às questões religiosas e políticas do período, tendendo a se posicionar contra o estado "mercantilista-absolutista" defendido pelos velhos mercadores. Por fim, além do comércio, os novos mercadores se envolviam também na produção. O objetivo de Brenner em seu livro é, entre outras coisas, o de criticar as teses da historiografia social, incluindo as de seu orientador, Stone, e de Christopher Hill, sobre a questão da Revolução Burguesa.

Talvez o ponto mais positivo da análise de Brenner seja sua inclinação a criticar o caráter "intrinsecamente" revolucionário da burguesia comercial do período, bem como o suposto conservadorismo aristocrático dos proprietários de terra[28].

Alguém que busque defender a posição adotada por Brenner no debate da transição, bem como os resultados encontrados por Blaut, pode simplesmente se referir à ausência da análise dos *DPMs* relativos aos fatores externos a partir de *Merchants and Revolution*, de

[28] Por vezes, contudo, Brenner parece incorrer no mesmo problema, ao explicar a defesa do programa político anti-feudal ou anti-absolutista por parte dos novos mercadores, bem do programa econômico e social do liberalismo, não com base em sua posição sócio-econômica desfavorável, mas sim em seus ideais intrínsecos. A dúvida que fica no ar é se os novos mercadores, uma vez conquistada a posição dos velhos mercadores, continuariam a se manifestar de forma contrária ao mercantilismo econômico e ao "absolutismo" político. Outro problema que nos parece transparecer na análise de Brenner é um certo nacionalismo político voltado à crítica do tradicionalismo francês, ressaltando implicitamente a "superioridade" das relações inglesas, mesmo durante o período de seu "estado feudal". De qualquer forma, o importante é chamar atenção para outro ponto, ligado à crítica de Blaut.

Brenner. De fato, nesta obra as referências não só às regiões orientais, mas também ao Novo Mundo, são abundantes. A nosso ver, isto não invalida as conclusões de Blaut, porque as menções feitas por Brenner não contrariam seu modelo dos modos de produção "nacionais". Na verdade, a impressão que se tem é a de que o autor busca associar as iniciativas colonialistas e militares da monarquia inglesa ao "pré-capitalismo" remanescente, "inocentando" em grande medida os novos mercadores da responsabilidade em relação à conquista que precede a produção e o comércio no Novo Mundo. Ainda assim, qualquer um menos disposto a aceitar a credibilidade dos argumentos de Blaut pode usar o mesmo método adotado por ele para apontar a ausência do "reducionismo metodológico" em Brenner, atribuindo o erro de Blaut a sua leitura incompleta da obra do autor. Estas observações não têm o objetivo de refutar as observações de Blaut, nem redimir os problemas da obra de Brenner, apenas apontar para a complexidade envolvida no debate do nacionalismo metodológico. A seguir, apresentaremos a abordagem de Brenner sobre o modo de produção capitalista, onde ficará clara sua defesa do caráter smithiano atribuído pelo autor a ele.

2.6 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.6.1 CAPITALISMO COMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No mesmo texto em que discute as características gerais do modo de produção feudal ou pré-capitalista, Brenner apresenta uma versão resumida dos elementos que, segundo ele, dão corpo à estrutura do modo de produção capitalista. Os dois modos de produção são definidos basicamente por oposição. Conforme o autor,

> Since I began with the contention that the sine qua non for economic development was precisely both the separation of the producers from their full means of subsistence (though not necessarily production) and their freedom from any structure of surplus extraction by extra-economic coercion – their becoming free, market dependent and subjected to competition in production – the question that thus imposes itself is how could the system of feudal social-property relations ever have given way to a capitalist system of social-property relations that represented its total negation (2001, p. 185).

A diferença essencial entre os modos de produção capitalistas e pré-capitalistas é dada justamente pela tendência à promoção ou à estagnação das forças produtivas,

> It is my fundamental argument that, just as the establishment and reproduction of feudal social-property relations determined both the rise of a commercial economy instantiated in the town-division of labour *and* a constricted Malthusian-Ricardian pattern of secular stagnation driven by population growth and declining labour productivity, the rise of capitalist social-property relations provided the sine qua non for Smithian self-sustaining growth – the obsessive pursuit of the gains from trade via price-cost maximization under the pressure of competition making for specialization, accumulation of surpluses, and innovation, and leading to the ongoing growth of output per unit of labour input. (2007, p. 100).

O fator que explica as tendências distintas em relação ao padrão de desenvolvimento econômico, por sua vez, é a existência de relações sociais de propriedade diferentes. Já vimos quais são os elementos destacados por Brenner em relação ao modo de produção feudal ou pré-capitalista. A seguir, apresentaremos sua versão sobre o modo de produção capitalista:

TABELA 6 – Estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista segundo Brenner (versão simplificada)

CAPITALISMO (VERSÃO SIMPLIFICADA)			
1. Relações sociais de propriedade	**2. Regras de produção**	**3. Padrão de desenvolvimento**	
		3.1. Formas de crescimento	3.2. Formas de crise
1.1. Separação entre produtores diretos e seus meios de subsistência (mas não necessariamente de seus meios de produção); 1.1.1 Logo, produtores diretos tornam-se dependentes do mercado; 1.1.2 Logo, produtores diretos são obrigados a produzir competitivamente para sobreviver; 1.2. Agentes econômicos não possuem a capacidade de apropriar-se do excedente econômico pela força	2.1. Maximização da razão preço-custo (maximização de lucros); 2.2.. Especialização 2.3. Acumulação/reinvestimento do excedente; 2.4. Inovação: implantação das mais novas invenções 2.5. Entrada e saída das linhas de produção para atender a mudanças na demanda;	3.1.1. Crescimento da produtividade do trabalho e da produção per capita, principalmente na agricultura; 3.1.2. Capacidade de suportar uma proporção cada vez maior da população fora da agricultura 3.1.3. Aumento dos salários reais em razão do declínio dos preços dos alimentos; 3.1.4. Aumento das despesas discricionárias (manufaturas, serviços) levando ao crescimento do mercado doméstico; 3.1.5. Aumento da proporção da população nas cidades; 3.1.6. Crescimento auto-sustentado e fim do teto demográfico malthusiano.	(*Vazio*)*.

* É o próprio Brenner quem deixa de preencher em seu artigo o quadro correspondente às formas de crise do capitalismo.

Fonte: *Property and progress: where Adam Smith went wrong* (2007, p. 83-84, [tabela ligeiramente adaptada a partir da versão original]).

Como pode ser facilmente notado, o modo de produção capitalista é definido basicamente por oposição ao modo de produção pré-capitalista. De um lado, predomina no feudalismo a relação social de propriedade representada pela unidade entre produtores diretos e seus meios de subsistência, isto é, a instituição da possessão camponesa. Já no capitalismo, prevalece a separação entre produtores diretos e seus meios de subsistência, primordialmente a terra (1.1.). Privados da possessão camponesa, os produtores diretos passam a depender do mercado para garantir sua reprodução social (1.1.1.). Enquanto a posse dos meios de subsistência por parte dos camponeses pode ser encarada uma espécie de escudo contra a competição, sua expropriação submete os produtores diretos à necessidade de competir para assegurar a própria sobrevivência (1.1.2.). Estes são os elementos básicos das relações sociais de propriedade no que se refere à comunidade política ou classe dos produtores diretos, que no caso do modo de produção capitalista tendem a ser tornados proletários, isto é, trabalhadores assalariados livres cujo único recurso é sua força de trabalho. No que se refere à comunidade política privilegiada, enquanto no feudalismo a propriedade da classe dominante é constituída com base na extração política de renda senhorial através da coerção, no capitalismo a extração de excedentes é realizada por meio da compra e venda da força de trabalho no mercado (1.2.), ou seja, ocorre a extração econômica de lucros. Para isto, os "agentes econômicos precisam não possuir meios de coerção que permitiriam a eles se reproduzirem através da apropriação sistemática pela força dos produtores diretos daquilo de que eles necessitam" (2007, p. 60).

A prevalência de relações sociais de propriedade capitalistas enseja a adoção de certas regras de reprodução compatíveis com a estrutura do modo de produção por parte dos agentes econômicos individuais. Assim, a generalização do princípio da competição econômica, bem como a dependência generalizada dos agentes em relação ao mercado, fazem com que sua sobrevivência social dependa da maximização dos lucros ou da utilidade (2.1.). Para tanto, é necessário investir na especialização produtiva (2.2.), de forma a aproveitar os ganhos do comércio. A atuação contínua do princípio da competição faz ainda com que seja necessário reinvestir constantemente os recursos advindos da produção para o mercado, ou seja, reforçar reiteradamente o processo de acumulação de capital, de forma a pelo menos manter a posição de mercado já conquistada (2.3.). Mais do que isto, torna-se necessário investir na introdução de inovações para que seja possível auferir os lucros extraordinários a ela associados, o que permite aos produtores capitalistas a um só tempo reduzir seus custos e aumentar seus lucros, conquistando uma parcela cada vez maior do mercado (2.4.). Por fim, à medida em que se alteram as condições de mercado, alteram-se também os incentivos e as restrições associados

às diferentes linhas de produção, o que, ao longo do tempo, resulta nos movimentos de entrada e saída da indústria por parte das firmas capitalistas (2.5.).

A agregação das regras de reprodução dos agentes econômicos individuais capitalistas dá origem ao padrão de desenvolvimento característico deste modo de produção. Em termos gerais, tal padrão é marcado pela propensão a promover o desenvolvimento econômico. Assim, a acumulação de capital, associada aos processos de especialização e inovação, permite que seja instaurado um padrão de aumento da produtividade do trabalho, levando ao aumento da produção *per capita* no interior do modo de produção (3.1.1.). Tal mudança ocorre inicialmente no âmbito da agricultura, o que permite que uma proporção cada vez maior da população possa ser sustentada nos demais setores da economia (3.1.2.). A introdução de inovações e o aumento da produtividade levam à redução dos preços das mercadorias, especialmente dos alimentos, proporcionado a elevação dos salários reais dos produtores diretos (3.1.3.). O aumento dos salários reais leva à expansão do mercado doméstico, permitindo a expansão das despesas discricionárias dos trabalhadores, em especial os gastos com manufaturas e serviços (3.1.4.). Por fim, à medida em que se eleva a produtividade da agricultura, torna-se possível a elevação da proporção populacional das cidades (3.1.5.). Todos estes fatores combinam-se para dar origem a um padrão de crescimento auto-sustentado que põe fim à realidade das crises malthusianas e ao teto populacional a elas associado (3.1.6.). Estes são, em termos essenciais, os elementos que compõem as formas de crescimento associadas ao padrão de desenvolvimento capitalista.

A exposição de Brenner das características do modo de produção capitalista faz transparecer uma imagem incomumente positiva deste modo de produção. Aqui, talvez o único componente menos desejável esteja associado à expropriação da possessão camponesa. Mesmo neste caso, contudo, somente a submissão dos produtores diretos ao imperativo da competição parece ter sido capaz de fazer com que a propensão ao desenvolvimento econômico deixasse de se manifestar apenas esporadicamente, e se tornasse um processo auto-sustentado. Além do mais, se de um lado ocorre a perda dos meios de subsistência, de outro os produtores diretos ganham não só a liberdade jurídica, associada ao fim da extração coercitiva do excedente, mas também ganhos de salários reais, possibilitando a elevação de seu padrão de consumo. À medida em que põe um fim às crises malthusianas, o modo de produção capitalista permite também aos produtores diretos evitar os sofrimentos associados à ocorrência de crises societais como as vividas durante os séculos XIV e XVII.

Do ponto de vista da classe capitalista, o novo modo de produção também apresenta vantagens imensas. Assim, enquanto a competição política que prevalece sob o capitalismo trás

consigo o risco da própria eliminação física dos integrantes da comunidade política senhorial, a competição econômica capitalista tende a descartar este resultado. Da mesma maneira, a perda da possbilidade de recorrer à extração coercitiva do excedente representa também a libertação da necessidade de lançar mão de tal expediente, sem que seja necessário abrir mão da extração de excedentes em si. Na verdade, a extração é exponencialmente potencializada por meio da estratégia ligada à acumulação de capital e à inovação. Por fim, o aumento dos salários reais não é sequer incompatível com o aumento da taxa de lucros, desde que acompanhado pela elevação da produtividade.

Em uma palavra, o advento do modo de produção capitalista parece representar, conforme a abordagem de Brenner, um progresso absoluto em relação aos modos de produção pré-capitalistas. De um lado, ele proporciona o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas. E se, de outro lado, ele reproduz relações sociais de propriedade baseadas na divisão de classes, ele ao mesmo tempo permite a elevação da qualidade de vida geral dos agentes econômicos. Isto significa que, à medida em que o capitalismo promove a polarização econômica entre trabalhadores de capitalistas, seu resultado é, no máximo, a pauperização relativa dos produtores diretos, que ainda assim encontram-se em condições bem melhores do que aquelas em vigor nos modos de produção pré-capitalistas.

Como Brenner em *Property and Progress* não se dedica à discussão das formas de crise características do modo de produção capitalista, não é possível montar ainda um quadro completo deste modo de produção que torne possível qualifica-lo. Assim, talvez fosse possível que a discussão de Brenner sobre a crise capitalista balançeasse a visão substancialmente positiva do autor em relação ao caráter smithiano do desenvolvimento capitalista. Veremos, contudo, que Brenner acaba por redobrar sua aposta no potencial praticamente automático da acumulação de capital para produzir aumentos de produtividade, isto é, desenvolvimento econômico. Neste sentido, o smithianismo ou cornucopianismo que caracterizam a abordagem de Brenner sobre o capitalismo permanecem presentes em sua abordagem do capitalismo contemporâneo. Antes de nos voltarmos a esta discussão, contudo, é preciso deixar mais clara a relação entre o modelo dos modos de produção de Brenner e sua adoção das unidades de análise nacionais.

2.7 MODO DE PRODUÇÃO E UNIDADES DE ANÁLISE NACIONAIS

O modelo geral dos modos de produção de Brenner no contexto do debate da transição serve de base para sua discussão das trajetórias de desenvolvimento experimentadas pelas diversas regiões europeias ao longo da Idade Média e da Idade Mordena. E é a partir deste ponto que Brenner passa a identificar a estrutura dos modos de produção às economias nacionais e aos Estados territoriais a elas associados. Neste sentido, Brenner discute, em sua obra a existência de um modo de produção francês, inglês, polonês, diversos modos de produção nos países baixos, um modo de produção ligado à região chinesa do Yang-tsé, etc.

De acordo com a abordagem de Brenner, a estruturação dos modos de produção responde essencialmente à atuação de fatores internos, cuja existência deriva da interação entre comunidades políticas ou classes constituídas com base no princípio da auto-organização. Cada um destes modos de produção conta com características específicas que permitem diferenciá-los dos demais modos de produção que o circundam. Ainda assim, é possível identificar tais modos de produção com dois tipos básicos, o capitalista, de um lado, e o feudal ou pré-capitalista, de outro. O que diferencia os dois tipos gerais de modo de produção que dão origem às variantes nacionais é justamente a tendência ou a ausência da propensão ao desenvolvimento econômico, ou desenvolvimento das forças produtivas. Este traço, por sua vez, é determinado pela existência de relações sociais de propriedade de tipo capitalista ou pré-capitalista. A seguir, discutiremos diversos exemplos históricos de trajetórias nacionais de desenvolvimento tais como apresentados por Brenner. Antes disto, contudo, apresentaremos brevemente um dos critérios identificados por Brenner com base nos quais é feita a diferenciação das variantes nacionais dos modos de produção pré-capitalistas. Tal critério permite a elaboração de uma tipologia dos modos de produção, que parece servir de base para a discussão dos exemplos históricos apresentados pelo autor ao longo do debate da transição.

2.7.1 TIPOLOGIA TEÓRICA DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Ao longo de toda sua obra, Brenner defende veementemente a tese de que as relações sociais de propriedade capitalista não surgem como resultado da atuação intencional de agentes econômicos orientados pela lógica da maximização de lucros. Segundo o autor, isto tenderia a levar

à ideia incorreta de que a origem do capitalismo estivesse associada à existência de elementos capitalistas num contexto pré-capitalista. Ao contrário, ele defende a ideia de que a transformação em direção a relações sociais de propriedade capitalistas tenham sido fruto das *consequências não intencionais* da atuação dos agentes econômicos, cujo objetivo principal normalmente é a preservação do modo de produção em que atuam, e não sua transformação.

Outra ideia importante defendida por Brenner em seus trabalhos é a de que os modos de produção pré-capitalista e capitalista são completamente opostos em suas características. Assim, se a *differentia specifica* do capitalismo é sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico, o modo de produção pré-capitalista é marcado pela tendência à estagnação do desenvolvimento das forças produtivas. Da mesma forma, enquanto no feudalismo pré-capitalista prevalece a possessão camponesa, no capitalismo vigora a separação entre produtores diretos e seus meios de subsistência. Por fim, enquanto no modo de produção pré-capitalista prevalece uma atitude "rentista" da classe dominante, cuja propriedade é formada e garantida com base na extração política de renda senhorial, no capitalismo prevalece uma tendência "produtivista" da extração econômica de excedente, associada às iniciativas de acumulação de capital, inovação e promoção de elevações da produtividade. O caráter essencialmente oposto dos dois modos de produção faz com que a tentativa de explicação das transformações que levam à origem do capitalismo torne-se uma tarefa especialmente desafiadora.

Em *The social basis of economic development*, que compõe um dos capítulos do livro *Analytical Marxism* (1986), Brenner fornece uma pista de como procede para tentar resolver o problema colocado por sua tentativa de explicar a transição do modo de produção geral pré-capitalista ou feudal em direção ao modo de produção geral capitalista. Neste sentido, o autor parte da ideia de que os modos de produção pré-capitalistas possam ser dividios em quatro tipos distintos, a depender de sua forma coletiva ou individual de possessão da terra e de extração do excedente.

> Pre-capitalist societies, as noted, may be constituted on the basis of either individual or collective possession by the direct producers and either individual or collective surplus extraction by extra-economic coercion by the exploiters. From this fact, we can set out four possible general types of pre-capitalist economies, corresponding to the four possible combinations of peasant possession and lordly surplus extraction (1986, p. 51).

As quatro formas referem-se ao caráter coletivo ou individual da possessão dos meios de subsistência e da extração extra-econômica do excedente, e podem ser condensadas da seguinte forma:

TABELA 7 – Tipologia dos modos de produção pré-capitalistas

		Forma de possessão dos meios de subsistência - Terra (P)	
		Coletiva (Col)	Individual (Ind)
Forma de extração extra-econômica do excedente (E)	Coletiva (Col)	E_{Col}, P_{Col}	E_{Col}, P_{Ind}
	Individual (Ind)	E_{Ind}, P_{Col}	E_{Ind}, P_{Ind}

Fonte: BRENNER, *The social basis of economic development*. In: *Analytical Marxism* (1986, p. 51 [elaboração própria]).

Confome Brenner, com base na prevalência destas características, seria possível avaliar a probabilidade de que uma variante específica do modo de produção pré-capitalista de origem a um processo de transição em direção a relações sociais de propriedade capitalistas.

Assim, por exemplo, Brenner defende que os modos de produção pré-capitalistas marcados pela prevalência de formas coletivas de possessão da terra, isto é, por sociedades onde assumem grande importância a instituição das comunidades camponesas, seriam aqueles "menos prováveis de transformarem a si próprios numa direção capitalista" (1986, p. 52). O controle coletivo das possessões camponesas tornaria menos provável que seus integrantes individuais pudessem ser separados de seus meios de subsistência, ou de que pudessem alocar seus lotes de terra de maneiras alternativas em relação ao objetivo da produção para subsistência. Já do ponto de vista da comunidade política dos senhores feudais, a possessão camponesa coletiva torna muito mais difícil promover a separação entre produtores diretos e seus meios de subsistência, seja a extração de excedentes levada a cabo de forma individual ou coletiva[29].

Já no caso em que a instituição da possessão camponesa é exercida de maneira mais individualizada, "uma evolução ulterior em direção ao capitalismo seria mais provável" (1986, p. 52). Em primeiro lugar a atuação individual retira uma das camadas de proteção das comunidades camponesas contra a separação entre produtores diretos e seus meios de

[29] Brenner justifica sua posição na seguinte passage: "As extractors of the surplus from the whole peasant communities, the lords would, it seems, find it in their interest consciously to support (at least up to a point) the authority and coherence of the communities. Moreover, given the need to deal with the communities on a regular basis in collecting taxes or rents, the exploiters would be relatively unlikely, it seems, . to take unintentional actions which would undermine the communities. Finally, at least in those cases where the lords extracted the surplus as a collective, in the unlikely instance where they somehow undermined the community and began to separate its members from their means of subsistence, they would find it in their interest, due to their collective dependence upon tax revenues, actually to reconstitute the community and thereby the peasants' possession" (1986, p. 52)

subsistência. Em segundo lugar, deixa os camponeses mais sujeitos à evicção por meio da incapacidade de pagamento das obrigações devidas na forma de renda senhorial[30]. Por fim, caso o fortalecimento da possessão camponesa individual chegasse a ameaçar a própria capacidade de extração de renda senhorial, "os senhores poderiam ser levados a 'expropriar' os camponeses ao afirmar sua própria propriedade da terra e portanto seu direito de elevar a renda no futuro, mesmo que deixassem a renda corrente atual tal qual anteriormente" (1986, p. 53). Em resumo, as situações com maior probabilidade de transformação em direção a relações sociais de propriedade capitalistas seriam aquelas dadas pela combinação da possessão camponesa individual com a extração individual ($E_{Ind,}\ P_{Ind}$) ou pela possessão individual combinada à extração coletiva ($E_{Col,}\ P_{Ind}$). Brenner conclui seu artigo com a seguinte observação,

> In light of the foregoing discussion, two overriding speculative conclusions may suggest themselves. The first is that pre-capitalist economies have an internal logic and solidity which should not be underestimated. The second is that capitalist economic development is perhaps an historically more limited, surprising and peculiar phenomenon than is often appreciated (1986, p. 53).

Aqui, portanto, Brenner procura defender a ideia de que a origem do capitalismo seja um fenômeno bastante improvável como resultado do desdobramento de relações sociais de propriedade capitalistas. Esta ideia parece corroborar sua tese inicial de que a origem do modo de produção capitalista tenha sido um fenômeno inicialmente restrito à Inglaterra de fins da Idade Média e início da Idade Moderna. Contudo, ao combinar: i) o caráter praticamente universal da existência de relações sociais de propriedade pré-capitalistas; ii) a definição dos dois modos de produção gerais por oposição um ao outro; iii) a constituição de uma tipologia dos modos de produção pré-capitalistas com base num número relativamente restrito de critérios, e, por fim; iv) a independência dos modos de produção, cujo padrão de desenvolvimento é resultado da atuação de fatores internos, talvez seja possível concluir que o capitalismo não seja um resultado inesperado, mas justamente o contrário, dado o número praticamente infindável de modos de produção pré-capitalistas, bem como a combinação

[30] Aqui, no caso da extração de excedentes de forma coletiva, levada a cabo através da cobrança de impostos, Brenner observa que: "Moreover, especially in those instances where the lords extracted a surplus collectively through taxation, the mere fact that over-taxation leading to expropriation might be unintended and undesired could not be counted upon to prevent this from happening. Mutual adjustment between the tax state and the whole population of *individual peasants* could be, in practice, rather difficult" (1986, p. 53). Como veremos, tal caso poder parecer aproximar-se, à primeira vista, do exemplo francês. Contudo, no caso francês a extração coletiva de excedente parece ser acompanhada pela possessão camponesa coletiva, e não individual. Como Brenner não utiliza a linguagem da tipologia das formas de possessão e extração em seus demais trabalhos, é difícil saber se este caso se aplicaria, por exemplo, ao modo de produção polonês. Neste caso, contudo, seria necessário explicar porque tal situação não teria conduzido à transição para o capitalismo na região, e sim ao reforço da servidão camponesa.

limitada de tipos possíveis. Este ponto pode ficar mais claro quando discutirmos o capitalismo holandês, cujo surgimento é explicado basicamente sem qualquer referência à realidade inglesa, tomando por base simplesmente os fatores internos ao distrito da costa norte holandesa, bem como a possbilidade de contar com um "mercado externo" europeu pré-capitalista para a aquisição de insumos e venda de seus produtos capitalistas.

A discussão sobre as formas coletivas e individuais de possessão e extração feita por Brenner parece embasar em alguma medida a discussão do autor sobre os exemplos históricos das variantes nacionais dos modos de produção, embora não se restrinja a ela. A seguir, apresentaremos de forma bastante resumida alguns dos tipos de relações sociais de propriedade discutidos por Brenner no contexto do debate da transição. O objetivo é mostrar como, na prática, Brenner recorre à escolha de unidades de análise nacionais ao discutir seja a estrutura social feudal, seja a capitalista. Isto não necessariamente faz com que o autor incorra no problema do nacionalismo metodológico de forma constante ao longo de sua obra. Mas estabelece o precedente teórico que permite ao autor retomá-lo sempre que o cornucopianismo capitalista parece ameaçado.

2.7.2 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A apresentação das trajetórias de desenvolvimento nacionais por Brenner une sua abordagem geral dos modos de produção à discussão sobre a tipologia dos modos de produção, embora não restrita à delimitação das formas coletiva e individual de possessão camponesa e extração da renda senhorial. É a partir desta combinação que Brenner recorre concretamente à utilização das unidades de análise nacionais. Uma maneira mais favorável de colocar o problema é enxergar a tipologia puramente teórica apresentada na seção anterior como uma tentativa de sintetizar e sistematizar alguns dos resultados históricos encontrados pelo autor. A seguir, apresentaremos diversos exemplos da narrativa histórica de Brenner que permitem clarificar a associação entre o conceito dos modos de produção e a utilização de unidades de análise nacionais.

França

O feudalismo assume na França seu caráter clássico, marcado pela instituição da soberania parcelada, isto é, localmente pulverizada e intensamente competitiva do ponto de vista senhorial. Partindo destas condições, as comunidades camponesas aproveitam-se da situação de rivalidade e descoordenação no seio da classe senhorial e conquistam diversos direitos, em especial a fixação nominal das rendas devidas aos senhores feudais e o direito de herança camponês sobre a terra. Neste contexto, as rendas senhorias são achatadas conforme o crescimento populacional estimula o aumento dos preços dos alimentos e da terra. Quando a discrepância entre população e recursos leva à interrupção do crescimento demográfico, instaura-se uma situação de crise dos rendimentos senhoriais, exacerbada pelo colapso demográfico associado à Crise Geral do século XIV.

No caso francês, a saída da situação de crise se deu por meio da centralização do poder político nas mãos do monarca, facilitada pela debilidade geral dos senhores feudais individuais. A expansão territorial do poder do príncipe, levada a cabo em cada caso seja pela conquista, seja pela cooptação, permite a consolidação de um estado feudal absolutista, ou estado de impostos e ofícios (*tax-office states*).

O funcionamento dos estados absolutistas baseia-se não na concessão descentralizada de terras a aliados e direitos sobre camponeses em troca de lealdade e serviços de senhores aliados, como no feudalismo clássico, mas sim na da venda de ofícios numa administração centralizada, financiada por meio de impostos. Isto permite que, de um lado, o monarca impeça que a concessão de privilégios a seus seguidores conduza à formação de competidores fortes o suficiente para, no limite, tomar a posição de liderança por ele conquistada. O poder do monarca frente aos demais integrantes da classe senhorial era assegurado através da concessão da possessão camponesa, impedindo que a extração de renda senhorial viesse a competir com a cobrança de impostos. Além disto, a consolidação do absolutismo permite também potencializar a exploração camponesa através do sistema de impostos centralizados, reduzindo o poder de barganha das famílias camponesas que prevalecia na situação de competição senhorial acentuada, ao eliminar praticamente a ameaça de fuga para jurisdições alheias rivais (2007, p. 91-93).

A consolidação do estado feudal absolutista representa uma reestruturação das relações sociais de propriedade do modo de produção francês, mas não uma alteração de seu caráter pré-capitalista, já que permanecem baseadas na extração extra-econômica de renda senhorial, agora primordialmente através da cobrança de impostos, bem como na instituição da possessão camponesa, agora fortalecida. Em razão da continuidade da prevalência de relações sociais de propriedade pré-capitalistas, o estado francês continua a ser caracterizado por um padrão de desenvolvimento malthusiano. Assim, com base na regra de reprodução camponesas da subdivisão dos lotes de terra por através de heranças, bem como na dependência crescente da classe senhorial em relação aos

ofícios reais e à redistribuição dos impostos, instaura-se um padrão de queda da produtividade do trabalho, intensificação da exploração dos produtores diretos, e desvio dos recursos necessários à produção, acarrentando no esgotamento progressivo das forças produtivas. Nas palavras de Brenner,

> From the latter part of the sixteenth century, the French social economy, like that of most of the rest of Europe, began to descend into a 'general crisis of the seventeenth century' quite analogous to its fourteenth-century predecessor, as an incipient Malthusian demographic crisis was compounded once again by a crisis of seigneurial revenues. As output per person declined and population growth came to a halt, seigneurial revenues tended to stagnate. Civil wars became endemic, foreign military adventures multiplied, the state apparatus expanded, and absolutist taxation rose precipitately, as lords sought to compensate for stationary incomes from their estates by way of politico-military redistribution. Nevertheless, as rising taxation and military depredations undercut peasant production, the peasant population fell and peasant revolts grew in number, exacerbating lordly revenue problems and setting off the same sort of downward spiral, driven by demographic decline and rising exploitation and war, that had disrupted the economy during the fourteenth and fifteenth centuries (2007, p. 102-103).

Em resumo, partindo de uma situação onde prevaleciam, de um lado, a soberania parcelada e a atuação individualizada dos integrantes da classe senhorial e, de outro, a atuação altamente organizada das comunidades políticas camponesas, a prevalência de um ciclo malthusiano dá origem a uma reestruturação das relações sociais de propriedade francesas, sem contudo levar à transformação de seu caráter pré-capitalista ou feudal. A mudança primordial se dá no nível de coordenação da comunidade política senhorial, que passa por um processo de centralização cujo resultado é a formação de um estado feudal absolutista de impostos e ofícios, bem como a conquista da propriedade absoluta por parte dos camponeses de seus lotes de terra tradicionais. Como, contudo, continuam a prevalecer tanto a extração política de renda senhorial, quanto a possessão camponesa, logo o padrão de desenvolvimento do modo de produção francês continua a apresentar um caráter malthusiano, cujo resultado é a imposição de limites absolutos ao desenvolvimento econômico.

Alemanha oriental e Polônia

O estabelecimento de relações sociais de propriedade nas regiões da Alemanha oriental, de um lado, e da Polônia, por outro, ocorre como resulado do processo de colonização da região associado ao crescimento extensivo do modo de produção feudal. Neste contexto, a necessidade de atrair camponeses para a região faz com que sejam oferecidas a eles condições extremamente favoráveis de ocupação. A disputa por camponeses também estimula a rivalidade inter-senhorial, o que fazia com que a "senhoria na região fosse desde o princípio altamente

atomizada e competitiva, e correspondentemente fraca" (2007, p. 94). A colonização permite que a região experimente uma fase importante de crescimento econômico. Mas, tal como nos demais exemplos, a prevalência de relações sociais de propriedade capitalistas leva, a partir de certo ponto, à instauração de crises malthusianas que levam à estagnação do desenvolvimento das forças produtivas. Conforme a imigração para a região se desacelera devido à diminuição do crescimento populacional na Europa Ocidental, os senhores feudais da região enfrentam uma dificuldade cada vez maior de obtenção de rendimentos, agravada ainda pela incapacidade de aumentar as exações sobre os camponeses, cujo *status* era pratimente o de produtores livres.

Para contornar a situação, os senhores feudais individuais iniciam um longo processo de auto-organização e coordenação cujos objetivos são justamente o de, por um lado, restringir a competição inter-senhorial e, por outro, aumentar o controle senhorial sobre os camponeses. Os camponeses, por sua vez, tornam-se alvos fáceis das investidas senhoriais em razão de sua falta de organização, a qual resultava em grande medida das condições excepcionalmente favoráveis experimentadas por eles no início do processo de colonização. O processo de organização da comunidade política senhorial leva à instituição das dietas provinciais e nacionais, de caráter relativamente descentralizado se comparadas ao estado feudal absolutista. Por meio delas, a classe senhorial se torna capaz de promover a servilização dos camponeses, cujo resultado é expresso pelo fenômeno da *segunda servidão* na região.

Tal como no caso francês, a resposta dos agentes econômicos diante das dificuldades leva à reestruturação das relações sociais de propriedade da região. Novamente, contudo, também neste caso são mantidos os elementos básicos que dão a este modo de produção seu caráter pré-capitalista, marcado pela prevalência de um padrão de desenvolvimento malthusiano. Assim, após uma fase de crescimento alimentada, como nos demais modos de produção pré-capitalistas, pelo crescimento extensivo, instaura-se a tendência à crise malthusiana na região, descrita por Brenner da seguinte maneira:

> By the 1560s and 1570s, with labour productivity declining and population growth coming to a standstill, Poland's national output appears to have reached its outer limit, and the results were apparently much the same throughout the rest of north-east Europe. From this point onward, the growth of the lords' product depended upon coercively enforced redistributive measures and was largely achieved by increasing the size of the demesnes at the expense of the peasants' plots. But this process could go only so far, as it eroded the system's chief productive force, the peasantry. To maintain military and luxury consumption, lords were obliged to resort to the familiar 'political' remedies and became increasingly· involved in devastating warfare, both internal and external. The result was severe economic regression and social dislocation, the north-east European version of the 'general crisis of the seventeenth century' (2007, p. 103).

Voltaremos à discussão de alguns aspectos do modo de produção polonês quando discutirmos as críticas de Brenner ao marxismo neo-smithiano, que sugerem como a necessidade de defender o cornucopianismo acaba por fazer com que Brenner seja obrigado a recorrer ao nacionalismo metodológico, como por exemplo em sua explicação do comércio de grãos entre Inglaterra e Europa oriental durante o século XVI. Agora, contudo, continuaremos a apresentação dos exemplos de modos de produção nacionais do autor.

Inglaterra

A partir de seu processo específico de acumulação política, associado à disputa com a França, a Inglaterra emerge na Idade Média como um estado feudal mais centralizado que qualquer outro no contexto europeu. Neste caso, contudo, diferentemente da experiência francesa, a organização do estado monárquico enseja não a criação de um estado absolutista clássico, mas um onde ocorre o reforço da extração de excedentes descentralizada, bem como a competição latente entre os integrantes da comunidade política senhorial[31]. Tal combinação permite que a comunidade política senhorial exerça um enorme controle sobre a classe camponesa, bem como a capacidade de que seus integrantes se beneficiem da redistribuição de recursos através da guerra com outras regiões europeias.

A partir do colapso populacional associado à crise geral do século XIV, contudo, a relativa "cooperação" inter-senhorial que embasa a extração política do excedente na Inglaterra começa progressivamente a dar lugar à intensificação da competição. Neste contexto, os servos camponeses aproveitam-se da situação e lutam de forma a conquistar a liberdade jurídica[32]. A conquista da liberdade camponesa ameaça seriamente a posição dos integrantes da classe senhorial. Para contornar o problema, portanto, desde o princípio não era possível simplesmente implementar a saída da segunda servidão, como na Alemanha oriental e na Polônia. Nem era

[31] Em *Property and progress* (2007), Brenner não parece explicar satisfatoriamente as razões por trás da "centralização descentralizada" que representa uma das características distintivas do modo de produção inglês. A passagem onde o autor comenta sobre o assunto é: "By organizing themselves 'nationally' through the monarchical state – which thereby assumed major powers to impose discipline on its aristocracy – they were able to achieve an unusually high level of cooperation with one another in operating their decentralized (implicitly competitive) system of surplus extraction by extra-economic coercion, as well as in making war" (2007, p. 96).

[32] Brenner descreve o processo de conquista da liberdade camponesa associado ao aumento da competição inter-senhorial na seguinte passagem: Peasants now streamed away from their manors, and their lords could do nothing to stop them. This was because other lords on neighbouring estates could not only offer more favourable terms in general, especially lower dues, but could also grant them their freedom by offering them the status of free tenants. (…) The upshot was to render irreversible the process of peasant enfranchisement, cutting off the possibility of reenserfment, because the common law enforced by the crown, with the support of lords great and small, endowed all freemen with the protection of the king's courts (2007, p. 97).

vantajoso que se recorresse à criação de um estado absolutista de impostos e ofícios como no caso francês pois, ao contrário daquela região, onde a possessão camponesa era generalizada, no caso inglês eram os domínios senhoriais que dominavam a paisagem. Neste caso, a cobrança de impostos sobre a terra acabaria incidindo não sobre os lotes camponeses, mas primordialmente sobre os domínios senhoriais. Sendo assim, a saída da situação de crise enfrentada pelos senhores na Inglaterra passou pela consolidação cada vez maior do direito de propriedade senhorial sobre a terra. Conforme Brenner,

> English lords therefore had little choice, in contrast to their counterparts in north-eastern Europe with their neo-serfdom and in western Europe with their absolutist states, but to make use of their not insubstantial feudal political class organization to turn what remained of their rights in their peasants' customary land into their own unconditional ownership. (2007, p. 97).

A consolidação do direito de propriedade da terra por parte da comunidade política senhorial implica a dissolução da relação social de propriedade pré-capitalista dada pela possessão camponesa, levando à separação entre os produtores diretos e seus meios de subsistência. Ao responder de tal forma à conquista da liberdade camponesa, os membros da comunidade política inglesa tinham em mente a restauração do direito à imposição de exações arbitrárias sobre seus camponeses tornados arrendatários. Ao fazê-lo, contudo a combinação entre separação dos produtores diretos de seus meios de subsistência e propriedade senhorial da terra faz com que os agentes econômicos como um todo sejam submetidos ao princípio da competição. Confome Brenner,

> (…) the epoch-making, if unintended, consequence was to subject their tenants to competition for leases, thereby imposing upon them the necessity to forsake production for subsistence and adopt capitalist rules for reproduction. Now rendered marketdependent and subjected to competition in production, emerging farmers had no choice but to eschew 'safety first', as well as the other rules for reproduction that had been made possible by peasant possession of the means of subsistence, and to adopt the Smithian rule of maximization of one's price-cost ratio by way of specialization, accumulation, and innovation (2007, p. 98-99).

Brenner comenta sobre os desdobramentos da instauração de relações sociais de propriedade capitalistas na seguinte passagem,

> The adoption of new rules for reproduction by agricultural producers brought a novel, unprecedentedly dynamic pattern of overall development. With the generalization of competitive pressures and with the end of subdivision, there quickly ensued a classical process of social differentiation, leading to the rise of a class of substantial commercial farmers, the yeomen. It was on the basis of the rise of the yeomen as

> commercialcompetitive farmers, that there was, for the first time, a breakthrough to *the secular rise of agricultural productivity* (2007, p.104-105, [grifo no original])[33].

O crescimento da produtividade agrícola permite que uma parcela cada vez maior da população seja direcionada aos demais setores da economia, em especial para a indústria, preparando o caminho para a revolução industrial,

> By the seventeenth century, a substantial majority of the labour force had left agriculture, and, while the population grew as rapidly as anywhere in Europe in this epoch, it hit no Malthusian ceiling. With the English, then, the Dutch economy, like no others in Europe, substantially escaped the 'seventeenth-century crisis' by achieving ongoing economic development. (2007, p. 107).

A abordagem clássica da transição de Brenner é baseada nos exemplos esboçados acima. Eles nos permitem entender como sua versão dos modos de produção é mobilizada na construção da narrativa de trajetórias nacionais de desenvolvimento, implicando a definição da unidade de análise relevante a nível nacional ou estatal. Além disso, cabe notar que a abordagem clássica, que resulta no chamado Debate Brenner, tem como um de seus pilares a ideia do excepcionalismo inglês, considerado "a primeira sociedade moderna", como sugere o título de um livro onde Brenner publica um de seus artigos[34]. A explicação que dá suporte ao caráter

[33] Em relação ao papel do *yeomen farmer*, Brenner qualifica seu argumento em seu artigo sobre a transição nos Países Baixos: "Because English agriculture was thus largely in the hands of farmers who were dependent upon the market and subject to competition in production, it did indeed experience a process of economic differentiation in which larger more effective farmers beat out smaller less effective farmers, leading to the rise of a class of capitalist farmers, the famous English yeomen, which did indeed make the running in transforming English agriculture. The point, however, is that this process of economic differentiation was *conditioned upon* a process of competition in production by *already market-dependent* leasehold farmers. It did not therefore bring about the transcendence of a possessing peasantry; rather, it was *predicated* upon that transcendence, in that it depended precisely upon a previous process of separating peasant agriculturalists from their means of subsistence" (2001, p. 196, [grifos no original]). O papel do yeomen farmer é importante porque está ligado ao chamado debate das duas vias para o capitalismo, sendo uma delas composta pela transição ao capitalismo primordialmente com base na participação de integrantes do topo da hierarquia social anterior, e a outra a partir dos esforços de agentes que iniciam sua trajetória a partir da base da pirâmide social. O argumento que privilegia os *yeomen farmers* tende a estar associado a visões fundamentalmente meritocráticas do capitalismo, já que, de acordo com ela os camponeses transformados em trabalhadores seriam sobretudo aqueles que não foram capazes de assegurar sua posição no ambiente competitivo. A ideia básica por trás desta noção é a de que o ponto de partida dos agentes econômicos que realizam a transformação é basicamente o mesmo, e de que seu posicionamento distinto no sistema de classes é fruto da diferenciação entre eles com base na concorrência. Brenner concorda com o argumento da diferenciação, mas afirma que eliminação dos pequenos camponeses é prévia ao processo: "the English yeomanry did not, in my conception, 'come out of the blue'. It did emerge out of a process of socioeconomic differentiation, but that process was itself only made possible by the previous transcendence of peasant possession. By the same token, in places like France, 'where peasants got the upper hand' and emerged from the late medieval class conflicts freed from serfdom and with full property in land, this did not in fact generally lead to 'petty capitalist accumulation' and 'social polarization within the peasantry', but rather the pulverization via subdivision of peasants' plots leading to the prevalence of vast numbers of micro-holdings" (2001, p. 197).

[34] *The first modern society* (1989) é um livro que reúne diversos artigos em homenagem à obra do historiador britânico Lawrence Stone, que durante grande parte de sua obra defendeu a tese do excepcionalismo inglês. Após as polêmicas ensejadas a partir de alguns de seus escritos, Stone muda-se da Inglaterra para os Estados Unidos,

excepcional do modo de produção inglês tem o benefício de corroborar a ideia de que, longe de representar um resultado natural do desenvolvimento das sociedades humanas, o capitalismo deveria ser visto como resultado de uma combinação inédita e altamente improvável de fatores. Por fim, é importante mencionar que a análise de Brenner deste período ignora os acontecimentos ou trajetórias de desenvolvimento de diversas regiões, incluindo o caso holandês. Neste sentido,

> In the debate that immediately followed Brenner's first article, and in subsequent exchanges, the Netherlands were sorely neglected, although areas such as Flanders and Holland played a decisive role in the economic development of Europe. This was partly because of too few publications in international languages on the relevant Dutch rural history. This important book (…) seeks to fill this lacuna. It draws upon substantial research, confronts the Brenner thesis with new results and hypotheses, and contains a powerful and detailed response by Brenner himself (2001, p. 239).

O livro a que se refere a passagem acima é *Peasants into Farmers? The Transformation of Rural Economy and Society in the Low Countries (Middle Ages-19th century) In Light of the Brenner Debate*, publicado em 2001. Nele, Brenner publica *The Low countries in the transition to capitalism*, derivado de um trabalho apresentado numa conferência de 1994 sobre o tema, onde o próprio autor reconhece a negligência em relação à região no contexto do debate Brenner durante os anos 1970,

> In the most recent phase of the discussion on the historical conditions for economic development, or the transition from feudalism to capitalism, the town-dominated Low Countries have been neglected, because the focus has been to such a large extent on agrarian conditions and agrarian transformations. This article seeks to make use of the cases of the medieval and early modern Northern and Southern Netherlands, the most highly urbanized and commercialized regions in Europe, to show that the rise of towns and the expansion of exchange cannot in themselves bring about economic development, because they cannot bring about the requisite transformation of agrarian social-property relations. In the non-maritime Southern Netherlands, a peasant-based economy led to economic involution. In the maritime Northern Netherlands, the transformation of peasants into market-dependent farmers created the basis for economic development (2001, p. 169).

Aqui, portanto, Brenner deixa de lado a ideia de que o modo de produção capitalista tenha sido resultado de uma combinação única e, para todos os efeitos, "fortuita" de fatores associada aos desenvolvimentos ocorridos na Inglaterra. Apresentaremos a seguir uma versão resumida da abordagem de Brenner sobre a trajetória do caso holanês.

---

onde orienta a tese de doutorado de Brenner, posteriormente aperfeiçoada e publicada com o título de *Merchants and Revolution* (2003, [1993]).

Países Baixos

No caso dos Países Baixos (*Low Countries*), Brenner refere-se à existência não de um, mas de vários modos de produção distintos, incluindo: i) os Países Baixos continentais do sul (PBCS ou *Inland Southern Low Countries*), tipificados pela região central de Flandres; ii) os Países Baixos marítimos do norte (PBMN ou *Maritime Northern Low Countries*), associados à região costeira da Holanda; os Países Baixos marítimos do sul (PBMS ou *maritime southern Netherlands*), ligados à região da Zeelândia e partes de Flandres, e, por fim; iv) os Países Baixos continentais do norte (PBCN ou *inland districts of the northern Low Countries*). De acordo com Brenner, os modos de produção PBMN e PBMS teriam sido transformados de forma a dar origem a relações sociais de propriedade capitalistas. Já os modos de produção PBCS e PBCN, por sua vez, teriam sido marcados pela continuidade da prevalência de relações sociais de propriedade pré-capitalistas. Ao longo de seu texto, Brenner menciona ainda a região da Frísia, que, segundo ele, também teria realizado a transição ao capitalismo.

Em seu debate clássico sobre a transição, Brenner tende a associar as cidades do contexto medieval e os mercadores citadinos a elas ligados a relações tipicamente mercantis de caráter pré-capitalistas. Além disso, o autor considera que a expansão das cidades e do comércio no feudalismo tem um potencial bastante limitado, em razão da incapacidade da agricultura pré-capitalista de proporcionar aumentos de produtividade que permitam sustentar uma proporção maior da população em atividades urbanas e manufatureiras. Por isso, Brenner sente a necessidade de começar sua apresentação com uma explicação sobre o significado do caráter altamente urbanizado da região dos Países Baixos:

> Here, of course, urban development was more intense than in any other region of Europe throughout the long epoch from the ninth and tenth centuries into the eighteenth (…) [which,] from the latter part of the sixteenth century, it was massively amplified by the Dutch urban commercio-industrial explosion. The outcome was great, sustained demand pressure on agriculture over a very extended period, the reply to which by Low Countries' agriculturalists was, moreover, very much facilitated by access to the international grain market. What I wish to bring out is that, even in this most urbanized and commercialized of all European territories, the incomparably powerful demand for agricultural goods could by itself in no way determine the nature and extent of the supply response of agriculture. On the contrary, the divergent responses to urban markets of the different districts of the Low Countries – and the divergent paths taken, more generally, by those districts' rural sectors – were shaped by the systems of social-property relations that had emerged in these districts (2001, p. 199-200).

Aqui, a saída de Brenner para a dificuldade imposta por seu modelo dos modos de produção passa pela afirmação de que, a depender das relações sociais de propriedade internas de cada modo de produção, a influência da expansão do comércio e das cidades tem efeitos opostos. Assim, apesar de à primeira vista sugerir uma mudança em relação à adoção das unidades de análise nacionais, ou, mais propriamente neste caso, "distritais", Brenner reforça seu argumento, divindo a região numa série de distritos com relações sociais de propriedades distintas. O autor vai ainda mais neste sentido quando tende a associar o declínio relativo do capitalismo nos Países Baixos à dependência do mercado internacional feudal ou mercantil, cuja crise malthusiana impede ou, melhor dizendo, atrasa a continuidade do desenvolvimento econômico da região. Além disso, Brenner atribui ao capitalismo dos Países Baixos um caráter *sui generis* em razão de sua origem, associada a um processo de crise ecológica que resulta numa situação equivalente à separação entre produtores diretos e seus meios de subsistência, ainda que eles tenham podido permanecer em posse da terra. A seguir, apresentaremos brevemente os argumentos de Brenner em relação às regiões arquetípicas da Flandres central e da Holanda costeira, cujas relações sociais de propriedade dão origem a padrões de desenvolvimento marcados pelo malthusianismo, no primeiro caso, e pelo desenvolvimento econômico capitalista smithiano, no segundo.

Flandres central (PBCS): a região central de Flandres caracteriza-se inicialmente pela presença de uma comunidade política camponesa relativamente poderosa, com *status* praticamente livre e dotada da propriedade de fato de seus lotes de terra, bem como por uma classe senhorial bastante competitiva e enfraquecida[35].

Inicialmente, a abundância relativa de terra permite que a região experimente uma fase substancial de crescimento extensivo, estimulando o crescimento populacional. O caráter fortalecido da possessão camponesa em relação à capacidade de extração de renda senhorial é complementado ainda pela existência de mercados urbanos relativamente desenvolvidos, que permitem aos camponeses dedicarem-se à comercialização parcial de sua produção. E é neste contexto que desenvolve-se a técnica agrícola conhecida como "*avdanced husbandry*" que emerge na Flandres do período medieval e é considerada por diversos autores enquanto uma verdadeira revolução agrícola[36]. Aqui, portanto, aparentemente a relação social de propriedade

[35] A debilidade dos senhores feudais do campo na região deve-se, segundo Brenner, à especificidade da aliança entre o líder da comunidade política da reigão, o conde de Flandres, e os poderosos integrantes das cidades da região: "Simply put, the Count sought to build his own power by means of allying with the towns, leading to the weakening of the Flemish lordly class, with profound implications for the region's subsequente economic evolution" (2001, p. 202).

[36] Flemish farmers pushed the

da possessão camponesa encontra-se associada ao desenvolvimento econômico, e não ao padrão de desenvolvimento malthusiano que Brenner associa aos modos de produção pré-capitalistas. Talvez por isto, Brenner parece sentir ser necessário qualificar o significado das mudanças na região implementadas no campo. Conforme o autor:

> There can be no doubt that an extraordinary transformation through technical innovation took place in the inland Flemish countryside during the later twelfth and thirteenth centuries. But we should be careful about assessing its significance. The changes entailed have sometimes been called an 'agricultural revolution', but this term must be used with caution (…). The new techniques (…) enabled farmers to secure ever-increasing value from their land, but at the expense of proportionally even greater additions of labour input. Gains in land productivity were thus won at the cost of even greater losses in labour productivity. They were achieved by peasants aiming to take advantage of growing markets not so much to maximize profits by raising their price-cost ratios, as to secure subsistence under conditions where their plots had become too small to allow them to produce it directly themselves (2001, p. 203).

Percebe-se portanto, como, não obstante a introdução de inovações que sugeririam a prevalência de um padrão de desenvolvimento marcado pelo avanço das forças produtivas, Brenner associa os acontecimentos da região central de Flandres ao mesmo padrão de desenvolvimento ligado aos modos de produção pré-capitalistas. A comercialização da agricultura é acompanhada ainda pelo fenômeno da proto-industrialização do campo levado a cabo pelas famílias camponesas. Em ambos os casos, contudo, a expansão do mercado e do setor manufatureiro são vistos por Brenner não como sinal de dinamismo econômico, mas como sintoma da prevalência de um padrão malthusiano de desenvolvimento, marcado pela auto-exploração e intensificação do trabalho por parte dos próprios camponeses diante de uma situação de aumento da relação homem/terra, derivada da subdivisão dos lotes camponeses que acompanha o crescimento demográfico. Do ponto de vista da classe dos senhores feudais, a crise de produtividade da região associa-se a uma crise de rendimentos senhoriais que, tal como no modo de produção francês, estimula a consolidação da auto-organização de sua comunidade política, levando à ascensão inicial de um estado absolutista de impostos e ofícios. Brenner resume a situação da região na seguinte passagem:

---

intensification of cultivation to unparalleled levels, especially over the course of the thirteenth century, ultimately aided by increasing commercialization, which was itself facilitated by relatively easy access to grain imports. The old infield-outfield system disappeared, as the outfield was rendered indistinguishable from the infield. The three-field system, itself an expression of more intensive farming, was increasingly infringed upon, as fallows were increasingly cultivated. Fodder crops were also grown ever more widely, and peasants cultivated legumes, like peas and vetches. Ultimately, peasants turned to flax, as well as to dyes, such as madder and woad, required as raw materials by the growing urban textile production

> Over the long run, then, surpluses that could be produced by lowering living standards and intensifying labour were higher than could be secured through increasing the capital:labour ratio. As Thoen shows, there is, in secular terms, a close correlation between the rise of land productivity and fall of labour productivity. This was very much facilitated by peasants' turn to the 'new husbandry'. Moreover, small and mini-tenants improved their ability to compete for leases by adding the benefits of protoindustry. In this context, extensive land purchases by the bourgeoisie could in no way reverse the direction of the agrarian evolution. For townspeople who bought land, like anyone else in their position, would find that they could secure the highest rents, not by seeing to the increase of investment in agricultural plant and equipment, but through the hyper-exploitation of a massive semiproletarianized peasantry that was stuck on the land (often with only micro-plots that they actually owned) and with nowhere else to go. The rise of the Flemish peasants' 'productiveness' (land and household productivity through labour intensity) and competitiveness was thus part and parcel of their declining living standards (2001, p. 205).

Assim, portanto, apesar do caráter aparentemente diferenciado da região, a Flandres central é também caracterizada por relações sociais de propriedade feudais ou pré-capitalistas. O contrário teria ocorrido no caso dos Países Baixos marítimos do norte, onde o desdobramento das relações sociais de propriedade da região levam ao surgimento de um modo de produção tipicamente capitalista.

Holanda costeira (PBMN): A colonização da região costeira do norte dos Países Baixos é marcada pela drenagem e recuperação das terras até então dominadas pela água. Neste caso, contudo, processo é liderado essencialmente por camponeses, e não, como na Alemanha oriental ou na Polônia, por senhores feudais, já que eles "não eram fortemente atraídos pela região" (2001, p.206). O resultado, portanto, é uma situação onde predomina a existência de uma comunidade camponesa bastante poderosa, e de uma classe senhorial extremamente enfraquecida, seja no campo, seja nas cidades, comércio e indústria.

Diferentemente das demais regiões, a colonização da região levou a um processo de degradação ecológica da terra que, ao tornar inviável a produção arável em grande parte da região, trouxe consequências que "foram nada menos que revolucionárias" (2001, p. 208). O processo esteve ligado à erosão das terras argilosas da região, bem como à ascensão do nível da água, tornado o solo de grande parte dela excessivamente úmido para o cultivo. Brenner descreve os resultados do processo na seguinte passagem:

> Through ecological processes strikingly analogous in their effect to 'the so-called primitive accumulation' that deprived agricultural producers of their land in England, Dutch peasants were thus separated from direct access to their means of subsistence. Paradoxically, in the peatlands of maritime northern Netherlands, *this separation of the agricultural producers from the means of subsistence most often took place in the face of the agricultural producers' continued ownership of the land*. The same process of ecological degradation that deprived the peatlands of sufficient fertility to support diversified, arable production thus deprived the peasants of their means of subsistence, despite their continuing land ownership. The agricultural producers of

> the peatlands were thus forced into dependence upon the market for their inputs, thereby subjected to competitive production and obliged, as a result, to enter into lines in which they could hold their own in terms of price-cost maximization. The peasants of the maritime northern Low Countries had no intention of bringing about a transition from pre-capitalism to capitalism. But, as an unintended consequence of the acts of reclamation by which, in keeping with feudal rules for reproduction, they had sought to extend cultivation for the purpose of production for subsistence on to terrain at the ecological margins of the European feudal economy, they ended up undercutting the ability of the soil to support production for subsistence and transforming themselves into marketdependent *capitalist farmers* (2001, p. 208-209).

Obrigados a competir em razão da generalização da competição, e diante da necessidade de obter de outras regiões os grãos que compunham sua cesta de alimentos, os camponeses da região dedicam-se à produção de produtos capazes de fornecer a eles os recursos necessários à própria sobrevivência. Inicialmente, isto os leva a realizar investimentos principalmente na pecuária e na indústria de laticínios. O sucesso da região, contudo, só pode ser garantido em razão da possibilidade de recorrer aos mercados externos à região para obter os insumos necessários à reprodução dos camponeses, bem como obter recursos a partir da produção interna:

> As it turned out, they were able successfully to switch into more labour and land extensive breeding of cattle and production of dairy products, as well as the growing summer grains to supply the nascent beer industry, because they had the good fortune to find huge markets for all these products in the great towns of neighbouring Brabant and Flanders. In this process, their way was very much smoothed, especially as time progressed, by the meteoric rise of the trade for rye from East Elbian Europe, which made for increasingly low food prices not only for themselves but for most of the region's population, thereby increasing the discretionary income available to buy their output. From the very beginning, then, Dutch commercial farmers were not only reliant upon their domestic market, but heavily dependent as well upon the European feudal 'world market' (2001, p. 209-210).

Brenner nota ainda que a produtividade inicial do modo de produção da Holanda costeira era insuficiente para permitir a especialização total nas indústrias agropecuária e de laticínios, o que fez com que os agentes econômicos da região fossem obrigados a dedicar-se complementarmente às indústrias navais, de pesca, de tijolos e outras mais. Apesar da diversificação, contudo, Brenner afirma que "não pode ser suficientemente sublinhado, contudo, que todas estas atividades eram, de acordo com sua dependência do mercado, orientadas comercialmente, e não orientadas para a subsistência" (2001, p. 210). Com esta ponderação, Brenner parece buscar justificar o caráter aparentemente diversificado do modo de produção da região, o que, a princípio, entraria em conflito com a tendência à especialização que predomina nos modos de produção capitalistas. Por fim, Brenner menciona ainda que a separação entre os produtores diretos e seus meios de subsistência "talvez tenha ajudado

inicialmente a estimular a indústria de vestuário da região que eventualmente tornou-se capaz de exportar" (2001, p. 211).

Em sua análise do capitalismo holandês, Brenner confere uma importância incomum ao mercado externo para a conformação das relações sociais de propriedade da região. Isto poderia sugerir uma mudança em relação à escolha da unidade de análise por parte de Brenner. Na verdade, contudo, o argumento de Brenner é o de que, justamente em razão de sua dependência em relação ao mercado externo, dominado pelo capital mercantil pré-capitalista, a continuidade do processo de desenvolvimento econômico holandês é ameaçada.

> The Dutch economy thus differentiated itself from the leading economies that preceded it (Flanders, Brabant, the city-states of northern Italy) in its capitalist modernity, manifested most tellingly in its advanced, capital-intensive agricultural sector. But it shared those economies' imbrication in, and dependence upon, the pre-capitalist economy of Europe as a whole. The Dutch economy itself decisively transcended the Malthusian dynamic of overpopulation rooted in declining agricultural productivity. Nevertheless, it was fatally bound up with the surrounding European economy that remained unshakably Malthusian and could not but stagnate profoundly when the growth of population outran resources and ultimately fell back (…). The Dutch economy was not simply a 'feudal business economy' (…), but it could not achieve self-sustaining growth because its fate was inextricably bound up with a European economy – and especially a European agriculture – that was almost entirely pre-capitalist (2001, p. 232).

Assim, ainda que o desenvolvimento inicial da região tenha permitido ao modo de produção capitalista holandês usufruir de um maior crescimento econômico *per capita*, estimulando o desenvolvimento do mercado interno, sua dependência do mercado externo teria impedido a continuidade do avanço na região a partir do início da estagnação da economia europeia que culmina na crise geral do século XVII.

> With the onset of trans-European stagnation and the associated decay and decline of international demand, it was simply no longer possible for the Dutch economy to maintain the extraordinarily high levels of specialization possible only through exploiting a 'world market'. Because it was therefore no longer possible to maintain former levels of investment and productivity, the domestic market stagnated, as declining demand abroad was inexorably transmitted homeward (2001, p. 232).

Brenner termina seu artigo comparando os modos de produção inglês e holandês, cuja diferença essencial encontra-se nos pesos diferenciados do papel dos mercados interno e externo para o desenvolvimento da região. Assim, se de um lado a possibilidade de recorrer a um mercado externo substancialmente maior que a economia interna permite ao capitalismo holandês desenvolver-se inicialmente de forma muito mais intensa que o capitalismo inglês.

Mas, dado o caráter pré-capitalista do comércio internacional da região, o declínio da demanda provocado pela crise de produtividade malthusiana faz com que o capitalismo holandês seja atingido severamente, enquanto a independência do modo de produção inglês permite que a região siga pouco afetada em sua trajetória de desenvolvimento.

> A very brief and schematic comparison with the English economic trajectory over the same period can clarify the point. From the later Middle Ages, the transformation of agrarian social-property relations had generated long-term agricultural transformation and the growth of agricultural productivity in England, just as it had in the maritime northern Netherlands. However, because it was far less able to orient itself to the European economy than was the Dutch, and was therefore obliged to depend upon the home market, the English economy could not grow remotely as rapidly as the Dutch. On the other hand, precisely because it did base its long-term development fundamentally on the home market, the slow but steady growth of agricultural productivity could provide the basis for the growth of discretionary expenditure and thus the long-term growth of demand for manufactures and services. It could do so, moreover, right through the trans-European 'general crisis of the seventeenth century' (…) (2001, p. 232).

Assim, mesmo diante das dificuldades impostas durante a crise do século XVII, o mercado interno inglês teria continuado a se expandir, bem como os salários reais a crescer, levando a um processo de *catching up* que permitiria ao capitalismo inglês ultrapassar a economia holandêsa na segunda metade no século XVIII, bem como dominar seus mercados, "com base no desenvolvimento auto-sustentável enraizado no crescimento da demanda doméstica por bens industriais, levando ao crescimento cada vez maior da industrialização marcado pelo movimento de uma proporção cada vez maior de sua força de trabalho para fora da agricultura" (2001, p.233). Em sua discussão dos modos de produção holandeses, Brenner é obrigado a se referir a diversos fatores externos ligados ao desenvolvimento do capitalismo em algumas províncias. Aqui, contudo, o autor busca mostrar justamente como a ausência de independência do capitalismo holandês acaba por fazê-lo perder fôlego diante do modo de produção inglês. Isto ocorre, segundo Brenner, justamente em razão de sua dependência do comércio internacional de caráter feudal, devastado a partir da Crise Geral do século XVII. Assim, mesmo quando parece reconhecer a maior importância de fatores externos, Brenner continua a associar o sucesso capitalista à instauração de um desenvolvimento dinamizado internamente. Mais uma vez, portanto, a tendência simultânea ao cornucopianismo e ao nacionalismo metodológico parecem sugerir a compatibilidade destas duas estratégias discursivas.

Ao longo de seu debate da transição, Brenner associa o modo de produção feudal ao malthusianismo e o capitalista ao smithianismo. Em sua análise clássica do desenvolvimento

capitalista, contudo, Brenner não se dedica à análise das formas de crise características do padrão de desenvolvimento moderno. Neste contexto, o autor limita a mencionar que as crises feudais são crises de escassez, enquanto as crises capitalistas são crises de escassez em meio à abundância. Em sua discussão do capitalismo contemporâneo, contudo, Brenner se dedica mais detidamente à questão, que será apresentada a seguir.

2.8 A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Em sua discussão sobre a crise contemporânea, Brenner reafirma inúmeras vezes sua fé no potencial do modo de produção capitalista para promover o desenvolvimento econômico. O primeiro capítulo de *A economia da turbulência global*, por exemplo, inicia-se com a seguinte proposição,

> To begin at a very general leval, the capitalist mode of production distinguishes itself from all previous forms by its tendency to relentless and systematic development of the productive forces (…). The combination of individual price-cost maximizing and systemic natural selection through competition could have been expected to make for an extremely productive system, and, over the long histocrical run, it surely has. (2006, p. 13).

Esta passagem permite perceber a continuidade entre a abordagem de Brenner sobre a transição, de um lado, e sua discussão sobre a crise do capitalismo contemporâneo, por outro. Logo em seguida, Brenner chama atenção para o fato que, além de incentivar o desenvolvimento econômico, a instauração do capitalismo também possui a vantagem de permitir a superação das crises de produtividade de caráter malthusiano que marcam o padrão de desenvolvimento dos modos de produção pré-capitalistas. Assim,

> The inherent dynamism of the capitalist economy over the long run, its tendency to improve the productive forces, would seem to rule out that well-known form of crisis, which was built into virtually all pre-capitalist agricultural economies – the Malthusian/Ricardian type of crisis, brought about by the secular tendency to the declining growth of labour productivity, especially in agriculture, under the pressure of population growth (2006, p. 13).

Também neste caso é possível notar a continuidade entre a abordagem de Brenner sobre a transição e sobre a crise do capitalismo contemporâneo, onde a tendência à estagnação

das forças produtivas do modo de produção feudal é comparada à propensão do capitalismo para promover o desenvolvimento econômico. Mas a defesa do potencial produtivo do capitalismo e de seu caráter progressista em relação aos modos de produção pré-capitalistas vai além. Na verdade, o principal alvo de Brenner em sua abordagem da crise do capitalismo contemporâneo são os autores malthusianos ou neo-malthusianos, que procuram explicar o longo declínio do último quarto do século XX como resultado de uma crise do potencial para o crescimento da produtividade sob o capitalismo. Aqui, Brenner incorpora a posição smithiana ou neo-smithiana que ele tanto critica no contexto da transição ao capitalismo. À primeira vista, pode parecer que esta posição seja contraditória. Mas este não é o caso. Na verdade, como pode ser notado em *Property and Progress: where Adam Smith went wrong* (2007), o problema do smithianismo ou neo-smithianismo não se encontra tanto em sua tentativa de explicar o *funcionamento* do capitalismo, mas sim sua *origem*.

> In any attempt to understand economic development, Adam Smith must remain the indispensable point of departure-the place to start, if not to conclude. This is because Smith both captured the essence of modern economic growth and discovered what might be called the key mechanisms responsible for its taking place (…). For Smith, then, the *differentia specifica* of modern economic growth or economic development .is not constituted by any once-and-for-all technological breakthrough (…) [w]hat distinguishes modern economic growth, as Adam Smith observes, is something much more general and abstract: it is the presence in the economy of a systematic, continuous, and quasi-universal drive on the part of individual direct producers to cut costs via specialization, capital accumulation, and the transformation of production in the direction of greater efficiency. (2007, p. 55).

Analogamente, o malthusianismo é útil para explicar o subdesenvolvimento econômico que caracteriza o *funcionamento* dos modos de produção pré-capitalistas, mas não pode dar conta quer da *origem* do desenvolvimento econômico capitalista, quer de seu *funcionamento*.

No contexto da transição, o malthusianismo é incapaz de explicar a forma de crescimento do capitalismo, cuja expansão baseia-se não em formas extensivas de produção, como a incorporação feudal de novas terras, mas sim em formas intensivas, por meio da acumulação de capital, da inovação e do aumento da produtividade do trabalho. No contexto contemporâneo, o malthusianismo é incapaz de dar conta da explicação do período de *longo declínio* do capitalismo global iniciado no último quarto do século XX, pois atribui o problema a uma crise de produtividade do capitalismo, combinada com um aumento do poder dos trabalhadores que, juntos, provocam um achatamento dos lucros (*profit squeeze*). Em resumo, o malthusianismo é incapaz de dar conta do padrão de desenvolvimento característico do modo

de produção capitalista, tanto no que diz respeito a suas formas de crescimento, quanto a suas formas de crise.

A crítica ao malthusianismo presente nas explicações da crise não implica a defesa de que o capitalismo esteja livre de toda e qualquer forma de crise. Pelo contrário, os períodos de declínio econômico são, segundo Brenner, um traço tão característico do funcionamento do modo de produção capitalista quanto sua tendência ao desenvolvimento econômico propriamente dito. Em outras palavras, o crescimento econômico sustentado que caracteriza o capitalismo é periodicamente interrompido ou desacelerado por crises econômicas. Em *The economics of global turbulence*, no capítulo entitulado *an alternative approach to the long downturn*, Brenner comenta

> I start from the premise that, under capitalist social-property relations, the generalization of the individual norm of profitability maximization combined with the pressure of competition on a system-wide scale tends to bring about the growth of the productive forces and overall productivity, with the result that, on the assumption that the real wage remains constant, both the rate and the mass of profit rise, assuming there are no problems of realization. But, given capitalism's unplanned, competitive nature, realization problems cannot be assumed away. The same cost-cutting by firms which creates the potential for aggregate profitability to rise creates the potential for aggregate profitability to fall, leading to macroeconomic difficulties (2006, p. 27).

Há pelo menos duas observações a serem feitas a respeito desta passagem, uma em relação à unidade de análise, a outra em relação às crises capitalistas. Em primeiro lugar, cabe notar que, tal como em sua abordagem sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento no debate da transição, Brenner associa as relações sociais de propriedade, que determinam os limites dos modos de produção, à dimensão nacional. Daí que o autor associe a forma de crise ligada ao padrão de desenvolvimento capitalista a "dificuldades macroeconômicas". Em segundo lugar, tal como havíamos afirmado, a rejeição da possibilidade de ocorrências de crises de tipo malthusiano sob o capitalismo, e do malthusianismo associado a este tipo de explicação não implicam que Brenner ignore a existência de formas de crise características do modo de produção capitalista.

Da mesma forma que a rejeição das crises malthusianas e do malthusianismo não implicam a defesa da inexistência de crises, a adesão à teoria do desenvolvimento econômico smithiana não significa que Brenner adote o smithianismo sem reservas. Assim, de acordo com o autor,

> If we are to understand not only the historical regularity of secular capitalist development, but also the historical regularity of secular capitalist downturn, we

> therefore need a theory of a malign invisible hand to go along with Adam Smith's benign one – a theory which encompass a self-generating series of steps resulting from individual (and collective profit maximizing which leads not towards adjustment, but rather away from it) (2006, p. 25-26).

Ao evocar o smithianismo e sua necessidade de complementação para dar conta das formas de crise do capitalismo, Brenner mais uma vez deixa clara a tendência de continuidade de seu trabalho em relação à sua abordagem do problema da transição. Com base em sua crítica às explicações malthusianas da crise, e na complementação da teoria do desenvolvimento econômico smithiano, Brenner desenvolve sua própria tese sobre as crises capitalistas. Assim, se em sua discussão sobre a transição do feudalismo Brenner deixa de apontar as formas de crise características do capitalismo (vide tabela 2), em sua discussão sobre o período contemporâneo pode-se dizer que este torna-se seu principal objetivo.

Em *O boom e a bolha*, quanto em *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005* (2006), Brenner defende a tese de que o sistema capitalista global passa por uma crise estrutural representada por um período de *longo declínio* econômico. Tal crise, iniciada entre o fim dos anos 1960 e início dos 1970, se expressa, de um lado, sob a forma de uma *queda da taxa de lucro* das economias avançadas em geral, principalmente no setor industrial. De outro, assume a forma de uma situação crônica de sobreprodução e sobrecapacidade a nível do sistema capitalista global. A causa do problema, por sua vez, deve ser procurada não numa crise de produtividade do sistema capitalista, ou num achatamento dos lucros (*profit squeeze*) derivado do crescimento relativo do poder dos trabalhadores, mas sim no *desenvolvimento desigual* resultante da intensificação da competição capitalista entre blocos de capital nacionais.

Brenner analisa basicamente três blocos de capital, dados pelas economias nacionais dos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Aqui os blocos de capital nacionais assumem um papel análogo ao dos modos de produção no contexto do debate da transição. Como vimos ao discutir o modelo de Brenner sobre a transição, os modos de produção são estruturados a partir de suas relações de produção ou relações sociais de propriedade (RSP) específicas. Com base nela, os agentes econômicos individuais pertencentes às classes ou comunidades políticas em conflito adotam regras de reprodução (RR) adequadas. O resultado agregado das escolhas realizadas pelos agentes, por sua vez, dá origem a um padrão de desenvolvimento (PD) específico. Assim, como cada modo de produção dá origem a um padrão de desenvolvimento nacional característico, logo o *desenvolvimento desigual* a que Brenner se refere ao discutir a crise do capitalismo contemporâneo pode ser visto como o resultado agregado da interação

entre os diversos padrões de desenvolvimento nacionais, que o autor apresenta de forma mais detalhada em sua abordagem da transição. Neste sentido, a análise do desenvolvimento desigual levada a cabo em *O boom e a bolha* e *The economics of global turbulence* é feita com base na investigação do resultado agregado da competição entre os modos de produção capitalistas americano, alemão e japonês por parcelas cada vez maiores do mercado mundial. Por fim, à medida que avança o período de longo declínio, o problema é agravado em razão da entrada de um número cada vez maior de novos blocos de capital ou modos de produção capitalistas no jogo competitivo, em especial vindos leste asiático.

A seguir, apresentaremos brevemente os elementos que compõem a teoria da tendência à queda da taxa de lucro elaborada por Brenner, bem como sua discussão teórica sobre o desenvolvimento desigual. Em seguida, apresentaremos brevemente um resumo do quadro histórico do longo declínio apresentado por ele. Esta discussão servirá de base para que possamos compreender melhor sua crítica ao malthusianismo. Com base em sua crítica, será possível avaliar melhor a relação entre a confiança no progresso que faz parte da abordagem de Brenner, e sua escolha da unidade de análise.

2.8.1 A TEORIA DA CRISE DE BRENNER

Em consonância com sua adesão ao "smithianismo do desenvolvimento econômico", Brenner parte do princípio de que não existem limites intrínsecos ao potencial de crescimento da produtividade sob o capitalismo. Assim, desde que prevaleçam relações sociais de propriedade capitalistas, e de que haja condições para a continuidade do processo de acumulação de capital, o modo de produção capitalista tem garantidos os pré-requisitos de seu processo de reprodução ampliada. Combinada à inovação, a acumulação de capital possibilita a redução dos custos das firmas e dos preços das mercadorias, bem como o aumento da produtividade do trabalho, promovendo uma expansão do volume de produção e permitindo que haja um aumento simultâneo tanto da taxa de lucros quanto dos salários reais em termos absolutos. Para que este cenário se realize, contudo, é preciso que a introdução de inovações no ambiente competitivo não seja afetada por problemas de acomodação às mudanças introduzidas no mercado. Nas palavras do autor,

> In a world where firms can predict what their competitors will do and perfectly adjust, cost-cutting technical change poses no problem. Cost-cutting firms will add output so as exactly to fill the space of demand left unoccupied by the decreased output resulting from the using up of means of production by higher-cost producers. The outcome, initially, is a higher rate of profit in the line because the cost-cutter needs fewer inputs to produce, so enjoys a higher rate of profit on, its output than was hitherto garnered on the exactly equivalent output by the firm reducing its output. The output of the cost-cutting firm has thus been produced at a lower cost than the same output had been hitherto produced by the other (higher cost) firms in the line; since aggregate output and by assumption aggregate demand remain the same and aggregate cost has been reduced, the average rate of profit in the line rises. From this point, the higher-cost firms will either emulate the costcutter or will cede space to it by reducing their means of production in the line precisely to the extent that the cost-cutter increases its capacity. The price for the line's output will thus fall to reflect the reduced cost required to produce it and purchasers outside the line will share the gain, as capitalists pay less than before for inputs and/or workers are able to purchase more goods than previously with their money wage. The outcome, so long as workers do not secure all of the gains f rom the reduced price .in the form of increased real wages, will be an increase in the rate of profit for the economy as a whole (2006, p. 27).

Ao defender a possibilidade de que haja tanto aumento dos salários reais quanto da lucratividade, Brenner procura desde logo afastar a conclusão de que o problema da queda da taxa de lucro seja sempre resultado da luta de classes vertical entre capital e trabalho. Além disso, ao defender a ideia de que a acumulação de capital se reflete de forma praticamente automática em aumentos da produtividade, Brenner visa rebater a tese de que a crise de lucratividade seja resultado de uma crise de produtivididade. Resta ainda, contudo, investigar como as crises de lucratividade podem de fato surgir a partir da ocorrência de mudanças intrínsecas ao ambiente econômico, em particular por meio da introdução de inovações. A resposta de Brenner a este problema está ligada a dois fatores. De um lado, o autor se refere à intensificação da competição horizontal intercapitalista. De outro, aos problemas de ajustamento decorrentes da vulnerabilidade do capital fixo. Vejamos a seguir os elementos centrais da teoria de Brenner sobre a tendência à queda da taxa de lucro.

Ao apresentar sua tese, Brenner investiga inicialmente como a introdução de uma inovação redutora de custos por uma determinada firma afeta a lucratividade da indústria de que ela faz parte. A partir de suas conclusões, o autor procura mostrar como a queda da lucratividade numa determinada linha de produção tende a levar à queda da taxa de lucro da economia como um todo, isto é, do bloco de capital ou modo de produção tomado isoladamente. Por fim, com base na mesma linha de raciocínio, Brenner generaliza suas conclusões para o ambiente da competição internacional entre blocos de capital.

Em diversos momentos de sua obra, Brenner compara a competição econômica capitalista a um processo de seleção natural. Assim, por exemplo, já em *The social basis of*

economic development, publicado em 1986 ainda no contexto do debate da transição, o autor comenta,

> In sum, it is only where capitalist property relations prevail, that all the economic actors have no choice but to adopt as their rule for reproduction the putting on the market of their product (whatever it is) at the competitive, i.e. lowest, price. It is only in such an economy that all economic actors are perpetualiy motivated to cut costs. It is only in such an economy that there exists a mechanism of natural selection (i.e. competition on the market) to eliminate those producers who are not effectively cutting costs. It is for these reasons that only under capitalist property relations can we expect a pattem of modern economic growth (1986, p. 34).

De forma análoga, em *The economics of global turbulence* (2006), mas já agora no contexto de sua abordagem sobre o capitalismo contemporâneo, Brenner reitera,

> Under these conditions, the only path to survival and security involves risk-taking by investing in new, more technically advanced means of production and combining these with the lowest possible wage. In this way, the lowest possible cost and price is achieved, thus maximizing either one's rate of profit or one's share of the market, and the goal is to maintain the resulting advantage for the longest period possible (2006, p. 28).

Tomando como ponto de partida tal contexto de competição econômica generalizada, as firmas capitalistas introduzem inovações com a intenção de aumentar a margem entre custos e preços, isto é, de obter maiores lucros, o que permite a elas potencializar a acumulação de capital de forma a superar seus concorrentes. Mas, ao mesmo tempo em que permite que as firmas mais eficientes se sobressaiam, a introdução de inovações impõe dilemas às demais concorrentes da indústria.

No caso de uma inovação redutora de custos, por exemplo, a firma mais eficiente torna-se capaz de reduzir seus preços e aumentar sua fatia de mercado ao mesmo tempo em que mantém a taxa de lucro já estabelecida da indústria. Já no caso das firmas menos eficientes, algumas são obrigadas a abandonar a produção. Outras, contudo, são levadas a continuar produzindo sob as novas condições, sobretudo caso a alternativa de realocação de recursos para outras indústrias seja ainda menos vantajosa. Assim, por exemplo, caso as firmas possuam grande volume de capital fixo investido no setor, especialmente se ele já tiver sido amortizado ou constitua um custo irrecuperável, pode ser mais racional que uma firma menos eficiente permaneça no setor ao invés de abandoná-lo. Isto ocorrerá sobretudo se for possível a ela obter ao menos a taxa de lucro estabelecida sobre o capital circulante, desconsiderando o capital fixo

já pago[37]. Voltaremos à discussão sobre a vulnerabilidade do capital fixo adiante. Agora, porém, precisamos entender como a introdução de inovações leva à queda da lucratividade numa indústria específica.

Já vimos que a firma inovadora é capaz de continuar a receber a taxa de lucro estabelecida em razão da redução de custos da qual se beneficia. Por outro lado, em razão da redução dos preços de mercado realizada pela firma inovadora, a taxa de lucro das firmas menos eficientes torna-se reduzida. O resultado agregado desta situação é a redução da taxa de lucro da indústria afetada pela mudança, em razão da manutenção da taxa de lucro estabelecida por parte da firma inovadora combinada à redução da taxa de lucro auferida pelas firmas menos eficientes.

A redução da lucratividade numa linha de produção tem como contrapartida uma situação de sobreprodução e sobrecapacidade. Neste contexto, a sobreprodução e sobrecapacidade referem-se justamente à falha de ajustamento que decorre da permanência de empresas pouco eficientes na indústria mesmo após a introdução de inovações. Brenner deixa clara a ligação entre lucratividade reduzida, sobreprodução e sobrecapacidade ao afirmar que "there is over-capacity and over-production, *with respect to the hitherto existing profit rate*" (2006, p. 28, [grifo no original]). Depois de mostrar como a competição intercapitalista numa linha de produção pode dar origem a um problema de redução da lucratividade, é preciso entender como a redução da taxa de lucro numa determinada indústria afeta a economia como um todo, isto é, o modo de produção em sua totalidade.

A redução da lucratividade numa indústria específica é acompanhada da redução dos preços dos produtos nela fabricados possibilitada pela introdução da inovação. A redução de preços de um determinado equivale a um aumento da renda real das unidades produtivas que o adquirem. O aumento da renda pode, a princípio, beneficiar seja os capitalistas proprietários das firmas das demais indústrias, seja os trabalhadores da economia, seja a ambos. Neste caso, se o benefício da redução de preços for completamente apropriado pelas demais firmas capitalistas, e não pelos trabalhadores, logo a redução da lucratividade numa determinada indústria será completamente compensada pelo aumento da lucratividade das demais linhas de produção. Mas este cenário é, segundo Brenner, bastante improvável. O mais comum é que tanto capitalistas quanto trabalhadores recebam parte do benefício resultante da redução de

[37] Those firms that can still make the average rate of profit on their circulating capital will find that it makes sense to remain in the line, but will nonetheless endure reduced profitability on their total capital since their costs remain the same, but the price at which they must sell is now reduced (2006, p. 30).

preços. E, neste caso, a redução da lucratividade numa determinada indústria resulta na redução da lucratividade da economia como um todo. De acordo com Brenner,

> In any case, if labour is able to get *any* of the gains from the decrease in prices, then the aforementioned processes – by which a decline in profitability in a given line results from the failure of higher-cost, lower-profit producers in possession of fixed capital who suffer reduced profitability to leave the line – will indeed result in a fall in profitability for the economy as a whole (2006, p. 31, [grifo no original]).

Assim, por exemplo, caso a distribuição dos benefícios da redução de preços entre capitalistas e trabalhadores siga o padrão estabelecido de distribuição de renda entre lucros e salários, a redução da lucratividade numa indústria tem como resultado a redução da lucratividade na economia como um todo, que neste caso corresponde a um bloco de capital ou modo de produção nacional. Resta ainda mostrar como a redução da lucratividade num determinado bloco de capital afeta a taxa de lucro agregada do sistema capitalista mundial. E este é justamente o objetivo de Brenner ao propor a tese do *desenvolvimento desigual*. Antes disso, contudo, é preciso entender como se formam os blocos de capital que compõem a economia ou modo de produção. Brenner discute isto ao abordar o problema da vulnerabilidade do capital fixo.

Mesmo no caso em que a redução da lucratividade ocorresse de forma momentânea, talvez fosse de se esperar que houvesse uma tendência ao reestabelecimento do equilíbrio na economia. Isto poderia ocorrer seja através da emulação da inovação por parte das firmas menos eficientes, seja por meio da monopolização do mercado pela firma mais eficiente, o que no longo prazo resultaria numa redução geral dos custos de produção da indústria afetada e num aumento da produtividade, restaurando a lucratividade. Novamente, em consonância com sua adesão ao smithianismo do desenvolvimento econômico, Brenner assume que, neste novo patamar, a generalização da inovação e os benefícios do aumento da produtividade permitiriam que houvesse não só a restauração da lucratividade, mas sua expansão, que poderia ainda ser acompanhada por uma simultânea elevação dos salários reais. Neste ponto, de forma análoga às menções feitas a Smith, Brenner evoca Schumpeter:

> Ultimately, this [situation] should lead to na increase inn the rate of profit for the economy as a whole (including the line initially subject to reduced profitability), just as in the case of perfect foresight/perfect adjustment, assuming that workers cannot garner all of the gains that accrue to the economy as a whole from the now lowered price of the line's products. Joseph Schumpeter, 'the Marx of the bourgeoisie', saw this process as the genius of capitalism. What he termed 'creative destruction' – the beating of less productive by more productive means of production – is, after all, what makes capitalism ever more productive (2006, p. 28).

Todavia, assim como Brenner afirma ser necessário complementar a teoria da mão benigna de Smith com uma "teoria da mão maligna", a teoria de Schumpeter precisaria ser corrigida. Neste sentido, Brenner afirma que "Schumpeter, pode, contudo, ter subestimado o lado potencialmente destrutivo de sua destruição criativa" (2006, p. 29). E a razão para isto, segundo Brenner, encontra-se na vulnerabilidade decorrente do capital fixo. Ao lado do fator representado pela competição intercapitalista, ele é um dos elementos-chave para compreender a teoria da crise de lucratividade de Brenner. Segundo ele, "*If they possess fixed capital*, firms (...) *cannot* be assumed to respond by more or less immediately leaving the line" (2006, p. 29, [grifos no original]).

Numa situação como esta "*all* of the incumbentes would find it rational to match the price so as to maintain at least the average rate of profit on their circulating capital" (2006, p. 29). Nesta situação, as firmas entrantes garantem a antiga taxa de lucro sobre o capital total, enquanto as novas experimentam lucratividade reduzida. O resultado é uma lucratividade reduzida na linha, que, no entanto, encontra-se em equilíbrio. Isto ocorre pois "all of its incumbentes are presumably making the best profit rate they can" (2006, p. 31).

Depois de esclarecer a questão da possibilidade da ocorrência de crises que levam à queda da lucratividade, bem como à sobreprodução e sobrecapacidade, Brenner busca investigar quais são os fatores que permitem que esta situação persista "em uma escala grande o suficiente e num período longo o suficiente para prejudicar seriamente a economia" (2006, p. 32). Aqui, Brenner menciona primordialmente a vulnerabilidade dos blocos de capital fixo, de um lado, e a dinâmica da concorrência entre distintos blocos de capital. Com base neles, o autor busca fazer a ponte entre o agravamento da situação de queda da lucratividade e o longo declínio no plano do capitalismo global.

Brenner começa por notar que, historicamente, os empreendimentos capitalistas têm apresentado uma tendência a exigir quantidades cada vez maior de capital fixo. Um dos motivos apontados pelo autor para este fenômeno refere-se à busca pelo aproveitamento de ganhos de escala. As exigências crescentes de P&D que acompanham a realização de grandes investimentos pode ser citada como um dos exemplos deste processo. Em razão do volume de recursos investidos, é compreensível que as firmas com grandes investimentos em capital fixo busquem defende-lo contra a ameaça representada pela entrada de novos competidores no mercado. Por isto, a introdução de inovações por novas firmas não leva automaticamente ao ajuste ou à realocação de capital por parte das firmas já estabelecidas. A tentativa de defender os investimentos em capital fixo torna-se tanto mais importante quanto maior a proporção dele composta por custos irrecuperáveis ou intransferíveis.

Além de terem crescido historicamente, outra característica importante relacionada ao capital fixo está ligada ao fato de que "o investimento tende a ocorrer em ondas e a ser incorporado por blocos de desenvolvimento grandes e tecnicamente inter-relacionados" (2006, p. 32). Aqui está a origem da discussão de Brenner sobre os blocos de capital, que estão na base de sua discussão sobre a redução da taxa de lucro da economia global. Como exemplo de blocos de capital, Brenner menciona

> Think of the interrelated rise of railroads and shipbuilding, coal mining, iron and steel production, and machinetool production in the British economy of the middle third of the nineteenth century, or the interrelated expansion of automobile, steel, iron, coal, and petroleum production, along with highway construction, in the US economy in the years following World War II (2006, p. 32).

Nesta passagem já é possível intuir a ligação entre o caráter dos blocos de capital e a estrutura da economia como um todo, ou do modo de produção como um todo. Voltaremos a este ponto adiante. Antes disso, contudo, é importante deixar claro como a existência dos blocos de capital está associada à vulnerabilidade do capital fixo.

A vulnerabilidade do capital fixo está ligada à inércia gerada pelo caráter inter-relacionado dos blocos de capital, tanto ao nível das unidades produtivas individuais, quanto da economia como um todo, isto é, ao nível dos modos de produção. Em relação às firmas individuais, Brenner atribui a inércia da produção ao fato de que a introdução de inovações isoladas num dos setores internos de produção da firma pode fazer com que se exija a alteração de todo o restante dos equipamentos da planta de forma a operacionalizar a mudança. Isto, contudo, faria com que diversos elementos perfeitamente eficientes fossem descartados apenas em razão de sua interdependência em relação ao setor inicialmente afetado, elevando substancialmente os custos da mudança. Sendo assim, em diversos casos pode ser irracional para firmas já estabelecidas introduzir mudanças técnicas, ao mesmo tempo em que novas firmas podem adotá-las sem maiores problemas. Em resumo, dado o caráter interdependente dos diversos setores internos de uma firma, cria-se uma tendência à inércia da técnica de produção, levando à mera reposição de seus elementos depreciados e à conservação do capital fixo, ao invés da introdução de inovações.

O mesmo problema ligado à interdependência ocorre no caso da "economia como um todo", onde é preciso levar em conta ainda o problema da falta de coordenação entre unidades produtivas distintas, que decorre do caráter privado das decisões de investimento. Em resumo, enquanto a concorrência dos produtores independentes tende a estimular a inovação da produção, a criação de uma interrelação entre eles tende a promover a inércia da produção.

Como exemplo, Brenner cita a dificuldade de adaptação dos trilhos das ferrovias Britânicas no decorrer do século XIX, cuja substituição permitiria a introdução de locomotivas mais potentes, em razão do sistema de trilhos já estabelecido, bem como da necessidade de transformar simultaneamente os túneis, portos, fábricas de ferro e de aço ligadas às ferrovias para acomodar a introdução desta inovação. Até aqui, a interdependência é considerada do ponto de vista dos blocos de capital isolados, isto é, da "economia como um todo". Mas é justamente a partir desta discussão dos blocos de capital ligada à vulnerabilidade ou inércia do capital fixo, que Brenner direciona a discussão para a competição entre blocos de capital distintos. E é a competição entre blocos de capital distintos o que está por trás do conceito de *desenvolvimento desigual* adotado pelo autor, em que a intensificação da competição intercapitalista dá origem ao problema da queda da lucratividade ao nível da economia global.

Brenner exemplifica a dinâmica de competição intercapitalista com base na interação entre dois blocos de capital distintos definidos por oposição, um pioneiro e outro tardio. O bloco de capital pioneiro é aquele que sofre as consequências negativas da liderança, particularmente na forma de vulnerabilidade do capital fixo. O bloco de capital tardio, por sua vez, é inicialmente repelido do mercado dominado pelo bloco pioneiro em razão das barreiras à entrada contra novos competidores. Por outro lado, o bloco tardio possui a vantagem de não ser inicialmente afetado por uma grande vulnerabilidade do capital fixo, o que proporciona a ele o incentivo para a introdução de inovações.

Em razão das barreiras impostas pelos blocos pioneiros à entrada na indústria, os blocos tardios tendem inicialmente a buscar investimentos em regiões distintas daquelas dominadas pelo bloco pioneiro. Conforme Brenner, "investidores frequentemente podem obter os melhores lucros caso possam desenvolver novas regiões geográficas" (2006, p. 34).

O investimento em novas regiões apresenta diversas vantagens. Em primeiro lugar, torna possível evitar um confronto prematuro e potencialmente desastroso com o bloco pioneiro, que desfruta ainda de bastante poder econômico. Em segundo lugar, o afastamento proporciona uma espécie de escudo contra a competição, permitindo que os blocos tardios aperfeiçoem sua produção e sua competitividade de maneira relativamente isolada. Por fim, o investimento em novas regiões geográficas permite que os blocos tardios se beneficiem da possbilidade de contratação de insumos e trabalho relativamente baratos, bem como de um ambiente favorável aos negócios proporcionado pelos governos da região, justamente com o objetivo de atrair recursos. Combinados à possibilidade de adotar técnicas pelo menos tão avançadas quanto as do bloco pioneiro através da emulação, estes fatores proporcionam ao bloco tardio um ponto de partida imensamente vantajoso. Em resumo, enquanto no bloco de

capital pioneiro tende a predominar um *padrão de desenvolvimento* onde prevalece a inércia na produção, dada a consolidação do caráter interrelacionado de seus componentes, no bloco de capital tardio tende a predominar um *padrão de desenvolvimento* marcado pela inovação.

À medida em que representa a realização de uma onda de inovações, o bloco tardio aumenta sua produtividade e capacidade de produção, ao mesmo tempo em que reduz seus custos. Quando encontra-se suficientemente fortalecido, o bloco de capital tardio passa a buscar conquistar os mercados tradicionalmente dominados pelo bloco pioneiro, que agora encontra-se em posição desfavorável. Aqui, a vulnerabilidade do capital fixo do bloco pioneiro tende a se materializar, impedindo o ajustamento automático do mercado e levando à intensificação da competição entre bloco pioneiro e o bloco tardio. Assim, com base em seus padrões de desenvolvimento distintos, a competição entre os blocos de capital pioneiro e tardio dá origem a um padrão agregado de *desenvolvimento desigual*, ao nível do sistema capitalista global. E é justamente com base no desenvolvimento desigual que se instaura a situação de *tendência à queda da taxa de lucro*. Resta agora mostrar como a situação de redução da lucratividade que resulta da dinâmica do desenvolvimento desigual pode se extender no tempo, dando origem a uma situação de *longo declínio* econômico.

O longo declínio resulta do prolongamento da situação de falha de ajustamento diante da intensificação da competição entre blocos de capital. Brenner cita cinco fatores que podem contribuir para que a crise de lucratividade permaneça sem solução, quais sejam i) a defesa do capital intangível e intransferível por parte de blocos de capital pioneiros; ii) as dificuldades de realocação de investimentos em razão da queda da demanda agregada; iii) o prolongamento da sobrevivência das firmas em razão da expansão do crédito público e privado; iv) a entrada de um número cada vez maior de novos blocos de capital na arena do mercado internacional; v) o achatamento de lucros temporário e localmente limitado proporcionado pelo aumento dos salários e pela desaceleração da produtividade (*productivity-wage profit squeeze*). A seguir, apresentaremos brevemente cada um destes elementos.

Em primeiro lugar, por meio da aquisição de experiência numa determinada linha de produção, as firmas de um bloco de capital de altos custos (*higher-cost*) adquirem "informações de outra forma não obtíveis sobre mercados, relações favoráveis com fornecedores e compradores, e acima de tudo conhecimento técnico os quais juntos constituem talvez seus principais ativos" (2006, p. 35). Este capital fixo intangível, por sua vez, também tem caráter intransferível, o que significa que seria perdido no caso de realocação entre linhas de produção. Isto faz com que as firmas tenham ainda mais razão não só para resistir à intensificação da competição de novos blocos de capital de mais baixos custos, mas também

para “contra-atacar acelerando o processo de inovação através do investimento em capital fixo adicional” (2006, p. 35). Tal iniciativa, contudo, tende a provocar uma reação análoga por parte dos blocos de capital, agravando com o tempo a situação de sobreprodução e sobrecapacidade. Além disso, à medida em que a reação por parte dos blocos de capital pioneiros estimula novas contra-ofensivas por parte dos blocos tardios, inicia-se uma círculo vicioso e ainda maior de intensificação da competição.

Em segundo lugar, com a redução da lucratividade, tende a ocorrer uma queda do crescimento dos investimentos, do emprego e dos salários agregados, o que leva a uma desaceleração da demanda agregada. Neste contexto de declínio econômico, ocorre uma redução da expansão das linhas de produção e da criação de novas linhas, tornando mais difícil que as firmas dos blocos pioneiros de altos custos enfrentem a intensificação comepetitiva pela estratégia de realocação de capital entre linhas de produção[38]. Além da queda no crescimento da demanda, a intensificação da competição leva a um aumento da incerteza, o que faz com que torne-se mais difícil discernir as oportunidades para investimentos lucrativos[39].

Em terceiro lugar, o aumento da disponibilidade de crédito, mesmo para empresas de altos custos, faz com que o processo de ajustamento torne-se ainda mais lento, contribuindo para o prolongamento do declínio econômico. As firmas afetadas pela entrada de novos competidores podem recorrer a empréstimos tanto para realizar novos investimentos e melhorar sua competitividade, quanto para simplesmente resistir ao período de turbulência à espera da recuperação econômica. Mas, se de um lado permite aumentar a longevidade das firmas, por outro o crédito tende a agravar o problema da sobreprodução e sobrecapacidade, impedindo a eliminação das firmas menos eficientes e a restauração da lucratividade.

Em quarto lugar, a situação de declínio é prolongada em razão da contínua entrada de novos blocos de capital com custos ainda mais baixos na arena competitiva. Conforme Brenner,

> Just as the mere over-supply of a line of production cannot be counted on to force enough exit to restore its profitability, that same over-supply is insufficient to deter

[38] [f]irms find it more difficult to discern where sufficient profits can actually be made. To reallocate successfully, firms will thus face, to a greater extent than previously, the difficult prospect of creating demand by creating new supply, that is, by making new products that meet previously unrecognized needs. Yet, because investable surpluses have also been growing more slowly as a consequence of reduced profitability, they are likely to find the required stepped-up expenditures on research and development particularly difficult to accomplish and the risks thereby entailed especially daunting (2006, p. 36).

[39] É importante mencionar que os dois primeiros fatores parecem entrar em contradição parcial, dado que, no primeiro caso, a intensificação da competição leva à escalada do sobreinvestimento, ao passo que, no segundo caso, tende a levar à sua redução. Em ambos os casos, contudo, o resultado é o mesmo: o prolongamento da queda de lucratividade.

> further entry that could bring down its profit rate further. On the contrary. The initial fall in profitability that results from processes of uneven development bringing about over-capacity and over-production can be expected to intensify the worldwide drive for even lower production costs for the same products through the combination of even cheaper labour with even higher levels of technique in still later-developing regions. To the extent this drive succeeds-typically by means of the emulation by later developers of the production methods of the earlier developers-it only intensifies the initial problem (2006, p. 36).

Finalmente, em quinto lugar, Brenner reconhece a possibilidade de que o profit-squeeze de salários, numa situação de baixo dinamismo econômico, possa contribuir para atrasar a recuperação da lucratividade. Assim,

> Workers' action may certainly reduce profitability in given locales in the short run, but it cannot, generally speaking, make for an extended downturn because it cannot, as a rule, bring about a spatially generalized (system-wide) and temporally extended decline in profitability (2006, p. 24).

A possibilidade de ocorrência de um profit squeeze de salários está ligada ao efeito depressivo da queda de lucratividade sobre o crescimento dos investimentos, o que não só reduz a demanda agregada, mas também o crescimento da produtividade.

> Reduced growth of investment tends to reduce the growth of productivity of labour (output per labour input) because it generally means reducing the growth of plant and equipment per person. But, it also tends to reduce the growth of productivity taking into account both capital and labour inputs ('total factor productiviy'), because a placement of capital can be expected, in itself, to bring improvement – 'endogenously', in the jargon, by bringing about economies of scale, learning by doing, and the like … as well as because the reduced growth of output and demand that generally accompany slowed investment can be expected to increase risk, lower expectations, and put a dampener on product and process innovation. Longer term 'crises of productivity' are thus more likely to be understandable as a consequence than as a cause of secular problems of profitability (2006, p. 36).

Num contexto de desaceleração da produtividade causada pela queda dos investimentos resultante, por sua vez, da queda da lucratividade, o crescimento da taxa de salários pode contribuir para a falha na recuperação da taxa de lucro. Ainda assim, como vimos, situações como esta são normalmente localizadas e temporalmente limitadas. Abordaremos a questão do *profit squeeze* de salários mais detidamente na seção sobre a crítica de Brenner ao malthusianismo.

Recapitulando, os fatores mencionados por Brenner que levam a uma situação de *longo* declínio são a existência de capital fixo intangível, a queda da demanda e o aumento da incerteza econômica, a disponibilidade facilitada de crédito, a contínua entrada de novos blocos

de capital no mercado internacional e, por fim, o achatamento dos lucros via queda da produtividade combinada com crescimento de salários. Ao que nos parece, Brenner assume que tais fatores podem, a princípio, ocorrer de forma simultânea ou sequencial. Na verdade, é justamente a ocorrência alternada de combinações destes fatores o que parece estar por trás do caráter *histórico* e da duração tão prolongada do longo declínio. Em outras palavras, enquanto as teses sobre o desenvolvimento desigual e a tendência à queda da taxa de lucro conformam o modelo geral das formas de crise do modo de produção capitalista, os fatores aduzidos para explicar o longo declínio entram em cena para explicar não apenas seu caráter prolongado, mas as situações em que a trajetória histórica dos blocos de capital nacionais se afasta da teoria. O ponto principal da discussão, contudo, é apontar para o fato de que, longe de rejeitar o smithianismo em sua explicação da crise, Brenner parece recorrer a ele como um mecanismo de última instância, usado para criticar tanto as teorias do profit squeeze de salários, quanto o malthusianismo das explicações keynesiana e marxista da crise contemporânea. Curiosamente, as duas correntes teóricas às quais Brenner se volta são conhecidas justamente por sua ênfase do desenvolvimento inexorável das forças produtivas. Neste sentido, cabe relembrar, por exemplo, para o caráter intensamente cornucopiano da análise de Keynes sobre o potencial do capitalismo apresentado no início deste trabalho. Abordaremos as críticas de Brenner ao neo-malthusianismo em breve. A seguir, contudo, nos dedicaremos a alguns pontos relacionados à visão do autor sobre a modernização e a unidade de análise em seu debate contemporâneo.

2.8.1.1 MODERNIZAÇÃO E UNIDADE DE ANÁLISE

No contexto de sua crítica às explicações do lado da oferta, Brenner atribui parte do problema associado às teses do profit squeeze de salários e da crise de produtividade malthusiana à centralidade conferida por seus autores ao plano nacional, em detrimento do papel da economia capitalista global. De acordo com ele,

> Because the supply-side theorists explain the long downturn in terms of the operation of institutions and impact of policies, they are obliged to explain it in historically and nationally specific terms. They must therefore interpret the onset and subsequent outcomes of the squeezes on profitability that afflicted each of the advanced capitalist economies essentially on a case-by-case basis, in terms of the specific historical evolution of institutions and policies in those economies that ostensibly led to the enhancement of labour's economic and political leverage (2006, p. 24).

Em outra passagem, o autor reforça ainda mais a crítica[40],

> (…) the emphasis of the supply-side theorists on institutions, policy and power has led them to frame their analyses too heavily on a country-by-country basis, in terms of national states and national economies – to view the international economy as a sort of spill-over of national ones and to see systemic economic problems as stemming from an agglomeration of local ones. In contrast, I shall take the in ternational economy-the capital accumulation and profitability of the system as a whole-as a theoretical vantage point from which to analyze both its booms and its rises, and those of its national components. (2006, p. 26).

Ao apresentar o modelo de Brenner dos modos de produção no contexto do debate da transição, argumentamos que sua definição do conceito estava associada à definição de unidades de análise nacionais, cuja origem está ligada à consolidação dos estados feudais europeus. Já em suas discussões sobre o capitalismo contemporâneo, é o próprio Brenner quem se volta contra o que identifica como um nacionalismo metodológico presente nas explicações da crise do lado da oferta, incluindo abordagens keynesianas e marxistas. Como compreender estas divergências? Seria a abordagem de Brenner sobre a crise do capitalismo contemporâneo distinta das teses avançadas por ele ao longo do debate da transição?

A essência da crítica de Brenner à ênfase das explicações da crise do lado da oferta no plano nacional refere-se ao fato de que o longo declínio do capitalismo global teria um caráter universal, simultâneo e duradouro.

Em relação à universalidade do longo declínio, o autor comenta,

> It is a reality worth conjuring with that none of the advanced capitalist economies was able to escape the long downturn. Neithr the weakest economies with the strongest labour movements, like Great Britain, nor t h t rongest conomjes with the weakest labour movements, like Japan, remained imune. Is it plausible that what explains the downturn is that works everywhere accumulated sufficient power to squeeze profits?

[40] A crítica de Brenner ao suposto nacionalismo metodológico de seus adversários não é nova. Já no artigo *The Regulation Approach: theory and history*, de 1991, por exemplo, escrito em parceria com Glick, é possível encontrar a seguinte passagem "If one takes seriously the manner and degree to which, not only the broader framework of social-property relations, but also the nature of the world economy, shapes local processes of capital accumulation, the project of conceptualizing the history of capitalism as a progression of institutionally determined, nationally situated modes of development appears even more problematic. This is because the given international distribution of productive power will have a central role in determining what institutions are even viable within national economies at a given historical juncture, as well as what will be their effect on capital accumulation, since, unless they are shielded in some way, these institutions must directly respond to international competition" (1991, p. 111).

Já no que diz respeito à simultaneidade, o autor nota que, apesar de suas trajetórias nacionais distintas, a crise inicia-se em todas as economias nacionais praticamente ao mesmo tempo, durante o período entre 1965 e 1973.

> It is one thing to argue that economic and institutional developments among the advanced capitalist countries were rather similar in the postwar epoch – although if one considers the Japanese case, or compares the US with most European cases, even that may seem less than obvious. But it is quite another to contend that the paths of institutional development and policy formation, the experience of capital accumulation and technological change, and the evolution of capital-labour relations- and politics more generally could have been so similar in the major capitalist economies as to have brought about, at the same moment, virtually identical shifts in the labour market situation and the balance of class forces so as to determine essentially the same evolution of profitability in those economies. In view of the very high degree to which labour's power has been differentially determined by conditions within and circumscribed by national boundaries, it is difficult to understand how the exertion of power by labour could explain the internationally coordinated evolution of the long downturn (2006, p. 24).

Finalmente, Brenner argumenta que a duração do longo declínio contribui para minar o poder explicativo das explicações da crise do lado da oferta nacionalmente orientadas. Neste sentido,

> (…) if one takes into account both the alternatives available to employers (specifically their ability to reallocate investment away from points where profits have been squeezed) and labour's long-term interests (specifically its dependence u pon and concern for-in the absence of any alternative-the continuation of capital accumulation), it is almost impossible to believe that the assertion of workers' power has been both so effective and so unyielding as to have caused the downturn to ontinue throughout the advanced capitalist world for close to a quarter-century (2006, p. 25).

Percebe-se como a crítica de Brenner está intimamente relacionada à tentativa de defender a classe trabalhadora das acusações ligadas à tese do *profit squeeze* de salários. Sabemos que a outra ponta do mesmo argumento está ligada à ideia de que a acumulação de capital tem como resultado praticamente automático o desenvolvimento econômico ou aumento da produtividade, e daí sua crítica ao malthusianismo. Aqui, ao buscar refutar a tese do *profit squeeze*, Brenner parece conferir prioridade ao contexto internacional. Já quando se volta à crítica ao malthusianismo, bem como quando procura criticar as teses que associam o subdesenvolvimento da periferia ao desenvolvimento do centro, o autor parece tomar o plano nacional enquanto esfera privilegiada. Podemos encontrar mais pistas para esclarecer a posição de Brenner no início da discussão do autor sobre os blocos de capital em sua relação com o longo declínio.

A partir de sua teoria da crise, Brenner busca traçar o "padrão histórico de desenvolvimento desigual e competição internacional" que caracterizaria a evolução econômica do capitalismo global no pós-Segunda Guerra Mundial. A narrativa de Brenner concentra-se na dinâmica de interação entre três blocos de capital: o americano, o alemão e o japonês. Um dos primeiros pontos para os quais Brenner chama atenção é o de que os blocos de capital iniciam o período a partir de trajetórias basicamente independentes. Assim,

> Through the initial era of postwar development – the period of the boom proper, lasting until the mid 1960s – the older US and the newly emerging European and Japanese blocs experienced paths of growth that were not only highly uneven, but also, to a surprising degree, separate, especially in one crucial respect. Trade grew rapidly, but it began everywhere from very low levels (2006, p. 37).

Ao defender a existência de um baixo nível de comércio exterior dos blocos de capital, Brenner parece buscar defender a tese de sua independência praticamente absoluta, embora suavize seus argumentos a depender do contexto. Ao fazê-lo, o autor parece retomar sua abordagem dos modos de produção durante o debate da transição, os quais seriam dotados de padrões de desenvolvimento nacionais específicos. Sobre a indepedência relativa dos EUA, Brenner comenta,

> In particular, even as late as the early 1960s, the US economy remained to an extraordinary degree self-contained, as US domestic producers confined themselves largely to the home market and were able, for the most part, by virtue of their high levels of productivity, as well as the protection provided by distance, to defend that market against their overseas rivals – while providing rapidly increasing foreign direct investment in the rest of the world (2006, p. 37).

Aqui, o foco de Brenner é a ênfase no caráter extraordinariamente auto-contido da economia americana, o que é bastante condizente com sua abordagem dos modos de produção nacionais. Na mesma frase, contudo, ele menciona o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros americanos no resto do mundo. Mas os investimentos estrangeiros não seriam justamente um fator de interdependência, que atuam contra o caráter praticamente autárquico da economia americana? Brenner não deixa clara sua posição nesta passagem. Vimos, contudo, como a abordagem do autor sugere que a migração de capital esteja ligada à formação de novos blocos de capital, o que, portanto, poderia ser compreendido como algo que representa uma cisão em relação ao bloco de capital a partir do qual tais recursos se originam. Em outra passagem, Brenner menciona a independência dos blocos de capital da Alemanha e Japão,

> The reproduction of high rates of profit and economic prosperity was long made possible by a powerful symbiosis, underwritten by the US state, between an · arlier-developing bloc of capital in the US – characterized by technological leadership, more advanced socio-economic evolution, and the hegemonic position internationally of its state and capitalist class-and later-developing blocs of capital in Western Europe and Japan-marked by technological followership, retarded socio-economic evolution, and the hegemonized position of the associated states and capitalist classes – which developed at first largely in separation from the earlierdeveloping one. The later-developing blocs secured their dynamism in the last instance by means of a mercantilist orientation toward manufacturing exports made possible by their statism and organized capitalisms; the earlier-developing bloch achieved its vibrancy by means of a free market, globalizing orientation toward foreign direct investment and financial internationalization, made possible by the international predominance of its state, not to say its militarism cum imperialism. But the extension and deepening of this very syndrome ultimately proved selfundermining (2006, p. xxi).

Mais uma vez, ao mesmo tempo em que defende o desenvolvimento inicialmente isolado dos dois blocos de capital, Brenner atribui o longo *boom* à instauração de uma poderosa relação de simbiose entre os EUA, e os blocos tardios. É difícil, contudo, entender como é possível que uma relação seja simbiótica e independente ao mesmo tempo. É possível argumentar que o desenvolvimento autônomo a que Brenner se refere teria ocorrido antes do período estudado, mas isto apenas desloca o problema da explicação do significado da autonomia para o passado.

O que fazer de todas estas observações? Nos parece que Brenner faz questão de partir do pressuposto da independência da constituição dos blocos de capital. Isto permite que o autor possa utilizar o arcabouço dos modos de produção desenvolvido ao longo do debate da transição. Daí sua tentativa de estabelecer a independência dos blocos americano, alemão e japonês. Ao assegurar a ideia do desenvolvimento interno dos blocos de capital, Brenner consegue implicitamente assegurar também a tese que equaciona o modo de produção capitalista à promoção do desenvolvimento econômico, bem como a defesa do desenvolvimento como algo intrinsecamente positivo, ou seja, o cornucopianismo. Uma vez assegurada a defesa do desenvolvimento, contudo, o autor pode oscilar sua ênfase do contexto nacional para o contexto internacional, em especial caso tal alteração permita a ele argumentar em favor de outro objetivo importante. E é precisamente isto que parece ocorrer quando o autor tenta refutar a tese do *profit squeeze* de salários com base na concorrência internacional entre blocos nacionais capitalistas. Talvez seja melhor falar, portanto, de uma tendência a recorrer ao nacionalismo metodológico, o que equivale a uma certa indefinição na escolha da unidade de análise, ao invés de uma posição explícita e claramente formulada. A tendência ao nacionalismo metodológico, contudo, manifesta-se com força total justamente quando a questão do desenvolvimento capitalista é questionada, isto é, seu cornucopianismo.

Brenner utiliza tal procedimento para criticar a obra de autores como Frank, que defendem a tese da interdependência constitutiva entre os processos de subdesenvolvimento e desenvolvimento, bem como autores "anti-orientalistas" como Pomeranz, que defende desvaloriza a hipótese do excepcionalismo europeu ao defender a tese de que o desenvolvimento não tenha sido algo exclusivo de tal região. Por fim, a fé no desenvolvimento demonstrada por Brenner é também abalada por Wallerstein, em razão de sua abordagem das relações centro-periferia. A seguir, apresentaremos as críticas de Brenner ao marxismo neo-smithiano, ao anti-orientalismo e, por fim, ao neo-malthusianismo, procurando destacar como sua ênfase no desenvolvimento encontra-se associada à definição das unidades de análise nacionais.

2.9 A CRÍTICA DE BRENNER

Antes de abordar o significado das críticas de Brenner ao "marxismo neo-smithiano" e ao "anti-orientalismo", é preciso relembrar as posições teóricas distintas consideradas apropriadas por Brenner à abordagem de cada estágio histórico da humanidade. Assim, Brenner considera malthusianismo apropriado à explicação dos modos de produção pré-capitalistas, incluindo o feudalismo. O smithianismo, por sua vez, explica satisfatoriamente o funcionamento dos modos de produção capitalistas. Por fim, o marxismo permite sintetizar as contribuições do malthusianismo e do smithianismo, bem como explicar a transição para o capitalismo, que tanto os modelos demográficos quanto comerciais falham em explicar. O problema do malthusianismo é não conseguir dar conta do surgimento da tendência ao desenvolvimento das forças produtivas. Já o smithianismo, por sua vez, explica circularmente a transição ao pressupor o desenvolvimento das forças produtivas via expansão do comércio para explicar o surgimento do desenvolvimento das forças produtivas.

O marxismo defendido por Brenner se baseia no conceito dos modos de produção, estruturado a partir de relações sociais de propriedade, constituídas a partir da auto-organização e interação entre comunidades políticas ou classes distintas. Os modos de produção, portanto, constituem a unidade de análise utilizada por Brenner. As relações sociais de propriedade que formam sua estrutura, por sua vez, são constituídas basicamente com base em fatores internos, isto é, na auto-organização de comunidades políticas. Na prática, Brenner associa os modos de produção a estados específicos. Assim, um dos fatores associados à acumulação política é a

constituição de estados feudais. Os estados feudais tornam-se, portanto, a unidade de análise correspondente aos modos de produção de Brenner. Assim, ao mesmo tempo em que critica as abordagens smithianas por sua priorização indevida das forças produtivas, Brenner defende a prioridade de relações sociais de propriedade nacionais na estruturação dos modos de produção. Os adeptos do chamado marxismo político defendem sua posição chamando atenção para a prioridade conferida por Brenner à luta de classes, ou, nos termos do autor, à interação entre comunidades políticas auto-organizadas. Ao mesmo tempo, apontam a possibilidade de superar o determinismo tecnológico e o caráter a-histórico das abordagens smithianas da transição, que atribuem à lógica capitalista um caráter universal. Ou ainda, a ênfase nas relações sociais de propriedade evita o pendor determinista resultante da ênfase estrutural nas forças produtivas, chamando atenção para a possibilidade de agência dos sujeitos históricos, evitando, por exemplo, a naturalização do capitalismo. Parece-nos, no entanto, que a ênfase no debate estrutura-agência faz com que a identificação entre os modos de produção e os Estados nacionais passe muitas vezes despercebida nas interpretações da obra de Brenner.

Os modos de produção pré-capitalistas são formados a partir da interação entre comunidades políticas auto-organizadas de senhores e camponeses, cujo resultado, em caso de "sucesso", é a formação modos de produção que assumem a forma de estados feudais nacionais. O padrão de desenvolvimento dos modos de produção nacionais pré-capitalistas, por sua vez, assume um caráter malthusiano, dada sua tendência ao subdesenvolvimento das forças produtivas. Em seu debate clássico Brenner aborda, por exemplo, os estados feudais da Era Medieval representados por Inglaterra, França, Alemanha oriental e Polônia. Brenner reconhece que tais modos de produção não existem em isolamento, participando do mercado internacional. Ocorre que o efeito do comércio, bem como seu significado, assume características opostas nos modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. No caso do pré-capitalismo, o comércio baseia-se primordialmente na troca de bens de luxo e militares, utilizados como meios para reforçar a acumulação política. Ao contrário da acumulação de capital, a acumulação política é insustentável pois se baseia não na expansão da produtividade, mas no crescimento extensivo e no esgotamento progressivo das forças produtivas, incluindo a superexploração do campesinato. Já no caso da comercialização e da proto-industrialização entre camponeses, o comércio é sinal não de desenvolvimento, mas de agravamento da disparidade malthusiana entre população e recursos.

O capitalismo, por sua vez, pode se utilizar ocasionalmente do comércio internacional com modos de produção pré-capitalistas, como no caso do comércio de grãos da Inglaterra com a Europa oriental, ou da obtenção de artigos de algodão do modo de produção

escravista do sul dos Estados Unidos durante a época da revolução industrial. O comércio entre o capitalismo e o pré-capitalismo, contudo, é não só insustentável no longo prazo, dada a tendência do malthusianismo às crises de produtividade, mas também sub-ótimo do ponto de vista capitalista, dado o maior potencial de expansão do comércio proporcionado pela troca com outros modos de produção capitalistas, dados seus mercados internos mais desenvolvidos. Assim, ainda que seja possível obter matérias-primas baratas produzidas por servos camponeses superexplorados da Europa oriental, ou por escravos americanos subnutridos, é impossível criar uma relação de dependência de longo prazo entre eles, dado seu padrão de desenvolvimento malthusiano, bem como contar com os "salários" de seus trabalhadores para expandir o comércio com estas regiões. As conclusões a que chegamos, e que embasarão a apresentação das críticas de Brenner ao marxismo neo-smithiano, são: tanto os modos de produção pré-capitalistas quanto capitalistas são constituídos internamente e, em grande medida, independentemente. A influência de fatores externos como o comércio internacional não é capaz de alterar as relações sociais de propriedade internas dos modos de produção. No caso dos modos de produção pré-capitalistas, o comércio internacional é limitado, dado o caráter subdesenvolvido de suas forças produtivas, mas também insustentável, dado seu padrão de desenvolvimento malthusiano. Normalmente, sua existência contribui apenas para reforçar, acelerar ou prolongar a prevalência de relações sociais de propriedade pré-capitalistas, como no caso dos senhores feudais da Europa oriental durante a época da segunda servidão. Já no caso do capitalismo, o comércio internacional com regiões pré-capitalistas tem um caráter temporário e insustentável. Já o comércio com regiões capitalistas pode estimular o desenvolvimento em ambas as regiões. Sendo assim, o capitalismo permite o estabelecimento interno do desenvolvimento econômico, e a interação entre modos de produção capitalistas permite a conformação de um sistema que funciona como um jogo de soma positiva. As demais combinações, no entanto, podem no máximo atrasar o desenvolvimento das regiões capitalistas, ou prolongar o subdesenvolvimento das regiões pré-capitalistas. A partir destas notas introdutórias, é possível apreciar o significado do termo marxismo neo-smithiano, atribuído por Brenner aos trabalhos de Sweezy, Frank e, no nosso caso, Wallerstein.

Em primeiro lugar, o smithianismo a que Brenner se refere diz respeito às supostas tentativas de seus adversários, incluindo Wallerstein, de aplicar o modelo comercial à explicação da transição ao capitalismo. Como sabemos, o próprio Brenner adere ao smithianismo para explicar o funcionamento do capitalismo, mas considera-o inapropriado para explicar sua origem. Assim, Brenner se refere à ênfase de Wallerstein ao papel da divisão do trabalho em sua explicação da origem do capitalismo como sinal de sua priorização das forças

produtivas em detrimento das relações sociais de propriedade, mas também como uma evidência do caráter a-histórico de sua explicação, baseada na expansão do comércio.

O smithianismo atribuído a Wallerstein refere-se ainda à tendência de considerar a interação entre modos de produção pré-capitalistas e capitalistas como um exemplo de especialização produtiva regional e maximização da produção via aproveitamento dos ganhos do comércio. Conforme Brenner, contudo, quando o comércio envolve regiões pré-capitalistas, seu resultado não é o smithianismo generalizado, mas o reforço do malthusianismo nos modos de produção pré-capitalistas, bem como o arrefecimento do desenvolvimento econômico "verdadeiramente" smithiano nos modos de produção capitalistas.

Apesar de se assemelhar aos modelos comerciais em razão de sua utilização do smithianismo para explicar a transição do feudalismo, isto é, a origem do capitalismo, as abordagens de autores como Sweezy, Frank e Wallerstein diferenciam-se deles por considerar o funcionamento do capitalismo como produzindo não só desenvolvimento como nas versões smithianas, mas também subdesenvolvimento. Daí seu caráter supostamente marxista, isto é, baseado na exploração das regiões periféricas subdesenvolvidas como base de explicação do desenvolvimento das regiões centrais. O que Brenner não deixa claro em sua discussão, contudo, é que ele concorda aqui não com o "marxismo" atribuído a Wallerstein, mas precisamente com o "smithianismo" da historiografia liberal em sua abordagem do funcionamento do capitalismo. Assim, um dos principais objetivos de Brenner em seu artigo é justamente o de chamar atenção para a "independência" entre os padrõess de desenvolvimento smithianos dos modos de produção capitalistas, por um lado, e dos padrões de desenvolvimento malthusianos dos modos de produção pré-capitalistas, por outro. Além disso, o capitalismo não só não considera ideal o comércio internacional com regiões pré-capitalistas, mas também pode contribuir para potencializar o desenvolvimento de regiões que sejam capazes de estabelecer internamente relações sociais de propriedade capitalistas. O comércio capitalista, tal como afirmam os defensores do smithianismo, realmente possibilita transformar as interações entre os diversos modos de produção num jogo de soma positiva. Isto só pode ocorrer, contudo, caso haja a substituição interna das relações sociais de propriedade pré-capitalistas entre os integrantes do comércio internacional. Estes são os fundamentos da crítica de Brenner em relação ao marxismo neo-smithiano.

A ligação entre o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico de Brenner estão justamente ligadas a sua adesão simultânea ao smithianismo como abordagem apropriada para explicar o funcionamento do capitalismo, bem como a sua adoção "marxista" das unidades de análise nacionais em sua abordagem dos modos de produção. Assim, sempre que a identificação

entre capitalismo e desenvolvimento econômico parece ameaçada, ou que o desenvolvimento capitalista corre o risco de ser maculado a partir de sua associação com o subdesenvolvimento e o malthusianismo, Brenner recorre ao nacionalismo metodológico para blindá-lo. Ao fazê-lo, o autor torna-se capaz de confirmar sua visão positiva em relação ao processo de modernização. Por outro lado, quando o cornucopianismo capitalista não parece entrar em questionamento, Brenner pode afrouxar suas suposições em relação à unidade de análise, tornando a identificação do problema. Assim, por exemplo, como vimos na seção sobre a crise capitalista o próprio Brenner atribui parte dos problemas das explicações alternativas da crise a seu suposto nacionalismo metodológico. A seguir, levaremos em conta nosso resumo sobre as Brenner para introduzir os elementos centrais de sua crítica de Brenner ao "anti-orientalismo".

A crítica de Brenner ao anti-orientalismo tem como fundamentos os mesmos elementos da crítica ao marxismo neo-smithiano. Ao contrário de Wallerstein, contudo, a afirmação de autores como Pomeranz não é simplesmente a de que regiões não-europeias como a China seriam caracterizadas pelo subdesenvolvimento. Pelo contrário, a região chinesa do Yang-tsé, por exemplo, teria sido caracterizada por um padrão de desenvolvimento tão "smithiano" quanto o inglês até a virada para o século XIX. Por outro lado, o desenvolvimento de ambas as regiões encontrava-se delimitado por limites superiores malthusianos, que cedo ou tarde deveriam levar a um crise de ecológica ou de produtividade. A Inglaterra teria, contudo, sido capaz de romper com os limites superiores malthusianos compartilhados com a região chinesa em razão de sua possibilidade de contar com insumos externos, ou antes desconhecidos. Assim, o desenvolvimento inglês teria permitido à Inglaterra intensificar seu smithianismo e superar seu malthusianismo com base principalemente em sua capacidade de fazer proveito de combustíveis fósseis, de um lado, e das matérias-primas proporcionadas pelas colônias americanas, por outro. Daí que a Inglaterra, e, posteriormente, o continente europeu, tenham sido capazes de superar sua proximidade em relação ao desenvolvimento chinês, dando origem à chamada "Grande Divergência" entre as duas regiões de meados do século XIX a meados do século XX. O caráter predatório do desenvolvimento europeu, contudo, começa a esbarrar em seus limites globais a partir de então, o que permite o início de uma nova fase de convergência entre as regiões ocidentais e orientais. Pomeranz combina dois argumentos rejeitados por Brenner. O primeiro é o de que o "smithianismo" inglês simplesmente esconde limites "malthusianos" mais amplos, não permitindo por si só o desenvolvimento econômico sustentado e indefinido que Brenner parece atribuir ao capitalismo. O segundo, que se assemelha às teses sobre o marxismo neo-smithiano, é a de que o desenvolvimento smithiano do centro tenha se fundamentado no subdesenvolvimento malthusiano da periferia, bem como

na exploração malthusiana de recursos não-renováveis, os combustíveis fósseis. O terceiro é o de que regiões não-europeias possam ter experimentado um padrão de desenvolvimento tão smithiano quanto o das regiões europeias. Brenner combate as teses de Pomeranz reforçando seu argumento de que o desenvolvimento econômico capitalista tem caráter "sustentado" e é determinado internamente ao nível dos modos de produção nacionais. Além disso, o autor retoma sua tese de que o desenvolvimento capitalista não é "responsável" pelo subdesenvolvimento pré-capitalista, e, embora se engaje ocasionalmente no comércio com modos de produção pré-capitalistas, não necessita deles para se estabelecer, beneficiando-se primordialmente do potencial proporcionado pela interação com outros modos de produção capitalistas.

A discussão sobre o anti-orientalismo de Brenner parece reforçar os pontos por nós discutidos sobre o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico, introduzindo ainda um fator que rescinde a um certo eurocentrismo. Mais uma vez, quando o cornucopianismo do desenvolvimento capitalista parece ameaçado, Brenner recorre ao nacionalismo metodológico para protege-lo. Além disso, quando autores anti-orientalistas sugerem que regiões não-europeia tenham apresentado um desenvolvimento tão smithiano quanto a Inglaterra, Brenner parece se tornar bastante indignado, como veremos a partir de algumas de suas citações. No caso do anti-orientalismo, Brenner se revolta também com a ideia de que o smithianismo seja apenas a uma fase de um padrão malthusiano mais prolongado, o que parece reforçar ainda mais sua necessidade de defender o potencial a princípio indefinido do modo de produção capitalista para promover o desenvolvimento econômico.

Por fim, nesta seção abordaremos também as críticas de Brenner ao neo-malthusianismo das explicações da crise. A princípio, é possível imaginar que a crítica de Brenner ligada à crise do capitalismo contemporâneo o afaste de sua defesa do smithianismo enquanto abordagem apropriada à explicação do capitalismo. Ao contrário, contudo, o smithianismo de Brenner parece reforçado nas críticas do autor às explicações malthusianas da crise. Aqui, Brenner volta-se principalmente contra as abordagens keynesiana e marxista ortodoxa, incluindo a teoria das crises de Marx. Assim, duas das correntes mais conhecidas por sua ênfase no desenvolvimento inexorável das forças produtivas são rejeitadas não em razão de seu otimismo exagerado, mas justamente em razão de seu malthusianismo, isto é, do questionamento em relação ao potencial automático do capitalismo à promoção do desenvolvimento econômico, desde que a acumulação de capital seja garantida. Talvez mais do que em seus debates anteriores, é aqui que o cornucopianismo característico da abordagem de

Brenner atinge seu limite. As seções a seguir apresentam, de maneira mais substancial, as críticas de Brenner ao marxismo neo-smithiano e ao anti-orientalismo e ao neo-malthusianismo.

2.9.1 CRÍTICA AO MARXISMO NEO-SMITHIANO

Em 1977, Brenner publica o artigo *As origens do desenvolvimento capitalista*, cujo objetivo é empreender "uma crítica ao marxismo neo-smithiano", como deixa claro o subtítulo do trabalho. Brenner inclui nesta categoria três autores simpáticos à abordagem marxista: Paul Sweezy, André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein. Sweezy ficou conhecido por protagonizar, junto a Maurice Dobb, a primeira rodada do debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na década de 1950. Frank, por sua vez, é creditado não só como um dos fundadores da chamada teoria da dependência, formulada a partir da década de 1960, mas também da teoria dos sistemas mundiais que nasce na década de 1970. Wallerstein bebeu tanto da fonte do debate marxista da transição quanto das discussões sobre a dependência e os sistemas mundiais, elaborando a partir daí sua própria abordagem centrada na análise dos sistemas-mundo em grande medida como uma reação às teorias da modernização. Já Brenner tornaria-se a principal referência da segunda rodada do debate sobre a transição a partir da década de 1970. Neste período a discussão extrapolou os muros marxistas dentro dos quais o debate esteve em grande medida circunscrito e passou a contar com as contribuições de demógrafos, historiadores e economistas de diferentes matizes ideológicos. Por fim, na medida em que estiveram relacionadas ao debate marxista mais geral sobre os modos de produção, tanto o tema da transição quanto a teoria da dependência representaram tentativas de contrapor as teses do "marxismo ortodoxo" oficial, propagado pelos partidos comunistas subordinados à matriz soviética, e que disputavam espaço no cenário intelectual europeu e americano da época. Enquanto a tese de Wallerstein se posiciona de maneira bastante crítica em relação às teorias da modernização, a discussão de Brenner parece aproximar-se bastante de várias de suas conclusões principais. A seguir, apresentaremos a crítica ao marxismo neo-malthusiano elaboradas pelo autor neste contexto.

Nesta seção, esboçaremos rapidamente a interpretação apresentada por Brenner sobre o modelo de Wallerstein. Em seguida, apresentaremos as diversas críticas elaboradas por Brenner à abordagem do autor. A partir delas será apresentar a discussão sobre a modernização e a unidade de análise, e consequentemente sobre o cornucopianismo e o nacionalismo

metodológico. Na sequência mostraremos como as críticas a Wallerstein em particular, e ao marxismo-neosmithiano em geral, podem ser compreendidas a partir do modelo dos modos de produção e da definição de capitalismo adotados por Brenner.

De acordo com Brenner, a perspectiva de Wallerstein sobre as origens do capitalismo é construída com base na importância do comércio. A expansão comercial, motivada pela procura de lucros, permite o aprofundamento de uma divisão do trabalho que, por sua vez, estimula o desenvolvimento capitalista. O aprofundamento da divisão do trabalho baseada no comércio é expresso por meio da especialização produtiva das várias regiões que constituem a economia mundial capitalista (*capitalist world-economy*). São dois os critérios que determinam o tipo de especialização de uma determinada região. O primeiro é o princípio da maximização da produção para o mercado mundial, estimulando a especialização produtiva a partir da adequação aos requerimentos técnicos da produção. O segundo tem por objetivo a maximização dos lucros, o que implica um tipo de especialização fundada na adequação do tipo de exploração aplicada sobre os produtores diretos. No que diz respeito às relações de produção, tal especialização não necessariamente baseia-se na predominância do trabalho assalariado livre. Ao contrário, cada região pode ser caracterizada por diferentes modos de controle e remuneração do trabalho, sem que isto afete o caráter capitalista da produção realizada por elas. Por fim, a especialização está associada à formação de zonas com diferentes padrões de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Dada sua inclusão numa divisão mundial do trabalho, a interação entre as regiões do sistema permite que as regiões desenvolvidas façam uso de seu poder econômico e político para reforçar sua posição privilegiada, apropriando-se dos recursos das regiões subdesenvolvidas por meio da transferência de excedentes via troca desigual. O resultado deste processo é o reforço da desigualdade entre as regiões, expresso simultaneamente pelo do desenvolvimento das regiões centrais e o subdesenvolvimento das regiões periféricas. Para Wallerstein, portanto, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento encontram-se indissociavelmente unidos, compondo os dois lados de uma mesma moeda. A partir de sua interpretação do modelo de Wallerstein, Brenner elabora uma série de críticas ao autor, que serão apresentadas a seguir.

Em primeiro lugar, Brenner acusa Wallerstein de construir seu modelo sobre a origem e o desenvolvimento do capitalismo com base na expansão da divisão do trabalho baseada no comércio e motivada pela busca de lucros, e não na instauração de relações de produção ou de classe especificamente capitalistas. Assim, a ênfase na especialização faz com que o autor considere capitalistas todas as regiões inseridas na divisão mundial do trabalho e

envolvidas na produção para o mercado mundial, independente das relações de produção particulares em vigor em cada uma delas. Nas palavras de Brenner:

> *any* region which is part of the apparently interdependent system of exchange which constitutes the world division of labour is capitalist, whatever its methods of 'labour control' and of 'rewarding labour power'. Once embedded within the world economy/world market, the productive regions based on serfdom (…), in particular the grain-exporting regions of the Eastern European 'periphery', cease to be one bit less capitalist than the regions whose production for the market is based on free wage-labour (1977, p. 54)

O mesmo se aplica, por exemplo, às regiões especializadas na agricultura de *plantation* com base no trabalho escravo e às zonas de mineração de metais preciosos com base no trabalho forçado das populações indígenas, desde que elas estejam inseridas nas redes de comércio da economia mundial. Ao ignorar as diferenças fundamentais entre as relações de produção de regiões distintas, Wallerstein acaba por equacionar modos de produção absolutamente diversos, apagando as diferenças qualitativas entre eles ao classifica-los simplesmente a partir de sua relação com o comércio e o mercado mundial. Ao abandonar a centralidade das relações de produção na determinação dos modos de produção, o modelo de Wallerstein teria também subestimado a importância dos processos de proletarização do trabalho e de comercialização da terra enquanto condições fundamentais por trás da origem e do desenvolvimento do capitalismo. A mercantilização do trabalho e da terra são resultado da separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência e têm como consequência, segundo Brenner, a consolidação do trabalho assalariado livre enquanto relação de produção predominante no modo de produção capitalista.

Ao relegar as relações de produção a um segundo plano, Wallerstein acaba construindo um modelo que confere ao desenvolvimento das forças produtivas o papel central na determinação do caráter dos modos de produção em geral, e do capitalismo em particular. Daí a importância conferida pelo autor à divisão do trabalho baseada no comércio e à especialização enquanto fontes do desenvolvimento capitalista. Assim, "[p]ara Wallerstein, portanto, o crescimento da divisão do trabalho *é* o desenvolvimento do capitalismo" (1977, p. 54).

A centralidade conferida por Wallerstein ao papel das forças produtivas na determinação dos modos de produção resulta num modelo quantitativo do desenvolvimento, que abstrai as diferenças qualitativas resultantes de relações de produção distintas. Isto faz com

que o autor perca de vista a mudança fundamental associada ao advento do capitalismo, cuja dinâmica baseia-se no aumento da produtividade do trabalho por meio da acumulação de capital e da inovação. Isto significa dizer que no modo de produção capitalista a extração de excedente dos produtores diretos por parte da classe dominante, isto é, a exploração dos trabalhadores assalariados livres por parte dos capitalistas, baseia-se primordialmente na expropriação de mais-valia relativa. Esta forma de apropriação econômica do excedente contrasta radicalmente com o tipo de exploração em vigor nos modos de produção pré-capitalistas, onde a relação de produção entre os produtores diretos e a classe dominante baseia-se na extração extra-econômica de mais-valia absoluta. Em outras palavras, enquanto nos modos de produção pré-capitalistas a exploração baseia-se na na extensão da jornada de trabalho, no capitalismo predomina a exploração via intensificação do trabalho por meio do aumento da produtividade do trabalho e do progresso técnico. Brenner resume sua posição a respeito do assunto na seguinte passagem:

> For capitalism differs from all pre-capitalist modes of production in its *systematic* tendency to unprecedented, though neither continuous nor unlimited, economic development—in particular through the expansion of what might be called (…) relative as opposed to absolute surplus labour. That is, under capitalism, surplus is systematically achieved for the first time through increases of labour productivity, leading to the cheapening of goods and a greater total output from a given labour force (…). This makes it possible for the capitalist class to increase its surplus, without necessarily having to resort to methods of increasing absolute surplus labour which dominated pre-capitalist modes—i.e. the extension of the working day, the intensification of work, and the decrease in the standard of living of the labour force (1977, p. 30).

Ainda segundo Brenner, o foco na extração de mais-valia relativa não significa dizer que os métodos de extração de mais-valia absoluta sejam completamente abandonados a partir da consolidação do capitalismo, apenas defender que eles não mais constituam o mecanismo central por trás da dinâmica de desenvolvimento capitalista. O autor esclarece sua posição numa nota de rodapé, onde escreve: "Obviously, this is not to deny that the methods of absolute surplus labour are used, *indeed extensively and systematically used*, under capitalism, for of course they are"[41] (1977, p. 30). Apesar de admitir sua possibilidade, contudo, Brenner não se dedica a explicar como exatamente qual o papel específico da extração de mais-valia absoluta

[41] É compreensivamente difícil convencer ao leitor não familiarizado com o restante da obra de Brenner quão atípica é esta passagem. Na verdade, contudo, Brenner parece assumir a completa ausência de formas de extração de mais-valia absoluta sob o capitalismo na maior parte do tempo. É importante apresentar sua passagem, contudo, para evitar as dificuldades naturalmente associadas à avaliação dos argumentos do autor. Esperamos que nossa apresentação sobre os modos de produção feudal e capitalista tenha contribuído para esclarecer as razões de nossa posição.

no contexto do modo de produção capitalista, seja neste ou em seus demais trabalhos. Ao longo do texto, entretanto, o autor deixa a entender que se ela se trata de um mecanismo marginal, secundado pela predominância da extração de mais-valia relativa. Como dissemos na introdução a esta seção, Brenner não rejeita o potencial do smithianismo para explicar o funcionamento do capitalismo, apenas sua utilização para explicar a origem deste modo de produção, isto é, o processo de transição a partir de modos de produção pré-capitalistas. A combinação entre o malthusianismo atribuído por Brenner ao pré-capitalismo e o smithianismo associado ao capitalismo já permitem antever as raízes da tendência ao cornucopianismo presentes na obra do autor.

Do ponto de vista econômico, o modelo quantitativo de desenvolvimento de Wallerstein expressa-se na tendência à maximização da produção global no seio da economia capitalista mundial. O ímpeto à expansão da produção é resultado da busca de aumento dos lucros a partir das possibilidades abertas pelo contato com o mercado mundial. As iniciativas para a expansão dos lucros implicam, de um lado, o aumento da exploração do trabalho, e de outro, a especialização das diversas regiões que compõem a divisão mundial do trabalho baseada no comércio. Assim,

> as the world market expands, the eco-demographic characteristics of an area determine its specialization, what will be produced and the most appropriate method of production (…). The result is maximal output everywhere, maximal growth for the system as a whole (1977, p. 58).

Aqui, é preciso enfatizar que Brenner não rejeita a ideia de que a expansão do comércio resulte na maximização da produção mundial, bem como na maximização do crescimento ao redor do sistema. O que Brenner rejeita é a ideia de que tal resultado possa ser alcançado com base no comércio entre modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. No caso da interação entre modos de produção capitalistas, portanto, o resultado é o estabelecimento de um jogo de soma positiva. A interação exclusiva entre modos de produção pré-captalistas, por sua vez, parece dar origem a um jogo de soma zero, ou talvez até mesmo de soma negativa, como pode ser visto no caso das crises gerais dos séculos XIV e XVII.

O caráter quantitativo da abordagem de Wallerstein também se aplica à dimensão política, dando origem a uma classificação dos estados da economia mundial em termos de sua força ou fraqueza, e não em termos de suas relações de produção particulares, isto é, de suas estruturas de classes qualitativamente distintas. As regiões centrais, caracterizadas por um nível elevado de desenvolvimento, são compostas por estados fortes, enquanto nas regiões

periféricas, onde vigora o subdesenvolvimento, predominam formações estatais fracas. Mais uma vez, portanto, o foco de Wallerstein nas forças produtivas em detrimento das relações de produção resulta numa análise distorcida dos modos de produção, onde sociedades tão distintas quanto a feudal e a capitalista tornam-se não apenas comensuráveis, mas diretamente comparáveis. A classificação a partir do grau de força resulta num esquema hierarquização dos estados pertencentes à economia mundial capitalista, resumido no conceito de sistema interestatal. Segundo Brenner, contudo, o poder de estado relativo a um modo de produção específico deve ser avaliado primeiramente em termos qualitativos, ou seja, a partir de suas relações de produção internas. É a partir delas que se define a estrutura de classes do modo de produção, a relação específica de dominação dos produtores diretos, e portanto a forma assumida pelo aparato administrativo, jurídico e militar que constitui a base do poder de Estado, e que garante em última instância a sustentação da classe dominante enquanto tal. Somente a partir daí é possível identificar o padrão das forças produtivas predominante em cada caso, isto é, seu ímpeto maior ou menor ao desenvolvimento, bem como seu caráter desenvolvido ou subdesenvolvido. Ao abordar a questão da força dos estados, Brenner assume indiretamente as unidades de análise nacionais como quadro de referência, enquanto Wallerstein adota a perspectiva do sistema interestatal. Certamente, Brenner não ignora completamente o equilíbrio de poder internacional. Afinal, a própria acumulação política depende, como o autor assume implicitamente, da competição política entre as comunidades políticas senhoriais. Apesar disso, Brenner enfatiza o caráter nacional da força dos estados com base em seu objetivo de fortalecer sua tese sobre o smithianismo da transição de Wallerstein.

Depois apontar os problemas referentes à priorização das forças produtivas, Brenner vai adiante identifica o que considera uma contradição fundamental constitutiva do modelo elaborado por Wallerstein. Isto ocorre em razão da tentativa de equacionar dois princípios distintos de determinação das relações de produção específicas de cada região. Neste sentido, de um lado as relações de produção são determinadas a partir do aumento da extração de excedentes possibilitado pela maximização da produção para o mercado mundial. Isto significa dizer que a forma e o grau de intensificação da exploração dos produtores diretos é selecionado com base em sua contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo esta abordagem, os requerimentos do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da maximização da produção, são sempre compatíveis com os requerimentos de maximização da extração de excedentes, sejam quais forem as relações de produção específicas em vigor nas regiões que compõem a economia mundial. O problema com este tipo de abordagem, segundo Brenner, é que os objetivos da maximização da produção e da maximização da extração de

excedentes não apenas não são idênticos, como na maior parte das vezes estão em contradição mútua. Mais uma vez, o corte fundamental é dado pela diferença entre os modos de produção pré-capitalistas e capitalista.

Nos modos pré-capitalistas, baseados na extração extra-econômica do excedente, a maximização da exploração dos produtores diretos normalmente leva à exaustão das forças produtivas a longo prazo, sabotando a possibilidade de maximização da produção. Isto ocorre porque a exploração via mais-valia absoluta tende a desviar os frutos do trabalho e a direcioná-los para formas improdutivas utilização dos recursos. Em outras palavras, dado que nos modos de produção pré-capitalistas a maximização da exploração depende da capacidade política de extração de excedentes, os recursos da produção normalmente são investidos na acumulação política em detrimento da acumulação de capital. A acumulação política inclui não só o investimento militar, mas também na formação de alianças no seio da classe dominante. Brenner esclarece sua posição na seguinte passagem:

> Thus where the direct application of force is the condition for ruling-class surplus extraction, the very difficulties of increasing productive potential through the improvement of the productive forces may encourage the expenditure of surplus to enhance precisely the capacity for the application of force. In this way, the ruling class can increase its capacity to exploit the direct producers, or acquire increased means of production (land, labour, tools) through military methods. Rather than being accumulated, economic surplus is here systematically diverted from reproduction to unproductive labour (1977, p. 37).

A acumulação política também satisfaz à necessidade de fazer face à competição travada no seio da própria classe dominante pelos recursos disponibilizados pelos produtores diretos. Por outro lado, a unidade entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência confere a eles a possiblidade de garantir sua própria reprodução sem depender da venda de sua força de trabalho no mercado. A ausência de um mercado de trabalho desenvolvido dificulta a possibilidade de extrair os benefícios da cooperação e do aumento da produtividade do trabalho através da especialização de tarefas no interior das unidades de produção, comprometendo o desenvolvimento das forças produtivas. Novamente, Brenner procura corroborar sua tese sobre o caráter malthusiano dos modos de produção pré-capitalistas.

Brenner ilustra a importância do processo de acumulação política característico dos modos de produção pré-capitalistas a partir do exemplo do feudalismo na Europa Oriental durante a fase da segunda servidão. Neste caso, o reforço da posição de cada integrante da nobreza em relação a seus servos e a seus pares estimulava o dispêndio de uma proporção cada vez maior dos recursos produtivos em meios políticos de dominação, permitindo uma

exploração cada vez intensa do campesinato. A superexploração do campesinato, estimulada pela intensificação da competição intersenhorial, gerava uma tendência que ultrapassava o mero desvio improdutivo da produção *excedente*, consumindo até mesmo parte dos recursos básicos ao reinvestimento exigidos como condição para a reprodução do sistema. Em termos marxistas, os impedimentos ao desenvolvimento das forças produtivas chegavam ao ponto de impedir não só a reprodução ampliada, mas até mesmo a reprodução simples do modo de produção. A relação estabelecida pelos senhores feudais da Europa oriental com o mercado mundial, cuja economia voltou-se para a exportação de grãos durante a fase da segunda servidão, não altera o padrão de desenvolvimento característico dos modos de produção pré-capitalistas.

> [In] the case of medieval serfdom (…) the ruling class sought to 'use' the class relationship of serfdom to maximize its surplus for the market; this in fact led to the degeneration of the productive forces, and even to the undermining of the surplus going to the ruling class (1977, p. 60).

As crises gerais europeias dos séculos XIV e XVII podem ser vistas como resultado deste processo de exaustão das forças produtivas característico dos modos de produção pré-capitalistas. Aqui, portanto, podemos perceber como a interação entre os modos de produção pré-capitalistas via comércio internacional não só não é capaz de impedir seu caráter malthusiano, mas parece apenas permitir sua generalização ao longo do tempo. O caráter malthusiano contrasta radicalmente com as tendências prevalecentes sob o capitalismo, que abordaremos a seguir.

Enquanto nos modos de produção pré-capitalistas prevalece a contradição entre os princípios de maximização da produção e da maximização do excedente, o mesmo não ocorre no modo de produção capitalista. Neste caso, sua instauração resulta na conciliação entre os dois critérios. Assim, como organização da produção baseia-se na relação entre capital e trabalho assalariado livre, e como a apropriação de excedentes baseia-se primordialmente na extração de mais-valia relativa por meio da acumulação de capital e do aumento da produtividade do trabalho, logo a maximização do excedente extraído dos produtores diretos torna-se perfeitamente compatível com o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, com a maximização da produção. No fim das contas, portanto, a contradição identificada por Brenner na abordagem de Wallerstein aplica-se neste caso à origem do desenvolvimento capitalista, e não em princípio a seu funcionamento. Ocorre que, como Wallerstein considera capitalistas regiões que Brenner identifica com modos de produção pré-capitalistas, especialmente no caso do feudalismo europeu, o problema persiste ao longo do desenvolvimento do capitalismo em

razão da inadequação da definição do autor a respeito do modo de produção capitalista. Em relação à interação entre modos de produção pré-capitalistas e capitalistas, Brenner chama atenção para o fato de que a Inglaterra foi capaz de evitar os efeitos mais graves da crise geral do século XVII justamente em razão do caráter interno de seu desenvolvimento. Caso dependesse primordialmente do comércio internacional com modos de produção pré-capitalistas, contudo, a região seria igualmente afetada pela queda geral da produtividade e da demanda associada à crise malthusiana do período. Talvez seja possível argumentar que a situação de dificuldade externa pode ter contribuído com a oferta mais barata de insumos para alimentar a expansão do capitalismo inglês baseado no "mercado interno", mas Brenner não segue esta linha de raciocínio.

Dando sequência a sua avaliação do modelo de Wallerstein, Brenner critica também a abordagem do autor sobre o problema do excedente. De forma condizente com seus argumentos anteriores, Brenner traça uma divisão clara entre as formas de extração, transferência e apropriação do excedente características dos modos de produção pré-capitalista e capitalista. Como já vimos, nos modos de produção capitalista a extração do excedente é levada a cabo a partir de mecanismos extra-econômicos, os quais possibilitam a apropriação por parte da classe dominante da mais-valia absoluta criada pelos produtores diretos. Já no caso do modo de produção capitalista, onde a relação de produção predominante é dada pela relação entre capital e trabalho assalariado livre, prevalece a extração econômica de excedente via mais-valia relativa, obtida por meio do aumento da produtividade do trabalho através da acumulação de capital e da inovação, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas. Aqui, Brenner apresenta uma visão bastante positiva do caráter do desenvolvimento capitalista "smithiano", potencializada por sua visão negativa do subdesenvolvimento que caracteriza os modos de produção pré-capitalistas "malthusianos". O caráter progressista do capitalismo, por sua vez, nos parece estar intimamente relacionados à tendência de Brenner de adotar o cornucopianismo como estratégia discursiva.

Enquanto Brenner considera o capitalismo como um sistema intensivo de produção, baseado na inovação e na acumulação de capital, Wallerstein, por sua vez, explica o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista primordialmente como resultado da transferência de excedentes por meio da troca desigual entre as regiões periféricas e as regiões centrais. E como a produção de excedente das regiões periféricas baseia-se em relações de produção pré-capitalistas por meio do trabalho forçado, Wallerstein acaba, segundo Brenner, por deslocar a dinâmica do desenvolvimento capitalista da produção de mais-valia relativa para a produção de mais-valia absoluta. Por esta razão, o autor torna-se incapaz de

explicar satisfatoriamente a diferença central do capitalismo em relação aos modos de produção pré-capitalistas no que diz respeito ao padrão de desenvolvimento de suas produtivas, isto é, sua tendência sistemática à acumulação de capital e à inovação. Aqui, a diferença encontra-se na tendência de Brenner de atribuir ao modo de produção capitalista um caráter progressista, bem como ao sistema de modos de produção capitalistas as características de um jogo de soma positiva. Wallerstein, por sua vez, considera o pré-capitalismo e o capitalismo modernos como parte da economia-mundo capitalista, e por isso tende a considera-lo um jogo de soma zero.

Ao invés de entender a tendência do modo de produção capitalista ao desenvolvimento das forças produtivas como resultado da relação entre capital e trabalho assalariado livre, Wallerstein busca explica-la a partir dos efeitos gerados pela eliminação das restrições à acumulação de capital. Neste sentido, Wallerstein compara a estrutura de extração de excedentes da economia mundial capitalista com a de outro tipo de sistema mundial, os impérios mundiais. No caso dos Impérios mundiais, tal como nos modos pré-capitalistas de Brenner, a extração de excedentes se dá por meios extra-econômicos, através da cobrança de tributos que servem para sustentar o aparato imperial, drenando recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento das forças produtivas para fins improdutivos. Nas palavras de Brenner,

> Wallerstein's systematic refusal to integrate innovation and technical change as a regular feature of capitalist development may seem hard to credit. Yet Wallerstein is himself quite explicit. He emphasizes that there have been two, and only two, types of world system: world empires and world economies. What distinguishes economic development within the world empire is the domination of a single, surplus-extracting bureaucracy. In contrast, the world economy, consisting of a multitude of polities, is not burdened by one (…). Wallerstein makes clear that the economic superiority of the world economy over the world empire is not really 'positive', to be found in its superior system of production; but 'negative', located in its superior system of distribution—that is, in the non-existence of a surplus absorbing bureaucracy (1977, p. 56).

A eliminação do peso representado pelo aparato imperial também contribui para o sucesso da instauração da economia mundial ao remover as barreiras políticas à expansão do comércio, que representa a base do desenvolvimento capitalista no modelo de Wallerstein. Em outra passagem, Brenner afirma

> (…) Wallerstein declares that the essential condition for modern economic development was the collapse of world empire, and the prevention of the emergence of any new one from the sixteenth century until the present. Wallerstein can argue in this way because of what he sees to be the immanent developmental dynamic of unfettered world trade. Left to develop on its own, that is without the suffocating

> impact of the world empires, developing commerce will bring with it an ever more efficient organization of production through ever increasing regional specialization (…) (1977, p. 29-30).

Aqui Brenner destaca a distinção essencial que separa os impérios mundiais das economias mundiais. E aqui é preciso deixar claro que a economia mundial capitalista representa apenas um exemplo de economia mundial ao longo da história, dentre vários outros. Sendo assim, Wallerstein vê-se obrigado a explicar porque apenas o capitalismo teria sido capaz de obter sucesso em relação aos demais casos de economias mundiais, isto é, de não sucumbir como suas semelhantes. Neste sentido, enquanto as demais economias mundiais desapareceram como resultado da desintegração interna ou da absorção externa por parte de impérios mundiais mais poderosos, a economia mundial capitalista foi capaz não apenas de sobreviver, mas de sobrepujar todos os impérios mundiais restantes ao longo de seu processo de expansão. Wallerstein atribui este sucesso às técnicas do capitalismo moderno e à tecnologia da ciência moderna. O problema, neste caso, é que a origem do ímpeto ao desenvolvimento da tecnologia e das técnicas modernas no modo de produção capitalista não são explicados por Wallerstein, funcionando como um *deus ex machina* (1977, p. 57). Nas palavras de Brenner,

> The modern world economy could easily have gone the way of its predecessors, for its social organization of production was not essentially different—except for the unexplained appearance on the scene of 'the techniques of modern capitalism and the technology of modern science' (1977, p. 57).

Em resumo, ao tentar explicar o sucesso do desenvolvimento capitalista em relação aos demais modos de produção, Wallerstein reconhece a importância não só da remoção das barreiras ao comércio impostas pelos impérios mundiais, mas também da *inovação*, que teria "salvado" o capitalismo da extinção de que foram vítimas as demais economias mundiais. Mas ao elaborar seu modelo sobre o desenvolvimento do capitalismo, Wallerstein desloca a inovação a um segundo plano, e passa a atribuir à troca desigual entre centro e periferia o papel principal enquanto motor do avanço das forças produtivas. A diferença entre Brenner e Wallerstein aqui parece se encontrar nas diferentes ênfases dos autores em relação à origem da inovação. Brenner considera a inovação como resultado da generalização da concorrência interna aos modos de produção. Wallerstein, por sua vez tende a associar o capitalismo central não primordialmente à concorrência, mas aos monopólios. Assim, Wallerstein considera que as regiões periféricas são as menos inovadoras precisamente porque são as mais competitivas, além de constituírem aquelas com menor grau de monopolização. As regiões centrais, por sua vez, se favorecem da

competitividade periférica ao mesmo tempo em que desfrutam dos benefícios que o maior grau de monopolização confere a elas. Com base na maior abundância relativa de recursos, os Estados das regiões centrais ou semi-periféricas podem, ao mesmo tempo, arriscar mais e minimizar os custos relativos aos riscos de cada tentativa. Brenner, por sua vez, parte da ideia de que o capitalismo nasce a partir da monopolização dos meios de subsistência por parte da classe capitalista, mas em seguida parece considerar secundário este fato, atribuindo a inovação primordialmente ao ambiente generalizado de concorrência estimulado pelas relações sociais de propriedade capitalistas. A concorrência, portanto, é o combustível da inovação na obra de Brenner. Em Wallerstein, por sua vez, a inovação acompanha a monopolização dos processos produtivos do centro, e tem como contrapartida a competitividade tradicionalista na periferia. Assim, ao contrário de Brenner, Wallerstein considera a acumulação de capital não como resultado da competição generalizada interna, mas sim da troca desigual entre a periferia competitiva e o centro monopolizado.

Segundo Brenner, a prioridade conferida por Wallerstein ao mecanismo da troca desigual tem uma razão muito clara:

> (...) his entire theoretical edifice is designed to buttress a fundamental conclusion: that capitalist development and underdevelopment are the opposite sides of the same coin. The logic of this position, as Wallerstein is fully aware, is that capitalist underdevelopment is as much the cause of capitalist development, as capitalist development is the cause of capitalist underdevelopment. Such an argument is not compatible with the view of capitalist economic development as a function of the tendency toward capital accumulation via innovation, built into a historically developed structure of class relations of free wage labour (1977, p. 61)

Segundo Brenner, se o desenvolvimento capitalista for visto como fundamentalmente baseado na troca desigual, o modo de produção capitalista não só estaria sujeito aos mesmos empecilhos para o desenvolvimento das forças produtivas característico dos modos de produção pré-capitalistas, mas também aos mesmos tipos de crise geral resultante da exaustão das forças produtivas. Este é o caso das crises gerais dos séculos XIV e XVII, vivenciadas no contexto europeu pelas regiões onde ainda predominavam relações de produção feudais[42].

[42] Isto não significa que o capitalismo esteja livre da ocorrência crises, apenas quer dizer que as crises assumem um caráter distinto em modos de produção diferentes. De acordo com Brenner: "Specifically, much as the mediaeval economy was stricken by general crisis of production leading to demographic crisis in the fourteenth century, so the early modern economy was struck again by general productivity crisis leading to demographic difficulties in the seventeenth century. Like its predecessor, the 'general crisis of the seventeenth century' was a crisis of actual scarcity, typical of pre-capitalist modes of production and reflecting directly their inability to develop the productive forces. It was not a crisis indicative of the dominance of capitalism, exemplified by 'poverty amidst plenty' and manifesting precisely development of the productive forces in the framework of capitalist social-productive relations" (1977, p. 72-73).

A centralidade conferida ao papel da troca desigual está intimamente relacionada à controvérsia em torno do problema da acumulação primitiva de capital. Brenner introduz a questão na seguinte passagem:

> In the final analysis, however, the whole discussion of unequal exchange leading to the transfer of surplus must be assigned a subordinate place in relationship to the question of the rise of development and underdevelopment. The argument that unequal exchange and the transfer of surplus are central is largely derived from the notion, widespread among Marxists, that a 'primitive accumulation of capital' was largely responsible for the uniquely successful development experienced by certain areas within the Western European core from the sixteenth century, as well as for the onset of underdevelopment in the periphery (1977, p. 66).

O problema das abordagens que enfatizam a importância da acumulação primitiva está no fato de que, em suas explicações sobre o modo de produção capitalista, tudo se passa como se o mero amontoamento original de riquezas, em dinheiro ou espécie, representasse a condição essencial por trás da origem do capitalismo. Apesar disso, não se explica por que esta acumulação primitiva teria sido necessária para possibilitar o desenvolvimento econômico durante a origem do capitalismo, como se houvesse algum "bloqueio tecnológico que requeresse uma imensa concentração de capital para que fosse superado" (1977, p. 67). Não se explica também as razões que teriam garantido que a acumulação primitiva de capital fosse canalizada ao avanço das forças produtivas, e não simplesmente a destinações não-produtivas, à mera "criação de catedrais no centro e fome na periferia" (1977, p. 67). Em uma palavra, o foco na acumulação primitiva de riquezas deixa de dar a devida atenção ao processo fundamental por trás da origem modo de produção capitalista, a instauração de relações de produção especificamente capitalistas, cuja condição fundamental é a separação entre os produtores diretos e seus meios de produção e subsistência. O resultado deste processo, por sua vez, é o estabelecimento de relações de classe baseadas na oposição entre capital e trabalho assalariado livre, na extração econômica de excedente por meio do aumento da produtividade do trabalho através da acumulação de capital e da inovação, o que implica o desenvolvimento das forças produtivas. Aqui é possível ver como a tendência ao cornucopianismo e ao nacionalismo metodológico se reforçam. Brenner procura rejeitar a tese de troca desigual em favor da acumulação intensiva baseada na inovação. Para tanto, o autor recorre à unidade de análise nacional, com base na qual defende o caráter smithiano ou cornucopiano do desenvolvimento capitalista. Ao fazê-lo, contudo, o autor é levado a desconsiderar os custos indiretos da inovação e do desenvolvimento econômico do centro sobre a periferia.

No contexto europeu, a única região que teria assistido à implantação de relações de produção capitalistas no início da Era Moderna, a Inglaterra, foi também a única que conseguiu se afastar dos efeitos da crise geral do século XVII. Isto permitiu que as barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas fossem levantadas, evitando os problemas associados à escassez de alimentos e ao colapso demográfico generalizados vivenciados no continente europeu, onde prevaleciam relações de produção pré-capitalistas. A instauração de relações de produção capitalistas, por sua vez, é fruto do processo específico de luta de classes colocado em marcha na região a partir da crise geral do século XIV. Conforme o autor:

> In light of the barriers presented to the development of the productive forces by both serfdom and entrenched petty proprietorship, it is especially striking that the only areas of Europe which appear to have in the main escaped the general crisis of the seventeenth century had also, during the early modern period, experienced the rise of capitalist class relations of production in agriculture (BRENNER, 1977, p. 75).

Em contraste, no caso das demais regiões europeias, que também foram atingidas pela crise, o processo interno de luta de classes gerou resultados diversos, em razão de suas estruturas de classe prévias distintas e da forma específica como foi conduzido o processo de conflito em cada uma delas. No caso da França, por exemplo, prevaleceu um modelo baseado na pequena propriedade camponesa e na consolidação de uma estrutura de estado centralizada, baseado na cobrança de impostos e na venalidade dos ofícios. Já no caso polonês, o resultado da crise do século XIV foi o estabelecimento de relações de produção fundadas no aprofundamento da servidão, por um lado, e na formação de uma estrutura de poder descentralizada, fortalecendo a posição dos senhores das nobrezas locais em relação aos camponeses e impedindo a concentração do poder nas mãos da realeza. Brenner reconhece que a instituição da segunda servidão na Polônia esteve associada à produção de grãos para a exportação, mas nega que o contato com o mercado mundial tenha sido suficiente para alterar as relações de produção em vigor na região, isto é, o caráter feudal do modo de produção. Nas palavras do autor:

> It was this (…) 'dynamic', under the pressure of trade, which constituted at the broadest level the 'structure of underdevelopment' in early modern Poland and elsewhere: the growth of surplus extraction in response to the market, without the transformation of the mode of production which was required to make possible the development of the productive forces so as to increase the productivity of labour (…) Specifically then, the class structure of serfdom in Poland determined underdevelopment by stifling the productivity of the direct peasant producers, thereby undercutting the home market for means of production and means of subsistence, and at the same time determining that what market there was would be largely in luxuries. To the degree, therefore, that Poland was 'incorporated' within the world market, its

> economy was increasingly strangled; to the degree to which trade (later) declined, the Polish economy stagnated. However, neither of these trends was determined by the rise of trade and the world market, but fundamentally by a class structure of serfdom which precluded the emergence of an 'internal' dynamic of development, while ensuring that any commercially induced dynamic from 'outside' would ultimately lead to retrogression (1977, p. 71).

Aqui Brenner sugere que as relações "externas" estabelecidas com o mercado mundial não são o fator primordial por trás da instauração de um modo de produção, cujas transformações decorrem fundamentalmente em razão da alteração das relações de produção "internas". A discussão sobre a importância dos fatores externos e internos está ligada a outro ponto importante de divergência entre Brenner e Wallerstein, ligado à questão da unidade de análise. Neste caso, contudo, a divergência não compõe parte das críticas elaboradas por Brenner, isto é, não é tratada de forma explícita, transparecendo apenas implicitamente ao longo da discussão.

As discussões de Brenner a respeito da inovação e da troca desigual, bem como seus argumentos baseados nos modos de produção nacionais e suas tendências ao malthusianismo e ao smithianismo, é possível adiantar nossos argumentos a respeito do cornucopianismo e do nacionalismo metodológico.

Nossa tese é a de que Brenner não incorre a todo momento no problema do nacionalismo metodológico, nem sequer ao cornucopianismo. Assim, por exemplo, o autor dedica-se em trabalhos como *Merchants and Revolution* e *The economics of global turbulence* a diversos aspectos "externos" importantes relacionados aos modos de produção nacionais. Do mesmo modo, o autor por vezes pode adotar uma visão bastante "catastrofista" em relação ao capitalismo. A estratégia discursiva do autor depende de seus interlocutores, e de seus cálculos de custo e benefício, tal como em Wallerstein e todos os demais autores que se debruçam sobre o tema. Não obstante, sempre que o cornucopianismo capitalista, ou seja, o caráter smithiano de seu desenvolvimento econômico, parece ameaçado, o autor recorre ao nacionalismo metodológico para protege-lo. Vejamos o exemplo das crises gerais dos séculos XIV e XVII. Elas resultam da generalização da crise entre os diversos modos de produção pré-capitalistas, tendo como um de seus fios condutores o comércio internacional, bem como a acumulação política "internacional". Ambos os fatores parecem possuir, como não é difícil perceber, um caráter sistêmico. O autor, contudo, utiliza sua discussão sobre as crises gerais como base para defender o caráter interno da origem do capitalismo inglês, bem como a incapacidade do "comércio internacional" e da "acumulação política" de produzir resultados positivos, a não ser quando se trata do comércio entre modos de produção já capitalistas, isto é, de um processo

baseado na “concorrência”, na “acumulação de capital” e na “inovação”. O cornucopianismo de Brenner surge a partir de sua definição dos modos de produção capitalistas como estruturas de concorrência internas cujo resultado é o desenvolvimento econômico smithiano. A partir daí, é possível generalizar seu potencial, atribuindo ao sistema capitalista, isto é, à soma dos diversos modos de produção capitalistas internamente determinados, o caráter de um jogo de soma positivo. É, portanto, com base no nacionalismo metodológico que Brenner parece defender sua tese cornucopiana do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, quando o cornucopianismo não parece imediatamente ameaçado, o autor pode recorrer até mesmo ao catastrofismo, ou ao foco em questões sistêmicas. Isto nos parece sugerir que ambos os problemas não constituem defeitos congênitos da abordagem de Brenner, mas estratégias discursivas que variam de acordo com seus interlocutores e seus cálculos de custo e benefício. O único aspecto que não parece variar, neste sentido, é a confiança de Brenner no resultado líquido do processo de modernização, como podemos notar até mesmo em sua análise da crise do capitalismo contemporâneo. Antes de passar à crítica do anti-orientalismo, cabe mencionar uma das críticas feitas por Brenner a Frank e Wallerstein, que permitem antever tanto sua defesa do potencial de desenvolvimento econômico capitalista, quanto sua relação com os modos de produção nacionais. Conforme o autor,

> Yet, the failure of Frank and the whole tradition of which he is a part— including Sweezy and Wallerstein among others—to transcend the economic determinist framework of their adversaries, rather than merely turn it upside down, opens the way in turn for the adoption of similarly ill-founded political perspectives. Where the old orthodoxy claimed that the bourgeoisie must oppose the neo-feudalists, Frank said the neofeudalists were capitalists. Where the old orthodoxy saw development as depending on bourgeois penetration, Frank argued that capitalist development in the core depended upon the development of underdevelopment in the periphery. At every point, therefore, Frank— and his co-thinkers such as Wallerstein—followed their adversaries in locating the sources of both development and underdevelopment in an abstract process of capitalist expansion; and like them, failed to specify the particular, historically developed class structures through which these processes actually worked themselves out and through which their fundamental character was actually determined. As a result, they failed to focus centrally on the productivity of labour as the essence and key to economic development. They did not state the degree to which the latter was, in turn, centrally bound up with historically specific class structures of production and surplus extraction, themselves the product of determinations beyond the market. Hence, they did not see the degree to which patterns of development or underdevelopment for an entire epoch might hinge upon the outcome of specific processes of class formation, of class struggle. The consequence is that Frank’s analysis can be used to support political conclusions he would certainly himself oppose. (1977, p. 91).

As conclusões políticas indesejadas a que Brenner estão ligadas às interpretações “terceiro mundistas” da realidade, que o autor associa, em parte, o anti-orientalismo. Como

veremos a seguir, o anti-orientalismo carrega tanto traços smithianos quanto malthusianos. O problema, conforme a visão de Brenner, é que ele incorre no erro de associar o smithianismo a modos de produção pré-capitalista, bem como o malthusianismo a modos de produção capitalista. Dedicaremos a próxima seção à interpretação do autor sobre mais esta abordagem.

2.9.2 CRÍTICA AO ANTI-ORIENTALISMO

Na seção sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento vimos como Brenner aborda o modo de produção da região chinesa no Yang-tsé como um dos exemplos de sociedade pré-capitalista ou feudal. A conclusão de Brenner sobre as trajetórias divergentes seguidas pela região chinesa, de um lado, e a Inglaterra, de outro, são tomadas como base de sua crítica ao "anti-orientalismo". Em *The pre-history of Core and Periphery* (2011), Brenner

> Kenneth Pomeranz and the California School have contended that the economic dynamism of the Yangzi Delta in the seventeenth and eighteenth centuries equaled that of the most advanced regions of Europe in this era. My response, most crudely stated, is that, on the contrary, the economy of the Yangzi Delta was a classic p easant econom:y, which, despire certain unique aspects, cannot be differentiated qualitatively from other pre-capitalist peasant economies of the same epoch; it was subject to the same limitations and indeed partook of the same Malthusian- Ricardian panems. It could not, therefore, match the vitality of the most advanced regions of Europe, reflected above ali in their rates of growth and leveis of productivity, precisely because those regionsnamely England and the Low Countries- had already experienced a transformation beyond pre-capitalist economies to capitalist socialproperty relations (2011, p. 226)

Segundo Brenner a essência do argumento "anti-orientalista" encontra-se na tese de que a excepcionalidade do desenvolvimento econômico europeu, bem como sua maior intensidade relativa, teriam sido bastante exageradas. Longe de ter se iniciado no início da Era Moderna, a Grande Divergência entre as trajetórias de desenvolvimento da Europa ocidental, particularmente da Inglaterra, e de regiões orientais como a China, em especial a região do Yang-tsé, teria se iniciado apenas a partir do século XIX, quando teria sido iniciado um novo período de convergência entre as duas. Sobre as razões atribuídas à Grande Divergência pelos autores anti-orientalistas, Brenner comenta,

> If parts of Asia, no less than Europe, were experiencing Smithian growth for a long epoch, what accounts for their subsequent great divergence? Anti-orientalist economic historians resolve this difficulty by adopting one, or the other, or both, of

> two complementary propositions: 1) that the region that became the European core rushed ahead because it could appropriate wealth in various forms from the emerging periphery; 2) that the region that became the periphery fell behind, as a consequence of the negative impact of the emerging core upon it, with plunder and various forms of unequal exchange being the major culprits. The Smithian character of these further assertions- the explanation of divergent outcomes in terms of factors essentially exogenous to the growth of the market-should be evident. The upshot is that, in the fully developed version of the anti-orientalist case, as in dependency theory more generally, we find a rather unexpected combination of conceptualizations. From the modernization theory of the 1950s and 1960, comes the point, derived ultimately from Smith, that growth of the market and technological advance will combine to guarantee development, so long as there is no interference coming from outside the accumulation process. From the critique of modernization theory by the dependency school comes the counterpoint that development in the core was not only a result of its relationship with the periphery, but also a cause of the latter's underdevelopment. The new anti-orientalists, like the dependistas themselves, tend to be, then, simultaneously modernization and dependency theorists. (2011, p. 205-206).

Nos termos de Brenner, portanto, o argumento anti-orientalista diz que tanto a Inglaterra (e Holanda), quanto as regiões mais desenvolvidas da China, teriam seguido um padrão smithiano de desenvolvimento econômico até pelo menos a chegada da Revolução Industrial. O desenvolvimento smithiano, contudo, trazia consigo a propensão de um esgotamento de recursos de caráter malthusiano tanto na Inglaterra quanto na China. Para sustentar o processo de crescimento econômico caracterizado pelo desenvolvimento smithiano, portanto, seria necessário encontrar fontes de energia e insumos que alimentassem as maiores demandas de tecnologias mais produtivas, bem como mercados que pudessem absorvê-los. Principalmente em razão maior introversão do império chinês, a região não teria sido capaz de evitar a instauração de uma crise malthusiana, ao passo que a Inglaterra teria evitado o mesmo destino por poder contar com a utilização de combustíveis fósseis, de um lado, e com a exploração do mundo colonial, por outro. Brenner também afirma na mesma passagem que o lado smithiano do pensamento anti-orientalista estaria ligado a sua afinidade parcial com as teorias da modernização, ao passo que seu lado malthusiano seria derivado de sua ligação com as teorias da dependência. A ideia de que regiões não-europeias possam ter experimentado algo como um padrão de desenvolvimento smithiano parece ser uma das afirmações que mais provocam a ira de Brenner. Assim, em *Property and progress* (2007), o autor afirma,

> Finally, in what seems to me a fit of exuberance that I will let others call irrational, historians of China, and other places in Asia, have (…) draw what seems to me the quite unfounded conclusion that this increase in exchange brought about economic development, in the sense of rising per capita output and rising labour productivity. Indeed, led by Ken Pomeranz and the so-called California school, a new group of historians of China has refurbished and revised the·old theory of capitalist sprouts and is arguing that, up to 1800, economic growth proceeded as dynamically and as far in the Yangzi Delta.as in England (2007, p. 54-55).

Mas a revolta de Brenner com o anti-orientalismo não deriva apenas da atribuição do smithianismo a modos de produção pré-capitalistas como o Yang-tse, mas também da atribuição do malthusianismo dependentista ao desenvolvimento smithiano europeu. Em outras palavras, Brenner se incomoda com a ideia de que o subdesenvolvimento malthusiano da periferia do sistema capitalista resulte de sua subjugação por parte das potências europeias, constituindo a fonte central de seu desenvolvimento smithiano supostamente independente. Já no fim de *The pre-history of core and periphery*, Brenner conclui seu texto com a seguinte mensagem,

> To return, desperately briefly, in conclusion, to the fate of the economy of the Yangzi Delta in the late eighteenth and nineteenth centuries: it is redundant to adduce an (exogenous) insufficiency of wood or coal as does Pomeranz – or the impact of western imperialism as a dependency theorist might – to explain why the economy failed to take off. In the presence of peasant possession and lordly take by extraeconomic coercion, economic development had never – and could not have taken hold in the first place. By the same token, self-sustaining growth in England is explained by the transition that took place there from feudal to capitalist social-property relations, so requires no reference to either coal or colonial resources. Access to the latter might well have sped up an already ongoing process of capitalist expansion, but, in the absence of agrarian capitalism, it could have no more brought economic development than did the transfer of the gold and silver of the Americas to Iberia (2011, p. 230).

Aqui, nos parece que o autor recorre ao nacionalismo metodológico dos modos de produção para defender a ideia de que o desenvolvimento econômico inglês, ao menos durante seu surgimento, assumiu um caráter independente, não sendo responsável pela prevalência ou pela perpetuação do malthusianismo pré-capitalista alheio. Mas justamente ao buscar defender a ideia do desenvolvimento econômico auto-determinado, Brenner nos parece incorrer também numa concepção cornucopianista a respeito da modernização capitalista, já que busca exogeneizar os custos que possibilitam a expansão constante da acumulação de capital, incluindo a expropriação de insumos de forma imperialista, bem como a mudança representada pela maior utilização dos combustíveis fósseis, que, longe de representarem recursos inesgotáveis, também envolvem a existência de custos e trade-offs para seu aproveitamento. Em relação ao trabalho de Pomeranz, nos parece que uma das passagens mais iluminadoras sobre a visão de Brenner encontra-se numa nota de rodapé escrita por ele em *Property and progress*, e que diz respeito aos "requerimentos de terra" necessários para alimentar a expansão econômica durante a Revolução Industrial,

> America did, of course, provide the raw cotton needed for the industrial revolution in cotton production. But in so doing, it was hardly meeting any serious shortage of

> fibers that had previously held back the English economy; so it is difficult to see its relevance to Pomeranz's argument concerning the indispensability of America in allowing England to overcome the "land constraint". Beyond that, Pomeranz seems to take the fact that America provided almost all of England's raw cotton needs as an indication that there was no substitute for the English market. But the American quasi-monopoly of the English cotton market simply indicates that no other place could produce raw cotton as effectively or as cheaply as could the southern United States; it does not demonstrate that no other places could have provided it. No doubt the cost of production, thus the price, would have been higher. But given the truly revolutionary reduction in the cost of manufacturing cotton that was secured through the technical changes of the industrial revolution, it is hard to believe that the market could not have absorbed the higher price for the finished product that would have been entailed. The price, for example, of spun cotton fell by more than 90 percent between the 1780s and 1830s, reflecting the reduction of operating hours required to spin one hundred pounds of cotton from 50,000 required by Indian hand spinners (eighteenth century) to 2,000 required by Crompton's mule (1780) to 300 by power-assisted mules (c. 1795), to 135 by Robert's auto- matic mule (c. 1825). As Pomeranz himself points out, in 1861, with the commencement of civil war in the United States, even though American cotton was still able to find its way to the British market and still constituted 65 percent of that market, Indian cotton was able to take advantage of the (still limited) increase in its price over that of 1860 by suddenly exporting to England close to half of what the United States exported, raising its share by 80 percent in a single year, mostly by simply redirecting "already existing" cotton output that would otherwise have gone to other markets (2002, p. 646).

Aqui, Brenner vai do argumento da independência do desenvolvimento inglês ao argumento sobre a independência "potencial" *especificamente* em relação ao subdesenvolvimento do modo de produção escravista do sul dos Estados Unidos. Além disso, o autor parece utilizar de sua teoria smithiana do capitalismo para corroborar a ideia de que os aumentos de custos no caso da aquisição de algodão obtido de outras formas para além do escravismo não teria representado um problema para o capitalismo inglês. Novamente, sempre que o cornucopianismo capitalista entra em jogo, o autor parece recorrer ao nacionalismo metodológico para protege-lo. Antes de finalizar a discussão, cabe apresentar algumas notas sobre o termo utilizado por Brenner em sua crítica de Pomeranz, o "anti-orientalismo".

A adoção do termo anti-orientalista por Brenner é curiosa. Ela faz menção indireta ao termo orientalismo, popularizado a partir da obra homônima de Edward Said sobre o tema. O termo refere-se à consolidação do ramo do conhecimento europeu dedicado ao estudo das grandes civilizações [*high civilizations*] orientais. Tal campo tem em comum com a antropologia o foco na pesquisa das sociedades não-europeias, mas diferencia delas justamente por dedicar-se ao estudo de civilizações, e não de sociedades ditas selvagens ou primitivas. O subtítulo do livro de Said proporciona uma boa noção do tema de sua pesquisa: *O Oriente como invenção do Ocidente*. Ao longo de seu trabalho, Said busca mostrar como o desenvolvimento dos estudos ligados orientais está ligado à consolidação da dominação mundial europeia que acompanha a expansão do capitalismo. Assim, uma das vertentes do argumento é a de que o

pretenso universalismo europeu, ligado ao contexto do Iluminismo e à valorização da ciência, por exemplo, na verdade tem um caráter bastante particularista ou ideológico, alimentados pela necessidade de racionalização da exploração alheia através da reificação do Ourto. Neste sentido, o orientalismo aparece como uma expressão do eurocentrismo. Por esta razão, o termo mais apropriado para descrever a crítica tais problemas, de acordo com a visão dos próprios autores que se debruçam sobre o orientalismo, seria algo como o "anti-eurocentrismo", e não o anti-orientalismo. Brenner deixa mais clara as razões por trás de sua escolha na seguinte passagem,

> It is worth noting that, practically up to the present, the general trend among contemporary radical scholars of Third World experience – anti-orientalists prominently among them – has been to elaborare the divergent trajectories of different regions, nations, races, and genders; to emphasize and validate, if not celebrare, the differences, not the similarities, between east and west and north and south. In keeping with this goal, their method has tended to be strongly historicist, focused on constructing micro-histories and unique narratives to replace the "grand narratives" born of what they see as Eurocentric conceptions of a universal historical evolution. The latter, according to radical scholars, represent a mis-inheritance of the rationalistic, universalistic, scientistic Enlightenment (2011, p. 204).

A crítica de Brenner às investidas contra o pensamento europeu torna-se ainda mais curiosa porque, no mesmo artigo, Brenner considera a racionalidade dos agentes que integram um determinado modo de produção como específica ao seu contexto. Assim, por exemplo, um dos pontos de Brenner ao longo de seu artigo está ligado à ideia de que a recorrência do padrão malthusiano nos modos de produção pré-capitalistas não seriam o resultado de qualquer irracionalismo dos camponeses,

> So long, then, as pre-capitalist social property relations prevailed, individual peasants and lords would choose rules for reproduction that brought about, in aggregate, the combination of Malthusian-Ricardian stagnation and the growth of trade, towns, and military and luxury manufacturing. There was, it must be emphasized, nothing at all irrational about these choices (2011, p. 219).

Aqui, portanto, Brenner tende a defender a ideia de que a racionalidade, ao menos a racionalidade econômica, tem um caráter contextual. Mas, ao fazê-lo, torna-se mais difícil defender o caráter implicitamente irracional que Brenner parece atribuir aos protestos de autores "terceiro mundistas", "dependentistas" e "anti-orientalistas", já que, tal como eles afirmam, a suposta racionalidade e cientificidade atribuídas ao caráter universalista da modernização talvez sejam apenas reflexos ideológicos "locais" dos interesses de agentes ligados a modos de produção específicos. A crítica de Brenner aos protestos dos autores anti-orientalistas parece

estar ligada também à defesa do cornucopianismo com base no nacionalismo metodológico. No mesmo artigo, contudo, Brenner parece defender simultaneamente o universalismo da racionalidade desenvolvida pelos modos de produção modernos, e o particularismo das ideias desenvolvidas por autores de modos de produção tradicionais ou, no máximo em modernização. Ao fazê-lo, contudo, o autor precisa se posicionar contra a própria ideia, sugerida no mesmo artigo, de que a própria racionalidade é contextual às relações sociais de propriedade locais, o que levantaria a suspeita de que o universalismo europeu na verdade é apenas outro exemplo de visão particularista da realidade. Daí que, em sua crítica às abordagens terceiro mundistas, o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico de Brenner pareçam se misturar a um certo eurocentrismo, isto é, à pretensão de universalidade que mascara práticas particularistas, como o imperialismo. Antes de concluir, talvez seja proveitoso apresentar a crítica de Brenner ao "terceiro mundismo" que inspira, em parte, o pensamento "anti-orientalista",

> Most directly, of course, the notion of the 'development of underdevelopment' opens the way to third-worldist ideology. From the conclusion that development occurred only in the absence of links with accumulating capitalism in the metropolis, it can be only a short step to the strategy of semi-autarkic socialist development. Then the utopia of socialism in one country replaces that of the bourgeois revolution—one moreover, which is buttressed by the assertion that the revolution against capitalism can come only from the periphery, since the proletariat of the core has been largely bought off as a consequence of the transfer of surplus from the periphery to the core. Such a perspective must tend to minimize the degree to which any significant national development of the productive forces depends today upon a close connection with the international division of labour (although such economic advance is not, of course, determined by such a connection). It must, consequently, tend to overlook the pressures to external political compromise and internal political degeneration bound up with that involvement in—and dependence upon—the capitalist world market which is necessary for development. Such pressures are indeed present from the start, due to the requirement to extract surpluses for development, in the absence of advanced means of production, through the methods of increasing absolute surplus labour (1977, p. 91).

Aqui, Brenner chama atenção para as conclusões particularistas que a racionalidade particularista dos autores terceiro mundistas podem acarretar para os diversos participantes do mundo moderno. Ao contrário de defender a ideia de que, tal como no caso da Inglaterra, os países subdesenvolvidos também possam colocar em marcha um desenvolvimento econômico smithiano a partir da transformação de suas relações sociais de propriedade internas, agora Brenner defende que a autarquização pode levar a efeitos contrários. Por fim, o autor conclui sua discussão com uma discussão sobre como a atuação particularista incentivada pelo terceiro mundismo pode levar ao arrefecimento do potencial revolucionário dos movimentos trabalhistas dos países centrais,

> On the other hand, this perspective must also minimize the extent to which capitalism's post-war success in developing the productive forces specific to the metropolis provided the material basis for (though it did not determine) the decline of radical working-class movements and consciousness in the post-war period. It must consequently minimize the *potentialities* opened up by the current economic impasse of capitalism for working-class political action in the advanced industrial countries. Most crucially, perhaps, this perspective must tend to play down the degree to which the concrete inter-relationships, however tenuous and partial, recently forged by the rising revolutionary movements of the working class and oppressed peoples in Portugal and Southern Africa may be taken to mark a break—to foreshadow the rebirth of international solidarity. The *necessary interdependence* between the revolutionary movements at the 'weakest link' and in the metropolitan heartlands of capitalism was a central postulate in the strategic thinking of Lenin, Trotsky and the other leading revolutionaries in the last great period of international socialist revolution. With regard to this basic proposition, nothing has changed to this day (1977, p. 92).

Aqui, portanto, Brenner chama a atenção para a interdependência necessária entre as classes trabalhadoras periféricas e centrais no capitalismo moderno, e para o ideal da revolução socialista internacional. Além disso, chama atenção para o (maior?) potencial revolucionário das classes trabalhadoras dos países centrais, que deriva, curiosamente, de sua fraqueza inicial, bem como, presulmivelmente, do desenvolvimento de suas forças produtivas. O importante a chamar atenção aqui é para como o foco nas unidades de análise nacionais de Brenner dá lugar a uma discussão centrada na interdependência. Isto corrobora a ideia de que, quando o questionamento do cornucopianismo não entra em cena, o autor pode afrouxar suas restrições sobre a unidade de análise, isto é, sua tendência ao nacionalismo metodológico nacionalismo metodológico. Antes de terminar o capítulo, resta ainda apresentar as críticas de Brenner às explicações alternativas sobre a crise do capitalismo contemporâneo. Nela veremos que, apesar da visão pouco otimista de Brenner sobre as perspectivas futuras do capitalismo global, o autor não abandona o smithianismo de sua abordagem, o que faz com que continue apresentando uma visão cornucopiana da acumulação de capital. Veremos também como, apesar do foco de Brenner na economia da turbulência global, o autor continua ancorando sua análise nas unidades de análise nacionais, que assumem uma importância crescente conforme os questionamentos ao caráter positivo da modernização parecem se avolumar.

2.9.3 A CRÍTICA AO MARXISMO NEO-MALTHUSIANO DAS EXPLICAÇÕES DA CRISE

O primeiro capítulo de *The economics of global turbulence* é inteiramente dedicado à crítica feita por Brenner ao que ele chama de explicações da crise do lado da oferta, como

pode ser inferido por seu título: *Supply-side explanations: a critique*. As explicações do lado da oferta têm duas vertentes intimamente relacionadas. Uma delas, segundo Brenner, vê o *longo declínio* da economia global capitalista primordialmente como resultado do achatamento dos lucros (*profit squeeze*) advindo da "explosão de salários" derivada do aumento excessivo "poder do trabalho". Tal situação seria o fruto dos novos arranjos institucionais das economias avançadas implatados com acordos Bretton Woods no pós-Segunda Guerra Mundial. Vimos que Brenner admite a possibilidade de ocorrência de situações de profit squeeze em blocos de capital específicos e por períodos limitados de tempo. Como, contudo, o longo declínio refere-se justamente a uma situação de crise prolongada e que atinge presumivelmente todos os blocos de capital que compõem o sistema capitalista global, logo a tese do *profit squeeze* via explosão de salários é insuficiente para explicar a crise do capitalismo contemporâneo em toda sua extensão e profundidade.

Além da crítica às teses do *profit squeeze* de salários, a crítica de Brenner visa combater também a vertente *malthusiana* das explicações da crise, que atribuem a queda da lucratividade que caracteriza o longo declínio a uma suposta crise de produtividade do modo de produção capitalista. É preciso enfatizar que as explicações baseadas no profit squeeze de salários e as de caráter malthusiano não são incompatíveis. Na verdade, ambas mobilizam basicamente os mesmos argumentos. O próprio Brenner parece encarar a diferença entre elas mais como uma questão de ênfase do que como uma diferença absoluta. Assim, as teorias do profit squeeze combinam a tese da explosão de salários com a tese malthusiana da crise de produtividade. Da mesma forma, as explicações malthusianas atribuem o problema da queda de lucratividade a uma desaceleração da produtividade não acompanhada por uma redução do crescimento dos salários. Conforme o autor,

> Of course, as any economist will aver, no decline in productivity growth, however severe, is sufficient in itself to cause problems for the macroeconomy. Falling productivity growth can result in a squeeze on profitability only if there is a failure of real wage growth to adjust downward in tandem. The fact is, however, that today an extraordinarily wide range of economists believe that a slowdown in productivity growth to which (direct and indirect) wage growth failed to adjust is precisely what happened over the last two decades or so in the advanced capitalist economies, and that exactly this development is at the root of our economic troubles (2006, p. 15).

Em suma, tanto as explicações do profit squeeze quanto as explicações malthusianas têm basicamente o mesmo caráter[43]. Na verdade, ao longo de sua apresentação,

[43] Brenner também utiliza basicamente o mesmo modelo do desenvolvimento econômico em seu debate da transição. Assim, ao discutir sobre o capitalismo holandês em *The Low Countries in the transition to capitalism*,

Brenner parece algumas vezes considerar as explicações do lado da oferta, do profit squeeze de salários e as teses malthusianas sobre a crise como termos intercambiáveis. Além disso, Brenner considera a adoção a tais explicações como um fato extremamente comum. De fato, a variedade de economistas associados a elas seria tão grande que abrangeria, segundo o autor, praticamente todo o espectro político:

> To the extent, then, that the problem of the long downturn in the world economy has been systematically posed, it has called forth a paradoxical near-consensus. Marxists and radicals have joined liberals and conservatives in explaining the long downturn as a 'supply-side' crisis, resulting from a squeeze on profits, reflecting pressure on capital from labour that is 'too strong'. In so doing, they have characterized the current crisis in terms just the opposite of those that have often been used to characterize the long downturn of the interwar period, a crisis widely viewed as a 'demand-side' or 'under-consumption' crisis, resulting from an overly high profit rate, reflecting pressure from labour that was 'too weak' (2006, p. 16).

Brenner adiciona ainda à lista de autores que aderem às explicações do lado da oferta autores de inspiração keynesiana. Por fim, além dos marxistas propriamente ditos, Brenner inclui a teoria da crise do próprio Marx entre as explicações do lado da oferta, atribuindo a ela um caráter intrinsecamente malthusiano[44]. A seguir, apresentaremos a linha de raciocínio básica dos autores keynesianos. É neste contexto que Brenner explicita as razões para sua rejeição da tese do *profit squeeze*. Em seguida, delinearemos os elementos da crítica de Brenner à teoria das crises de Marx, onde fica mais clara a questão do malthusianismo.

Curiosamente, Brenner associa a essência das explicações keynesianas da crise à teoria de Kalecki sobre os aspectos políticos do pleno emprego. Assim,

> In line with the 'Keynesian' theory that he had originated-independently from KeynesKalecki argued that there was no economic limit to the degree to which Keynesian policies of demand management could extend a boom. There were, however, in his view, very definite political limits to the degree to which it could do so (2006, 17).

---

o autor comenta: "But high wages hardly spelled disaster; quite the contrary. Over the same period exports rose, attesting to the capacity of van (…) merchant capitalism to raise productivity in keeping with rising labour costs. Rising wages must indeed have contributed rather significantly to the economy's growth, for so long as they were offset by rising productivity and were prevented from squeezing profits, and so long as the products that were produced could find sufficient demand, rising wages could provide the sort of dynamic domestic market available in few if any other locations in Europe in this period. In addition, rising wages must have spurred the substitution of capital for labour, the introduction of labour-saving technological changes that, in many instances, must have accelerated the growth of overall productivity" (2001, p. 215-216).

[44] Curiosamente, enquanto a crítica ao keynesianismo ocupa toda uma sessão do capítulo de Brenner, intitulada *The "contradictions of Keynesianism"*, sua refutação à teoria das crises marxiana é confinada a uma única nota de rodapé.

Os limites politicos a que Brenner se refere aqui referem-se primordialmente ao crescimento do poder do trabalho que encontra-se na base das explicações do profit squeeze de salários. De maneira complementar, considera-se também o aumento da participação do estado no setor privado. Ambos os fatores contribuiriam para minar a confiança dos empresários, o que levaria a uma redução do nível de investimentos, apesar do nível de lucratividade presente mostrar-se satisfatório. Neste contexto, referindo-se aos empresários capitalistas, Brenner observa que "sua resposta econômica politicamente motivada traria um declínio ainda que as condições econômicas para ele não estivessem presentes" (2006, p. 18). Segundo Brenner, as explicações keynesianas da crise seguiriam basicamente a mesma linha de raciocínio, com duas diferenças básicas. A primeira delas diz respeito ao fato de que as explicações keynesianas consideram o crescimento do poder do trabalho e a explosão de salários enquanto fatores econômicos que atuam diretamente sobre a queda da lucratividade, e não por meio da via indireta da esfera política.

A segunda delas refere-se a uma maior ênfase aos arranjos institucionais que fundamentam o crescimento do poder do trabalho. A referência aqui é ao chamado acordo capital-trabalho (*capital-labour accord*) ligado aos acordos de Bretton Woods, por meio do qual ficariam definidos os objetivos de priorizar o crescimento sustentado da demanda agregada e buscar o pleno emprego, atrelando o crescimento dos salários ao crescimento da produtividade e do custo de vida. De um lado, tais medidas provocaram uma "confiança fortalecida da partet dos trabalhadores de que a arma do crescimento do desemprego não seria invocada no futuro" (2006, p. 18). Simultanemanete, "o crescimento da disponibilidade e do nível do seguro desemprego estava diminuindo não só o risco, mas também o custo da perda de emprego" (2006, p. 18). Com o tempo, tais medidas contribuíram para aumentar o poder do trabalho em relação ao capital, dificultando a contenção dos custos de produção, especialmente os salários, bem como a implementação de reajustes de preços. Neste contexto, a lucratividade teria se tornado cada vez mais espremida entre o piso crescente dos custos e o teto rígido dos preços.

Ainda que priorize a ideia do profit squeeze de salários, as explicações keynesianas da crise recorreriam também à tese malthusiana da crise de produtividade. Assim, conforme a Era de Ouro do pós-Segunda Guerra Mundial chega ao fim, isto é,

> As the boom reached its peak and labour demand outran labour supply, workers exploited their enhanced leverage to launch a powerful wave of labour militancy across the advanced capitalist economies. The outcome was an 'explosion of wages' At the same time, according to some accounts, workers withheld their energy and care on the shop floor, setting off a long-term decline in the growth of productivity. The

> result was the onset of a secular wages-productivity squeeze on profits, made worse by the failure of the welfare state to shrink sufficiently. (2006, p. 18).

O poder do trabalho teria sido capaz de resistir até mesmo à ofensiva do capital colocada em marcha a partir dos anos 1970 e 1980, impedindo a adequação dos salários e a contenção dos custos do estado de bem-estar social, mesmo diante de um período crônico de redução dos investimentos e da lucratividade. Esta é, em linhas gerais, a explicação keynesiana da crise, com base na qual Brenner visa refutar a tese do profit squeeze de salários.

Levando em conta uma economia que se aproxima do pleno emprego, Brenner apresenta basicamente três razões que impedem que o crescimento do poder do trabalho e o aumento de salários provoquem o achatamento dos lucros generalizado e de longo prazo: i) os ganhos de escala resultantes do aumento da utilização de capacidade instalada das firmas; ii) a substituição de trabalho por capital motivada pelo encarecimento relativo dos salários; iii) o crescimento relativo da oferta de trabalho estimulado pela realocação dos fluxos de trabalho e capital.

Em primeiro lugar, Brenner afirma que mesmo que o poder de barganha dos trabalhadores aumente num contexto de expansão da acumulação de capital e redução do desemprego, o aumento dos salários promove não somente a redução da lucratividade, mas também efeitos compensadores que tendem a elevá-la. Assim, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão dos salários, aumentam as vendas e a utilização de capacidade por parte das firmas, proporcionando ganhos de escala que reduzem os custos unitários da produção e aumentam os lucros. Com base neste argumento, Brenner conclui que, “conforme uma economia se aproxima do pleno emprego, ela pode muito bem experimentar uma elevação da lucratividade, mesmo que o crescimento dos salários se acelere” (2006, p. 19).

Em segundo lugar, o aumento dos salários tende a estimular a substituição de trabalho por capital, ao baratear os custos relativos da introdução de inovações que reduzem a demanda por trabalho das firmas capitalistas. A redução da demanda por trabalho decorre tanto da economia de trabalho resultante da inovação propriamente dita, quanto do aumento da produtividade resultante de sua implementação, o que contribui para reduzir ainda mais a necessidade de contratar força de trabalho.

Finalmente, em terceiro lugar, Brenner refere-se ao crescimento local da oferta de trabalho relativa ao capital. Ela resulta da alteração dos fluxos de recursos, seja através da migração de trabalho, seja da realocação de capital. Assim, quando a demanda por trabalho aumenta, e com ela os salários, tende a aumentar o incentivo para que trabalhadores migrem

para tal região, aumentando a oferta de trabalho relativa e contrabalançando o desequilíbrio. Da mesma forma, o aumento da demanda por trabalho estimula a realocação de capital das firmas para outras regiões com menores custos de produção, especialmente salários. Isto aumenta a escassez relativa de capital, ou, o que dá no mesmo, a abundância relativa de trabalho. Nas palavras de Brenner,

> When the demand for labour rises, the resulting increase in wages tends to provoke an increase in labour supply by way of the action of the labour and capital markets themselves. Workers from abroad find it more attractive to immigrate, and – unless they are restrained by political means – their entry will reduce the tightness of the labour market. Simultaneously, the profitability of combining means of production with lower-waged labour elsewhere increases; as a result, either more capital is exported or capitalists in other places accelerate their investment. The effective size of the labour pool thus tends to expand relative to supply, and wage pressure is reduced.

É importante ter em mente que as razões aduzidas por Brenner para combater a tese do *profit squeeze* de salários referem-se basicamente à situação interna de blocos de capital específicos. Isto é, a imigração de trabalho é analisada com base em seus efeitos sobre a economia ou modo de produção em questão, e não sobre o sistema capitalista global como um todo. O mesmo pode ser dito em relação à realocação de capital. Neste caso, Brenner parece assumir que a migração ou redirecionamento dos fluxos de capital faça com que sua eventual ligação com um bloco de capital pioneiro específico seja basicamente desfeita ou torne-se insignificante em seus efeitos. Isto confere às firmas que se voltam aos investimentos estrangeiros independência para ajudar a constituir novos blocos de capital. Por fim, para chegar à conclusão de que a realocação dos fluxos de capital e trabalho tende a contrabalançar a tendência ao *profit squeeze* de salários, Brenner diz ser necessário fazer uma suposição sobre a realidade "externa" àquela que prevalece no bloco de capital em questão,

> I am making the assumption here that there will in fact be available other, cheaper labour that can be combined with means of production embodying somethinglike the current level of technology without a loss of efficiency (…). But this assumption appears warranted in light of what seems to be a double reality. (2006, p. 20).

Este ponto é importante porque está diretamente ligado à existência de um diferencial de salários entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Está ligado também à natureza da expansão do desenvolvimento econômico. Por fim, ao relacionar a

realidade interna de um bloco de capital específico à realidade externa, Brenner toca num ponto essencial relativo à questão da unidade de análise.

A dupla realidade a que Brenner se refere na passagem supracitada diz respeito, em primeiro lugar, à tendência de que, no longuíssimo prazo, a acumulação de capital esteja associada a aumentos de salários que ultrapassam o crescimento da produtividade do trabalho. Isto faz com que haja um aumento relativo dos custos do trabalho nos blocos de capital pioneiros ou maduros em relação àquele dos blocos de capital tardios ou novos. O custo relativo do trabalho nos blocos pioneiros também tende a se elevar em razão da redução da demanda de trabalho *qualificado* resultante da introdução de inovações nos novos blocos capital. Conforme Brenner,

> First, in the course of any historically extended wave of capital accumulation, as a consequence of the growth of demand for labour and of competition for labour between more efficient and less efficient producers, labour forces inevitably secure increases in wages far greater than can be understood as compensation for their increased skill-the increased productiveness of the workers themselves, aside from the machinery they operate. More generally, labour forces in regions with long histories of economic development tend to receive wages which are substantially higher than can be explained simply by reference to their relative level of productiveness. Second, over similarly extended time periods, technical change tends to reduce the skill required to produce any given array of products, with the result that the labour force that can make those products without loss of fficiency is continually enlarged, and the wage required to pay it correspondingly reduced. The outcome is that, as their wages rise over the course of a boom, workers in the most advanced, longest developing regions tend to price themselves out of the market in consequence of the relative rise of what migh be called their wages-skill ratio (2006, p. 20-21).

Infelizmente, Brenner não apresenta qualquer justificativa para que o crescimento dos salários, nas "ondas extendidas de acumulação de capital", ultrapasse o aumento da produtividade. Contudo, dada a ênfase de Brenner ao papel das relações sociais de propriedade na conformação dos modos de produção, as quais são forjadas a partir de sua estrutura de classe, talvez seja possível presumir que o aumento "indevido" dos salários nos blocos de capital ou economias avançadas seja devido precisamente ao aumento do "poder do trabalho" no contexto da luta de classes. Talvez Brenner tenha em mente a ideia de que a alteração do equilíbrio de poder em detrimento do capital beneficie a situação econômica dos trabalhadores não primordialmente pela via direta do crescimento de seu poder de barganha, mas através da luta pela "democratização" da arena política, que permitiria não apenas conquistar reajustes conjunturais nos salários, mas promover a própria renegociação das regras que regem as relações sociais de propriedade. O autor, contudo, não deixa claro se este é de fato o caso.

De qualquer forma, ambos os fatores aduzidos por Brenner são usados para argumentar que, no longo prazo, a acumulação de capital e, com ela, o desenvolvimento econômico, tendem a ser redirecionados a novas regiões geográficas, dando origem a novos blocos de capital com padrões de desenvolvimento mais avançados, resultando na generalização do progresso e, presumivelmente, no aumento relativo da remuneração dos trabalhadores das novas regiões em relação ao passado. Do ponto de vista do sistema capitalista global, o resultado parece ser uma tendência à redução do desequilíbrio de salários entre os blocos de capital pioneiros e os blocos de capital tardios.

Antes de passar à crítica do malthusianismo, resta enfatizar um ponto. Ao abordar a teoria de Kalecki, Brenner menciona a possibilitada aventada por aquele autor de que as fases de expansão dos ciclos econômicos possam, por princípio, ser extendidas indefinidamente. Com base em sua adesão ao marxismo, seria possível imaginar que Brenner fosse completamente contrário a esta conclusão. Mas, como vimos em sua crítica às explicações keynesianas da crise, sua refutação da tese do *profit squeeze* de salários passa justamente por reafirmar o potencial do modo de produção capitalista de proporcionar de forma indefinida o crescimento da produtividade, ou desenvolvimento econômico, ou ainda, o avanço das forças produtivas. A única condição imposta por Brenner para que tal acontecimento se realize é a continuidade do processo de acumulação de capital. Assim, como a acumulação de capital automaticamente proporciona o crescimento da produtividade, e como, a princípio, a elevação dos salários é perfeitamente compatível com elevações da lucratividade, logo crises de lucratividade devem ser explicadas primordialmente com base na intensificação da concorrência intercapitalista, e não no poder do trabalho. Em outras palavras, a causa primordial da tendência à queda de lucratividade que está na base do longo declínio não é a concorrência vertical entre capital e trabalho, mas sim a concorrência horizontal intercapitalista, isto é, o desenvolvimento desigual resultante da interação entre blocos de capital distintos que rivalizam entre si no mercado mundial.

Dado que a tese de Brenner sobre a crise capitalista global representada pelo longo declínio tem como base a tendência à queda da taxa de lucro, seria possível imaginar que a explicação elaborada pelo autor fosse tributária da teoria das crises elaborada por Marx. Na verdade, contudo, ocorre justamente o contrário. Neste sentido, o principal alvo explícito de Brenner em sua crítica ao malthusianismo é justamente a teoria marxiana das crises, bem como as teses marxistas ortodoxas associadas a ela. A crítica ao malthusianismo de Brenner representa justamente uma tentativa de refutar as teses que buscam explicar a queda da lucratividade com

base na redução do potencial do modo de produção capitalista para continuar a proporcionar o crescimento da produtividade através da acumulação de capital. Nas palavras do autor,

> According to several major left-wing schools, the fall in profitability responsible for the long downturn originated in a secular decline in productivity growth which was itself the consequence either of the declining effectiveness of the so-called Fordist system of organizing the labour process, or of rising worker resistance and slacking on the shop floor, or of a combination of the two. These 'social Malthusian' accounts actually dovetail rather closely, in practice-though not, of course, in their underlying rationale – with orthodox Marxist theory, which sees the economy's tendency to increase productivity by relying to an ever greater extent on indirect relative to direct labour as leading inexorably to a fall in the rate of profit. Paradoxically, this theory, too, has a Malthusian character, because it also posits a decline in profitability as resulting from declining productivity. According to the orthodox Marxist thesis, in order to compete, capitalists must cut costs by increasing mechanization, manifested in a rising organic composition of capital (capital-labour ratio). But, in so doing, they cannot avoid bringing about a fall in the aggregate rate of profit because the rise in the organic composition of capital issues in an increase in the output-labour ratio that is insufficient to counteract the parallel fall in the output-capital ratio that it also brings about. The rate of profit falls, from this perspective, because, with the real wage assumed constant, investment in mechanization cannot but result in an increase in labour productivity (real output-labour ratio) that is more than cancelled out by a decrease in capital productivity (real output-capital ratio). Were this theory correct, what would logically be entailed is the impeccably Malthusian proposition that the rate of profit can be expected to fall because, as a direct result of capital accumulation, overall productivity – *productivity taking into account both labour and capital inputs* – can be expected to decline (2006, p. 14, grifos no original).

Na passagem acima, a questão da produtividade é avaliada de acordo com três critérios distintos: a produtividade do trabalho, a produtividade do capital, e a produtividade geral, levando em conta ambos os fatores de produção. Neste ponto, a abordagem de Brenner parece afastar-se das teses associadas à teoria do valor-trabalho, segundo a qual apenas o trabalho seria capaz de criar valor para além daquele necessário para reproduzi-lo. Este ponto tende a não ficar claro nas apresentações de Brenner sobre o tema da transição, onde o autor dá grande atenção à produtividade do trabalho. A crítica de Brenner à teoria das crises de Marx vai basicamente na mesma direção. Assim, na nota de rodapé reservada pelo autor ao assunto, lê-se,

> As Marx liked to put it, the rise in the organic composition of capital brings about· a fall in the rate of profit in the very process of bringing about an increase in labour productivity, the ratio of output to labour (by bringing about, as he failed to emphasize, an ever greater decrease in the ratio output to capital) (…). Marx was, of course, fiercely anti-Malthusian. The Malthusian character of his theory of the fall of the rate of profit is therefore highly incongruous, though logically unavoidable, given that it hhas thedecline in profitability result from a decline in productivity, taking into account both capital and labour inputs. It also flies in the face of commonsense. For, if, as Marx himself seemed to take for granted (…) capitalists are assumed, in response to competition, to adopt technical changes that raise their own rate of profit by

> reducing their total cost (labour plus capital, or direct and indirect labour) per commodity, it seems intuitively obvious that the ultimate result of their innovation, when it is generally adopted in their line, can olny be to reduce the exchange value of the goods produced in their line and thus, directly or indirectly, to reduce the exchange value of the wage, and thus to *raise* the average rate of profit, given again the (Marxian) assumption that the real wage remains constant. It certainly cannot be to reduce the rate of profit (…) For the orthodox Marxist thesis to hold, therefore, requires the assumption – again paradoxical in terms of Marx's own premises – that capitalists adopt new techniques that *decrease their own rate of profit* – and, again, end up reducing overall productivity. (2006, p. 14-15).

Para que possamos compreender melhor a crítica de Brenner, talvez seja útil que recordemos sua apreciação sobre as teses malthusianas ligadas ao debate da transição. Naquele contexto, Brenner considera que as teses malthusianas contribuíram com a discussão justamente por esclarecer o *funcionamento* dos modos de produção pré-capitalistas. Assim, ainda que sejam incapazes de proporcionar uma explicação satisfatória da transição propriamente dita, o malthusianismo tem a vantagem de explicitar as condições sob as quais prevalece a ausência do desenvolvimento econômico. O smithianismo, por sua vez, também falha em sua tentativa de esclarecer a *origem* do capitalismo, mas contribui ao explicar os mecanismos de *funcionamento* do modo de produção capitalista, cuja *differentia specifica* é a tendência ao desenvolvimento econômico. Apesar de análogos, contudo, o malthusianismo real mencionado por Brenner no debate da transição difere do malthusianismo teórico das explicações marxistas da crise.

No caso do malthusianismo feudal, a expliação das crises de produtividade se baseia na tendência à queda da produtividade do trabalho não compensada por aumentos da produtividade da terra, isto é, da produtividade do "capital". O resultado agregado, portanto, é a queda da produtividade geral, exacerbando a discrepância entre população e recursos que está na base das crises gerais europeias dos séculos XIV e XVII. Assim, conforme o autor,

> As population grew and peasants subdivided holdings, the material foundations for improving production-indeed of peasant production itself-were progressively weakened. Agriculture had to be extended to land that was less fertile and/or more costly to bring under cultivation. Holdings got smaller, and the ratios between land and labour and capital and labour diminished. Because the man-land ratio steadily increased, yields tended to grow. But this growth of output per unit of land was an expression of, and was purchased at the cost of, a decline of output per unit of labour. To make matters worse, as peasant plots got smaller and they yielded ever less food, peasants were obliged to transfer to arable production land previously devoted to the support of animals, the key source of the manure that was required to keep the land in heart. But this naturally undermined soil fertility, accelerating the decline of agricultural labour productivity that overshadowed every aspect of feudal economic evolution (2007, p. 73).

Assim, ainda que a tentativa de contornar a queda da produtividade geral através do crescimento extensivo permitisse atenuar por algum tempo a expressão da crise de produtividade malthusiana nos modos de produção pré-capitalistas, ela não poderia ser capaz de eliminá-la. O mesmo ocorria no caso das tentativas dos camponeses de contornar a queda da produtividade do trabalho através da comercialização e da proto-industrialização,

> Peasants who had insufficient land to provide their subsistence directly but who had commercial access to urban markets could seek to make ends meet by making more intensive use of family labour-not only their own but also, especially, that of their wives and children. All else being equal, peasants in this position would have devoted their additional labour to the production of food grains, for, in the face of food prices that rose with population increase, this would have brought the best returns (…). They might turn, as well, to domestic industry organized by town or rural merchants. Still, to follow this path, peasants had to pay a heavy price. Because the pressure on peasants to pursue the production of specialized crops or domestic manufacturing was accompanied by rising food (grain) prices, both commercial agriculture and proto-industry yielded ever smaller returns per unit of labour input than did wheat, so always represented a decrease in the cost-effectiveness with which peasants allocated their major resource. Put another way, although commercial crops and domestic manufacture yielded increased output and income per household or per unit of land-rising land productivity-it did so only at the cost of a further decrease in output per unit of labour-declining labour productivity. The peasants' turn to commercial agriculture and protoindustrialization should not therefore be understood, in Smithian fashion, as a voluntary attempt to secure the gains from trade in response to Growing market opportunities, but rather as a second choice, made under duress, as the only way to survive in the face of insufficient land to cultivate food grains (2007, p. 79).

Novamente, o problema acarretado pelo malthusianismo *real* experimentado pelos modos de produção capitalista está relacionado a uma queda da produtividade do trabalho não compensada por aumentos da produtividade do capital. Já no caso do malthusianismo das explicações da crise marxista e marxiana, a tendência à queda da taxa de lucro também seria, de acordo com a *teoria*, provocada por uma crise de produtividade. Neste caso, contudo, o problema seria derivado do fato de que os aumentos da produtividade do trabalho resultantes do processo de acumulação de capital seriam insuficientes para compensar a queda da produtividade do capital. O resultado, portanto, seria uma queda da produtividade geral, *não obstante o aumento da produtividade do trabalho*. Aqui, portanto, ocorre justamente o contrário daquilo que prevalece sob o malthusianismo feudal, onde é a queda da produtividade do trabalho quem explica a tendência à crise de produtividade.

O problema com as explicações marxista e marxiana da crise, segundo Brenner, é que, ao contrário dos modos de produção pré-capitalistas, o capitalismo não funciona de acordo com o modelo malthusiano, mas sim em grande medida de acordo com o modelo smithiano. Neste sentido, a acumulação de capital não só não gera problemas para o crescimento da

produtividade geral, como também permite que os frutos do aumento da produtividade sejam distribuídos tanto sob a forma de crescimentos de salários, como simultaneamente de elevações dos lucros e da lucratividade[45]. Mais uma vez portanto, tal como foi possível depreender a partir da crítica às teses do *profit squeeze*, a causa da redução da lucratividade deve ser buscada não na pressão vertical exercida pelo crescimento dos salários dos trabalhadores sobre os lucros dos capitalistasmas na exacerbação da competição horizontal intercapitalista entre blocos de capital. Apenas em razão do prolongamento excessivo da competição é que pode ter origem uma situação de desaceleração da produtividade. Mesmo neste caso, contudo, ela surge como efeito da redução da taxa de acumulação de capital, e não como sua causa. Assim,

> Longer term 'crises of productivity' are thus more likely to be understandable as a consequence than as a cause of secular problems of profitability. In tum, because a slowdown in productivity growth means that a smaller surplus will be generated at any given rate of wage growth than previously, it obviously complicates the process of adjustment to over-capacity and over-production by making the restoration of profitability that much more difficult to accomplish (2006, p. 37).

Até aqui, vimos como a teoria da crise de Brenner é orientada para fundamentar sua crítica às explicações da crise do lado da oferta, isto é, às teses combinadas do *profit squeeze* de salários e da crise de produtividade malthusiana. De um lado, Brenner parece procurar defender os trabalhadores da acusação de que eles tenham sido os principais responsáveis pela queda da lucratividade associada ao longo declínio. De outro, o autor reforça sua tese de que o capitalismo seja caracterizado pela tendência ilimitada a promover o desenvolvimento econômico. Isto permite que Brenner enxergue a crise de lucratividade como resultado da competição horizontal capitalista. Ao mesmo tempo, deixa intocada sua fé no cornucopianismo capitalista, dado que atribui à acumulação de capital a propriedade automática de promover o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, para explicar a razão que impede a concretização de seu potencial, Brenner precisa recorrer ao engessamento provocado pelo capital fixo. Por si só, a concorrência é a fonte que estimula a acumulação de capital e a inovação. Combinada à rigidez dos blocos inter-relacionados de capital, contudo, a concorrência se tranforma na fonte dos problemas que o autor associa ao desenvolvimento desigual. Estranhamente, portanto, Brenner parece assumir uma posição cada vez mais sombria em relação ao capitalismo, que no entanto encontra-se fundamentada em uma abordagem

[45] Brenner não estabelece se os aumentos da produtividade geral associados à elevação da produtividade do trabalho seriam acompanhados pelo aumento da produtividade do capital ou por sua queda insuficiente para reverter o resultado geral. Ainda assim, o autor deixa claro que o resultado final da acumulação de capital é sempre o aumento da produtividade geral.

smithiana do capitalismo, a partir da qual o autor se torna capaz de criticar duas das correntes mais conhecidas por sua fé no cornucopianismo moderno, o keynesianismo e o marxismo ortodoxo, por seu suposto "malthusianismo".

2.10 COMENTÁRIOS

Ao longo desta seção, faremos dois tipos de comentários. Os primeiros referem-se a algumas de nossas impressões sobre a obra de Brenner, principalmente daqueles aspectos que se relacionam a nossa discussão, a modernização e a unidade de análise. Em seguida, buscaremos reafirmar o sentido em que consideramos que a adoção das unidades de análise nacionais por parte de Brenner está ligada a uma tendência à adoção do nacionalismo metodológico como estratégia discursiva sempre que o cornucopianismo da modernização parece ameaçado.

Talvez o ponto mais positivo da análise de Brenner se refira a sua tentativa de elaborar um modelo que explique não só a transição do feudalismo, mas também seu funcionamento. Assim, tanto na primeira rodada do debate marxista da transição quanto na própria obra de Wallerstein, parece não haver uma discussão satisfatória das características do modo de produção feudal "em si".

Apesar disso, o foco de Brenner no desenvolvimento das forças produtivas como fator diferenciador entre o feudalismo e o capitalismo parece ter acarretado numa análise bastante idealizada tanto do primeiro, quanto do segundo. Assim, nos parece que Brenner tende a exagerar o caráter negativo do sistema feudal, associado a palavras como monopólio, privilégios, coerção, extração política de excedente e padrão de desenvolvimento malthusiano. Ao mesmo tempo, Brenner nos parece idealizar bastante o modo de produção capitalista, ligado a palavras como concorrência, carreira aberta aos talentos, liberdade, extração econômica de excedente, inovação e padrão de desenvolvimento smithiano. A idealização do desenvolvimento econômico, intimamente associado à definição de Brenner sobre a modernidade capitalista, nos parece estar na origem da tendência do autor à adoção de um discurso cornucopianista. A associação feita por Brenner entre acumulação de capital e inovações, com aumentos automáticos da produtividade, não se desfaz nem mesmo durante a análise do autor sobre a crise estrutural contemporânea do capitalismo global.

Apesar do foco nas forças produtivas, não obstante seu discurso sobre a prioridade das relações sociais de propriedade, Brenner não faz qualquer discussão detalhada sobre o significado das forças produtivas, nem sobre o significado de seu desenvolvimento. Assim, quaisquer que sejam os problemas da análise de Cohen, outro adepto do marxismo analítico, pelo menos é possível atribuir a ele a qualidade de apresentar de forma explícita uma discussão detalhada sobre as forças produtivas.

Além de não discutir as forças produtivas, Brenner também não aborda em nenhum de seus textos as razões que o fazem adotar as unidades de análise nacionais, nem o significado da relação entre os modos de produção nacionais e o sistema de que eles presumivelmente fazem parte. O autor simplesmente refere-se de maneira positiva ao trabalho de Laclau sobre o tema, mas não faz qualquer tentativa de aprofundar a discussão. O problema torna-se ainda mais grave em razão de sua crítica em relação ao nacionalismo metodológico dos autores da teoria da regulação e das explicações da crise.

Por fim, Brenner não nos parece fazer uma discussão satisfatória sobre a crise do capitalismo, nem sobre as razões do malthusianismo atribuído por ele ao marxismo ortodoxo e ao keynesianismo. Apesar de suas críticas ao individualismo metodológico, por exemplo, o autor elabora seu "esboço de uma explicação alternativa" com base em mudanças ocorridas numa empresa particular, que com o tempo se generalizam pela economia. Brenner não aborda quais os *trade-offs* envolvidos na introdução da inovação, nem os custos a ela associados. Em relação a sua crítica alheia, dada a fé do marxismo stalinista no "desenvolvimento das forças produtivas", e a ênfase keynesiana nas "possibilidades econômicas para os nossos netos", a atribuição de malthusianismo parece bastante despropositada. A impressão que se tem é a de que Brenner defende na verdade um ultra-smithianismo, que parece estar intimamente ligado a seu nacionalismo metodológico dos blocos de capital, de um lado, e ao cornucopianismo, de outro. A seguir, discutiremos como acreditamos ser possível identificar estes traços na obra de Brenner.

Inicialmente, é preciso notar que Brenner não ignora a existência ou mesmo a influência de fatores externos. Assim, por exemplo, Brenner considera o comércio internacional de bens de luxo como parte da relação entre os modos de produção. Além disso, o autor considera a importância do mercado externo feudal no desenvolvimento do capitalismo na Holanda. E, mesmo que em *The Brenner Debate* o autor tenha elaborado sua discussão quase sem fazer referências ao cenário externo, como nota Blaut, em *Merchants and Revolution* Brenner toca nas relações entre a Inglaterra, o Novo Mundo e o Oriente de forma constante. Dito isto, nossa tese é a de que: sempre que cornucopianismo capitalista parece ameaçado,

Brenner nos parece recorrer ao nacionalismo metodológico. É possível perceber isto, por exemplo, nas menções do autor sobre a importância do mercado de grãos da Europa Oriental para o desenvolvimento do capitalismo agrário na Inglaterr. Além disso, a relação entre cornucopianismo e nacionalismo metodológico nos parece se tornar bastante forte no contexto da crítica do autor ao marxismo neo-smithiano e às teorias da dependência. Por fim, é possível nota-la ainda em sua análise do anti-orientalismo e das explicações malthusianas da crise contemporânea do capitalismo.

A conclusão a que chegamos, portanto é que tanto o cornucopianismo quanto o nacionalismo metodológico de Brenner são estratégias discursivas, que tendem a ser usadas em conjunto em razão do valor intrínseco positivo atribuído por Brenner à modernização, que assume, neste sentido, um caráter "inquestionável". Se há algo que assume precedência em sua interpretação da modernização, contudo, este traço nos parece ser dado pelo cornucopianismo, e não pelo nacionalismo metodológico. Assim, é justamente a necessidade de defender o cornucopianismo smithiano que o autor atribui ao modo de produção capitalista, que faz com que Brenner precise recorrer, intermitentemente, à estratégia discursiva do nacionalismo metodológico. Por fim, a adoção do nacionalismo metodológico enquanto forma de proteção do cornucopianismo não parece ser fortuita. Pelo contrário, parece haver uma afinidade entre as duas estratégias discursivas, que resulta do fato de que ambas se baseiam na negligência dos custos e *trade-offs* associados ao processo de modernização. Pela mesma razão, parece haver uma menor compatibilidade entre o cornucopianismo e o "holismo metodológico". Para que possamos nos convencer disto, contudo, é preciso contrapor a abordagem apresentada neste capítulo à interpretação sistêmica de Wallerstein.

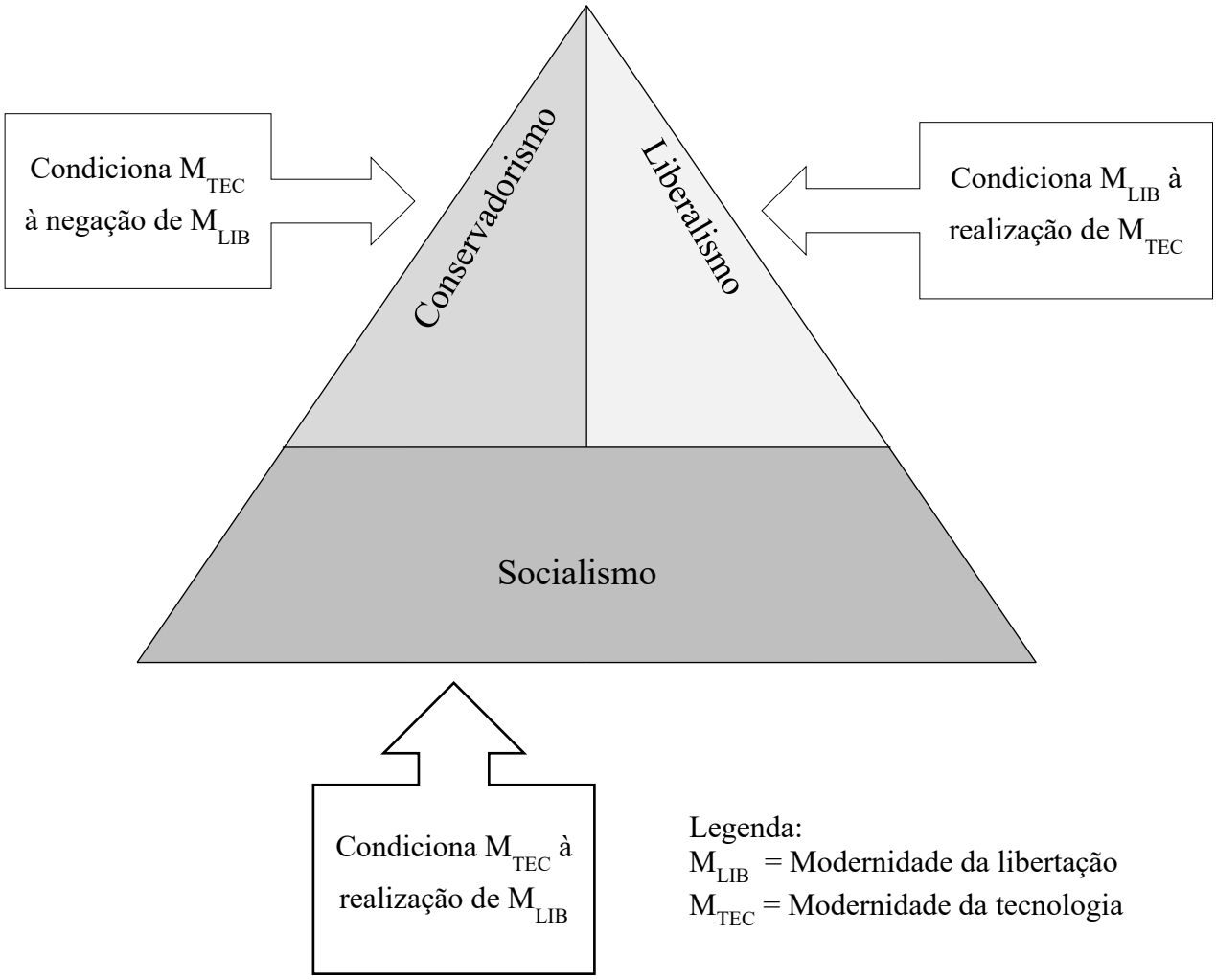
3 A ABORDAGEM DE WALLERSTEIN

Analogamente à interpretação da abordagem de Brenner, nosso ponto de partida a respeito da obra de Wallerstein é que o autor elabora seus trabalhos sobre o capitalismo com base em uma desconfiança em relação à modernidade. Assim, enquanto Brenner identifica o capitalismo com o desenvolvimento econômico, ainda que acompanhado da pauperização relativa dos trabalhadores, Wallerstein associa o capitalismo ao subdesenvolvimento da periferia, que compõe a proporção esmagadora das regiões do sistema comparada ao pequeno número de "ilhas" de regiões centrais desenvolvidas. Além disso, o autor defende a tese de que a origem do capitalismo se encontra associada não ao enriquecimento relativo dos trabalhadores modernos em relação a seus pares das sociedades "tradicionais" ou pré-capitalistas, mas à pauperização absoluta da maioria de seus integrantes. Em condizência sua desconfiança em relação à modernização, Wallerstein adota a unidade de análise sistêmica. Por fim, com base em sua adoção da unidade de análise sistêmica, Wallerstein é capaz de confirmar sua desconfiança em relação à modernização. A princípio, portanto, poder-se-ia dizer que tanto Brenner quanto Wallerstein simplemente confirmam seus pressupostos sobre o mundo moderno a partir da seleção de unidades de análise distintas. A diferença entre as abordagens de um e de outro, encontra-se não tanto no cálculo dos benefícios da modernização, embora Wallerstein os considere "bastante exagerados", mas principalmente na divergência sobre seus custos. Neste sentido, pode-se dizer que Brenner incorpora em sua avaliação da modernização os custos diretos ou locais associados ao desenvolvimento. Wallerstein, por sua vez, incorpora não só os custos diretos ou locais, mas também os custos indiretos ou sistêmicos da modernização. O cálculo de Brenner é feito com base na adoção das unidades de análise nacionais. O de Wallerstein, por sua vez, é feito a partir da unidade de análise sistêmica. O importante é chamar atenção para o fato de que o recorte do objeto, isto é, a seleção da unidade de análise, encontra-se intimamente associada à visão de mundo prévia de ambos os autores sobre a modernidade. Mais do que isto, é impossível separar a visão de mundo do recorte do objeto, simplesmente porque no fim das contas um sempre pode levar meramente à confirmação do outro, mesmo que o sujeito tenha como um de seus princípios conscientes a busca pela maior objetividade possível na busca pelo conhecimento.

Tal como Brenner, Wallerstein elabora uma espécie de quadro a respeito das distintas interpretações da realidade por parte de adeptos de ideologias distintas. Assim, o autor considera o debate a respeito da modernidade como estando associado a três filosofias políticas

distintas: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Além disso, o autor parte da ideia de que as concepções sobre a modernidade são dotadas de dois aspectos distintos: um deles diz respeito à modernidade da tecnologia, o outro à modernidade da libertação. A seguir, apresentaremos um quadro que resume a posição do autor a respeito destes elementos:

FIGURA 5 – Interesses das três filosofias políticas sobre as duas modernidades[46]



Fonte: Elaboração própria.

Faremos uma apresentação esquemática com base na abordagem de Wallerstein. Em termos gerais é possível identificar tanto o liberalismo quanto o conservadorismo ao

[46] As ideologias associadas aos diferentes segmentos da pirâmide não representam necessariamente a incorporação dos interesses defendidos por elas por pelos integrantes da base ou do topo da pirâmide. Assim, é possível, ou até provável, encontrar trabalhadores conservadores, aristocratas socialistas e capitalistas não-liberais. A figura chama atenção, contudo, para a associação tanto da ideologia conservadora, quanto liberal, aos interesses imputados à classe dominante, bem como o socialismo aos interesses imputados às "classes perigosas".

interesse das classes dominantes. O socialismo, por sua vez, pode ser identificado com os interesses da classe trabalhadora ou das "classes perigosas". A princípio, isto não significa que indivíduos e grupos associados a posições distintas na hierarquia social devam necessariamente adotar discursos compatíveis com o que chamamos de interesse de classe. É possível, portanto, encontrar trabalhadores conservadores, do mesmo modo como é possível encontrar aristocratas ou burgueses socialistas.

A realização da modernidade da libertação ameaça a posição das classes dominantes na hierarquia social. Para proteger sua posição, portanto, é necessário seja impedir a modernidade da libertação, seja controla-la. Este é o princípio que encontra-se na base das estratégias adotadas por conservadores e liberais. Assim, o que une conservadores e liberais enquanto integrantes da classe dominante é sua desconfiança em relação à modernidade da libertação. Já em relação à modernidade da tecnologia, as ideologias das classes dominantes também diferem. No caso dos conservadores, a modernidade da tecnologia não precisa necessariamente ser combatida, desde que não impeça a negação da modernidade da libertação. Já os liberais subjugam a modernidade da libertação às possibilidades abertas pela modernidade da tecnologia. Por fim, em relação à ideologia socialista, ligada aos interesses da classe trabalhadora, o objetivo é, a princípio, a superação da hierarquização social, isto é, a modernidade da libertação. Caso a modernidade da tecnologia possa contribuir para este objetivo, ela pode ser igualmente defendida. Caso entre em contradição com ele, no entanto, não.

De acordo com Wallerstein, contudo, ao longo de seus embates as três ideologias modernas convergem em relação à desejabilidade da modernidade tecnológica, o que aproxima as ideologias conservadora e socialista da liberal. Tanto liberais e socialistas quanto conservadores passam a defender a modernização tecnológica em razão de seu suposto potencial para alcançar os próprios objetivos, embora mantendo sua posição original em relação à modernidade da libertação. Assim, o interesse da visão conservadora era fazer uso da modernidade da tecnologia para impedir a modernidade da libertação. Os socialistas, por sua vez, passaram a considerar a modernidade da tecnologia como condição para atingir a modernidade da libertação. Dada a permanência do caráter hierarquizado da sociedade moderna, não é difícil ver como a proposta liberal, que se baseava justamente na priorização da modernidade da tecnologia, acaba por servir ao objetivo conservador justamente por arrefecer o ímpeto socialista pela modernidade da libertação. A crença consensual na modernidade tecnológica em razão de seu potencial de instrumentalização nos parece estar na base do cornucopianismo, isto é, da crença no potencial e na tendência ao crescimento ilimitado com

base no desenvolvimento tecnológico estimulado pela acumulação de capital. Para além da relação entre a modernidade da tecnologia e da libertação, é preciso abordar ainda outra questão ligada ao processo de modernização: a importância dos estados nacionais.

Os debates sobre a modernidade encontram-se em grande medida restritos às discussões no âmbito das regiões centrais, inicialmente associadas ao pensamento europeu. Grande parte das vezes, contudo, a discussão sobre a modernidade da tecnologia e da libertação tomam por base a humanidade como um todo. Daí que muitas vezes a modernidade seja caracterizada por seu universalismo. Entre os exemplos do universalismo é possível destacar a Revolução Científica e o Iluminismo. Na prática, contudo a modernidade da tecnologia assume a forma da busca pelo desenvolvimento econômico nacional. Já a modernidade da libertação, por sua vez, representada pelo ideal da soberania popular, assume a forma da expansão da representatividade dos segmentos anteriormente excluídos da participação política dos Estados nacionais. Por fim, os objetivos do desenvolvimento econômico e da soberania popular, que nas regiões centrais assumiu a forma do sufrágio universal, são complementados também pela consolidação das identidades nacionais. Assim, a prática do particularismo nacional convive lado a lado com um discurso de caráter cada vez mais universalista. Ou ainda, o universalismo até certo ponto praticado no interior dos estados nacionais convive lado a lado com o particularismo em relação às demais sociedades. Wallerstein identifica, portanto, a modernização tanto com o ponto positivo do universalismo, quanto com a prática particularista do racismo e do sexismo. Daí, por exemplo, que o pensamento iluminista e as práticas do colonialismo e do imperialismo fizessem parte do mesmo processo, a expansão do sistema-mundo moderno, o sistema capitalista. Tal como no caso das duas modernidades, a antinomia entre universalismo e particularismo está ligada, em última instância, ao caráter hierarquizado da sociedade. Assim, as práticas particularistas são a condição da preservação do status das classes dominantes, permitindo a elas continuar exercendo seu monopólio sobre as fontes de riqueza e poder. A justificativa do particularismo, no entanto, tende cada vez mais a ser feita com base em princípios universalistas. Daí, por exemplo, que a riqueza individual seja justificada com base no mérito, e não no privilégio. Daí também que a riqueza das nações seja justificada com base em seu sucesso na implementação do processo de modernização. Assim, tal como a a priorização da modernidade da tecnologia nos parece estar associada ao cornucopianismo, a realidade prática do particularismo moderno parece estar ligada à adoção do nacionalismo metodológico. Nos dois casos, contudo, seu efeito é a negação da modernidade da libertação, de um lado, e do universalismo, por outro. Nos dois casos, portanto, a disputa parece ser entre os objetivos conflitantes das classes dominantes, de um lado, e das “classes

perigosas", de outro. Por fim, uma das causas do questionamento das visões modernas é a generalização do sistema-mundo capitalista por todo o globo, bem como a maior participação de integrantes das regiões periféricas nas discussões. Daí, portanto, as críticas ao caráter particularista do pretenso universalismo europeu, bem como a seus critérios supostamente universais de racionalidade e cientificidade.

Introduzidas as questões do cornucopianismo e do nacionalismo metodológico, é preciso abordar seu caráter intermitente, que se baseia nas distintas estratégias adotadas pelas classes dominantes e pelas classes dominadas para a consecução de seus objetivos. Partindo da ideia de que o objetivo das classes dominantes é minimizar a modernidade da libertação, seu discurso sobre a modernidade da tecnologia pode assumir duas faces. Num caso, como vimos, é possível apelar para as promessas cornucopianas de crescimento ilimitado. Em outras situações, contudo, é possível simplesmente afirmar que "não há alternativa". Por fim, é possível também recorrer às ameaças, embora esta estratégia possa ser mais perigosa. Tudo depende da percepção das classes dominantes sobre sua própria segurança, bem como sobre a seriedade da ameaça representada pela busca de libertação. Isto faz com que o cornucopianismo deva também ser encarado como uma estratégia discursiva, e não como um compenente necessário das abordagens da modernização. A realização sobre a intermitência do cornucopianismo permite que façamos uso desta noção sem a necessidade de reificar as interpretações alheias, bem como atribuir a nossa interpretação uma objetividade ou neutralidade que no fundo nos parece impossível em sociedades hierarquizadas.

Em relação ao nacionalismo metodológico, ocorre algo semelhante. Tal como é possível recorrer ora ao cornucopianismo, ora ao "escassismo" para provar um mesmo ponto, também é possível adotar ora o nacionalismo metodológico, ora a unidade de análise dos sistemas-mundo, da mesma forma. Mas a adoção da unidade de análise sistêmica parece ser, ao menos a princípio, menos compatível com o cornucopianismo. E isto ocorre porque, ao levar em conta o globo como um todo, é mais difícil atribuir poderes "mágicos" à inovação capitalista, ou um potencial ilimitado ao crescimento econômico. Por isso, é possível encontrar discursos das classes dominantes que tomam por base a unidade de análise nacional ou sistêmica. No caso da abordagem sistêmica, é comum que a preocupação seja centrada no malthusianismo, isto é, na visão de que os problemas sociais, econômicos e ambientais do mundo moderno resultam do excesso populacional em geral, e do excesso populacional nas regiões periféricas, em particular. Apesar disso, contudo, parece haver uma posição menos compatível com o discurso das classes dominantes. E ele se refere à adoção simultânea da unidade de análise sistêmica *e* do cornucopianismo. Isto ocorre porque a base do

cornucopianismo é a desconsideração dos custos integrais do crescimento econômico e da inovação. Da mesma forma, o nacionalismo metodológico se baseia na transformação dos custos indiretos do desenvolvimento das forças produtivas no centro em fatores exógenos. Assim, a adoção da unidade de análise sistêmica parece dificultar a externalização dos certos aspectos vistos como negativos pelas abordagens das diversas classes. A seguir apresentamos um resumo das possibilidades discursivas relacionadas à soma positiva ou soma zero do processo de modernização, isto é, ao cornucopianismo e ao seu inverso, bem como em relação às posições do nacionalismo metodológico e do holismo:

TABELA 8 – Possibilidades discursivas em relação à modernização e à unidade de análise

		Unidade de análise	
		Nacionalismo metodológico	Holismo metodológico
Modernização	Soma positiva (cornucopianismo)	✓	✗
	Soma zero	✓	✓

Fonte: Elaboração própria

Assim, nos parece que, ao menos a princípio, o holismo metodológico é menos compatível com o cornucopianismo, dada a tendência do primeiro de levar em conta a soma total das relações sociais em questão, incluindo os cálculos de custo e benefício. Já o cornucopianismo, assim como o nacionalismo metodológico, parecem se beneficiar da externalização de certas relações, principalmente de custos, em sua análise do processo de modernização. A seguir, apresentaremos brevemente as discussões que serão feitas ao longo deste capítulo.

A primeira seção, tal como no caso de Brenner, aborda a trajetória intelectual de Wallerstein, apontando os motivos que nos levam a atribuir a ele uma desconfiança em relação à modernidade.

A segunda lida com a questão da unidade de análise tal como abordada por Wallerstein. Nela, o autor deixa explícita sua posição de desconfiança em relação à modernidade e às teorias da modernização, bem como as razões de sua predileção pela análise dos sistemas-mundo.

A terceira seção aborda a discussão de Wallerstein sobre a modernidade. Aqui o autor introduz seu conceito de geocultura do mundo moderno, que serve de base para a

formação das três ideologias políticas que abordamos no início do capítulo: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Aqui Wallerstein deixa mais clara as razões que acredita terem levado à identificação entre modernização e progresso que fez parte das ciências sociais *mainstream* desde pelo menos meados do século XIX. São abordados os problemas que contrapõem a modernidade da tecnologia à modernidade da libertação, bem como o universalismo e o particularismo. Wallerstein também comenta os problemas inter-relacionados da crise do capitalismo, de um lado, e do colapso das visões de mundo modernas, que o autor associa a uma crise do liberalismo. Por fim, nesta seção são abordadas as críticas do autor ao que ele chama de "socialismo liberal", incluindo o "marxismo ortodoxo" de Brenner.

A quarta seção é análoga à apresentação do modelo dos modos de produção de Brenner, e aborda o modelo dos sistemas sociais históricos de Wallerstein, divididos entre mini-sistemas, impérios-mundo e economias-mundo. Uma das características da análise dos sistemas históricos de Wallersetein é sua discussão sobre a qualidade de vida em cada um destes sistemas. E é com base na análise da qualidade de vida sob a economia-mundo capitalista que o autor defende sua tese da pauperização absoluta, a qual permite a ele confirmar sua desconfiança em relação à modernização.

A quinta seção trata da estrutura da economia-mundo capitalista, abordando as cadeias de mercadorias sistêmicas e o sistema interestatal, bem como outras instituições. Aqui Wallerstein deixa claro o significado de sua priorização do nível sistêmico de análise. Ao mesmo tempo, o autor aborda a importância dos elementos que conformam o sistema, como as firmas e as estruturas domiciliares, por exemplo.

A sexta seção aborda a dinâmica do modo de produção capitalista. Aqui o autor deixa claro o significado da expansão capitalista, baseado na incorporação e na periferização das arenas externas à economia-mundo desde seu surgimento no século XVI. Wallerstein também chama atenção para os limites intrínsecos à continuidade de funcionamento do sistema, baseados, por exemplo, no esgotamento da força de trabalho com potencial de incorporação, bem como na necessidade de internalização de diversos custos ambientais associados à acumulação incessante de capital.

A sexta e última seção discute nossos comentários sobre a obra de Wallerstein. Chamamos atenção para os elementos de sua obra que nos ajudaram a formular a tese que fundamenta este trabalho, baseada na relação entre modernização e unidade de análise, bem como aos problemas do cornucopianismo e do nacionalismo metodológico.

3.1 DESCONFIANÇA DA MODERNIDADE: A TRAJETÓRIA DE WALLERSTEIN

Wallerstein nasce nos Estados Unidos em 1930, crescendo na cidade de Nova York. O autor se forma em sociologia na Universidade de Columbia em 1951, obtendo os títulos de mestre e doutor pela mesma instituição nos anos de 1954 e 1959, respectivamente. Tal como Brenner, portanto, Wallerstein se forma no interior do sistema acadêmico anglo-saxão. Ao longo de sua formação, contudo, Wallerstein volta sua atenção para o continente africano, o que ele próprio reconhece como um divisor de águas em sua visão de mundo sobre a modernidade. Em *The essential Wallerstein*[47], publicado originalmente em 2000, o próprio autor elabora uma espécie de auto-biografia, onde afirma,

> My quest was therefore not only an upward battle against a wide consensus in the political and scholarly world but against the internalized concepts deriving from this dominant view within my own mind. I have since moved away from Africa as the empirical locus of my work, but I credit my African studies with opening my eyes both to the burning political issues of the contemporary world and to the scholarly issues of how to analyze the history of the modern world system. It was Africa that was responsible for undoing the more stultifying parts of my educational heritage (p. 2).

Ainda no artigo, Wallerstein identifica também os autores que considera mais importantes para a consolidação de sua visão de mundo:

> I acknowledge a continuing intellectual debt to Marx, Freud, Schumpeter, and Karl Polanyi. Among persons I have personally known and read very extensively, the three that have had the most impact in modifying my line of argument (as opposed to deepening a parallel line of argument) have been Frantz Fanon, Fernand Braudel, and Ilya Prigogine. And of course their influence occurred in that chronological order. Fanon represented for me the sharp culmination of the insistence by the persons left out in the modern world system that they have a voice, a vision, and a claim not merely to justice but to intellectual valuation. Braudel made me conscious, as no one else did, of the central importance of the social construction of time and space, and its impact on our analyses. And Prigogine forced me to face all the implications of a world in which certainties did not exist but knowledge still did (p. 6).

Para o que nos interessa, contudo, talvez o aspecto mais importante da auto-biografia de Wallerstein se refira ao relato do próprio autor sobre a mudança de sua visão de

[47] No *site* pessoal do autor, há uma versão ligeiramente modificada de sua introdução auto-biográfica ao livro. Utilizamos aqui a versão disponibilizada na internet, que pode ser encontrada em: <iwallerstein.com>.

mundo da modernidade ao longo de sua formação intelectual. Ao discutir o período de sua juventude, Wallerstein apresenta elementos que poderiam levar tanto a uma avaliação líquida negativa quanto positiva em relação à modernidade. De um, lado, por exemplo, o autor refere-se às discussões sobre o fascismo em seu ambiente familiar,

> I suppose I started this quest when I was in high school, which was in New York City during the Second World War. My family was very politically conscious, and world affairs were always being discussed in our home. The fight against Nazism and fascism was our primary concern, and long before Pearl Harbor. (p. 1).

Logo a seguir, no entanto, o autor pontua que "the early postwar years of 1945 50 were heady days when all seemed possible" (p.1). O peso dos aspectos negativos atribuídos à modernidade, contudo, começam a se avolumar logo em seguida na visão de mundo de Wallerstein. O autor associa o seu desencanto "final" em relação à modernidade ao início do período macarthista durante a década de 1950 nos Estados Unidos. A tese de Wallerstein, elaborada na Universidade de Colúmbia, aborda justamente "o marcartismo como um fenômeno da cultura política dos EUA" (p.1). Outro elemento importante que contribuiria para o desencanto de Wallerstein dizia respeito a seu grande interesse pelo mundo não-europeu. Certamente, o mero interesse pelo mundo não-europeu pode dar origem tanto a abordagens orientalistas, como a visões que chamam atenção para o eurocentrismo associado ao processo de modernização. Qualquer que fosse sua propensão inicial, contudo, o fato é que o interesse de Wallerstein leva o autor a se especializar no estudo da região africana. Assim,

> I decided to make Africa the focus of my intellectual concerns, and of my solidarity efforts. Because I commanded French, and because I had these early contacts, I became one of the few scholars who studied Africa across the European linguistic barriers. In 1955, I obtained a Ford Foundation African Fellowship, to study about Africa and to write a dissertation that would compare the Gold Coast (Ghana) and the Ivory Coast in terms of the role voluntary associations played in the rise of the nationalist movements in the two countries. I had now become an Africa scholar, an intellectual role I would continue to play for two decades. I wrote many books and articles on African themes and issues, and in 1973 became president of the (U.S.) African Studies Association. Over a twenty year period, I managed to travel all over Africa, to perhaps three quarters of the separate states (p. 2).

Ao longo do período, o desencanto interno de Wallerstein sobre a modernização, associado a questões como o macarthismo e a segregação racial americanas, combinam-se a seu desencanto externo a respeito dos efeitos da modernização sobre o mundo subdesenvolvido, especialmente a África. O autor relata sua impressão sobre o que o teria levado à África na seguinte passagem,

> If my intellectual quest led me early on away from the familiar grounds of my own country to that of contemporary Africa, which was still a colonized continent when I first visited it and began to study it, it was because I had the gut feeling in the 1950s that the most important thing that was happening in the twentieth-century world was the struggle to overcome the control by the Western world of the rest of the world. Today we call this a concern with North-South relations, or with core-periphery relations, or with Eurocentrism (p.2).

Outro ponto importante relatado por Wallerstein em sua curta "auto-biografia", refere-se ao contexto da Guerra Fria, por muitos tida como o fenômeno definidor do pós-guerra. Há duas questões envolvidas aqui. Uma refere-se às disputas internas da esquerda socialista, particularmente entre aqueles associados às ideias das Segunda e Terceira Internacionais. A outra diz repeito ao papel das lutas entre as rotas capitalista e socialista,

> It has to be said that, in the 1950s and indeed for a long time thereafter, my assessment of what was most important was not shared by most people, for whom what some called the Cold War between democracy and totalitarianism and others called the struggle between the bourgeoisie and the proletariat (both of these terms being rather narrowly defined) was (and indeed for many, remains) the central defining issue of our time (p. 2).

Como é dito na seção sobre a crítica de Wallerstein à modernidade, o autor acaba por considerar as discussões entre capitalistas e socialistas um beco sem saída, bem como aquelas entre social-democratas e comunistas. No fim das contas, todos acabaram propondo um modelo mais ou menos parecido de modernização, baseado na prioridade da modernidade tecnológica, e não na modernidade da libertação.

A visão de mundo desenvolvida por Wallerstein, portanto, adquire um caráter duplamente negativo. Em primeiro lugar, o autor considera os efeitos negativos da modernização do centro sobre a periferia maiores que seus benefícios tecnológicos. Assim, o autor chama atenção para a pauperização absoluta dos trabalhadores que serve de condição para o progresso tecnológico da modernização. A visão negativa de Wallerstein sobre a modernidade é agravada ainda pelo caráter "trágico" da domesticação da estratégia socialista pela ideologia liberal, subjugando a modernidade da libertação à modernidade da tecnologia, bem como os princípios universalistas do socialismo ao particularismo "disfarçado" do pensamento eurocentrista. O caráter trágico da domesticação do socialismo, segundo Wallerstein, decorre também de sua visão de que, durante a fase de funcionamento normal da economia-mundo capitalista, não havia alternativas revolucionárias realmente plausíveis.

Do ponto de vista teórico, as reflexões de Wallerstein sobre o ferramental incorporado por ele ao longo de sua formação acadêmica o levam a questionar sua utilidade, de

um lado, e sua suposta neutralidade, por outro. O autor credita, como vimos, sua mudança de posição a sua relação com os estudos africanos. Já sobre o processo que leva a sua transformação, por sua vez, é descrito na seguinte passagem,

> In the course of my quest, I initially thought that the debate was merely about the empirical analysis of contemporary reality, but I soon became aware that it was a question too of the very tools of analysis. The ones I had been taught seemed to me to circumscribe our empirical analyses and distort our interpretations. Slowly, over some twenty years, my views evolved, until by the 1970s I began to say that I was trying to look at the world from a perspective that I called "world-systems analysis."

Com base nesta trajetória, Wallerstein desenvolve duas críticas importantes às ciências modernas. A primeira está ligada ao chamado *Methodenstreit*, isto é, à batalha entre as posições nomotéticas e idiográficas a respeito da interpretação da realidade, o que, no campo das ciências sociais, está ligado à oposição entre teoria e história. Conforme o autor,

> (…) [My] intellectual decision was that the so-called *Methodenstreit* that undergirded and divided all of modern social science – that between idiographic humanism and nomothetic science – was a totally false debate. Instead of choosing sides, which all and sundry encouraged me to do, indeed insisted that I do, I became convinced instinctively, and later in more reasoned ways, that all analysis had to be simultaneously historic and systemic, if it were to grapple seriously with the description and explanation of the real world (p. 2).

Em relação ao aspecto simultaneamente teórico e histórico das análises levadas a cabo no âmbito das ciências sociais, tanto Wallerstein como Brenner parecem, ao menos a princípio, estarem de acordo. Já em relação ao segundo aspecto, a visão dos autores difere radicalmente: a questão da unidade de análise. Neste sentido, a outra das duas "grandes decisões intelectuais" de Wallerstein baseava-se na ideia de que

> (…) the choice of the "unit of analysis" was crucial. I became increasingly aware that all of modern social science presumes that the state boundaries constitute the boundaries of "societies." I came to be convinced that this was a very misleading assumption. Instead, I came to argue that the only plausible unit of analysis was a "world-system," or more generally, an "historical social system" (p. 2-3).

Sobre a relação entre suas decisões intelectuais e a elaboração de uma abordagem considerada por ele mais plausível a respeito da realidade, Wallerstein comenta,

> I found all of this intellectually fruitful. I discovered that, using these two premises, I could reinterpret many old debates, and collect new and important kinds of data, that did indeed, in my view, illuminate contemporary reality. In particular, this revised

> way of looking at social reality clarified the historical choices that had been made in constructing our existing world system as well as those that we shall have to make in the near future about constructing its successor world system (or systems). World systems analysis allowed me to range widely in terms of concrete issues, but always in such a way that the pieces might be fit together at the end of the exercise. It is not that world systems analysis enabled me to "discover the truth." It is rather that it enabled me to make what I considered to be plausible interpretations of social reality in ways that I believe are more useful for all of us in making political and moral decisions. (…) (p. 3).

Com base em seu recorte sistêmico da unidade de análise e em sua abordagem simultaneamente teórica e histórica, Wallerstein acredita ser capaz de atribuir maior plausibilidade a sua tese sobre o resultado líquido negativo do processo de modernização, o que implica também "demonstrar" o caráter ilusório das teorias da modernização.

> I concentrated my energy on the description of the historical functioning and development of the modern world system, which I insisted was a capitalist world economy. I sought to describe its institutional pillars, its historical origin, and the reasons why I thought it had entered into a period of systemic crisis and therefore of chaotic transition to some new order. I sought to produce analytic descriptions of the major institutional structures of this capitalist world economy – the Kondratieff cycles, the commodity chains, the income pooling households, the interstate system and its hegemonic cycles, and the geoculture – as well as a detailed critique of why both national development and developmentalism as an explanatory model (modernization theory) are illusions (p. 3).

Certamente, é possível argumentar que a interpretação de Wallerstein sobre a própria trajetória intelectual corresponde a um tipo de racionalização de sua visão negativa do processo de modernização. Assim, mesmo que seja possível dizer que a positividade da modernização assume em Brenner um caráter inquestionável, dada sua tendência a recorrer ao nacionalismo metodológico para proteger cornucopianismo capitalista, talvez seja igualmente verdade que Wallerstein simplesmente recorra ao mesmo procedimento, mas a partir de uma visão de mundo "oposta", acarretando resultados invertidos.

De fato, pode-se descrever os métodos tanto Brenner quanto Wallerstein da seguinte maneira. Brenner nos parece partir de uma visão de mundo positiva sobre a modernização. Com base nela, o autor adota as unidades de análise nacionais. O recorte nacional das unidades de análise, por sua vez, permite que o autor confirme sua visão positiva em relação à modernidade. Wallerstein, por sua vez, parte de uma visão negativa em relação à modernização. Com base nela, ele adota a unidade de análise sistêmica. A partir daí, o autor consegue confirmar sua desconfiança em relação à modernização. A vantagem de Wallerstein, nos parece se encontrar, a princípio, em sua própria disposição de questionamento em relação à positividade intrínseca do processo de modernização. Isto, contudo, não significa que a visão de mundo de Brenner

represente uma interpretação ideológica, enquanto a de Wallerstein constitua uma visão científica da realidade. Na verdade, o ponto é justamente que a visão de mundo é, pelo menos até certo ponto, desconhecida dos próprios autores, bem como involuntária. Assim, de acordo com a abordagem do próprio Wallerstein, até a Revolução de 1968 o caráter intrinsecamente positivo atribuído à modernização constituía um pressuposto praticamente invisível das diversas teorias da modernização, incluindo suas versões marxistas. Somente a partir do início da crise do capitalismo, da desilusão dos revolucionários de 1968 com os movimentos "falsamente" anti-sistêmicos da Velha Esquerda, bem como da crise mais geral do liberalismo enquanto ideologia hegemônica da geocultura moderna, a positividade implícita da modernização começa a ser mais claramente identificada e, a partir daí, questionada. Brenner, tal como diversos outros autores marxistas, acabaram por rejeitar de uma só vez o conjunto das visões consideradas "pós-modernas" da realidade em razão de seu caráter "particularista", ou mesmo "irracionalista". Wallerstein, por outro lado, concorda com o caráter muitas vezes infrutífero de algumas abordagens pós-modernas, mas chama atenção também para sua contribuição, que consiste justamente na identificação do caráter falsamente universalista do pensamento europeu, isto é, para a realidade do eurocentrismo, para o caráter implicitamente otimista das teorias da modernização, e para a propensão da ideologia socialista a adotar uma visão tão ou mais cornucopianista que os próprios liberais sobre o processo de modernização. E é em razão de sua possibilidade de questionamento dos pressupostos implícitos da modernização que consideramos a abordagem de Wallerstein como potencialmente mais frutífera. A seguir, abordaremos brevemente a discussão de Wallerstein sobre o problema da unidade de análise.

3.2 A QUESTÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE EM WALLERSTEIN

Antes de iniciar esta seção, é preciso fazer uma ressalva. Aqui apresentaremos primordialmente as considerações metodológicas de Wallerstein sobre a unidade de análise. As discussões substanciais a respeito dos sistemas-mundo, como os tipos de sistemas históricos, o papel da divisão do trabalho, a divisão entre regiões internas e arenas exteras, a distinção entre bens essenciais e bens de luxo, a forma de expansão capitalista, bem como a incorporação e periferização de novas regiões, serão realizadas nas seções que discutem a estrutura e dinâmica da economia-mundo.

Em *Hold the tiller firm: on method and the unit of analysis* (1994), Wallerstein inicia seu artigo chamando atenção para a trajetória que o leva das questões empíricas de sua abordagem à reflexão sobre os problemas metodológicos a ela associados,

> When I first started writing The Modern World-System in 1970, I thought the issue was primarily substantive, that is, that I was entering into a debate about what is the most useful interpretation of what happened historically. World-systems analysis was for me a set of protests against prevailing modes of interpretation, at first primarily against modernization theory. But I soon came to see that, in order to arrive at a useful interpretation of what happened historically, one had to dispose of a useful method. And that has turned out to be not merely an even more controversial matter than the question of the substantive interpretation of historical reality, but a more slippery one as well (1994, p 72).

Wallerstein realiza uma crítica geral das limitações das ciências sociais do século XIX e, mais particularmente, à chamada batalha dos métodos (*Methodenstreit*), cujo resultado teria sido justamente a tendência à compartimentalização das abordagens ligadas à explicação dos aspectos estruturais da realidade, de um lado, e aos históricos, de outro. Aqui encontra-se a origem das abordagens ditas nomotéticas, da realidade, baseadas na ideia de que "o objeto de pesquisa [das ciências sociais] encontrava-se na identificação das leis gerais do comportamento humano, verdadeiras por todo o tempo e espaço" (1994, p. 73). Wallerstein identifica as ciências sociais de maior pendor nomotético com as disciplinas da economia, sociologia e ciências políticas. Já as abordagens idiográficas defendiam que "a busca de leis gerais era não apenas fútil, mas perigosa", e que a realidade subjacente tinha um caráter sempre particular ou idiossincrático. As disciplinas onde tendeu a prevalecer a visão ideográfica das ciências sociais foram, principalmente, a história e, em alguma medida, a antropologia. Wallerstein, por sua vez, considera o debate ligado à batalha dos métodos como um falso dilema, propondo que a solução deveria ser uma "guerra em duas frentes", isto é, uma espécie de síntese metodológica das ciências sociais que incorpore tanto o aspecto estrutural quanto histórico das estruturas espaço-temporais. Ou ainda, o que o autor propõe é uma espécie de caminho intermediário, evitando as tentações metodológicas ligadas à radicalização nomotética, de um lado, e à idiográfica, de outro. O autor adianta, além disso, que o ponto "onde nós desenhamos a linha em nosso trabalho sobre esta divisão nomotética-idiográfica (ou tensão instrínseca) é um assunto pragmático" (1994, p. 76).

O problema básico associado por Wallerstein à tentação nomotética é descrito pelo autor na seguinte passagem,

> Since all explanation is ultimately in terms of a covering law, however implicit and even if specifically denied, it is tempting to wish to make the covering laws we use as general and as simple as possible. But, of course, there is a price to be paid for generalizing our laws. The more general, the more different things they explain, but the fewer aspects they explain about each thing. It depends on what we want to have explained. For most things, if we use too general a law, the explanation is vacuous, and if we use too narrow a generalization, the explanation is specious. So there is a pragmatic judgment to be made, in terms of payoff. We need to do constant, if not always explicit, cost-benefit analyses (1994, p. 74).

Já em relação à tentação idiográfica, identifica o problema a dois aspectos distintos da realidade espaço-temporal. O primeiro diz respeito à ampliação indefinida do horizonte temporal referente a determinada realidade, o segundo diz respeito a sua limitação espacial. Do ponto de vista espacial, a tentação idiográfica leva a um localismo "auto-desintegrador", na medida em que leva à conclusão de que "não há nada a não ser variação, e nenhum elemento pode ser unido a outro formando uma estrutura" (1994, p. 76). Já em relação ao aspecto temporal, a tentação idiográfica se manifesta de forma oposta, como uma propensão a unir todos os exemplos de subsistemas num único super-sistema. Wallerstein comenta sua visão sobre o problema no trecho a seguir,

> Everything that can be denoted as a system can be shown to be "open" at some points of its perimeter. One can always take this opening and insist that the presumed system is really part of some larger system. It will not take long to arrive at the largest of all possible systems, the universe from the beginning of its existence to now. Whether even this supersystem is open is itself a matter of philosophical and scientific debate. And in this sense everything is determined by the big bang, if there was a big bang. But while it is salutary to remember this, it is not very useful to build our analysis on this quicksand, which will very rapidly engulf us. Once again, the question is pragmatic (1977, p. 77).

Em relação às tentações nomotética e idiográfica, Wallerstein conclui mais uma vez chamando atenção para o caráter pragmático da questão, bem como para uma tomada de decisão baseada na comparação dos custos e benefícios relativos à adoção de cada uma das posições metodológicas intermediárias possíveis,

> It is always easy, as I said, to find generalizations that are plausible (if often not very interesting). It is always possible to insist that every particular situation is different from every other in some way, and that therefore all the generalizations are false. And it is always easy to prove continuity of a single reality, in that there are always some things which do not seem to have changed. In any case, there are no caesuras in history that are vacuums, or unbridgeable chasms. The world goes on, microsecond by microsecond. The hard thing is to find the appropriate balance, and to be certain that it is the most relevant balance for the question you wish to answer (1994, p. 78).

Por fim, Wallerstein identifica ainda um terceiro tipo de tentação que considera ser necessário evitar: a reificação, que pode assumir tanto um caráter idiográfico quanto, menos frequentemente, nomotético.

> Analysts do not manipulate data, though many of them like to think that is what they are doing. Rather, analysts manipulate concepts. Concepts become our friends, even our children. They take on a certain life of their own, and it is tempting to stretch their usage beyond the purpose for which they were created. This is what reification is about. (1994, p. 78).

A "reificação" diz respeito à essencialização ou objetificação aspectos transitórios da realidade espaço-temporal, em especial no que diz respeito à relações sociais. Em termos gerais, ela representa uma forma de dogmatismo que dificulta a compreensão da realidade. A identificação das intepretações reificadoras da realidade, bem como das demais tentações metodológicas discutidas por Wallerstein, estão ligadas a dois problemas fundamentais. Um deles refere-se à imensa complexidade do objeto de estudo, que por si só contribui não só para dificultar sua compreensão, mas para confundir as tentativas de desmistificar os supostos problemas associados a interpretações alheias "inadequadas". O outro, por sua vez, refere-se ao caráter social dos esforços subjetivos de interpretação da realidade, ligado à capacidade de influência de grupos sociais com interesses distintos,

> The seas are rough in two senses. Historical/social reality is enormously complex. Indeed, it represents the most complex of all realities. And we know so little still. But the seas are rough in another sense. The study of historical/social reality is a highly sensitive subject, which has immense consequences for the existing structures of power in our existing world-system. Hence, the analyses are closely surveyed, pressured, and kept in check. The Establishment views are not only wrong; they are powerfully protected by extra-intellectual means. (1994, p. 74).

O reconhecimento da existência de interesses políticos ou, em termos mais gerais, elementos valorativos, na interpretação da realidade social levanta a questão das condições de possibilidade da objetividade científica. Wallerstein faz os seguintes comentários a respeito do problema,

> (…) [Other] continuing issue is the relationship between the reality of the real world and our perception of the reality of the real world. Hardly a new question, but one that has been central to debates of recent decades. My own position is once again quite clear in my own mind. There exists a real world which is the object of our scholarly observations. Else, why would anyone bother about writing about it? In any case, we all live in this real world every day and are thoroughly aware that we have to take it into account in everything we do. If we fail to do this, we are called "psychotic,"

> which means that we are unable to cope very well with the challenges that are constantly presented to us. On the other hand, it is equally clear to me that we only perceive this real world as though through a pair of glasses, and that the way these glasses are cut largely determines what we think we see. To say that reality is socially constructed seems to me self evident, provided we remember that the construction is truly social – that is, collective and not individual. But to insist at one and the same time that there exists a real world and that we can only view it through the social spectacles we are wearing creates a continuing dilemma for the serious scholar. It requires constant reflection on how our glasses have distorted our vision, and how we can improve the quality of the refraction. But each reflection on ourselves is itself subject to the same contradiction. It is this dilemma that has pushed me toward making epistemological issues central to my analyses. (2000, p. 4-5).

Os óculos a que se refere Wallerstein são as visões de mundo subjetivas que cada um de nós adquire necessariamente ao longo de sua formação. Mas, se a objetividade é possível, como encarar a influência dos fatores políticos a que Wallerstein se refere em sua discussão sobre as tentações metodológicas? O autor soluciona a questão com base na associação entre o nível de objetividade, por um lado, e a democratização do debate científico, por outro. Neste sentido, um dos problemas ligados não só às ciências sociais, mas às demais formas de conhecimento científicos consolidadas ao longo do século XIX no sistema-mundo moderno, seria justamente a promessa não cumprida de democratização do debate científico. Para que possamos compreender o argumento, é necessário que nos voltemos ao processo de secularização do conhecimento que acompanha o processo de modernização. Wallerstein resume este fênomeno na seguinte passagem,

> The secularization of society, which has been a continuing feature of the development of the modern world-system, expressed itself in the world of knowledge as a two-step process. The first step was the rejection of theology as the exclusive, or even the dominant, mode of knowing. Philosophy replaced theology; that is, humans replaced God as the source of knowledge. In practice, this meant a shift of locus of the authorities who could proclaim the validity of knowledge (…) This shift was not enough for some persons, who argued that philosophy ws merely a variant of theology: both proclaimed knowledge as being ordained by authority, in the one case of priests, in the other of philosophers. These critics insisted on the necessity of evidence drawn from the study of empirical reality. Such evidence, they said, was the basis of another form of knowledge they called “science” (2001, p. 186-187).

Assim, o argumento básico a favor do conhecimento científico está ligado às evidências empíricas que fundamentam suas proposições. E a argumentação empiricamente sustentada, por sua vez, se baseia na ideia de que qualquer um possa questionar a validade de determinada proposição científica com base na apresentação das inadequações nela presentes. Assim, o processo de cientifização do conhecimento e de questionamento de seu caráter dogmático ou

aturoitário trás consigo implicitamente uma promessa de democratização do debate sobre a realidade. Conforme Wallerstein,

> On the one hand, this rejection of philosophy seemed to argue a rejection of authorities. It was in that sense "democratic." The scientists seemed to be saying that anyone could establish knowledge, provided he (or she) used the right methods. And the validity of any knowledge that any scientists asserted could be tested by anyone else, simply by replicating the empirical observations and manipulation of data. Since this method of asserting knowledge seemed to be capable of generating practical inventions as well, it laid claim to being a particularly powerful mode of knowing. It was not long, therefore, before science achieved a dominant place in the hierarchy of knowledge production (2001, p. 187).

Na prática, contudo, a promessa de democratização do debate científico não se concretizou plenamente. Mais do que isto, a promessa de superação do problema da legitimação do conhecimento com base em afirmações dogmáticas também não pode ser plenamente superada. Assim,

> The path of empirical science was in fact less democratic than it seemed to claim. There rapidly arose the question of who was entitled to adjudicate between competing scientific claims to truth. The answer that the scientists gave was that only the community of scientists could do this. But since scientific knowledge was inevitably and increasingly specialized, this meant that only subsets of scientists (those in each subspecialty) were deemed part of the group that had a claim to judge the validity of scientific truth. In point of fact, these groups were no larger than the group of philosophers who had previously claimed the ability to judge each other's insights into natural law or laws (2001, p. 187-188).

Em termos gerais, portanto, a promessa de universalização do conhecimento e de democratização do debate sobre a realidade contidas acabou, em grande medida, dando lugar a uma nova forma de particularismo, na forma do dogmatismo "científico". No caso das ciências sociais, não é difícil imaginar como esta brecha ligada ao desenvolvimento do pensamento científico moderno pode ser aproveitada pela classe dominante para perpetuar sua posição privilegiada na hierarquia social. Ao mesmo tempo, é possível antever como a questão da objetividade pode vir a ser alcançada precisamente com base na realização das promessas de universalização e democratização associadas ao discurso científico. Assim, no fim da introdução de *The modern world-system I*,Wallerstein chega à seguinte conclusão,

> Objectivity is a function of the whole social system. Insofar as the system is lopsided, concentrating certain kinds of research activity in the hands of particular groups, the results will be "biased" in favor of these groups. Objectivity is the vector of a distribution of social investment in such activity such that it is performed by persons rooted in all the major groups of the world-system in a balanced fashion. Given this

> definition, we do not have an objective social science today. On the other hand, it is not an unfeasible objective within the foreseeable future (2011 [1974], p. 9-10).

Antes de concluir esta seção, cabe destacar ainda outro problema associado às clivagens do conhecimento científico associadas não só à batalha dos métodos no âmbito das ciências sociais, mas do conhecimento científico em geral. Como vimos acima, Wallerstein associa a ascensão do discurso científico enquanto forma privilegiada de conhecimento à marginalização das formas de saber teológica e filosófica. Tal processo, contudo, é ao mesmo tempo acompanhado de uma clivagem entre a busca do conhecimento, de um lado, e a busca da virtude, por outro, tornando o saber científico pretensamente livre não só dos argumentos de autoridade, mas da pressuposição implícita de juízos de valor moral ou estético. Conforme o autor,

> There was one major problem, however, in this "divorce" between philosophy and science. Theology and philosophy had both traditionally asserted that they could know *two* kinds of things: both what was true and what was good. Empirical science did not feel it had the tools to discern what was good, only what was true. The scientists handled this difficulty with some panache. They simply said they would try only to ascertain what was true and they would leave the search for the good in the hands of the philosophers (and the theologians). They did this knowingly and, to defend themselves, with some disdain. They asserted that it was more important to know w hat was true. Eventually some would even assert that it was impossible to know what was good, only what was true. This division between the true and the good constituted the underlying logic of the "two cultures." Philosophy (or more broadly, the humanities) was relegated to the search for the good (and the beautiful). Science insisted that it had the monopoly on the search for the true (2001, p. 187).

Já vimos que a defesa de tal separação não impediu, segundo Wallerstein, a utilização política das ciências com o objetivo de preservar a hierarquia social estabelecida. Mas, ao invés de defender a neutralidade do saber científico, Wallerstein se posiciona em defesa da reunificação entre a busca pela verdade e a busca pelo bom e o belo, ou, em termos weberianos, entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. Assim,

> The good is the same as the true in the long run, for the true is the choice of the optimally rational, substantively rational, alternatives that present themselves to us. The idea that there are two cultures, a fortiori that these two cultures are in contradiction to each other, is a gigantic mystification (2001, p. 191).

Estas são, em termos gerais, as considerações que levam Wallerstein à adoção da unidade de análise dos sistemas-mundo. Wallerstein conclui seu artigo dedicado à questão da unidade de análise com a seguinte observação,

> What is there to conclude? I suppose that the scholar should be intellectually monastic, and resist temptations. But product that I am of "American civilization", I urge that the resistance be modulated by pragmatism. I see no other way. The issues are too important that they not be faced, and they are too urgent to be closed off to analysis by failing to fight the war on two - indeed on all - fronts at the same time. Above all, I urge prudence in any haste to shout Eureka! (1994, p. 80).

Com base nestas discussões, vejamos como Wallerstein propõe uma aproximação do problema ligado à interpretação do processo de modernização, isto é, ao ciclo de vida do sistema-mundo moderno. Tal como no caso de Brenner, o objeto de estudo de Wallerstein são as sociedades, civilizações ou, em termos marxistas, os modos de produção. O próprio autor desenvolve um termo geral para designar os diversos tipos de estruturas sociais identificados ao longo da história: os sistemas sociais históricos ou, simplesmente sistemas históricos. Em primeiro lugar, Wallerstein nota que os sistemas históricos possuem tanto limites espaciais, quanto temporais. O caráter espacial, contudo, é no limite inseparável de sua temporalidade, de forma que os sistemas históricos devem ser compreendidos como uma "realidade espaço-temporal" (*structural TimeSpace*). Em relação aos elementos que compõem os sistemas históricos, seu aspecto sistêmico refere-se ao fato de que as sociedades possuem estruturas contínuas que se reproduzem ao longo do tempo, isto é, um conjunto de regras envolvendo relações e processos sociais de caráter repetitivo. Tal propriedade está na origem dos ciclos rítmicos que caracterizam os sistemas históricos. Já o aspecto histórico diz respeito às transformações que também fazem parte do desdobramento dos sistemas históricos, as quais se expressam na forma de tendências seculares. Por fim, Wallerstein considera os sistemas históricos como objetos análogos aos organismos biológicos, dado que ambos possuem um ciclo de vida, sendo que "cada uma destas três fases do organismo podem ser analisadas e localizadas no espaço-tempo" (1994, p. 72). As observações de Wallerstein a respeito do caráter espaço-temporal dos sistemas históricos, bem como sobre sua realidade simultaneamente estrutural e histórica, diz respeito à percepção do autor sobre as propriedades "ontológicas" de seu objeto de estudo. E é com base nestas impressões que o autor defende a necessidade de adotar uma metodologia capaz de abordar os sistemas históricos de forma unificada, isto é, levando em conta tanto seus aspectos teóricos, quanto históricos.

Talvez seja difícil antever como tais considerações sobre a metodologia do conhecimento podem estar necessariamente ligadas à adoção de uma unidade de análise concreta mais adequada à interpretação da modernidade, tal como os sistemas-mundo. De fato, parece haver algo de insatisfatório na discussão mais puramente metodológica de Wallerstein, apesar de seus *insights* valiosos. E isto parece se aplicar também aos debates sobre a unidade

de análise na disciplina das Relações Internacionais, bem como ao debate sobre o nacionalismo metodológico atribuído às teorias da modernização. Afinal, ainda que as recomendações de prudência, auto-crítica e avaliação de custo-benefício nos parecem válidas, parece ser difícil chegar, a partir delas, à conclusão de que os sistemas históricos ou sistemas-mundo constituem a unidade de análise mais apropriada para a compreensão do processo de modernização. O ponto, contudo, parece ser justamente o de que é impossível se decidir por determinado tipo de metodologia simplesmente com base em discussões "abstratas", assim como é impossível chegar a qualquer conclusão meramente com base em informações empíricas "neutras", dada a necessidade de conceitualização prévia que a coleta de dados implica. O fato de que não só as proposições explícitas dos sujeitos sobre o recorte e a interpretação dos objetos, mas também os pressupostos implícitos às próprias visões de mundo dos sujeitos devam, a princípio, ser objetos legítimos de questionamento, faz com que a questão sobre a unidade de análise só possa ser resolvida com base na comparação de interpretações alternativas, bem como na democratização do debate, o que parece derivar em grande medida do caráter necessariamente social do empreendimento científico. Por fim, a questão se complica ainda mais quando se em conta que os diversos agentes adotam estratégias discursivas distintas em contextos distintos, bem como na presença de interlocutores diferentes. Assim, questões como o nacionalismo metodológico e o cornucopisanismo, por exemplo, assumem um caráter muitas vezes intermitente, mesmo considerando a obra de um mesmo autor com poucas variações intelectuais como Brenner, dificultando ainda mais a identificação de problemas de "inaquação" de interpretações alheias. A seguir, iremos nos dedicar à crítica "cultural" de Wallerstein sobre a modernidade, preparando o terreno para a discussão do autor sobre os demais aspectos da estrutura e dinâmica da economia-mundo capitalista.

3.3 A CRÍTICA DA MODERNIDADE EM WALLERSTEIN

3.3.1 A GEOCULTURA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

A abordagem de Wallerstein sobre modernidade está ligada à discussão sobre as transformações "culturais" da economia-mundo capitalista no contexto da Revolução Francesa. Seu principal resultado é a criação de uma geocultura própria à economia-mundo capitalista:

> A Revolução Francesa foi, em si mesma, o ponto final de urn longo processo que não se deu apenas na França, mas em toda a economia internacional capitalista como sistema histórico. Isto porque, em 1789, uma parte considerável do mundo já levava três séculos inserida nesse sistema histórico. E ao longo desses três séculos a maioria de suas instituições básicas tinham sido estabelecidas e consolidadas: a divisãoo axial do trabalho, com significativa transferência de excedente financeiro das zonas periféricas para as zonas centrais; a retribuição preferencial aqueles que agiam em benefício dos interesses da ilimitada acumulação de capital; o sistema internacional composto de Estados supostamente soberanos mas que, na verdade, estavam sujeitos ao arcabouço e às "regras" desse sistema; e a polarização sempre crescente desse sistema internacional, que não era meramente econômica mas também social, e estava prestes a se tornar demográfica. O que esse sistema internacional do capitalismo histórico ainda não tinha era uma geocultura legitimadora. As doutrinas básicas estavam sendo elaboradas pelos teóricos do Iluminismo no seculo XVIII (e mesmo antes), mas só iam ser institucionalizadas socialmente com a Revolução Francesa (1995, p. 256).

Wallerstein refere-se ao termo geocultura para descrever a *Weltanschauung*, ou mudança das mentalidades que tem origem com a consolidação da economia-mundo capitalista, isto é, do mundo moderno. Seus princípios surgem a partir das lutas contra o Antigo Regime no contexto da Revolução Francesa, generalizando-se rapidamente por todo o sistema-mundo. A importância da Revolução Francesa enquanto evento histórico mundial deve ser compreendida com base em seu poder em traduzir e sintetizar os anseios de grande parte das populações integradas à economia-mundo capitalista. Vale lembrar que o período é marcado por uma onda importante de descolonização e revoltas populares ao redor de todo o sistema,

> A Revolução Francesa não foi um fato isolado. Ela foi, mais exatamente, o olho de um furacão, pois ficou no meio do processo de descolonização das Américas - a descolonização das povoações da América do Norte britânica, da América hispânica e do Brasil; a revolução dos escravos do Haiti, e as fracassadas insurreições nativas, como a de Tupac Amaru no Peru. A Revolução Francesa esteve ligada a libertações de diversos tipos, cuja luta estimulou, bem como a nacionalismos nascentes em toda a Europa e nos seus confins, da Irlanda à Rússia, da Espanha ao Egito. Isto, por inspirar nesses países ressonâncias simpáticas às doutrinas revolucionárias francesas, mas também por provocar reações contra o imperialismo francês (isto é, napoleônico), abrigado sob a bandeira dessas doutrinas. (1995, p. 136)

São duas as ideias principais que conformam a geocultura do mundo moderno. Em primeiro lugar, se até o Antigo regime considerava-se a estabilidade social enquanto princípio orientador da reprodução social, a partir da Revolução Francesa passa a prevalecer a ideia da normalidade da mudança. Em segundo lugar, enquanto até a Revolução Francesa a estabilidade política era calcada na noção de que a soberania emana do governante, a exemplo das teorias absolutistas do direito divino dos reis, após este período generaliza-se a defesa da soberania popular. A consolidação da geocultura do mundo moderno é acompanhada pela formação das três ideologias políticas modernas: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. As

ideologias modernas são vistas por Wallerstein como estratégias políticas para lidar com a nova realidade representada pela geocultura capitalista, ou ainda "programas políticos destinados a lidar com a modernidade" (1995, p. 86).

A primeira das ideologias a se formar foi o conservadorismo, que surje a um só tempo enquanto uma forma de defesa do Antigo Regime e de oposição aos ideais da Revolução Francesa. Em relação à normalidade da mudança, os conservadores a consideram como um sinal de seja de desintegração dos valores e grupos tradicionais, como a família, a igreja e a monarquia. Além disso, dado seu pendor essencialmente aristocrático, os conservadores se posicionavam resolutamente contra o princípio da soberania popular, cujo resultado inevitável seria a desestabilização da ordem, isto é, o caos.

A ideologia do liberalismo surge em seguida exatamente como uma resposta às ideias conservadoras do período. Seu princípio é o de que a normalidade da mudança é desejável porque conduz ao progresso, desde que as transformações sejam introduzidas de forma gradual e com base em princípios racionais. Neste sentido, a modernização não só não deve ser vista como algo negativo, como, pelo contrário, enquanto algo desejável. Para que o progresso associado à modernização possa se concretizar, contudo, é preciso que a condução da sociedade seja exercida pelos membros mais capazes do povo, selecionados com base no critério da racionalidade ou do mérito, e não no princípio do *status* ou privilégio. Analogamente, a concessão do direito à cidadania, que representa a materialização do princípio da soberania popular, deve ser outorgada apenas àqueles capazes de utilizá-lo de maneira consciente. Em suma, a ideologia liberal associa-se com a defesa da mudança moderada com base em princípios racionais.

A princípio, a ideologia socialista confunde-se com os ideais liberais da Revolução Francesa no que se refere à modernização, diferenciando-se deles progressivamente em razão de seu apoio à transformação social acelerada, e não gradual, bem como por sua defesa mais enfática e mais democrática do princípio da soberania popular. Juntos, conservadorismo, liberalismo e socialismo emergem enquanto as três ideologias políticas associadas ao estabelecimento da geocultura da economia-mundo capitalista.

Num primeiro momento, o princípio da *normalidade* da mudança associado ao advento geocultura moderna não assume a forma da *desejabilidade* da mudança. Neste sentido, a ideologia conservadora forma-se justamente com base em sua posição contrária aos ideiais da Revolução Francesa. Na avaliação dos conservadores, portanto, a modernização tinha como resultado líquido não o avanço ou o desenvolvimento social, mas a decadência ou deterioração dos valores tradicionais da sociedade. Assim, "[d]e urn modo geral, os que se opunham à

Revolução Francesa afirmavam que a legitimação da normalidade da mudança só podia resultar em males sociais" (1995, p. 103). Como veremos, a atribuição de um valor instrinsecamente positivo à modernização está ligada essencialmente aos desdobramentos das ideologias liberal e socialista. Para que possamos compreender esta transformação, no entanto, é preciso levar em conta o caráter ambivalente do conceito de modernidade.

3.3.2 MODERNIDADE DA TECNOLOGIA *VERSUS* MODERNIDADE DA LIBERTAÇÃO

Wallerstein identifica dois tipos distintos de interpretação do conceito de modernidade no contexto da geocultura capitalista. O primeiro é representado pela ideia de avanço tecnológico. De acordo com o autor,

> O termo estava inserido no contexto conceitual do progresso tecnológico supostamente infindável e, portanto, da constante inovação. Essa modernidade era necessariamente fugaz, pois o que é moderno hoje será ultrapassado amanhã. Tratava-se de uma modernidade muito material na forma: aviões, ar-condicionado, televisão, computadores (1995, p. 133).

Em contraposição a esta "modernidade da tecnologia", Wallerstein identifica também uma "modernidade da libertação", cujo ideal era

> o presumível triunfo da liberdade humana contra as forças do mal e da ignorância. Era uma trajetória de progresso tão inevitável quanto a do avanço tecnológico. Mas não era um triunfo da humanidade sobre a natureza; era, antes, o triunfo da humanidade sobre si mesma, ou sobre os privilegiados. Não era uma rota de descoberta intelectual, mas de conflito social. Esta modernidade não era aquela da tecnologia, de Prometeu desacorrentado, de riqueza ilimitada; era sim a modernidade da libertação, da democracia real (o governo do povo em contraposição ao da aristocracia, ou seja, dos melhores), da realização humana e, sim, da moderação. Esta modernidade da libertação não era fugaz, era eterna. Tendo sido alcançada, jamais se deveria abrir mão dela. 1995, p. 134)

Apesar de distintos, os dois sentidos assumidos pela modernidade foram muitas vezes confundidos ou identificados entre si. Assim, de acordo com Wallerstein, uma das principais características do pensamento iluminista teria sido a crença na identidade entre as duas modernidades (1995, p. 136).

A principal característica do pensamento conservador sempre foi a defesa da hierarquia social pré-estabelecida. Tal posicionamento, por sua vez, tinha como implicação a

rejeição obstinada da "modernidade da libertação". A modernidade da tecnologia, por sua vez, era vista com desconfiança sempre que trazia consigo a possbilidade de desestruturação do *status quo*.

Em contraposição, a ideologia liberal tinha como sua característica definidora a defesa da modernidade da tecnologia. Já em relação à modernidade da libertação, sua posição era, na melhor das hipóteses, ambígua, e na pior delas contrária. Assim, a "[l]ibertação para os técnicos, na opinião deles, era ótima idéia; já a libertação para as pessoas comuns tinha seus perigos" (1995, p. 137).

A desconfiança liberal em relação à modernidade da libertação estava ligada ao temor das chamadas "classes perigosas", compartilhado por liberais e conservadores. Wallerstein define este grupo social da seguinte maneira,

> They can indeed be used by the "dangerous classes," a concept that came into existence precisely in the early nineteenth century to describe persons and groups who had neither power, nor authority, nor social prestige, but were making political claims nonetheless. These were the growing urban proletariat of western Europe, the displaced peasants, the artisans threatened by expanded machine production, and the marginal migrants from cultural zones other than the one into which they had migrated (2001, p. 145).

Por esta razão, a defesa liberal do progresso sempre veio acompanhada da cláusula da moderação, bem como sua defesa da soberania popular sempre esteve ligada à condição de que, para desfrutar do direito à cidadania, seria antes necessário que os integrantes do povo atendessem a critérios mínimos de respeitabilidade. No limite, a modernidade da libertação poderia até mesmo frustar a conquista do objetivo da modernidade da tecnologia, caso a introdução das mudanças não fossem realizadas de forma controlada por agentes racionais. Por esta razão, apesar de seu discurso anti-estatista e de sua defesa dos direitos humanos individuais, o liberalismo sempre apoiou que o progresso só seria um resultado inevitável caso implementado por um corpo de especialistas dotados de um conjunto sólido de ferramentas. Na prática, tal concepção esteve intimamente associada ao fortalecimento do estado. Conforme Wallerstein,

> Longe de ser uma doutrina essencialmente anti-Estado, o liberalismo se transformou na principal justificação para o fortalecimento da eficácia da máquina do Estado. Isto porque, para os liberais, o Estado era imprescindível para que pudessem atingir seu objetivo fundamental: promover a modernidade da tecnologia enquanto aplacavam prudentemente as "classes perigosas". Com isso eles confiavam refrear as implicações apressadas do conceito da soberania do "povo", decorrentes da modernidade da libertação. (1995, p. 138)

O socialismo foi a única das três ideologias modernas que tinha como princípio o apoio à modernidade da libertação. Já em relação à modernidade da tecnologia, seu posicionamento era ambíguo. À medida em que tendia a aprofundar a exploração e a desigualdade, o socialismo tendia a denunciar a modernidade da tecnologia. Quando servia para promover a modernidade da libertação, ela tendia a ser encarada de maneira favorável.

A antinomia entre o sentido tecnológico e o sentido libertário da modernidade é o principal fator por trás da dinâmica da geocultura moderna, consistindo "na contradição cultural essencial do nosso moderno sistema internacional, o sistema do capitalismo histórico" (1995, p. 134).

A estratégia de atuação de cada uma das três ideologias políticas constituiu-se com base em seus posicionamentos particulares em relação aos dois tipos de modernidade. De acordo com Wallerstein, o confronto entre elas teve como resultado a vitória do liberalismo centrista, que foi alçado à condição de ideologia hegemônica na economia-mundo capitalista entre 1848 e 1968. Por um lado, a vitória do liberalismo se deveu justamente à sua capacidade de convencer aos conservadores de que a modernidade da tecnologia era não só distinta da modernidade da libertação, mas sim a única forma efetiva de contê-la. Assim,

> quando os liberais falavam com pessoas de tendência conservadora, procuravam convencê-las de que somente o reformismo racional evitaria o advento da democracia, argumentação esta que acabaria por ser ouvida com simpatia por todo conservador inteligente (1995, p. 259).

Por outro lado, esteve ligada à possibilidade de convencer os socialistas de que a modernidade da tecnologia conduziria necessariamente à modernidade da libertação, e que, portanto, defender a primeira era defender simultaneamente a segunda. Nas palavras de Wallerstein,

> O que este pacote liberal de sufrágio, Estado de bem-estar social e identidade nacional proporcionava às classes perigosas dos países centrais era, acima de tudo, esperança – esperança de que as reformas graduais mas constantes prometidas pelos políticos e tecnocratas liberais *acabariam por* trazer melhoria para as classes perigosas, equalizando a retribuição [entre classes] (1995, p. 142, [grifo no original]).

A seguir, apresentaremos brevemente a trajetória que, segundo Wallerstein, leva à vitória do liberalismo enquanto ideologia hegemônica da geocultura capitalista.

3.3.3 O EMBATE DAS TRÊS IDEOLOGIAS MODERNAS E A VITÓRIA LIBERAL

No período que vai do início da Revolução Francesa até a Primavera dos Povos (1789-1848), as três ideologias políticas modernas confrontam-se intensamente entre si. O resultado deste confronto é a vitória prática do programa liberal, que predomina enquanto ideologia hegemônica até o período entre a Revolução Cultural de 1968 e a queda dos regimes comunistas iniciada em 1989. E é durante este período que o conceito de modernização assume um caráter instrinsecamente positivo. Conforme Wallerstein,

> Ao dizer modernidade estamos falando da impressão de que o novo é bom e desejável, porque vivemos num mundo de progresso em todos os níveis da nossa existência. (1995, p. 236).

O período de predomínio da ideologia liberal é marcado também pela subordinação das ideologias políticas conservadora e socialista ao princípio da mudança em ritmo controlado conduzida por agentes racionais, cujo resultado necessário seria o progresso da civilização humana.

Entre 1789 e 1848, a ideologia socialista começa a se diferenciar da ideologia liberal. Durante sua formação, a unidade entre as duas baseou-se principalmente na luta contra o Antigo Regime e o conservadorismo, bem como na defesa da inevitabilidade e desejabilidade do progresso, isto é, da modernidade da libertação combinada à modernidade tecnológica. A diferença entre as duas decorria principalmente em relação ao ritmo desejável das mudanças, de um lado, e à questão de quem seria o agente responsável por conduzi-la, por outro. Assim, enquanto os liberais defendiam que o progresso só ocorreria de fato caso a modernização fosse implantada de maneira gradual, os socialistas aderiam à ideia de que as mudanças só viriam de fato por meio de transformações aceleradas, isto é, através da revolução. Em relação à soberania popular, enquanto os liberais defendiam a igualdade de todos perante a lei, por um lado, e a vontade do povo contra a arbitrariedade da tirania, por outro, também esposavam a ideia de que as transformações sociais só levariam ao progresso caso fossem planejadas e implantadas pelos integrantes mais capazes da sociedade, com base nos princípios da racionalidade e da meritocracia. Os socialistas condenavam a posição liberal por considera-la na prática como uma proposta parecida com o governo aristocrático dos conservadores, defendendo o princípio da soberania popular com base numa maior democratização das decisões políticas. Assim,

> Os liberais achavam que o processo de melhoramento social era, ou deveria ser, constante, baseado em uma avaliação racional dos problemas existentes, feita por especialistas, e no contínuo empenho consciente das lideranças políticas visando, à luz dessa avaliação, ensejar reformas sociais inteligentes. O projeto dos socialistas nutria-se do ceticismo quanto à possibilidade de os reformistas conseguirem mudanças significativas aplicando a boa vontade com inteligência e agindo geralmente sozinhos. Os socialistas queriam avançar mais rápido e alegavam que sem bastante pressão popular o processo não traria progresso algum. O progresso só era inevitavel porque a pressão popular era inevitável. Os especialistas nada podiam fazer sozinhos. (1995, p. 104).

Em suma, o que distingue a ideologia socialista é, a princípio, sua defesa da modernidade da libertação. Contudo, na medida em que a modernidade tecnológica não entre em conflito com ela, ou contribua para sua realização, ela pode ser considerada desejável.

O período entre 1789 e 1848 marca também uma virada importante do pensamento conservador. Até então, seu programa político era basicamente recionário, isto é, voltado essencialmente à restauração das condições prévias ao advento da modernidade. A intensificação da ameaça representada pelas "classes perigosas", no entanto, exemplificada durante os levantes da Primavera dos Povos, deixa claro que o objetivo de fazer girar para trás a roda da história era essencialmente ilusório, já que, no decorrer do período, "todo o empenho dos 'reacionarios' (...) pouco conseguiria contra as novas mentalidades" (1995, p. 102). Ao mesmo tempo "os conservadores começaram a perceber a utilidade do reformismo para seus objetivos" (1995, p. 95), fazendo com que eles se aproximassem na prática da ideologia liberal. Os conservadores coincidiam com os liberais em relação à defesa da propriedade, que representava a base de sustentação dos grupos e valores tradicionais, bem como em seu temor em relação às classes perigosas. Em resumo, conforme Wallerstein,

> (...) depois de 1830 começa a surgir uma clara distinção entre liberais e socialistas, que, depois de 1848, se torna muito acentuada. Ao mesmo tempo, 1848 assinala o princípio de uma reconciliação entre liberais e conservadores (1995, p. 95).

A Revolução de 1848 inspirou o temor contra as classes perigosas nos conservadores, e os levou a serem convencidos de que somente por meio da modernidade tecnológica moderada e da realização de reformas políticas "preventidas", realizadas através do estado, seria possível evitar a concretização da modernidade da libertação. Externamente, por sua vez, continuava vivo o exemplo perigoso da Revolução haitiana.

> The violent birth of Haiti was a more critical factor in the history of the Americas than we usually suggest. It should be given credit for hastening and clarifying the pattern of settler independence everywhere else. For the Haitian Revolution was indeed, as

> that scholarly racist T. Lothrop Stoddard put it, 'the first great shock between the ideals of white supremacy and race equality' (1989, p. 240).

O massacre rápido e violento dos levantes, por outro lado, deixou claro aos trabalhadores que o objetivo da mudança radical não era imediatamente alcançável. Assim,

> Por um lado, as revoluções "fracassadas" de 1848 estabeleceram com clareza que a mudança política não ia ser, provavelmente, tão acelerada quanto os apressados queriam nem tão lenta quanto os mais cautelosos preferiam (1995, p. 238).

Além disso, os socialistas se convenceram da necessidade de formar organizações políticas para fortalecer o movimento dos trabalhadores e evitar que sua descoordenação espontaneísta os tornasse alvos fáceis da repressão conduzida pelas classes dominantes. Na prática, isto levou ao fortalecimento de sindicatos e partidos, bem como à defesa de que o controle do aparelho de estado era necessário à implementação do objetivo revolucionário.

Com as mudanças ocorridas no período entre 1789 e 1848, portanto, as ideologias conservadora e socialista começam a gravitar em torno do programa do "liberalismo centrista" nas regiões centrais da economia-mundo capitalista. Do ponto de vista da ideologia socialista, o dilema a ser enfrentado era como ampliar a conquista de benefícios e reduzir a exploração sem a necessidade de arcar um custo excessivamente alto por parte dos trabalhadores, como geralmente ocorre nos episódios mais intensos de conflito direto. Isto fez com que a estratégia das classes trabalhadoras torne-se menos "revolucionária" e mais "reformista", em condizência com as propostas do liberalismo. A partir daí, a ideologia socialista passa a se voltar lentamente em direção a uma espécie de "socialismo liberal". Em relação a este processo, Wallerstein comenta,

> Ao mesmo tempo, o movimento socialista dos países industrializados, incluídos seus membros mais militantes, como o Partido Social-democrático Alemão, se converteu na principal força parlamentar na luta pela realização das reformas liberais. Por meio de seus partidos e sindicatos, os socialistas exerceram pressão "popular" para conseguir o que os liberais queriam, a domesticação das classes trabalhadoras. Além de Bernstein, Kautsky, Jaurès e tambem Guesde, sem falar nos fabianistas, passaram a ser o que poderíamos chamar de "socialistas liberais" (1995, p. 240).

Já do ponto de vista das classes dominantes como um todo, cujos interesses se associam ao pensamento liberal e conservador, o dilema era justamente o de manter o caráter hierarquizado da sociedade, por um lado, e conter as "concessões" necessárias à contenção das classes perigosas. No caso do liberalismo, a estratégia basou-se na defesa da modernidade da

tecnologia como antídoto ao foco na modernidade da libertação. O mesmo ocorreu por parte dos conservadores, cuja atração em relação ao programa liberal leva à formação de um conservadorismo liberal, em relação ao qual Wallerstein comenta,

> Os líderes politicos conservadores tomaram-se "conservadores esclarecidos", ou seja, quase concorrentes dos liberais clássicos no processo de integração da classe trabalhadora. Disraeli, Bismarck e ate Napoleão III são bons exemplos desta nova versao do conservadorismo, que poderia ser chamada de "conservadorismo liberal" (1995, p. 257).

Espremidos entre socialismo liberal e o conservadorismo liberal, os liberais autênticos vão perdendo força ao longo do tempo, como veremos adiante. Antes disso, contudo, cabe perguntar: quais seriam efetivamente os elementos centrais do programa liberal mencionados por Wallerstein?

Do ponto de vista da soberania popular, a proposta liberal consistiu na promessa do *sufrágio universal*. Já do ponto de vista da mudança, a solução apontada era o *desenvolvimento econômico nacional*. A realização de tais propostas ocorreu com base na criação de uma *identidade nacional*. Por fim, a implementação do programa político do liberalismo ocorreu em duas fases principais. A primeira vai de 1848 a 1914. A segunda vai de 1917 ao período entre 1968-1989.

No período entre 1848 e 1914, o liberalismo adotou como foco central a implementação de reformas nos países centrais. O objetivo, como já vimos, era o fortalecimento da modernidade da tecnologia, combinada a pequenas concessões destinadas a conter o ímpeto das classes perigosas pela modernidade da tecnologia. Já no período entre 1917 e 1989, a atenção do liberalismo direciona-se primordialmente às regiões periféricas e semi-periféricas do sistema-mundo. Assim, a promossa do desenvolvimento econômico nacional é extendida para o âmbito da economia-mundo como um todo. O mesmo ocorre com o princípio do sufrágio universal ao âmbito internacional, por meio dos processos de descolonização e de integração dos antigos domínios dos países centrais à condição de membros soberanos do sistema interestatal.

A ferramenta para a implementação das mudanças propostas pelo programa liberal foi, segundo Wallerstein, o estado. Tal afirmação pode parecer estranha, sobretudo quando se considera a oposição visceral das teorias liberais ao estado. Na verdade, não só a ideologia liberal, mas também a conservadora e a socialista tendem a demonstrar desconfiança em relação ao estado, e a se posicionar a favor da sociedade civil. Os conservadores, por exemplo, consideram as iniciativas liberais e socialistas de apropriação do poder de estado como medidas

cujo efeito é minar a prioridade das instituições tradicionais. Os liberais, por sua vez, denunciam a limitação imposta pelo Estado à liberdade de atuação dos indivíduos. Por fim, os socialistas consideram o estado como manifestação da atuação de grupos privilegiados, em detrimento do povo ou da classe trabalhadora em geral. Em concordância com suas posições, cada uma das ideologias elege um sujeito histórico privilegiado. No caso dos conservadores, são os grupos tradicionais, como a família, a igreja ou mesmo a monarquia. Para os socialistas, o sujeito histórico por excelência é o povo, ou a classe trabalhadora. Os liberais, por sua vez, elegem o indivíduo como agente fundamental das transformações sociais. Apesar disso, contudo, tanto o conservadorismo e o socialismo quanto o liberalismo acabaram por recorrer ao estado enquanto instituição privilegiada para a conquista de seus objetivos. Assim,

> (...) apesar desta opinião negativa unânime quanto ao Estado em teoria, na prática (sobretudo depois de 1848) os expoentes das três ideologias buscaram fortalecer as estruturas estatais de diversas formas. Os conservadores passaram a ver o Estado como mecanismo substitutivo para refrear o que para eles era a desintegração da moralidade, uma vez que as instituições tradicionais nao mais podiam exercer essa função, ou pelo menos nao sem a colaboração da força policial pública. Os liberais passaram a considerar o Estado o único mecanismo eficiente e racional por meio do qual era possível manter o ritmo das reformas estável e no rumo certo. Os socialistas, depois de 1848, começaram a perceber que jamais conseguiriam superar os obstáculos à implantação de sua sociedade radicalmente transformadora se não obtivessem o poder estatal. (1995, p. 238).

O fortalecimento do poder de estado, a despeito da defesa teórica intransigente da sociedade civil, constitui uma das anomalias que caracterizam o programa do liberalismo centrista. Outra anomalia importante refere-se ao fato de que, como já mencionamos, apesar da vitória do liberalismo centrista, os partidos liberais vão gradualmente desaparecendo da cena política, e a implementação do programa liberal é, na prática, realizada ora por conservadores liberais, ora por socialistas liberais. De acordo com Wallerstein,

> Em 1914, o campo politico dos países industrializados estava dividido mormente entre conservadores liberais" e "socialistas liberais". Isto fez com que os partidos liberais puros começassem a desaparecer, simplesmente porque todo partido importante era, de fato, urn partido liberal. Por tras da fachada de conflito ideologico, estava a realidade do consenso (1995, p. 240).

Para além da apropriação de seu programa por parte das demais ideologias, a definhação dos partidos liberais encontra-se associada também ao caráter arrivista de seus proponentes, sempre excessivamente hesitantes em colocar em prática o próprio programa.

Se entre 1848 e 1914 o programa liberal consistiu basicamente nos projetos de integração limitada da classe trabalhadora via desenvolvimento econômico nacional e extensão do sufrágio universal, entre 1917 e 1989 sua ambição foi a de extender estes princípios para a economia-mundo capitalista como um todo,

> Chegara o momento para que os países centrais, avançando para além do objetivo mais limitado de integrar suas proprias classes trabalhadoras, começassem a pensar na integração daquele segmento maior das classes trabalhadoras do mundo, aquelas que viviam nas zonas perifericas e semiperiféricas do sistema internacional. Em termos atuais, tratava-se agora de domesticar o Sul por meios semelhantes aos empregados na domesticação das classes trabalhadoras das zonas centrais (1995, p. 240).

Do ponto de vista liberal-conservador, a extensão do sufrágio universal foi incorporada pelo princípio de autodeterminação dos povos de Woodrow Wilson, enquanto a extensão do desenvolvimento econômico nacional a nível sistêmico ficaria a cargo dos programas propostos por Roosevelt, Truman e seus sucessores. Do ponto de vista liberal-socialista, a extensão do princípio de autodeterminação dos povos encontrou seu correlato na luta anti-imperialista de Lênin, primordialmente a partir do Congresso dos Povos do Leste realizado de 1921 em Baku. Já em relação à integração econômica das classes trabalhadoras do Sul, o análogo ao desenvolvimento econômico socialista foi a promoção do desenvolvimento socialista e do socialismo num país só através da influência soviética da Terceira Internacional. Wallerstein resume o período de hegemonia do programa liberal da seguinte maneira,

> No periodo 1848-1914, o programa liberal era a domesticação das classes trabalhadoras nas zonas centrais por meio do sufrágio universal e do Estado de bem-estar social. Esse programa foi implementado por uma combinação de militância socialista e refinada astúcia conservadora. No período 1917-1989, o programa liberal em escala mundial foi a domesticação do Sul. Também estava sendo implementado por uma combinação de militância socialista e refinada astúcia conservadora (1995, p. 243).

A hegemonia liberal começa a ser questionada a partir da Revolução Cultural de 1968, e entra em colapso justamente num de seus momentos de maior euforia, com a queda dos regimes comunistas iniciada em 1989. Tal como no caso da Revolução Francesa, Wallerstein considera os acontecimentos de 1968 como símbolos de um evento histórico mundial.

3.3.4 CRISE DO CAPITALISMO

Do ponto de vista econômico o período iniciado em torno de 1968 marca o início de uma fase cíclica de estagnação da economia-mundo (*Kondratieff B*). Mas as fases de estagnação representam períodos normais da expansão capitalistas, e por si só seriam incapazes de explicar a profundidade das transformações em curso. Ocorre que o mesmo período representa também um momento de exacerbação das tendências que caracterizam o desenvolvimento do sistema, ameaçando o próprio princípio da acumulação de capital.

O problema essencial é que, no período 1848-1917 a implementação do programa liberal, baseado no desenvolvimento econômico e no sufrágio universal, com suas implicações sobre a integração da classe trabalhadora central e o aumento da importância do estado, havia sido comprado primordialmente com base nos recursos adquiridos a partir da exploração desproporcional dos trabalhadores e da natureza da periferia. A drenagem de recursos periféricos em direção ao centro, por sua vez, baseava-se desde o princípio no mecanismo da troca desigual, amparada pela divisão axial do trabalho, de um lado, e pela estrutura do sistema interestatal, com sua divisão entre estados fortes e fracos. Em suma, tal como sugere a abordagem de André Gunder Frank, o desenvolvimento do centro teria representado não a conquista da fórmula para o auto-desenvolvimento, mas sim o lado inverso do processo de subdesenvolvimento periférico. Ao mesmo tempo, Wallerstein posiciona-se contra a ideia de que existam dois tipos de economia com lógicas distintas, uma periférica ou tradicional, e outra central ou moderna. Pelo contrário, o autor defende que há apenas uma economia com dois pólos inter-relacionados. Assim, em *Dependence in an interdependent world* [1974], o autor comenta,

> (…) both in the sixteenth century and today the core and the periphery of the world were not two separate 'economies' with two separate 'laws' but one capitalista economic system with different *sectors* performing different functions (1974, p.3)

Dada a estrutura necessariamente hierarquizada de funcionamento do capitalismo, para que fosse possível extender os princípios do programa liberal à economia-mundo como um todo, generalizando o desenvolvimento econômico e aplicando o princípio da autodeterminação dos povos, seria necessário incorporar novas arenas externas ao sistema. Como, no entanto, desde meados do século XIX a expansão do sistema-mundo capitalista atingiu seus limites globais, não seria possível cumprir as promessas associadas à

modernização. Além do mais, ao mesmo tempo em que o processo de descolonização dificultava ainda mais a extração do excedente necessário à sustentação do centro, agora a generalização das demandas por mais desenvolvimento e por mais bem-estar aumentavam o tamanho da conta a ser paga caso a promessa de universalização do desenvolvimento fosse cumprida. Wallerstein cita quatro formas de manifestação da crise do capitalismo: i) o esgotamento das reservas de trabalho barato; ii) a crise das finanças públicas; iii) a crise ecológica e, por fim; iv) a crise migratória.

O esgotamento das reservas de mão-de-obra é resultado direto da progressiva expansão da economia-mundo capitalista desde sua origem no século XVI, com a incorporação progressiva de novos territórios e novas populações ao sistema, seguida de sua periferização. A subsunção das arenas externas proporciona principalemente os insumos necessários à reprodução ampliada do processo de acumulação de capital, bem como a sustentação das taxas de lucro auferidas pelos países centrais. Permite também que a classe dos trabalhadores dos países centrais seja parcialmente integrada do ponto de vista econômico, por meio da redistribuição de parte dos recursos obtidos a partir da troca desigual.

Em relação às finanças públicas, Wallerstein menciona a tendência ao crescimento dos estados ao longo do processo de aprofundamento das relações capitalistas, ligado ao apoio às firmas capitalistas, à compensação dos *quadros* ligados aos aparelhos estatais, bem como aos custos crescentes do Estado de bem-estar social. A crise das finanças públicas ameaça, por um lado, a lucratividade das empresas, mas, por outro, tende a espremer as classes médias que servem de principal esteio ideológico ao sistema, agravando o problema ao criar também uma crise de legitimidade.

Outro problema estrutural mencionado por Wallerstein é a tendência à crise ecológica, que, por sua vez, tem obrigado as empresas a internalizar custos de produção que antes podiam ser ignorados.

> A acumulação de capital baseia-se há cinco séculos na possibilidade de as empresas externalizarem custos. Isto se deu principalmente mediante o uso excessivo de recursos naturais, com alto custo coletivo mas quase nenhum custo para as empresas. Contudo, chega um momento em que os recursos acabam e a toxicidade atinge um nível que não pode ser mantido. Hoje nos vemos na necessidade de investir pesadamente na despoluição, e teremos de diminuir o uso para evitar a repetição do problema. Mas também é verdade, como as empresas vêm advertindo, que tais providências vão reduzir a lucratividade geral da economia (1995, p. 148)

Por fim, Wallerstein menciona ainda o efeito dos problemas econômicos e políticos sobre os fluxos migratórios a partir das regiões periféricas em direção aos países centrais. Ainda em 1995, no artigo *O fim de qual modernidade*, o autor comenta,

> Finalmente, o abismo demográfico que duplica a brecha econômica entre Norte e Sul está aumentando em vez de diminuir. Isto está gerando uma pressão migratória fortíssima do Sul para o Norte, tendo como resultado uma reação política antiliberal não menos forte no Norte. É fácil prever o que vai acontecer. Apesar das barreiras mais severas, a imigração ilegal crescerá em todos os países do Norte, tanto quanto as correntes xenofóbicas. O equilíbrio demográfico interno dos países do Norte mudará drasticamente, causando previsíveis conflitos sociais. Do ponto de vista cultural, a crise do liberalismo se manifesta como uma crítica ao pretenso universalismo de suas concepções. Wallerstein discute esta crítica ao liberalismo ao abordar a relação entre universalismo e particularismo ligada às ideias liberais. Vejamos a seguir os elementos centrais de sua apresentação (1995, p. 149).

A crise do capitalismo cria uma situação de enorme volatilidade, em meio à qual o liberalismo e suas promessas começam a ser questionados. Assim, os aspectos econômicos e políticos da crise do capitalismo associam-se à crítica cultural do liberalismo, levando ao colapso de sua posição hegemônica e à revigoração do embate entre as três ideologias políticas modernas. A crítica ao liberalismo tem como base o questionamento de seus princípios auto-declarados universalistas, bem como a exposição de seu caráter intrinsecamente particularista.

3.3.5 O COLAPSO DO LIBERALISMO: UNIVERSALISMO *VERSUS* PARTICULARISMO

A ideologia liberal é construída com base na defesa retórica de princípios universalistas. Do ponto de vista econômico, a defesa da sociedade de mercado por parte da ideologia liberal tem como objetivo combater a coerção que sujeitava os servos e demais elementos excluídos da nobreza durante o Antigo Regime, dando lugar à liberdade jurídica e de contrato. O mesmo se pode dizer em relação à crítica liberal do mercantilismo, cujo objetivo declarado é a eliminação dos monopólios e demais formas de privilégio na arena econômica. De um ponto de vista mais abstrato, as próprias trocas econômicas da sociedade de mercado são realizadas com base num padrão monetário de caráter universal. Além disso, dado seu caráter voluntário, as trocas de mercado entre dois agentes seriam por definição "trocas de equivalentes", o que implica a eliminação dos elementos particularistas das trocas arbitrárias e da influência das autoridades sobre a reprodução e interação dos agentes econômicos. A ideia mesma do mercado pressupunha, assim, o livre fluxo, a livre negociação de mercadorias e a

livre concorrência, que só poderiam ser afetadas caso algum tipo de privilégio ou monopólio impedisse sua circulação desimpedida.

Já sob o ponto de vista político, a luta contra o *status* privilegiado da aristocracia que dava sustentação ao Antigo Regime no contexto da Revolução Francesa era feita com base na defesa da igualdade de todos os homens, mais tarde ampliada para igualdade de todos os seres humanos. É também com base na igualdade de todos que é defendido o princípio da soberania popular, que contrapunha-se à concepção absolutista da soberania, de acordo com a qual a população geral era encarada não enquanto um conjunto de cidadãos, mas de súditos.

***[Falar sobre tendência iluminista ao universalismo].

As ideias subjacentes ao universalismo liberal culminam na noção de meritocracia, isto é, na ideia de que as posições e as recompensas atribuídas aos indivíduos devem ser ajustadas com base no mérito, e não em qualquer tipo de privilégio. Esta é, por exemplo, a base da defesa de que os organismos do estado devem ser conduzidos por seus elementos mais capazes, isto é, por especialistas de cada área do conhecimento.

Na prática, a igualdade de todos assume a forma da igualdade entre todos os cidadãos. Tal medida, por sua vez, encontra-se intimamente associada à formação dos Estados nacionais e da identidade nacional. Wallerstein explica o princípio que embasa a formação das identidades nacionais da seguinte maneira,

> Por outro lado, dado que os países compunham-se de "regiões" e "localidades", no início do século XIX os cidadaos reais, como quer que fossem definidos, eram geralmente pessoas de origens bastante diversas – que falavam diferentes línguas, tinham costumes diferentes e traziam diferentes bagagens históricas. Com a transformação dos súditos em cidadãos, estes tiveram de ser convertidos em nacionais, isto e, pessoas que colocariam a lealdade ao país acima de outras lealdades sociais. Isto não era fácil, mas era essencial para que o exercício da soberania popular não resultasse em provável conflito irracional entre os grupos. (1995, p. 157).

Duas das instituições mais importantes para a forjar as identidades nacionais foram as escolas primárias e o exército. Conforme Wallerstein,

> As grandes instituições unificadoras do povo eram o sistema educacional e as Forças Armadas. Em todos os países centrais, pelo menos, a educação elementar tornou-se obrigatória, e em muitos deles também a instrução militar. Escolas e exércitos ensinavam a língua, obrigações cívicas e lealdade nacionalista (1995, p. 140).

Chegamos então a um paradoxo. De um lado, o liberalismo defende abertamente princípios inquestionavelmente universalistas. De outro, defende também o capitalismo, cujo

funcionamento baseia-se justamente na reprodução hierarquizada da sociedade, fundada na desigualdade entre capitalistas e trabalhadores. Como conciliar estas noções? Wallerstein defende que, assim como o desenvolvimento econômico do centro encontra-se intimamente associado ao subdesenvolvimento das regiões periféricas, a defesa de princípios universalistas pela ideologia liberal tem como seu inverso a prática do particularismo, na forma do racismo e do sexismo.

Para compreender as razões apresentadas por Wallerstein ao criticar o particularismo subjacente ao universalismo liberal, é preciso recorrer novamente à definição da cidadania. A generalização do conceito de cidadania entre os habitantes de um estado parece colocar em prática o princípio da igualdade de todos. Ocorre que, ao mesmo tempo em que define quem são aqueles a serem incluídos, o princípio da cidadania define também aqueles a serem excluídos. Assim, conforme Wallerstein, "quando os 'súditos' viraram 'cidadãos' os habitantes ficaram imediatamente divididos em "cidadãos" e "não-cidadãos" (1995, p. 157). A princípio, a separação entre cidadãos e não-cidadãos, isto é, a ideia de que nem todos são iguais perante a lei do estado, não pode ser descartada como puramente arbitrária. Assim,

> Diz-se que todos os indivíduos são iguais. Mas podemos tomar essa asseveração literalmente? Claro que não, se estamos falando do direito de tomar decisões autônomas. Ninguém cogitaria de autorizar urn recem-nascido a tomar decisões autônomas. Então, que idade é preciso ter para contar com esse direito? As respostas têm sido diversas em todas as épocas. Mas se concordamos em deixar as crianças (como quer que sejam definidas) fora do exercício desses direitos em virtude da imaturidade do juízo, segue-se que um indivíduo autônomo é alguem a quem outros consideram capaz de ser autônomo. E, posto que existe a possibilidade de outras pessoas julgarem se um indivíduo tem ou não a capacidade de exercer seus direitos, outras categorias pod em ser qualificadas como incapazes: ansião, senis, imbecis, psicóticos, criminosos presos, integrantes de classes perigosas, pobres e assim por diante. Obviamente, esta lista não é caprichosa. Eu nao estou tomando posição quanto a se esses grupos devem ou não ser habilitados, por exemplo, para votar; apenas estou ressaltando que não há uma linha divisória evidente a separar aqueles que deveriam ser habilitados para exercerem seus direitos daqueles que poderiam ter esse exercício legalmente negado. (1995, p. 87).

Este trecho sugere que o direito à cidadania não é livre de cláusulas de exceção. Em termos gerais, para que se possa ser considerado um cidadão digno de respeito, é preciso que o indivíduo seja não só autônomo, mas racional e responsável. Em uma palavra, é preciso que ele seja civilizado. E aqui encontra-se a brecha para a infiltração dos princípios particularistas por baixo da defesa liberal do universalismo. Pois, se for possível atribuir a determinados indivíduos ou grupos o *status* de não-cidadãos ou de não-civilizados, é possível negar a eles o direito à cidadania. E é este exatamente o procedimento adotado por parte dos países centrais

não só em relação a grupos internos considerados não-cidadãos ou cidadãos de segunda classe, mas também a grupos externos classificados como bárbaros, primitivos ou tradicionais.

> O projeto político do liberalismo do século XIX para os países centrais da economia internacional capitalista consistiu em domesticar as classes perigosas, oferecendo urn programa triplo de reforma racional: sufrágio, Estado de bem-estar social e identidade nacional. Supunha-se que as pessoas comuns ficariam satisfeitas com essa limitada restituição do que lhes pertencia, de modo que não reivindicariam a plenitude de seus "direitos humanos". A difusão dos *slogans* – direitos humanos, liberdade ou democracia - era em si urn elemento do processo de domesticação das classes perigosas. A exiguidade das concessões sociais às classes perigosas poderia ter-se tornado mais manifesta, não fosse por duas circunstâncias. Em geral, os níveis de vida nos países centrais beneficiavam-se da efetiva transferência do excedente gerado nas zonas periféricas. E o nacionalismo local de cada urn desses países era complementado por um nacionalismo coletivo das nações "civilizadas" face àquelas consideradas "bárbaras". (...) Quem eram os "bárbaros"? Os povos colonizados, com certeza. Negros e amarelos perante os brancos. O "Oriente" face ao "Ocidente". As nações "ahistóricas" da Europa Oriental face às "nações históricas" da Europa Ocidental. Os judeus face aos cristãos. Desde o princípio, os direitos humanos das nações civilizadas basearam-se no pressuposto de que elas eram "civilizadas. O discurso do imperialismo era o anverso da moeda. A obrigação dos países que afirmavam respeitar os direitos humanos era, portanto, "civilizar" aqueles que não os respeitavam, que tinham costumes "bárbaros" e que consequentemente deviam ser conduzidos com rédea curta e ensinados, como crianças (1995, p. 159)

Assim, o princípio político universalista da igualdade de todos e da soberania popular encontra-se associado aos princípios particularistas do imperialismo. Da mesma maneira, o princípio universalista do livre mercado e da troca de equivalentes encontra-se associado à defesa dos monopólios dos países centrais e das trocas desiguais entre centro e periferia. Por fim, em relação ao racismo e ao sexismo durante o período de 1848-1914, Wallerstein comenta,

> No século XIX, o liberalismo resolveu o problema que se propusera a resolver. Diante de urn sistema internacional no qual agora prevaleciam as doutrinas da normalidade mudança e da soberania do povo, como podia uma dasse superior formada por homens de razão, boa vontade, competência e propriedade impedir as "classes perigosas" de estragarem tudo? A resposta havia sido que seria possível conseguir isso mediante a implementação de reformas racionais na dosagem adequada. Em termos práticos, esta resposta significava limitar o exercício dos direitos humanos a *algumas* pessoas, bern como limitar ainda mais os povos que podiam exercer a soberania. Como pela lógica do liberalismo os direitos eram teoricamente universais, era precise justificar as restrições com argumentações tortuosas e falsas. Em teoria, portanto, proclamava-se a universalidade dos direitos, mas a última coisa que os liberais queriam era que esses princípios liberais fossem tomados ao pé da letra, isto é, aplicados universalmente mesmo. Para que esses princípios não fossem interpretados ao pé da letra, o liberalismo precisava de uma força de contenção. Essa força foi o racismo, combinado com sexismo. É claro que os liberais não podiam admitir isto, uma vez que tanto o racismo como o sexismo eram, por definição, antiuniversais e antiliberais (1995, p. 160).

Mais uma vez, tais princípios começam a ser abalados a partir do processo descolonização do mundo não-europeu, bem como por meio do maior acesso de populações antes marginalizadas à educação superior na segunda metade do século XX. Por estas razões, apesar de sua defesa do universalismo Wallerstein atribui ao liberalismo um pendor antidemocrático, justificado precisamente com base no argumento da meritocracia,

> Há outra coisa que é preciso dizer sobre o liberalismo. Temos afirmado que a ideologia liberal não foi antiestatista por princípio, uma vez que sua verdadeira prioridade era o reformismo racional. Mas, se não foi antiestatista, o liberalismo foi antidemocrático por princípio. Foi sempre uma doutrina aristocrática, que pregava o "governo dos melhores". Por certo, para os liberais a condição principal dos "melhores" não era serem bem-nascidos, mas terem atingido alto nível educacional. Logo, os melhores não eram a nobreza hereditária e sim os beneficiários da meritocracia. Mas eles eram sempre um grupo menor que o conjunto. Os liberais queriam o governo dos melhores- aristocraciajustamente para não terem o governo de todos - a democracia. A democracia não era a meta dos liberais, mas a dos radicais, ou pelo menos dos autenticamente radicais, visceralmente anti-sistema. Foi para impedir este grupo de predominar que o liberalismo foi proposto como ideologia. E, quando os liberais falavam com pessoas de tendência conservadora, procuravam convencê-las de que somente o reformismo racional evitaria o advento da democracia, argumentação esta que acabaria por ser ouvida com simpatia por todo conservador inteligente (1995, p. 259).

Ao mencionar os grupos autenticamente radicais, Wallerstein faz uma crítica indireta à ideologia socialista, ou melhor, ao que veio a se tornar o socialismo liberal. Em especial, o autor critica o marxismo ortodoxo, incluindo aí a análise de Brenner. A crítica central de Wallerstein está ligada à ideia de que, por razões mais ou menos compreensíveis, o socialismo acabou por assumir um caráter particularista apesar de sua retórica universalista, aproximando-o do liberalismo. Além disso, a ideologia socialista acabou também por incorporar a identificação entre a modernidade tecnológica e a modernidade da libertação, tornando-se um dos principais pilares da defesa do valor intrínseco positivo da modernização, isto é, do cornucopianismo.

3.3.6 CRÍTICA AO SOCIALISMO LIBERAL

Em suas discussões sobre a ideologia socialista, Wallerstein aborda as estratégias reformista e revolucionária, comparando-as entre si. Em seguida, o autor faz um balanço de suas conquistas e fracassos durante o período que vai da formação do socialismo ao fim do período de hegemonia do liberalismo em 1968. Por fim, cabe notar que os desdobramentos da

ideologia socialista encontram-se intimamente associados à atuação dos movimentos anti-sistêmicos.

Vimos que, a partir da reflexão sobre a primavera dos povos, os socialistas se dão conta de que as ressurreições espontâneas traziam muito poucos benefícios duradouros, bem como custos bastante elevados do ponto de vista da classe trabalhadora. Por estas razões, a ideologia socialista estabelece como um de seus objetivos o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos políticos. A ênfase na necessidade de organização está ligada à vitória do socialismo marxista sobre o anarquismo durante a fase da Primeira Internacional.

A solução do problema organizacional, contudo, deixava ainda em aberto a questão sobre a forma e a intensidade de implementação das transformações sociais almejadas pelos socialistas. Daí o debate entre reformistas e revolucionários que domina as discussões da Segunda Internacional.

O argumento reformista, sintetizado por Bernstein, partia do princípio de que o avanço das forças produtivas tinha um caráter inexorável, o que levaria a um aumento cada vez maior da proporção do proletariado industrial. Isto conferiria aos trabalhadores um poder cada vez maior na luta de classes, garantindo a eles uma extensão cada vez maior de seus direitos políticos. Com base no aumento de seu número de votos, os trabalhadores passariam a dominar cada vez mais o cenário político. Uma vez em posse do poder de estado, os socialistas poderiam então simplesmente dar fim ao capitalismo e estabelecer o socialismo legislativamente. Sendo assim, o instrumento tático mais importante da estratégia reformista passa a ser o partido de massas, encarregado de levar adiante as reformas parlamentares a favor da classe trabalhadora.

Em contraposição ao reformismo, Lênin defendia a estratégia revolucionária. Em primeiro lugar, ele chama atenção para o fato de que os capitalistas não assumiriam o papel de simples espectadores da luta de classes. Pelo contrário, eles tenderiam a aumentar cada vez mais a resistência conforme se vissem ameaçados, e usando de todos os seus poderes, incluindo o controle do estado, para preservar sua posição. Sendo assim, o único meio pelo qual a classe trabalhadora realmente poderia chegar ao poder seria a revolução. Wallerstein interpreta da seguinte maneira a posição de Lênin a respeito da estratégia revolucionária,

> He saw such struggles .as politico-military and therefore insisted, quite plausibly, that an essential ingredient of success was a highly disciplined organization. His views on party structure followed quite logically. Since the bourgeoisie would use any means to stay in control, and since a politico-military struggle required a disciplined organization, the party should be composed of dedicated and more or less full-time cadres, and should operate, at least partially, underground. In this way, he reasoned,

> when the moment was ripe, the party could seize power and install a so-called dictatorship of the proletariat (2001, p. 86).

Uma vez tomado o poder, a estratégia revolucionária voltava a se aproximar do reformismo. Assim, conforme Wallerstein, também de acordo com Lênin "o novo governo iria legislar o fim do capitalismo e o estabelecimento da sociedade socialista" (2001, p. 86). Percebe-se, portanto, como Wallerstein identifica tanto na estratégia reformista quanto na revolucionária tendências semelhantes em direção à maior organização do movimento socialista e ao objetivo da tomada do poder de estado. O fortalecimento das organizações e o controle do poder do estado, por sua vez, estão ligados à adoção do nacionalismo como forma de consolidação das lealdades internas, já que

> "(...) we have come to understand that the mobilization of mass support for an insurrectionary movement is not likely on the basis of class appeals exclusively. There must be added to the class appeals a strong dose of nationalist sentiment, what subsequently we have called anti-imperialism" (2001, p. 88).

Além dos objetivos mais propriamente políticos, tanto o reformismo quanto a estratégia revolucionária adotam como meta o desenvolvimento econômico nacional. Isto vale tanto para as sociais-democracias europeias do pós-guerra quanto para a URSS de Lênin em diante. No contexto da descolonização pós-1945, o programa de desenvolvimento econômico, extensão dos direitos políticos e nacionalismo é adotado também pelos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Juntos, a social-democracia, o socialismo e os governos pós-coloniais de orientação marxista-leninista compõem os movimentos anti-sistêmicos que Wallerstein associa à Velha Esquerda. Os movimentos anti-sistêmicos são basicamente formados por movimentos sociais e movimentos nacionalistas. Seu caráter anti-sistêmico deriva do fato de que "ele estavam lutando contra a estrutura de poder estabelecida num esforço para trazer à tona um sistema histórico mais igualitário e mais democrático que o já existente" (2014, p. 160).

Mas, tal como no caso da ideologia socialista, também os movimentos anti-sistêmicos da Velha Esquerda passam a se aproximar do programa associado ao liberalismo centrista. Em termos práticos, portanto, os movimentos anti-sistêmicos e a ideologia socialista passam por um período de burocratização da revolução durante o predomínio da hegemonia liberal. A burocratização da revolução era bastante compreensível,

> What I am calling the bureaucratization of revolution had powerful arguments in its favor. They were essentially three. One, those in power would make significant concessions only if they were forced to do so by the threat of worse. Two, those who were socially and politically weak could become an effective political force only by assembling their forces within disciplined organizations. Three, the key political institutions were the state structures, which were daily becoming stronger, and no significant transfer of power could come about unless it was mediated by a change in the nature and personnel of the state structures. I t seems to me hard to argue with any o f the three postulates, and it is hard to see that, as of 1848, antisystemic movements had any alternative to the bureaucratization of revolution. (2001, p. 151-152).

Além da transferência de poder, os movimentos anti-sistêmicos confiavam na expansão da riqueza através do desenvolvimento econômico, que realimentaria o processo de redução das desigualdades e conferiria legitimidade à estratégia socialista. Em outras palavras, a modernidade da tecnologia e a modernidade da libertação tornam-se cada vez mais identificadas. Wallerstein apresenta um balanço do processo de burocratização da revolução, bem como um balanço dos movimentos anti-sistêmicos da Velha Esquerda, na seguinte passagem,

> Basically, the antisystemic movements intoxicated their members and followers. They organized them, mobilized their energies, disciplined their lives, and structured their thinking processes. The intoxicant was hope, hope in the rational future that beckoned before them, hope in the new world that these movements would construct when they came to power. Nor was this just simple hope; rather, it was inevitable hope. History, that is God, was on the side of the oppressed — not in the afterlife, but here and now, in the world in which they lived or at least the one in which their children would live. One can see why, from the point of view of those in power, the social movements could be described as a tool with which to manage change. As long as popular angers were channeled via social movements, these angers could be limited. The bureaucratized movements became the interlocuteurs valables of the defenders of privilege. These movements guaranteed in effect the restraint of their followers against certain kinds of concessions, including the social mobility of the leadership and its children. By the twentieth century, it could be said that the only thing that effectively stood in the way of real revolutions were the revolutionary movements themselves. This is not to say that these movements did not bring about important reforms. They did. What they did not do was transform the system. (2001, p. 152).

Os movimentos da Velha Esquerda passam a ser questionados pelos revolucionários de 1968 justamente por sua capitulação diante do liberalismo. Wallerstein, eu concordo com os revolucionários de 1968 em que naquele momento a Velha Esquerda e todas as suas versões se haviam tornado ‘parte do problema’” (1995, p. 217). Mas o autor mostra também que, durante a fase de expansão da economia-mundo capitalista, não haviam alternativas realmente viáveis do ponto de vista socialista, o que torna compreensível sua trajetória, ainda que seja necessário dizer que “o resultado final é muito decepcionante, tendo em vista a extraordinária energia social investida na atividade revolucionária nos séculos XIX e XX” (1995, p. 217). Mas, se a

defesa mascarada do liberalismo e a identificação entre a modernidade da tecnologia e da libertação podiam ser até certo ponto justificadas durante o período de expansão capitalista e hegemonia do liberalismo, a partir daí ela torna-se inaceitável. Wallerstein inclui Brenner como um dos defensores do marxismo ortodoxo que associados à ideologia do socialismo liberal. Considerado o contexto da crítica de Wallerstein ao socialismo, é possível passar agora às críticas feitas por ele à abordagem de Brenner.

3.3.6.1 CRÍTICA A BRENNER

Ao longo de sua carreira, Wallerstein faz basicamente três menções diretas ao trabalho de Brenner. A primeira delas ocorre no segundo volume de *The Modern World-system*, publicado em 1980. O livro de Wallertein tem como argumento principal a ideia de que a chamada Crise Geral do século XVII teria representado uma fase normal de estagnação cíclica de uma economia-mundo capitalista já consolidada. Brenner, encara o período como expressão de uma crise malthusiana generalizada vivenciada pelos modos de produção pré-capitalistas europeus, mas evitada pela Inglaterra justamente em razão de sua transição ao capitalismo. O exemplo clássico dentre os modos de produção pré-capitalistas do período, conforme a abordagem de Brenner, seria a França absolutista. É primordialmente a partir de sua comparação com as relações sociais de propriedade em vigor na Inglaterra que o autor constrói seu argumento sobre a diferença absoluta enre os modos de produção feudal e capitalista. Wallerstein, por sua vez, defende que as semelhanças entre França e Inglaterra eram muito maiores que suas diferenças. Ambas constituíam integrantes do sistema interestatal. Ambas lutavam pela liderança da economia-mundo capitalista, cuja primeira posição cabia, no momento, à Holanda. Vejamos a seguir como Wallerstein constrói seu argumento contra a posição de Brenner,

> What, then, of the argument that Brenner puts forth (and he is not alone) that it was ‘the predominance of petty proprietorship in France in the early modern period which ensured long-term agricultural backwardness.’? We have suggested our skepticism about both assumptions—the predominance of petty proprietorship (not true of northern France), and the agricultural backwardness of France relative to England (doubtfully true of northern France, at least up to 1750). Brenner says that in England, agrarian advance was possible because ‘the landlords were able to engross, consolidate and enclose, to create large farms and to lease them to capitalist tenants who could afford to make capitalist investments’” (1980, p. 89).

Nos termos de Brenner, pode-se dizer que a perpetuação do pré-capitalismo Francês ao longo do século XVII encontra-se associada à continuidade da relação social de propriedade baseada na possessão camponesa. Dada a realidade da possessão camponesa, a única forma viável de extração do excedente por parte da comunidade política senhorial ocorre por meio da apropriação política de renda senhorial. Isto faz com que o crescimento do modo de produção feudal assuma um caráter extensivo baseado na acumulação política, e não na acumulação de capital. O caráter insustentável deste processo no longo prazo leva à instauração de crises malthusianas, das quais a Crise Geral do século XVII é um exemplo. Wallerstein questiona a ideia de Brenner de que os senhores feudais franceses teriam sido incapazes de consolidar suas propriedades, o que a um só tempo criaria um mercado de terras e de trabalho e abriria espaço para a acumulação de capital na França,

> Brenner admits that French landlords might have wished 'to consolidate holdings' as much as their English confreres. But alas they could not! For if in England the laws permitted the landlords to 'raise rents or fines to impossible levels and thus evict the small tenant,' in France they might instead have had 'to buy up countless small peasant holdings in order to amass a consolidated unit.' This, we are led to infer, was an impossible burden on French protocapitalist landlords. But we have seen that buying up properties, far from being implausible, was a prime method of concentration both in England and in France. Indeed, Brenner implicitly admits it when he says that in France, 'throughout the early modern period, many peasants were indeed forced deeply into debt and were ultimately obliged to sell their holdings.' If so, then who bought these holdings? (1980, p. 90).

Ao chamar a atenção para as cadeias de endividamento e suas possíveis consequências durante o contexto feudal, Wallerstein questiona a tendência ao restabelecimento do "equilíbrio" que parece explicar a resiliência dos modos de produção pré-capitalistas na abordagem de Brenner. Em seguida, Wallerstein contrapõe a defesa da diferença absoluta entre os dois "modos de produção" com sua própria tese que enfatiza as semelhanças entre as duas regiões,

> Our argument is that in land organization and agricultural productivity differences between England and northern France in the period of 1650 to 1750 were relatively minor. Seen from the point of view of the capitalist world-economy as a whole, the two areas were more alike than different. They were both expanding their percentage of the world's production of cereals in order to maintain overall profit levels in a time of stagnation; this enabled them to catch up partially with Holland's net advantage. Regarding the industrial sector, the seventeenth century was a time when the protection of industry was a prime concern of both the English and the French government. This protection in England is considered by Lipson to be one of the three pillars of English mercantilism, along with the Navigation Acts and the Corn Laws; the "Age of Mercantilism," he says, was the 'Age of Enterprise.' As for France, "Colbertism" stands out as one of the major phenomena of the century, although in

> fact protectionist intervention is already important in the days of Richelieu (1980, p. 90).

A ênfase nas semelhanças entre França e Inglaterra decorre diretamente da utilização da unidade de análise sistêmica na abordagem do capitalismo. Do ponto de vista econômico, ambas as regiões fazem parte do centro da divisão axial do trabalho, onde buscam assumir uma posição de liderança durante uma fase cíclica de estagnação da economia-mundo. Do ponto de vista político, ambas integram o sistema interestatal, constituindo estados fortes rivais em luta pela posição hegemônica exercida no momento pelo estado holandês. Ao enfatizar as semelhanças entre os dois estados, Wallerstein critica também a ideia de que o capitalismo inglês constituísse um sinônimo de defesa da liberdade e da concorrência, enquanto o absolutismo francês seria um exemplo clássico de defesa dos privilégios e monopólios. Assim,

> We seem to be back to the usual explanation of differences between the two countries—England was constitutional and relatively liberal and France was absolutist and authoritarian. A curious fact, however, intrudes. In 1687-1688, shortly after the Revocation of the Edict of Nantes, the King of France threatened that Huguenots caught "escaping" across the borders (…) would be deported (…). This was a meaningful threat (…) Perhaps it was that the French weren't as interested in settler colonies as the English (1980, p. 102-103).

Embora a passagem não seja diretamente direcionada ao trabalho de Brenner, o autor parece de fato assumir uma posição semelhante em diversos exemplos, principalmente em *The Brenner Debate* e *Merchants and Revolution*. Em todo caso, Wallerstein defende que a diferença essencial entre as duas regiões não deve ser procurada em seu caráter político mais ou menos progressista, mas sim em seu ímpeto econômico mais ou menos voltado ao exterior. Neste sentido, o autor defende que o caráter introvertido da região francesa, que veio a ser associado a seu autoritarismo absolutista, devia-se primordialmente ao fato de que, diferentemente da Inglaterra, o país pôde enfrentar a fase de estagnação econômica com base em seus recursos internos,

> What causes an interest in settler colonies? Here I think we come to the crux of the issue. Colonies in the Americas served two purposes. First, they were a source of so-called tropical produces—sugar, cotton, tobacco—that required a climate not available in most of Europe. The extended Caribbean (including Brazil and the southern part of North America) was ecologically appropriate, and both Britain and France acquired colonies in this region for this end. The differences in this regard were relatively minor, although Britain may have been more successful than France. The second and quite different function of colonies was as a market for manufactures and reexports. The tropical colonies were a weak market precisely because they

> tended to use coerced labor to keep down the costs of production. It took European settlers with a relatively high standard of living to create a large enough net collective income to serve this function. (1980, p. 103)

Aqui, Wallerstein chama atenção para a consolidação das cadeias de mercadorias que conformam a divisão axial do trabalho. Ao enfatizar a interdependência entre o desenvolvimento do capitalismo inglês e suas colônias, Wallerstein critica indiretamente a tese de Brenner de que o modo de produção capitalista seja estruturado basicmanete a partir de fatores externos. Voltaremos a este ponto adiante.

A maior independência da região francesa teria feito com que o país demonstrasse um interesse bem menor na criação e manutenção de colônias ultramarinas do que o estado inglês. A Inglaterra, por sua vez, é forçada a assumir uma posição de maior interdependência justamente em razão de sua menor possibilidade de contar primariamente com recursos internos. Num primeiro momento, tais diferenças não assumiram um caráter muito expressivo em termos de riqueza e poder entre os dois estados. Conforme a estagnação dá lugar a uma nova fase de expansão econômica, contudo, a orientação externa da Inglaterra mostrou-se bastante compensadora, permitindo que o país se distanciasse da França e saísse como vencedor da disputa pela hegemonia sistêmica no início do século XIX. Em resumo,

> Perhaps the point is that France was better off' economically than England. It had fewer needs pushing it into the development of "foreign" trade. The development of foreign trade may have made no real difference in the long period of contraction, but it may be what prepared Britain better—economically, politically, and militarily—for taking advantage of the renewed economic expansion of the mid-eighteenth century. (1980, p. 103-104)

Estes são os elementos centrais da crítica de Wallerstein à trajetória histórica dos modos de produção desenvolvida Brenner[48]. Em dois de seus outros trabalhos, Wallerstein volta

[48] Wallerstein reforça seu argumento em outra passagem: England developed such colonies and France did not. Is the explanation that France needed markets less or that she found her markets in different places? Once again, we return to the factor of size. Was not France able to sell more of its products internally?171 England needed Europe as a market (for a long time via the United Provinces),172 and also needed to create its North American colonies. It is all a relative matter. Faced with the same problem of worldwide contraction, both England and France had mercantilist reactions, directed first against the United Provinces, then against each other; but everything in England pushed toward some concentration on foreign trade. This was self-reinforcing: as a result of their need for trade, they needed ships, then naval stores, then products with which to buy the naval stores, then colonial purchasers of expanding manufactures. Quantity may even explain why the British developed the triangular trade and the French did not. More ships led to more concern with one-way traffic and with the underutilization of ships, to which the triangular trade was a solution;174 this, of course, further reinforced the usefulness of the settler colonies. As a final twist, the larger Atlantic trade of Britain led to a larger reexport trade, which created a significant antimercantilist pressure group in England; this perhaps explains different developments in the eighteenth century" (1980, p. 103-104)

a criticar brevemente, mas diretamente, a abordagem de Brenner: *World-system analysis: an introduction*, publicado em 2004, e no prefácio à nova edição do primeiro volume de *The modern world-system*. Em seu livro introdutório, Wallerstein comenta,

> The critique by Robert Brenner, an orthodox Marxist economic historian, of world-systems analysis is a good example of this point of view. The Marxist criticism of world-systems analysis is therefore that in discussing a core-peripheral axis of the division of labor, it is being circulationist and neglecting the productionist base of surplus-value and the class struggle between the bourgeoisie and the proletariat as the central explanatory variable of social change. World-systems analysis is charged with failing to treat non-wage-labor as anachronistic and en route to extinction. Once again, the critics are inverting criticisms leveled at them. World-systems analysts have insisted that wage-labor is only one of the many forms of labor control within a capitalist system, and not at all the most profitable one from the point of view of capital. They have insisted that the class struggle and all other forms of social struggle can be understood and evaluated only within the world-system taken as a whole. And they have insisted that states in the capitalist world-economy do not have the autonomy or isolation which makes it possible to label them as having a particular mode of production (2004, p. 20-21)

Aqui, as críticas de Wallerstein voltam-se à tese de que o capitalismo seja sinônimo de proletarização absoluta da força de trabalho, bem como à adoção de unidades de análise restritas na abordagem dos modos de produção[49]. De acordo com Wallerstein, a proletarização se manifesta justamente nas regiões centrais da economia-mundo, e se sustenta primordialmente com base na troca desigual entre elas e as regiões periféricas, onde tendem a predominar formas mais coercitivas de controle do trabalho. Em relação à unidade de análise, mais uma vez o autor chama atenção para a interdependência entre os países capitalistas avançados e a periferia da economia-mundo.

Em seu livro de 2004, Wallerstein atribui a Brenner o rótulo de marxista ortodoxo, mas não explicita o significado do termo. No prefácio à edição de 2011 de *The modern World-system I*, contudo, o autor explicita sua posição,

> If the post-1945 Weberians thought I was too Marxist, the 'orthodox' Marxists thought I was not Marxist at all, but quite the opposite: 'neo-Smithian'. What I mean by an orthodox Marxist is one that I think of as a Marxist of the parties – Marxism as defined by the German Social-Democratic Party, as defined by the Communist Party

[49] No fim de seu livro, na seção que compreende o glossário, Wallerstein comenta ainda: The earliest critiquc, and one of the most fa mous, was by Robert Brenner: 'The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism (…)'. It was aimed at Paul Sweezy, Andre Gunder Frank, and me and renewed the orthodox productionist, England-centered Marxism of Maurice Dobb. (2004, p. 103). O produtivismo a que se refere Wallerstein é uma tentativa de rebater as acusações de circulacionismo dirigidas a ele. Elas dizem respeito à crítica de que a abordagem dos sistemas-mundo teria ignorado a prioridade assumida pela produção em relação à circulação no modo de produção capitalista, atribuindo ao capital mercantil um papel de destaque imerecido. Vimos como Brenner reproduz esta ideia ao criticar o smithianismo da explicação de Wallerstein sobre a transição.

> of the Soviet Union, and indeed as defined by most of the Trotskyist parties (2011, p. xix).

Embora considere que os vários grupos divirjam entre si em diversas questões, Wallerstein considera que eles se assemelham em pelo menos quatro aspectos,

> The first was the nature of the class struggle under capitalism, which they defined as being fundamentally between the emergent urban proletariat and the capitalist producers (primarily industrial entrepreneurs). The second was the primacy of an economic base in relation to a political and cultural superstructure. The third was the primacy of internal factors (i.e., those endogenous to a country) over external factors (i.e., those exogenous to a country) in causal explanations. The fourth was the inevitability of progress in terms of a sequence of different so-called modes of production. (2011, p. xx).

Dado nosso foco na questão da unidade de análise, bem como as características específicas da análise de Brenner, dedicarnos-emos basicamente aos pontos três e quatro. O terceiro ponto refere-se diretamente à questão da unidade de análise. Em relação a ele, Wallersetein faz o seguinte comentário,

> That is to say, when I discussed core-peripheral relations, I was ignoring the class struggle inside England as the explanation of capitalist development in favor of crediting a factor considered external, like the nature and flow of trade between the Americas and northwestern Europe.
> Of course, the immediate question is, Internal or external to what? For the orthodox Marxists, internal was always denned as internal to a country's political boundaries. The 'economy' was a national construct. Classes were national. It was countries that could be labeled either capitalist or not. This debate was fundamental. I was in the process of developing an alternative view of capitalism. In my view, capitalism was the characteristic of a worldsystem, of the specific variety I called a "world-economy." Classes were classes within this world-system. State structures existed within this world-system. (2011. p. xx)

Aqui, Wallerstein deixa clara sua proposta distinta em relação à escolha da unidade de análise, mas explica as razões que a fundamentam. Nossa tese é a de que a escolha da unidade de análise está intimamente relacionada à quarta característica que o autor associa ao marxismo ortodoxo, a defesa do progresso. A crítica à defesa do progresso é apresentada por Wallerstein de forma mais completa em *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*, publicado originalmente em 1995,

> Não é surpreendente que os liberais acreditem no progresso. A ideia de progresso justificou a transição do feudalismo para o capitalismo. Legitimou que a oposição remanescente à mercantilização de tudo fosse destruída e permitiu descartar os aspectos negativos do capitalismo com base na noção de que os benefícios superavam

> em muito os prejuízos. Logo, não é surpreendente que os liberais acreditassem no progresso.
> Surpreendente é que seus oponentes ideológicos, os marxistas – [que se dizem] antiliberais, representantes das classes trabalhadoras oprimidas -, acreditassem no progresso com, pelo menos, a mesma paixão. Não há dúvida: essa crença serviu a um importante propósito ideológico. Justificou as atividades do movimento socialista mundial, com base na noção de que ele encarnava a tendência inevitável do desenvolvimento histórico. Além disso parecia muito inteligente propor essa ideologia, na medida em que significava usar a ideologia dos burgueses liberais para confundi-los.
> Infelizmente, há (...) insuficiências no abraço aparentemente astuto e certamente entusiástico a essa fé secular no progresso. Ao mesmo tempo em que a ideia de progresso justificava o socialismo, também justificava o capitalismo. Era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagens à burguesia.
> (...) A adesão marxista ao modelo evolucionário de progresso tem sido uma enorme armadilha, da qual os socialistas só começaram a desconfiar recentemente, como um elemento da crise ideológica que é parte da crise estrutural global da economia-mundo capitalista(...). Não é verdade que o capitalismo como sistema histórico tenha representado um progresso em relação aos vários sistemas históricos anteriores que ele destruiu ou transformou (2001, [1995], p. 83-84).

Vimos que a defesa do progresso associada ao socialismo tem sua história ligada à ambivalência dos dois sentidos da modernização: a modernidade da tecnologia, de um lado, e a modernidade da libertação, de outro. Diferentemente do liberalismo e do conservadorismo, o socialismo sempre foi a única das três ideologias modernas a defender com entusiasmo a modernidade da libertação. Contudo, à medida em que foi convencido da identidade entre ela e a modernidade da tecnologia, o marxismo ortodoxo acabou por perder seu caráter "visceralmente anti-sistema" e passou por um processo de domesticação por parte do programa liberal, associado ao que Wallerstein chamou de "burocratização da revolução". E é com base em sua oposição à identificação entre capitalismo e progresso que Wallerstein avança sua tese sobre a pauperização absoluta,

> Não é óbvio que haja mais liberdade, igualdade e fraternidade no mundo atual do que havia há mil anos. Pode-se dizer que o oposto e verdade. Não estou tentando pintar um mundo idílico que teria existido antes do capitalismo histórico. Houve mundos de pouca liberdade, pouca igualdade e pouca fraternidade. A questão é saber se o capitalismo histórico representou progresso ou regressão quanto a isso (...).
> Preferiria apoiar minha hipótese em considerações materiais, não sobre o futuro social mas sobre o período atual da economia mundial capitalista. O argumento é simples, mas audacioso. Quero defender uma proposição marxista que mesmo os marxistas ortodoxos tendem a rejeitar: a tese do empobrecimento absoluto (não relativo) do proletariado.
> Posso ouvir sussurros amigáveis: você não está falando sério; com certeza, quis dizer empobrecimento relativo, não é? O trabalhador industrial não está hoje muito melhor do que em 1800? O trabalhador industrial, sim, ou pelo menos muitos trabalhadores industriais. Mas a categoria do "trabalhador industrial" continua a abranger uma pequena parte da população mundial. A maioria esmagadora das forças de trabalho do mundo, que vive nas zonas rurais ou se desloca entre elas e as favelas urbanas, está em piores condições do que seus ancestrais que viveram há quinhentos anos. Comem menos bem, e sua dieta é certamente menos balanceada. Embora tenham maiores

> possbilidades de sobreviver ao primeiro ano de vida (um subproduto da higiene social empreendida para proteger os privilegiados), duvido que as perspectivas de vida da maioria da população mundial *a partir* de um ano de idade sejam melhores que antes; desconfio que o oposto é verdade. Eles trabalham inquestionavelmente mais – mais horas por dia, por ano e ao longo da vida. Como o fazem em troca de uma recompensa total menor, a taxa de exploração aumentou muito (1995, p. 86).

A tese da pauperização absoluta está intimamente ligada à questão da unidade de análise. Ao analisar os modos de produção com base em unidades de análise nacionais, Brenner defender que o modo de produção capitalista tenha como resultado líquido o progresso, ainda que sob a perpetuação de relações sociais de propriedade polarizadas. Ainda assim, como a *differentia specifica* do modo de produção capitalista é justamente sua tendência a promover o desenvolvimento econômico, mesmo a tese da pauperização dos trabalhadores só pode defendida em termos relativos, já que a situação do proletariado industrial seria, em relação àquela dos servos camponeses, muito melhor, seja em termos de seu statuto jurídico, caracterizado pela liberdade, seja de seu nível de consumo. Aqui, cabe lembrar que, como Brenner defende em *The economics of global turbulence*, o desenvolvimento capitalista é compatível com elevações simultâneas da taxa de lucros e dos salários reais, de forma que não há tendência instrínseca ao *profit squeeze* salarial ou crises de produtividade, desde que a acumulação de capital não seja prejudicada. Assim, nos termos de Wallerstein, nos parece que Brenner considera que a modernidade da tecnologia contribui para a modernidade da libertação, ao menos até certo ponto. Wallerstein, por sua vez, defende que o capitalismo não tenha representado progresso em termos materiais para a imensa maioria dos trabalhadores submetidos ao seu jugo. Para que isto seja visto, no entanto, é preciso levar em conta não apenas as forças produtivas do centro e suas relações de produção ou relações sociais de propriedade locais, mas sim toda a cadeia que vai da produção de insumos até o consumo dos bens tecnológicos proporcionados pelo capitalismo.

Com base em sua crítica do progresso, bem como sua defesa da tese da pauperização absoluta sob o capitalismo, pode-se chegar a uma conclusão sobre os motivos que levam Wallerstein à adoção da unidade de análise sistêmica. Brenner considera o capitalismo como sinônimo de desenvolvimento econômico porque leva em conta os benefícios proporcionados pela modernidade e os compara aos custos locais de sua produção. Wallerstein, por sua vez, reconhece as realizações da modernidade da tecnologia, mas considera que, mesmo levando em conta apenas os aspectos materiais, os custos do progresso ultrapassam seus benefícios. A diferença nos resultados deve-se justamente ao fato de que Wallerstein considera não só os custos diretos da produção do "progresso", mas também seus custos indiretos.

Em termos gerais, Wallerstein concorda com o ímpeto das críticas pós-modernas em sua denúncia do caráter muitas vezes indiferenciado das abordagens socialistas da modernização. O autor também incorpora a crítica ao particularismo disfarçado de universalismo presente nos discursos das ciências sociais, incluindo algumas variantes marxistas. Aqui, por exemplo, é possível relembrar que Brenner beira a atribuição de irracionalimo às abordagens terceiro mundistas, e o faz com cinismo em relação ao anti-orientalismo. Por fim, parte da crítica ao cornucopianismo, isto é, à visão ilusória e irracional a respeito dos feitos e das promessas da modernização também pode ser atribuída, às iniciativas pós-modernas. Ainda assim, Wallerstein critica a saída muitas vezes particularista que a própria denuncia do universalismo eurocentrista pode assumir. Igualmente, Wallerstein rejeita o combate de algumas variantes pós-modernas às "grandes narrativas", feitas com base em interpretações relativistas da realidade social. O autor propõe também que as críticas ao falso universalismo e às falsas promessas da modernidade devem ser respondidas não por meio do simples particularismo auto-consciente, ou da resignação em relação ao futuro. Pelo contrário, elas devem levar à tentativa de construção de um "universalismo universalista", à retomada da prioridade conferida à modernidade da libertação que estimulou o surgimento da ideologia socialista, bem como às reflexões "utopísticas" com potencial para fundamentar as tentativas de transformação democráticas e igualitárias do sistema-mundo moderno. Por fim, Wallerstein chama atenção para a urgência destas tarefas, dada a crise terminal do capitalismo em curso. A seguir, abordaremos a interpretação de Wallerstein sobre os sistemas sociais históricos, análogos aos modos de produção de Brenner. Chamaremos atenção para a discussão feita pelo autor em relação à qualidade de vida em cada um deles, com base na qual o autor constrói sua visão da modernização não como um avanço relativo em relação às sociedades tradicionais, mas sim enquanto uma regressão.

3.4 OS SISTEMAS SOCIAIS HISTÓRICOS E A QUALIDADE DE VIDA

De um ponto de vista geral, pode-se dizer que a abordagem de Wallerstein, é centrada na tentativa de compreender a mudança social nos sistemas históricos. Um sistema histórico representa uma rede social que integra processos econômicos, políticos e culturais cuja junção é responsável por manter o todo em funcionamento. A palavra "sistema" refere-se a fenômenos complexos regidos por regras que conformam uma estrutura, sendo responsável

pelo caráter repetitivo ou cíclico do sistema histórico. Já a palavra "histórico" refere-se ao aprofundamento de suas tendências, isto é, tanto ao caráter de constante alteração a que os sistemas históricos estão sujeitos, quanto ao fato de que todos eles têm início meio e fim (1987, p. 203; 2004, p. 94).

Os sistemas históricos possuem três características principais: são relativamente autônomos, no sentido de que seu funcionamento é fruto principalmente de variáveis internas ao sistema; possuem fronteiras espaciais, que no entanto podem sofrer alterações com o tempo; e, por fim, possuem fronteiras temporais, o que significa, como vimos acima, que eles não são eternos, ou seja, têm um ciclo de vida (1987, p. 203). Do ponto de vista da unidade de análise, a questão da autonomia é fundamental. De acordo com Wallerstein, a definição da economia-mundo capitalista como unidade de análise essencial para a compreensão do sistema-mundo moderno diz respeito à identificação entre o objeto de estudo e o contexto do qual ele faz parte. Sendo assim, todas as relações ocorridas no âmbito de seu domínio são consideradas relações internas, não importando se sua origem é identificada inicialmente ao centro ou à periferia do sistema. Voltaremos a esta questão adiante. Analisemos, a seguir, os tipos de sistemas históricos.

A abordagem de Wallerstein parte da ideia de que existem basicamente três tipos de sistemas históricos[50] ou sistemas sociais históricos: os mini-sistemas, os impérios-mundo e as economias-mundo. O denominador comum entre os diversos tipos de sistema é a divisão do trabalho. É por meio dela que se pode identificar tanto as trocas sistemáticas dos bens e serviços essenciais ao funcionamento do sistema, quanto as formas de emaranhamento básico destas relações que dão coesão a ele. Ao contrário do que sugere Brenner, portanto, a divisão do trabalho em Wallerstein não pode ser identificada à expansão do comércio de tipo capitalista. A seguir, apresentaremos brevemente as características de cada um deles, chamando atenção tanto para seu modo de funcionamento, como para suas características gerais em relação à qualidade de vida das populações neles inseridas.

---

[50] Em alguns de seus trabalhos da década de 1970 e 1980, o auto chega também a falar de um sistema "prospectivo", o governo-mundo socialista, embora reforce que ele nunca tenha de fato existido até então (1984, p. 147; 1978, p. 5). Em *The politics of the world-economy*, o autor chega a afirmar que, diante da crise estrutural do capitalismo em curso, estaríamos "no começo da transição para um quarto tipo prospectivo, um governo-mundo socialista" (1984, p.147). Sabe-se que pouco tempo depois, sob a influência das ideias de Prigogine, Wallerstein passou a defender a ideia de que a crise do capitalismo levaria na verdade a uma "bifurcação" (1991, p. 193), cujo resultado final seria instrinsecamente imprevisível, mas poderia resultar em duas alternativas diferentes, uma de caráter relativamente igualitário e democrático, e outra um caráter desigual e antidemocrático, mas sob uma estrutura diferente do capitalismo. Duas forças principais estariam em disputa e seriam responsáveis por impulsionar o processo numa ou outra direção, o espírito de Porto Alegre, associado às forças anti-sistêmicas motivadas por ideais democráticos e universalistas, e o espírito de Davos, cujo objetivo principal seria o de garantir a prevalência de uma sociedade baseada na hierarquia e nos privilégios, ainda que para isso fosse preciso abandonar o barco da economia-mundo capitalista em naufrágio (2004, p. 86-90). Abordaremos este tema em seção específica***[onde?].

Mini-sistemas

Os mini-sistemas são sistemas históricos de pequena escala que cobrem uma área geográfica bastante limitada, dentro da qual é produzido praticamente tudo o que é necessário à sobrevivência da coletividade, e cujo funcionamento é regido por regras de reciprocidade. Tais sistemas são caracterizados não só pela unidade econômica, isto é, por uma divisão do trabalho para a produção de bens e serviços essenciais, mas também pela unidade política e cultural, ou seja, "as fronteiras da divisão do trabalho, das estruturas de governança e os valores, normas, e linguagem correntes são mais ou menos os mesmos" (1984, p. 148). Wallerstein descreve o modelo de funcionamento dos mini-sistemas na seguinte passagem:

> The society is a relatively small collectíon off families, each family producing for its own needs and sharing communally. The families are linked together loosely in some larger system on one or another principle of kinship (partially fictive), a system large enough to permit limited specialization of labor if necessary, and to join forces to produce needed common infrastructure and defense capabilities. Each family tends to be governed "autocratically" by an elder or elders and the larger system by some council of these heads off families, wíth perhaps a great elder or chief. Thus the model is "family sharing and the authority of age" (1984, p. 149).

Apesar de arriscar algumas afirmações e conjecturas sobre os mini-sistemas, Wallerstein é cuidadoso ao tratar do assunto, e reconhece que "não conhecemos praticamente nada sobre como os sistemas-mundo funcionam" (1987, p. 204). Uma das razões para isso é o fato de que, segundo o autor, eles não mais existem, dado que a economia-mundo capitalista teria, a partir do final século XIX, incorporado ao seu funcionamento todas as regiões do globo. Outro motivo importante é o fato de que os mini-sistemas em geral tinham vida curta e não possuíam métodos duradouros ou rastreáveis de registro de sua própria história. Ao longo do tempo, os mini-sistemas deixaram de existir principalmente em razão de choques externos, como grandes eventos naturais, ou como resultado de sua incorporação a uma entidade externa via conquista militar. Os conflitos internos entre grupos sociais distintos no contexto de um mini-sistema também podem fazer com que ele se desintegre ou se subdivida. Em relação à quealidade de vida sob os mini-sistemas, Wallerstein pontua,

> And the "quality of life"? Such a life seems at first glance to have the virtues of simplicity and relative equality. One can see how people not living in it can romanticize such a life. But the reality was far from idyllic. The systems operated by the oppressiveness of custom (which is how age maintained its authority). Minor warfare was frequent and death from warfare, both of men and women, had something

> of the quality of roulette. The systems themselves were not too long-lived, probably having minor secessions and accretions in each generation, and major upheavals every five or six. Negative natural windfalls were probably more frequent than positive ones, and the consequence of these was often starvation or violent death. In short, it would not be untrue to perceive of such social systems as ones in which life was "solitary, poor, nasty, brutish, and short" (1984, p. 130).

O foco de Wallerstein ao referir-se à qualidade de vida dos mini-sistemas a necessidade de evitar a romantização de qualquer tipo de "comunismo primitivo". Tal advertência é comum também a autores marxistas, cujo argumento normalmente gira em torno da ideia de que relações de produção igualitárias desacompanhadas do desenvolvimento das forças produtivas são incapazes de dar vazão ao objetivo da emancipação humana. Veremos na abordagem de Wallerstein sobre a modernidade que, ao menos até certo ponto, o autor questiona a tendência marxista em equacionar o desenvolvimento das forças produtivas ao aumento das possibilidades de emancipação, com base justamente no argumento da qualidade de vida sob o capitalismo. Antes disso, porém vejamos as características principais dos impérios-mundo.

Impérios-mundo

Enquanto os mini-sistemas são caracterizados pela unidade econômica, política e cultural, os impérios-mundo são dotados de unidade econômica e política, mas normalmente comportam várias culturas. O sistema funciona com base na exação de impostos e tributos coletados a partir da produção realizada pelos produtores diretos, que serve para construir e manter uma infraestrutura, por meio de obras públicas, e alimentar uma burocracia administrativa que dá sustentação à elite política. O modelo dos impérios-mundo funciona da seguinte forma:

> the various occupations were publicly defined in certain clear categories (estates, castes, etc.) and individuals were perpetually assigned to position by descent. The lower orders produced the food and other essentials of physiological sustenance for everyone, and the higher orders engaged ín the military, administrative, and intellectual tasks, from which then the lower orders were both kept out and exempt (1984, p. 151).

Os impérios-mundo são altamente centralizados e normalmente utilizam-se de seu aparelho político, tanto administrativo quanto militar, para aumentar sua esfera de dominação[51].

[51] Sobre os diferentes tipos de império-mundo, Wallerstein comenta: "The states were of varying sizes and internal forms. Thev were sometimes very extensive over time and space with elaborate bureaucracies (Ancient Rome, China), sometimes smaller but still very centralized, or extensive but with a very atroph1ed center (as in feudal

Mas a centralização política é uma faca de dois gumes, pois, se, por um lado, ela permite que sejam garantidos fluxos constantes de recursos da periferia para o centro, ao mesmo tempo torna necessários recursos cada vez maiores para manter a ordem num espaço cada vez maior e para alimentar sua burocracia administrativa e militar, os quais passam a consumir uma parcela cada vez maior do excedente com o passar do tempo.

O colapso dos impérios-mundo normalmente ocorre devido tanto à fadiga de um aparelho imperial cada vez mais custoso e menos efetivo, quanto à formação de laços regionais entre populações locais e agentes do centro ligados a elas, os quais capitalizam os descontentamentos causados pelo aumento da exploração resultante da elevação de impostos promovendo secessões políticas. Estes fatores ajudam a explicar não só a queda dos impérios-mundo, mas o fato de que eles "estiveram constantemente se expandindo e contraindo ao longo do *tempo* histórico, e suas elites 'circulando'" (1984, p. 152). Sobre a qualidade de vida nos impérios-mundo, Wallerstein comenta,

> As for the quality of life in redistributive systems, it is not clear that it was that much better for the individual than the reciprocal minisystems. Presumably, the individual was promised greater security. But the reality was that the aristocrat was faced with the insecure life of the perenmal warrior, the direct producer with the pressure to expand his efforts with no benefit to himself, and the merchant classes with the constant prospect of expropriation to meet the voracious needs of the center to expand its bureaucracy or even merely to prevent the formation of quasi-autonomous centers of power. No wonder so many individuals in such systems sought the refuge (the life-preservmg refuge, first of all) of religious institutions.
> As for the collective quality of life, no doubt such systems did create a collective cultural patrimony that we have inherited and which has both enriched us and made possible technological progress. But the costs of producmg these cultural products were extremely high in human sacrifice (1984, p. 153).

É preciso chamar atenção para dois pontos em relação aos impérios-mundo. Em relação à extração de excedente, o sistema se baseia em mecanismos primordialmente políticos fundados no crescimento extensivo do sistema. A abordagem de Wallerstein parece se aproximar de Brenner neste ponto. Diferentemente dele, contudo, Wallerstein também

---

Europe in the early Middle Ages)" (1984, p. 151). É interessante notar que, em sua obra mais importante *The modern world-system I* (1974), Wallerstein considera o feudalismo de forma diferente, como pode ser comprovado na seguinte passagem: We must be very clear what feudalism was not. It was not a "natural economy," that is, an economy of self-subsistence. Western Europe feudalism grew out of the disintegration of an empire, a disintegration which was never total in reality or even *de jure.* The myth of the Roman Empire still provided a certain cultural and even legal coherence to the area. Christianity served as a set of parameters within which social action took place. Feudal Europe was a "civilization," but not a world-system" (1974, p. 17-18). Sabemos que Wallerstein mudou sua visão sobre o que caracteriza o modo de produção feudal ao longo de sua trajetória acadêmica, bem como sua abordagem sobre o problema da transição do feudalismo ao capitalismo. Talvez esta mudança já estivesse em curso quando da elaboração de *The politics of the world-economy*, publicada dez anos depois de *The modern world-system I,* o que ajudaria a explicar a mudança no tratamento do tema. Abordaremos essa questão com mais especificidade ao tratarmos o tema da transição.

considera o crescimento extensivo e a extração "política" de excedente como traços essenciais do capitalismo. Assim, o autor identifica a troca desigual, e não a inovação associada à acumulação de capital, como o principal mecanismo de sustentação do sistema. Neste sentido, enquanto Brenner considera o capitalismo como um jogo de soma positiva, Wallerstein *tende* a considera-lo como algo mais próximo de um jogo de soma zero, embora o autor não seja sempre claro a respeito. Em relação à qualidade de vida, novamente o ponto de Wallerstein é evitar a romantização dos sistemas-mundo anteriores. Como veremos a seguir, contudo, o autor faz o mesmo em relação à economia-mundo capitalista. E é aqui que sua abordagem se diferencia daquela de autores marxistas como Brenner. Pois, enquanto ele e demais autores consideram o capitalismo simultaneamente como um progresso em relação a modos de produção anteriores, e enquanto um sistema atrasado em relação às ambições socialistas, Wallerstein atribui ao capitalismo um balanço mais negativo que aquele prevalecente em sistemas históricos anteriores. E sua posição depende justamente da adoção da unidade de análise sistêmica, como veremos a seguir.

Economias-mundo

Uma economia-mundo se caracteriza basicamente pela existência de uma divisão do trabalho interna abrangendo uma extensa área geográfica que não está sujeita a uma soberania política unitária. Wallerstein define o termo da seguinte maneira:

> We thus use "division of labor" to designate processes that are constitutive of, continually reproduce, and regularly alter the relational structures of production. In the modem world, these are primarily world-scale relational structures, whose manifest forms are given principally by spatio-temporal movements of material goods as these are recorded in accounts, charted on maps, and so forth (1982, p. 45)

Existiram ao longo da história diversas economias-mundo, dentre as quais é possível citar, no contexto da baixa Idade Média européia, "a medium-sized one based on the city-states of northern Italy and a smaller one based on the city-states of Flanders and northern Germany. Most of Europe was not directly involved in these networks" (1974, p. 36-37). Mas também houveram outras ao longo da história. Todas elas, porém, ou se desintegraram com o

tempo, ou tenderam a ser absorvidas por impérios-mundo adjacentes, como China, Roma e Pérsia[52].

As economias-mundo não necessariamente cobrem todo o globo, exceção feita à economia-mundo capitalista contemporânea, e daí surge a questão das relações que elas possam eventualmente manter com os outros sistemas sociais que a circundam. Neste sentido, elas podem relacionar-se com outros sistemas históricos sem que ambas venham a fazer parte do mesmo sistema. Assim, por exemplo, pode haver comércio entre dois sistemas sociais históricos sem que eles se tornem integrados. É o que ocorre no caso de trocas ocasionais ou esporádicas. Mas, mesmo quando há grande volume de comércio, duas sociedades não necessariamente farão parte do mesmo sistema, caso as mercadorias transacionadas entre elas sejam compostas primordialmente de bens de luxo. Por isso, o que define a inclusão de uma região dentro de uma economia-mundo qualquer é sua participação na produção, venda e consumo de bens essenciais ao funcionamento do sistema. Inversamente, a "arena exterior de uma economia-mundo é composta por aqueles outros sistemas mundiais com os quais uma economia-mundo dada mantém algum tipo de relações comerciais, baseadas fundamentalmente no intercâmbio de objetos preciosos, o que às vezes se chamou de 'comércios ricos'" (1974, p. 294).

Mas o que diferencia um bem de luxo dos bens essenciais, já que a definição do que é uma necessidade pode parecer a um observador que não compartilhe de valores semelhantes uma decisão completamente arbitrária? Sabemos que os bens essenciais são em grande parte objetos de uso generalizado e diário, como artigos de vestimenta, alimentação, etc. Mas, mesmo neste caso, pode não ser simples demarcar a linha que separa os dois tipos. A respeito disso, Wallerstein comenta:

> A luxury is of course a term whose operational definition is a function of normative evaluation. We know today that even such a seemingly physiological concept as the minimum standard of living for survival is socially defined. If for no other reason, this is so because we have to put into the equation the length of time over wich one is measuring the survival. It is difficult to decide that any particular products, spices or tea or furs or indeed slaves are or are not, in a given context, luxury exports, not to speak of the special case of bullion. I say luxury *export,* because in an economic sense there is little meaning to the idea of a luxury *import.* If an item is bought on a market, it is because someone feels subjectively a "need" for that item, and it would be fatuous for the analytic observer to assert that the "need" was not real (1989, p. 131).

[52] A respeito da relação entre a economia-mundo capitalista como parte da família das economias-mundo, Wallerstein faz o seguinte comentário: "Since there has only been one instance of a long-surviving world-economy, it would be futile to draw a distinction between how this particular one has historically operated and how 'theoretically' such a system is supposed to operate" (1987, p. 766). Esta passagem ajuda a entender porque o autor não dedica muita atenção em sua obra ao estudo das economias-mundo "em geral".

Para resolver o problema, o autor propõe a seguinte definição analítica para os bens de luxo (de exportação):

> It refers to the dispositon of socially low-valued items at prices far higher than those obtainable from their alternative usages. This is a concept that can only if one is dealing with the trade between two separate historical systems which then can conceivably have different measures of social value. Hence, the concepts "luxury" and "external arena" go hand in hand (1989, p. 132).

Por fim, vale a pena destacar que “em comparação com a comida, e mesmo com os metais preciosos, uma economia-mundo pode adaptar-se com relativa facilidade a oscilações no fornecimento de bens de luxo” (1974, p. 322). Em contrapartida, a oscilação na oferta ou na procura dos bens essenciais tende a afetar profundamente as regiões integradas de uma economia-mundo ligadas por uma mesma divisão do trabalho. Aqui vemos a importância da categoria da autonomia, que, ao lado das características de delimitação espacial e temporal, define um sistema histórico, separando-o em relação aos demais e permitindo sua análise enquanto entidade social.

A questão das trocas “essenciais” e “não-essenciais” à reprodução do sistema é central do ponto de vista da unidade de análise. Ela permite que Wallerstein possa adotar o sistema-mundo enquanto universo privilegiado de abordagem, deixando de lado a discussão feita em termos de modos de produção nacionais. Brenner também distingue os bens de luxo dos bens essenciais, e considera-os importantes em sua abordagem dos modos de produção. Neste caso, contudo, o comércio de bens de luxo é usado para defender a ideia de que são os estados, e não o sistema, a unidade de análise apropriada. No fim das contas, portanto, apenas a diferenciação entre os dois tipos de troca pode ser considerada insuficiente para resolver a questão da unidade de análise, emobora seja certamente necessária.

Além da divisão do trabalho, outra característica importante de uma economia-mundo é a ausência de uma estrutura política única que englobe toda a sua zona de funcionamento, como ocorre no caso dos impérios-mundo. Ao contrário, as economias-mundo abarcam um grande número de unidades políticas em seu interior. No caso da economia-mundo capitalista contemporânea, estas são compostas basicamente pelos Estados modernos, que se relacionam entre si no interior de um sistema interestatal.

Por fim, outro traço de uma economia-mundo é a existência de uma grande variedade de grupos sociais e culturas diferentes. Esta ausência de homogeneidade cultural, contudo, não impede que existam ou que surjam padrões culturais comuns ao sistema, particularmente no caso da economia-mundo capitalista, o que Wallerstein batiza de geocultura

do sistema-mundo. Discutiremos a geocultura da economia-mundo capitalista ao abordarmos a crítica de Wallerstein à modernidade.

Um tipo especial de economia-mundo é a economia-mundo *capitalista*. A *differentia specifica* da economia-mundo capitalista em relação às demais diz respeito ao fato de que ela representa o único sistema histórico durável baseado no princípio da acumulação incessante de capital. Brenner, por sua vez, considera a *differentia specifica* do capitalismo como sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico. Mas o desenvolvimento econômico resulta, por sua vez, da acumulação de capital obtida num ambiente de concorrência. As duas análises parecem ser praticamente idênticas. Ocorre que, para Wallerstein, a acumulação de capital no centro baseia-se essencialmente na troca desigual, que permite a monopolização dos processos produtivos mais lucrativos, cujo lado inverso é a generalização da competição na periferia. Em Brenner, por sua vez, a acumulação de capital ocorre com base no estabelecimento da concorrência generalizada interna, que por sua vez está ligada à separação entre trabalho e capital. Brenner, portanto, enxerga o desenvolvimento como fruto da concorrência, enquanto Wallerstein tende a associá-lo à monopolização. A diferença, neste ponto, decorre justamente da adoção da unidade de análise. Assim, enquanto Brenner associa o processo de acumulação à concorrência e à inovação "internas", Wallerstein o considera como fruto da troca desigual e da apropriação de recursos "externos" advindos das regiões periféricas. Por isso Brenner pode considerar o capitalismo como um jogo de soma positiva, enquanto Wallerstein tende a considera-lo como um jogo de soma zero. A questão da unidade de análise também está intimamente ligada à qualidade de vida sob o capitalismo. Brenner considera o modo de produção capitalista positivo para os trabalhadores em relação ao camponeses do passado, mas negativo em relação à riqueza capitalista. Assim, o autor considera que o capitalismo produz desigualdade e exploração, mas estas seriam apenas desigualdades relativas, consideradas no contexto da situação presente. Haveria, não obstante, um ganho qualitativo absoluto em relação ao passado, já que, apesar de não ter eliminado as relações de produção desiguais, o capitalismo teria não obstante encontrado a fórmula para o desenvolvimento das forças produtivas. Wallerstein, por sua vez, considera que o capitalismo teria produzido não a pauperização meramente relativa dos trabalhadores, mas sim sua pauperização absoluta. Acompanhemos o raciocínio do autor,

> Não é óbvio que haja mais liberdade, igualdade e fraternidade no mundo atual do que havia há mil anos. Pode-se dizer que o oposto e verdade. Não estou tentando pintar um mundo idílico que teria existido antes do capitalismo histórico. Houve mundos de

> pouca liberdade, pouca igualdade e pouca fraternidade. A questão é saber se o capitalismo histórico representou progresso ou regressão quanto a isso (...).
> Preferiria apoiar minha hipótese em considerações materiais, não sobre o futuro social mas sobre o período atual da economia mundial capitalista. O argumento é simples, mas audacioso. Quero defender uma proposição marxista que mesmo os marxistas ortodoxos tendem a rejeitar: a tese do empobrecimento absoluto (não relativo) do proletariado.
> Posso ouvir sussurros amigáveis: você não está falando sério; com certeza, quis dizer empobrecimento relativo, não é? O trabalhador industrial não está hoje muito melhor do que em 1800? O trabalhador industrial, sim, ou pelo menos muitos trabalhadores industriais. Mas a categoria do "trabalhador industrial" continua a abranger uma pequena parte da população mundial. A maioria esmagadora das forças de trabalho do mundo, que vive nas zonas rurais ou se desloca entre elas e as favelas urbanas, está em piores condições do que seus ancestrais que viveram há quinhentos anos. Comem menos bem, e sua dieta é certamente menos balanceada. Embora tenham maiores possbilidades de sobreviver ao primeiro ano de vida (um subproduto da higiene social empreendida para proteger os privilegiados), duvido que as perspectivas de vida da maioria da população mundial *a partir* de um ano de idade sejam melhores que antes; desconfio que o oposto é verdade. Eles trabalham inquestionavelmente mais – mais horas por dia, por ano e ao longo da vida. Como o fazem em troca de uma recompensa total menor, a taxa de exploração aumentou muito (1995, p. 86).

A identificação entre capitalismo e pauperização absoluta é decorrência direta da adoção da unidade de análise sistêmica. Assim, é como se Brenner considerasse os custos e benefícios do capitalismo apenas do ponto de vista nacional, e por isso pudesse concluir que o resultado líquido do sistema é positivo, especialmente quando comparado ao modo de produção feudal, cuja tendência era a estagnação das forças produtivas expressa através de crises malthusianas. Wallersetin, por sua vez, considera tanto os custos diretos quanto "indiretos" da acumulação de capital no centro, possibilitada pela troca desigual, e por isso pode chegar à conclusão de que o resultado líquido do capitalismo sobre a qualidade de vida é negativo. Defenderemos ao longo do trabalho que a adoção do nacionalismo metodológico é essencial para possibilitar a visão relativamente positiva do capitalismo por Brenner, isto é, a defesa do cornucopianismo. O "holismo" metodológico de Walllerstein, por sua vez, é o que permite que o autor chegue a sua conclusão sobre a pauperização absoluta. A seguir, nos dedicaremos à apresentação das principais instituições associadas à economia-mundo capitalista.

3.5 AS INSTITUIÇÕES DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Mercados

Os mercados são uma das instituições fundamentais da economia-mundo, e são "normalmente considerados o traço essencial do sistema capitalista" (2004, p. 25). Nas discussões ligadas à história econômica, o papel dos mercados também é bastante discutido, seja no que diz respeito ao funcionamento da economia-mundo capitalista, seja no que se refere ao debate sobre a transição que deu origem a este novo tipo de sistema histórico.

Nas economias pré-capitalistas, normalmente considera-se separadamente os mercados locais e mercados de longa distância, que funcionam segundo lógicas distintas. Os mercados locais são aqueles cuja produção é quase sempre realizada em suas redondezas e cujos produtores diretos utilizam como insumos produtos fabricados por eles próprios ou então obtidos nestes mesmos mercados. Já os chamados mercados de longa distância referem-se ao local das transações de mercadorias normalmente obtidas por grandes mercadores em outras "civilizações", isto é, sistemas históricos distintos, e vendidas como "bens de luxo". A respeito dos chamados mercados de longa distância, Wallerstein faz a seguinte observação:

> Such markets, where long-distance commodities were sold, were markets in the sense of being a locality where commodities were sold. But they were not markets in the sense that the locus of production and the locus of ultimate sale were governed by common information and a singular set of calculations of profit and loss. Rather, the long-distance merchant was bringing items from one market to a second market, and deriving his advantage from the fact the two markets were in fact detached, and there were significant price and information differentials. In any case, what the merchants counted on was that there was no competition from local producers producing the same or similar items. This being the case, die markup could be considerable, and normally was (2000, p. 1).

Os mercados de longa distância não representam, portanto, uma integração dos mercados diversos mercados locais, mas sim uma instituição que se aproveita justamente da compartimentalização de diferentes mercados para seu funcionamento.

No caso da economia-mundo capitalista, Wallerstein também identifica dois tipos relevantes de mercado: os mercados locais, e os mercados "mais vastos" (*wider*), cujas transações "são parte do, e constrangidas por, algo que se pode chamar de mercado 'mundial'" (1982, p. 59). Os mercados locais continuam a existir, embora com menos importância, sendo definidos como aqueles ancorados na produção e comércio das redondezas, com um raio de no máximo um dia por transporte lento. Já os mercados "mundiais" característicos da economia-mundo capitalista, ao contrário, são caracterizados justamente pelo tipo de integração ausente nos mercados de longa distância, podendo ser definidos como uma instituição regida por regras comuns que serve de base para a troca de bens e serviços por parte de indivíduos e firmas e

cujos limites abrangem toda a extensão do sistema. Note-se na classificação do autor a ausência da subdivisão dos mercados "mais vastos" em "mercados nacionais". Ao deixar intencionalmente de fora o termo, Wallerstein visa criticar algumas concepções tradicionais que considera "enganosas" do comércio internacional, como fica claro no seguinte trecho:

> The traditional literature of course recognizes the distinction between local and wider markets. However, most authors subdivide the "wider" markets at the very least into national markets on the one hand, and the international market on the other. (Some would add "regional" markets, the "region" sometimes being smaller than the state,, if a large state, and sometimes being inclusive ofseveral states.) Obviously, at a certain Ievel of analysis, this may be a meaningfull taxonomy.. What we reject is the implied sequential development: *first* national markets, *then* expanded foreign trade geared to an international market (1982, p. 59-60).

A chave para entender o papel dos mercados enquanto instituição da economia-mundo capitalista se encontra na relação entre competição e monopólio. De um lado, o capitalismo não pode existir sem mercados, sem cujas trocas não haveria espaço para a acumulação incessante de capital. Mas a existência de mercados plenamente livres é prejudicial, dado que a competição perfeita tende a reduzir os lucros dos capitalistas individuais a patamares desprezíveis, removendo a base sobre a qual se assenta o sistema. Assim, é preciso que haja mercados livres, mas apenas parcialmente livres. Por isso a integração dos mercados "mais vastos" num único mercado "mundial", embora seja um fato, nunca é completa. Neste sentido, o desejo secreto de cada capitalista individual, mesmo daqueles que pregam mais ferozmente o "livre mercado", é estabelecer um monopólio para si, e assistir prevalecer a competição para os demais. E, no caso da economia-mundo como um todo, o que ocorre é justamente o estabelecimento de monopólios no centro, e da competição na periferia.

Para garantir a consolidação de monopólios ou quase-monopólios, é preciso que haja o suporte de aparelhos de estado relativamente fortes que garantam seu funcionamento. Dentre as maneiras mais usuais para garantir os monopólios – ou, na prática, os quase-monopólios – Wallerstein lista o sistema de patentes, as medidas protecionistas de controle das importações e exportações, as compras governamentais e, por fim; as regulações das atividades econômicas em geral, as quais favorecem as empresas com maiores recursos para arcar com elas em detrimento dos menores produtores. Aqui, a inovação deixa de ser vista meramente como fruto da competição, e passa a ser enquadrada como uma busca pelo estabelecimento de monopólios. Além disso, a presença de monopólios já estabelecidos, como o monopólio dos meios de produção, confere uma enorme vantagem de partida aos agentes econômicos que "concorrem" entre si no mercado. O que prevalece, portanto, não é a igualdade de condições,

mas a desigualdade. A inovação e a acumulação, não são, portanto, frutos do mero sucesso no mercado ou da meritocracia dos empreendedores individuais, mas o resultado de um jogo viciado desde o princípio. Assim, conforme a abordagem de Wallerstein, trabalhadores sem recursos e regiões periféricas são igualmente vítimas de um processo de troca desigual mascarado de trocas de equivalentes, reforçando os monopólios de capitalistas individuais e regiões centrais.

Se por um lado existe uma pressão para o estabelecimento de quase-monopólios por parte das empresas e dos estados beneficiários, há que destacar também a existência de forças anti-monopolistas que atuam na direção oposta. Conforme o autor:

> One of the most important processes of the capitalist world-economy is the trend toward demonopolization of any highly profitable box, which is then often countered by technological changes and/or redefinitions of the organizational boundaries of the box by production units seeking to restore a high level of profit. Alternatively, big capital may shift its investment to other boxes (or of course to other chains) in search of increased profit (1993, p. 18).

A tendência à "desmonopolização" decorre do fato de que as concorrentes das firmas em situação de quase-monopólio procuram constantemente minar a vantagem conquistada pelas suas rivais, seja tentando interferir nas políticas do estado onde se localizam os produtores monopolistas, seja buscando influenciar outros estados a usar seu poder para promover uma maior competição no setor. Com o tempo, a situação de monopólio de um determinado setor tende a se desfazer, dada a entrada de novas firmas na produção. Mas o aumento da competitividade em uma etapa do processo produtivo não impede que surjam novas atividades monopolizadas, o que resulta num ciclo de produtos monopolizados que permite e estimula a continuidade do sistema. Wallerstein refere-se a este fenômeno como um "ciclo de produtos de ponta" (*cycle of leading products*) (2004, p. 27). O processo de monopolização e desmonopolização confere plausibilidade à tese do desenvolvimento econômico nacional, e portanto à adoção de unidades de análise nacionais. Do ponto de vista sistêmico, contudo, o que ocorre é a mera troca de posição entre membros específicos do sistema interestatal, mais uma vez sugerindo a ideia de que o desenvolvimento capitalista tenda a ser um jogo de soma zero.

Firmas

As firmas atuam no espaço virtual representado pelo mercado e são o veículo principal através do qual é perseguido o objetivo da acumulação de capital. Caso sejam bem-

sucedidas em sua estratégia, as firmas podem se expandir horizontalmente, investindo no mesmo produto, verticalmente, em diferentes etapas de uma cadeia de mercadorias, ou ortogonalmente, em produtos não estreitamente relacionados. Caso contrário, o resultado pode ser a falência ou a absorção por rivais mais competitivas. É neste meio que se concretiza a rivalidade intercapitalista acirrada. Neste contexto, a eliminação de firmas competitivas não constitui uma situação anormalidade, dado que, "se todas elas tivessem sucesso, cada uma provavelmente obteria muito pouco capital" (1999, p. 27). Assim, o fracasso de grande parte das firmas é uma condição necessária da acumulação, estimulando o processo de concentração e centralização de capital.

Mas a força que atua na direção da concentração também é contrabalançada por forças dissolutivas. Isso ocorre porque, se por um lado o crescimento das firmas traz consigo a vantagem das economias de escala, por outro lado ele também promove o aumento dos custos de administração e coordenação, elevando substancialmente os riscos de ineficiências gerenciais. Por isso, ao longo do tempo verifica-se um processo alternado de crescimento e encolhimento do tamanho das firmas. Outro fator que atua no sentido de desestimular o crescimento indefinido das firmas resulta do fato de que seu aumento as torna mais vulneráveis a investidas políticas, seja dos consumidores, dos empregados, de seus competidores ou do próprio estado. No fim das contas, entretanto, a concentração de capital tendeu a prevalecer no longo prazo, de forma que "mundialmente tem havido um aumento secular no tamanho das firmas, com todo o processo histórico tomando a forma de (...) dois passos à frente, e um passo para trás, continuamente" (2004, p. 27). Com base na adoção da unidade de análise sistêmica, portanto, Wallerstein chega à conclusão de que o sucesso das firmas, bem como dos países centrais, é necessariamente definido em termos relativos. Isto decorre do fato de que os lucros dependem tanto da monopolização interna, permitindo a elevação dos preços, quanto da generalização externa da competição para a periferia, possibilitando a redução dos custos.

Cadeias de mercadorias

As cadeias de mercadorias descrevem o processo econômico que interliga a produção realizada pelas unidades produtivas. Ele vai desde a extração dos recursos, passando pelas diversas fases de transformação dos produtos, até sua disponibilização para consumo, incluindo aí a reprodução da força de trabalho envolvida neas diversas tarefas produtivas[53]

[53] Embora a descrição da cadeia de mercadoria siga a sequência real de produção da mercadoria, o processo de identificação da cadeia segue o processo inverso: "commodity. In building this chain we start with the final

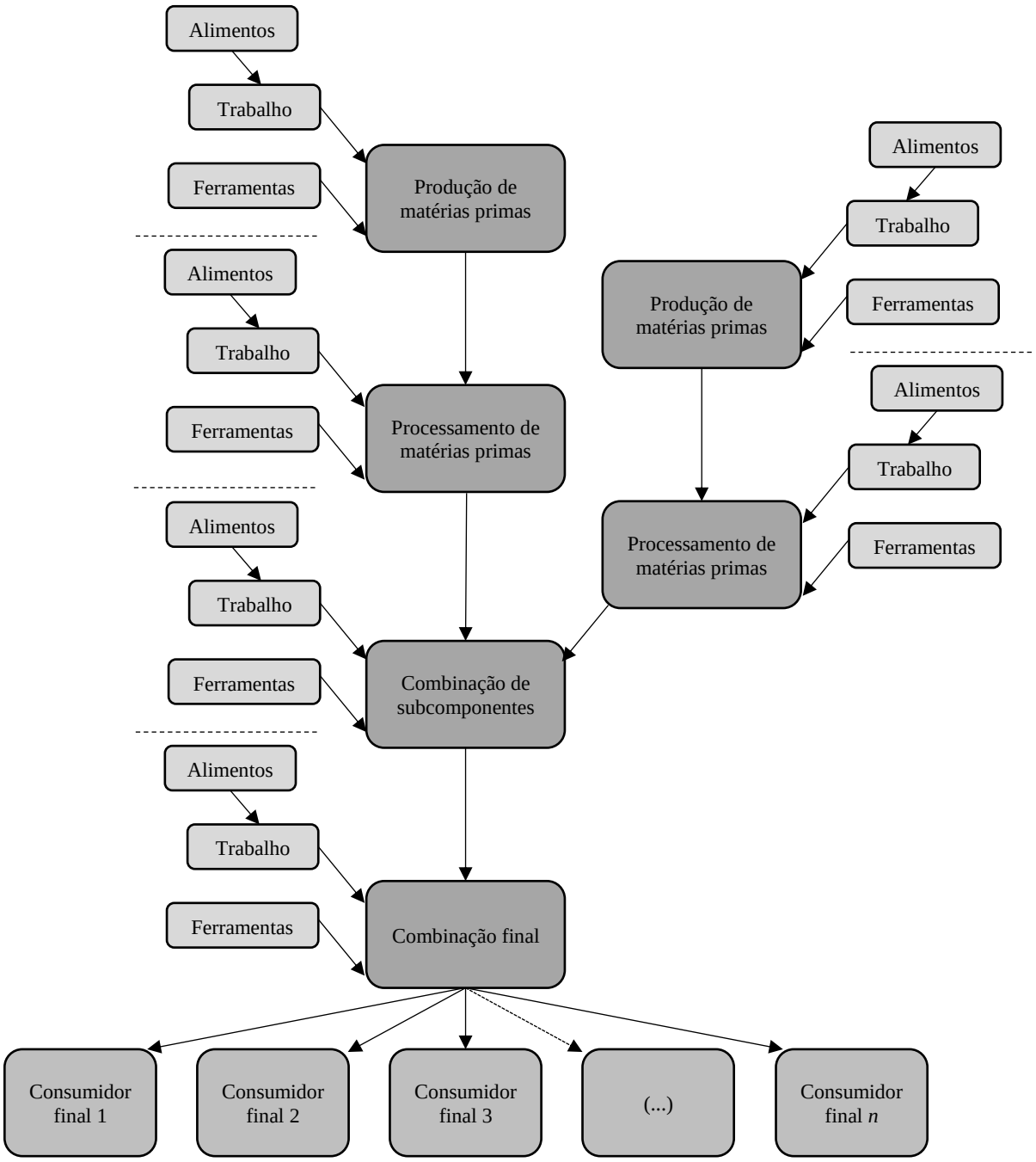
(1982, p. 59-60). Na definição de Wallerstein e Hopkins, o conceito de cadeias de mercadorias (*commodity chains*) "refers to a network of labor and production processes whose end result is a finished commodity" (1986, p.159; 1993, p. 17).

Cada nódulo de uma cadeia de mercadoria representa uma caixa (*box*), isto é, uma etapa do específica do processo produtivo. As caixas não representam nenhum tipo de essência imutável, ou seja, podem ser extintas ou redefinidas ao longo do tempo. As mudanças podem ocorrer via consolidação, quando duas caixas se fundem em uma, ou por subdivisão, isto é, quando elas se separam. As alterações podem ocorrer tanto em razão de mudanças tecnológicas, quanto de transformações da organização social. Além disso, uma mesma caixa pode apresentar padrões diferentes em diferentes regiões da economia-mundo[54] (1993, p. 18). Por fim, uma mesma caixa pode estar ligada a mais de uma cadeia de mercadoria. A seguir disponibilizamos uma representação genérica e simplificada de uma cadeia de mercadorias.

production operation and move sequentially backward (rather than the other way around (…)) until one reaches primarily raw material" (1986, p. 159)

[54] Vale notar também que, apesar de serem um instrumento analítico que buscam correspondência com a realidade empírica, as caixas são, até certo ponto, socialmente definidas, o que faz com que seu recorte contenha sempre algum grau de arbitrariedade.

FIGURA 6 – Representação genérica de uma cadeia de mercadoria



Fonte: *Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800* (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1986, p. 191).

Mesmo em sua forma mais simples, é possível notar a complexidade do processo descrito pelas cadeias de mercadorias. Desde já ele sugere as dificuldades envolvidas na aferição concreta da movimentação do excedente ao longo das diversas caixas que torna possível a acumulação de capital. A questão fica ainda mais complicada quando se leva em conta o fato de que é preciso levar em consideração não apenas as trocas realizadas nas unidades de produção, mas também aquelas relacionadas à reprodução da força de trabalho, o que envolve considerações sobre a apropriação do excedente produzido pelo trabalho doméstico, por exemplo. Abordaremos a seguir algumas das características das caixas e de suas relações com as cadeias de mercadorias.

Cada caixa assenta-se num espaço ou conjunto de espaços geográfico concreto, cuja localização é um dos fatores importantes no estudo das cadeias de mercadorias. Por isso, o mero reconhecimento de que as firmas atuam num espaço econômico abstrato não basta para compreender adequadamente os mecanismos envolvidos na acumulação de capital. A especificação das posições específicas de cada caixa permite que seja precisada a extensão da cadeia de mercadoria. Além disso, toda caixa possui um grau de dispersão ou de concentração geográfica das unidades produtivas que a compõem. As caixas relacionadas à produção de *outputs* monopolizados tendem a ser concentradas em alguns poucos espaços concretos, normalmente em regiões ou estados economicamente centrais. O contrário ocorre com as caixas ligadas à fabricação de produtos sujeitos a um elevado grau de competição, as quais normalmente podem ser encontradas num grande número de estados, normalmente em regiões periféricas.

Um segundo fator importante na apreciação das caixas diz respeito à organização da produção e aos arranjos de propriedade a ela correspondentes. Neste sentido, é preciso atentar para o tipo de tecnologia(s) que prevalece(m) nesta caixa particular, levando em conta a fonte de energia utilizada na produção e o perfil e grau de mecanização nela prevalecente. Ainda em relação à organização da produção, é necessário registrar o tipo de unidade produtiva que se verifica no interior de cada caixa, o qual pode variar desde a produção realizada em pequenos lotes camponeses, passando pela produção doméstica, até as grandes firmas privadas ou estatais, entre outras. A condução das unidades produtivas pode ser levada a cabo tanto pelos

próprios proprietários, independente do caráter familiar ou societário da firma, quanto por administradores por eles designados. A organização da produção também está ligada ao grau de monopolização que prevalece no interior de uma caixa, como no caso das grandes firmas que dominam uma etapa qualquer do processo produtivo. Em relação ao grau de monopolização de caixas particulares, Wallerstein enfatiza que:

> One of the most important processes of the capitalist world-economy is the trend toward demonopolization of any highly profitable box, which is then often countered by technological changes and/or redefinitions of the organizational boundaries of the box by production units seeking to restore a high level of profit. Alternatively, big capital may shift its investment to other boxes (or of course to other chains) in search of increased profit (1993, p. 18).

Ao lado da organização da produção, outro elemento importante refere-se às relações de produção de cada caixa. Em relação a isto, é preciso atentar para o tipo de remuneração do trabalho, seja ele assalariado ou não-assalariado. O modo de controle do trabalho também é bastante relevante, podendo variar entre o trabalho proletarizado, o trabalho doméstico, servil, escravo, etc., com diferentes graus de coação sobre os produtores diretos. Em geral, a coerção sobre o trabalho tende a ser maior em caixas onde prevalece um elevado nível de competição, em geral em regiões econômicas periféricas. Não é necessário que prevaleça um único tipo de relação de produção no interior de uma determinada caixa.

Por fim, outra característica importante das caixas diz respeito ao tipo de fluxo que prevalece entre elas. A forma mais aparente de transação entre duas caixas diferentes ocorre via transações de mercado, isto é, da venda de produtos e da compra de insumos. Mas, quando unidades produtivas de diferentes caixas se encontram unidas a uma mesma firma por meio de integração vertical, as transações entre elas assumem a forma de trocas internas. Uma das razões para isto é a busca de maximização dos lucros via redução dos custos de transação. As características de interesse das caixas são resumidas por Wallerstein na seguinte tabela:

TABELA 9 – Carcterísticas de interesse das caixas que formam as cadeias de mercadorias

1. Fluxos de e para um nódulo	1.1. Item transferido	-
	1.2. Modo de transferência	1.2.1. Mercado 1.2.2. Intra-firma 1.2.3. Extra-Mercado 1.2.4. Extra-Firma
2. Relações de produção e força de trabalho	2.1. Trabalho assalariado	2.1.1.Taxa de salários
	2.2. Trabalho não-assalariado	2.2.1. Domiciliar 2.2.2. "Compartilhado" 2.2.3. Escravo 2.2.4. Servo 2.2.5. Outras coerções
3. Organização da produção	3.1. Tecnologia	3.1.1.Fonte de energia 3.1.2.Grau e tipo de mecanização
	3.2. Unidade de produção	3.2.1. Fábrica 3.2.2. Pequena empresa 3.2.3. Domicílio 3.2.4. Estado (estate) 3.2.5. Lote camponês
4. Local de Operação	4.1. Localização geográfica	-
	4.2. Unidade política	

Fonte: *Commodity Chains in the world-economy prior to 1800* (1986, p. 166)

As cadeias de mercadorias são importantes porque permitem verificar empiricamente o funcionamento da divisão do trabalho que define os limites da economia-mundo capitalista. Elas permitem que se ultrapasse a "observação de processos de produção particulares em tempo e lugares específicos" (1993, p. 49) e representam a "urdidura e a trama de seu sistema social de produção" (1993, p. 17). Por esta razão, as cadeias de mercadorias se encontram intimamente ligadas às flutuações cíclicas da economia-mundo, respondendo a elas e ajudando a conformá-las.

Outro motivo importante, estreitamente relacionado ao primeiro, está ligado ao fato de que é comum a grande parte dos estudos econômicos assumir que as cadeias de mercadorias tendem a se desenvolver primeiro a nível nacional para, conforme o seu crescimento, se expandirem para o âmbito internacional. Neste ponto, é clara a posição crítica do autor em relação ao nacionalismo metodológico, que volta-se contra a

> incrementalist thesis of scalar enlargement (most sharply etched classically by Bucher) that development in Europe starts, as it were, with large-scale estate-centered economies, proceeds to town-centered economies, and culminates (at the beginning of the seventeenth century) in national or state-centered economies. This view is maintained today by those who argue that, as of perhaps 1945, for the first time we are seeing the "internationalization of capital" (WALLERSTEIN, 1986, p. 158).

Ao contrário, Wallerstein contende que, desde seu início no século XVI, a economia-mundo capitalista é caracterizada pela existência de diversas cadeias de mercadorias que percorrem praticamente toda a extensão do sistema (2000, p. 2), como é o caso, por exemplo, da indústria naval e da de farinha de grãos (*grain flour*) durante os séculos XVI a XVIII. Além disso, o estudo de cadeias de mercadorias permite que sejam desmistificadas algumas das reificações levadas a cabo com base na divisão tripartite dos processos econômicos em setores agrícola, industrial e de serviços. A respeito disso, o autor comenta:

> What the commodity chain construct makes evident is that the Colin Clark trinity of primary, secondary, and tertiary sectors is descriptive and not terribly helpful. Each box in the chain transforms something and is therefore “industrial.” Each box, or almost every box, involves some human skilled judgment of the type we usually call ' 'services. " In any case, since the level of profitability shifts from one to another box over time, there is no long-term fixed priority for the " secondary" sector as a motor of capitalist development (1993, p. 50).

O tema tangencia também o debate marxista sobre a relação entre a formação e realização do valor e o setor industrial, além de tocar no tema da relação entre trabalho produtivo e improdutivo.

Por fim, o motivo central por trás do estudo das cadeias de mercadorias decorre do fato de que elas ajudam a entender os mecanismos da troca desigual. É neste ponto que fica clara a relação entre os mercados, as unidades produtivas (firmas), as caixas e as cadeias de mercadorias. Para entender a relação, primeiramente é preciso enfatizar que, para Wallerstein, a lucratividade de um empreendimento depende fundamentalmente do grau de monopolização a que ele está sujeito. Quanto maior o poder de monopólio exercido por uma firma numa determinada caixa ou conjunto de caixas, maior a proporção de excedente da cadeia de mercadorias apropriada pelos seus proprietários. O contrário ocorre no caso de atividades localizadas em caixas onde prevalece uma competição acirrada.

A principal forma de maximização dos lucros em caixas monopolizadas ocorre por meio do controle dos preços, o que permite aumentar as receitas auferidas, em especial no caso de mercadorias com baixa elasticidade da demanda. Já no caso das caixas competitivas, é impossível exercer qualquer influência considerável sobre os preços. Por isso, a alternativa para a obtenção de lucros não desprezíveis se concentra primordialmente sobre a redução de custos, em especial dos custos do trabalho. Aqui começa a transparecer a divisão centro-periferia que é tão central na análise do capitalismo de acordo com a perspectiva dos sistemas-mundo.

As caixas relacionadas a atividades monopolizadas, isto é, com maiores lucros, tendem a apresentar um alto nível de concentração geográfica, sendo primordialmente encontradas nos chamados estados ditos centrais. Já no caso das caixas ligadas a atividades altamente competitivas, é comum encontra-las numa maior proporção de regiões, em especial nos chamados estados periféricos. Aqui, contudo, é importante deixar claro que a característica da "centralidade" se refere primordialmente aos processos produtivos em si, e não aos estados que os abrigam, embora seja possível referir-se a eles por extensão como tais. Neste caso, um estado é considerado central quando abriga primordialmente atividades de caixas com alto grau de monopolização. Já os estados periféricos tendem a possuir uma grande proporção de atividades ligadas a caixas competitivas. Entre eles encontram-se os estados semiperiféricos, que apresentam uma mistura mais ou menos proporcional de processos produtivos centrais e periféricos. Este tema será desdobrado abaixo quando for analisada esta instituição básica da economia-mundo capitalista, os estados.

A troca desigual também está intimamente relacionada à organização da produção. Por esta razão, ao considerar uma caixa é importante analisar o grau de concentração e centralização das unidades de produção que a compõem:

> (…) in some ways the most important question is the degree to which the box is relatively monopolized by a small number of units of production, which is the same as asking the degree to which it is core-like and therefore a locus of a high rate of profit (…) (1993, p. 18).

O tipo de unidade de produção que prevalece numa determinada caixa está intimamente ligado não só ao fator da monopolização e da troca desigual, mas também às relações de produção e modo de controle do trabalho dos processos econômicos de cada caixa. Isso fica claro quando se compara, por exemplo, um caixa responsável pela fabricação de produtos eletrônicos com outra pertencente à mesma cadeia de mercadorias, mas concentrada na concepção e no *design* de produtos. Por fim, no que diz respeito ao tipo de troca característico de uma caixa particular, via mercado ou intra-firma, vale notar que as decisões sobre a incorporação de atividades de caixas diferentes numa mesma firma, isto é, sua integração vertical, está ligada à estratégia de cada uma delas para a maximização dos lucros e a acumulação de capital, neste caso por meio da redução dos custos de transação. Estas estratégias variam não só de acordo com o tipo de processo econômico envolvido, mas também com as flutuações cíclicas da economia-mundo capitalista. Um exemplo envolvendo as decisões sobre

a maximização dos lucros baseada em considerações sobre os custos de trabalho e os custos de transação é descrita a seguir:

> Cyclical shifts are (…) one of the key considerations in the construction of commodity chains. They are basically the direct reflection of the organizing contradictions of the capitalist development of productive forces. For example, two system-imposed concerns of entrepreneurs-the reduction of transaction costs and the reduction of labor costs-commonly require quite opposite changes in social organization and geographical location. In general, transaction costs are reduced through the vertical integration and geographical convergence of boxes of a chain (both worldwide concentration and local urbanization). Labor costs, however, are generally reduced through subcontracting (adding boxes, the opposite of vertical integration) and geographical dispersal of the chai n's boxes (both worldwide, and locally ruralization) (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1993, p. 19-20).

Procuramos deixar claro acima como o conceito das cadeias de mercadorias, particularmente quando vistas sob o ângulo da tese da troca desigual, conformam uma das categorias centrais da economia-mundo capitalista. As casdeias de mercadorias são um dos principais elementos ligados à adoção da unidade de análise sistêmica por Wallerstein, apontando para a necessária interdependência entre centro e periferia, entre processos produtivos monopolizados e competitivos, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Elas são, portanto, uma das peças centrais do argumento de Wallerstein sobre o caráter da modernização capitalista enquanto um jogo de soma zero. Por meio delas, Wallerstein é capaz de confirmar sua desconfiança inicial em relação ao processo de modernização.

Estados

Os estados representam a unidade política básica do sistema-mundo capitalista. Eles possuem diversas funções, as quais em seu conjunto contribuem para promover, direta ou indiretamente, o objetivo da acumulação incessante de capital. Cabe ao estado, por exemplo, proporcionar a formação e a adequação da mão-de-obra que deve atuar nas firmas capitalistas, ajudando a moldar trabalhadores que estejam sempre disponíveis, sejam realocáveis, e não muito custosos (1996, p. 89). Outra função central do estado que contribui para a acumulação de capital refere-se ao seu papel na externalização de custos em favor das firmas capitalistas. Wallerstein menciona três custos principais cuja externalização, ainda que parcial, mostra-se necessária para que a aquisição de lucros não seja prejudicada: os custos de toxicidade, de exaustão de recursos e, por fim, os custos de infra-estrutura, principalmente de transporte (2004, p. 48-49).

Apesar de cruciais para o funcionamento da economia-mundo capitalista, os estados não são meros representantes da burguesia, possuindo objetivos próprios, normalmente expressos em termos aumento de sua soberania e seu poder. Para conseguir estes objetivos, é preciso alcançar certo nível e ordem e coesão interna. Isto evita que o estado e suas firmas tornem-se reféns de predadores, como elementos de facções políticas e empresários mafiosos. Uma das principais maneiras de fazer isto é buscar transformar a população do estado em uma nação, processo que envolve a criação de uma história o mais longa possível, ajudando a conferir solidez e evitando questionamentos sobre sua legitimidade, bem como um conjunto de características que são percebidas como a essência da identidade nacional, ainda que grande parte dos residentes não partilhem de fato destas características. O nacionalismo serve tanto ao objetivo de ajudar a criar um Estado-nação quanto ao de mantê-lo unido, e é característico tanto dos estados fracos quanto dos estados fortes. Segundo Wallerstein:

> Nationalism is a status-group identity, perhaps the one most crucial to maintaining the modern world-system, based as it is on a structure of sovereign states located within an interstate system. Nationalism serves as the minimal cement of state structures. If one looks closely, nationalism is not a phenomenon merely of weak states. It is in fact extremely strong in the wealthiest states, even if it is publicly invoked less frequently than in states of middling strength (2004, p. 54).

A respeito deste objetivo geral de transformação do Estado em nação, Wallerstein pontua que "nós deveríamos pensar o conceito de 'estado-nação' como uma assíntota em relação à qual todos os estados aspiram" (2004, p. 54). Historicamente, os estados têm se utilizado de três ferramentas principais para alcançar seu objetivo de fortalecimento do nacionalismo e consolidação de um Estado-nação: o sistema público de ensino, o serviço nas forças armadas e as cerimônias públicas.

Os estados são classificados por Wallerstein segundo sua força. A força de um estado diz respeito ao seu controle relativo sobre as ferramentas de que dispõe, isto é, "sobre os meios de coerção; meios de legislação e adjudicação[55], meios de jurisdição (fronteiras), meios de produção (notavelmente a terra), meios de circulação (notavelmente a moeda, mas também os preços), e meios de distribuição (taxação [...])" (1982, p. 133). É importante notar que a força de um estado não diz respeito "nem à arbitrariedade do poder, nem à extensão de sua burocratização, mas sim à eficácia de sua tomada de decisões, seja como for alcançada" (1982,

[55] O sentido de adjudicação é esclarecido pelo autor na seguinte passagem a respeito dos direitos de propriedade: "there are many actions whose description as protected property rights is a matter of debate. Differences lead to conflicts which must then be adjudicated-by the courts of the states" (2004, p. 47).

p. 61). Além disso, no que diz respeito à conexão entre força e nacionalismo, é preciso destacar que “the public pursuit of nationalist themes on the part of state leaders should be analyzed as an attempt to strengthen the state, not evidence that the state is already strong” (2004, p. 54). Do ponto de vista de sua coesão interna e atuação sistêmica, Wallerstein propõe cinco critérios políticos para definir a força de um estado: i) capacidade de garantir a prevalência de um equilíbrio de interesses internos para viabilizar seu funcionamento (luta de classes); ii) capacidade do estado de favorecer a posição de produtores aliados no mercado mundial (mercantilismo); iii) poder de afetar a capacidade de concorrência de outros estados através de seu potencial bélico (poderio militar); iv) capacidade de executar decisões que favoreçam sua posição econômica e política sem que os custos de sua atuação reduzam substancialmente os lucros (finanças públicas); v) existência de uma administração pública eficiente capaz de colocar em prática decisões táticas (burocracia eficaz). O autor pontua ainda que “a política da luta de classes, é a chave dos outros” (1980, p. 117-118). Outra característica que permite distinguir a força de um estado diz respeito ao tipo de processo produtivo que tende a prevalecer dentro de suas fronteiras, o qual pode ser primordialmente monopolístico ou competitivo. Estados onde prevalecem processos produtivos de caráter monopolístico são denominados centrais. Aqueles nos quais prevalecem processos produtivos competitivos são chamados de estados periféricos, e os que se caracterizam por uma mistura bastante variada de processos monopolísticos e competitivos são designados estados semiperiféricos.

A concentração de atividades monopolísticas é tanto causa quanto efeito do poder dos estados. É causa porque os recursos gerados através de firmas em situação de quase-monopólio são em parte arrecadados pelos estados na forma de impostos, que podem então dedica-los à conquista de seus objetivos. A presença de firmas quase-monopolísticas também permite que seus trabalhadores sejam melhor compensados em comparação com aqueles que trabalham em atividades onde predomina a competição, diminuindo o nível de tensão interna no estado, e reduzindo portanto a quantidade de recursos que poderiam precisar ser utilizados para a garantia da ordem, por exemplo. Mas também a concentração de atividades monopolísticas também é consequência, porque apenas estados fortes são capazes de assegurar a atração e o ambiente necessário para o florescimento das atividades de tipo monopolístico, e de manter essa situação frente à ameaça representados por estados e firmas rivais. O processo de concentração de atividades monopolísticas e de crescimento da força de um estado segue um formato de espiral, onde cada fator favorável ou desfavorável tende a amplificar as vantagens ou desvantagens do conjunto. A respeito disso, o autor afirma:

> Em última instância, é evidente, os critérios políticos e econômicos [de força] estão mutuamente relacionados porque a eficiência produtiva torna possível o reforço do Estado e o reforço do Estado melhora por sua vez a eficiência através de meios alheios ao mercado (1980, p. 118).

Assim, as regiões centrais tendem a possuir estados fortes, as regiões periféricas, estados fracos e as regiões semiperiféricas estados de força intermediária, de modo que a "força de um aparelho de estado co-varia mais ou menos diretamente com o grau de 'centralidade' do estado" (1982, p. 61). Mas, apesar de a força de um estado e a centralidade de seus processos produtivos apresentarem uma relação mais ou menos direta, o mesmo não se pode dizer sobre a *utilização* desta força por parte dos diferentes tipos de estado. Isto ocorre porque os estados com maior eficiência produtiva, apesar de mais fortes, não precisam atuar com tanta frequência, justamente em razão de sua superioridade competitiva. Os estados fracos, por sua vez, ainda que desfavorecidos no campo competitivo e desejosos de ampliar sua atuação, carecem da capacidade necessária de intervenção. Por isso, os estados mais atuantes acabam sendo os de força intermediária:

> "Os Estados que contam com os produtores mais eficientes têm menos necessidade de intervir ativamente no mercado mundial que os Estados que têm produtores moderadamente eficientes. Dado que a eficiência da produção está ligada à capacidade de intervenção do aparelho de Estado no mercado mundial, os Estados com os produtores menos eficientes não podem ser 'fortes'. O papel do Estado no mercado mundial (que inclui evidentemente o mercado interno) está em relação *curvilínea* com o papel econômico dos proprietários-produtores localizados dentro desse Estado. O Estado é mais 'ativo' em Estados de força moderada. A retórica da força ('*L'Etat, c'est moi*') é frequentemente um substituto da realidade." (1980, p. 118)

Assim papel dos estados fortes é basicamente o de proteger o status dos processos produtivos centrais de caráter quase-monopolísticos dos quais se beneficia. O dos estados fracos, onde predominam processos produtivos competitivos ou periféricos, "são normalmente incapazes de fazer muito para afetar a divisão axial do trabalho, e na prática são em grande medida forçados a aceitar a mão que a eles foi dada" (2004, p. 29). Já os estados semiperiféricos são os que se encontram em situação mais difícil, como descrito na seguinte passagem:

> Under pressure from core states and putting pressure on peripheral states, their major concern is to keep themselves from slipping into the periphery and to do what they can to advance themselves toward the core. Neither is easy, and both require considerable state interference with the world market. These semiperipheral states are the ones that put forward most aggressively and most publicly so-called protectionist policies. They hope thereby to "protect" their production processes from the

> competition of stronger firms outside, while trying to improve the efficiency of the firms inside so as to compete better in the world market (2004, p. 29).

Uma das principais formas de melhorar a posição de um estado semiperiférico no sistema interestatal ocorre por meio da incorporação de processos produtivos anteriormente de ponta. Neste quesito, a principal fonte de concorrência dos estados semiperiféricos não são os estados centrais, mas sim outros estados semiperiféricos, igualmente desejosos de serem objeto do processo de realocação industrial, o qual contudo não pode beneficiar todos os aspirantes. Por fim, é preciso notar que as janelas de atuação dos estados semiperiféricos ocorrem em situações bastante específicas, como pode ser notado na seguinte passagem:

> Em momentos de expansão da economia-mundo, estes estados se encontram ligados como satélites a um ou outro dos poderes centrais e servem até certo ponto como correias de transmissão econômica e agentes políticos de um poder imperial.
> As dificuldades periódicas da acumulação de capital mundial apresentam a alguns *poucos* estados semiperiféricos a sua oportunidade (1984, p. 7)

Isso ocorre porque, os períodos de estagnação levam à intensificação dos conflitos entre os estados do centro, o que abre uma margem de manobra mais ampla para que os estados semiperiféricos passem a impor restrições protecionistas, de forma a favorecer quase-monopólios próprios e poder competir com as potências centrais. Em contrapartida, as fases de estagnação levam também ao corte de fontes de renda, de capital e de transferência tecnológica, fazendo com que os estados semiperiféricos mais fracos sucumbam e voltem à esfera de influência de alguma potência central. No fim das contas:

> Alguns poucos, um ou dois no máximo, mostram-se fortes o suficiente para se imporem como novas potências centrais, normalmente substituindo com o tempo alguma potência central em queda (1984, p. 7).

A proporção de estados centrais, semiperiféricos e periféricos do sistema-mundo capitalista tem permanecido mais ou menos constante ao longo de toda sua história. Isto é, sempre houve uma proporção bastante pequena de estados centrais, outra relativamente reduzida de estados semiperiféricos e uma grande maioria de estados periféricos. De acordo com Wallerstein:

> If then we classified either states or "regions" as core, semiperipheral, or peripheral, and measured their *distribution* over time,. Whatever the quantum measured, we argue that the relative importance of each stratum remains more or less constant through the history of the capitalist world-economy (say 1500 to 1975), since the system as a

> whole creates pressures to maintain a certain mix of core, semiperipheral, and peripheral activities.

Isso desde já impossibilita um quadro em que todos os estados venham a tornar-se fortes ou mesmo medianamente fortes simultaneamente. Além disso, faz com que a mobilidade individual esteja muitas vezes sujeita a contrapartidas do ponto de vista sistêmico. Dito de outra forma, a questão da mobilidade apresenta-se como uma espécie de jogo de soma zero, onde a ascensão de um ou mais membros do sistema interestatal tem que ser compensada pela incorporação subordinada ou rebaixamento de outros, de forma a manter o *mix* de estados centrais, semiperiféricos e periféricos. Nas palavras de Wallerstein,

> Since there is a game of geographícal musícal chairs, there is hope for "mobility" despite "polarization" - mobility for states as well as for individuals. What is usually omitted from the analysis is that, ín a stratified system, upward mobility for one unít is downward mobility for another (1984, p. 9).

Isto ajuda a entender porque é tão difícil a situação enfrentada pelos estados semiperiféricos, pois, se eles são os únicos que podem aspirar realisticamente à posição futura de estados centrais – dada a ausência de força dos estados periféricos para tanto e o fato de que os estados centrais já alcançaram a posição almejada – eles são também obrigados a enfrentar uma competição particularmente aguda pelo posto, já que não há espaço para todos e é de se esperar que os outros estados semiperiféricos também façam tudo ao seu alcance para ultrapassar os rivais.

Por fim, é preciso dizer algumas palavras sobre a incorporação de novas regiões ao sistema-mundo capitalista. Visto que a economia-mundo capitalista funciona mediante uma série de fases de expansão geográfica, que leva à incorporação de arenas externas à sua divisão do trabalho, ocorre paralelamente um processo de formação (ou transformação) de estados, que passam então a fazer parte de seu sistema interestatal. Estes novos estados quase sempre são absorvidos como zonas periféricas do sistema. Apenas em casos excepcionais, a incorporação se dá de forma a permitir ao novo integrante uma posição semiperiférica, como no caso da Rússia. Os estados que integram a economia-mundo capitalista não são constituídos meramente a partir de relações internas. Pelo contrário, seu surgimento e reprodução encontra-se intimamente ligado à consolidação do sistema interestatal, uma das principais instituições da economia-mundo capitalista.

Sistema interestatal

Os Estados que compõem o sistema-mundo moderno não são entes isolados. Tampouco são constituídos a partir de fatores exclusivamente internos. Na verdade, é apenas no contexto do sistema interestatal que a instituição representada pelo estado adquire forma e toma sentido. Conforme Wallerstein:

> [The states] are not however created in a void, but within the framework of an interstate system. This interstate system is, in fact, the framework within which the states are defined. It is the fact that the states of the capitalist world-economy exist within the framework of an interstate system that is the *differentia specifica* of the modern state, distinguishing it from other bureaucratic polities (1984, p. 33).

Dada a multiplicidade de unidades políticas que fazem parte da economia-mundo capitalista, pode-se pensar que o sistema interestatal seja caracterizado pela anarquia. Na verdade, ocorre justamente o contrário, sendo o sistema composto por regras que ajudam a estruturar o comportamento de cada um de seus integrantes, punindo aqueles que se desviem demasiado da norma:

> ln particular, the states impose on each other- not only the strong on the weak, but the strong on the strong - limitations on their modes of political (and therefore military) behavior, and even more strikingly limitations on their abilities to affect the law of value underlying capitalism. We are so used to observing all the things states do that constitute a defiance of other states that we do not stop to recognize how few these things are, rather than how many. We are so used to thinking of the interstate system as verging on anarchy that we fail to appreciate how rule-ridden it is. Of course, the "rules" are broken all the time, but we should look at the consequences – the mechanisms that come into play to force changes in the policies of the offending states (1984, p. 33)

Para entender o por quê da importância do sistema interestatal na legitimação da existência e atuação dos estados, é preciso atentar para o fato de que, dado o caráter amplamente integrado da produção na economia-mundo capitalista, estados individuais só conseguem funcionar apropriadamente caso desfrutem de reconhecimento recíproco. A respeito disso, Wallerstein comenta:

> Reciprocal recognition is a fundament of the interstate system. There have often been entities that have proclaimed their existence as sovereign states but failed to receive the recognition of most other states. But without such recognition, the proclamation is relatively worthless, even if the entity retains de facto control of a given territory. Such an entity is in a perilous condition (2004, p. 44).

Um estado potencial que não seja reconhecido por membros importantes do sistema interestatal, embora já faça parte da economia-mundo capitalista, pode sofrer sanções por parte dos que contestam suas pretensões, e até mesmo se tornar objeto de conquista de estados mais poderosos.

Dito isto, além do reconhecimento recíproco externo, obviamente é preciso que haja um mínimo de coesão interna para que um estado possa existir e funcionar com alguma regularidade. Em outras palavras,

> Reciprocity also operates internally, although we conventionally use a different language to describe it. Local authorities must "recognize" the sovereign authority of the central state, and in a sense the central authority must recognize the legitimate authority and define the sphere of the local authorities. In many countries, this mutual recognition is enshrined in a constitution or in specific legislation that specifies the division of power between center and localities (2004, p. 45).

No limite, a divisão política interna em facções rivais pode resultar numa guerra civil, em cujo término pode-se renegociar os termos da divisão de poder interna, ou mesmo dar origem a novos estados em potencial, os quais, como já vimos, terão de conseguir a benção da parte mais influente dos integrantes do sistema interestatal caso queiram sobreviver.

Os estados modernos são caracterizados por sua reivindicação de soberania. A respeito disso, Wallerstein elenca “the rise of sovereignty as the defining characteristic of stateness” (1996, p. 92). Um estado pode dizer-se plenamente soberano quando desfruta de um “poder de estado totalmente autônomo” (2004, p. 42). Já o sistema interestatal, por definição, é uma entidade caracterizada por “constituir um conjunto de constrangimentos os quais limitam as habilidades de máquinas estatais individuais, mesmo as mais fortes entre elas, de tomar decisões” (1984, p. 33). A tensão entre a demanda por autonomia por parte dos estados e as restrições impostas pelo sistema interestatal são uma das características distintivas do sistema-mundo moderno.

No que diz respeito à dinâmica da relação entre os diversos estados que integram o sistema interestatal, é possível destacar dois tipos principais. A relação entre estados fortes e estados fracos, por um lado, e a relação estabelecida pelos estados fortes entre si, de outro.

Os estados fortes pressionam os estados fracos de diversas maneiras. No plano econômico, atuam de forma a garantir a abertura das fronteiras dos estados fracos para permitir um maior fluxo de fatores de produção que se mostrem lucrativos aos estados fortes, sem que haja, em contrapartida, uma tendência semelhante à abertura por parte destes. Pelo contrário, estes muitas vezes recorrem ao fechamento de suas fronteiras justamente nos setores onde os

estados fracos se mostram mais competitivos. No plano político, os estados fortes exercem sua influência para garantir nos estados fracos a subida ao poder de representantes que possuam maior afinidade com sua agenda política. Os estados fortes também pressionam os mais fracos a se unirem a eles na arena internacional, seja no que diz respeito à assinatura de tratados e à tomada de iniciativas nas organizações internacionais, seja fazendo com que os próprios estados fracos pressionem outros estados fracos a seguirem na mesma direção. Na esfera cultural, os estados fortes se relacionam com os estados fracos fazendo com que estes incorporem práticas culturais que reforcem seus laços no longo prazo, como por exemplo "linguistic policy; educational policy, including where university students may study; media distribution" (2004, p. 55). O tipo mais extremo de relação entre estados fortes e fracos no contexto do sistema interestatal é aquele que ocorre entre as metrópoles e suas colônias. A respeito desta relação, o autor afirma,

> The basic reality was that the colonial state was simply the weakest kind of state in the interstate system, with the lowest degree of real autonomy, and therefore maximally subject to exploitation by firms and persons from a different country, the so-called metropolitan country. Of course, one of the objectives of the colonizing power was not merely to ensure its control of the production processes in the colony but also to make sure that no other relatively strong state in the world-system could have access to the resources or the markets of the colony, or at most minimal access (2004, p. 56).

Mas a relação de dominação explícita de tipo colonial não é a única que pode existir no contexto do sistema interestatal. Também é possível que prevaleça uma relação de subordinação econômica, e mesmo política, em estados fracos que já conquistaram formalmente sua independência, como é o caso da maioria deles a partir da segunda metade do século XX.

No que diz respeito à relação entre estados fortes, há dois tipos de situação que podem prevalecer. A primeira ocorre quando os diversos estados fortes se encontram praticamente em pé de igualdade em termos econômicos e políticos, isto é, quando prevalece um equilíbrio de poder relativo entre as várias potências. A rivalidade é o tipo de situação mais comum ao longo da história do sistema interestatal capitalista. A segunda tem lugar quando há um desbalanceamento de poder a favor de uma das potências em detrimento das demais. Neste caso, a diferença de poder pode dar origem a dois ímpetos diferentes. O estado mais forte pode usar seu poder para buscar transformar a economia-mundo num império-mundo. Ou, alternativamente, pode buscar alcançar uma situação de hegemonia no contexto do sistema interestatal. As tentativas por parte das grandes potências históricas de adquirir controle político

direto sobre a estrutura da economia-mundo capitalista falharam, mas as de constituição de uma situação em que prevalecesse a hegemonia tiveram sucesso em algumas ocasiões.

Para alcançar a hegemonia, o principal requisito não é a força militar. Na verdade, um dispêndio excessivo por parte do estado na área de defesa pode drenar recursos importantes que poderiam ser utilizados para aumentar a acumulação de capital dos proprietários-produtores a ele ligados. Conforme Wallerstein:

> What is needed for a given state to have pretensions to hegemony in the modern world-system? Strangely enough, the primary requirement at the outset is not military strength, although the acquisition of military strength is a crucial achievement in the process (...). It is indeed probably the case that a key factor in the ability of the state that won out in the struggle to achieve hegemony (won out against its major rival) was the fact that it had *not* invested in a large army. 1996, 99

Na verdade, o principal requisito para a conquista política da hegemonia é a competitividade econômica. Para tornar-se um *hegemon*, o candidato deve alcançar a superioridade competitiva em relação a todas as demais potências do sistema tanto na esfera da produção, quanto do comércio e das finanças. Wallerstein define a supremacia econômica de cada uma das três esferas na seguinte passagem:

> Supremacy in the productive field means that the most "advanced" industrial production for a given period is preponderantly located in the state in question, and that it is capable of exporting such production competitively to other *core* states, as well as to the periphery and semiperiphery. Commercial supremacy means that the value of external and carrying trade is the highest in comparison with that of other *core* states, and that its services are used by other *core* states. Financial supremacy means that the value of capital being saved, lent, or exported across state boundaries is the highest in comparison with others, and that it performs banking operations for other *core* states (1982, p. 62).

Historicamente, é preciso destacar que a ordem de aquisição da superioridade econômica tem ocorrido sempre na mesma sequência, de forma que primeiramente é alcançada a eficiência produtiva, depois a eficiência comercial e, por fim, a eficiência financeira. Além disso, é importante notar que este tipo de superioridade nunca é o resultado “natural” da atuação desimpedida das firmas no mercado. Pelo contrário, sempre exigem uma dose bastante elevada de intervenção estatal para que possam se concretizar, tanto na esfera econômica, quanto na esfera política.

> Productive efficiencies historically made possible comercial efficiencies, which in turn supported the achievement of financial efficiencies. While this rise in relative efficiencies was partially a direct product of market transactions, it was never that alone. It Always required the use of state power to create non-market-generated advantages for the putative hegemonic power. The process was one of cumulating advantages, and turning them into a structurally privileged position (1996, p. 99).

Wallerstein ilustra graficamente o processo de aquisição de vantagens competitivas que permite a criação de uma situação hegemônica da seguinte maneira:

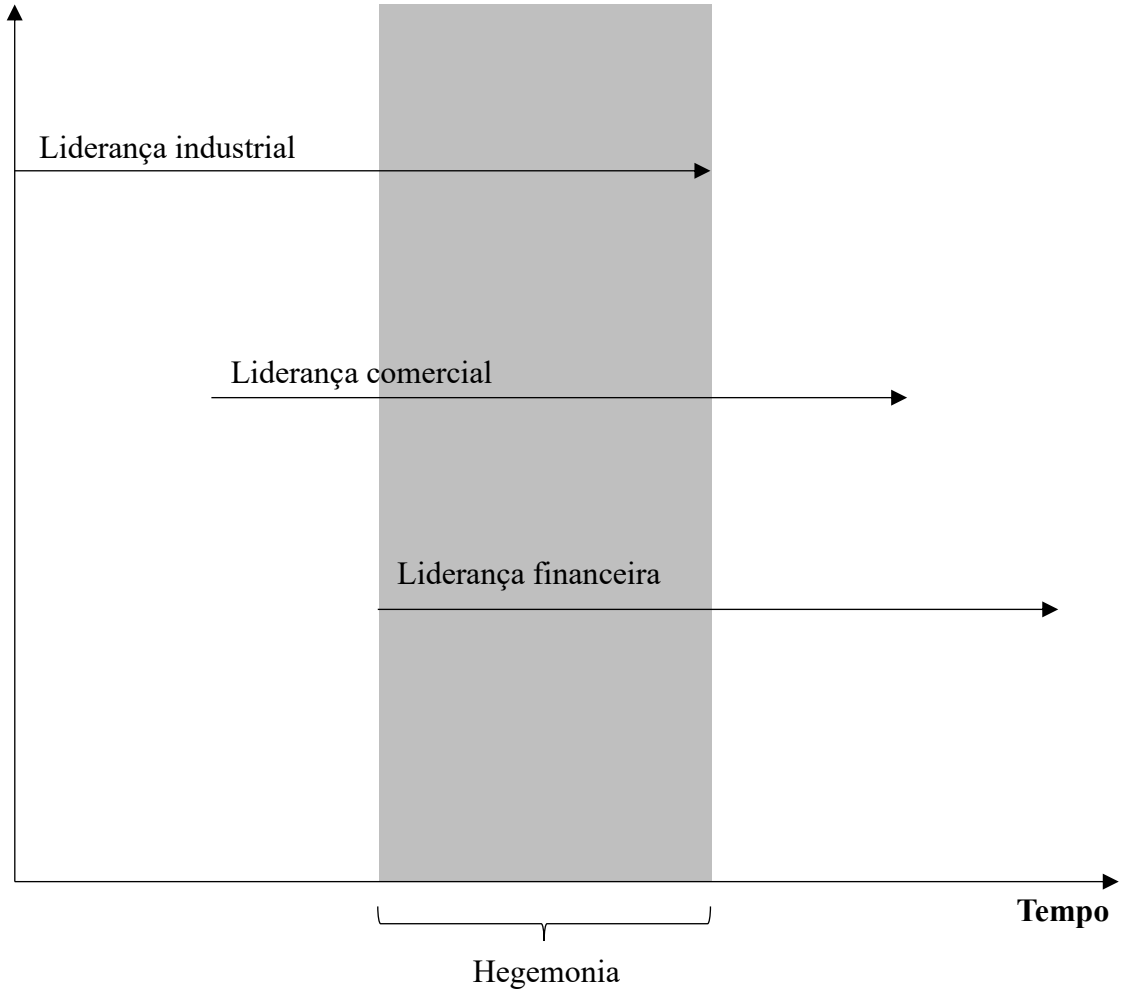


FIGURA 7 – Posição econômica do poder hegemônico

Fonte: *The politics of the world-economy* (WALLERSTEIN, 1984, p. 40)

É importante notar que a perda das vantagens competitivas se dá na mesma ordem de sua aquisição, sendo primeiro perdida a superioridade produtiva, a seguir a comercial e, por

fim, a superioridade financeira. Para constatar esta sequência, basta recordar, por exemplo, a centralidade do papel financeiro da Grã-Bretanha ao longo de todo o século XIX e de boa parte do século XX, mesmo depois de ter perdido seu *status* enquanto "oficina do mundo". Apesar de não ser o principal critério para a aquisição da hegemonia, a superioridade militar eventualmente também se torna um atributo importante do candidato a *hegemon*. Cronologicamente, a "military advantage occurs approximatelly at the same time as commercial advantage, hence faster than productive advantage but earlier than financial advantage, and is what is used to 'lock-in' hegemony" (WALLERSTEIN, 1982, p. 63).

Do ponto de vista de sua atuação, é possível destacar algumas características marcantes da hegemonia. Economicamente, as potências hegemônicas tendem a advogar políticas liberais, defendendo o fluxo livre de fatores de produção através da economia-mundo e mostrando-se hostis a políticas mercantilistas, e mesmo às políticas coloniais dos demais estados fortes[56]. Do ponto de vista político, a potência hegemônica em geral favorece à liberalização das instituições políticas parlamentares, bem como tende a se posicionar contrariamente às mudanças de regimes políticos por meios violentos. Por fim, o poder hegemônico também tende a oferecer um padrão de vida elevado a sua classe trabalhadora comparada às demais potências[57] (1996, p. 41).

As características apontadas acima não devem ser vistas como aspectos defendidos com intransigência pelo *hegemon* durante o seu "reinado". Na verdade, é sempre possível encontrar exceções à regra. Do ponto de vista econômico por exemplo, a defesa geral do liberalismo não impede que a potência hegemônica ponha em prática ela mesma medidas mercantilistas, quando consideram que isso favorece seus interesses. Além disso, as potências hegemônicas interferem politicamente com certa regularidade em outros estados para assegurar vantagens para si. Por fim, em relação à classe trabalhadora, a garantia de um nível de vida relativamente elevado não elimina o fato de que o *hegemon* pode mostrar um lado bastante repressivo, caso isto seja necessário para garantir o consenso político nacional (1996, p. 41).

[56] Wallerstein resume a posição do aspirante a *hegemon* em relação à dominação política na seguinte passagem: "The hegemonic power favors 'decolonization' when moving towards hegemony; it practices 'informal empire' when it is hegemonic; its loss of hegemony tends to lead to a new wave of colonization" (1982, p. 63).

[57] As características gerais do hegemon também são listadas por Wallerstein na seguinte passagem: At home, the hegemonic power practices comparative liberalism in politics, triumphalism in culture, and preaches (perhaps more than practices) freedom of trade in the economy; and everywhere else, the hegemonic power uses its influence (and if need be its military strength) to break down barriers to the flows of the world market (1982, p. 63)

A manutenção do status hegemônico, bem como a retenção de uma posição central quando a hegemonia comece a se desfalecer, depende de uma mistura de força, suborno e persuasão ideológica. O autor trata de cada um destes aspectos na seguinte passagem:

> The force must be sufficient such that, in most cases, it is not necessary to use it; most of the time, the mere threat must suffice. The efficacy of force, when actively and repeatedly challenged, diminishes over time by virtue of the challenges, even if they are unsuccessful. The bribery involves the trade-off of rewarding allies (or pseudo-allies) against their contribution to the effective force, as well as their overall political support of course. And the ideological persuasion is a key element in persuading the populations of the hegemonic power to pay the price of military supremacy, to persuade the cadres and populations of the allied countries to consider the pluses of an alliance far greater than its minuses, and even to create doubts among the victims of the system as to the acceptability of their complaints (1996, p. 100-101).

Todos estes fatores contribuem para que a potência hegemônica garanta vantagens políticas e econômicas que colaboram para a manutenção de seu *status* privilegiado. Mas também há custos associados à posição hegemônica. Isto ocorre porque, como *hegemon*, a potência central não só colhe os frutos de sua situação, mas deve assumir uma série de responsabilidades.

Economicamente, há alguns pontos a considerar quando se trata das responsabilidades do *hegemon*. Em primeiro lugar, a defesa do liberalismo, que, como vimos, apesar de admitir exceções, não permite que se afaste absolutamente de seus princípios. Isto faz com que outros estados em ascensão econômica disponham de margem de manobra suficiente para alcançar e mesmo ultrapassar a potência central nos setores em que até então ela se mostrava dominante. Isto é possível porque a defesa do liberalismo torna mais difícil evitar a disseminação das novas tecnologias, favorecendo novos empresários dotados de técnicas mais avançadas e plantas mais novas, assim diminuindo cada vez mais o diferencial de produtividade entre os novos atores e a potência central (1996, p. 45). Outro fator que contribui para prejudicar a competitividade do *hegemon* são os altos salários de seus trabalhadores e dos *cadres* que ajudam a sustentar politicamente o sistema. Durante o período de hegemonia, o aumento dos salários é basicamente visto como a alternativa menos custosa para evitar o desmantelamento do consenso político interno e as interrupções no processo de produção.

Do ponto de vista político: conforme vantagens econômicas se vão, é preciso cada vez mais usar da força política para garantir sua posição e evitar a perda das vantagens conquistadas. Além disso, em períodos de estagnação econômica, quando a competição intercapitalista se acentua, torna-se necessário intervir cada vez mais para manter a ordem do sistema, cada mais volátil. Em outras palavras:

> a scramble arises among the leading powers for the smaller pie, which undermines their collective ability to extract surplus via unequal exchange. The rate of unequal exchange thereby diminishes (but never to zero) and creates further incentive to a reshuffling of alliance systems (1984, p. 45).

Por isso, Wallerstein afirma que "o problema é que o liberalismo global, que é racional e custo-efetivo, trás consigo sua própria derrota" (1984, p. 45).

A discussão de Wallerstein sobre o sistema interestatal chama atenção para a interdependência constitutiva do sistema-mundo capitalista. Neste sentido, a existência e a classificação dos estados na hierarquia do sistema-mundo moderno está intimamente ligada à instituição do sistema interestatal. Mesmo a força e a fraqueza dos estados só podem ser definidas em termos relacionais e não, como em Brenner, a partir do sucesso do grau de auto-organização das classes dominantes que "controlam" os modos de produção nacionais. O sistema interestatal é parte essencial do apoio à expansão da acumulação de capital, permitindo que a mercantilização adquira um caráter intermediário, evitando que sua liberalização perfeita, isto é, a generalização da competição, impeça a realização de lucros não-desprezíveis. A seguir, abordaremos outra instituição essencial para o funcionamento da economia-mundo capitalista, nem sempre destacadas pelas interpretações da abordagem de Wallerstein: as estruturas domiciliares.

Estruturas domiciliares

O fator que diferencia a economia-mundo capitalista dos demais tipos de sistemas históricos não é a existência de uma divisão do trabalho baseada na troca de recursos entre suas regiões constitutivas. Na verdade, esta "unidade econômica" é a princípio o único traço em comum que ela apresenta em relação aos minissistemas e aos impérios-mundo. Tampouco deve o capitalismo ser equacionado à existência ou predominância do trabalho assalariado, muito embora a proletarização seja um fenômeno importante que acompanha a evolução da economia-mundo capitalista. Qual seria então a *differentia specifica* do capitalismo? Segundo Wallerstein, o que define o capitalismo e o distingue enquanto um sistema histórico *sui generis* é sua tendência à acumulação incessante de capital. Isto significa que qualquer modo de controle e de remuneração do trabalho que torne possível a acumulação de capital é a princípio compatível com a reprodução do sistema. Neste caso, não só o trabalho assalariado, mas o trabalho de subsistência, e mesmo o trabalho servil e o trabalho escravo podem fazer parte da economia-

mundo capitalista, desde que componham direta ou indiretamente as cadeias de mercadorias de sua divisão do trabalho.

Tal como nos demais sistemas históricos hierarquizados, os recursos que sustentam a acumulação de capital devem ser extraídos da produção disponibilizada pelos trabalhadores em sua interação com a natureza. Mas na economia-mundo capitalista a reprodução dos produtores diretos individuais não se dá geralmente ao nível de comunidades locais. Na verdade, a instituição fundamental que garante a existência de uma oferta de trabalho contínua compatível com a reprodução da economia-mundo é dada pelas estruturas domiciliares. Tal como as cadeias de mercadorias e o sistema interestatal, as estruturas domiciliares representam uma instituição específica à economia-mundo capitalista e essencial para seu funcionamento. Por meio delas é possível compreender como funcionam os mecanismos de formação, reprodução e exploração da força de trabalho, condições *sine qua non* para a acumulação de capital. É possível também explicar a existência de um diferencial de salários persistente entre as várias regiões que compõem a economia-mundo capitalista, e que ajuda a reforçar a desigualdade entre centro e periferia (1992, p. 3).

A estrutura domiciliar (*household structure*) ou domicílio (*household*) representa a entidade a partir da qual seus integrantes reúnem rendimentos derivados de diversas fontes, sendo "responsável por prover nossas necessidades básicas e contínuas (comida, abrigo, vestimenta)" (1992, p. 7). É por meio da estrutura domiciliar que é garantida a reprodução dos produtores diretos ao longo do tempo, o que faz dos domicílios uma expressão da "comensalidade em sentido figurado" (1988b, p. 110). Na maior parte das vezes, os indivíduos de um domicílio estão unidos por relações de parentesco, como no caso de uma família nuclear (1992, p. 13). Tampouco é preciso que seus integrantes residam todos numa mesma moradia, embora isto também seja comum. Os domicílios, portanto, não são idênticos nem à família, nem à corresidência.

A reprodução social dos trabalhadores por meio de estruturas familiares contrasta com o modo de vida mais comum em sistemas históricos anteriores à economia-mundo capitalista, onde a subsistência coletiva tendia a ser realizada ao nível de comunidades locais (1988b, p. 110). Mas contrasta também com a imagem idealizada do proletário individualizado das grandes fábricas capitalistas, completamente alienado, inteiramente desvinculado de laços coletivos fora do ambiente de trabalho. Neste sentido, "é irrealista pensar em trabalhadores como indivíduos isolados", já que "[q]uase todos os trabalhadores estão ligados a outras pessoas em estruturas domiciliares" (2004, p. 32). Em resumo,

> The appropriate operational unit for analyzing the ways in which people fit into the "labor force" is not the individual but the "household", defined for these purposes as the social unit that effectively over long periods of time enables individuals, of varying ages of both sexes, to pool income coming from multiple sources in order to ensure their individual and collective reproduction and well-being (1992, p. 13).

Concretamente, a forma predominante de reprodução social dos trabalhadores se dá em domicílios de tamanho "intermediário", geralmente maiores do que um indivíduo ou uma família nuclear sem filhos e menores do que pequenas comunidades de, digamos, 50 a 100 habitantes. Em termos gerais, a economia-mundo capitalista, cujo princípio da acumulação incessante de capital resulta na mercadorização de todas as coisas, leva à dissolução de grande parte dos laços sociais que unem comunidades ampliadas no que diz respeito à reprodução social dos produtores diretos. Ao mesmo tempo, gera uma pressão que impede a individualização completa do "proletariado", isto é, impossibilita ou desestimula a reprodução isolada dos trabalhadores. Quais as razões por trás desta tendência à formação de unidades de reprodução social intermediárias?

Do ponto de vista dos acumuladores de capital, o problema principal da reprodução social por meio de comunidades é que ela reduz excessivamente a dependência dos produtores diretos em relação ao mercado de trabalho. Neste sentido, as comunidades reduzem a necessidade de seus que integrantes precisem recorrer aos empregos oferecidos pelas firmas capitalistas para garantir a própria sobrevivência. Segundo Wallerstein,

> The chief disadvantage (…) of the too large units was that the level of work-output required to ensure survival was too low. On the one hand, accumulators did not like this because it diminished pressure to enter the wage-labour market (1988b, p. 110).

A independência dos trabalhadores em relação ao mercado é garantida por meio de mecanismos de redistribuição da produção de que dispõe a comunidade, de forma a evitar que seus integrantes se vejam impedidos na tarefa de garantir a própria subsistência, principalmente em períodos de dificuldade. Isto torna os trabalhadores menos dependentes do trabalho nas firmas capitalistas, piorando as condições de mercado encontradas pelos capitalistas que compõem a demanda por trabalho ao promover a escassez e o encarecimento mão-de-obra. Já do ponto de vista dos produtores diretos, conforme avançam as relações capitalistas, o aumento da dependência do mercado diminui o incentivo da vida em comunidade, já que drena parte substancial dos rendimentos auferidos por meio do trabalho nas firmas, diminuindo as chances de sucesso das iniciativas voltadas à ascensão da posição seus integrantes na sociedade. Assim,

do ponto de vista da mobilidade social, "[p]ode-se 'mover' um domicílio. É muito difícil 'mover' uma comunidade" (1988b, p. 110).

No caso das unidades de reprodução social muito pequenas, o problema para os acumuladores de capital é o inverso. Neste caso, a sobrevivência de cada trabalhador torna-se excessivamente dependente dos recursos provenientes do trabalho nas firmas capitalistas. Isto ocorre, por um lado, em razão da menor disponibilidade de tempo dos trabalhadores para a realização de atividades básicas de subsistência, como a preparação de alimentos, a limpeza e o reparo da moradia e de seus utensílios e a criação dos filhos. Por outro, decorre do fato que a dissolução das comunidades envolve o desmantelamento da rede de obrigações mútuas de assistência que contribuiriam para compensar, ainda que parcialmente, a "falta de tempo" dos trabalhadores e de suas famílias. Por fim, a dependência dos trabalhadores em relação ao mercado aumenta também em razão da retirada de parte substancial dos meios de produção, isto é, de reprodução social, dos trabalhadores. Isto ocorre porque a acumulação de capital, ou seja, a concentração da propriedade nas mãos da classe capitalista, tem como contrapartida a desapropriação dos trabalhadores, com destaque para a expropriação da terra.

O funcionamento da economia-mundo capitalista leva, portanto, à formação de estruturas domiciliares de dimensão intermediária. Isto não quer dizer, contudo, que os domicílios sejam uma instituição rígida. Na verdade, é preciso que as fronteiras dos domicílios sejam relativamente maleáveis, de forma a permitir a renovação do processo de acumulação de capital. Vejamos agora as razões que se encontram por trás da determinação das fronteiras das estruturas domiciliares.

Do ponto de vista individual, cada capitalista anseia por encontrar uma força de trabalho que seja simultaneamente: variável no tempo, no espaço, e com o custo mais baixo possível. Uma força de trabalho variável no tempo significa, no limite, que os custos do trabalho devem estar diretamente atrelados à produção corrente, sem a necessidade de desembolsos com a manutenção de trabalhadores que não estejam sendo utilizados no momento. Significa também que deve sempre haver uma quantidade suficiente de força de trabalho acessível para uso imediato. Já o ideal de uma força de trabalho variável no espaço é atingido quando se torna possível ao capitalista individual realocar livremente seu capital exclusivamente a partir de considerações de custo, sem que ele seja "constrangido pela distribuição geográfica existente da força de trabalho mundial" (1988b, p. 108). Por fim, cada capitalista individual beneficia-se diretamente por conservar sob seu comando uma força de trabalho com o menor custo possível, possibilitando a expansão de seus lucros.

Ocorre que as necessidades que beneficiam os capitalistas individuais não necessariamente são compatíveis com os interesses da classe capitalista como um todo. Isto pode ser facilmente constatado quando se observa que a existência de uma força de trabalho de baixo custo beneficia os capitalistas individuais ao reduzir seus custos, mas ao mesmo reduz a demanda efetiva global que torna possível a venda de mercadorias, ameaçando a própria realização dos lucros. Ao mesmo tempo, a variabilidade no tempo e no espaço, ao diminuir o grau de responsabilidade dos capitalistas individuais em relação aos trabalhadores que dele mais dependem para obter seus rendimentos, prejudica a própria capacidade de reprodução da força de trabalho ao longo do tempo. Em resumo, "cada uma destas preferências às quais os empreendedores individuais precisam aderir, (...) sob pena de sua eliminação da arena econômica via falência (...), entra em contradição parcial com os interesses dos acumuladores de capital como classe mundial" (1988b, p. 108).

Do ponto de vista da classe capitalista mundial, portanto, é necessário que seja garantida a reprodução continuada de uma força de trabalho compatível com o nível mundial de produção. Paralelamente, é preciso garantir que esta força de trabalho mundial não se organize de maneira a ameaçar seriamente o funcionamento do sistema. Para atender a estes objetivos, a classe capitalista é forçada a implementar certos tipos de redistribuição de recursos para assegurar tanto um nível de demanda efetiva global adequado, quanto a reprodução de longo prazo da força de trabalho a nível sistêmico. Por fim, para combater as ameaças potenciais de uma força de trabalho altamente organizada, é necessário também investir recursos na implementação de mecanismos de defesa política de dissuasão, o que envolve o repasse de parte do excedente produzido a quadros intermediários cuja função primordial é justamente reforçar a ordem sistêmica (1988b, p. 108-109). Como veremos, a distribuição espacial das iniciativas que visam a redução do custo do trabalho e daquelas que implicam a redistribuição parcial da riqueza varia conforme o tipo de processo produtivo que vigora numa determinada região da economia-mundo capitalista, isto é, conforme se trate de uma região mais central ou mais periférica.

Para que o capitalismo possa sobreviver a longo prazo, portanto, é necessário que os interesses parcialmente contraditórios dos capitalistas individuais e da classe capitalista mundial em relação à força de trabalho sejam conciliados de alguma forma a nível sistêmico. Em outras palavras, é necessário que seja disponibilizada uma força de trabalho variável no tempo e no espaço, mas não de maneira tão volátil que ameace a subsistência e a reprodução da classe trabalhadora como um todo. Da mesma forma, a realização dos lucros e a acumulação de capital dependem diretamente da redução dos custos do trabalho, mas não de tal forma que

seja posta em xeque quer a sobrevivência dos trabalhadores, quer a adesão mínima deles às regras básicas de funcionamento do sistema. Mais uma vez, a instituição fundamental que permite alcançar tal compromisso entre o ímpeto de maximização da exploração do trabalho e a necessidade absoluta de garantir uma oferta de trabalho adequada no longo prazo é dada justamente pelas estruturas domiciliares. Nas palavras de Wallerstein,

> The contradictory needs of entrepreneurs as individuals and entrepreneurs as a class can best be reconciled if the determinants of labour-force supply have a molasses-like consistency: the institutions ooze (that is, they respond flexibly to various pressures of the "market") but they ooze slowly. The "household" as it has historically developed under capitalism seems to have precisely this character. Its boundaries are malleable but have none the less a short-term firmness embedded in both economic self-interest and the social psychology of its members (1988b, p. 109).

Historicamente, a maleabilidade parcial das fronteiras domiciliares assumiu diversas formas, dentre as quais pode-se destacar duas: a criação de uma força de trabalho parcialmente assalariada e a estratificação da classe trabalhadora.

Dissemos no início desta seção que o trabalho assalariado não representa a forma exclusiva, e muitas vezes nem mesmo a forma predominante de envolvimento dos trabalhadores nas atividades da economia-mundo. Do ponto de vista da classe capitalista, o sistema de salários não se generaliza completamente porque este é o tipo de relação de produção que normalmente implica custos de produção frente a outras formas de compensação do trabalho. Nas palavras de Wallerstein,

> Economically, I think it can be said, for all labour processes that can be supervised simply (that is, at minimal cost), wage labour is probably the most highly paid of the forms of labour. And therefore wherever possible, the receiver of surplus-value would prefer not to relate to the producer as a wage-earner but as something else (…).
> Since wages are a relatively costly mode of labour from the point of view of the bourgeoisie, it is easy to understand why wage labour has never been the exclusive, and until relatively recently not even the principal, form of labour in the capitalist world-economy (1988a, p. 121).

Isto não quer dizer, contudo, que a utilização de trabalho assalariado seja sempre desvantajosa para os capitalistas. No caso de processos de produção que envolvem custos elevados de supervisão, a relação de custo-benefício pode pender a favor do aumento da remuneração do trabalho, caso isto evite um aumento ainda maior dos gastos com o seu monitoramento. Os custos de supervisão crescem diretamente com os riscos envolvidos no processo, os quais aumentam de acordo com a quantidade de capital investido numa atividade qualquer. Por isso, processos mais capital-intensivos tendem a estar relacionados a uma maior

proporção de assalariamento, bem como a nível de remuneração médio mais elevado. Imaginemos, por exemplo, uma firma de grandes dimensões dedicada com grande demanda por trabalho qualificado. Neste caso, gargalos produtivos resultantes seja da negligência, seja da relutância dos produtores diretos, podem ser eliminados de maneira mais eficiente pela simples "cooptação" de trabalhadores mais bem recompensados, minimizando o dispêndio de recursos em esquemas de vigilância dispendiosos, seja na contratação de uma miríade de capatazes, seja para a instalação de equipamentos de alto custo que cumpram esta função. De acordo com Wallerstein, "a forma mais fácil de fazer isto se dá por meio dos salários e esta é a origem histórica (e presente) do sistema de salários" (1988a, p. 121).

Em termos gerais, para Wallerstein o modo de controle do trabalho varia conforme as condições específicas encontradas pelos capitalistas em suas atividades, tanto no que se refere às condições técnicas de produção, quanto às condições sociais. Isto quer dizer que as unidades produtivas e caixas distintas pertencentes às cadeias de mercadorias podem recorrer a formas de remuneração distintas a depender da alternativa que mais contribui para a maximização dos lucros e a acumulação de capital. Significa também que as formas de domínio sobre o trabalho podem assumir aspectos distintos, permitindo a existência simultânea de focos de trabalho "livre" e de trabalho forçado conforme as circunstâncias. Em outras palavras o objetivo da acumulação de capital pode ser garantindo através do enquadramento e da sujeição do trabalho seja por meio de mecanismos "econômicos", seja por meios "políticos", admitindo variações[58] no "degree to which performing the role in a particular fashion is accepted by the worker under the pressures of the market (which we cynically call 'free' labour) or because of the exigencies of some political machinery (which we more frankly call 'forced' or 'coerced' labour)" (1988a, p. 120). Por isso, no interior de uma mesma cadeia de mercadorias é possível encontrar unidades produtivas e caixas onde predominam, por exemplo, o trabalho escravo, o trabalho doméstico assalariado, e o trabalho industrial, de forma sequencial ou alternativa.

O tipo de trabalho exercido pelos produtores diretos pode variar não só entre os elos das cadeias produtivas, mas também no interior dos próprios domicílios. Vimos que, do ponto de vista dos acumuladores, a contratação de trabalhadores inteiramente dependentes da remuneração adquirida por meio do trabalho nas firmas capitalistas implica num aumento indesejável dos custos de produção. Vimos também que é possível mitigar estes gastos diluindo

[58] Considerações semelhantes podem ser feitas a respeito da duração do contrato de trabalho, que pode durar de uma hora a uma vida inteira, bem como sobre a capacidade de transferência do trabalho entre capitalistas distintos com ou sem o assentimento do produtor direto.

o custo de reprodução dos trabalhadores entre os diversos integrantes do domicílio. Wallerstein aborda este tema na seguinte passagem,

> Whenever wage-labor constitutes a substantial component of household income, there is necessarily a floor for how much the wage-earner can be paid. It must be an amount that represents at least a proportionate share of the reproduction costs of the household. This is what we can think of as na absolute minimum wage. If, however, the wage-earner is ensconced in a household that is only semiproletarian, the wage-earner can be paid a wage below the absolute minimum wage, without necessarily endangering the survival of the household. The difference can be made up by additional income provided from other sources and usually by other members of the household. What we see happening in such cases is that the other producers of income in the household are in effect transferring surplus-value to the employer of the wage-earner over and above whatever surplus-value the wage -earner himself is transferring, by permitting the employer to pay less than the absolute minimum wage (2004, p. 35).

Este padrão resulta na formação de domicílios que quase sempre dependem de algum trabalho assalariado em firmas capitalistas, mas que quase nunca dependem só dele. Assim, no decorrer da duração da economia-mundo capitalista "o modo de remuneração de cada domicílio individual virtualmente sempre foi aquele do trabalho assalariado 'parcial'" (1988h, p. 109).

A redução dos custos dos capitalistas torna-se tanto mais importante quanto mais competitivo é ambiente de mercado por eles enfrentado. Isto gera uma pressão não só para a redução dos custos do trabalho assalariado, mas também para a redução da proporção de trabalho de tipo assalariado contratado pelas firmas. Paralelamente, gera uma pressão maior para que estes custos sejam mitigados por meio da atuação dos domicílios, o que envolve geralmente não só um maior engajamento de seus integrantes em atividades não-assalariadas de compensação, mas também um aumento do tamanho médio dos domicílios.

Paralelamente, vimos que a contratação de trabalho assalariado torna-se mais atrativa quanto mais aumentam os custos potenciais de vigilância, isto é, quanto maiores os riscos representados por interrupções indesejadas do processo de produção. Isto ocorre justamente no caso de processos monopolítisticos, capital-intensivos e que envolvem trabalho qualificado. Nestes casos, o nível dos salários e a proporção do assalariamento dos produtores diretos tende a aumentar, reduzindo a necessidade da formação de domicílios relativamente grandes investidos em atitividades não-assalariadas. Em conjunto, todas estas forças dão origem à formação de dois tipos de domicílios de trabalho assalariado parcial, conforme a proporção dos salários seja maior ou menor que a metade dos rendimentos totais do domicílio. Wallerstein batiza estas duas categorias de domicílios proletários e semi-proletários. De forma geral, pode-

se dizer que os domicílios proletários tendem a ser mais frequentes nas regiões centrais, enquanto nas regiões periféricas é muito mais comum a presença de domicílios semi-proletários.

Se por um lado Wallerstein argumenta que o trabalho assalariado "livre" grande parte das vezes não é a melhor opção à disposição dos capitalistas, nem o traço definidor do "modo de produção" capitalista em geral, por outro o autor defende que a evolução da economia-mundo gera uma tendência lenta, mas firme, à proletarização da força de trabalho, isto é ao aumento da proporção do assalariamento da mão-de-obra em relação aos demais tipos de trabalho. Como isto é possível? A resposta é que proletarização resulta de duas forças distintas. Em primeiro lugar, como vimos, as necessidades da classe capitalista muitas vezes diferem dos interesses dos capitalistas individuais. Neste caso, a necessidade de garantir um nível de demanda efetiva compatível com o nível de produção do ponto de vista sistêmico gera um estímulo para a expansão da proletarização. Mas a proletarização resulta também da pressão exercida pelos próprios trabalhadores. Isto ocorre justamente porque o trabalho assalariado "livre" normalmente garante um maior nível de rendimento e de garantias frente às demais alternativas de trabalho, isto é "wage-workers themselves (...) seek to be 'proletarianized', because that in effect means being better paid" (2004, p. 35).

A estratificação da força de trabalho baseia-se em dois ímpetos aparentemente contraditórios, mas que na prática se combinam para proporcionar a maximização da acumulação de capital. De um lado, é estabelecida uma segmentação de diferentes tipos de domicílios, e de seus integrantes dentro de cada um deles, com base em critérios particularistas de etnicidade, gênero e idade. Ao mesmo tempo, este processo de hierarquização é parcialmente contrabalançado pelo princípio universalista representado pela ideologia de "oportunidades iguais" e da "meritocracia". Estas duas forças revelam "uma tensão subjacente entre a legitimação ideológica contínua do universalismo no mundo moderno e a realidade contínua (tanto material quanto ideológica) do racismo e do sexismo neste mesmo mundo" (1988h, p. 29). Na prática, o resultado é a persistência de uma desigualdade no seio da classe trabalhadora que se expressa, por exemplo, no diferencial de salários verificado ao longo de toda a existência da economia-mundo capitalista.

A compatibilidade parcial entre a ideologia universalista e o funcionamento da economia-mundo capitalista pode ser explicada da seguinte maneira: a acumulação de capital tende a produzir a mercadorização de todas as coisas, já que, para que se torne objeto de lucro, os mais diversos recursos devem ser primeiramente disponibilizadas no mercado, isto é, tornar-se mercadorias, incluindo o trabalho e a terra. Para além disso, na medida em que dependa do

"livre" fluxo de mercadorias, a acumulação de capital exige que o valor de mercado seja considerado o critério de legitimidade fundamental das relações sociais estabelecidas entre seus agentes, especialmente das relações de troca comercial. Neste sentido, na medida em que tende a restringir a mercadorização de todas as coisas sobre a qual se assenta a acumulação de capital, os diversos tipos de particularismos constituiriam empecilhos ao funcionamento da economia-mundo e deveriam, portanto, ser eliminados. Isto se aplica tanto a relações de propriedade tradicionais, quanto a valores e costumes "arcaicos".

Por outro lado, sabemos também que a total liberdade do fluxo de mercadorias não é desejável do ponto de vista dos acumuladores, porque o livre acesso ao mercado implica um maior nível de competição, e portanto, em menores lucros. Do mesmo modo, a radicalização do valor de mercado implica igualmente uma tendência à troca de equivalentes, prejudicando o aumento da lucratividade via trocas desiguais. Por isso, a plena mercadorização de todas as coisas não pode ser completada, nem os particularismos totalmente eliminados. Fazê-lo significaria abrir mão dos nichos monopolísticos que constituem o único modelo de negócios capaz de gerar lucros não desprezíveis, necessários à acumulação de capital. Assim, percebe-se como a acumulação de capital ao mesmo tempo exige e afasta a plena mercadorização, e por isso promove simultaneamente o universalismo e o particularismo, o que no caso da força de trabalho se traduz na tendência ao racismo e ao sexismo.

O racismo beneficia os acumuladores de capital das diversas regiões do sistema ao fornecer uma base não-meritocrática de justificação da desigualdade. Na prática, ele "permite uma compensação muito mais baixa a um grande segmento da força de trabalho do que jamais seria justificado em termos de mérito" (1988h, p.34). Além disso, ele permite a expansão e a contração da força de trabalho disponível "para ocupar os papéis econômicos mais mal pagos e menos recompensadores, de acordo com as necessidades correntes" (1988h, p. 34). Daí a necessidade de que a etnização seja sempre passível de reconstrução ao longo do tempo, isto é, assuma um caráter parcialmente flexível. A questão do racismo é abordada por Wallerstein na seguinte passagem,

> Racism operationally has taken the form of what might be called the 'ethnicization' of the work force, by whch I mean that at all times there has existed an occupational-reward hierarchy that has tended to be correlated with some so-called social criteria. But while the pattern of ethnicization has been constant, the details have varied from place to place and time to time, according to what part of the human genetic and social pools were located in a particular time and place and what the hierarchical needs of the economy were at that time and place (1988h, p. 33).

No trecho seguinte, o autor deixa clara a ligação entre a estratificação da força de trabalho e a maleabilidade das fronteiras do domicílio:

> That is to say, racism has always combined claims based on continuity with the past (genetic and/or social) with a present-orientated flexibility in defining the exact boundaries of these reified entities we call races or ethno-national-religious groupings. The flexibility of claiming a link with the boundaries of the past combined with the constant redrawing of these boundaries in the present takes the form of the creation and constant re-creation of racial and/or ethno-national-religious groups or communities. They are always there and always ranked hierarchically, but they are not always exactly the same. Some groups can be mobile in the ranking system; some groups can disappear or combine with others; while still others break apart and new ones are born. But there are always some who are 'niggers'. If there are no Blacks or too few to play the role, one can invent ‘White niggers’. (1988h, p. 33-34).

Aqui fica claro que o racismo não se resume à simples xenofobia, ou aos sentimentos de medo e de ódio que a acompanham. Pois, no caso da economia-mundo capitalista, a função principal do racismo não é a de excluir ou eliminar aqueles considerados socialmente inferiores, mas incluí-los de maneira subordinada, como mão-de-obra dócil e barata, o que não só reduz o custo do trabalho, mas estratifica a classe trabalhadora, dificultando inciativas de organização abrangentes.

Tal como o racismo, o sexismo também contribui para proporcionar o barateamento geral do custo do trabalho para a classe capitalista, o que torna ambas estas formas de particularismo semelhantes neste aspecto. Mas a forma específica por meio da qual cada um deles contribui para a acumulação de capital é diferente. Neste sentido, enquanto a etnização da força de trabalho promove o rebaixamento dos salários de grande parte dos integrantes da força de trabalho, o sexismo constitui um mecanismo por meio do qual “induzimos mulheres – e os jovens e os idosos – a trabalhar para criar excedente (*surplus-value*) para os proprietários de capital, que não pagam nada por ele, (...) proclamando que seu trabalho é na verdade não-trabalho” (1988h, p. 35). Assim, o trabalho não-pago realizado pelos integrantes do domicílio, bem como demais formas de trabalho não-assalariado, “‘compensa’ a baixeza do trabalho assalariado e, portanto, representa na verdade um subsídio indireto aos empregadores de trabalho assalariado destes domicílios” (1988h, p. 34). O edaísmo (*ageism*) segue a mesma lógica do sexismo, de forma que “assim como fingimos que o trabalho da dona-de-casa não está criando excedente, também fingimos que as diversas contribuições dos jovens e idosos também não o fazem” (1988h, p. 35).

Para que cumpram sua função, tanto o racismo quanto o sexismo devem ser reproduzidos ao longo do tempo, isto é, devem ser ensinados, aprendidos e incorporados pelas

sucessivas gerações de agentes que ocupam os diversos papeis da economia-mundo capitalista. Neste sentido, é importante destacar que além de garantir a reprodução social dos trabalhadores por meio da reunião de seus rendimentos, os domicílios representam também as agências primordiais de socialização e adequação das pessoas às normas que regem a economia-mundo capitalista. É por meio deles que incorporamos a cultura que nos define, isto é, a identidade que assumimos e o *status* que ocupamos. Em uma palavra, é através deles que ocorre a etnização da força de trabalho, por meio da qual aprendemos

> how to relate to the work world and to the state. We are taught to be more (or less) "industrious". We are taught to be oriented to "upward mobility" or to accept our "place". We are taught to be more submissive to the state ("law-abiding") or more intransigent (individual "independence" or collective "rebelliousness"). We are taught to be more or less self-denying, more or less self-indulgent. We are taught to define inter-community obligations narrowly or broadly (1992, p. 19-20).

Há outras instituições complementares no processo de socialização, como agências estatais, em especial escolas e exércitos, bem como instituições religiosas e midiáticas. No entanto, de acordo com Wallerstein "nenhuma destas chegam perto dos domicílios em impacto concreto" (2004, p. 34). Além disso, como uma formação explicitamente hierarquizadora viola o princípio universalista da igualdade de todos perante a lei, o estado e o sistema escolar são pressionados a recusar este papel, relegando-o primordialmente aos domicílios. Nas palavras de Wallerstein,

> There seem to be various advantages to the ethnicization of occupational categories. Different kinds of relations of production, we may assume, require different kinds of normal behavior by the work force. Since this behavior is not in fact genetically determined, it must be taught. Work forces need to be socialized into reasonably specific sets of attitudes. The 'culture' of an ethnic group is precisely the set of rules into which parents belonging to that ethnic group are pressured to socialize their children. The state or the school system can do this of course. But they usually seek to avoid performing that particularistic function alone or too overtly, since it violates the concept of 'national' equality for them to do so. Those few states willing to avow such a violation are under constant pressure to renounce the violation. But 'ethnic groups' not only may socialize their respective members differently from each other; it is the very definition of ethnic groups that they , socialize in a particular manner. Thus what is illegitimate for the state to do comes in by the rear window as 'voluntary' group behavior defending a social 'identity'. This therefore provides a legitimation to the hierarchical reality of capitalism that does not offend the formal equality before the law which is one of its avowed political premisses (1988g, p. 84-85).

Obviamente, isto não quer dizer que instituições como o estado, a igreja e a mídia não sejam importantes, já que a maneira como os domicílios socializam seus membros depende

em grande medida de como estas instituições ajudam a enquadrar a própria forma de percepção dos problemas enfrentados pelos domicílios (2004, p. 37).

O ideal do ponto de vista dos que ocupam o topo da escala de poder e riqueza de qualquer sistema social é que o processo de socialização resulte na internalização dos mitos, da retórica e da teorização do sistema, promovendo a aceitação de suas hierarquias constitutivas. No caso da economia-mundo capitalista não é diferente, e daí a importância universal conferida à formação de cidadãos (obedientes) e trabalhadores (dóceis). Obviamente, o processo de internalização e aceitação encontra focos de resistência, já que os domicílios também socializam seus membros para a rebelião, o retiro e a contestação. Do ponto de vista da continuidade do sistema, entretanto, tudo o que é necessário é que este tipo de socialização negativa não assuma proporções muito elevadas, desestabilizando o equilíbrio relativo em ele se fundamenta (2004, p. 37).

Por fim, cabe fazer alguns comentários sobre como os domicílios são afetados pelo funcionamento das cadeias de mercadorias que integram divisão do trabalho, e dos estados que compõem o sistema interestatal da economia-mundo capitalista.

Do ponto de vista econômico, os domicílios são afetados pelos ciclos rítmicos e tendências seculares característicos da evolução da economia-mundo. Em relação aos ciclos ritmicos Wallerstein comenta,

> (…) both the cyclical rhythms and the secular trends of the capitalist world-economy should affect the modal boundaries of household structures. The cyclical rhythms — the expansions and contractions of the world-economy - should lead to a shifting rhythm of modal household composition. Periods of expansion should see a shift in the direction of relatively greater wage dependence and relatively narrower boundaries of inclusion, while periods of stagnation should see a shift in the reverse direction. Obviously, we are talking only of shifts and not sudden and complete transformation. And obviously too this will vary according to the degree to which particular sub-areas benefit from or are hurt by the global rhythms (1992, p. 16).

Já no que diz respeito às tendências seculares, a mais importante aqui é a tendência à proletarização, que por sua vez leva à adequação das estruturas domiciliares a padrões mais consonantes com uma maior dependência de salários.

Do ponto de vista político, o estado afeta os domicílios tanto através de impostos e subsídios, quanto por meio de sua legislação. Nas palavras de Wallerstein,

> There are other forces which are more direct, more immediate, and more imperious. We tend to call such forces "political" and to locate them primarily in the state machinery-or rather in the multiple levels and forms of state machinery: laws and policies which direct households about a large number of possibilities and issues

> which determine their composition; possibilities and requirements of coresidence; financial and legal responsibilities, fiscal obligations; right to physical movement; constraints on the physical location of economic activities; rules concerning hours and remuneration of work; rules about market behavior; eligibility for transfer income (1992, p. 17).

São vários os motivos que podem estar por trás das medidas específicas do estado que afetam os domicílios. Uma das mais importantes, que afeta a própria posição do estado no interior do sistema interestatal, refere-se à situação financeira de sua economia nacional e dos recursos públicos, expressas respectivamente na situação de seu balanço de pagamentos e do balanço fiscal das autoridades públicas. Por fim, o estado também pode tomar medidas no sentido de assegurar um ambiente de negócios atrativo para grandes industrias. Apresentadas as principais características sobre as estruturas domiciliares, podemos nos dirigir às conclusões da seção, chamando atenção para a relação entre esta instituição, a modernização e a unidade de análise.

As estruturas domiciliares ajudam a entender como a exploração do trabalho funciona na economia-mundo capitalista. Aqui, Wallerstein chama atenção para a apropriação indireta de recursos por parte da classe capitalista empreendida por meio do trabalho não-assalariado, como o trabalho de subsistência e o trabalho feminino não-pago. Por meio de sua discussão, Wallerstein procura apontar a interdependência entre o trabalho normalmente associado às relações de produção capitalistas, aquele realizado pelo proletariado industrial, e aquele atribuído às relações de produção pré-capitalistas ou sociedades tradicionais, como a produção de alimentos e o trabalho do *lumpenproletariado*. A discussão de Wallerstein sobre as estruturas domiciliares é parte essencial de seu argumento sobre a pauperização absoluta, que por sua vez é a base da visão de mundo negativa do autor sobre a modernização. As instituições abordadas nesta seção compõem o núcleo da estrutura da economia-mundo capitalista. A seguir, abordaremos os aspectos ligados a sua dinâmica, os quais encontram-se na base da interpretação do autor sobre a crise do capitalismo e a crise do liberalismo que as acompanha.

3.6 A DINÂMICA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

3.6.1 CICLOS RÍTMICOS DA ECONOMIA-MUNDO

Ciclos econômicos

A economia-mundo capitalista é definida não só por seu conjunto de instituições, mas também por possuir sua dinâmica característica, cujo funcionamento se expressa através de ciclos rítmicos e tendências seculares. Os ciclos rítmicos são compostos por fases alternadas de expansão e estagnação as quais podem ser verificadas empiricamente por meio indicadores diversos, como por exemplo, através das variações quantitativas dos índices de produção, comércio, nível de preços, lucros, de salários, etc. Mas também é possível encontrar evidências do funcionamento dos ciclos em padrões alternados de caráter qualitativo, expressos em fases de predominância de técnicas trabalho-intensivas *versus* capital-intensivas, de concentração das atividades produtivas em regiões urbanas *versus* rurais, bem como de realocações de processos produtivos entre centro e periferia. Os ciclos são tão regulares e tão fundamentais à dinâmica da economia-mundo que chegam a ser comparados por Wallerstein ao mecanismo de respiração dos organismos vivos[59] (1987, p. 766; 1995, p. 34).

A discussão sobre os ciclos está presente em praticamente todas as discussões teóricas de Wallerstein. Em quase todas elas, porém, o autor limita-se a apresentar de forma narrativa os principais pontos de evolução dos ciclos. Em seu livro *World-system Analisys*: *theory and methodology*, porém, publicado em 1982 e escrito em parceria com Hopkins, o autor propõe um esboço de modelo para explicar as flutuações cíclicas da economia-mundo capitalista. Nele, uma das preocupações do autor é destacar a dinâmica das relações estabelecidas entre centro e periferia. Utilizaremos este modelo como base para apresentar a discussão dos ciclos ritmicos, por seu caráter mais sistematizado e relativamente simples. É

[59] Apesar de sua regularidade e importância, contudo, os ciclos não são simétricos, nem equivalentes entre si. Pelo contrário, "the expansion and contraction (or the phases of alternance) need not be even, to be. The unevenness is not only quantitative (how or contraction of volume of production, for example) (how long each phase) and spatial (the degree to description of a phase applies equally to each zone of the world-economy or shows systematically inverse patterns). All of this may add up to qualitative differences between successive cycles. Furthermore, there is no presumption of regularity (the same unevenness in each successive "cycle"). It may be wondered, with so many caveats, how much of a pattern remains. But here, as with all statistical has to enter substantive judgements about the shape the degree of dispersion" (1987, p. 767).

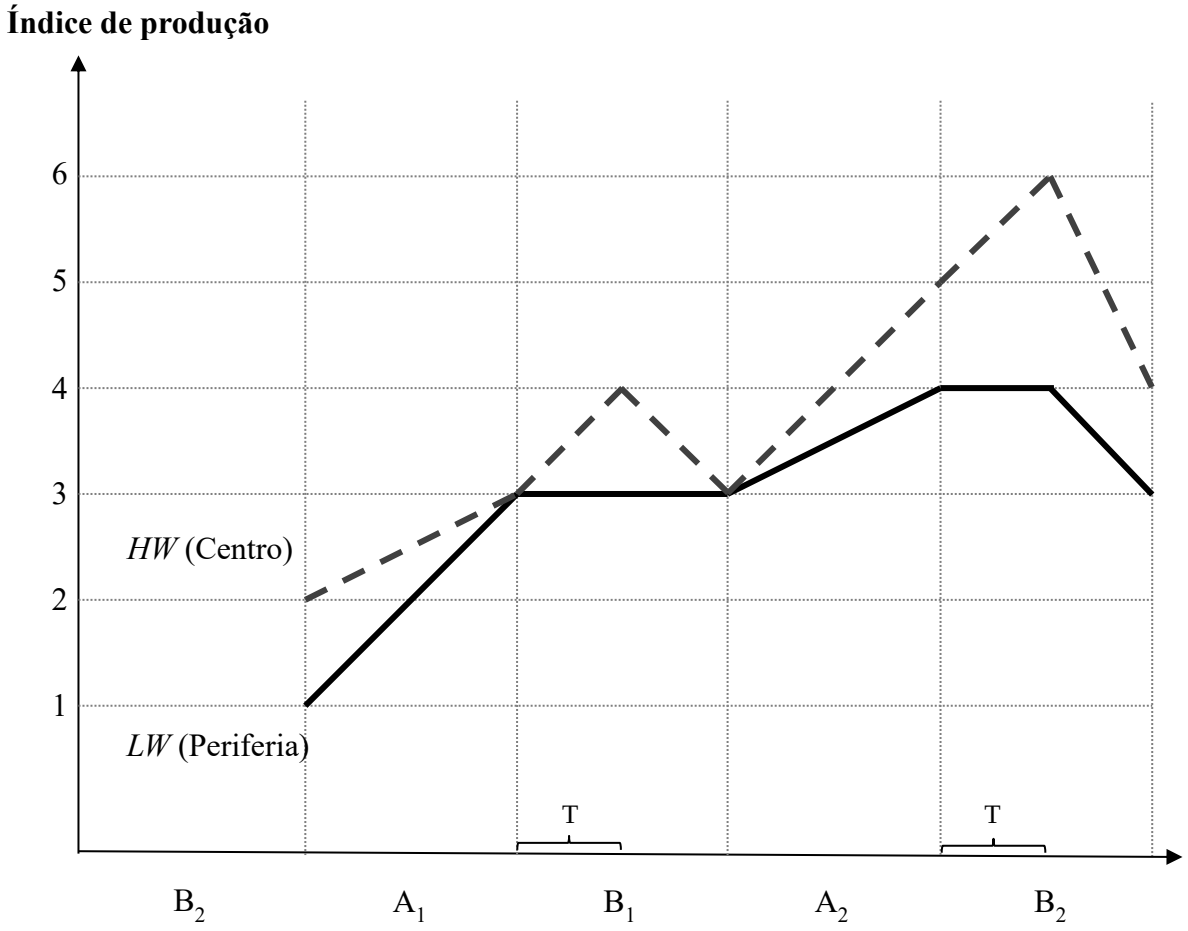
preciso ressaltar, contudo, que a discussão não representa uma "teoria fechada" a respeito do assunto, mas apenas um ponto de partida e de apoio, constantemente comparado e adequado em face de evidências empíricas. Apesar, disto, o modelo retém boa parte das teses defendidas por Wallerstein ao longo de sua trajetória como estudioso dos sistemas-mundo, representando um ponto de partida para a introdução do debate.

No modelo dos ciclos rítmicos de Wallerstein, baseado na existência de uma economia-mundo composta por duas regiões, uma central e outra periférica, o as separa é a diferença de salários que persiste entre as duas. Assim, o centro é caracterizado pela prevalência de altos salários (*high wages = HL*), enquanto na periferia vigoram baixos salários[60] (*low wages = LW*).

Cada uma das regiões produz um tipo de mercadoria. O centro produz mercadorias de altos salários (*high-wage commodities*), enquanto a periferia produz mercadorias de baixos salários (*low-wage commodities*) A dinâmica do modelo é função da lucratividade relativa de cada uma das regiões, a qual por sua vez altera as relações de oferta (*supply = S*) e demanda (*demand = D*) das mercadorias de altos e baixos salários, isto é, produzidas no centro e na periferia. A expressão D_{LW} representa a demanda por bens de baixos salários, e S_{LW} a oferta. Análogamente, D_{HW} representa a demanda por bens de altos salários, sendo a oferta representada por S_{HW}. Mostraremos a seguir uma representação gráfica do modelo, para na sequência explicar seu funcionamento:

[60] Note-se aqui a ausência da inclusão das regiões semiperiféricas no modelo, o que desde já deixa evidente seu caráter incompleto, mais condizente com um esboço do que com uma teoria acabada.

GRÁFICO 2 – Evolução cíclica da economia-mundo a partir das relações centro-periferia



Fonte: *World-system analysis: theory and methodology* (1982, p. 115).

O modelo representa uma rodada completa de um ciclo econômico caractertístico da economia-mundo. Por se tratar de um ciclo que deve dar conta não apenas da evolução econômica global do sistema, mas também dos resultados específicos a cada uma das duas regiões, Wallerstein considera mais apropriado dividi-lo não apenas em duas etapas, expansão geral (fases-A) e estagnação (fases-B), mas sim em dois pares de fases A-B.

No período A_1, tanto a demanda por mercadorias de baixos salários (D_{LW}) quanto a demanda por bens de altos salários (D_{HW}) são maiores que suas respectivas ofertas, S_{LW} e S_{HW}, o que estimula o aumento da produção em ambas as regiões. Podemos representar esta condição da seguinte maneira:

$D_{HW} > S_{HW}$

$D_{LW} > S_{LW}$

O aumento da produção tanto no centro quanto na periferia tende a promover uma escassez relativa de matérias primas, aumentando sua demanda e melhorando os termos de troca a seu favor. Em razão disso, ao longo do período A_1 a produção de mercadorias de baixos salários cresce mais rapidamente que aquela de altos salários. Por isso, o índice de produção de mercadorias de baixos salários aumenta em 2 pontos, enquanto o de mercadorias de altos salários cresce apenas 1. No início do período B_1, o índice de produção de mercadorias de baixos salários e mercadorias de altos salários se iguala, isto é,

$D_{LW} = (f)D_{HW}$,

onde (f) representa a demanda efetiva mundial. Wallerstein pressupõe que a produção de mercadorias de baixos salários aumenta rapidamente, o que faz com que em pouco tempo a oferta ultrapasse a demanda. A partir deste ponto, os termos de troca se igualam. Ao mesmo tempo, o autor assume que a demanda por mercadorias de altos salários iguala sua oferta, o que faz com que o investimento se estabilize.

$D_{LW} < S_{LW}$
$D_{HW} = S_{HW}$

No período B_1, ocorre aumento do desemprego devido ao aumento da prudência dos empresários resultante do quadro menos favorável. Aumenta também a capacidade ociosa da indústria, primordialmente naquelas ligadas a mercadorias de altos salários. A piora das condições da classe trabalhadora levam a um acirramento da luta de classes, que no fim das contas cera uma redistribuição da renda mundial a seu favor, criando espaço para um novo aumento da demanda, dando início à próxima fase do ciclo.

Ao longo do período A_2, ocorre uma expansão tanto de D_{HW} quanto de D_{LW}. Contudo, como a elasticidade-renda da demanda por mercadorias *HW* é maior que no caso das mercadorias *LW*, então D_{HW} cresce mais rapidamente que D_{LW}. Agora, os termos de troca se invertem e passam a favorecer as mercadorias *HW*. Do lado da oferta, temos que S_{HW} cresce mais rapidamente que S_{LW}, resultando ao fim do período numa situação em que

$D_{HW} < S_{HW}$
$D_{LW} > S_{LW}$

Aqui se inicia o período B_2, no qual ainda continua a prevalecer um aumento da produção, mas agora com o objetivo de evitar a queda dos lucros totais. Há também uma pressão renovada para a redução de salários. É então que se verifica uma quebra, expressa na redução da produção tanto de *HW* quanto de *LW*, mostrando-se contundo mais acentuada no caso da produção de mercadorias de altos salários. Termina o período B_2 e volta-se à fase A_1 do ciclo.

Os períodos B_1 e B_2 são fases em que as indústrias de mercadorias *HW* tendem a se mudar de localização para reduzir seus custos de produção e evitar uma queda acentuada dos lucros, o que gera uma pressão para a transferência de atividades produtivas do centro para a semiperiferia. Além disso, pode ocorrer a transferência de indústrias *LW* de regiões periféricas para o centro ou a periferia, em razão da redução do investimento em mercadorias *HW*. Por isso, as fases-B tendem a estar ligadas à redução da especialização produtiva a nível sistêmico, enquanto as fases-A são momentos de aumento da especialização. Estes são os principais pontos de discussão a respeito dos ciclos econômicos.

A discussão sobre os ciclos econômicos de Wallerstein refere-se ao caráter sistêmico da economia-mundo capitalista, isto é, a seu aspecto estrutural. Por meio dela, o autor busca chamar atenção para o caráter constitutivo da interdependência entre centro e periferia. O caráter relacional dos pólos representados por centro e periferia estão na base dos argumentos ligados à troca desigual. Estão também ligados à tentativa de combater a visão de mundo intrinsecamente positiva associada às teorias da modernização, ao mostrar como desenvolvimento e subdesenvolvimento encontram-se intimamente associados. Façamos agora uma breve apresentação dos ciclos políticos ou hegemônicos.

Ciclos hegemônicos

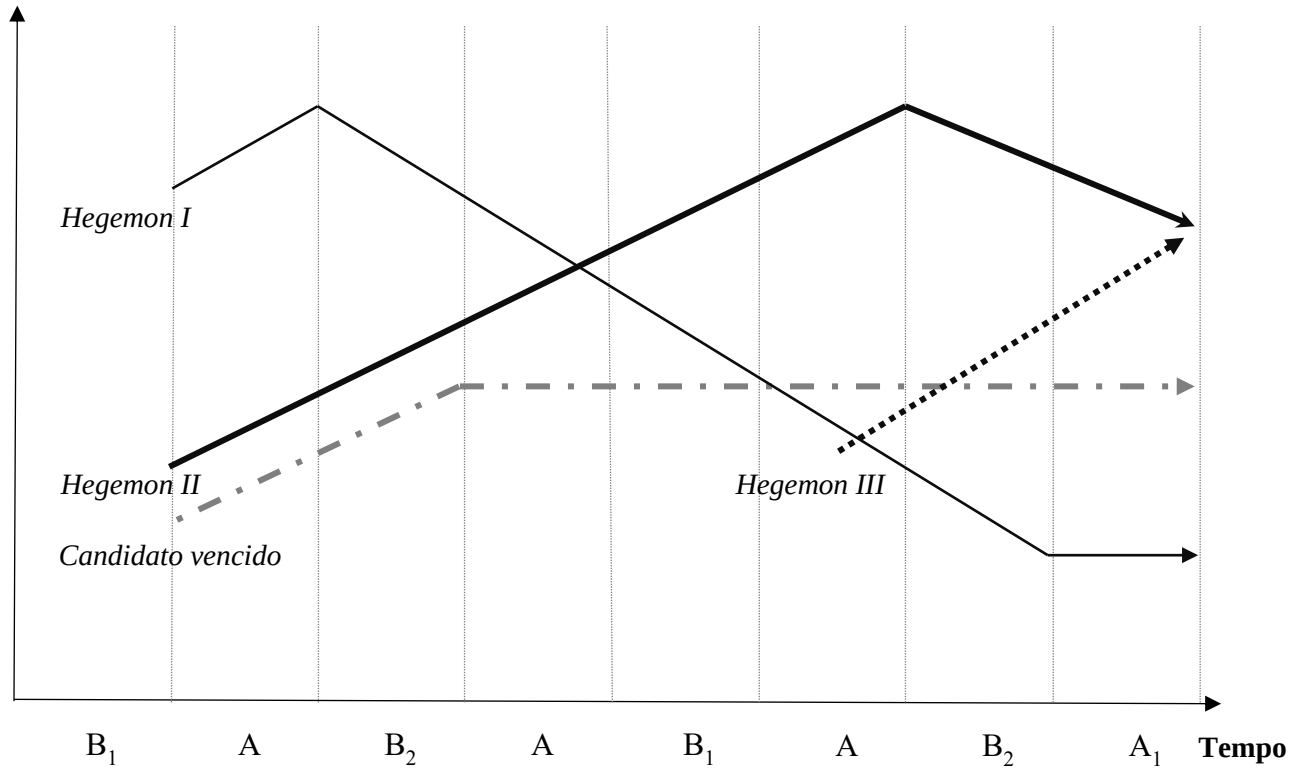
Ao abordar o sistema interestatal, foi visto que seu funcionamento baseia-se na "relação entre poderes centrais e em sua habilidade de controlar áreas periféricas" (1982, p. 116). Neste contexto, foram apresentadas duas situações distintas que representam os estados possíveis do sistema interestatal num dado momento: a rivalidade, que prevalece quando nenhuma das potências centrais tem uma vantagem substancial em relação às demais, e a hegemonia, que tem lugar quando uma delas supera todas as outras em termos de eficiência produtiva, seja no campo comercial, seja industrial ou financeiro. A força militar, como vimos, embora importante, também faz parte deste quadro, mas não representa uma condição inicial necessária à conquista da posição hegemônica. Falta agora mostrar como estes diferentes quadros transcorrem no tempo, isto é, como ocorrem os ciclos hegemônicos. De forma análoga

à evolução da economia-mundo, Wallerstein identifica quatro períodos sucessivos em termos das características do sistema interestatal (1982, p. 116):

A_1: ascensão hegemônica – conflito agudo entre rivais pela sucessão
B_1: vitória hegemônica – "nova" potência ultrapassa "antiga" potência em declínio
A_2: maturidade hegemônica – verdadeira hegemonia
B_2: declínio hegemônico – conflito agudo do "antigo" poder com seus sucessores"

É possível representar graficamente um ciclo hegemônico típico da seguinte forma:

GRÁFICO 3 – Representação genérica dos ciclos hegemônicos



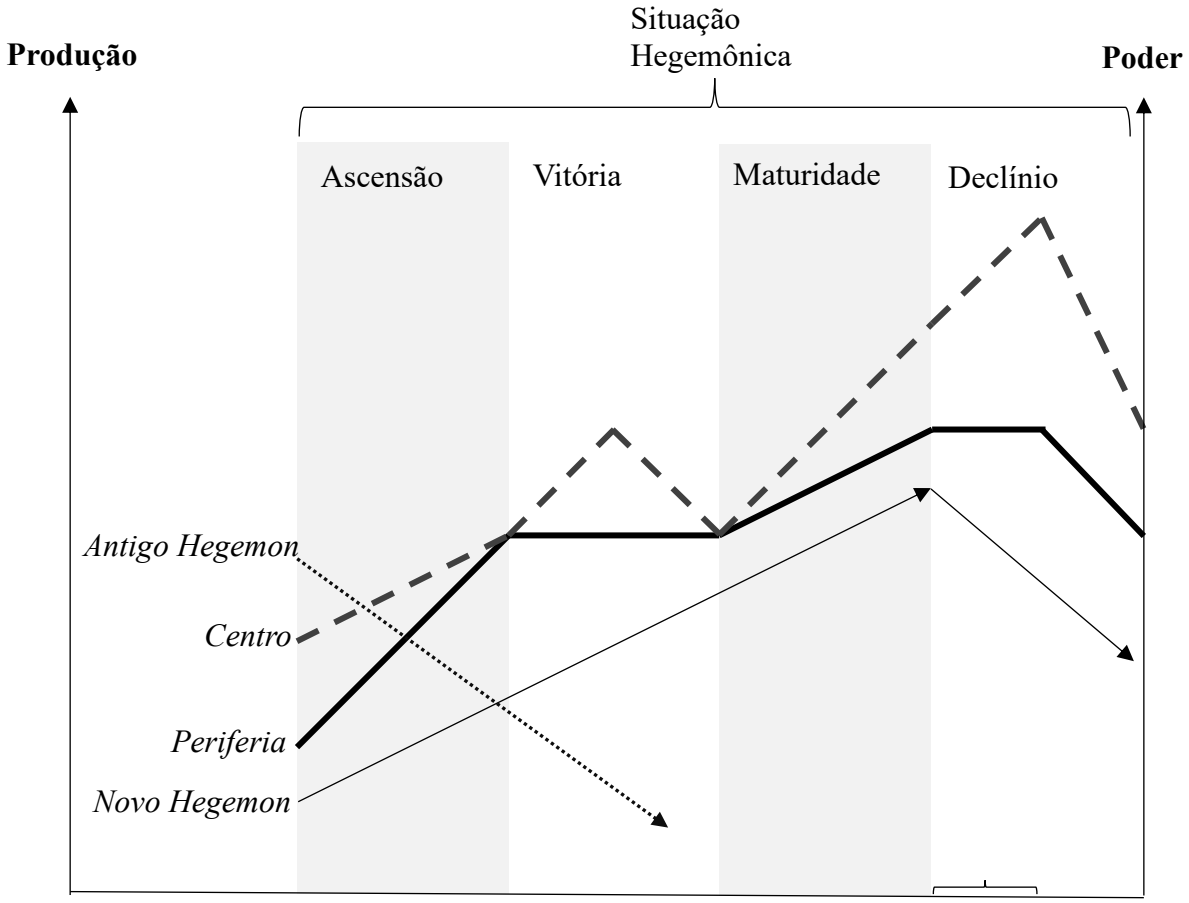
Fonte: *World-system analysis: theory and methodology* (1982, p. 117).

O período A_2 representa a fase de hegemonia propriamente dita. Durante ele, o *hegemon* demonstra uma clara superioridade produtiva, comercial, financeira e militar. São períodos onde em geral prevalece o livre comércio, em razão do claro interesse da potência hegemônica na abertura econômica do sistema. Do ponto de vista econômico, conforme discutido acima, a fase A_2 também representa um período de grande crescimento da produção de mercadorias de altos salários (*HW*). Os períodos B2, por sua vez, são fases onde tendem a

prevalecer iniciativas de colonização, com as potências centrais investindo sobre as regiões periféricas de forma sua preempção em relação a elas (1982, p.116).

Como o modelo dos ciclos econômicos e políticos propostos por Wallerstein como representativos do funcionamento da economia-mundo capitalista se comparam à evolução verificada de fato ao longo do desdobramento deste sistema histórico? A resposta parcial é apresentada por Wallerstein na seguinte tabela:

TABELA 10 – Relação entre ciclos econômicos e hegemônicos do sistema-mundo capitalista



			A_1	B_1	A_2	B_2	
H_I	*Habsburgo*	1450		1559	1559		
H_{IIa}	[A_3-B_3-A_4-B_4]	1575	1590	1620	1650		
H_{II}	*Holanda*	1672	1700	1733/50	1770		
H_{III}	*Grã-Bretanha*	1798	1815	1850	1873		
H_{IV}	*EUA*	1897	1913/20	1945	1967	?	

Fonte: *World-system analysis: theory and methodology* (1982, p. 118 [elaboração própria]).

O objetivo das discussões apresentadas nesta seção é apenas fazer uma primeira apresentação do que consideramos ser o núcleo da teoria que embasa as investigações de Wallerstein sobre o funcionamento da economia-mundo capitalista. Por isso serão deixadas de lado questões sobre a adequação e extensão empírica do modelo. Como o modelo dos ciclos hegemônicos de Wallerstein se relaciona com sua abordagem da modernização, bem como a unidade de análise?

Em primeiro lugar, cabe chamar atenção para a importância das potências hegemônicas na propagação de discursos positivos a respeito da modernização, utilizando o próprio "caso de sucesso" como exemplo do que é possível alcançar com base em relações de produção nacionais apropriadas. Os candidatos à posição de hegemon, por sua vez, bem como aqueles menos beneficiados pela rivalidade e hierarquização sistêmica, tendem muitas vezes a chamar atenção para as formas como a interdependência pode prejudicar a tentativa dos estados menos bem posicionados de alcançar a modernização, ou o desenvolvimento. Os discursos, portanto, variam conforme a posição, como no caso do liberalismo e do mercantilismo. Mas a realidade subjacente da troca desigual, no entanto, permanece sempre subjacente aos ciclos de rivalidade e hegemonia. Os períodos de rivalidade tendem a chamar atenção para o perigo representado pelos discursos excessivamente antagonístico, bem como por visões escassistas ou catastrofistas sobre a realidade e o futuro, o que faz com que o cornucopianismo assuma o caráter de um recurso de última instância contra a alternativa da "guerra de todos contra todos". Abordamos os ciclos econômico e político ou hegemônico que caracterizam a economia-mundo capitalista. Resta agora tratar das tendências a que ela está sujeita, que apontarão para o caráter inescapavelmente histórico do sistema-mundo moderno, isto é, da economia-mundo capitalista, bem como para as razões por trás de sua "crise terminal" e do colapso das abordagens liberais, incluindo a crítica ao cornucopianismo.

3.6.2 Tendências seculares da economia-mundo

Quando um ciclo chega a seu fim, a economia-mundo não retorna à sua posição inicial, visto que no seu decorrer são modificados os parâmetros que integram sua estrutura. A reestruturação da economia-mundo deve-se às modificações iniciadas durante fases estagnação com vistas à retomada da expansão econômica e dos lucros. As sucessivas rodadas de reestruturação levam ao aprofundamento de diversos processos característicos do

funcionamento do sistema, o que dá origem às tendências seculares. Veremos a seguir um modelo básico de quatro elementos que sugere como normalmente ocorre a reestruturação, para, a partir daí, resumir as tendências às quais ela dá origem.

Para abordar o tema da reestruturação, é preciso retomar rapidamente a discussão sobre os ciclos. Durante as fases de expansão, a busca dos empresários por maiores lucros incentiva o aumento da produção e a entrada constante de novas firmas no mercado, o que, dada a estrutura da demanda, resulta numa situação de superprodução e, consequentemente, na intensificação da competição econômica. O aumento da rivalidade intercapitalista se expressa, por um lado, na competição de preços e, por outro, na tentativa de obter vantagens monopolistas. O resultado normalmente é a eliminação dos produtores menos eficientes, a concentração da produção e o aumento do desemprego. Este tipo de medida, contudo, apesar de a princípio ser o bastante para contrabalançar pequenas variações negativas nos ciclos de negócios, não é o suficiente para resgatar as condições de expansão econômica durante ciclos mais longos, como é o caso dos ciclos de Kondratieff. E é justamente neste caso que os processos de reestruturação são acionados.

Wallerstein menciona a existência de dois pares de mecanismos que juntos dão conta do processo de reestruturação, conformando um total de quatro elementos. São eles: i) a realocação dos processos produtivos entre as zonas da economia-mundo; ii) os ciclos de produtos; iii) a redistribuição de renda a segmentos da classe trabalhadora de forma a proporcionar um aumento da demanda efetiva; iv) a expansão geográfica das fronteiras da economia-mundo com a incorporação de arenas externas. O autor destaca ainda que estes elementos de reestruturação são "in some limited sense temporally successive one on the other" (1987, p. 769). Abordaremos a seguir brevemente cada um deles, destacando a conexão existente entre cada um dos elementos de um par, bem como dos pares entre si.

A situação de baixo dinamismo econômico e o acirramento da competição pressionam os empresários a implementar medidas de redução de custos. A forma mais rápida e fácil de redução de custos para os empresários durante fases de estagnação se dá via corte dos custos do trabalho[61]. É possível reduzir os custos do trabalho tanto diminuindo os salários reais dos trabalhadores *in loco*, ou, alternativamente, através da *realocação* das atividades produtivas

[61] Há, segundo o autor, três tipos básicos de redução de custos: os custos do trabalho por unidade de produto, os custos administrativos por unidade de produto, e o custo proporcional conjunto dos elementos administrativo e do trabalho em relação ao capital fixo, cuja redução equivale ao aumento da mecanização. A pressão para a redução dos custos administrativos, segundo ele, é exercida de forma constante durante as fases de expansão. Já a alternativa da mecanização depende do prazo relevante de cálculo dos custos e benefícios, mostrando-se como uma alternativa de prazo mais longo (1987, p.769).

da empresa, também chamada de tática *runaway shop*, para regiões já inclusas na economia-mundo, mas onde prevalecem salários mais baixos, isto é, regiões semiperiféricas e periféricas. Além disso, é possível que as duas alternativas se reforcem mutuamente. A realocação com o objetivo de redução de custos pode envolver ela própria despesas substanciais, ligadas, por exemplo, à menor produtividade relativa do trabalho, ao aumento dos custos de transação e dos custos imediatos necessários à implantação da firma na região escolhida. Em tempos de acirramento da competição intercapitalista, contudo, e levando em conta considerações de mais médio prazo, os benefícios da realocação podem superar as despesas envolvidas (1987, p. 770). A reestruturação via realocação da indústria promove mudanças importantes na localização dos processos produtivos. Segundo Wallerstein:

> Over a short run (say 20 years) the impact of relocation may be to redistribute the world map of mechanized productive loci. After several successive downturns, successive relocations may have resulted in the redistribution not merely of some enterprises but of whole sectors of production (1987, p. 770).

A realocação de processos produtivos para regiões semiperiféricas e periféricas está intimamente ligada à renovação do ciclo de produtos. Para entender as condições que dão origem a este fenômeno, é preciso notar duas coisas. Em primeiro lugar, nem todos os empresários sofrem igualmente durante as fases de estagnação. Na verdade, os vencedores das diversas rodadas de concentração e centralização de capital que resulta da eliminação dos produtores menos eficientes tendem a ficar numa situação bastante confortável. Em segundo lugar, ainda que o risco de fracasso dos empreendimentos tenda a se elevar substancialmente durante as fases de estagnação, a propensão ao risco dos empresários pode subir ainda mais, em especial quando se trata de ciclos longos do tipo Kondratieff. Wallerstein explica esta situação na seguinte passagem:

> the general relative decline in profit levels creates a situation in which risk is heightened but risk-taking is encouraged, since one cannot be reasonably confident that maintaining the current pattern will in fact be rewarding. Paradoxically, in periods of expansion of the world-economy, the role of entrepreneurship is least evident in the operation of historical capitalism, since a conservative stance virtually guarantees high income. It is the downturns which push producers to be economically "creative" These decisions then globally add up to a restructuring of the world-economy (1987, p. 769).

Voltemos agora à discussão dos ciclos de produtos. A realocação de processos produtivos antigos para a semiperiferia e a periferia faz com que as regiões centrais concentrem

sua atenção e sua capacidade de investimento no desenvolvimento de novos produtos, os quais, justamente em razão de sua novidade, constituem atividades de caráter monopolístico, com potencial para geração de altos lucros e em geral bastante mecanizadas.

Em conjunto, a realocação da indústria para fora das zonas centrais e a renovação do ciclo de produtos, com suas técnicas capital-intensivas, promovem o aumento substantivo do desemprego "friccional" nas zonas centrais, o que por sua vez leva à diminuição da demanda dos trabalhadores (mercadorias de altos salários) e ao agravamento da luta de classes na região. Com o tempo, tende a ser firmado um compromisso entre empregadores e trabalhadores do centro, o que resulta numa redistribuição do excedente em favor deste segmento da classe trabalhadora. A redistribuição do excedente impulsiona a demanda e, juntamente com as inovações resultante do ciclo de produtos, cria as condições para a retomada da expansão da economia-mundo capitalista.

A retomada da expansão, contudo, é inicialmente conquistada em detrimento da fatia global dos lucros apropriada pelos grandes capitalistas (*high accumulators*). E é justamente para resolver o problema da redução dos lucros que recorre-se à expansão das fronteiras da economia-mundo capitalista. A expansão ocorre por meio da incorporação de arenas externas onde é possível contratar trabalho a um custo ainda mais baixo do que aquele das antigas regiões periféricas, o que "feeds simultaneously the ability of the world-economy to expand economically and the possibility of a renewed higher share of global surplus accumulation going to the high accumulators" (1987, p. 771). Embora todos os quatro elementos listados contribuam à sua maneira ao processo de reestruturação, o processo de incorporação de novas regiões à economia-mundo talvez seja o exemplo mais claro de como a recorrência dos ciclos dá origem a modificações essenciais na estrutura do sistema-mundo, as quais assumem a forma de tendências seculares. Mencionaremos brevemente a seguir as mais importantes dentre elas.

As tendências seculares da economia-mundo capitalista devem ser entendidas como descrevendo a trajetória de ascensão percentual de um determinado processo em direção a uma assíntota. Entre as mais importantes, cabe mencionar a tendência à mecanização, mercadorização (*commodification*), contratualização, polarização e expansão. Elas devem ser vistas, contudo, não como processos independentes, mas como faces de um mesmo e único fenômeno, o aprofundamento do processo capitalista. Conforme o sistem-mundo moderno aproxima-se de seus limites, seu ciclo de vida, isto é, a existência da economia-mundo capitalista, chega ao fim. A aproximação das tendências em direção a suas respectivas assíntotas, portanto, representa a aproximação da crise terminal do capitalismo, a qual, do ponto

de vista cultural, assume a forma da crise do liberalismo e das teorias da modernização que o sustentam. Mais uma vez, a questão das tendências e a visão de Wallerstein sobre o período contemporâneo enquanto uma crise terminal, baseadas em sua adoção da unidade de análise sistêmica, permite ao autor confirmar sua desconfiança em relação à modernização.

Mecanização

A mecanização diz respeito ao fato de que, conforme avança no tempo a economia-mundo capitalista,

> "more and more productive processes draw a larger and larger percentage of their il'lput, 'energy', from machines (or fixed capital, or stored labor, or non-human means of production). Some call this complex of processes 'industrialization', others the 'growth of productive forces', and others the 'accumulation of capital'" (1982, p. 104).

O fato da mecanização dificilmente é questionado. Wallerstein destaca três aspectos importantes sobre a tendência à mecanização tal como analisada a partir da abordagem dos sistemas-mundo: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a tendência à mecanização não toma forma apenas a partir da Revolução Industrial de fins do século XVIII, estando, ao contrário, presente desde as origens da economia-mundo capitalista no século XVI. O segundo destaca que o fenômeno da mecanização só pode ser adequadamente compreendido levando em conta o quadro da economia-mundo capitalista como um todo, e não com base na comparação de Revoluções Industriais nacionais. Por fim, Wallerstein aponta que o processo de mecanização diz respeito a todos os tipos de processos produtivos, não constituindo um privilégio do setor industrial e, portanto, aplica-se também à agricultura e demais "setores" de produção.

A mecanização está ligada a dois pontos de discussão essenciais. Um deles refere-se ao impacto do crescimento proporcional do capital fixo sobre as relações entre capital e trabalho. O segundo a como o aprofundamento do processo de mecanização promove a redefinição dos processos produtivos de caráter monopolístico ou central, e como isso interfere nas alterações de status das zonas periféricas, semiperiféricas e centrais (1982, p. 57).

A tendência à mercadorização (*commodification*) refere-se à transformação de um elemento, aspecto ou processo qualquer da vida social numa mercadoria sujeita às regras de funcionamento da economia-mundo capitalista e passível de alienação num mercado. O processo de mercadorização está ligado primordialmente à transformação da terra e do trabalho

em mercadorias. É importante pontuar, contudo, que a mercadorização não se resume a isto, incluindo também fenômenos "menos tangíveis como o risco, o tempo e a beleza natural" (1982, p. 56). A discussão de Wallerstein sobre a modernização, portanto, está ligada à externalização dos custos ambientais representados, por exemplo, pela poluição, que é um dos elementos centrais para viabilizar a lucratividade dos empreendimentos capitalistas, especialmente nas regiões periféricas. As consequências negativas da externalização dos custos ambientais têm se agravado em razão da globalização da economia-mundo capitalista, baseada na acumulação de capital e no objetivo do crescimento ilimitado. Parte das razões por trás da crise terminal do capitalismo, portanto, estão ligadas justamente ao reconhecimento de que as promessas cornucopianas das teorias da modernização tinham um caráter fundamentalmente ilusório, contribuindo para o questionamento de sua positividade intrínseca.

Mercadorização

A mercadorização da terra normalmente é resultado da expropriação de seus proprietários tradicionais, normalmente camponeses. Já a mercadorização do trabalho é consequência da eliminação da possibilidade de engajamento dos produtores diretos em formas alternativas de assegurar rendimentos, como geralmente ocorre com a expropriação de seus lotes de terra. O processo de separação entre os produtores diretos e seus meios de produção, principalmente a terra, é normalmente batizado de proletarização. O processo de proletarização refere-se à inclusão dos trabalhadores nas fileiras do trabalho assalariado, e é outro tema caro à tradição marxista. Wallerstein concorda que tenha havido uma tendência à proletarização, mas discorda de que ela seja a única forma de vinculação dos trabalhadores aos processos produtivos da economia-mundo capitalista, ressaltando que a acumulação de capital beneficia-se também do trabalho forçado com grande frequência. O autor aborda este tema na seguinte passagem,

> Neither alienable land nor wage-labor define the capitalist world-economy but rather the structural pressures to alienate more land and proletarianize more labor define it. This necessarily means that, at all points of its historical existence, the *combination* of allodial and non-allodial forms of tenure, of "free" and "coerced" (or non-"free") direct producers has been central to the functioning of the system (1982, p. 56-57).

É preciso lembrar que, segundo Wallerstein, o que define o capitalismo não é a relação de produção baseada na divisão entre capitalistas e trabalhadores assalariados, mas sim o princípio da acumulação incessante de capital, o que é compatível tanto com a existência de trabalho assalariado "livre" quanto de trabalho forçado. Na maioria dos casos, o trabalho livre

se concentra nas regiões centrais, enquanto o trabalho forçado na periferia. Sendo assim, o caráter civilizacional do capitalismo atribuído pelas teorias da modernização tem um defeito central, o de negligenciar a necessidade do trabalho forçado para que o trabalho livre possa florecer no centro. Outro ponto importante é que, ao contrário do que é normalmente afirmado, em grande parte por defensores do liberalismo, a mercantilização de todas as coisas não é um objetivo da classe capitalista. Isto ocorre porque ele acarreta uma verdadeira generalização da competição, impedindo a realização de lucros não-desprezíveis por parte dos acumuladores de capital.

Contratualização

Outra tendência secular importante associada à evolução da economia-mundo capitalista é a contratualização. Este processo diz respeito ao crescimento da proporção de relações sociais regida por contratos "livres", isto é, não regulamentada por valores associados ao costume ou ao *status* (1987, p. 772). Para que a contratualização possa ocorrer, são necessárias

> changes in legal institutions which are in tum the result of political-military operations, such as statutory reforms., revolution, war, colonization, imperialism. Contractualization generally takes the form of guaranteeing property rights; this may include collective property rights as long as they are the result of contract rather than custom (1982, p. 105).

O autor não se aprofunda na discussão desta tendência, limitando-se a destacar que, em relação à mecanização e à mercadorização, ela é "the longest studied, least clear concept of the three" (1987, p. 772). Apesar disso, a questão da contratualização é importante porque está ligada ao caráter aparentemente voluntário das trocas econômicas e sociais entre os agentes individuais e grupos sociais, isto é, ao incentivo da liberdade e do universalismo. A contratualização, contudo, não impede a realização de práticas particularistas. No caso do mercado de trabalho, por exemplo, o estabelecimento de relações contratuais não impede a perpetuação do diferencial de salários entre trabalhadores e trabalhadoras, entre cidadãos de primeira classe e cidadãos marginalizados, ou mesmo não-cidadãos, como os imigrantes "ilegais". Neste sentido, a contratualização tem uma feição inescapavelmente dotada de um certo "cinismo", o que contribui para alimentar a visão de mundo negativa de Wallerstein em relação à modernização.

Expansão

Resta agora mencionar aquela que talvez seja a tendência secular mais contundente dentre aquelas que compõem a dinâmica da economia-mundo capitalista, a expansão. Ela decorre diretamente do princípio que define e impulsiona a economia-mundo capitalista: a acumulação incessante de capital. Segundo Wallerstein, "this concept is so central to the historical development of the capitalist world-economy that it may be said to have been the only one noticed consciously by the actors from the very beginning" (1982, p. 55). A expressão inicial mais dramática desta tendência presente desde as origens da economia-mundo capitalista talvez seja representada pela expansão ultramarina durante o período das Grandes Navegações iniciadas no século XV. A expansão da economia-mundo capitalista ocorre através do processo de incorporação, por meio do qual arenas externas são incluídas em sua lógica de funcionamento. O processo de incorporação é tão central à compreensão da dinâmica da economia-mundo capitalista que será logo a seguir adiante numa seção isolada.

Antes de seguir adiante, é preciso fazer algumas observações sobre as tendências seculares da eonomia-mundo capitalista. Em primeiro lugar, é preciso destacar que um dos resultados da conjugação das tendências anteriores é o aprofundamento da interdependência entre os diversos processos produtivos que fazem parte da economia-mundo capitalista. Conforme se intensifica a interdependência, aprofundam-se os laços que unem as diversas cadeias de mercadorias que compõem a divisão do trabalho da economia-mundo. Paralelamente, são eliminados progressivamente tipos de atividade de caráter relativamente autárquico, como a agricultura de subsistência e algumas formas de trabalho artesanal. Um dos aspectos importantes deste fenômeno diz respeito ao fato de que "[a]s production processes become more integrated, we can say that it is less the production of 'luxuries' and more the production of 'essentials' that is involved" (1982, p. 105; 1987, p. 773).

Em segundo lugar é preciso enfatizar que, de acordo com Wallerstein, as diversas tendências seculares não correspondem a processos independentes entre si, nem em termos absolutos, nem em termos relativos. Isto significa que as tendências seculares conformam, na verdade, aspectos de um mesmo e único fenômeno, o aprofundamento do processo capitalista. Conforme Wallerstein,

> Although mechanization, commodification, and contractualization have long been thought to be related one to the other, they have traditionally been regarded as separable phenomena which could therefore at the very least proceed at different paces and possibly occur under certain circumstances one without the other. Our

> general position is quite different. They seem to us inseparably linked phenomena. Therefore they proceed at the same "pace" (however that can be operationally measured), provided that the unit within which the measurements are taken is the world-economy as a whole. Secondly, one process cannot occur without the other. If on the surface it sometimes a to occur, we believe that a closer, more penetrating, that this is not so. The three concepts are in fact process, which we term the "deepening" of the capitalist world-economy (1987, p. 772-773).

Ao fazer esta afirmação, Wallerstein não só enfatiza o caráter integrado dos diversos processos que dão conta da dinâmica da economia-mundo, mas deixa clara a impossibilidade de isolar seus aspectos tidos como negativos simultaneamente aprofundando aqueles considerados positivos[62].

Outra característica importante das tendências é sua finitude. Isto decorre do fato de que as tendências seculares são fenômenos de tipo monotônico que se expressam na forma de uma curva percentual de inclinação ascendente em direção a uma assíntota. O aprofundamento das diversas tendências seculares, isto é, o aprofundamento do processo capitalista resulta da modificação dos parâmetros do sistema. Isto ocorre particularmente durante as fases de estagnação, quando é preciso que sejam tomadas medidas substanciais para assegurar o retorno à expansão. Em outras palavras, "The changes that solve the immediate (or short-run) problem of inadequate expansion of the world-economy (…) restore a middle-run equilibrium but begin to create problems for the structure in the long run" (2004, p. 31). O caráter assintótico das curvas representadas pelas tendências seculares deixa clara a impossibilidade de perpetuação indefinida do sistema-mundo capitalista. A aproximação do limite das curvas anuncia o fim deste sistema social histórico, que deve assumir a forma de uma crise terminal. Este ponto é abordado na seguinte passagem:

> We can pose the question of the effects a constant rise in percentage rates would have on the operations of the world-system as a whole. Since a rise in percentages has a finite limit, this is the problem of the "asymptote". If, for example, it is argued that the three processes are themselves the result of "solving the problem" of the [stagnation phases] (…) then it follows that as we approach the asymptote, it would not be possible to solve the problem of future [stagnations] (…), and would cause a fundamental crisis of the system as a whole as such that could only be resolved by transforming the system (1982, p.119).

[62] Note-se que, nesta passagem, o autor deixa de fora a tendência à polarização e à expansão. Isto parece decorrer da forma como o autor constrói sua argumentação neste artigo específico. Logo a seguir, contudo, o autor deixa claro que a polarização constitui "a fourth central structural feature of capitalism" (1987, p. 773), constituindo um de seus "mecanismos básicos que parecem intrínsecos à maneira como ele tem operado historicamente" (1987, p. 766).

Esta visão é condizente com a abordagem da economia-mundo capitalista como um sistema histórico, isto é, enquanto um sistema social dotado de uma estrutura própria expressa em padrões alternados que se repetem no tempo, isto é, ciclos, mas que ao mesmo representa uma entidade histórica, isto é, de um todo social que passa por constantes transformações, as quais se expressam em tendências seculares que "predicates a system that comes into existence, proceeds along certain pathways, and eventually go out of existence" (1982, p. 64). O esgotamento das possibilidades de aprofundamento do processo capitalista fica claro quando se leva em conta o processo de incorporação e seus limites, que levaremos em conta na próxima seção. Antes disso, contudo, é preciso abordar a questão da polarização, que se encontra intimamente associada à confirmação visão de mundo negativa da modernização de Wallerstein, a qual, por sua vez, depende de sua adoção da unidade de análise sistêmica.

Polarização

A polarização também constitui uma tendência secular importante da economia-mundo capitalista. A polarização refere-se à ampliação da desigualdade entre as diversas zonas que compõem o sistema, isto é, ao aumento do *gap* econômico e social que separa a periferia do centro. Duas instâncias importantes do processo de polarização dizem respeito ao aumento da disparidade de bem-estar e da estrutura social. A polarização em termos de bem-estar é consequência dos processos de concentração e centralização de capital, os quais estão intimamente associados à estrutura e ao nível dos rendimentos percebidos pelos trabalhadores. Já a polarização da estrutura social refere-se ao aumento da especialização produtiva, as quais estão associadas a diferentes formas de organização do trabalho, que pode ser formalmente livre ou sujeito a diversas formas de coação, e diferentes estruturas políticas, variando das formas mais liberais às mais autoritárias (1982, p. 105-106; 1987, p. 773). A tendência à polarização ajuda a explicar, entre outras coisas, a persistência do diferencial de salários que vigora entre as diferentes zonas da economia-mundo, mesmo quando há mobilidade de fatores. É importante notar que, apesar da polarização, a economia-mundo capitalista conta constantemente com uma parcela de estados semiperiféricos, os quais se inserem de forma mais ou menos parelha tanto em processos produtivos característicos de países centrais, quanto de países periféricos (1987, p. 773-774). É em relação à polarização que Wallerstein discute a questão da pauperização absoluta. Vejamos a seguir alguns dos elementos do debate de Wallerstein sobre o balanço em relação à sociedade moderna, incluindo a pauperização.

Uma das características do capitalismo é substituir a promessa do paraíso celeste oferecida geralmente pelas diversas religiões pela promessa do paraíso na terra. Assim,

A civilização capitalista foi extraordinária em sua afirmação de ser capaz de ir "além da história" dentro da história para - resolver os males inevitáveis e criar um reino de Deus sobre a Terra, ou seja, superar a ameaça dos quatro cavaleiros. Desde o começo, seus defensores têm argumentado que, como sistema histórico, o capitalismo conseguiria satisfazer pelo menos as "necessidades básicas" (para usar a terminologia das últimas décadas) de todas as pessoas colocadas dentro de seus limites (2001, p. 99).

A explicação histórica desta possibilidade é feita com base na apresentação dos casos de sucesso da modernização capitalista, mas, em alguns casos, até mesmo com a discussão do sistema-mundo moderno como um todo,

> Que provas apresentaram? Fundamentalmente, uma evidência demonstrativa. Olhem para o mundo moderno, dizem. Não é mais rico do que qualquer outro mundo conhecido? Não são fabulosas as realizações tecnológicas? Não estão todos, em algum sentido, numa situação melhor? Especialmente: os países em que o capitalismo parece ser aceito e praticado de modo mais pleno não são os mais ricos e mais avançados economicamente? (2001, p. 99-100)

Aqui já é possível notar o pendor cornucopiano das abordagens sobre a modernização e o capitalismo, as quais supostamente assumiriam um caráter inquestionável em razão da apresentação de fatos empíricos ou objetivos. Outro argumento em relação à positividade refere-se ao seu universalismo, que inclui não só a ciência, mas também os direitos humanos e a democracia. Conforme Wallerstein,

> Como em outras partes do nosso balanço, a avaliação depende de quem está medindo e do que está sendo medido. O que é universalismo? Ele tem muitos domínios. O universalismo é o argumento de que há verdades que são racionais, objetivas e eternas - portanto, universais. Hoje, chamamos isso de ciência. O universalismo também é o argumento de que existe algum tipo de lei natural que determina uma ética universal, e consequentemente algumas práticas sociais que todos devem aceitar e seguir. Hoje, chamamos isso de direitos humanos. O universalismo também é a crença de que há padrões objetivos de competência, os quais determinam os lugares apropriados para a força de trabalho. Hoje, chamamos isso de meritocracia. O trio universalista da ciência, dos direitos humanos e da meritocracia é o orgulho dos defensores da civilização capitalista. (2001, p. 111)

No que diz respeito aos direitos humanos, depois de conceder que "o conceito da prioridade legal e moral dos direitos humanos é invenção do mundo moderno" (2001, p. 112). Wallerstein chama atenção para a importância da unidade de análise sistêmica para uma apreciação de seus resultados líquidos,

> Pois é fácil ver que existe uma correlação entre Estados mais ricos e poderosos e menos (ou menos óbvias) violações, de um lado, e Estados mais pobres e fracos e mais violações, de outro. É possível usar essa correlação em duas direções opostas. Para alguns, ela prova que quanto mais o Estado é "capitalista': maior é a aceitação dos direitos humanos, e vice-versa. Para outros, ela mostra uma outra face da concentração das vantagens em uma região do sistema-mundo e a concentração dos efeitos negativos em outra. Tal concentração é vista como produto do capitalismo histórico, onde os direitos humanos não são um valor universal, mas a recompensa do privilégio (2001, p. 113)

Já em relação à meritocracia, o autor é especialmente cáustico,

> Com a ciência universal e os direitos humanos universais sendo questionados, os defensores enfatizam com frequência sua afirmação mais poderosa, o caráter universalista do trabaIhador, a meritocracia. Segundo a mitologia da civilização capitalista, em todos os sistemas históricos anteriores os indivíduos nasçeram para as posições que ocuparam; só no capitalismo histórico seu papel passou a ser definido por mérito – a "carreira aberta aos talentos" proclamada pela Revolução Francesa (2001, p. 114).

Aqui, Wallerstein parece defender que a promessa implícita da igualdade de oportunidades, e não o cornucopianismo, seja o recurso discursivo de última instância destinado a proteger a positividade da modernização. Talvez seja este o caso. Em todo caso, a promessa da meritocracia só pode ser realizada sem prejudicar a "meritocracia alheia" se o desenvolvimento tiver a característica de um jogo de soma positiva, isto é, se depender fundamentalmente do "voluntarismo" individual ou nacional. O autor conclui, portanto, que o universalismo meritocrático não elimina a prática dos privilégios aristocráticos,

> Duas coisas foram diferentes na civilização capitalista. Prímeiro, o processo da meritocracia foi proclamado alto e bom som como virtude oficial, em vez de ser apenas uma realidade *de facto.* A cultura era diferente. Em segundo lugar, aumentou a percentagem da população do mundo para a qual a ascensão tornou-se possível. Mas, mesmo que tenha aumentado, a ascensão meritocrática permanece sendo, na maior parte das vezes, atributo de uma minoria. A meritocracia é um falso universalismo. Proclama uma oportunidade universal que só tem sentido, por definição, se não for universal. A meritocracia é intrinsecamente elitista. (2001, p. 114).

Para apreciar o caráter elitista da meritocracia, no entanto, novamente é preciso levar em conta não apenas os "casos de sucesso" da modernização, isto é, os países desenvolvidos, mas também aqueles de que eles dependem para sua reprodução, ainda que utilizem o discurso da meritocracia das nações. Em outras palavras, é preciso incluir no balanço também as regiões periféricas.

Por fim, voltando à questão da ciência, Wallerstein faz afirmações que chamam diretamente a atenção para a menor compatibilidade entre o holismo metodológico, de um lado, e o cornucopianismo, por outro. O autor inicia seu argumento interrogando o caráter supostamente neutro ou universal da ciência do ponto de vista de sua seleção dos objetos de pesquisa de interesse "social",

> quais questões científicas não foram formuladas nos últimos quinhentos anos? Que riscos científicos não foram aceitos? Isso coloca outra questão: quem decidiu quais riscos científicos valia a pena correr, e quais foram as consequências das escolhas, em termos das estruturas de poder no mundo? Pode-se querer saber, por exemplo, se nossos dilemas ecológicos de hoje, resultados diretos da externalização de custos pelo empreendedor capitalista, não teriam sido pelo menos diminuídos, se não completamente evitados, se tivéssemos desenvolvido uma abordagem científica mais holístíca, que incorporasse o estudo das estruturas dissipativas e das bifurcações como elemento central de análise, em vez da abordagem que relegou esses dilemas à categoria de obstáculos externos inerentemente suscetíveis de solução técnica, enquanto supunha que as tendências lineares vigentes continuariam em vigor (2001, p. 111)

O que Wallerstein questiona aqui não é a deturpação consciente dos dados ou mesmo a apreciação "errônea" dos objetos recortados pelas ciências, mas seu próprio critério de seleção social, que encontra-se intimamente associado à polarização de recursos entre capitalistas e trabalhadores. Por fim, devemos abordar ainda o balanço de Wallerstein em relação ao problema específico da pauperização absoluta, ligada à questão da qualidade de vida.

A modernização é corretamente associada ao processo de aprofundamento da divisão do trabalho entre cidade e campo, que no contexto europeu é discutido sob a rubrica da libertação dos servos camponeses, mesmo quando se reconhece a expropriação de seus meios de produção, ou, nos termos de Brenner, seus meios de subsistência. Brenner atribui ao processo um resultado líquido positivo, visto que tem como consequência a generalização do princípio da competição entre os agentes econômicos e, com ela, a tendência à acumulação de capital, à inovação e ao aumento da produtividade, que favorece até mesmo os antigos camponeses tornados "proletários". Wallerstein, contudo, apresenta uma visão bastante distinta do processo, chamando atenção não apenas para a agricultura capitalista no centro, mas também para a periferia. O autor associa a discussão à desintegração das comunidades locais, que, como vimos, está ligada também à formação das estruturas domiciliares. O processo de libertação do trabalho, portanto, é visto sob o quadro da economia-mundo capitalista como um todo, evidenciando seu resultado líquido negativo,

> A edificação do capitalismo histórico envolveu, como sabemos, a diminuição constante, e até a eliminação, do papel dessas pequenas comunidades. O que surgiu em seu lugar? Em muitas áreas, por longos períodos, o papel anterior das pequenas comunidades foi assumido pelas *plantations,* isto é, o controle opressivo exercido por estruturas político-econômicas de grande porte, dominadas por "empreendedores': Não se pode dizer que as *plantations* da economia mundial capitalista – baseadas na escravidão, no trabalho forçado de prisioneiros, no arrendamento ou no trabalho assalariado - tenham criado mais liberdade de movimento para a "individualidade". As *plantations* podem ser consideradas como um modo excepcionalmente eficaz de extrair mais-valia. Não há dúvida, elas já haviam existido na história humana, mas nunca tinham sido usadas tão extensivamente para a produção agrícola - em oposição à mineração e à construção de infra-estruturas de grande porte, que tendiam a envolver muito menos pessoas em termos globais.
> Mesmo naqueles lugares em que uma forma ou outra de controle direto e autoritário da atividade agrícola (o que acabamos de rotular de plantatíon) não substituiu as estruturas comunitárias de controle, mais flexíveis, a desintegração das estruturas comunitárias nas zonas rurais não foi experimentada comp uma "libertação": pois foi acompanhada (e, muitas vezes, causou diretamente) por um controle crescente por parte das estruturas do Estado emergente, cada vez menos desejoso de deixar o produtor direto controlar processos autônomos de tomada de decisão. O esforço se concentrou em forçar um aumento das horas de trabalho e da especialização desse trabalho (o que, do ponto de vista do trabalhador, enfraqueceu sua capacidade de negociação e aumentou seu fardo) (2001, p. 87-88).

Além da desruralização, Wallerstein chama atenção também para a generalização do racismo e do sexismo.

> O sexismo relega a mulher ao reino do trabalho não produtivo, duplamente humilhante na medida em que sua carga real de trabalho aumentou e o trabalho produtivo se tornou, na economia mundial capitalista, pela primeira vez na história, a base da legitimação do privilégio. Isso estabeleceu uma dupla submissão que tem se mostrado intratável dentro do sistema. No capitalismo histórico, o racismo não é ódio ou opressão de um estrangeiro, de alguém de fora do sistema histórico. Ao contrário, o racismo é a estratificação da força de trabalho no interior do sistema histórico, a fim de que os grupos oprimidos mantenham-se no interior do sistema, e não sejam expulsos dele. O racismo justificou a baixa remuneração do trabalho pro- dutivo, apesar da primazia deste na definição do direito à recompensa. E o fez por definir o trabalho de remuneração mais baixa como trabalho de menor qualidade. Como isso foi feito *ex definitio,* nenhuma mudança na qualidade do trabalho signi-. ficará mais do que uma mudança na forma de acusação, apesar de a ideologia proclamar que o esforço individual é recompensado por uma mobilidade igualmente individual. Essa dupla submissão também tem se mostrado intratável (2001, p. 88-89).

Por fim no que diz respeito às questões mais imediatamente materiais, Wallerstein reconhece o enriquecimento relativo dos trabalhadores do centro em relação a seus "ancestrais" da região, mas afirma que, dado caráter sistêmico do processo de modernização, seus resultados devem ser avaliados não só do ponto de vista dos países centrais, mas também das regiões periféricas,

> A maioria esmagadora das forças de trabalho do mundo, que vive nas zonas rurais ou se desloca entre elas e as favelas urbanas, está em piores condições do que seus ancestrais que viveram há quinhentos anos. Comem menos bem, e sua dieta é certamente menos balanceada. Embora tenham maiores possbilidades de sobreviver ao primeiro ano de vida (um subproduto da higiene social empreendida para proteger os privilegiados), duvido que as perspectivas de vida da maioria da população mundial *a partir* de um ano de idade sejam melhores que antes; desconfio que o oposto é verdade. Eles trabalham inquestionavelmente mais – mais horas por dia, por ano e ao longo da vida. Como o fazem em troca de uma recompensa total menor, a taxa de exploração aumentou muito (1995, p. 86).

Estes são os elementos básicos que sustentam o argumento de Wallerstein sobre o caráter negativo da modernização, que resulta justamente do jogo de soma zero representado pelo capitalismo. Antes de concluir este capítulo, cabe destacar como Wallerstein aborda a questão da incorporação, da qual depende a expansão da economia-mundo capitalista, bem como a periferização que sustenta a acumulação de capital contrada no centro.

3.6.3 O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO

A tendência à acumulação incessante de capital característica do capitalismo materializa-se numa propensão constante à expansão da produção, o que por sua vez faz com que o sistema seja pressionado reiteradamente a ampliar suas fronteiras no espaço. A tendência à expansão geográfica constitui "uma das principais características da economia-mundo capitalista" (1987, p. 764), o que implica não apenas o crescimento do alcance e do entrelaçamento de suas cadeias de mercadorias, isto é, a ampliação de sua divisão do trabalho, mas também de seu sistema interestatal.

A expansão das fronteiras do sistema ocorre por meio da absorção, ou melhor, da subsunção de zonas geográficas anteriormente fora de sua zona de influência. E é justamente a este processo de inclusão subordinada dá-se o nome de incorporação. O processo de incorporação, portanto, descreve a inclusão de arenas externas à economia-mundo capitalista e consitui um dos principais fenômenos que conformam sua dinâmica.

O processo de incorporação não é uma tarefa fácil, envolvendo custos e riscos substanciais. Para que se convença disso, basta mencionar os custos de transporte e comunicação envolvidos no processo, bem como a resistência das populações que são alvo deste tipo de atividade, pois como nota Wallerstein "[i]ncorporation into the capitalist world-economy was never at the initiative of those being incorporated" (1989, p. 129). Em razão disso,

bem como do caráter cíclico de evolução do sistema, a expansão geográfica da economia-mundo tende a ocorrer não por meio de acréscimos marginais contínuos, mas em saltos esporádicos. Em resumo, "[w]hile geographical expansion was built into the logic of its operation as we have tried to argue, only so much expansion was necessary and indeed could be absorbed at any given time" (1987, p. 776).

Do ponto de vista histórico, as grandes ondas de incorporação referem-se, no século XVII, à absorção da América do Norte e do Caribe. No fim do século XVIII, foi a vez da Rússia, do Império Otomano, do subcontinente indiano e do oeste africano. Na segunda metade do século XIX, por fim, foram incorporadas outras partes da Ásia, da África e da Oceania[63] (1987, p. 775). Vale notar ainda que, concretamente, em razão das iniciativas de resistência e das grandes modificações econômicas, políticas e culturais das estruturas locais envolvidas, o processo de incorporação tende a ser longo, estendendo-se por um período de 50 a 75 anos (1987, p. 778).

Antes de passar adiante, é preciso fazer uma observação. Sabemos que a economia-mundo leva à divisão entre regiões do sistema centrais, semiperiféricas e periféricas. Sabemos também que as regiões incorporadas tendem quase sempre a assumir uma posição bastante subordinada na divisão do trabalho da economia-mundo, isto é, a tornar-se parte de sua periferia. O processo de incorporação, contudo, refere-se apenas à fase de subsunção das arenas externas à economia-mundo, e não deve ser confundido com o processo de periferização (*peripheralization*), que diz respeito ao aprofundamento da especialização em processos produtivos onde prevalecem a competição, baixos lucros e baixos salários. Do ponto de vista de uma região qualquer, portanto, é possível identificar três momentos decisivos no que diz respeito à sua relação com a economia-mundo capitalista. Num primeiro momento, ela representa uma arena externa. A seguir, a expansão da economia-mundo leva à incorporação desta zona. Completada esta fase, começa a vigorar o processo que pressiona pela periferização da nova região já incorporada ao sistema.

Conforme visto acima, uma região pode ser considerada incorporada à economia-mundo capitalista quando passa a fazer parte de sua divisão do trabalho e, consequentemente, torna-se particularmente sensível às mudanças nas condições de mercado que vigoram a cada momento no sistema (1989, p. 130). Além do atrelamento de uma antiga arena externa à zona de atuação da economia-mundo capitalista, o processo de incorporação também envolve a reorganização, adequação e inclusão das estruturas políticas locais ao sistema interestatal

[63] Vale notar que, de acordo com Wallerstein, a América ibérica sempre fez parte da economia-mundo capitalista europeia desde seu estabelecimento no século XVI (1987, p. 775).

capitalista. Com base nestas considerações, podem ser definidos cinco critérios básicos para indicar se uma região encontra-se de fato incorporada à economia-mundo capitalista, os quais referem-se às: i) características das unidades produtivas, em especial sua escala de operações; ii) disponibilidade de insumos necessários ao processo produtivo; iii) instituições políticas adequadas à acumulação de capital; iv) infraestrutura institucional que garanta um nível mínimo de segurança ao funcionamento do sistema (1989, p. 130-131); v) agentes responsáveis pela operação das estruturas locais agora acopladas à economia-mundo e ao sistema interestatal capitalistas (1987, p. 778).

A incorporação tende a influenciar substancialmente o caráter e a dimensão das unidades produtivas da região afetada pelo processo. Em geral, ela resulta num aumento substancial da escala de operação destas unidades. Wallerstein explica a razão disto na seguinte passagem:

> It seems clear that the ability to respond is a function in part of the size of the decision-making unit. A larger unit is more likely to have an impact *on itself* and its own prospects for capital accumulation by altering its production decisions in light of what it believes to be altered conditions in some market. It follows that, for enterprises in a zone to begin to respond in this way, they may have to become larger (1989, p. 130).

Dois exemplos históricos privilegiados deste tipo de reorganização das unidades produtivas nas regiões incorporadas à economia-mundo capitalista são a mineração e a agricultura de *plantation*. Outra possibilidade de reorganização produtiva está ligada não à produção concentrada, mas à coleta centralizada da produção local por parte de grandes mercadores, os quais tornam-se aptos a controlar as atividades de inúmeros pequenos produtores por meios de mecanismos de endividamento.

Para que possam responder às condições de mercado, as unidades produtivas de uma região em processo de incorporação devem ser capazes de determinar, no mínimo, a expansão e a contração de suas atividades, o que exige que sejam disponibilizados regularmente no mercado os insumos necessários à produção, isto é, terra, máquinas, matérias primas, capital e, acima de tudo, trabalho humano. A disponibilização de trabalho é, inclusive, a principal razão que motiva a expansão por parte das potências centrais da economia-mundo capitalista.

> We have indicated that we thought geographic expansion was ultimately neither the search for things to purchase nor to sell in some immediate sense, but the search for cheap (or cheaper) labor in the productive networks of the world-economy, precisely to compensate for other pressures which tended to raise the cost of labor within the already incorporated zones, and thereby reduce the overall accumulation of surplus (1987, p. 776).

Para que possa se tornar viável, portanto, é necessária à incorporação que seja "criada" uma força de trabalho disponível e disciplinada, mas também dispensável. Para tanto, normalmente houve a necessidade de que fossem eliminadas as alternativas plausíveis de trabalho não vinculadas à produção para o mercado da economia-mundo. Além disso, frequentemente a continuidade do processo exigia que o trabalho fosse "'coercível' de alguma forma" (1989, p. 131). Além das intervenções no local de trabalho, para manter o baixo o custo da força de trabalho, torna-se necessário também adequar as estruturas domiciliares que servem de suporte à sua reprodução. Nas palavras de Wallerstein:

> In order to keep this workforce at a relatively low the existing standards of the world-economy), they had to be located in household structures in which the work on this new "export-oriented activity" formed only a small part of the lifetime revenues holds of which the workers were members. In this hold activities which brought in revenues in multiple "subsidize" the remuneration for the "export-oriented activity" by keeping the labor costs very low (1987, p. 777)

A discussão sobre a disponibilização de trabalho associada à incorporação deixa clara a enorme profundidade da modificação nas estruturas sociais locais envolvidas no processo. Mas as mudanças não param por aí. A especialização de parte dos trabalhadores em atividades voltadas para o mercado da economia-mundo deixa a eles menos tempo para dedicarem-se a atividades de subsistência, em especial à produção de alimentos. Por isso, paralelamente ao desenvolvimento das atividades diretamente ligadas à produção para a venda nos mercados mundiais, tende a surgir também nas zonas em fase de incorporação regiões especializadas neste tipo de produção. Por fim, a disponibilização renovada de trabalho para as atividades ligadas à economia-mundo muitas vezes faz com que surja uma "'people producing' area which supplied the additional labor force (in multiple forms, from slavery to temporary migration" (1987, p. 777). O resultado final tende a ser a cristalização de três áreas de especialização na região incorporada, uma voltada à produção monetária para exportação (*export cash crops*), outra à produção local de alimentos (*local market food crops*), e uma terceira dedicada à produção e disponibilização renovada de mão-de-obra (*crops of migrant workers*). Esta divisão tripartite das zonas em incorporação tem sido, de acordo com Wallerstein "a telltale sign of incorporation of an erstwhile external arena into the ongoing divisioning of labor of the capitalist world-economy" (1989, p. 138).

Os estados e o sistema interestatal tais como definidos por Wallerstein são instituições específicas ao contexto da economia-mundo capitalista. Eles representam uma das principais condições para que a economia-mundo possa engajar-se na acumulação incessante

de capital minimizando os riscos de desintegração característico das economias-mundo ou de supressão da lógica da acumulação através da transformação do sistema em um império-mundo. Por isso, a incorporação de uma arena externa à economia-mundo capitalista exige não só uma reestruturação radical de suas estruturas econômicas locais, mas também de suas estruturas políticas. Conforme Wallerstein:

> One must start by noting that no political structure in a zone external to the world-economy, whatever its form, was organized in the particular mode that became characteristic of the states in the inter-state system of the world-economy. Hence upon incorporation existing political structures had to be at the very least greatly reorganized, and maximally entirely eliminated and replaced by new structures (1987, p. 778).

Portanto, para cumprir o objetivo de permitir e estimular o processo de acumulação, é necessário que sejam "criados" estados nem tão fortes que possam obstruir severamente os fluxos de mercadorias, capital e trabalho necessários ao funcionamento da economia-mundo, nem tão fracos que possam ser vítimas de obstrução por parte de outras forças, sejam elas externas ou internas. Em outras palavras, é necessário que sejam criados estados sem a capacidade de monopolização dos processos produtivos característica dos estados centrais. Este é, aliás, um dos fatores que contribui para a periferização dos processos produtivos de uma região incorporada. A necessidade da criação de estados com força balanceada ajuda a explicar, por exemplo, a reorganização das fronteiras políticas que acompanha o processo de incorporação de grandes zonas geográficas. Ajuda também a entender o *status* dos novos membros do sistema interestatal, seja, por exemplo, na forma de colônias, seja de estados formalmente independentes[64].

Wallerstein exemplifica a questão da implantação de uma infraestrutura institucional compatível com a incorporação de arenas externas à economia-mundo capitalista ao tratar da mudança das relações econômicas entre as duas zonas ao longo do tempo. No contexto de sua discussão sobre a onda de incorporação iniciada no século XVIII, o autor começa por notar que uma das características mais impressionantes das relações de troca entre

[64] Em relação à força relativa de uma zona que passa de arena externa a região incorporada da economia-mundo, Wallerstein faz o seguinte comentário: "The strength of the state machinery in the external arena turns out to be a critical variable but one whose impact on incorporation is more complex than we have been wont to recognize. In terms of initial contact with another world-system, strong state-machineries can guarantee that trade is conducted as an equal exchange between two arenas external to each other. The very process of such trade may strengthen some state-machineries on each side, as we know it did in this historic case. The increased strength of some states in the external arena thereupon provoked the power-holders in the European world-economy to invest in the relationship still more force in order to break down this 'monopolistic' barrier to incorporation. In a sense, the states in the external arena went from strength to greater strength to relative weakness" (1989, p. 134).

a economia-mundo e as arenas externas com as quais mantinha relações é o "persistente desequilíbrio comercial de longo prazo" em prejuízo da região europeia (1989, p. 136). O déficit comercial constantemente reforçado implicava em um grande fluxo de saída de metais preciosos a partir da Europa em direção às regiões do Império Otomano, do subcontinente indiano, da Rússia e do oeste africano, todas elas arenas externas posteriormente incorporadas à economia-mundo capitalista.

A exigência de pagamentos em metais preciosos por parte das arenas externas é um indicador de sua ausência de interesse na obtenção de mercadorias europeias, o que por sua vez "can be translated as meaning that they were not involved in the integrated links that constituted the commodity chains of the capitalist world-economy" (1989, p. 137). Com o início da nova rodada processo de incorporação, o quadro começa a alterar-se rapidamente, sendo completado por volta de meados do século XIX. Dentre as principais modificações verificadas, uma delas refere-se justamente à alteração do padrão de comércio entre a região central da economia-mundo e suas antigas arenas externas. Em primeiro lugar, a necessidade de saldar as transações por meio de metais preciosos deixa de ser uma prerrogativa das zonas incorporadas à economia-mundo. Em segundo lugar, o déficit comercial europeu tende a se inverter, com uma mudança no padrão de exportações e importações das regiões incorporadas, as quais agora passam a especializar-se em processos produtivos competitivos cuja produção é trocada não mais por metais preciosos, mas sim por produtos monopolizados do centro. Wallerstein explica a alteração na seguinte passagem,

> The new pattern of "exports" and "imports" was to be one that replicated the core-peripheral dichotomy that constituted the axial division of labor in the capitalist world-economy. This meant essentially at that time the exchange of peripheral raw materials against core manufactures (1989, p. 137-138).

Para que isso pudesse ocorrer, foi necessário não somente um processo de expansão das atividades de caráter competitivo, em especial da agricultura de exportação e das atividades extrativas, mas também a eliminação da produção destas regiões que demonstrasse qualquer potencial de concorrência ou substitubilidade em relação às mercadorias do centro, atingindo em especial as manufaturas locais.

Por fim, o quinto critério que permite verificar se uma determinada arena externa passou por um processo de incorporação refere-se à formação e inclusão de quadros de apoio que assegurem e reforcem o funcionamento do sistema. Wallerstein refere-se a este ponto brevemente na seguinte passagem: "if such state structures were to be operated within the

ideological boundaries of the interstate system, they needed personnel who were geared into, and part of, the world-system's status-group and class system" (1987, p. 778). O autor parece referir-se aqui não às elites que compõem o quartel general da economia-mundo capitalista, mas aos *cadres* que ocupam suas funções intermediárias, primordialmente no âmbito administrativo, e que formam a principal base ideológica do sistema, em razão de seu apoio aos valores que, em cada época, asseguram sua sustentação. Para que isto seja possível, é preciso que o sistema desfrute de legitimidade, cuja construção e reforço constante representa uma das principais funções destes quadros:

> Legitimation does not concern the masses but the cadres. The question of political stability revolves around the extent to which the small group of managers of the state machinery is able to convince the larger group of central staff and regional potentates both that the regime was formed and functions on the basis of whatever consensual values these cadres can be made to believe exist and that it is in the interest of these cadres that this regime continue to function without major disturbance. When such circumstances obtain, we may call a regime "legitimate" (1974, p. 144)

No século XVI, por exemplo, a função de legitimação girava em torno da defesa da autoridade dos monarcas com base no direito divino dos reis, as quais serviam de sustentação ao funcionamento do absolutismo. Já a partir do fim do século XVIII, a defesa dos valores universalistas propagados pela Revolução Francesa torna-se o principal esteio da função de legitimação.

A questão da incorporação levanta diversas questões sobre o funcionamento e os limites da economia-mundo capitalista. Um dos questionamentos importantes refere-se à "theoretical question is whether capitalist development could conceivably have continued in the core areas were it not for the continual expansion of the peripheries of the system" (1982, p . 50). Em última instância, esta questão está relacionada ao debate sobre o caráter da expansão capitalista e ao estatuto do processo de acumulação primitiva, não só como pré-condição para a consolidação da economia-mundo, mas para seu funcionamento. Por fim, no que diz respeito aos limites do sistema, é possível ressaltar as possibilidades finitas intrínsecas ao processo de incorporação, tornando cada vez mais difícil a continuidade de aprofundamento dos processos capitalistas como um todo, e mesmo a própria existência da economia-mundo capitalista. Wallerstein afirma que a incorporação de arenas externas à economia mundo atingiu seu limite em meados do século XIX, o que limita sua capacidade de postergar as contradições dadas pelo mecanismo de troca desigual. Além disso, o processo de descolonização do Terceiro Mundo, com base no princípio "wilsoniano-leninista" da autodeterminação dos povos, ocorrido a partir

da segunda metade do século XX teria contribuído para a dificuldade de controlar os custos associados à exploração do trabalho e da natureza periféricos. Por fim, a generalização universal do desenvolvimento econômico, cuja promessa foi em grande medida incorporada pelos movimentos anti-sistêmicos socialistas que ascendem ao poder após a Segunda Guerra Mundial, contribui para agravar também as questões ambientais, impossibilitando a externalização de custos tal como vinha sendo feita anteriormente. Todos estes fatores estão associados à crise do capitalismo que discutimos brevemente na seção sobre a crítica de Wallerstein à modernidade, e derivam diretamente da adoção da unidade de análise sistêmica por parte do autor. Isto nos faz sugerir que, ao contrário do nacionalismo metodológico, o cornucopianismo apresenta uma menor compatibilidade em relação ao "holismo metodológico". A seguir, apresentaremos nossos comentários gerais sobre a obra de Wallerstein.

3.7 COMENTÁRIOS

A maior qualidade do trabalho de Brenner se espelha naquele que nos parece talvez o maior problema da abordagem de Wallerstein, que não nos parece abordar satisfatoriamente o funcionamento do feudalismo europeu em particular. O próprio autor parece reconhecer este problema no prefácio de 2011 à nova edição de *O sistema-mundo moderno I*. Além disso, Wallerstein não nos parece perfeitamente claro a respeito dos exemplos de economias-mundo que não aquela do capitalismo europeu, nem sobre suas causas de desintegração para além da incorporação em impérios-mundo externos.

Já em relação às qualidades de seu trabalho, a primeira delas nos parece ser o caráter explícito da desconfiança de Wallerstein em relação à modernidade. Assim, muitas vezes a impressão de Brenner sobre o caráter positivo da modernização parece ficar em segundo plano, ou mesmo passar despercebido, em razão do caráter supostamente mais crítico das abordagens marxistas sobre o capitalismo. Wallerstein, pelo contrário, nos parece bastante franco a respeito. A exposição explícita de sua desconfiança nos parece contribuir para clarificar os pressupostos do debate, bem como sua complexidade.

A posição de Wallerstein sobre a modernização se reflete em seu balanço geral dos custos e benefícios a ela associados. Wallerstein, portanto, considera o capitalismo como um jogo de soma zero, no sentido de que os benefícios do centro são compensados pelos custos acarretados desproporcionalmente pela periferia. Ao mesmo tempo, o autor considera o

capitalismo como um regresso em relação a sociedades anteriores, sem, no entato, buscar romantizar a questão da qualidade de vida em sistemas históricos anteriores. A tese do regresso representado pelo capitalismo se expressa por meio da ideia da pauperização absoluta.

Wallerstein também nos parece contribuir para o esclarecimento do debate sobre a modernização e o capitalismo ao abordar explicitamente a questão da unidade de análise. A posição de Wallerstein sobre o problema nos parece bastante razoável. Ele aponta a complexidade do problema, e sugere que sua resolução não pode ser definida meramente com base nas características empíricas do objeto, ou em critérios supostamente objetivos de cientificidade. O recorte do objeto e a avaliação do problema, neste sentido, sempre encontram-se associados à visão de mundo dos sujeitos e devem ser abordados de maneira pragmática, sem a pressuposição de uma fantasiosa neutralidade de valores, que é impossível em sociedades hierarquizadas, onde a valorização dos discursos assumem encontram-se intimamente relacionadas ao *status* dos diversos agentes, bem como a seus objetivos políticos.

A crítica de Wallerstein em relação à modernidade nos parece bastante promissora. Como o leitor deve ter percebido, nossa própria discussão sobre o nacionalismo metodológico e o cornucopianismo encontra-se baseada em suas discussões sobre a modernidade da tecnologia e da libertação, sobre o universalismo e o particularismo, bem como à divisão da sociedade entre classes dominantes, associadas em grande medida aos discursos conservador e liberal, e classes perigosas, ligadas em grande parte ao discurso socialista.

Por fim, cabe notar que, apesar de sua concordância com a crítica da modernidade, Wallerstein evita o que considera algumas armadilhas do pensamento pós-moderno, como o relativismo, com sua negação das chamadas grandes narrativas, a rejeição do universalismo particularista europeu em nome de novos tipos de particularismos. Neste sentido, o objetivo do autor é se engajar em exercícios de utopística com o objetivo de contribuir para a elaboração de um universalismo universalista em nome da modernidade da libertação.

Em relação à discussão sobre o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico, acreditamos que a abordagem de Wallerstein contribui por sugerir tanto a compatibilidade entre as duas estratégias discursivas, quanto a aparente incompatibilidade entre o cornucopianismo e o holismo metodológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram apresentadas as abordagens de Brenner e Wallerstein sobre o capitalismo, levando em conta a relação entre o significado atribuído por cada um deles à modernização, por um lado, e sua adoção de distintas unidades de análise, por outro.

Brenner parte de uma visão positiva sobre o caráter da modernização capitalista. Com base neste ponto de partida, o autor adota unidades de análise nacionais. Por fim, a partir da adoção das unidades de análise nacionais, Brenner é capaz de confirmar sua visão positiva a respeito do processo de modernização. O caráter positivo da modernização que transparece no trabalho de Brenner está ligado, de um lado, à comparação entre o capitalismo e os modos de produção que o precederam, em especial o feudalismo. Em termos gerais, os modos de produção pré-capitalistas são caracterizados por relações sociais de propriedade polarizadas somadas a forças produtivas subdesenvolvidas. A dinâmica pré-capitalista é marcada por ciclos demográficos de caráter malthusianos, expressos, por exemplo, nas crises gerais dos séculos XIV e XVII. Já os modos de produção capitalista, cuja origem Brenner associa, em seu debate clássico, à Inglaterra, são também marcados por relações sociais de propriedade polarizadas. O que diferencia o capitalismo dos modos de produção que o antecederam, contudo, é sua tendência à promoção do desenvolvimento econômico moderno, caracterizado tanto pelo crescimento econômico *per capita*, quanto pela superação do teto demográfico malthusiano. Assim, o capitalismo representa um progresso absoluto em relação aos modos de produção pré-capitalistas. Sua crítica ao capitalismo, por sua vez, está ligada à permanência de relações sociais de propriedade polarizadas, isto é, pela divisão de classes da sociedade entre capitalistas e proletários. Mesmo neste caso, contudo, Brenner considera as condições de existência dos produtores diretos sob o capitalismo melhores que aquelas vivenciadas por seus pares sob o feudalismo. Neste sentido, para além do fim da coerção política dos senhores em relação aos camponeses, associada à conquista do *status* jurídico da liberdade, o capitalismo proporciona aos trabalhadores assalariados o enriquecimento relativo em comparação com os servos camponeses. Talvez a única desvantagem associada ao processo de modernização esteja ligada à separação entre produtores diretos e meios de subsistência, em especial a terra. Ainda assim, tal separação é encarada por Brenner como a condição essencial para a generalização do princípio da competição entre os agentes econômicos individuais, que por sua vez é a base para a acumulação de capital e a inovação, cujo resultado é o aumento sustentado da produtividade,

isto é, o desenvolvimento econômico. Assim, o capitalismo é tido como progresso em relação ao feudalismo. A análise de Brenner em relação à crise estrutural do capitalismo parece sugerir que talvez este tipo de modo de produção esteja alcançando seus limites históricos, embora o autor não seja satisfatoriamente claro a respeito. Se for este o caso, então talvez a contribuição do capitalismo ao desenvolvimento das forças produtivas esteja se esgotando. Ainda assim, Brenner é bastante enfático em sua crítica das explicações malthusianas do capitalismo, bem como em sua oposição às teses do *profit squeeze* de salários, que a queda da taxa de lucro da economia capitalista global, bem como a crise de produtividade que dela resulta, não se origina no esgotamento do potencial de desenvolvimento econômico do capitalismo. Na verdade, a razão para os problemas associados ao capitalismo contemporâneo é a redução da taxa de investimentos, isto é, da acumulação de capital. Esta, por sua vez, tem origem na intensificação da competição entre blocos de capital nacionais com grandes proporções de capital fixo num mercado mundial em expansão. Assim, Brenner critica tanto o marxismo ortodoxo, incluindo a teoria das crises de Marx apresentada em *O capital*, quanto o keynesianismo, por seu suposto malthusianismo. Cabe lembrar, aqui, que o marxismo ortodoxo, especialmente em sua versão stalinista, é o mesmo que atribui ao avanço das forças produtivas ao longo da história um caráter inexorável. O keynesianismo, por sua vez, é amplamente conhecido por sua adesão às promessas cornucopianas de Keynes sintetizada, por exemplo, em possibilidades econômicas para os nossos netos. Por fim, ao abordar a teoria kaleckiana, Brenner foca sua crítica não à ideia de que o ciclo de expansão econômica do capital possa, a princípio, ser extendido indefinidamente, mas sim às supostas restrições ao desenvolvimento econômico dadas pelos aspectos políticos do pleno emprego. O objetivo principal de Brenner em sua crítica do malthusianismo parece ser, em primeiro lugar, o de eximir a classe trabalhadora da responsabilidade pelo achatamento dos lucros. Assim, grande parte da crítica de Brenner às explicações alternativas da crise baseia-se na oposição à ideia de que o longo declínio tenha sido causado pelo *profit squeeze* de salários resultante do aumento desproporcional do poder do trabalho. Ao mesmo tempo, Brenner procura atribuir a responsabilidade da crise à classe capitalista como um todo, cuja competição encontrar-se-ia na base da queda da taxa de lucro e da crise de produtividade que dela resulta. Ao buscar alcançar seus objetivos, contudo, Brenner parece obrigado a esposar uma espécie de "ultra-smithianismo", que no início do trabalho batizamos de smithianismo schumpeteriano. E é justamente aqui que a associação de Brenner com o cornucopianismo fica mais evidente. A análise de crise de Brenner, também deixa mais evidente a importância da adoção das unidades de análise nacionais que encontra-se por trás da visão positiva de Brenner em relação ao capitalismo. Assim, pode-se dizer que, além de

representar um progresso em relação ao feudalismo, o sistema capitalista global constitui também, a princípio, um jogo de soma positiva. A estratégia de Brenner para chegar ao resultado positivo em relação à soma dos capitalismos, por sua vez, depende justamente da adoção de unidades de análise nacionais como ponto de partida, isto é, da recorrência a uma espécie de nacionalismo metodológico. Tanto o cornucopianismo quanto o nacionalismo metodológico baseiam-se na invisibilização ou externalização de certas relações, o que permite que Brenner possa ignorar certos custos em seus cálculos a respeito da positividade da modernização. Por fim, é importante apontar que tanto o nacionalismo metodológico quanto o cornucopianismo não constituem traços constantes da abordagem do autor, mas sim estratégias discursivas cujo resultado é atribuir à positividade da modernização um caráter inquestionável. Quando o cornucopianismo capitalista não parece estar em jogo, contudo, é possível afrouxar os limites nacionais da unidade de análise.

Wallerstein percorre um caminho formalmente semelhante ao de Brenner quando se leva em conta sua interpretação sobre a modernização e o recorte da unidade de análise ligado a sua análise do capitalismo. Assim, enquanto Brenner parte de uma visão positiva em relação à modernização, Wallerstein tem como ponto de partida uma posição de desconfiança em relação a ela. Com base em sua desconfiança sobre a positividade da modernização, Wallerstein adota a unidade de análise dos sistemas-mundo em sua abordagem do capitalismo. A adoção da unidade de análise sistêmica, por sua vez, permite que Wallerstein confirme sua desconfiança em relação à modernização, atribuindo a ela um caráter negativo. Assim, Wallerstein considera o capitalismo como um regresso em relação às sociedades tradicionais, o que pode ser percebido a partir de sua tese sobre a pauperização absoluta dos trabalhadores do sistema-mundo. Wallerstein concorda que o capitalismo produziu o desenvolvimento do centro, e também que os trabalhadores das regiões centrais tenham experimentado apenas uma pauperização relativa, embora seus ganhos relativos em termos de qualidade de vida tenham sido, de acordo com o autor, bastante exagerados. Apesar de considerar o desenvolvimento das forças produtivas em grande medida concentrado no centro, contudo, Wallerstein associa as relações de produção tanto às regiões periféricas, quanto às regiões centrais. Assim, Wallerstein inclui em sua conta dos custos e benefícios da modernização não só os custos diretos sobre os trabalhadores e a natureza dos países centrais, mas aos custos indiretos arcados pela periferia. Daí que o autor possa considerar o capitalismo como um jogo de soma zero, com uma proporção relativamente constante de países centrais, semi-periféricos e periféricos.

O que nos faz considerar a abordagem de Wallerstein mais frutífera é, em primeiro lugar, seu potencial de questionamento da associação entre modernidade e progresso. Talvez

seja possível argumentar que a desconfiança de Wallerstein relação à modernização capitalista tenha como resultado uma posição tão inflexível quanto a de Brenner, isto é, que o caráter inquestionável da negatividade de um seja apenas o inverso da positividade inquestionável do outro. Ainda assim, a mera possibilidade de criticar os valores normalmente atribuídos à modernização, cuja positividade assumia até 1968 um caráter "invisível" à maioria dos autores dedicados à reflexão sobre ela, parece-nos representar um passo na direção correta. Em termos gerais, o questionamento da positividade da modernização permite identificar o caráter muitas vezes cornucopiano assumido pelas teorias da modernização, incluindo suas versões desenvolvimentistas, bem como o marxismo de Brenner.

Outra vantagem da abordagem de Wallerstein nos parece ser a possibilidade de identificar a tendência ao nacionalismo metodológico muitas vezes adotada por autores associados às teorias da modernização. Tal como o cornucopianismo, caracterizado por promessas de crescimento ilimitado e pela possibilidade de solucionar os diversos problemas da humanidade por meio da inovação, o nacionalismo metodológico parece se caracterizar pela externalização ou invisibilização de certos custos e *trade-offs* associados ao processo de modernização. Assim, a adoção das unidades de análise sistêmicas parece, ao menos a princípio, elaborar abordagens que evitem a adoção de uma visão otimista mágica a respeito dos benefícios do capitalismo e do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o cornucopianismo parece ser menos compatível com o "holismo metodológico".

Por fim, uma última vantagem do trabalho de Wallerstein nos parece se encontrar em sua discussão sobre as diferentes estratégias adotados por membros das classes dominantes e das classes perigosas em contextos distintos. Assim, por exemplo, a sugestão de que o discurso liberal se caracterize por afirmações basicamente opostas quando direcionado a conservadores, de um lado, e socialistas, de outro, nos parece bastante reveladora. Neste sentido, Wallerstein atribui a hegemonia do programa liberal à capacidade ideológica de convencer aos conservadores que a modernidade da tecnologia constituía a única maneira de refrear a modernidade da libertação, ao mesmo tempo em que convenceu aos socialistas de que a modernidade da tecnologia constituía a condição para a realização da modernidade da libertação. Com isto, a modernidade da tecnologia passa a ser defendida pelas três correntes ideológicas do espectro político moderno. Ao mesmo tempo, o programa liberal acabou por convencer a conservadores e socialistas sobre os maiores benefícios relativos da mudança controlada, bem como sobre os imensos custos e riscos potenciais das transformações revolucionárias. Dissemos que o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico representam estratégias discursivas adotadas por determinados autores em determinados contextos. No caso

das teorias da modernização de caráter liberal, é possível considerar o cornucopianismo como uma estratégia discursiva das classes dominantes destinada a arrefecer o ímpeto revolucionário das classes perigosas. Mas a linguagem do cornucopianismo não é a única estratégia possível. Em determinados contextos, é possível adotar também a estratégia discursiva do escassismo, ou do malthusianismo, associados a ideias como "não existe almoço grátis", ou mesmo "não há alternativa". Neste caso, calcula-se que a busca da modernidade da libertação das classes perigosas possa ser contraposta a partir da demonstração de sua impossibilidade, ou irracionalidade. Em relação ao nacionalismo metodológico, por sua vez, é possível adotá-lo para justificar práticas particularistas como o racismo e o sexismo com base em um discurso pretensamente universalista. Ao mesmo tempo, o racismo e o sexismo pode ser combinado à adoção de unidades de análise sistêmica, como nos parece ser o caso de algumas análises malthusianas que condenam a explosão populacional mundial, atribuindo implicitamente o problema à irresponsabilidade dos países em desenvolvimento. Assim por exemplo, é possível louvar implicitamente a explosão populacional que inaugura a modernização na Inglaterra, associada ao fim da escasses malthusiana, ao mesmo tempo em que condena a explosão populacional irresponsável de países do terceiro mundo, reintroduzindo o problema do malthusianismo. No caso de Brenner, por exemplo, o cornucopianismo e o nacionalismo metodológico parecem ser usados de maneira a reforçar um ao outro. Em outros contextos, contudo, Brenner pode afrouxar a rigidez dos limites nacionais das unidades de análise, bem como mais raramente o tom cornucopiano ou ultra-smithiano de sua abordagem do capitalismo. Assim, Brenner pode transparecer como um aliado valioso tanto a autores desenvolvimentistas, mais tendentes a visões cornucopianas, quanto a autores marxistas, que muitas vezes recorrem a posições mais catastrofistas.

Para além do caráter intermitente do cornucopianismo e do nacionalismo metodológico, bem como da afinidade que parece haver entre eles, chegamos à conclusão de que é possível adotar tanto unidades de análise sistêmicas quanto nacionais para defender seja o cornucopianismo, seja o "escassismo" ou malthusianismo. Apesar disso, contudo, parece mais difícil defender uma posição cornucopiana da realidade com base no holismo metodológico. Isto não significa que tal tipo de abordagem seja impossível, já que, como vimos, os discursos ligados aos interesses, seja da classe dominante, seja das classes perigosas, não são necessariamente caracterizados por sua coerência, mas justamente por sua flexibilidade associada às mudanças de percepção e de contexto. Mas, dada a característica do cornucopianismo de invisibilização ou externalização de custos e *trade-offs* da modernização, ele nos parece menos compatível com a adoção de unidades de análise sistêmica. Daí a

tendência de autores como Wallerstein e Hornborg a considerar o capitalismo como um jogo de soma zero.

Por fim, ao mesmo tempo em que reconhece a contribuição das críticas pós-modernas à identificação entre modernização capitalista e progresso, Wallerstein parece evitar algumas das armadilhas normalmente associadas à adoção de tais perspectivas, como a tendência ao relativismo que em alguns casos resulta da crítica ao cientificismo moderno, ou a tendência ao particularismo que pode resultar da crítica ao falso universalismo eurocentrista, ou mesmo à rejeição das "grandes narrativas", que Wallerstein considera essenciais não só para a crítica da modernidade, mas também para a retomada da prioridade da modernidade da libertação diante da crise terminal do sistema-mundo capitalista. Neste sentido, concordamos com o autor em sua observação de que o progresso, sob a forma da criação de uma sociedade universalista igualitária e democrática, é certamente possível, mas de forma alguma inevitável. E duas das principais armadilhas que tendem a desviar a estratégia socialista de seu objetivo voltado à modernidade da libertação são justamente a ilusão representada pelas promessas do cornucopianismo, bem como o particularismo implícito às abordagens que recorrem ao nacionalismo metodológico, muitas vezes mascarados pelo discurso pretensamente universal das teorias da modernização.

REFERÊNCIAS

ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *The Brenner Debate* Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. New York: Cambridge University Press, 1985.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Race, nation, class*: Ambiguous identities. Verso, 1991.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. M. *Race, nation, class*: Ambiguous identities. Verso, 1988.

BERTRAM, C. Analytical marxism. In: BIDET, J.; KOUVELAKIS, S. (eds.). *Critical companion to contemporary marxism* 16. Leiden: Brill, 2008. cap. 16, p. 123-142.

BLACKLEDGE, P. Political marxism. In: BIDET, J. K., S (eds.). *Critical companion to contemporary marxism* 16. Leiden: Brill, 2008. cap. 15, p. 267-284.

BLAUT, J. M. *Eight Eurocentric historians*. Guilford, 2000.

BRENNER, R. The social basis of English commercial expansion, 1550–1650. *The journal of economic history*, v. 32, n. 1, p. 361-384, 1972.

_____. The Civil War Politics of London's Merchant Community. *Past & Present*, n. 58, p. 53-107, 1973.

_____. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past & Present*, v. 70, n. 1, p. 30-75, 1976.

_____. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. *New left review*, n. 104, p. 25, 1977.

_____. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. *Cambridge Journal of Economics*, v. 2, n. 2, p. 121-140, 1978a.

_____. Reply to Sweezy. *New Left Review*, n. 108, p. 95, 1978b.

_____. The Agrarian Roots of European Capitalism. *Past & Present*, n. 97, p. 16-113, 1982a.

_____. The origins of capitalist development: A critique of Neo-Smithian Marxism. In: (eds.). *Introduction to the Sociology of "Developing Societies"*: Springer, 1982b. p. 54-71.

_____. World System Theory & the Transition to Capitalism: Historical & Theoretical Perspectives. *Unpublished English version of a paper published in Jochen Blaschke, ed., Perspectiven des Weltsystems, Frankfurt: Campus Verlag*, 1983.

_____. Marx's First Model of the Transition to Capitalism. *Marx en perspective, Paris*, v. 203, p. 230, 1985a.

_____. The paradox of social democracy: The American case. *The Year Left*, v. 1, p. 32-86, 1985b.

_____. The social basis of economic development. *Analytical marxism*, v. 2353, 1986.

_____. Bourgeois revolution and transition to capitalism. *The first modern society: Essays in English history in honour of Lawrence Stone*, p. 271-304, 1989a.

_____. Economic backwardness in Eastern Europe in light of developments in the West. *The origins of backwardness in Eastern Europe: Economics and politics from the middle ages until the early twentieth century*, p. 15-52, 1989b.

_____. La base sociale du développement économique. 1990.

_____. Why is the United States at war with Iraq? *New Left Review*, v. 185, p. 122-137, 1991.

_____. The rises and declines of serfdom in medieval and early modern Europe. *Serfdom and slavery: Studies in legal bondage*, p. 247-276, 1996.

_____. Property relations and the growth of agricultural productivity in late medieval and early modern Europe. 1997.

_____. The economics of global turbulence: a special report on world economy, 1950-98. *New Left Review*, n. NLR I/229, 1998.

_____. Reply to critics. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. 19, n. 2, p. 61-85, 1999.
_____. The boom and the bubble. *New Left Review*, v. 6, p. 5, 2000.
_____. The trajectory of the manufacturing profit rate: a reply to Duménil and Lévy. *Review of Radical Political Economics*, v. 34, n. 1, p. 49-56, 2002.
_____. *The boom and the bubble: The US in the world economy*. Verso, 2003a.
_____. *Merchants and revolution: commercial change, political conflict, and London's overseas traders, 1550-1653*. Verso, 2003b.
_____. Towards the precipice. *London Review of Books*, v. 25, n. 3, p. 15-22, 2003c.
_____. New boom or new bubble. *New Left Review*, v. 25, p. 57, 2004.
_____. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. Verso, 2006a.
_____. From theory to history:'The European Dynamic'or feudalism to capitalism? *An Anatomy of Power*, p. 189, 2006b.
_____. What is, and what is not, imperialism? *Historical materialism*, v. 14, n. 4, p. 79-105, 2006c.
_____. Property and progress: where Adam Smith went wrong. In: WICKHAM, C. (eds.). *Marxist history-writing for the twenty-first century*. New York: Oxford University Press, 2007a. cap. cap. 4, p. 49-112.
_____. Structure vs Conjuncture. *New Left Review*, v. 43, p. 33-43, 2007b.
_____. Feudalism. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics: Volume 1 – 8*. London: Palgrave Macmillan UK, 2008a. p. 2101-2110.
_____. Postan, Michael Moïssey (1899–1981). *The New Palgrave Dictionary of Economics: Volume 1–8*, p. 5051-5052, 2008b.
_____. The Social Basis of English Commercial Expansion, 1550–1650. *The Journal of Economic History*, v. 32, n. 1, p. 361-384, 2010.
_____. After boom, bubble and bust: Where is the US economy going? In: (eds.). *Worlds of Capitalism*: Routledge, 2012. p. 214-248.
BRENNER, R.; GLICK, M. The regulation approach: theory and history. *New left review*, v. 188, p. 45-119, 1991.
BRENNER, R. P. The Low Countries in the transition to capitalism. *Journal of Agrarian Change*, v. 1, n. 2, p. 169-241, 2001.
CHERNILO, D. Methodological nationalism: Theory and history. annual conference of the international association of critical realism, King's College, London, 2008. p.
DAVID, S. J. The Level-of-Analysis Problem in International Relations. *World Politics*, v. 14, n. 1, p. 77-92, 1961.
GIDDENS, A.; MANN, M.; WALLERSTEIN, I. *Comments on Paul Kennedy's The Rise and Fall of the Great Powers*: JSTOR, 1989.
HOLLIS, M.; SMITH, S. Beware of gurus: structure and action in international relations. *Review of International Studies*, v. 17, n. 4, p. 393-410, 1991a.
_____. *Understanding and Explaining International Relations*: Oxford Clarendon Press, 1991b.
HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Patterns of development of the modern world-system. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 111-145, 1977.
_____. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1986.
_____. Commodity chains: construct and research. *Contributions in economics and economic history*, p. 17-17, 1994.
HOPKINS, T. K. *et al.* Incorporation into the World-economy: How the World-system Expands. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 10, n. 5/6, p. 761-902, 1987.

HOPKINS, T. K. *et al. World-systems analysis: theory and methodology*. Sage Beverly Hills, 1982.

HORNBORG, A. Cornucopia or zero-sum game? The epistemology of sustainability. *journal of world-systems research*, v. 9, n. 2, p. 205-216, 2003.

_____. *Global magic: technologies of appropriation from ancient Rome to Wall Street*. Springer, 2016.

JONSSON, F. A. The origins of Cornucopianism: A preliminary genealogy. *Critical Historical Studies*, v. 1, n. 1, p. 151-168, 2014.

KEYNES, J. M. Economic possibilities for our grandchildren. In: (eds.). *Essays in persuasion*: Springer, 2010. p. 321-332.

KUMAR, K. *Modernization. Encyclopedia Britannica. 21 Mars*, 2018.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. The limits to growth. *New York*, v. 102, p. 27, 1972.

MEDEIROS, C. A. D. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao" nacionalismo metodológico". *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 637-645, 2010.

MOUL, W. B. The level of analysis problem revisited. *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, v. 6, n. 3, p. 494-513, 1973.

PRADELLA, L. New developmentalism and the origins of methodological nationalism. *Competition & Change*, v. 18, n. 2, p. 180-193, 2014.

SMITH, J.; WALLERSTEIN, I. M. *Creating and transforming households: The constraints of the world-economy*. Cambridge Univ Pr, 1992.

VIEIRA, P. A. O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. *Estudos do CEPE*, n. 42, p. 78-94, 2015.

WALLERSTEIN, I. Frantz Fanon: reason and violence. *Berkeley journal of sociology*, p. 222-231, 1970.

_____. There is no such thing as sociology. *The American Sociologist*, p. 328-328, 1971.

_____. Imperialism and Capitalism: Are the Workers the Most Oppressed Class? *Insurgent Sociologist*, v. 3, n. 2, p. 25-28, 1973.

_____. *The modern world-system I*: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Univ of California Press, 1974a.

_____. *O sistema mundial moderno I*: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1974b.

_____. From Feudalism to Capitalism: Transition or Transitions? *Social Forces*, v. 55, n. 2, p. 273-283, 1976.

_____. The tasks of historical social science: an editorial. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 3-7, 1977.

_____. Annales as resistance. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 5-7, 1978a.

_____. Civilizations and modes of production. *Theory and Society*, v. 5, n. 1, p. 1-10, 1978b.

_____. *The capitalist world-economy*. Cambridge University Press, 1979a.

_____. Kondratieff up or Kondratieff down? *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 663-673, 1979b.

_____. *The modern world-system II*: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600–1750. Univ of California Press, 1980a.

_____. *O sistema mundial moderno II*: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto, Portugal: Ed. Afrontamentos, 1980b.

_____. The development of the concept of development. *Sociological Theory*, p. 102-116, 1984a.

_____. Marx and history: fruitful and unfruitful emphases. *Thesis Eleven*, v. 8, n. 1, p. 92-101, 1984b.

_____. Patterns and prospectives of the capitalist world-economy. *Contemporary Marxism*, n. 9, p. 59-70, 1984c.
_____. *The politics of the world-economy: The states, the movements and the civilizations*. Cambridge University Press, 1984d.
_____. The Industrial Revolution: Cui Bono? *Thesis Eleven*, v. 13, n. 1, p. 67-76, 1986a.
_____. Societal development, or development of the World-System? *International Sociology*, v. 1, n. 1, p. 3-17, 1986b.
_____. The construction of peoplehood: racism, nationalism, ethnicity. Sociological Forum, 1987a, Springer. 373-388 p.
_____. Historical systems as complex systems. *European Journal of Operational Research*, v. 30, n. 2, p. 203-207, 1987b.
_____. The world that sugar made. *Food and Foodways*, v. 2, n. 1, p. 109-112, 1987c.
_____. The bourgeois (ie) as concept and reality. *New Left Review*, v. 167, n. 1, p. 91-106, 1988a.
_____. Typology of crises in the world-system. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 11, n. 4, p. 581-598, 1988b.
_____. 1968, revolution in the world-system. *Theory and Society*, v. 18, n. 4, p. 431-449, 1989a.
_____. *The modern world-system III*: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s–1840s. California, USA: Univ of California Press, 1989b.
_____. Braudel on capitalism, or everything upside down. *The Journal of Modern History*, v. 63, n. 2, p. 354-361, 1991a.
_____. World system versus world-systems: A critique. *Critique of Anthropology*, v. 11, n. 2, p. 189-194, 1991b.
_____. The West, capitalism, and the modern world-system. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 561-619, 1992.
_____. The Book that Adam Smith did not write. *Cahiers d'économie politique/Papers in Political Economy*, p. 145-151, 1996.
_____. *Nomothetic Vs. Idiographic Disciplines: a False Dilemma?* Binghamton Univ., 1997a.
_____. O fim de que modernidade? *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 3, 1997b.
_____. *The Essential Wallerstein*. New Press, 2000a.
_____. Introduction to special issue on commodity chains in the world economy, 1590 to 1790. *Review*, v. 23, n. 1, p. 1-13, 2000b.
_____. *World-systems analysis*: An introduction. duke university Press, 2004.
_____. After developmentalism and globalization, what? *Social Forces*, v. 83, n. 3, p. 1263-1278, 2005.
_____. *European universalism*: The rhetoric of power. The New Press, 2006.
_____. The ecology and the economy: what is rational. *Rethinking Environmental History. World-System History and Global Environmental Change*, p. 379-389, 2007.
_____. Reading Fanon in the 21st century. *New Left Review*, v. 57, p. 117-125, 2009.
_____. Development: Theories, Research Designs, and Empirical Measures. *Itinerario*, v. 4, n. 1, p. 21-28, 2010.
_____. *Historical capitalism*: with capitalist civilization. Verso Trade, 2011a.
_____. *The modern world-system IV*: Centrist liberalism triumphant, 1789–1914. Univ of California Press, 2011b.
_____. Latin@ s: What's in a Name? In: (eds.). *Latino/as in the World-system*: Routledge, 2015. p. 37-46.
_____. Evolution of the modern world-system. In: (eds.). *Strukturelle Evolution und das Weltsystem*: Springer, 2016. p. 271-279.

WALLERSTEIN, I.; MARTIN, W. G. Peripheralization of Southern Africa, II: Changes in household structure and labor-force formation. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 3, n. 2, p. 193, 1979.

WALLERSTEIN, I.; MARTIN, W. G.; DICKINSON, T. Household structures and production processes: preliminary theses and findings. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 5, n. 3, p. 437-458, 1982.

WALLERSTEIN, I.; SMITH, J. Households as an Institution of the World-Economy. *Creating and transforming households*, p. 3-26, 1992.

WALLERSTEIN, I. M. *Após o liberalismo:*. Editora Vozes, 1995a.

_____. *Historical capitalism*: with capitalist civilization. 7. New York: Verso, 1995b.

WENDT, A. Bridging the theory/meta-theory gap in international relations. *Review of international studies*, v. 17, n. 4, p. 383-392, 1991.

_____. Levels of analysis vs. agents and structures: part III. *Review of International Studies*, v. 18, n. 2, p. 181-185, 1992.

YURDUSEV, A. N. 'Level of Analysis' and'Unit of Analysis': A Case for Distinction. *Millennium*, v. 22, n. 1, p. 77-88, 1993.